O ANTIGO TESTAMENTO INTERPRETADO

VERSÍCULO POR VERSÍCULO

Autor
R. N. Champlin, Ph. D.

DEUTERONÔMIO

HAGNOS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Champlin, Russell Norman, 1933-
O Antigo Testamento interpretado : versículo por versículo : Deuteronômio, Josué, Juízes, Rute, I Samuel, II Samuel, I Reis, volume 2 / por Russell Norman Champlin. — 2. ed. — São Paulo : Hagnos, 2001.

Bibliografia.

1. Bíblia. A.T. - Crítica e interpretação
I. Título.

01-2004 CDD-221.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Antigo Testamento : Interpretação e crítica
221.6

ISBN 85-88234-16-5

Coordenação de produção
Mauro Wanderley Terrengui

Coordenadora editorial
Marilene G. Terrengui

Revisão
Andrea Filatro
Ângela Maria Stanchi Sinézio

Editoração, fotolito, impressão e acabamento
Associação Religiosa Imprensa da Fé

1ª Edição: Abril 2000 - 5000 exemplares
1ª Edição Editora Hagnos: Julho 2001 - 3000 exemplares

Publicado no Brasil com a devida autorização e com todos os direitos reservados pela:

EDITORA HAGNOS
Rua Belarmino Cardoso de Andrade, 108
Cidade Dutra - São Paulo, SP
CEP 04809-270

O ANTIGO TESTAMENTO INTERPRETADO

VERSÍCULO POR VERSÍCULO

por

Russell Norman Champlin, Ph. D.

Volume 2

DEUTERONÔMIO
JOSUÉ
JUÍZES
RUTE
I SAMUEL
II SAMUEL
I REIS

Digitalização e Edição

Prebítero e Escriba Digital

2ª Edição - 2001

Direitos Reservados

HAGNOS

Editora Hagnos
Rua Belarmino Cardoso de Andrade, 108
Cidade Dutra – São Paulo – SP – CEP 04809-270

DEUTERONÔMIO

O Livro da Repetição da Lei

Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor. Amarás, pois, o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, e de toda a tua força.
Deuteronômio 6.4,5

Deuteronômio

34 Capítulos
959 Versículos

INTRODUÇÃO

Deuteronômio é o último livro do Pentateuco, completando assim os cinco primeiros livros da Bíblia tradicionalmente atribuídos a Moisés. Seu nome foi obtido da Septuaginta, através de uma tradução inacurada de Deu. 17.18, o qual corretamente traduzido daria "Esta é a cópia (ou repetição) da lei". "Deuteronômio" é a forma portuguesa da palavra grega "segunda lei". É evidente que o livro não é uma *segunda lei* distinta da lei dada no Sinai, todavia o título não é totalmente inapropriado, pois o livro inclui, entre outros assuntos, uma repetição ou reformulação de grande parte das leis. O nome hebraico do livro é *'Elleh haddevarim*, "Estas são as palavras", ou simplesmente *Devarim*, "Palavras". A tradição judaica intitula o livro de Deuteronômio de *Mishneh Torah*, que significa repetição ou "cópia da lei" (Deu. 17.18).

Esboço

I. Composição
II. Propósito
III. Conteúdo
IV. Seção Legal
V. A Importância do Livro
VI. Bibliografia

I. Composição

1. *Autoria.* Há mais polêmica em relação à autoria e à data de Deuteronômio do que em relação a qualquer outro livro do Pentateuco. A maior variedade de opinião encontra-se especialmente entre os que se opõem à autoria mosaica.

a. *Ponto de Vista Conservativo.* Os que apóiam o ponto de vista conservativo da autoria mosaica de Deuteronômio baseiam-se em declarações bíblicas e na tradição judaico-cristã que estava em pleno acordo com relação à autoria deste livro até antes do advento do criticismo. Os argumentos mais fortes em favor da autoria mosaica do livro são as reivindicações do próprio livro, a saber: Deu. 31.8-13 e 31.24,26. Deu. 31.9 diz: "Esta lei escreveu-a Moisés e a deu aos sacerdotes...", e 31.24 diz: "Tendo Moisés acabado de escrever integralmente as palavras desta lei num livro...". Os escritores do NT atribuíam a autoria do Pentateuco a Moisés, e Mat. 19.8 indica a posição de Cristo especificamente em relação ao livro de Deuteronômio. Para os que acreditam na plena inspiração das Escrituras, estes versículos são evidências enfáticas da autoria mosaica de Deuteronômio. Os fatos de que o uso da primeira pessoa predomina e de que Moisés é mencionado por mais de 40 vezes no livro também são apresentados como provas de que ele escreveu Deuteronômio. O relato da morte de Moisés não apresenta problema, pois explica-se que os capítulos 31-34 foram adicionados depois de sua morte. Alguns afirmam que Moisés escreveu os capítulos que constituem a legislação (12-20), e os capítulos 1-12 e 27-30, embora de sua autoria, foram adicionados posteriormente.

Quanto aos capítulos 31-34, sugerem-se Eleazar e Josué como possíveis autores. Ambos foram amigos de Moisés e portanto pessoas apropriadas para fazer seu panegírico. Josué se tornou o sucessor de Moisés, e alguns supõem que o que atualmente é o apêndice de Deuteronômio tenha sido uma vez o início do livro de Josué. É particularmente interessante observar que as expressões "Moisés, servo do Senhor" e "Moisés, homem de Deus" não aparecem nos capítulos precedentes nem nos outros livros do Pentateuco. Por outro lado, a expressão "Moisés, servo do Senhor" ocorre várias vezes no livro de Josué, fato que fortalece a probabilidade de que Josué fora o responsável pela composição do apêndice.

b. *Ponto de Vista Crítico.* Os críticos consideram improvável que Moisés tenha escrito Deuteronômio e mantêm que o livro foi composto por um profeta anônimo que escreveu segundo as noções de Moisés. A despeito de não apoiarem a teoria da autoria mosaica do livro, os críticos declaram que Deuteronômio pode ser qualificado como um livro mosaico, pois toda a lei judia se originou na tradição básica dos tempos em que Moisés era o líder do povo.

Segundo a teoria documentária de Wellhausen, o *Código Deuteronômico*, ou *D*, é o documento básico deste livro. O documento *D* (Deu. 12-26) foi publicado em 621 A.C. quando Hilkiah o encontrou no templo durante o reinado de Josias (II Reis 22). Acreditava-se que o documento *D* havia sido composto no tempo de sua "descoberta" (por Hilkiah) com o fraudulento propósito de promover reformas religiosas. Atualmente esta teoria tem sido abandonada por falta de evidências.

Deuteronômio sumariza, de diversas maneiras, as doutrinas dos grandes profetas do século VIII A.C., que também pregaram a absoluta soberania de Deus, Seu relacionamento especial com Israel e a conseqüente condenação da idolatria. De fato, Deuteronômio representa Moisés dando uma nova interpretação da lei (para a vida em Canaã) no momento em que Israel fazia a transição de um estilo de vida nômade para um permanente. Dessa maneira, o Código Deuteronômico demonstra a adaptação da velha lei às condições de vida posteriores.

A forma exata do documento encontrado no tempo do rei Josias tem sido objeto de muita polêmica. É evidente que o atual livro de Deuteronômio é resultado da compilação de porções independentes. O mistério da questão consiste em descobrir quando essas porções foram compiladas. Considerando que a leitura da Lei atemorizou Josias (II Reis 22.11-13), o documento continha pelo menos algumas maldições como as do capítulo 28. É também importante observar que o documento encontrado compeliu Josias a renovar o pacto entre Jeová e a nação de Israel. Isso indicaria que o documento tinha a forma familiar de um tratado e não era muito diferente do atual livro de Deuteronômio, que reflete claramente a estrutura dos antigos tratados ou pactos.

Alguns críticos acreditam que Deuteronômio é uma súmula da doutrina preservada da Samaria depois de sua queda em 721 A.C. Mesmo os que defendem Jerusalém como o local de origem do livro, mantêm que sua composição se deu no século VIII A.C. E. Robertson, defendendo uma posição mais conservativa, sugere que o livro tenha sido compilado (a partir de material mosaico) por Samuel. Em resumo, a origem e a data de Deuteronômio constituem um dos mais controversiais problemas para os críticos bíblicos. Nada de concreto tem sido concluído a esse respeito até o presente momento.

2. *Estrutura.* A estrutura básica de Deuteronômio reflete claramente a forma dos antigos tratados ou pactos. O livro (delineado quase exclusivamente na forma de discursos) apresenta primeiramente uma introdução exortatória com alusões históricas, a seguir as leis e finalmente as bênçãos e maldições condicionadas à obediência das estipulações.

O livro de Deuteronômio é dotado de vigoroso estilo oratória, mesmo em se tratando da apresentação das leis. Apesar de bastante peculiar, este estilo reflete alguma influência da literatura profética. Tendências retóricas e preocupações com o culto e com a religião interior lembram as pregações dos sacerdotes e levitas.

II. Propósito

O livro compreende uma série de discursos proferidos por Moisés. O primeiro desses, considerado uma adição secundária ao livro, relata a viagem de Horebe à Terra Prometida e enfatiza a conquista da Transjordânia. O segundo é o mais importante do livro — contém primeiramente uma exortação de como o indivíduo deve entregar-se de todo o coração ao Deus do Pacto, e em seguida apresenta as leis desse Pacto. O terceiro discurso consiste em um apelo por fidelidade. O livro termina com um apêndice histórico contendo a narrativa dos últimos atos e palavras de Moisés. (Ver a seção a seguir para maiores detalhes).

O propósito de Deuteronômio é persuadir o povo à entrega total ao Deus de Israel, o que significa amá-lo de todo o coração, de toda a alma e de toda a força (Deu. 6.5). Dessa maneira, o livro enfatiza a

completa união com Jeová, através da qual o povo deve adorar somente a Ele, e de modo apropriado.

III. Conteúdo

A. *Primeiro Discurso de Moisés* (1.1—4.43)
1. Sumário da história de Israel no deserto (2.1—3.29)
   a. Introdução (1.1-18)
   b. O fracasso em Cades (1.19-46)
   c. As perambulações e os conflitos no deserto (2.1—3.29)
2. Moisés exorta o povo à obediência (4.1-43)

B. *Segundo Discurso de Moisés* (4.44—26.19)
1. Repetição da lei com advertências e exortações (4.44—11.32)
   a. Introdução (4.44-49)
   b. Repetição dos Dez Mandamentos (5.1-33)
   c. O fim da lei é a obediência (6.1-25)
   d. Ordenada a destruição dos cananeus e seus ídolos (7.1-26)
   e. Advertências e exortações (8.1—11.32)
2. A legislação que Moisés apresentou ao povo (12.1—26.19)
   a. Condições de bênção na terra (12.1-32)
   b. Castigo dos falsos profetas e idólatras (13.1-18)
   c. Animais limpos e imundos (14.1-29)
   d. O ano da remissão (15.1-23)
   e. As três festas: Páscoa, Pentecoste e Tabernáculos (16.1-17)
   f. Os oficiais e seus deveres (16.18-22)
   g. Castigos da idolatria, obediência à autoridade, eleição e deveres de um rei (17.1-20)
   h. Os sacerdotes, as práticas proibidas e a promessa de um profeta (18.1-22)
   i. As cidades de refúgio (19.1-21)
   j. As leis da guerra (20.1-20)
   k. Regulamentos gerais (21.1— 26.19)
3. Sumário de profecias sobre a história de Israel e a segunda vinda de Cristo (27.1—28.68)
   a. As pedras da lei no monte Ebal (27.1-10)
   b. A cerimônia litúrgica (27.11-26)
   c. As bênçãos proferidas no monte Gerizim (28.1-14)
   d. Maldições que serão lançadas na terra (28.15-68)

C. *Terceiro Discurso de Moisés: o Pacto Palestino* (29.1—30.20)
1. Introdução (29.1-29)
2. Declaração do pacto (30.1-10)
3. Advertência final (30.11-20)

D. *Apêndice Histórico* (31.1—34.12)
1. Últimas palavras de Moisés e nomeação de Josué (31.1-30)
   a. Últimos conselhos de Moisés aos sacerdotes, aos levitas e a Josué (31.1-13)
   b. Comissão divina a Moisés e Josué: Avisos acerca da apostasia (31.14-23)
   c. Moisés instrui os levitas (31.24-30)
2. Último canto e exortação de Moisés (32.1-47)
3. Moisés vê a Terra Prometida (32.48-52)
4. Moisés abençoa as tribos (33.1-29)
5. Morte e sepultamento de Moisés (34.1-12)

IV. Seção Legal

Os capítulos de 5-11, introduzindo a seção legal, apresentam os Dez Mandamentos, tratando de modo especial o primeiro mandamento. Os capítulos seguintes expõem as leis que podem ser consideradas nas categorias cerimonial, civil e criminal. Seguindo estas categorias, estão as leis mistas concernentes à família e propriedade.

As leis cerimoniais referem-se a lugar de adoração (12.1-28); idolatria (12.29—13.18; 16.21—17.7); alimentos puros e impuros (14.1-21); dízimos (14.22-29); remissão (15.1-18); santificação do primogênito (15.19-23); e festas sagradas (16.1-17).

As leis civis tratam de nomeação dos juízes (16.18-20; 17.8-13); eleição de um rei (17.14-20); regulamentações referentes aos direitos e rendimentos dos sacerdotes e levitas (18.1-8); e regras concernentes aos profetas (18.9-22).

As leis criminais referem-se ao homicida, às cidades de refúgio (19.1-14); ao falso testemunho (19.15-21); à conduta na guerra (20.1-20); à expiação por uma morte cujo autor é desconhecido (21.1-9); e aos crimes puníveis por enforcamento (21.22,23).

As leis mistas abrangem uma variedade de assuntos, tais como casamento com uma mulher cativa (21.10-14); direito de primogenitura (21.15-17); filhos desobedientes (21.18-21); benevolência para com os animais (22.1-4, 6-8); proibições de várias misturas (22.4,9-11); cordas torcidas nas vestimentas (22.12); punição de impureza (22.13-29); expulsão da congregação (23.1-9); rito de purificação no acampamento militar (23.10-15); escravos fugidos (23.16,17); prostituição, usura e votos (23.18-24); ato de recasar depois do divórcio (24.1-4); isenção do recém-casado de servir na guerra (24.5); penhor (24.6, 10-13,17,18); ladrão (24.7); lepra (24.8,9); salários (24.14,15); pais e filhos (24.16); tratamento de estranhos, órfãos e viúvas (24.17-22); castigo excessivo (25.1-3); o boi de arado (25.4); levirato (25.5-10); estupro (25.11,12); pesos e medidas (25.13-16); e destruição de Amaleque (25.17-19). Os capítulos 26 e 27 apresentam uma aplicação didática dessas leis.

Outra classificação das leis contidas nos capítulos 12-26 pode ser feita com base no significado de três palavras-chaves, a saber, juízos, estatutos e mandamentos. O juízo é definido como uma regra ou lei estipulada por uma autoridade ou estabelecida por costumes antigos, pela qual o juiz deve guiar-se na solução de certos casos (juízos de Êxo. 21). O estatuto é definido como uma regra permanente de conduta que difere do juízo no sentido de que não requer um juiz físico no quadro, mas somente a consciência do indivíduo perante Deus. A distinção entre juízo e estatuto está delineada em I Reis 6.12, onde Salomão é encorajado a andar nos estatutos de Deus e a "executar" os Seus juízos. Exemplos típicos de estatutos são as leis referentes às instituições religiosas, festas (Deu. 16.1-17), oferendas ou leis de justiça, purificação etc. Em relação à palavra "mandamento", seu significado comum é convenientemente limitado aqui para os propósitos da presente classificação: significa não uma ordem de obrigação permanente, mas uma que pode ser cumprida de uma vez por todas. (Exemplos: a destruição dos santuários pagãos, a nomeação dos juízes e o estabelecimento das cidades e refúgio).

V. A Importância do Livro

Os escritos posteriores da história de Israel do Antigo e do Novo Testamento testificam a grande influência que o livro de Deuteronômio exerceu em seus autores. Nos livros de Josué, Juízes, I e II Samuel e I e II Reis encontram-se numerosas referências reveladoras de que Deuteronômio era conhecido e observado na época. Entre as muitas referências que ilustram a observância das leis de Deuteronômio, encontra-se Jos. 8.27, que relata o fato de que, quando Ai foi capturada, "tão-somente os israelitas saquearam para si o gado e os despojos da cidade" (Deu. 20.14). Outro detalhe que indica a observância da lei de Deuteronômio é o fato de que o corpo do rei da cidade de Ai foi retirado da árvore em que havia sido enforcado antes do cair da noite (cf. Jos. 8.29; 10.26 e 27 com Deu. 21.23).

Os profetas do século VIII A.C. também refletem familiaridade com o livro. As seguintes passagens são alguns exemplos da influência de Deuterônomio nos escritos de Oséias e Amós:

Oséias	*Deuteronômio*	*Amós*
4.4	17.12	3.2
5.10	19.14	2.7-8
8.13 e 9.3	28.68	
11.3	1.31 e 32.10	
	7.6 e 9.12	
	24.12-15 e 23.17	

No NT há igualmente algumas citações e várias referências ao livro de Deuteronômio. Em Heb. 10.28 as palavras de Deu. 17.6 são

citadas como "a lei de Moisés". Paulo citou Deu. 27.26 e 21.23 em Gál. 3.10,13, adicionando a introdução "está escrito". Semelhantemente, Paulo citou partes do Decálogo em Rom. 7.7; 13.9; Efé. 6.2. Jesus também citou Deuteronômio em várias ocasiões, a saber: Mat. 4.1-11; 22.38; Luc. 4.1-13; Mar. 7.9-12; 10.5 e 10.17-19.

VI. Bibliografia

AM E IB ID MAN UNZ

Ao Leitor

Na *introdução* ao livro anterior, Números, abordo questões como autoria, fontes informativas, composição, conteúdo e propósitos, a seção legal e a importância do livro. Para maior proveito, o leitor deve dedicar algum tempo a esses tópicos, que lhe conferirão compreensão sobre a natureza geral do livro. É o que agora recomendo também, no caso deste quinto livro do Pentateuco, o Deuteronômio.

Título

Deuteronômio. Este título é explicado no primeiro parágrafo da *Introdução* ao livro.

Fontes Informativas

Além dos materiais apresentados na introdução ao livro, ver também, no *Dicionário*, o artigo intitulado *J,E,D,P.(S.).* Este livro tem sido atribuído pelos críticos à fonte informativa *D*, com algumas porções atribuídas a outras fontes, desconhecidas, além de a alguns comentários editoriais.

Essa *cópia da lei* é uma repetição de muitas coisas encontradas nos demais livros do *Pentateuco* (ver sobre este título no *Dicionário*). A cópia é uma "repetição", mas com características próprias. Ver as notas em Deu. 17.18 quanto à origem do título em português, derivado da Septuaginta. Representa uma renovação, bem como uma confirmação do Pacto Mosaico. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Pactos.* Algumas das coisas que foram assim *copiadas* na verdade foram modificadas com alguma elaboração e interpretação, de tal modo que o livro serve de suplemento à legislação mosaica.

Localização

No final do livro de Números, Israel aparece acampado nas planícies de Moabe, prestes a invadir a Terra Prometida. *Deuteronômio*, pois, é uma espécie de discurso de despedida de Moisés. Ele narra de novo os poderosos feitos de Yahweh e adverte solenemente contra a desobediência e a distorção dos preceitos do Senhor. A terra de Canaã haveria de apresentar muitas e novas tentações, e somente um povo fortemente alicerçado sobre a legislação mosaica poderia enfrentar com sucesso essas tentações. Moisés requereu lealdade ao pacto como a única salvaguarda da nação, em sua integridade e destino.

Discursos

O livro consiste em três discursos de Moisés: Deu. 1.6—4.40; caps. 5-28; caps. 29 e 30. Os capítulos 31—34 prosseguem a narrativa que fora interrompida no final do livro de Números.

Ensinos Distintos

A adoração a Yahweh haveria de ser centralizada em um único lugar, e, paralelamente, os santuários pagãos seriam totalmente destruídos (cap. 12). Jerusalém seria o centro da adoração a Yahweh. Os críticos modernos supõem que essa parte do livro seja história autêntica, e não previsões históricas, pelo que datam o livro como se tivesse sido escrito após a construção do templo de Jerusalém. Os estudiosos conservadores, por sua vez, vêem nessa circunstância antecipação e profecia. Alguns identificam Deuteronômio com o "Livro da Lei", cujo achado impulsionou Josias às suas reformas religiosas, em 621 A.C. (II Reis 22 e 23). Os críticos supõem que o livro repouse sobre tradições antigas, mas que sua data seja de compilação relativamente recente. Se assim de fato sucedeu, então, fundamentalmente, Deuteronômio seria uma redescoberta e uma reinterpretação dos ensinos de Moisés, à luz de acontecimentos históricos posteriores e de uma nova compreensão desses ensinos. Os conservadores vêem nisso tudo um avanço, embora procurem preservar a data da escrita do livro nos dias de Moisés, considerando esse profeta seu autor.

Citações de Deuteronômio no Novo Testamento

Mateus:

4.4 (Deu. 8.3); 4.7 (Deu. 6.16); 4.10 (Deu. 6.13); 5.31 (Deu. 24.1); 5.48 (Deu. 18.13); 18:16 (Deu. 19.15); 19.7 (Deu. 24.1); 22.24 (Deu. 25.5); 22.37 (Deu. 6.5); 24.24 (Deu. 13.1)

Marcos:

10.4 (Deu. 24.1); 12.19 (Deu. 25.5); 12.29 ss. (Deu. 6.4 ss); 12.32 (Deu. 4.35; 6.4); 12.33 (Deu. 6.5); 13.22 (Deu. 13.1); 13.27 (Deu. 30.4)

Lucas:

4.4 (Deu. 8.3); 4.8 (Deu. 6.13); 4.12 (Deu. 6.16); 10.27 (Deu 6.5); 18.20 (Deu. 5.16, 20); 20.28 (Deu. 25.5)

Atos:

3.22 (Deu. 18.15 ss.); 5.30 (Deu. 21.22 ss.); 7.5 (Deu. 2.5); 7.14 ss. (Deu. 10.22); 7.37 (Deu. 18.15,18); 7.45 (Deu. 32.49); 10.34 (Deu. 10.17); 10.39 (Deu. 21.22 ss.); 13.18 (Deu. 1.31); 13.19 (Deu. 7.1); 20.32 (Deu. 33.3 ss.); 26.18 (Deu. 33.3 ss.)

Atos:

3.22 (Deu. 18.15 ss.); 5.30 (Deu. 21.22 ss.); 7.5 (Deu. 2.5); 7.14 ss. (Deu. 10.22); 7.37 (Deu. 18.15,18); 7.45 (Deu. 32.49); 10.34 (Deu. 10.17); 10.39 (Deu. 21.22 ss.); 13.18 (Deu. 1.31); 13.19 (Deu. 7.1); 20.32 (Deu. 33.3 ss.); 26.18 (Deu. 33.3 ss.)

Romanos:

7.7 (Deu. 5.18,21); 10.6-9 (Deu. 30.12 ss.); 10.19 (Deu. 32.21); 11.8 (Deu. 9.4); 11.11 (Deu. 32.21); 12.19 (Deu. 32.35); 13.9 (Deu. 5.17 ss., 21); 15.10 (Deu. 32.43)

I Corintios:

5.13 (Deu. 22.24); 9.9 (Deu. 25.4); 10.20 (Deu. 32.17); 10.22 (Deu. 32.21)

II Coríntios:

13.1 (Deu. 19.15)

Gálatas:

3.10 (Deu. 27.26); 3.13 (Deu. 21.23)

Efésios:

1.16 (Deu. 33.3 ss.); 6.2 ss. (Deu. 5.16)

Filipenses:

2.15 (Deu. 32.5)

II Tessalonicenses:

2.13 (Deu. 33.12)

I Timóteo:

5.18 (Deu. 25.4); 5.19 (Deu. 19.15)

Tito:

2.14 (Deu. 14.2)

Hebreus:

1.6 (Deu. 32.43); 10.28 (Deu. 17.6); 10.30 (Deu. 32.35 ss.); 12.15 (Deu. 29.18); 12.18 ss. (Deu. 4.11); 12.19 (Deu. 4.12); 12.21 (Deu. 9.19); 12.29 (Deu. 4.24); 13.5 (Deu. 31.6,8)

Tiago:

2.11 (Deu. 5.17 ss.); 5.4 (Deu. 24.15,17); 5.7 (Deu. 11.14)

Apocalipse:

6.10 (Deu. 32.43); 9.14 (Deu. 1.7); 9.20 (Deu. 32.17); 15.3 (Deu. 32.4); 15.4 (Deu. 32.4); 16.5 (Deu. 32.4); 16.12 (Deu. 1.7); 17.14 (Deu. 10.17); 18.20 (Deu. 32.43); 19.2 (Deu. 32.43); 19.16 (Deu. 10.17); 22.18 ss. (Deu. 4.2)

"O Deuteronômio consiste nos conselhos de despedida de Moisés, entregues ao povo de Israel em face de sua iminente entrada na terra que lhes fora prometida em pacto. Contém um sumário das perambulações de Israel pelo deserto, importante porque desdobra os juízos morais de Deus sobre aqueles eventos, repete o Decálogo a uma geração que havia crescido no deserto, fornece orientações quanto à conduta de Israel na Terra Prometida e contém o Pacto Palestino (Deu. 30.1-9). O livro transpira a severidade da lei mosaica. Palavras-chaves: 'Não (algum verbo ou alocução verbal)' (ver Deu. 11.26-28)".

"Importa observar que, se a Terra Prometida foi dada incondicionalmente a Abraão e aos seus descendentes, como parte do Pacto Abraâmico (Gên. 13.15 e 15.7), foi debaixo do Pacto Palestino, que era condicional (ver Deu. 28.1—30.20), que o povo de Israel entrou na terra de Canaã, sob as ordens de Josué. Tendo violado as condições desse último pacto, a nação de Israel foi primeiramente derrotada (I Reis 12), para em seguida ser mandada ao primeiro exílio (II Reis 17.1-18; 24.1; 25.11). Mas aquele mesmo pacto promete, incondicionalmente, restauração nacional a Israel, o que ainda está por se cumprir (Gên. 15.18)" (*Scofield Reference Bible*, Introdução).

EXPOSIÇÃO

Capítulo Um

Primeiro Discurso de Moisés (1.1—4.43)

Sumário da História de Israel no Deserto (1.1—3.29)

Introdução (1.1-18)

"*Revisão Histórica.* Moisés passou em revista eventos desde a partida do Sinai (Horebe), para mostrar que o Senhor havia guiado de forma maravilhosa o Seu povo, pelo deserto. Os vss. 1-5 servem de introdução ao primeiro discurso de Moisés" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre Deu. 1.1). Ver as notas introdutórias anteriormente, que falam sobre os três discursos de Moisés, contidos no livro.

Isso posto, Deuteronômio é uma espécie de discurso final de Moisés, entregue ao povo de Israel na tentativa de garantir a lealdade e o cumprimento do Pacto Mosaico por parte deles.

1.1

São estas as palavras que Moisés falou. Moisés era o porta-voz de Deus diante dos israelitas. A expressão "disse Deus", ou algum paralelo, é de ocorrência freqüente no Pentateuco. Ver as notas a respeito em Lev. 1.1 e 4.1. Também serve para introduzir novas seções de material, além de fazer-nos lembrar da doutrina da inspiração divina da Bíblia. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Revelação (inspiração).* As palavras de Moisés não representavam um documento legal sem *vida, mas tinham por intuito oferecer direção para uma vida espiritual* vital. Suas palavras visavam instruir um povo tendente ao desvio, especialmente ao terem de enfrentar muitas novas tentações na terra de Canaã.

Inclinado a desviar-me, Senhor, eu me sinto,
Inclinado a deixar o Deus a quem amo.
Eis meu coração, toma-o e sela-o,
Sela-o para a Tua corte,
lá no alto.

(Robert Robinson)

Dalém do Jordão. Ou seja, a Transjordânia, o lado oriental daquele rio, onde Israel estava acampado e de onde estava prestes a desfechar a invasão. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Transjordânia.* Essa frase liga o Deuteronômio ao livro de Números, que terminara narrando como o povo de Israel estava naquela banda do rio, pronto para lançar o ataque. Ver Núm. 33.48; 36.13.

A maioria dos lugares mencionados neste versículo já tinha sido mencionada no livro de Números, e o leitor encontrará comentários ali ou no *Dicionário.*

Jordão. Ver a respeito no *Dicionário.*

Arabá. Ver a respeito no *Dicionário.*

Sufe. Essa palavra ocorre somente neste versículo em toda a Bíblia, dentro da frase "Mar de Sufe" (isto é, "Mar de canas"). Esse Mar é de localização incerta, sabendo-se apenas que foi ali que Moisés expôs a lei de Deus diante do povo de Israel. A associação desse Mar com Parã, Hazerote, Arabá, o vale do Jordão e o Mar Morto, que se prolonga para o sul na direção do Golfo de Ácaba, sugere que a sua identificação com o Golfo de Ácaba deve estar certa. Essa tem sido a interpretação de algumas versões, como é o caso da King James Version, em inglês. Muitos intérpretes modernos diziam que deveria ser identificado com o *Golfo de Ácaba*, um dos braços do Mar Vermelho.

Parã. Ver sobre *El-Parã*, em Gên. 14.6.

Tôfel. No hebraico, "pilão", "almofariz". Este nome só é mencionado nas palavras de abertura do livro de Deuteronômio (1.1), entre outros quatro nomes de cidades, como o local onde Moisés dirigiu um grande discurso aos ouvidos do povo de Israel. Essa localidade tem sido identificada com a moderna *Tafile*, uma aldeia a cerca de vinte e quatro quilômetros a sudeste do Mar Morto, em um fértil vale por onde passa a estrada de Queraque a Petra. Nada mais se sabe, porém, sobre esta localidade.

Labã. Este lugar tem sido identificado como a mesma *Libna*, de Núm. 33.20. Há um detalhado verbete a respeito do local no *Dicionário.*

Hazerote. Ver as notas sobre este lugar em Núm. 11.35.

Di-Zaabe. Há um detalhado artigo sobre este lugar no *Dicionário.* Alguns o identificam com Mina al Dhabab ou com Me-Zaabe (Gên. 36.39).

"A rota inteira entre Parã, à esquerda, e aquelas cinco localidades, à direita, fizeram parte da primeira marcha de Israel, desde o Sinai até Cades-Barnéia. Levou-os até o deserto de Zim, e encontra-os, nestes versículos (Deu. 1.1,2), naquele lugar" (Ellicott, *in loc.*).

1.2

Horebe. Ver a respeito no *Dicionário.*

Seir. Ver a respeito no *Dicionário.*

Cades-Barnéia. Ver a respeito, no *Dicionário.* As referências a essa localidade servem os dois propósitos: 1. Situam a revelação divina dentro da história, mediante localizações geográficas. 2. Mostram que foram necessários apenas *onze dias para fazer a viagem, mas que a incredulidade manifestada por Israel,* na fronteira, fez Israel voltar ao deserto e ali internar-se pelo espaço de quarenta anos. E assim, quando Moisés proferiu este discurso, quarenta anos mais tarde, ele os levou de volta àquela oportunidade que eles haviam desperdiçado. E isso foi uma demonstração da graça de Deus.

Eu, oportunidade, chego uma vez diante de cada porta!
Se estás dormindo, acorda! Se estás comendo, de pé!
Vou-me embora. É a hora do destino.

John James Ingalls

Em apenas onze dias, os israelitas estiveram à beira de possuir sua Terra Prometida, sua herança, mas o coração deles tremeu quando viram os gigantes da terra (Núm. 13.33), e assim fracassaram. A tarefa pareceu-lhes por demais perigosa e difícil. E isso lhes custou muito tempo (quarenta anos) e muito sofrimento. Pela graça de Deus, todavia, foram levados de volta à oportunidade perdida, visto que a vontade de Deus estava envolvida em tudo aquilo.

Horebe era um dos picos do Sinai, onde a lei foi dada, ou então o nome geral da serra da qual o Sinai fazia parte. Para quem partisse dali, a fronteira da Terra Prometida não ficava distante. Moisés, símbolo da lei, não podia fazê-los penetrar na Terra Prometida. Mas Josué, tipo de Jesus, foi capaz de fazê-lo, pois essa foi a sua missão, tal como a missão de Jesus é a de conduzir-nos à Pátria Celeste.

A lei acena com a promessa da vida, embora ela mesma não possa dar vida. *Onze dias* indica o *tempo de jornada*, e não o tempo real que Israel precisou para percorrer a distância entre os dois lugares, visto que sabemos que eles estiveram acampados em Quibrote-Taavá por um mês inteiro, e em Hazerote por sete dias.

1.3

Este versículo estabelece um patético contraste com o versículo anterior. Se eram necessários apenas onze dias de jornada para que alguém chegasse à fronteira da Terra Prometida, Israel teve de retroceder para o deserto, onde ficou vagueando por quase quarenta anos. Essa oportunidade estava sendo agora renovada, no décimo primeiro mês (*shebet*, correspondente aos nossos janeiro-fevereiro). Foi então que Moisés deu início ao seu primeiro discurso, no qual, por assim dizer, repetiu a lei. Ver as *notas de introdução antes de Deu. 1.1*, bem como a Introdução ao livro, quanto a detalhes completos. O Deuteronômio contém três discursos de Moisés, nos quais ele deu suas instruções finais a um povo com uma constante tendência ao desvio. Ver especialmente a segunda seção da *Introdução*, intitulada *Conteúdo e Propósito.*

"Foi feita uma advertência implícita: Não vos mostreis lentos em confiar em vosso Deus novamente. Infelizmente, Israel nunca deu ouvidos atentos a esse aviso. Conforme Estêvão frisou séculos mais tarde (ver Atos 7.39,51), os israelitas sempre *se mostraram* lentos em crer em Deus" (Jack S. Deere, *in loc.*). Mas, afinal, essa é a história de toda a humanidade, com a exceção de apenas alguns poucos.

O ano *quadragésimo*, em certo sentido, foi um ano triste para Israel. No primeiro mês daquele ano, Miriã morreu (Núm. 20); no primeiro dia do quinto mês, Arão morreu (Núm. 33.38). E perto do fim daquele mesmo ano, Moisés morreu (Deu. 34).

1.4

Aqui o autor completa as suas notas históricas e geográficas, no tocante ao pano de fundo do livro, e os discursos que Moisés estava prestes a proferir, referindo-se à completa derrota dos dois reis que tinham feito oposição aos filhos de Israel, segundo se lê em Números 21.21-35, repetindo a crônica de *Deuteronômio* 2.26-3.11. Todos os nomes aqui referidos são comentados em Números ou no *Dicionário.* Antes do décimo primeiro mês do ano, não somente Seom e Ogue, mas também os cinco príncipes midianitas, que eram duques de

Seom e habitavam na região (Jos. 13.21), foram mortos. Essas vitórias infundiram coragem nos israelitas, que assim se animaram a prosseguir.

"Ter uma tarefa imediata a fazer, saber o que fazer, em um dado momento, é ganhar metade da batalha" (Henry H. Shires, *in loc.*). É conforme diz o Livro de Oração Comum, dos anglicanos: "... percebe e sabe quais coisas eles devem fazer, e também que eles têm a graça e o poder para cumprir sua tarefa com fidelidade".

1.5

Além do Jordão. Está claramente em foco a *Transjordânia* (ver a respeito no *Dicionário*). O autor estava do lado oposto do rio, mas olhava para o lado ocidental, que passaria a ser conquistado. As tribos de Gade e Rúben, além da meia tribo de Manassés, já tinham recebido seus territórios, no lado oriental do Jordão (ver Núm. 32). E então começaram a ajudar as outras tribos a conquistar o lado ocidental do rio, que era a condição que Moisés requerera deles, para que pudessem ficar com a Transjordânia.

Foi no lado oriental que Moisés deu início ao seu primeiro discurso. O livro de Deuteronômio é, essencialmente, a repetição da lei que servia para instruir o povo de Israel quanto a todos os seus deveres e privilégios, encorajando-os a cumprir o seu destino.

1.6

Nosso Deus nos falou. Deus tinha dado ordem para os israelitas partirem do Sinai. Eles tinham estado ali um ano menos dez dias, considerando-se que tinham chegado no primeiro dia do terceiro mês, depois de terem partido do Egito, e só deixaram o local no vigésimo dia do segundo mês, no segundo ano (ver Êxo. 19.1; Núm. 10.11). Foi durante esse período de permanência no Sinai que o tabernáculo foi construído, armado e o seu culto foi estabelecido, dando aos filhos de Israel a base de sua fé religiosa durante muitos séculos que se seguiriam.

Tipologia. O povo de Israel ficou muito tempo debaixo da lei. Mas chegou o tempo de passar adiante, para a graça do sistema cristão. "É bom para as pessoas que elas não permaneçam por muito tempo debaixo da lei e de seus terrores, mas sejam dirigidas ao Monte Sião; ver Hebreus 12.18-24" (John Gill, *in loc.*).

Nosso Deus. Essa expressão é reiterada por cinqüenta vezes no Antigo Testamento, conforme escreveu uma de minhas fontes, Jack S. Deere. No hebraico temos a expressão *Yahweh-Elohim*, o Eterno-poderoso. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Deus, Nomes Bíblicos de*, onde esses e outros nomes divinos são discutidos.

O poder divino dera aos israelitas a lei; mas também ordenara que eles conquistassem a Terra Prometida. A verdade sempre é revelada de modo progressivo. A descoberta da verdade é uma aventura, e não um depósito conferido de uma vez para sempre. Uma característica literária do Deuteronômio, que os críticos atribuem a uma fonte informativa que chamam de D, é o uso dos pronomes possessivos *nosso, teu e vosso* para indicar Deus. Isso serve para enfatizar a proximidade da relação que um homem pode ter com o seu Deus. Deus não é uma figura distante. Ele está profundamente interessado na vida dos homens. Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, os artigos chamados *Deísmo e Teísmo*. O teísmo ensina que Deus criou e habita em Sua criação (inerência), punindo e recompensando. O deísmo, por sua vez, ensina que houve alguma força criativa, pessoal ou impessoal, mas que abandonou em seguida a sua criação (transcendência), deixando-a aos cuidados de leis naturais. A revelação bíblica, entretanto, mostra que é o teísmo que está com a razão.

1.7

Israel se tinha mudado para as planícies de Moabe. Os moabitas tinham perdido grande parte de seu território para os amorreus. Ver os artigos sobre ambos esses povos no *Dicionário*. Este versículo fornece-nos uma descrição geral dos *limites* do território a ser conquistado. Cf. Deu. 11.24 e Êxo. 23.31. Uma das principais provisões do *Pacto Abraâmico* era a Terra Prometida. Ver as notas sobre esse pacto, onde dou as dimensões da Terra Prometida, em Gên. 15.18. O capítulo 34 de Números mostra, em detalhes, as fronteiras *ideais* da Terra Prometida, cujo território teve boa parte nunca conquistada. O livro de Gênesis inicia a fronteira sul-oriental no Nilo (Gên. 15.18), mas o livro de Números inicia essa fronteira no ribeiro do Egito, a boa distância mais para oriente, como quem segue na direção oeste. Ver as notas em Núm. 34.5. Neste texto, a fronteira norte não é claramente definida.

Região montanhosa dos amorreus. Algumas versões dizem aqui "Monte Hor", mas isso envolve um equívoco, pois é claro que não se trata do Monte referido em Núm. 34.7,8. O Monte Hor ficava na fronteira com Edom. Ver no *Dicionário* o artigo *Hor, Monte*. A região montanhosa aqui referida deve ter sido um pico dos montes do Líbano, embora alguns estudiosos a situem um tanto mais ao sul. Meu artigo descreve ambas as regiões.

Arabá. Ver o artigo detalhado a respeito no *Dicionário*.

Neguebe. Ver o artigo detalhado a respeito no *Dicionário*.

Eufrates. Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Eufrates* e *Líbano*.

Muitos dos povos naqueles territórios remotos algumas vezes eram sujeitados ao pagamento de tributos, embora nunca tivessem sido realmente conquistados.

"A fronteira sul deles estendia-se até a região montanhosa dos amorreus; a sua fronteira *ocidental* era formada pelo Mar Mediterrâneo; a sua fronteira norte era o Líbano; e a fronteira *oriental* deles chegava às margens ocidentais do rio Eufrates, até onde Salomão reinou. Ver I Reis 4.21" (Adam Clark, *in loc.*).

1.8

Moisés lembrou aos filhos de Israel de seus *deveres* e *privilégios*. De acordo com o Pacto Abraâmico, a Terra Prometida fazia parte da herança dada por Deus. Essa promessa fora transmitida aos outros patriarcas — Isaque e Jacó — e agora estava sendo conferida aos israelitas de várias gerações posteriores. Logo, era privilégio e dever deles tomar conta do território prometido. Eles tinham direito a ele, e, pela graça de Deus, tinham o *poder* de assim fazer. Ver Gên. 15.18, quanto ao *Pacto Abraâmico*. Ver também Gên. 12.1-7; 13.14-17 e 15.18, quanto às antigas promessas feitas por Yahweh a Abraão. O Pacto Abraâmico recebe grande ênfase e é repetido, nem sempre de maneira completa, por *dezesseis* vezes. Há referências que mostram isso, nas notas sobre Gên. 15.18. "A promessa divina feita a Abraão, repetida a Isaque e Jacó, juntamente com os estágios sucessivos de seu cumprimento, é um tema básico do hexateuco" (G. Ernest Wright, *in loc.*). Quanto ao Novo Testamento, ver Atos 7.5 e Heb. 11.16. Naturalmente, o cumprimento maior do Pacto Abraâmico, em um sentido espiritual, foi efetuado por Cristo, o Filho de Abraão, que universalizou seus conceitos, reunindo todos os povos debaixo de suas provisões. Ver Gál. 3.16-20.

Os três patriarcas — Abraão, Isaque e Jacó — são mencionados juntos por sete vezes em Deuteronômio (ver 1.8; 6.10; 9.5,27; 29.13; 30.20; 34.4). A ênfase sobre a Terra Prometida é constante no Deuteronômio. A menção à Terra Prometida repete-se por quase duzentas vezes neste livro.

1.9

Eu vos disse. A maior parte do Deuteronômio consiste em uma revisão de coisas já narradas nos livros de Êxodo, Levítico e Números; mas agora esse material é repetido sob a forma de três discursos de despedida de Moisés ao povo de Israel, pouco antes de terem invadido o território e fixado residência ali. Este versículo retoma os dois temas anteriores, a saber: 1. O conselho de Jetro (Êxo. 18) para que Moisés pudesse desincumbir-se melhor de seus deveres, visto que estava sobrecarregado de trabalho. 2. Maior alívio ainda que lhe fora dado, pela nomeação dos setenta anciãos. Esses homens receberam dons, tais como a profecia, para auxiliarem a Moisés em sua tarefa. Não somos informados, contudo, sobre até que ponto foram seguidos os conselhos de Jetro. Mas os setenta anciãos (Núm. 11.16) tornaram-se parte importante na política governamental de Israel. Sem dúvida, esses anciãos podiam nomear subordinados, juízes etc. a fim de implementar sua autoridade por todo o Israel. Isso tirou dos ombros de Moisés grande sobrecarga. Cf. a nomeação dos setenta, por parte de Jesus, a fim de ajudá-Lo no cumprimento de Sua missão (Luc. 10). Ver Núm. 11.14, um versículo virtualmente idêntico a este. Os vss. 9-18 são um relato composto que combina materiais que já tínhamos visto em Núm. 11.14-17 e Êxo. 18.13-27.

1.10,11

Vosso Deus vos tem multiplicado. Eis aí outra provisão do *Pacto Abraâmico* (Gên. 15.5; 22.17; 26.4; Êxo. 32.13). Isso requeria grande número de auxiliares. Controlar o povo de Israel tornara-se tarefa impossível para Moisés sozinho. Quanto às estatísticas do primeiro e do segundo censo, que ilustram essa multiplicação, ver Núm. 1.2. Israel tinha agora mais de seiscentos mil homens de vinte anos de idade ou mais, capazes de entrar em guerra, o que indica que a população total não podia ser menor do que três milhões de pessoas.

Como as estrelas dos céus. Uma expressão de uso freqüente para aludir à multiplicação extraordinária do povo de Israel. Outra expressão usada para indicar essa multiplicação é "como a areia do Mar". Ver Gên. 22.17; 32.12.

O Senhor vosso Deus. No hebraico, *Yahweh-Elohim*, que usualmente aparece com algum pronome pessoal possessivo, como "nosso" ou "vosso", por mais de trezentas vezes no Deuteronômio, sendo assim uma característica literária do autor deste livro, que os críticos atribuem à fonte *D*. Ver no *Dicionário* o artigo

chamado *J.E.D.P.(S.)*, quanto à teoria das fontes múltiplas do Pentateuco. "Senhor nosso Deus" aparece cerca de cinqüenta vezes, e "Senhor vosso Deus", por cerca de duzentas e cinqüenta vezes. Deus é assim personalizado. Ele não é uma figura distante. Quanto a notas completas sobre essa conclusão, ver os comentários no vs. 6 deste capítulo. Moisés fez uma declaração enfática sob a forma de uma bênção, pedindo que Yahweh aumentasse mais e mais o número dos filhos de Israel, o que seria um sinal de orientação e bênção divina. Ver sobre a *intercessão* de Moisés, bem como sobre o poder dessa intercessão, em Núm. 16.45. Ver no *Dicionário* os verbetes chamados *Oração* e *Intercessão*.

1.12

Como suportaria eu sozinho...? Ao considerar a grande multiplicação do povo de Israel, Moisés sentiu-se incapaz de carregar sozinho as cargas de liderança e administração. Era mister a nomeação de outros que o ajudassem. Este versículo repete a mensagem dos vss. 9 e 10; e os versículos que se seguem mostram como o dilema foi equacionado. Cf. Êxo. 18.13-27. Os homens escolhidos ajudariam a estabelecer e promover a justiça na terra de Canaã, e não somente a manter as coisas em boa ordem. Israel seria um povo santo e distinto, diferente dos antigos habitantes da região. Os escolhidos seriam instrumentos que levariam o povo de Israel a lembrar, aprender e pôr em prática a legislação mosaica. Eles efetuariam a missão de Moisés, tal como a Igreja leva avante a missão de Jesus.

1.13

Tomai-vos homens sábios. O vs. 15 nos mostra o *modus operandi* da questão. Não lhes competia meramente governar, mas também governar bem, julgar corretamente e promover a espiritualidade, mediante a guarda de todas as provisões da lei dada por Deus. Eles seriam juízes e mestres, no sentido civil e no sentido religioso. A conquista não visava apenas a possessão de um território, mas também que este fosse habitado por um povo diferente, que representasse um avanço espiritual. Não podiam ser apenas homens dotados de autoridade; também tinham de ser homens honestos e íntegros, além de dotados de sabedoria espiritual. Cf. Êxo. 18.21. Era mister que fossem homens tementes a Deus, que não aceitassem suborno ao julgarem os casos. Cf. considerações similares na nomeação dos primeiros líderes cristãos (Atos 6.3). Os vss. 13-15 deste capítulo são bastante parecidos com os do capítulo 18 de Êxodo, que sem dúvida devem ter-lhes servido de fonte, ou, ao menos, de uma das fontes.

1.14

É bom. O povo concordou plenamente com Moisés, em seus atos e intenções, reconhecendo que tudo contribuía para o bem deles. Moisés não era um líder egocêntrico, mas buscava a prosperidade de todos. Ele se tinha dedicado ao seu povo, em uma atitude muito rara entre os políticos!

1.15

E os fiz cabeças sobre vós. Os homens escolhidos eram líderes sábios e justos. O "rei-filósofo" postulado por Platão não somente deveria ser o homem mais poderoso e experiente no governo, mas também o mais sábio e bom. Deveria ter sido treinado e condicionado para que essa fosse a grande tarefa de sua vida. Esse é o espírito refletido neste texto. Estamos acostumados a equiparar dinheiro com poder, pois é isso que geralmente sucede neste mundo. Mas a Bíblia equipara bondade com poder, uma rara combinação entre os homens.

A Ordem:

1. *Yahweh.* O comandante-em-chefe, fonte originária de todo poder e sabedoria.
2. *Moisés* (mais tarde, Josué e Eleazar, filho de Arão) era o mediador, o próximo na ordem de comando.
3. *Os sacerdotes.* Esses eram líderes espirituais dotados de discernimento espiritual e de revelação, por meio do *Urim* e do *Tumim*. Ver a respeito no *Dicionário*.
4. *Os príncipes.* Eles eram doze ao todo, cada qual sobre uma tribo de Israel. Eram os anciãos principais, homens de grande distinção e experiência.
5. *Os quiliarcas.* Ou capitães de mil, subordinados aos príncipes e responsáveis diante deles, bem como seus executivos principais.
6. *Os centuriões.* Eram os capitães de cem, responsáveis diante dos quiliarcas, e seus principais executivos.
7. *Os tribunos.* Eram os capitães de cinqüenta, e responsáveis diante dos centuriões, e seus principais executivos.
8. *Os decuriões.* Eram os capitães de dez, responsáveis diante dos tribunos, e seus principais executivos.
9. *Os oficiais.* Eram pessoas usadas para cumprir tarefas, labores ou missões específicas.

"Todos esses derivavam a sua autoridade da parte de Deus, mas estavam sujeitos e prestavam conta uns aos outros. Ver as notas sobre isso no segundo capítulo de Números" (Adam Clark, *in loc.*).

Cf. Êxo. 18.21-25, virtualmente idêntico a este trecho.

1.16,17

Estes versículos refletem Núm. 18.21,22, embora sob forma compacta. Temos aqui uma expressão proverbial sobre a justiça nos julgamentos. Um juiz não podia temer o rosto de ninguém. Em outras palavras, cabia-lhe ser imparcial. Não podia temer o que outros lhe fizessem se executasse a justiça contra os poderosos. Não podia considerar o poder do dinheiro. Devia exercer sua autoridade sem levar em conta o poder daqueles sobre os quais exercia autoridade. Alguns povos antigos levavam as pessoas diante dos juízes com a cabeça coberta por um capuz, para que elas não pudessem ser reconhecidas. Em Israel, os acusados eram apresentados de rosto à mostra, mas para os juízes isso nada significaria. Se algum juiz achasse um caso difícil demais para ser julgado, então recorria a Moisés. Se o caso parecesse difícil demais para Moisés, este consultaria a Yahweh, recebendo iluminação direta da parte Dele. O Pentateuco registra *quatro* vezes durante as quais Moisés não se sentiu capaz de tomar uma decisão sem primeiro consultar a Yahweh. Ver as notas a respeito em Núm. 27.5. Assim, o próprio grande Moisés, às vezes, precisava receber uma iluminação *direta*, quando os problemas parecessem difíceis demais para ele. Quanto mais nós precisamos dessa iluminação!. Oh, Senhor, concede-nos tal graça! Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Vontade de Deus, como Descobri-la*. Algumas vezes, a iluminação é imprescindível. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Iluminação*.

O estrangeiro. É provável que esteja aqui em pauta o estrangeiro residente, que se tornara um hebreu quanto à fé religiosa. Mas as leis da justiça eram aplicáveis a qualquer pessoa que estivesse de passagem pela Terra Prometida.

Deus, Fonte de Todo Juízo Justo. O julgamento pertence a Deus, e essa *razão teológica* é frisada aqui para reforçar a ordem de que se fizesse justiça estrita e honesta. A questão de não se ter respeito humano aparece dentro do contexto divino. O rosto de Deus é que precisamos temer, e Seu rosto requer de nós que usemos de justiça, sem importar se estão envolvidos grandes ou pequenos, ricos ou pobres, poderosos ou impotentes. As carrancas e ameaças dos homens não fazem um homem tremer, quando ele teme a Deus, como é mister. Pois Deus, afinal, é quem resolve todas as questões e julga até mesmo os juízes. Os juízes operam como representantes de Deus e devem executar a vontade Dele. Deus não faz acepção de pessoas. (Ver II Sam. 14.14; Rom. 2.11.)

1.18

Naquele tempo. Ou seja, depois que o povo de Israel partiu de Horebe, quando caminhava do Sinai até Cades-Barnéia. As instruções dadas nos discursos de Moisés (a essência mesmo do livro de Deuteronômio) reiteravam preceitos dados anteriormente (nos livros de Êxodo, Levítico e Números), conforme sugere este versículo. Ao mesmo tempo, também podem ser uma referência à revelação da lei dada no Sinai - o Decálogo -, visto que essa legislação continha, em espírito, todas as ordens menores. Ver no *Dicionário* os verbetes chamados *Decálogo* e *Dez Mandamentos*. Julgamentos imparciais eram esperados da parte de homens espirituais, e os juízes tinham de ser homens espirituais. Cf. Pro. 18.5; 24.23.

O Fracasso em Cades (1.19-46)

Esta seção dá continuação ao primeiro discurso de Moisés. Ele falou sobre o fracasso de Israel, por causa da falta de fé, em Cades-Barnéia. Foi esse um grande incidente na história de Israel, que dali por diante serviu de exemplo negativo, ou seja, de como não se devia agir. Essa falha de Israel custou-lhe quarenta anos de tempo precioso, tendo também resultado no assustador castigo de que nenhum homem, da geração original que partiu do Egito, teve permissão de entrar na Terra Prometida, com as exceções únicas de Calebe e Josué, os dois espias que trouxeram um relatório positivo e corajoso, e exortaram os israelitas para que invadissem imediatamente a terra de Canaã.

Os capítulos 13 e 14 de Números, bem como Núm. 21.1-3, nos dão os principais incidentes pesquisados nesta seção, pelo que o livro de *Deuteronômio*, em consonância com o seu título, repete material que já havia sido ventilado em Êxodo, Levítico e Números. O interesse central desta seção não é dar um relato completo da história envolvida, mas destacar as razões morais e espirituais daquela falha, a saber, o medo e a dúvida, a falta de coragem e a falta de fé. "O mais sutil perigo que a nação eleita teve de enfrentar não foi algum *inimigo exterior*, mas a própria dúvida quanto à graciosa orientação divina e a Sua inten-

ção de cumprir as Suas promessas" (G. Ernest Wright, *in loc.*). Não podemos manter-nos neutros na inquirição espiritual. Decisões precisam ser tomadas. Deus livrou Israel do Egito com um propósito em mira, e não apenas para melhorar o padrão de vida deles. Cades-Barnéia assinalou o primeiro teste real de Israel no caminho para o seu elevado destino. Nesse primeiro teste, Israel falhou miseravelmente. Mas a graça de Deus forneceu aos israelitas uma segunda oportunidade. Outro teste foi o da lealdade ao Senhor, uma vez que eles estivessem instalados na Terra Prometida. Esse teste também reprovou os filhos de Israel. Mas o retorno, terminado o exílio babilônico, por um fragmento da nação, foi uma renovação de oportunidade para os israelitas. Deus espera que aprendamos com base nos nossos erros, sabendo assim mudar de curso. Moisés destacou lições morais e espirituais para Israel, com base naquele primeiro grave erro, para mudar a conduta deles.

1.19

Partimos de Horebe. Ver a respeito no *Dicionário.* É provável que Horebe fosse uma cadeia montanhosa da qual fazia parte o Sinai. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Sinai.* Israel partiu do lugar da outorga da lei e seguiu caminho através do deserto, tendo chegado à região montanhosa dos amorreus. Está em pauta o deserto de Parã. Ver sobre El-Parã, em Gên. 14.6. Eles atravessaram esse deserto e chegaram à região montanhosa, ou seja, às colinas do deserto onde os amorreus se tinham apossado do território. O trajeto entre Sinai e Cades-Barnéia era de cerca de cento e sessenta quilômetros. Era um deserto estéril, em sua maior parte. Ver *Êxodo* (o Evento) quanto a ilustrações sobre a rota seguida. Ver também o artigo *Amorreus*, no *Dicionário.*

Chegamos a Cades-Barnéia. Ver sobre essa localidade no *Dicionário.* Israel ficou cerca de um mês em Quibrote-Taavá, onde os filhos de Israel desejaram comer carne, e então estiveram por sete dias em Hazerote, lugares esses que não são mencionados neste sumário. Em seguida, chegaram a Cades-Barnéia. Em Hazerote, Miriã foi ferida com uma enfermidade cutânea (*sara'at*), por causa de sua rebeldia. Ver Núm. 11.34 ss. e o cap. 12.

1.20

Amorreus. Eles formavam uma das sete nações que habitavam na região e tinham de ser expulsas. Talvez o nome indique todos os habitantes da terra, conforme se vê em Gên. 15.16; 20.19; Jos. 3.10 e Amós 2.9. A *taça da iniqüidade* daqueles povos agora estava cheia (ver Gên. 15.16), e eles mereciam ser expulsos. Essa fora uma promessa feita por Deus a Abraão. Mas a posse da terra não poderia ocorrer enquanto o cronógrafo de Deus não levasse a história à condição apropriada para o evento. Agora o tempo havia chegado. Os espias foram enviados. Uma visão foi efetuada; e Israel acabou ficando com aquele território. A lista de nações a serem expulsas aparece em Êxo. 33.2. A referência específica deste versículo não é a parte sul da terra de Canaã. Era por ali que Israel deveria ter entrado no território, mas dali nada resultou. Em primeiro lugar, houve uma recusa de permissão; e, em segundo lugar, um esforço infrutífero fracassou miseravelmente (ver Núm. 14.39 ss.). Os críticos supõem que essa tenha sido a razão real pela qual Israel teve de voltar ao deserto: fracasso em uma tentativa inicial de invasão. Mas a razão espiritual é que os filhos de Israel tinham perdido sua oportunidade por motivo de incredulidade.

1.21

Uma das características literárias do autor do Pentateuco é a repetição. Assim, uma vez mais, há elementos reiterados que já tínhamos visto por várias outras vezes. A ordem de Yahweh era invadir e tomar conta da terra que havia sido dada por decreto divino aos pais da nação, mediante o Pacto Abraâmico. Ver o vs. 8, que contém toda a essência deste versículo, onde também aparecem referências a outras passagens sobre o mesmo assunto. Quando a ordem foi dada originalmente, houve uma falha na fé e na coragem, o que foi reforçado pelo relatório negativo de dez espias, que assim se mostraram infiéis (vss. 22 ss.). Os gigantes da terra deixaram-nos assustados (Núm. 13.33), e não houve encorajamento que pudesse espantar seus temores. E assim o povo de Israel acabou retrocedendo para o deserto, onde ficou vagueando por quase quarenta anos.

Deus de teus pais. A saber, Yahweh, o Deus de Abraão, Isaque e Jacó, que estava por trás da invasão. Ver sobre isso no vs. 8 deste capítulo. "Senhor nosso Deus" é uma expressão que aparece em Deuteronômio por cinqüenta vezes. Ver sobre isso nas notas do vs. 6 deste capítulo.

1.22

Mandemos homens adiante de nós. O envio dos espias, na verdade, não visava decidir se eles deveriam ou não entrar na terra. A invasão já tinha sido ordenada por Deus. O alvo era planejar a invasão e encorajá-la. O relato é narrado com abundância de detalhes no capítulo 13 de Números. O propósito era descobrir "a melhor maneira de entrar, o caminho mais fácil e acessível, onde os passos fossem mais abertos e menos perigosos... qual seria a maneira mais apropriada de atacar as cidades e subjugá-las" (John Gill, *in loc.*).

O trecho de Números 13.1 mostra-nos que a ordem de Yahweh era que eles obedecessem e fossem encorajados a entrar em ação. O vs. 33 deste capítulo mostra que Deus prometeu que iria à frente deles. Seus passos tinham sido ordenados pelo Senhor (Sal. 37.23).

1.23

Isto me pareceu bem. O versículo anterior aponta para a iniciativa de entrar na terra de Canaã, e este versículo afirma que essa idéia foi "agradável" a Yahweh. Mas é Deus quem põe no coração dos homens o desejo de obedecer. Assim, Ele nos guia, e nós seguimos. Algumas vezes, chegamos a pensar que estamos cumprindo nossa própria vontade, mas a vontade do Senhor está por trás dos atos dos homens espirituais. Os israelitas julgavam que estavam sendo sábios, prudentes e expeditos; mas quaisquer qualidades positivas que neles havia tinham sido inspiradas por Deus. O resultado desses pensamentos foi a escolha dos doze espias, não meramente para ver quão boa era a Terra Prometida, mas para planejar maneiras de invadi-la. Nunca se debateu se deveria ser feita ou não a invasão, mas somente como e quando. Assim, os vss. 22 e 23 deste capítulo mostram-nos que Israel agiu, no começo, com fé e entusiasmo, mas logo esses elementos cederam lugar ao desespero e à inércia.

1.24

Vale de Escol. Ver as notas em Núm. 13.23 ss., quanto à essência deste versículo. Esse vale foi assim chamado por causa do cacho de uvas que os espias trouxeram dali, como sinal da abundância e da frutificação da Terra Prometida. Esse vale ficava localizado perto de Hebrom (ver Núm. 13.22,23). Até hoje aquela região é famosa por suas uvas. Ver o artigo chamado *Escol* no *Dicionário.*

1.25

Os espias colheram impressões e frutos da terra. Os frutos representavam certa variedade: uvas, figos, romãs etc. (ver Núm. 13.23). Todas as evidências demonstravam que a terra era "boa", uma frase usada por dez vezes no Deuteronômio: 1.25,35; 3.25; 4.21,22; 6.18; 8.7,10; 9.6 e 11.17. O Targum de Jonathan limita o bom relatório e a demonstração das boas qualidades da terra a Calebe e Josué; mas Jarchi afirma corretamente que todos os espias deram um relatório favorável quanto à terra propriamente dita, embora dez deles não tivessem concordado em que seria aconselhável atacar os habitantes da terra. Da terra fluía leite e mel (ver Núm. 13.27).

1.26

Vós não quisestes subir. Os israelitas falharam por motivo de falta de fé e de coragem. Disso resultou que eles retrocederam da fronteira com a Terra Prometida e se rebelaram. Recusaram-se a avançar. Os dois espias fiéis tinham dito: "Subamos imediatamente e possuamos a terra". Mas os demais espias, temendo o tamanho das cidades fortificadas, bem como os ferozes gigantes que nelas habitavam, disseram: "Não, pois os cananeus são mais fortes do que nós". A história toda é relatada em Núm. 13.31 ss.. Assim, aquela geração dos filhos de Israel falhou à beira da maior oportunidade que lhes havia sido dada. Para aquela geração, a oportunidade nunca mais foi renovada, embora fosse repetida em favor da geração seguinte.

1.27

Murmurastes. Um dos temas constantes do Pentateuco é o das "murmurações" dos filhos de Israel. Ver as notas sobre isso em Núm. 14.18 até Núm. 21.5, onde listo onze dessas murmurações ao todo. Este versículo incorpora elementos de Núm. 14.1,2. Conforme eles calcularam, Yahweh os "odiava", tendo-os libertado do Egito somente para deixá-los cair prisioneiros dos amorreus (aqui mencionados como representantes de todos os habitantes da terra de Canaã). Este versículo mostra-nos até que ponto o medo e a incredulidade puderam distorcer os pensamentos deles. Eles atribuíram o grande milagre do livramento da servidão egípcia a um propósito sinistro, a saber, a destruição deles mais tarde, como se Yahweh fosse algum tirano irracional que se deleitasse com os sofrimentos deles. Mas o que eles consideraram ser atos de ódio, na realidade eram atos de amor, conforme vemos em Deuteronômio 4.37. Este versículo mostra-se mais drástico ao exprimir a atitude de incredulidade dos filhos de Israel, do que o faz seu paralelo, Números 14.3.

1.28

Nossos irmãos fizeram. Os dez espias incrédulos apresentaram toda sorte de razões para seu temor, mas não conseguiam prever a vitória que estava tão próxima. Os habitantes cananeus da terra eram gigantescos (ver Núm. 13.31-33); as suas cidades eram fortificadas, com muralhas que chegavam aos céus; os temidos filhos de Anaque, gigantes notórios por sua crueldade e grande força física estavam ali (ver Núm. 13.33), pelo que os israelitas viam a si mesmos como se fossem meros gafanhotos em comparação a eles. A incredulidade sempre apresenta as suas razões que enevoam a fé e nos furtam a vitória. Pergunta-nos um antigo hino: "Como esperar grande galardão se agora evitamos a luta?". Sem conflito não pode haver vitória. Ter fé, por muitas vezes, consiste em *ignorar* as *razões* que nos convidam a não nos arriscarmos. A fé é a vitória que vence o mundo (ver I João 5.4).

"Por sua covardia, o povo rebelou-se e murmurou contra o Senhor (Êxo. 15.24; 16.2; 17.3). Isso ilustra como o pecado deliberado e desafiador corrompe a nossa visão de Deus... Israel havia raciocinado de maneira similar no deserto (Êxo. 16.3; 17.3). A descrição deles sobre os cananeus (mais fortes e mais altos do que nós) revela que eles pensavam que a tarefa era impossível tanto para eles mesmos quanto para Deus" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Essa atitude negativa fez o coração dos israelitas "desesperar" (ver Jos. 14.8). Cf. Núm. 13.28, que é o paralelo essencial do versículo à nossa frente.

1.29

Não vos espanteis, nem os temais. Essa parte do discurso de Moisés não ficou registrada no paralelo do capítulo 14 de Números. Ali, consternados, Moisés e Arão caíram de bruços. Uma derrota total tinha arruinado o dia. Mas vemos aqui Moisés tentando reverter a situação, por meio de palavras encorajadoras, que não tiveram efeito algum, pois os filhos de Israel pareciam um bando de homens mortos, tremendo de medo, sem nenhuma reação favorável diante de palavras encorajadoras.

1.30

Vosso Deus, que vai adiante de vós. É provável que tenhamos aqui uma alusão ao fato de que Israel era conduzido, durante a noite, por uma coluna de fogo, e durante o dia, por uma coluna de nuvem. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Coluna de Fogo e de Nuvem.* Ver Êxo. 13.21,22. Eram maneiras concretas, óbvias e eficazes de liderar. Esse método nunca falhou. Yahweh não haveria de decepcionar agora a Israel, na fronteira da terra de Canaã.

Ele pelejará por vós. As palavras encorajadoras de Moisés incluíam como a *providência de Deus* (ver a esse respeito no *Dicionário*) sempre havia tido cuidado com eles; eles sempre tinham conseguido obter a vitória em batalha. Conforme diz um hino, "Por todo o caminho receberam forças". Yahweh tinha vencido ao Faraó da maneira mais espetacular, tal como fora capaz de derrotar inimigos similares em Canaã. É como diz outro hino: "Já fizemos isso, e podemos fazê-lo outra vez". Aos olhos do povo de Israel, contudo, os filhos de Anaque pareciam mais formidáveis do que o Faraó, o que era um absurdo. Naquela época, o Egito era a maior potência militar, dotado da civilização mais avançada; mas Yahweh havia derrotado os egípcios. O Targum de Onkelos declara que a Palavra de Deus combateria pelos israelitas. Ele tinha dito uma palavra, e mundos haviam sido enviados ao espaço. Essa mesma palavra resolveria o pequeno problema dos filhos de Israel, na fronteira da terra de Canaã. Yahweh poderia proferir uma palavra e solucionar todos os problemas deles. Ele poderia proferir, e assim o faria. O Senhor só estava pedindo um ato de iniciativa da parte dos filhos de Israel. Eles só precisavam cruzar a fronteira e marchar, pois a Palavra de Deus estaria com eles. Oh, Senhor, concede-nos tal graça!

No Egito. Isso lembrava os israelitas da série de milagres que Deus tinha realizado, mediante as pragas que tinham resultado no livramento de Israel. Ver Êxo. 7.14 e o gráfico que ilustra as dez pragas, os propósitos delas, o seu *modus operandi* e os seus resultados.

1.31

No deserto. Os milagres de Deus tinham continuado. As colunas de nuvem e de fogo guiaram os israelitas no deserto; houve milagres de preservação da vida em uma terra seca e estéril; houve também milagres de suprimento de alimentos e de água potável. Yahweh carregou os filhos de Israel ao longo do caminho, como um filho querido, pois o amor de Deus manifestava-se em favor deles o tempo todo (Deu. 4.37). Ver Êxo. 4.22,23, quanto a Israel como filho de Deus. Nesse versículo alicerçou-se a mais elaborada declaração de Estêvão, em Atos 13.18: "... e suportou-lhes os maus costumes por cerca de quarenta anos no deserto".

1.32

Mas nem por isso crestes. A incredulidade deles era irracional, pois não cedia diante de nenhum acúmulo de evidência. A incredulidade deles era do tipo invencível, que não se dissolvia diante de nenhuma demonstração de amor. "Eles não confiaram no Senhor seu Deus, o que agravava a sua incredulidade; e isso foi a causa de não terem podido entrar na boa terra (Heb. 3.19)" (John Gill, *in loc.*).

"Mas as pessoas de nossos dias precisam ser advertidas. A vacilação perversa, aqui exibida, não é apanágio dos israelitas. Tiago precisou avisar seus leitores crentes, os quais, após a crucificação e a ressurreição do Senhor Jesus, não tinham jamais tido motivos para duvidar do amor e do poder de Deus — pelo que não deveriam aproximar-se de seu Deus com um espírito hesitante (Tiago 1.5-8)" (Jack S. Deere, *in loc.*).

1.33

De noite... e de dia. Os israelitas nunca estiveram sem orientação no deserto. Yahweh ia sempre à frente deles, usando a *coluna de fogo e nuvem* (ver no *Dicionário* o artigo com esse título). Ver Êxo. 13.21,22 quanto ao relato. O texto no livro de Êxodo diz: "... para os guiar pelo caminho".

"De outra sorte (sem esses meios de orientação), não teriam podido encontrar seu caminho nas noites escuras, quando algumas vezes caminhavam, em um deserto sem trilhas, sem veredas marcadas, sem caminho e sem estrada" (John Gill, *in loc.*). O fogo fazia a noite tornar-se como dia, e a nuvem protegia-os do sol no Deserto durante a canícula das horas do dia. Coisa alguma faltava, exceto a fé deles. Cf. Núm. 10.33, que diz respeito ao transporte da *arca da aliança* (ver sobre isso no *Dicionário*). Por isso Jesus ensinou, no tocante à nossa peregrinação na terra: "Pois vou preparar-vos lugar" (João 14.2). Jesus foi o nosso precursor, que entrou à nossa frente no Santo dos Santos, levando-nos assim até a presença de Deus (Heb. 6.20). Ver Núm. 9.15-23, quanto à coluna orientadora, descrita com maiores detalhes.

Ele me conduz, ó bendito pensamento!
Palavras carregadas de consolo celeste!
Tudo quanto faço, tudo quanto sou,
A mão de Deus é que me conduz.

(Joseph H. Gilmore, in loc)

1.34,35

O Senhor... indignou-se. Deus foi provocado à ira pela incredulidade e murmuração dos filhos de Israel, que eles acumularam apesar da bondade e da orientação divina que lhes tinham sido conferidas. E Deus jurou que aquela geração de modo algum entraria no Seu descanso (Sal. 95.11; Heb. 3.11). Eles se tinham desviado *em seus corações*, conforme lemos no texto da epístola aos Hebreus. Ver Núm. 14.22,28, quanto a versículos paralelos. A Terra Prometida havia sido dada aos antepassados dos israelitas no *Pacto Abraâmico.* Pertencia àqueles rebeldes por serem eles descendentes dos patriarcas, mas eles não quiseram tomar posse da bênção. Afastaram-se do amor de Deus somente para terem de enfrentar a Sua ira. "O pecado impediu Israel de entrar na terra de Canaã, tornando-os uns rebelados. Não foi a violação da lei, mas a violação da confiança que os derrotou" (G. Ernest Wright, *in loc.*). A "geração potencialmente bendita e vitoriosa" tornou-se a "geração má" e rebelde. Eles perderam aquela oportunidade, porquanto a incredulidade os tornara surdos para as razões de Deus. Se "a ocasião faz o ladrão", conforme diz um provérbio antigo, a ocasião foi furtada de Israel por causa do seu pecado, que foi o ladrão que os atacou, nas fronteiras da Terra Prometida. Esse ladrão furtou-lhes as possessões que lhes pertenciam por direito.

1.36

Calebe. Ele era um homem de fé, trouxe um relatório positivo e exortou os israelitas a iniciar imediatamente a invasão da terra de Canaã. Ver Núm. 14.30, quanto ao trecho paralelo, bem como as notas ali, que também se aplicam aqui. Ver o artigo detalhado sobre ele, no *Dicionário.* "Calebe aparece aqui como a única exceção entre o povo. Josué, como substituto de Moisés, a exceção entre os *líderes reconhecidos*, é nomeado em separado" (Ellicott, *in loc.*). Ver o vs. 38, quanto a Josué. Calebe, a exceção, entrou na Terra Prometida e foi galardoado com a sua herança por sua porção na terra (Jos. 14.13-15; 15.13,14). Ele "perseverou" em seguir ao Senhor, conforme lemos em Números 14.24. *Hebrom* foi a possessão de Calebe, uma das melhores porções da Terra Prometida, conforme lemos no livro de Josué. A fé não consiste apenas em assentir diante de alguma doutrina. Antes, consiste na confiança no Senhor, e o seu resultado é *obedecer* a Ele. Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia o verbete* intitulado *Fé.* Calebe mostrou ser um homem de fé, no meio de um povo incrédulo.

1.37

Contra mim se indignou o Senhor. O pecado de Moisés consistiu em ferir a rocha, em uma explosão de ira, quando lhe foi dito que somente falasse com ela. Mas isso não é dito aqui, mas somente que Yahweh ficara indignado com ele, por *culpa* do povo de Israel. Eles provocaram Moisés à ira, levando-o a cometer esse erro. Mas há um bom número de interpretações sobre qual teria sido, exatamente, o pecado de Moisés. Há notas sobre a questão em Números 20.12. Cf. Deu. 32.50-52. O versículo que ora consideramos adiciona outra interpretação, uma razão bem mais profunda que teria impedido Moisés de entrar na Terra Prometida. Em outras palavras, ele foi sujeitado à ira divina por causa de Israel, por ter *levado sobre ele os pecados deles*, como seu representante, tão íntima era a sua associação com a nação de Israel. "Foi-lhe negado o seu sonho como uma carga vicária que foi posta sobre ele, não devido a algum pecado pessoal dele, mas por causa do pecado de seu povo (cf. Deu. 3.26; 4.21)" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

Tipologia. A idéia aqui tentada, de que Moisés levou vicariamente sobre si os pecados de Israel, não foi devidamente exposta. Mas contém o germe do conceito central do Servo Sofredor, de Isaías 53, e da missão expiatória de Cristo. Ver João 1.29 e as notas sobre esse versículo no *Novo Testamento Interpretado*. A lei não pode conduzir-nos à Terra Prometida (a salvação); Moisés foi o próprio agente por meio de quem a lei veio e foi instituída, pelo que não pôde entrar na Terra Prometida. Josué, figura simbólica de Jesus, foi quem completou essa tarefa.

Lição Moral. "O pecado inevitavelmente atrai a punição. Essa punição é aqui retratada como a reação de um Deus indignado. Contudo, o pronunciamento divino, longe de ser petulante e caprichoso, repousa sobre todas aquelas leis universais que foram estabelecidas desde que Deus criou o universo" (Henry H. Shires, *in loc.*).

Um *Deus* irado é uma figura metafórica baseada no *antropopatismo* e no *antropomorfismo*. Ver sobre ambos os títulos no *Dicionário*.

1.38

Josué. Ele foi a provisão de Deus para terminar a tarefa da conquista da Terra Prometida, do mesmo modo que Cristo tomou nossa fé religiosa, fazendo-a passar da lei para a fé e a graça, propiciando assim o nosso acesso a Deus. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Acesso*. Cristo, pois, foi o Novo Legislador, propiciando a aplicação da lei do amor no evangelho. Cf. Êxo. 24.13; 33.11. Josué não foi alguma medida dependente para a missão de Moisés. Não foi um pensamento posterior. Mas foi uma extensão da missão mosaica, trazendo uma dimensão que o próprio Moisés não foi capaz de cumprir; e assim tornou-se um tipo de Cristo. O artigo sobre ele, no *Dicionário*, explica com detalhes como ele foi tal tipo. Ver a seção IX, *Tipologia*, no artigo sobre *Josué* (Livro), que aborda detalhes sobre a questão dos tipos simbólicos.

1.39

E vossos meninos. A antiga geração de israelitas demonstrara pena por suas crianças, quando olharam para os gigantes da terra de Canaã, uma das razões que os levaram a evitar a invasão. Ver Núm. 14.3, que tem notas que se aplicam aqui. Mas os próprios meninos que os homens da geração anterior quiseram poupar, para que não se tornassem uma "presa", seriam os que agora se mostrariam vitoriosos e possuiriam a Terra Prometida. Aqueles meninos "não tinham conhecimento do bem e do mal" e não participaram da má decisão tomada na fronteira da Terra Prometida, pelo que o pecado de seus pais não podia servir-lhes de empecilho agora. Tudo havia acontecido trinta e oito anos antes; e agora Moisés relembrava atitudes da geração mais antiga, explicando por qual razão tinham voltado a internar-se no deserto.

"Os israelitas parece que apenas usaram suas crianças como uma desculpa para não tentarem entrar na Terra Prometida. Este versículo é importante porque revela mais que a racionalização própria da incredulidade, pois Deus parece reconhecer uma chamada 'idade da responsabilidade' nas crianças" (Jack S. Deere, *in loc.*). Todavia, isso é ver demais no texto, que não pode conter tão importante conceito. Provi um artigo detalhado sobre o assunto no *Dicionário*, intitulado *Infantes, Morte e Salvação dos*, que o leitor deveria consultar.

1.40

Virai-vos, e parti para o deserto. Isso fala sobre uma oportunidade perdida. Ver Núm. 14.25 ss. quanto ao assunto. O trecho de Núm. 14.28 mostra que o julgamento a que eles foram submetidos foi justo. O vs. 29 daquele capítulo mostra que todos os israelitas de vinte anos ou mais morreriam no deserto. O vs. 31 mostra que os próprios que a geração mais velha pensou que se tornariam presas dos cananeus, seriam os que agora entrariam na posse da Terra Prometida, o que forma um paralelo com o versículo anterior deste texto. A passagem de Núm. 14.33 indica que os quarenta anos de perambulação pelo deserto fizeram parte da maldição.

O covarde considera-se cauteloso.

(Publilius Syrus)

Um homem sábio faz mais oportunidades que aquelas que encontra.

(Francis Bacon)

Bato uma vez em cada portão!
Se você estiver dormindo, desperte!
Se você estiver comendo, levante-se!
Vou-me embora. É a hora do destino.

(John James Ingalls)

Jarchi informa-nos que o *deserto* ficava ao lado do Mar Vermelho, ao sul do Monte Seir, e dividido entre o Mar Vermelho e aquele Monte, pelo que seguiram paralelamente ao Mar.

O trecho de Hebreus 3.16-19 contém uma aplicação neotestamentária deste texto. Os cadáveres da geração anterior ficaram espalhados pelo deserto, em um triste lembrete das conseqüências da não-crença no poder de Deus, e da recusa de obedecer às ordens do Senhor.

1.41

Então respondestes. Mas fizeram-no tarde demais. Reconheceram seu pecado e quiseram efetuar a invasão. Mas, como já dissemos, era tarde demais. A glória do Senhor já se tinha afastado deles. O poder se fora. Ver a história a respeito e as notas em Núm. 14.40 ss..

O Senhor nosso Deus. Essa expressão reflete uma característica literária do autor de Deuteronômio, que para os críticos tem origem na fonte informativa *D*. Ver no *Dicionário* o artigo *J.E.D.P.(S.)*, quanto à teoria da fonte múltipla do Pentateuco. Essa expressão é usada por cinqüenta vezes no livro de Deuteronômio. Senhor Deus (no hebraico, *Yahweh-Elohim*), acompanhado de pronomes possessivos, como "nosso" ou "vosso" etc., é expressão usada por mais de trezentas vezes no Deuteronômio. Ver as notas a respeito em Lev. 1.1 e 4.1.

Icabode (essa palavra hebraica significa "a glória do Senhor partiu") foi termo escrito na testa dos homens daquela geração. Mas nem mesmo assim quiseram ouvir. Rebelaram-se novamente, em sua "arrogância" e "temeridade", tentando cumprir uma tarefa impossível, acerca da qual tinham sido proibidos (vs. 43).

"Foi apenas uma mudança da covardia para a presunção, e não da incredulidade para a fé" (Ellicott, *in loc.*).

1.42

Não subais nem pelejeis. A ordem tinha sido clara. Agora a oportunidade se tinha afastado. Não era mais possível nenhuma invasão. O poder de Deus se havia afastado. A insistência só poderia resultar em desastre. Ver Núm. 14.41,42, quanto ao paralelo, cujas notas expositivas também se aplicam aqui. Parte do cumprimento da vontade de Deus consiste em a cumprirmos quando ela tiver de ser feita. Algumas vezes, a graça divina renova a oportunidade algum tempo mais tarde; porém de outras vezes nunca mais há nova oportunidade. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Vontade de Deus, como Descobri-la*. As circunstâncias que ora consideramos ensinam-nos que, para realizarmos uma grande tarefa, precisamos da direção e do poder dados por Deus. A obediência garante essas coisas para nós; mas a desobediência as remove, e então o cumprimento da tarefa torna-se impossível.

1.43

Assim vos falei, e não escutastes. Pareceu bom que agora o povo de Israel estivesse pronto a obedecer. Mas a oportunidade fora perdida. E, assim, aquilo que parecia uma atitude de obediência, na verdade era pura presunção. Tentariam realizar, contando só com seu próprio poder, uma tarefa que requeria a ajuda divina. A incredulidade deles agora tornara-se rebeldia, outra faceta do caráter pecaminoso deles. Ver Núm. 14.45, quanto a detalhes sobre a situação que é deixada de fora deste sumário. O trecho de Deu. 14.44 supre a última frase deste versículo. Tentar fazer aquilo que já deveriam ter feito tornou-se agora uma forma de *rebeldia*. Yahweh jamais abençoaria essa atitude. O homem pecaminoso é muito inconstante. Ver sobre isso em Tiago 1.6. As ondas do Mar jogam o homem inconstante para um lado e para outro, pois lhe falta um propósito firme. E ele realiza bem pouco.

1.44

Ver Núm. 14.45, que é o paralelo, e onde as notas expositivas são dadas. O termo *amorreus* (ver a respeito no *Dicionário*) algumas vezes foi usado para

OPORTUNIDADE

Porém vós virai-vos, e parti para o deserto, pelo caminho do Mar vermelho.

Deuteronômio 1.40

O covarde chama a si mesmo de cuidadoso.

Publilius Syrus

Há uma maré nos negócios dos homens que, levada durante a inundação,
leva para a fortuna.

William Shakespeare

Aquele que aproveita o momento certo é o homem certo.

Goethe

Bato sem ser convidado uma vez em cada porta!
Se adormecidos, acordem!
Se ceando, levantem!
Eu me viro. É a hora do destino.

John James Ingalls

Deus é o Deus da segunda chance.

Um dos maiores temas de Deuteronômio é que a bondade de Deus foi demonstrada vez após vez, apesar das falhas e rebeliões do povo.

Quatro coisas jamais retornam:
A palavra falada
A flecha atirada
O tempo passado
A oportunidade desperdiçada.

Omar Ibn

indicar todos os habitantes da terra de Canaã. Havia sete pequenas nações vassalas naquele território. Ver sobre essa mesma informação em Êxo. 3.2, como também em Deu. 7.1.

Como fazem as abelhas. Esses insetos, quando ficam irados, atacam em massa e infligem *muitos* ferimentos. Cf. Êxo. 23.28-30 (que usa as "vespas" como os insetos atacantes). Ver também Deu. 7.20 e Jos. 24.12. As abelhas falam sobre números irresistíveis, ataque feroz e inúmeros ferimentos. A versão siríaca diz aqui "abelhas que foram espantadas com fumaça". É sabido que a fumaça deixa as abelhas agitadas e iradas. Vários autores antigos ampliam a "metáfora da abelha", conforme fizeram Aristóteles (*Hist. Animal,* 1.9, c. 40); Ovídio (*de Remed. Amor.* 1.1.4.85); Plínio (*Hist. Nat.* 1.11 caps. 16 e 18). As humildes abelhas não são assim tão humildes quando atacam em grupo uma pessoa. Assim fariam os amorreus, que predominariam sobre Israel, perseguindo-os e destruindo-os, se chegassem a lançar seu ataque temerário.

O relato presente deixa de fora a ausência da arca da aliança, mencionada em Núm. 14.44. Yahweh ia à frente do povo de Israel em batalha, mas somente se a arca da aliança fosse, e nunca de outra maneira. A arca representava a presença de Yahweh entre o Seu povo.

1.45

Chorastes. Os poucos que não foram mortos, voltaram chorando para o acampamento de Israel. A rebeldia deles (vs.43) resultou no desastre que Moisés tinha predito. O trecho paralelo, no capítulo 14 de Números, deixa de fora esse comentário. A tristeza seguiu-se ao desastre, porquanto a ordem de Yahweh não fora atendida. Assim, Israel tinha ouvidos surdos, não dando atenção às instruções que lhe eram dadas, e fracassava continuamente, por isso mesmo. *Aquela* geração não pôde entrar na Terra Prometida.

Perante o Senhor. É provável que esteja em pauta o tabernáculo, onde se manifestava a presença do Senhor. Yahweh não ouviu as lamentações deles, nem os consolou. É impossível pensar que, na ocasião, pediram a ajuda divina para fazerem outra tentativa, embora alguns estudiosos assim entendam o texto. Talvez tenham rogado que o Senhor não os enviasse de novo ao deserto, mas, se foi isso que eles pediram e Yahweh recusou-se a atender, então a surdez divina equiparou-se à surdez do povo de Israel. A justiça foi assim servida. As carcaças dos rebeldes haveriam de ficar no deserto, e somente Calebe e Josué teriam permissão de entrar na Terra Prometida. Ver Núm. 14.32.

1.46

Em Cades. *Cades-Barnéia* (ver a respeito no *Dicionário*). Os israelitas ficaram ali por muitos dias. Jarchi calculou que ali permaneceram por dezenove anos. Maimônides fala em dezoito anos (*Morch Nevochin,* par. 3, cap. 50). Mas o texto talvez indique somente que eles ficaram ali por um bom número de dias, para então se internarem de novo no deserto, de onde retornaram bem mais tarde.

"Com essas palavras, é registrada a passagem de toda uma geração, dentro do tempo (cf. Deu. 2.7,14)" (G. Ernest Wright, *in loc.*). Alguns intérpretes dividem os trinta e oito anos de perambulações em dois períodos de dezenove anos dezenove anos em Cades-Barnéia; e dezenove anos em perambulações pelo deserto.

Capítulo Dois

As Perambulações e os Conflitos no Deserto (2.1—3.29)

Achamos aqui a descrição da jornada através da *Transjordânia* (ver a respeito no *Dicionário*). A parte ocidental perdera-se por quase quarenta anos, e o povo de Israel estava no lado oriental do rio Jordão, acampado diante de Cades-Barnéia. Em breve retrocederiam para o deserto. Eles viajaram pela rota que levava ao Golfo de Ácaba. A rota referida em Núm. 33.43, ao que tudo indica, seguia para o norte, atravessando entre Edom e Moabe. De outro modo, seria difícil explicar a presença de Punon (moderna Feinân), durante a jornada. Mas o Deuteronômio parece seguir a indicação de Números 21.4. A primeira é atribuída à fonte informativa *P (S)* pelos críticos, ao passo que a segunda é atribuída a *E.* Não há como reconciliar de modo satisfatório os resultados, pelo que permanecemos ignorantes quanto à rota exata seguida por Israel.

2.1

Caminho do Mar Vermelho. Ver sobre isso no *Dicionário.*

Como o Senhor me havia dito. Uma expressão de uso freqüente no Pentateuco, principalmente nos livros de Êxodo, Levítico e Números, mas menos em Deuteronômio. Alude à inspiração divina da Bíblia; e naqueles outros três livros serve também para introduzir novos materiais. Ver as notas a respeito em Lev. 1.1 e 4.1. As palavras servem aqui de consolo, visto que foram dirigidas a Moisés, que continuava a liderar aquela geração rebelde. Eles tinham sofrido tremenda derrota na fronteira da Terra Prometida (capítulo primeiro), mas a graça divina continuava atuando; e os propósitos de Deus em Israel continuariam sendo cumpridos, embora com um adiamento de quase quarenta anos.

A montanha de Seir. Ver a respeito no *Dicionário.*

"... na direção do Golfo de Ácaba, na direção sul" (Ellicott, *in loc.*). Ver a *Introdução* a este capítulo, anteriormente.

Embora rebeldes e derrotados, Israel continuou marchando, e Yahweh, por Sua graça, conduziu-os pelo caminho. Haveria uma nova batalha, do que sobreviria a vitória; mas isso só aconteceria trinta e oito anos mais tarde, e por meio dos filhos daquela geração rebelada.

2.2,3

Virai-vos para o norte. Terminado o prazo do castigo devido à incredulidade na borda da terra de Canaã, onde os israelitas ficaram gravitando em torno da montanha de Seir (Horebe), finalmente Israel recebeu ordens para fazer a segunda tentativa. "Essa ordem, ao que tudo indica, parece ter sido expedida quando estavam a caminho de Cades-Barnéia pela segunda vez, no início do quadragésimo ano (Núm. 20.1)" (Ellicott, *in loc.*). A ordem agitou todo o acampamento de Israel. Era chegado o momento de avançar. Algumas vezes, Deus deixa-se prender a algum acidente geográfico, porque não temos mais "campo de atividade nesta região", conforme escreveu Paulo em Rom. 15.23. A vontade de Deus algumas vezes realiza-se através de movimentos. O fracasso de Israel não indicou um fracasso final. Assim sendo, Deus fez com que eles se movessem na direção de uma nova oportunidade. Foi daquele acampamento que Moisés enviou mensageiros ao rei de Edom, pedindo-lhe permissão para passar pelo seu território. A razão para esse movimento para o norte, ao que tudo indica, era para que Israel não tivesse de forçar caminho, lutando contra os amorreus. Assim, foi mister que os israelitas tivessem um *eisodus* (entrada), ao atravessarem o rio Jordão, para entrarem na terra de Canaã, tal como tinham tido um *êxodo* (saída) miraculoso do Egito.

"... para o norte, vindos da fronteira sul de Edom, na direção da terra de Canaã, que ficava mais para o norte. Depois de ter partido de Eziom-Geber foi que Israel chegara a Cades, de onde enviaram mensageiros ao rei de Edom (John Gill, *in loc.*).

2.4,5

Os filhos de Esaú. Aquele território de Seir havia sido dado a Esaú e seus descendentes, como possessão, onde o seu povo já estivera por longo tempo. Cf. Gên. 36.8,9. Mas, embora os idumeus estivessem receosos dos israelitas, isso não significa que não procurariam defender-se. A ordem de Yahweh era que os israelitas evitassem qualquer tipo de combate. Aquele território não pertencia à herança de Israel, visto que já tinha sido dado a Esaú e seus descendentes, conforme vemos na referência no livro de Gênesis. E Yahweh não mudou Sua maneira de pensar. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Esaú.* Havia bem poucas chuvas naquela área (apenas cerca de doze centímetros por ano). Um grande número de pessoas que atravessasse a região produziria falta de água, e muitos, sem dúvida, estariam dispostos a lutar por causa da falta de água. Que Edom haveria de temer Israel tinha sido profetizado no cântico de Moisés (ver Êxo. 15.16). Cf. este texto com Núm. 20.14-21. Conforme as coisas acabaram sucedendo, Edom recusou-se a deixar os israelitas passar (Núm. 20.21). Os israelitas eram estrangeiros e seminômades. Os ismaelitas eram príncipes com cidades e fortificações; os idumeus eram duques e reis. Contudo, apesar de sua aparente desvantagem, Israel era temido, embora isso não lhes tivesse garantido uma passagem livre pelo território de Edom. Futuramente, Edom acabaria sendo dominado por Israel (Zac. 14.4; Núm. 24.18; Oba. 19), mas ainda não havia chegado o tempo para isso. Ver Jos. 24.4.

"O fato de os israelitas terem-se voltado para o norte indicava que a eles estava sendo dada uma segunda oportunidade. A palavra do Senhor (em outra ocasião) veio a Jonas pela segunda vez (Jonas 3.1). Após a negação de Pedro, Jesus lhe disse: 'Pastoreia as minhas ovelhas' (João 21.16). E à mulher apanhada em adultério, Jesus lhe disse: 'Vai, e não peques mais' (João 8.11). E assim também, Deus disse a Israel: 'Virai-vos para o norte.'" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Deus é o Deus de uma Segunda Oportunidade. Até mesmo com os perdidos é assim que Deus age, embora seja melhor falarmos de uma única grande oportunidade, em vez de pensarmos que esta vida terrena é uma oportunidade, e que a vida

pós-túmulo é outra. A missão remidora de Cristo envolve o próprio hades (ver I Ped. 3.18-4.6). Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* o artigo chamado *Descida de Cristo ao Hades*, quanto a descrições completas sobre essa Sua missão salvatícia.

2.6

Comprareis deles. Os filhos de Israel, enquanto estivessem passando pelas terras de Edom, deveriam pagar por tudo. Não deveriam esperar hospitalidade gratuita. A água era escassa, conforme foi observado na exposição sobre os vss. 4 e 5 deste capítulo. A própria água precisava ser comprada. Era difícil obter alimentos no deserto. E Israel também tinha de pagar pela comida consumida ali. Israel havia perambulado por um deserto vazio por quarenta anos; mas nada lhes havia faltado, embora tivessem passado por várias crises no tocante a água e alimentos. Yahweh estava com eles, pelo que o suprimento de água e comida lhes estava garantido.

"Um dos grandes temas de Deuteronômio é o de que a bondade de Deus, demonstrada por muitas e muitas vezes, jamais falharia; e essa bondade, exibida no interesse divino pelo bem-estar físico e espiritual deles, significa apenas que Deus ama os homens" (*John Gill, in loc.*). Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Providência de Deus.*

A providência de Deus nos conduz em meio à *prosperidade*, e assim acabamos chegando à *vitória.*

> *Há uma maré nas atividades dos homens*
> *Que, levando como um dilúvio,*
> *Leva-os à fortuna.*
>
> (Shakespeare)

2.7

Cousa nenhuma te faltou.

> *Deus pode fazer-vos abundar em toda graça,*
> *a fim de que, tendo sempre, em tudo,*
> *ampla suficiência, superabundeis em toda boa obra.*
>
> (II Coríntios 9.8)

O homem espiritual reconhece todas essas coisas.

"Os cuidados protetores do Senhor e o Seu suprimento, naquele vasto deserto, pelo espaço de quarenta anos (vs. 7), também motivou-os para que obedecessem Suas instruções imediatas" (Jack S. Deere, *in loc.*).

2.8

Passamos, pois. É curioso que, nesta recapitulação do relato detalhado do capítulo 20 de Números, sobre Edom e sua recusa de permitir a passagem de Israel por suas terras, coisa alguma seja dita quanto a isso. Os críticos supõem que duas fontes informativas separadas tenham estado envolvidas, o que explicaria a omissão neste sumário. Seja como for, a rota a partir de Seir, depois que os edomitas não permitiram a passagem dos israelitas, passou a apontar para o *sul*, na direção de Eziom-Geber. Essa localidade ficava situada no alto do Golfo de Ácaba. Elate ficava a poucos quilômetros mais a sudeste de Eziom-Geber.

Tendo tomado essa rota, na direção norte, e tendo dado a volta em torno do território de Edom, eles chegaram ao país de Moabe. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Êxodo (o Evento)*, quanto aos possíveis pontos de parada das vagueações de Israel, e a sua marcha final na direção da terra de Canaã. Ver também ali artigos intitulados *Seir, Arabá, Elate e Eziom-Geber.*

Alguns intérpretes insistem em que Elate e Eziom-Geber não eram duas cidades distintas, mas apenas dois nomes para um mesmo lugar. Sem importar como tenha sido, o lugar era um porto de Mar do Golfo de Ácaba. Seu nome mais antigo era Eziom-Geber. Tem sido identificada com o Tell el-Kheleifeh, que os arqueólogos têm examinado detidamente.

O caminho do deserto de Moabe. Ver a esse respeito no *Dicionário.* "... o deserto que ficava defronte de Moabe, na direção do nascer do sol, para leste (Núm. 21.11)" (John Gill, *in loc.*).

2.9

Não molestes a Moabe. Os moabitas, a exemplo dos edomitas, tinham recebido suas terras por decreto divino. Israel não podia conquistar militarmente aquelas regiões. A vontade de Deus é universal, envolvendo todos os povos. Nenhum povo pode violar essa vontade, mesmo que seja mais favorecido do que outros. Israel não podia perturbar a vontade divina no tocante aos territórios das nações. Ademais, a medida dos pecados dos idumeus e dos moabitas ainda não estava cheia, como era o caso dos amorreus e de outros habitantes daquela região em geral (ver Gên. 15.16). Mas uma vez cheia essa medida, então caberia a Davi conquistar aquelas terras (ver II Sam. 8.2). Por igual modo, uma vez cheia a taça da iniqüidade de Israel, coube à Assíria e à Babilônia fazer a justiça, e o povo de Israel foi removido de seu território. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Cativeiros.* Esses eventos, porém, ainda estavam por trás do horizonte, e nada tinham que ver com as circunstâncias dos dias de Moisés.

Ló era sobrinho de Abraão, e aos seus descendentes foram dadas as terras ocupadas pelos moabitas (ver Gên. 19.37). O homem Moabe tinha sido filho da filha mais velha de Ló, o progenitor dos moabitas (Gên. 19.30-37). Ele viveu em torno de 2055 A. C.

Ar. No hebraico, provavelmente, "cidade". Há um artigo detalhado sobre esse lugar no *Dicionário.* Ar era a principal cidade de Moabe (Núm. 21.28; Deu. 2.18,29), perto do rio Arnom (Núm. 21.13-15); ficava localizada a oeste do Mar Morto. Talvez a moderna el-Misna ocupe o local da cidade antiga.

2.10

Até mesmo muitos eruditos conservadores concordam que os vss. 10-12 são uma inserção de algum editor posterior, embora os críticos suponham que o Pentateuco inteiro não tenha sido escrito nos dias de Moisés, nem por ele, como composição literária baseada em muitas fontes informativas. Os vss. 10-12 e 20-23 são anotações antigas acerca dos aborígenes da região. Eles eram chamados "emins", "refains" ou "enaquins", ou seja, "gigantes" (vss. 11 e 20). Os primeiros foram comparados aos "enaquins" (ver Deu. 1.28; Núm. 13.22; Jos. 11.21-23 e 15.14). Havia gigantes que residiam em torno da região de Hebrom. "Anaque" era um antigo e autêntico nome tribal, confirmado nos textos de execração do Egito, que datam da primeira parte do segundo milênio A. C. As tradições sobre gigantes são comuns na literatura antiga, e sem dúvida algumas dessas tradições são precisas, embora essas antigas histórias sempre envolvam algum elemento mítico. "O primeiro versículo indica que a inserção ocorreu depois da conquista inicial da Terra Prometida. Notas editoriais que figuram no Pentateuco não prejudicam em nada a doutrina da inspiração da Bíblia... A inspiração refere-se ao produto final, e não à maneira da escrita... O Espírito Santo supervisionou a obra dos editores, conforme fez com as pesquisas históricas efetuadas por Lucas (ver Luc. 1.1-4)" (Jack S. Deere, *in loc.*). Este autor expressou assim a sua fé acerca de um dos aspectos possíveis da inspiração da Bíblia. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Revelação.* Os críticos simplesmente pensam que o autor ou compilador revelou o fato sobre o qual escreveu, após a terra de Canaã haver sido conquistada, e não nos dias de Moisés e pelo próprio Moisés.

Emins. Ver sobre esse povo nas notas acerca de Gên. 14.5.

Enaquins. Ver no *Dicionário* o artigo *Anaque (Anaquins).* Cf. Núm. 13.22,23.

2.11

Também eles foram considerados. O autor sacro identificou as raças de gigantes, associando umas às outras, embora não saibamos dizer se originalmente eram descendentes de um mesmo progenitor comum.

Refains. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Refains*, onde há informações completas a respeito. A palavra é de origem incerta, embora pareça significar "gigantes". Ao que parece, entre outras raças de estatura imensa, eram raças aborígenes da área da Transjordânia, na Palestina. Ver também Deu. 3.11. Esses povos estavam racialmente ligados a Anaque (ver Deu. 2.21). Eram numerosos (Gên. 14.5; 15.20; Deu. 2.20; 3.11,13; Jos. 12.4; 13.12; 17.15; I Crô. 2 a 4). O trecho de Núm. 13.33 mostra-nos que, devido ao temor diante de tais gigantes, os filhos de Israel tiveram de retroceder para o deserto, tendo perdido a coragem de entrar em luta.

2.12

Os horeus. Ver no *Dicionário* o artigo detalhado sobre esse povo. Eles já habitavam na terra antes dos moabitas, embora não se saiba desde quando. Os idumeus haviam tomado suas terras e os tinham destruído, conforme Israel também acabou fazendo aos habitantes da Palestina. O autor (ou editor) agora revela que ele estava escrevendo após a conquista da Terra Prometida. Ver comentários sobre esse aparente anacronismo nas notas sobre o versículo 10 deste capítulo. Alguns eruditos conservadores admitem que houve aqui uma "adição", embora não aceitem a idéia de que o próprio autor escreveu após a conquista. Outros falam em uma "profecia" sobre o evento; mas esse argumento deixa a desejar. Os vss. 10-12 deste capítulo não esclarecem "quanto tempo" depois isso sucedeu,

pelo que não podemos determinar nenhuma data com base nessa anotação editorial. Ver sobre a questão da data nos artigos sobre o *Pentateuco*, bem como sobre cada um dos cinco livros separados dessa coleção. Ver também, no *Dicionário*, o artigo chamado *J.E.D.P.(S.)*.

Uma Lição Moral. Os moabitas foram capazes de derrotar os gigantes. Mas o povo de Israel, mesmo com a promessa especial de ajuda por parte de Yahweh, desanimou e acabou tendo de retroceder para o deserto.

2.13

Ribeiro de Zerede. Ver a respeito no *Dicionário*. Ver acerca do vale de Zerede, em Núm. 21.12. Algumas traduções dizem aqui "vale de Zerede". Parece que o original hebraico é capaz de permitir ambas as traduções. Talvez houvesse tanto um ribeiro quanto um vale. Se realmente se tratava de um ribeiro, não se pode identificá-lo. Vários riachos despejam suas águas no lado oriental do Mar Morto, ao sul do Arnom. O Zerede, mui provavelmente, era um desses. Ou então, conforme dizem alguns, era um tributário do rio Arnom. O ribeiro ou vale de Zerede era uma linha fronteiriça entre Moabe e Edom. O restante dos detalhes é apresentado naquele artigo do *Dicionário*.

O autor poupou-nos de uma descrição detalhada de todo o percurso seguido por Israel, em suas aventuras pelo deserto, e simplesmente nos contou que, entre Cades-Barnéia e Zerede, passaram-se cerca de quarenta anos (vs. 14).

2.14

O tempo que caminhamos. O longo período de trinta e oito anos em que o povo de Israel ficou perambulando pelo deserto deu a Yahweh oportunidade de fazer perecer toda aquela antiga geração. Todos morreram ali, exceto Calebe e Josué. Ver Núm. 14.21,23,29,30, quanto ao juramento feito por Yahweh de que eles pereceriam, bem como a declaração que, de fato, pereceram.

Esse tempo é calculado desde o envio dos espias de Cades-Barnéia (Núm. 32.8) até quando os filhos de Israel chegaram ao vale ou ribeiro de Zerede. Aqueles que tinham de vinte anos para baixo foram isentados da maldição e puderam entrar na Terra Prometida. Ver Núm. 32.11. Mas houve também dois homens que foram exceções, por causa de sua fidelidade e relatório positivo, como também por haverem exortado os israelitas a invadir a terra, a saber, Calebe e Josué. Ver Núm. 14.21,23,30.

2.15

Também foi contra eles a mão do Senhor. Uma das características do autor do Pentateuco é a repetição, um fenômeno que também aparece neste versículo. Essa repetição fortalece o conteúdo do versículo anterior. De fato, de modo certo e absoluto, aqueles rebeldes, a geração antiga, pereceram no deserto, por causa de sua falta de fé na fronteira. Eles caíram; foram consumidos; pereceram no deserto.

> *Diante de ti puseste as nossas iniqüidades,*
> *e sob a luz do teu rosto os nossos pecados ocultos.*
> *Pois todos os nossos dias se passam na tua ira,*
> *acabam-se os nossos anos como um breve pensamento.*
>
> (Salmo 90.8,9)

Nada menos de vinte e quatro mil israelitas tombaram nas planícies de Moabe. Catorze mil e setecentos mais caíram no incidente que envolveu Coré. Pragas, enfermidades e morte por idade avançada, tudo cooperou para eliminar todos os homens daquela geração, com a exceção única de Calebe e Josué. Ver Núm. 16.49 e 25.9.

2.16

Pela morte. A palavra-chave acerca daquela geração rebelde era essa — morte. Todos eles foram consumidos. Até mesmo os que ainda estavam aptos para irem à guerra faleceram, mediante enfermidades consumidoras, juízos divinos de um tipo ou de outro, ou por morte natural, devido à idade avançada. Israel não pôde entrar na Terra Prometida enquanto não houve uma purificação completa entre o povo de Israel. Uma vez que isso sucedeu, então foi baixada ordem, da parte de Yahweh, de Israel cessar suas perambulações, o que deu à geração mais jovem de israelitas a oportunidade que a geração mais antiga não recebeu.

2.17

O Senhor me falou. Temos aqui uma expressão de uso constante no Pentateuco, empregada para dar novos materiais, mas que também nos faz lembrar da inspiração divina da Bíblia. Ver as notas a respeito, em Lev. 1.1 e 4.1. Essa mensagem foi dada a Moisés, mediador entre Yahweh e o povo de Israel, a fim de transmiti-la ao povo. Ver as *oito* fórmulas de comunicação, anotadas em Lev. 17.2. A palavra de Yahweh impeliu o povo, conferindo-lhes a segunda oportunidade de apossar-se da Terra Prometida.

2.18

Passarás por Ar. A travessia ocorreu no rio Arnom, que corria ao lado da cidade de Ar (vs. 9). Eles tiveram de caminhar ao longo da fronteira, visto que não lhes foi permitido entrar em território de Moabe. E a mensagem veio naquele mesmo dia em que deveriam obedecer.

2.19

O ribeiro de Zerede (vs. 13) era a fronteira entre Moabe e Edom. Os filhos de Israel não podiam atacar nem a esses dois povos nem aos filhos de Amom. Aquelas terras pertenciam aos descendentes de Ló, e isso por decreto divino. Seom, o rei dos amorreus, havia conquistado parte do território dos moabitas; e essa parte foi tomada pelos filhos de Israel, passando a ser território da tribo de Gade. As tribos de Gade, Rúben e a meia tribo de Manassés tomaram a terra da *Transjordânia* (ver a respeito no *Dicionário*). Ver Números 32, quanto ao relato. Ver Gên. 19.36-38 quanto aos filhos de Amom, os quais, à semelhança dos moabitas, eram descendentes de Ló. Ver também II Crô. 20.1 e Sof. 2.8. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Amorreus*.

2.20

"Os versículos 20-23 formam outra inserção editorial (cf. os vss. 10-12). A destruição dos refains, também chamados zanzumins, por parte dos amonitas, e dos horeus, por parte dos descendentes de Esaú, são acontecimentos atribuídos, em última análise, a Deus. Pois, conforme escreveu Paulo muito depois, foi Ele quem estabeleceu os tempos e os limites de todos os povos da terra (Atos 17.26)" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Refains. Ver os comentários sobre o vs. 11 deste capítulo a respeito deles.

Zanzumins. Há um artigo detalhado sobre eles, com esse título, no *Dicionário*. No hebraico, o nome significa "poderosos" ou "vigorosos". Esse era o nome que os amorreus davam aos "refains". A palavra aparece somente aqui, em Deu. 2.20. O que se sabe sobre eles aparece naquele artigo. Os refains também foram mencionados em textos econômicos ugaríticos de Ras Shamra. Ver sobre os zuzins (Gên. 14.5), que talvez se refiram ao mesmo povo. Mas vários eruditos oferecem fortes razões para não aceitarmos essa identificação. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Zuzins*.

2.21

Povo grande, numeroso, e alto. Os refains eram uma das raças de gigantes, mas os amorreus conseguiram destruir a raça e conquistar a terra deles. Ver o vs. 12, onde é dita a mesma coisa sobre os filhos de Esaú. Israel desanimou diante dos gigantes, mas os filhos de Esaú e os amorreus prevaleceram. Yahweh poderia ter dado ao povo de Israel a vitória; mas faltou fé aos israelitas. Yahweh recebeu o crédito pela destruição daqueles gigantes, conforme afirmei no vs. 20, mediante uma citação. Ver as notas ali.

2.22

Este versículo alude diretamente ao vs. 12 deste capítulo, comparando os dois casos, e pergunta-nos (sem dizer isso diretamente): "Por que Israel não obteve sucesso quando povos menores tiveram êxito?". E então ouvimos o eco de textos passados, e a resposta é "rebeldia e incredulidade". "Se os filhos de Ló, Ismael e Esaú, que eram apenas gentios, embora descendentes de Abraão, foram capazes de desapossar aquelas raças de homens gigantescos, quanto mais os filhos de Israel teriam podido desapossar os cananeus, sob a orientação pessoal de Yahweh" (Ellicott, *in loc.*).

2.23

Caftor. Ver Gên. 10.14. Muitos estudiosos pensam que Caftor é a mesma ilha de Creta. Outras identificações, contudo, têm sido sugeridas. E isso representa um quebra-cabeça.

Os aveus. Ver sobre eles no *Dicionário*. A capital original deles era Ava (no hebraico, "ruína") (ver II Reis 17.24). Ver no *Dicionário* sobre *Ava* e *Iva*. Era uma cidade assíria. Mas este versículo refere-se à conquista da planície costeira por parte dos chamados "povos do Mar", que provavelmente haviam-se originado em Creta e tinham-se instalado nas costas da Palestina, algum tempo antes de 1200 A. C. Ver Gên. 10.2-5. Povos tinham-se mudado de seus locais originais de habitação e entrado em conflito, por causa dessa troca de territórios. Os aveus do

texto presente parecem ter sido um povo diferente daqueles do mesmo nome, na Assíria; e provavelmente eram habitantes originais das cidades costeiras.

Os aveus viviam tão para oeste quanto Gaza e foram destruídos por outro povo, a saber, os caftorins, provavelmente um antigo nome dado aos filisteus. Eles tinham vindo de Caftor, outro nome de Creta. Dessa maneira, o autor sagrado ilustrou como uma raça foi capaz de destruir outra, e conquistar suas terras. Por que Israel fracassou? Ademais, visto que isso estava acontecendo na história com regularidade, Israel foi encorajado por Moisés a "imitar" esse exemplo e dar *prosseguimento à invasão.*

2.24

Ribeiro de Arnom. Ver a esse respeito no *Dicionário.* A vitória de Israel sobre Seom, o amorreu, rei de Hesbom, é contada em Núm. 21.21 ss.. Os detalhes não são repetidos aqui. Israel enviou mensageiros pedindo para passar pela terra dele. Mas ele não deu permissão e ainda forçou batalha, e Israel obteve vitória total. Isso serviu de encorajamento para os filhos de Israel entrarem na Terra Prometida. Hesbom era a capital daquela área, conforme se vê no *Dicionário.* O território a partir do Arnom para o norte, até o ribeiro do Jaboque, tinha sido tomado à força por Seom, dos moabitas. E assim, Israel, por sua vez, tomou dele aquele território.

2.25

Hoje começarei a meter o terror e o medo. Essas eram as condições psicológicas de que o povo de Israel precisava para fazer outras conquistas. Todos os povos da região ouviriam falar no avanço dos israelitas e ficariam aterrorizados, caindo em angústia. Israel, por sua vez, obteria a confiança e a segurança mental que não tinha exibido por ocasião da primeira tentativa de invasão, quase quatro décadas atrás. A derrota sofrida na fronteira seria substituída por uma vitória geral. Cf. este versículo com Êxo. 15.15,16. Os habitantes de Canaã haveriam de tremer e angustiar-se, diante do avanço de Israel.

Povos que estão debaixo de todo o céu. A menção é às sete nações que deveriam ser expulsas da Terra Prometida. Quanto à identidade desses povos, ver as notas em Êxo. 33.2 e Deu. 7.1. Ver Êxo. 15.15; 23.27; Núm. 22.3; Jos. 2.9,11,24; 5.1 e 9.24, quanto a versículos paralelos a este.

2.26

Então mandei mensageiros. Este envio de mensageiros a Seom é narrado em Núm. 21.21, pelo que os detalhes não são repetidos aqui.

Deserto de Quedemote. No hebraico, esse nome significa "regiões orientais". No Antigo Testamento, figura como um deserto e como uma cidade. Ficava em uma região do deserto leste do território de Rúben, perto do rio Arnom, referido somente neste versículo. A cidade foi entregue aos levitas, perto de Jaza e Mefaste, citada em Jos. 13.18; 21.37; I Crô. 6.79. Foi dali que Moisés enviou mensageiros a Seom, rei de Hesbom, em um tom pacífico, para solicitar passagem através de seu país. Quando da conquista da Terra Prometida, a cidade foi entregue à tribo de Rúben, cabendo aos levitas meraritas. Tem sido identificada com a moderna Qasr ez Za'feran, cerca de treze quilômetros a nordeste de Dibom.

Com palavras de paz. Israel tinha muita guerra pela frente. Algumas batalhas que fossem evitadas seriam o ideal. Mas Seom, em seu temor e arrogância, forçou a questão para outro rumo.

2.27,28

Estes dois versículos são paralelos a Núm. 21.22. Adicionam que Israel estava disposto a pagar por alimentos, e não somente pela água. Israel poderia ter enriquecido Seom um pouco. Eles não furtariam nada dos vinhedos nem das plantações, nem atacariam pessoa ou coisa alguma.

Deixa-me passar a pé. Ver Núm. 20.19 quanto a essa expressão. Israel não atravessaria o território de Seom como se fosse um exército invasor, com cavalos e equipamento militar à mostra, mas somente como um cortejo de pessoas, a pé.

Assim, esta seção de Deu. 2.26-37 descreve o começo das conquistas militares de Israel, algo que deveria ter ocorrido há cerca de quarenta anos. Deus é o Deus da *segunda oportunidade.* Quanto a isso, ver Deu. 2.4,5.

2.29

Como fizeram comigo os filhos de Esaú. Quanto a essas palavras, Jarchi observou que não estava em pauta a questão de passar pela terra deles, pois nenhum deles permitiu isso, mas tão somente comprar comida e bebida; pois embora os idumeus, no começo, pareçam não ter atendido ao pedido, mais tarde acederam" (John Gill, *in loc.*).

Ar. Ver a respeito no *Dicionário.* Ar e Seir falam sobre a área inteira de Edom e Moabe.

Até que eu passe o Jordão. Israel deixaria Seom e sua gente em paz, em sua região da *Transjordânia* (ver a respeito no *Dicionário*), e passaria diretamente para o lado ocidental do rio Jordão. Seom não era objeto planejado de ataque, mas é evidente que ele não se deixou convencer quanto a isso, por parte dos mensageiros; ou então apenas queria uma boa luta, conforme faz a maioria dos homens arrogantes.

2.30

O Senhor teu Deus endurecera o seu espírito. Seom endureceu seu coração, e Deus endureceu o coração de Seom. Desse modo, a vontade divina e a humana cooperaram. Mas como isso sucede, sem que a vontade humana seja destruída, não sabemos explicar. No livro de Êxodo lemos que o Faraó endureceu seu coração, e que Deus endureceu o coração do Faraó. Ver Êxo. 4.21; 7.3,13,14; 8.15,32; 9.12; I Sam. 6.6. O endurecimento aqui referido, naturalmente, nada tem que ver com a salvação. Mas no nono capítulo de Romanos a questão toma esse rumo. Isso nos envolve nas questões da predestinação e da reprovação. Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* os artigos intitulados *Predestinação e Livre-arbítrio* e também *Reprovação.* Ver *também Determinismo* e *Livre-arbítrio.* Ambas as doutrinas figuram na Bíblia e as teologias *unilaterais* enfatizam um ou outro dos lados da questão, mas negando os seus opostos. Os homens pensam que precisam explicar e reconciliar tudo, mas há coisas que são irreconciliáveis entre si. Se pudéssemos explicar tudo, teríamos uma *humanologia,* e não uma *teologia.* Ver também, na *Enciclopédia,* o artigo intitulado *Soberania de Deus.* E o artigo *Mistério da Vontade de Deus,* no *Dicionário,* ensina que o amor de Deus é que escreverá o capítulo final da história humana, e a predestinação está por trás da missão salvatícia do Logos. Portanto, destacamos mais ainda a doutrina da predestinação! Não precisamos temê-la.

O coração de Seom foi endurecido para que Israel tivesse de combater e vencer, e assim obter forças e confiança quanto às muitas batalhas que ainda teria de enfrentar. Aquela *pequena* vitória lhes infundiu a coragem de que precisavam para atirar-se à batalha *maior.*

Cf. este versículo presente com Núm. 21.23. Aquele texto deixa de fora a teologia deste versículo, e nada diz sobre o ato de Yahweh.

2.31

Tenho começado a dar-te Seom. Uma pequena possessão na Transjordânia seria o prelúdio de uma possessão maior, na parte oeste do rio Jordão. Ambas as coisas seriam atos de Yahweh. Muitos povos antigos, embora essencialmente selvagens, eram inspirados pela idéia de que seus deuses e forças espirituais os conduziam, dando-lhes suas terras, permitindo-lhes conquistar terras alheias etc. Os escritos de Homero, que nos falam sobre as antigas guerras dos gregos, estão repletos de referências religiosas, sacrifícios, oblações etc. Isso não significa que a história de Israel não fosse dirigida por Deus, nem que outros povos fossem dirigidos por Ele. Mas as matanças nos impressionam muito; e atribuí-las ao supremo poder de Deus parece ficar muito abaixo da compreensão cristã. Seja como for, Deus acha-se definitivamente na história. Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* o artigo chamado *Filosofia da História.* Os hebreus apresentavam claramente uma filosofia da história, no Antigo Testamento. E há muitas outras filosofias da história.

2.32

Ver Números 21.23, um trecho diretamente paralelo a este versículo. As notas dadas ali aplicam-se também aqui.

2.33,34

Estes dois versículos são diretamente paralelos de Números 21.24,25, exceto pelo fato de que aqueles versículos dão indicações geográficas que este versículo não fornece. Ademais, estes versículos adicionam a agonizadora informação da matança de mulheres e crianças, uma clara política humana de terra arrasada. O propósito era eliminar uma raça — genocídio. Só assim poderia haver paz à terra, sem temor de retaliação. Essa atitude era comum nas guerras antigas. Esses atos faziam parte de uma *guerra santa.* Cf. Deuteronômio 20.10-18, onde as descrições são muito parecidas. As mulheres eram incorporadas na sociedade, e as crianças eram criadas como se fossem hebréias, embora não fossem descendentes de Abraão.

O Banimento. Às vezes, era proibido destruir absolutamente tudo. E o que sobrasse era dedicado como sacrifício a Yahweh. Assim, aquela gente tornou-se o sacrifício oferecido ao Senhor, como se fosse um holocausto. "Uma guerra, de acordo com esse ponto de vista religioso, torna-se, se possível, ainda mais feroz

do que as guerras comuns. O zelo mórbido que leva a destruir um inimigo recebe a sanção divina" (Henry H. Shires, *in loc.*). Os amorreus eram uma das sete nações *destinadas à destruição.*

2.35

Tomamos por presa o gado. Os animais foram poupados e passaram a fazer parte das propriedades dos hebreus. Esse gado serviria para alimento e para os sacrifícios. Visto que eram irracionais e não estavam envolvidos na idolatria pagã ou nas práticas religiosas, eram aceitáveis para tal uso. Não eram moralmente corruptos, como o eram os seres humanos.

O despojo. Estão em foco meros objetos, como dinheiro, metais preciosos, jóias, utensílios domésticos, instrumentos agrícolas etc.

2.36

A *pequena vitória* não foi assim tão pequena; um certo número de cidades foi capturado e ocupado. Cf. Núm. 21.25.

Aroer. No hebraico, "desnuda". Esse foi o nome de várias cidades do Antigo Testamento. Ver a respeito no *Dicionário.* A Aroer deste versículo é a primeira da lista. Ficava às margens do ribeiro de Arnom, pelo que se situava na fronteira sul do território dado às tribos de Rúben e Gade (Jos. 12.2; 13.9). É mencionada na vigésima sexta linha da chamada *Pedra Moabita* (ver a respeito no *Dicionário*).

Gileade. Ver a respeito no *Dicionário.* Por toda aquela região, nenhuma cidade escapou da destruição. Agora a região já fazia parte do território de Israel na Transjordânia. Essa parte do país pertencia às tribos de Rúben, Gade e à meia tribo de Manassés (ver Núm. 32). Gileade pertencia a Ogue, o rei de Basã. Ver Núm. 21.33 ss., quanto à sua derrota definitiva, e a possessão de suas terras pelos filhos de Israel.

Yahweh-Elohim recebeu o crédito pela vitória dos israelitas. E os povos conquistados foram oferecidos a Ele à guisa de *holocausto.*

2.37

Somente à terra... nem a lugar algum que nos proibira o Senhor nosso Deus. Estas tinham sido as restrições. Israel destruiu o que foi oferecido a Yahweh em sacrifício, mas não mais. O território dos filhos de Amom foi poupado. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Amom.* Esse território estendia-se até o ribeiro do Jaboque (ver a respeito no *Dicionário*), e não foi invadido, tal como sucedeu à região montanhosa em redor. Houve assim lugares "proibidos" para os israelitas, em suas conquistas. O Jaboque formava a fronteira ocidental dos amonitas (ver Deu. 3.16). Israel não penetrou no interior do país onde estavam as montanhas, nem as suas cidades foram atacadas.

"Mas embora os moabitas e os amonitas tivessem sido assim poupados, eles pagaram o bem com o mal, porquanto lutaram contra os israelitas e expulsaram a alguns deles de suas possessões (ver Juí. 11.4,5; II Crô. 20.1), e cometeram algumas crueldades chocantes. Ver Amós 1.13. Por isso, o Senhor baixou um estatuto proibindo a entrada de qualquer indivíduo dessas duas nações na congregação de Israel, até sua décima geração. Ver Deu. 23.3-6" (Adam Clarke, *in loc.*).

Capítulo Três

A seção geral, iniciada em Deuteronômio 2.1, prossegue aqui. Ver as notas naquele ponto. Deu. 2.26-3.11 é trecho que descreve o primeiro êxito na conquista da Terra Prometida, pelo que temos uma breve descrição das primeiras vitórias de Israel, a começar pela *Transjordânia* (ver a respeito no *Dicionário*). Os reinos de Seom e de Ogue caíram diante de Israel (ver Núm. 21.21-35). Este terceiro capítulo do livro continua relatando as conquistas, incluindo a vitória sobre Ogue (ver Núm. 21.33 ss.). Ogue dominava o território desde Basã e a parte norte de Gileade.

3.1

Este versículo tem paralelo em Núm. 21.33, onde dou as notas expositivas. Os lugares mencionados ali são aqui repetidos. As notas mostram onde as referências podem ser encontradas, onde também demos comentários.

3.2

Este versículo é paralelo de Núm. 21.34, onde há notas expositivas.

3.3

Este versículo é paralelo de Núm. 21.35. Não houve *sobreviventes* (Números); não ficou nenhum sobrevivente (Deuteronômio).

3.4

Este versículo ajunta informações ao relato do capítulo 21 de Números. Todas as sessenta cidades de Ogue foram capturadas, o que mostra que a conquista foi de vulto, uma grande realização. A área, de acordo com os padrões modernos, não era grande, mas o fato de que ali havia sessenta cidades mostra que era densamente povoada.

Argobe. No hebraico, "pedregosa". Ver o artigo sobre esse lugar no *Dicionário.* O termo aponta ou para Basã, em geral, ou para um lugar dentro dessa área. Ficava localizada a leste do lago de Genezaré (Galiléia), e foi dada como possessão à meia tribo de Manassés (Deu. 3.4,13,14; I Reis 4.13; II Reis 15.25). Ficava em um platô elevado, uma espécie de ilha de terra, com cerca de 54 km x 32 km de extensão. No evangelho de Lucas, é chamada de *Traconites* (ver Luc. 3.1). Ver detalhes completos no artigo acima referido.

3.5

Todas estas cidades eram fortificadas. As *sessenta cidades* (vs. 4) eram todas dotadas de muralhas e fortificações. E também havia outras cidades, sem muralhas protetoras. Israel conseguiu dominar ambos os tipos de cidades.

Conquistar devemos, quando nossa causa é justa;
Este é o nosso lema: "Confiamos em Deus".

Francis Scott Key

Ver Núm. 13.28 e Deu. 1.28, quanto às cidades da terra de Canaã. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Cidade.*

3.6,7

Destruímo-las totalmente. Os súditos de Ogue, com suas cidades, seu país e sua população, sofreram a mesma absoluta destruição que havia atingido o rei Seom. Mas os israelitas pouparam animais e objetos inanimados, em ambos os casos. Estes dois versículos são uma duplicata virtual do trecho de Deu. 2.33-35. Tal como sucedeu a Seom, eles foram oferecidos à guisa de sacrifício (no hebraico, herem) a Deus. Ver nesses versículos notas que também se aplicam aqui. A guerra santa requeria aniquilamento absoluto e sem misericórdia. As cidades foram preservadas intactas, para serem usadas pelos israelitas; mas os seus habitantes pereceram da face da terra. Assim sendo, as tribos de Rúben, Gade e a meia tribo de Manassés (ver Núm. 32), entraram em uma riqueza relativa imediata, por terem ficado com tudo quanto Seom e Ogue tinham conseguido acumular através dos anos.

3.8

Que estavam dalém do Jordão. Ou seja, na parte oriental do país. O texto foi escrito, no hebraico, dessa perspectiva, ou seja, o autor estava na *Transjordânia* (ver a respeito no *Dicionário*). Essas terras ficaram com Rúben, Gade e a meia tribo de Manassés, mas Números 32 afirma que nem por isso aquelas duas tribos e meia foram dispensadas de participar da invasão do lado ocidental da Terra Prometida. Eles deixaram esposas, filhos e cerca de metade de suas forças militares para guardarem as cidades que tinham acabado de ocupar; e então os demais juntaram-se a seus irmãos, a fim de combaterem na conquista da parte ocidental do rio Jordão.

O rio Arnom dividia as terras dos moabitas das terras dos filhos de Amom (ver Núm. 21.13), e Hermom era uma montanha de Gileade, que terminava onde começava o Líbano, e formava a fronteira norte do país.

Hermom. Ver no *Dicionário* o artigo detalhado que há ali sobre este lugar.

3.9

Sidônios. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Sidom.* Os sidônios chamavam Hermom de "Siriom". Essa palavra hebraica significa "recoberta (de neve)". Os fenícios de Sidom tinham dado esse nome ao Monte Hermom. No paralelo poético do Salmo 29.6, Siriom aparece em associação com o Líbano. Idêntica associação ocorre no material proveniente de Ugarite: "O Líbano e as suas árvores, o Siriom, o mais precioso de seus cedros" (Baal e Anate, 6.20,21). A ocorrência desse termo, como um paralelo da cadeia do Líbano, sugere que esse nome denominava toda a cadeia do Antilíbano. Ver também sobre *Siom,* no *Dicionário.*

Senir. Há dúvidas sobre o significado desse nome, embora pareça querer dizer "pico". Outros preferem "Monte elevado". A palavra hebraica aparece por quatro vezes: aqui e em I Crô. 5.23, Can. 4.8 e Eze. 27.5. No acádico, a palavra aparece com a forma de *saniru*; e no árabe, *sanirun*. Esse era o nome que os amorreus davam ao Monte Hermom, segundo se vê aqui em Deu. 3.9. Houve época em que esse apelativo era empregado para indicar porções mais extensas do Antilíbano, conforme talvez se veja em Eze. 27.5. Não obstante, o uso do hebraico também distingue entre o Monte Hermom e o Monte Senir (Can. 4.8), e também entre aquele e os montes de Baal-Hermom (I Crô. 5.23). Muitos estudiosos têm-se inclinado a pensar que picos individuais dos três cumes do Monte Hermom foram assim chamados, em tempos posteriores.

3.10

Este versículo descreve quão *completa* foi a conquista, que incluiu todas as cidades mencionadas, a saber, *sessenta*, conforme somos informados no quarto versículo deste capítulo. As cidades de Gileade e de Basã foram varridas de modo absoluto, chegando até Salcá.

Salcá. No *Dicionário* há um artigo detalhado sobre esta localidade. Ela definia o extremo oriental de Basã (aqui e em Jos. 12.5 e 13.11). Ao que parece, ficou com a meia tribo de Manassés, na divisão do território. O nome, no hebraico, significa "andar" ou "andando".

Edrei. Ver a respeito no *Dicionário*. No hebraico, significa "forte" ou "terra semeada". Ao que parece, a moderna aldeia de Der'a, no sul da Síria, assinala o local antigo. Ver detalhes naquele artigo.

3.11

Ogue, o rei de Basã. O gigante tinha uma cama gigantesca, com cerca de quatro metros de comprimento e dois metros de largura. Eu mesmo tenho uma cama grande, denominada *king-size*, que pode ser comprada comumente nos Estados Unidos da América. Um homem alto sabe como é difícil dormir em camas feitas para pessoas relativamente baixas. Meu tio era homem muito alto, e fez a sua própria cama, para que não tivesse de dormir na transversal. Minha cama tem mais de dois metros de comprimento; mas a cama de Ogue tinha esse tanto de largura, e o dobro disso quanto ao comprimento. A gigantesca cama de Ogue era feita de ferro, por razões óbvias. Uma cama de madeira não agüentaria o peso do gigante.

A gigantesca cama tornou-se peça de museu, guardada em Rabá, um lugar pertencente aos filhos de Amom. Alguns eruditos pensam que o que está em foco aqui era um sarcófago (caixão de defunto); mas os sarcófagos eram feitos de pedra. Naturalmente, alguém poderia fazer um sarcófago de ferro. Algumas vezes, camas, ou outras peças de mobiliário, tornam-se peças de museu. Eu mesmo vi a cama de Joseph Smith, em um museu, em Salt Lake City, estado americano de Utah. Ele era considerado um profeta pelos mórmons. Ver acerca dele na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*. Na sua maioria, contudo, as camas são apenas móveis benditos, onde descansamos à noite, para podermos voltar descansados ao trabalho, no dia seguinte. Poucas coisas são tão excelentes como uma boa cama!

Os *gigantes* foram sendo aniquilados aos poucos por vários povos, como os filhos de Esaú (2.12) e os filhos de Amom (2.19,20). Então veio Israel e acabou com os que ainda restavam dentre eles. Por isso ficou escrito que Ogue era o último dos gigantes. Uma vez morto, sua cama foi levada para admiração de Rabá.

Diodorus Siculus conta a curiosa história de que Alexandre, o Grande, ordenou que se fizessem camas com quase três metros de comprimento, a fim de que os gregos fossem temidos como gigantes (*Bibliothec.* 1.17, par. 563). O poder de Alexandre, porém, era tão grande que ele dificilmente precisaria lançar mão de um truque psicológico como esse. Maimônides observou que a cama de um homem usualmente tem uma terça parte a mais que o comprimento de uma pessoa. Se aplicarmos isso a Ogue, então ele devia ter cerca de três metros de altura! (*Moreh Nevochim*, par. 2, c. 47).

Rabá. Há um artigo detalhado sobre esta cidade, no *Dicionário*, a qual tem sido muito iluminada pela arqueologia. Esse nome significa "grande", "populosa". Amã, capital atual da Jordânia, assinala o local antigo. Essa parece ser a *única* cidade amonita que foi mencionada na Bíblia. Fica cerca de trinta e cinco quilômetros a leste do rio Jordão.

3.12,13

Estes versículos sumariam os lugares mencionados antes, pertencentes à *Transjordânia* (ver a esse respeito no *Dicionário*), que os israelitas tomaram dos moabitas e dos amorreus, seus habitantes primitivos, para então darem às tribos de Rúben, Gade e à meia tribo de Manassés. Ver o capítulo 32 de Números sobre como eles pediram o território e este lhes foi concedido, sob a condição de ajudarem na invasão do "outro lado" do rio Jordão, a parte ocidental. Ver também o capítulo 13 do livro de Josué, quanto a outros detalhes sobre a distribuição da terra. "As tribos de Rúben e Gade receberam os territórios pertencentes ao reino de Seom, entre os ribeiros do Arnom e do Jaboque. A meia tribo de Manassés, da qual o clã de Maquir era o principal, recebeu o território de Ogue, ao norte do Jaboque. O vale deste ribeiro, depois de correr na direção leste, volta-se para o sul, fazendo uma grande curva. Essa seção norte-sul formava a fronteira dos amonitas (vs. 16)" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

Moisés *distribuiu* as terras conquistadas, mas sempre sob a orientação de Yahweh. A porção ocidental seria dividida por sortes, primeiro por tribos, e então entre as famílias dessas tribos. Ver sobre isso em Núm. 26.55,56; 33.54 e 34.13.

Rúben recebeu aquelas terras que antes tinham pertencido aos moabitas (de Arnom a Hesbom). Gade recebeu a metade sul de Gileade, de Hesbom ao ribeiro do Jaboque. Com a meia tribo de Manassés, ficou a parte norte de Gileade, bem como Basã, que ficava precisamente a leste do lago ou Mar da Galiléia. Ver Jos. 11.2.

3.14

Jair. No *Dicionário* há um artigo detalhado sobre esse nome. Ele era cabeça de um clã da tribo de Manassés. O termo hebraico significa "iluminador" ou "Yahweh ilumina". Quatro pessoas são chamadas por esse nome, no Antigo Testamento. O Jair deste texto, o filho de Segube, descendente de Manassés, é o primeiro nome que aparece naquela lista. A região de Gileade tinha vinte e três aldeias (ver Núm. 32.41; Jos. 13.30; I Crô. 2.22; I Reis 4.13). Ver também, no *Dicionário*, o artigo chamado *Havote-Jair*.

Argobe. Ver a respeito no *Dicionário* e no quarto versículo deste capítulo.

Gesuritas. Ver no *Dicionário* o artigo detalhado intitulado *Gesur, Gesuritas*. O nome Gesur parece significar "ponte". Gesur era um país que ficava na margem oriental do rio Jordão, e os gesuritas eram um povo que habitava perto do Sinai. O país pertencia à Síria, contíguo à fronteira norte de Israel. Ver sob *Habitantes*, no artigo referido acima. Eles formavam um pequeno reino da área maior chamada Síria.

Maacatitas. Ver sobre este povo no *Dicionário*. Eles formavam outro pequeno reino da Síria. Faziam fronteira com Argobe. A área central ocupada por esse povo era onde ficavam as nascentes do rio Jordão. Os gesuritas ocupavam uma área ligeiramente a leste. Ver II Sam. 20.14,15. A terra dos maacatitas tinha pertencido a Ogue. Ver os vss. 12 ss..

Havote-Jair. Ver a respeito no *Dicionário* e as notas expositivas em Núm. 32.41.

3.15

Gileade. Ver a respeito no *Dicionário*. Este território ficou com os maacatitas. Cf. Núm. 32.40. Maquir era filho de Manassés, e seus descendentes, que formavam a meia tribo que ficou no lado oriental do rio Jordão, receberam este território. Metade da região de Gileade ficou com os rubenitas e os gaditas (vs. 12). O trecho de Núm. 32.34-40 informa-nos que esse território foi conquistado pela subtribo de Manassés.

3.16

O autor sagrado voltou aqui a dar-nos detalhes sobre as terras alocadas a Rúben e a Gade, na Transjordânia, depois de ter-nos fornecido alguns detalhes no vs. 12 deste capítulo. As terras aqui mencionadas, de acordo com os padrões modernos, eram de pouca extensão, mas eram lugares prósperos, com boa água, e excelentes para a criação de gado. Também dispunham de muitas cidades, das quais os membros daquelas duas tribos simplesmente se apossaram. Ver Jos. 12.2 e Deu. 2.37. As circunstâncias dessa distribuição de terras foram descritas no capítulo 32 de Números. Essas tribos desejaram o lugar fértil para seu gado, e receberam-no sob a condição de ajudarem seus irmãos a conquistar o lado ocidental do rio Jordão, o que cumpriram com fidelidade. Ver Jos. 22.1-4 quanto à promessa cumprida e a bênção que isso produziu.

3.17

Como também. Outras terras que eles receberam são aqui mencionadas. Esse território incluía a parte oriental do vale do Jordão, ou Arabá. Estendia-se desde o lago da Galiléia e daí para o sul, até o Mar Morto. Ver Mat. 14.34 quanto ao nome Quinerete, uma denominação alternativa para o lago ou Mar da Galiléia. Esse nome, no hebraico, significa "harpa" ou "com forma de harpa". O nome designava uma cidade (Jos. 19.35) e um Mar (Núm. 34.11; Deu. 3.17; Jos. 11.12; 12.3 etc.). Provavelmente, o termo derivava-se de um antigo nome cananeu, já existente quando da invasão da Terra Prometida. O lago da Galiléia, olhado de cima, parece-se com o contorno de uma harpa.

Faldas de Pisga. Ver também 4.49. Os Targuns dizem: "fontes de Pisga". Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Pisga*. Nossa versão portuguesa acompanha a versão inglesa RSV, apontando para o sopé de colinas. Essas colinas ficavam na parte oriental do território em questão.

3.18

A região fértil foi dada às tribos de Rúben e Gade, e à meia tribo de Manassés, sob a condição de que eles ajudassem as outras tribos na invasão da parte ocidental da Terra Prometida. Ver Núm. 32.29,30, especificamente quanto à condição imposta, e o capítulo 32 inteiro quanto à história completa. O trecho de Jos. 22.1-4 informa-nos sobre o cumprimento fiel dessa promessa. Seom e Ogue já haviam sido derrotados. Os habitantes da região tinham sido aniquilados, e essas cidades foram ocupadas pelas tribos mencionadas. Assim, mudaram-se para uma riqueza imediatamente, falando comparativamente. Mas isso não lhes conferiu descanso, pois tiveram de ajudar no conflito total que se seguiu. Ver Jos. 4.13,14.

3.19

Vossas mulheres, e vossas crianças. Essas ficaram nos novos territórios conquistados, sem dúvida sob a guarda de homens armados, para defendê-las. Os demais homens ajudaram a conquistar a parte ocidental do país. Ver Núm. 32.24-42, quanto ao trecho paralelo a este, e cujas notas também aplicam-se aqui. Ver também Jos. 1.12 ss..

3.20

Dê descanso. Ou seja, até que a porção oeste da Palestina tivesse sido conquistada. Isso daria descanso aos invasores, para que voltassem a um estilo normal de vida. Até então, as tribos de Rúben, Gade e a meia tribo de Manassés teriam de continuar combatendo.

"Descanso para seus inimigos, e habitações para ali residirem tranqüilamente. Por isso mesmo, a terra de Canaã foi chamada de "descanso" e "herança" (Deu. 12.9), como tipo simbólico do descanso que espera pelo povo de Deus" (John Gill, *in loc.*). Ver Heb. 3.11,18; 4.1,3,11, quanto à aplicação neotestamentária desse conceito.

Voltareis cada qual à sua possessão, que vos dei. Por meio da vontade de Yahweh, mediante o Pacto Abraâmico, que tinha como uma de suas provisões a posse da Terra Santa por parte do povo de Israel. Ver as notas em Gên. 15.18, quanto a esse pacto. "Todo o crédito, quanto ao resultado final, não cabe aos homens, mas a Deus... Foi o poder de Deus que lhes deu a Transjordânia" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

3.21,22

Assim fará o Senhor a todos os reinos. O sucesso dos filhos de Israel na Transjordânia fora espetacular. Josué tinha observado isso. Foi-lhe assegurado que, na qualidade de novo líder, ele poderia esperar o mesmo tipo de ajuda divina, na invasão da parte ocidental do país. O que tinha sucedido estava prestes a ser repetido, pelo que Josué foi encorajado a deixar de lado todo temor. Somente o poder de Deus poderia explicar uma derrota tão rápida de Seom e Ogue. E os reis vassalos do ocidente não se mostrariam mais eficazes contra Israel. Portanto, qualquer temor estava fora de cogitação. O poder de Deus já se havia manifestado; e não diminuiria, acompanhando Israel e Josué. As *antigas* vitórias eram garantias das *novas vitórias*. A intervenção divina no oriente repetir-se-ia no ocidente. Oh, Senhor, concede-nos tal graça!

Os povos que ocupavam a parte ocidental do rio Jordão contavam com números, tamanho físico e forças, sem falar nas suas cidades fortificadas e em sua disposição selvagem. Formavam um inimigo formidável, mas não contra Yahweh.

Yahweh combateria pelos israelitas. Ver essa promessa repetida em Deu. 1.30; 2.24,25,31,33,36; 3.2,3 e 20.4. A guerra santa dependia do Poder Santo.

> *Meus olhos têm visto a glória da vinda do Senhor,*
> *Ele pisa a vindima onde as uvas da ira foram guardadas;*
> *Ele desfechou o relâmpago fatal de Sua terrível espada;*
> *Sua verdade está marchando. Glória!*
> *Glória! Aleluia!*
> *Sua verdade está marchando.*
>
> (Julio Ward Howe)

A única coisa que precisamos temer é o próprio medo.

(Franklin Delano Roosevelt)

Moisés Tenta Reverter o Juízo de Yahweh (3.23-29)

3.23

De repente vemos Moisés, entusiasmado diante de todas as promessas de Yahweh acerca da conquista do ocidente, anelante para reverter o juízo que caiu sobre ele por causa da questão da água que saiu da rocha. Ver Núm. 20.12, quanto a notas que explicam no que consistiu exatamente o pecado de Moisés. O livro de Deuteronômio adiciona um discernimento mais profundo. Moisés, por estar identificado com o rebelde povo de Israel, teve de levar vicariamente a culpa deles; e, por essa razão, não pôde entrar na Terra Prometida. Esse é um discernimento que fala sobre Moisés como tipo da lei, que pode conduzir até Cristo, mas que não pode realizar a obra de Cristo, ou seja, a salvação, simbolizada pela entrada na Terra Prometida. Já pudemos ver esse discernimento em Deu. 1.37, cujas notas também se aplicam aqui.

A intercessão de Moisés quase obtivera êxito, poderosa como tinha sido. Ver Núm. 16.45, quanto a isso. Mas quando orou em proveito próprio, nada aconteceu. Não porque sua oração tivesse sido fraca, mas porque não poderia reverter a decisão de Yahweh, já que *não* fazia parte da vontade de Deus que ele entrasse na Terra Prometida. Ver no *Dicionário* os artigos intitulados *Oração* e *Intercessão*.

Moisés tinha iniciado a obra. Mas não pôde vê-la terminada enquanto vivo no corpo. Josué terminou a obra da conquista com grande sucesso, pelo que Moisés teve essa consolação. Ademais, em espírito, não tenho dúvida, ele viu o sucesso final daquilo que havia iniciado, fazia tanto tempo, no Egito.

3.24

Que Deus há nos céus ou na terra...? Moisés atribuiu a Deus todos os feitos que tinham ocorrido. O Deus Todo-poderoso estivera presente em tudo. Ninguém poderia ter livrado Israel da escravidão no Egito. Ninguém poderia ter fornecido o necessário para cerca de quatro milhões de pessoas em um deserto, pelo espaço de quarenta anos. O poder divino estivera sempre presente. A grandeza e o poder tinham sido amplamente demonstrados. A realização era grandiosa demais para ter sido um empreendimento meramente humano. Tinha sido um feito divino. Yahweh destacava-se acima de quaisquer deuses imaginários. Nenhum homem poderia ter feito o que foi feito, e nem alguma outra divindade; Yahweh (o Eterno) e El (o poderoso) é que tinha feito tudo aquilo.

"... houve aquelas instâncias admiráveis de poder divino, que impôs juízos contra homens ímpios, reis e reinos; que livrou o Seu povo desses ímpios; que permitiu que Israel entrasse na posse deles e de seus reinos; essas eram as obras admiráveis que Moisés tinha em mira" (John Gill, *in loc.*).

"Em contraste com os deuses das religiões naturais dos pagãos, o Deus de Israel é ímpar, pois Seus atos poderosos testificam que Ele é o Senhor da história" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre este versículo).

O fio cortante do argumento de Moisés foi: "Se tu, ó Yahweh, fizeste tudo isso, seria coisa de somenos permitir-me entrar na Terra Prometida!".

3.25

Rogo-te que me deixes passar. Isso Deus faria se aplicasse o mesmo grande poder que trouxera Israel aonde o povo se achava no momento (vs. 24). O Deus que tinha feito o maior, sem dúvida poderia fazer o menor. Moisés queria entrar, e não apenas ver ou ouvir sobre a *boa terra* que Deus havia prometido a Abraão.

Esta boa terra. Era uma terra que manava leite e mel, uma terra excelente (ver Deu. 8.7,8; Êxo 3.8,17; 13.5; 33.3; Lev. 20.24; Núm. 13.27; 14.8; 16.13; Deu. 6.3; 11.9; Jos. 5.6).

"Ao que parece, Moisés não percebeu que poderia buscar as obras de Yahweh e a Sua glória, ainda mais claramente, no outro mundo" (Ellicott, *in loc.*).

Que está dalém do Jordão. O autor sacro falava da perspectiva da Transjordânia. Moisés pensou que permitir a entrada dele na Terra Prometida seria um feito pequeno em relação com os Seus feitos grandiosos. Mas até mesmo um feito pequeno não pode suceder, quando não está de acordo com a vontade de Deus.

Líbano. Ver a respeito no *Dicionário*. Ver o versículo seguinte.

3.26

O Senhor indignou-se muito. Yahweh não gostou do pedido de Moisés, por mais eloqüente e lógico que tivesse parecido. Temos aqui reflexos do *antropomorfismo* e do *antropopatismo*. Ver o *Dicionário* quanto a esses vocábulos. Conferimos a Deus as nossas próprias qualidades, atributos e emoções, quando tentamos descrever Deus, por faltar-nos melhor maneira de fazê-lo.

Foi "por amor a Israel" que a Moisés não foi permitido atravessar o rio Jordão e entrar na Terra Prometida. Ver Núm. 20.12 quanto à natureza do pecado de Moisés, devido ao qual não lhe foi permitido fazer essa travessia. Quanto a um *discernimento mais profundo* no livro de Deuteronômio, ver 1.37 e 3.23, cujas notas expositivas também aplicam-se aqui.

Basta. Moisés havia recebido uma grande comissão e tinha cumprido bem a sua missão. Mas sua comissão e missão não incluíam a entrada na Terra Prometida. Sua identificação com a geração rebelde era completa; e eles tiveram de arcar com as conseqüências. E isso também fazia parte de sua missão. Dessarte, Moisés seria sábio *se não tomasse a referir-se ao assunto, e Yahweh ordenou-lhe que não tocasse mais* no tema. Moisés precisara sofrer de modo vicário, da mesma forma que Cristo, o Novo Moisés, foi o nosso Substituto. Ele precisou sofrer com paciência. Ver o capítulo 53 de Isaías, quanto a uma excelente afirmação desse princípio no Antigo Testamento.

Moisés e Elias, em uma ocasião posterior, e em espírito, estiveram com Jesus na Terra Prometida, tendo sido testemunhas da transfiguração de Jesus. Ver o capítulo 17 de Mateus. Essa era a vontade de Deus, e não foi alguma coisa sem importância.

3.27

Cume de Pisga. Ver no *Dicionário* o artigo detalhado sobre esse lugar. Ou Pisga e o Monte Nebo eram o mesmo Monte, ou eram picos de uma mesma serra, não distantes um do outro. Esse nome, no hebraico, significa "cume", "ponta", "pico". Há muitas referências bíblicas a esse lugar, que tem seus usos metafóricos, coisas essas que são abordadas no artigo mencionado.

Dali Moisés Pôde Olhar em Todas as Direções. "Para todos os quatro pontos do céu, para todos os quatro quadrantes e fronteiras da terra de Canaã, vendo, com os seus próprios olhos, a extensão da terra de Canaã, sobretudo o Líbano, que ficava ao norte, o *Monte que ele tanto tinha desejado ver (vs. 25). Moisés, embora velho, era dotado de vista* penetrante, e não é improvável que sua visão tenha recebido maior acuidade e tenha sido ajudada, nessa ocasião" (John Gill, *in loc.*).

Doce hora de oração, doce hora de oração,
Que eu tenha tua consolação, até que
Da altura excelsa do Monte Pisga
Eu veja meu lar e alce vôo.
Essa veste de carne deixarei e me erguerei
Para apossar-me do prêmio eterno.

(W. W. Walford)

O *Neguebe*, o sul da Palestina, não é mencionado, mas devemos entender aqui que ele viu a Terra Prometida inteira. Se Moisés não foi capaz de ver absolutamente tudo, de onde se encontrava, ele viu o bastante para poder dizer: "Vi a terra que Deus prometeu a Abraão com os meus próprios olhos. Permite que Teu servo parta em paz". Podemos estar certos de que aquele foi um momento extremamente emocionante para Moisés.

3.28

Dá ordens... anima-o e fortalece-o. Em breve Josué haveria de tornar-se o homem da hora fatal. A Moisés foi dito que fizesse por Josué todo o possível. Ele precisaria de forças e de coragem para completar a missão de Moisés, a qual era, ao mesmo *tempo, a sua própria missão especial. Moisés contemplou a Terra Prometida; e Josué* guiaria o povo de Israel até ela, tornando-se assim um tipo de Cristo, o qual nos conduz à Pátria Celeste, a saber, à salvação eterna. Ver no *Dicionário* o artigo *Josué (Livro)*, que nos mostra que ele foi um tipo de Cristo, na seção IX, *Tipologia*. Ver também *Josué (Pessoas)*, ponto 1. Ver ainda Efé. 1.11.

"... a perspectiva do tempo lança sobre Moisés um manto de glória, pois ele compartilhou da sorte de seu povo e aceitou graciosamente a vontade de Deus" (Henry S. Shires, *in loc.*).

3.29

Defronte de Bete-Peor. Há um detalhado artigo sobre esta localidade, no *Dicionário*. Esse nome significa "casa de Peor", ou seja, "casa da abertura". Peor também pode significar "abismo". Talvez Moisés tenha sido sepultado nessa área (Deu. 34.6). Era uma cidade moabita que podia ser vista facilmente do cume de Pisga. Ver outros detalhes naquele artigo. Também havia um deus pagão chamado Peor. E ali existia um santuário em honra a ele. Ver no *Dicionário* o verbete chamado Deuses *Falsos*.

"Este versículo encerra a recapitulação da jornada de Israel desde Horebe (Deu. 1.6) até as margens do rio Jordão, com o que terminou esse primeiro discurso de Moisés. O *restante, contido no quarto capítulo de Deuteronômio, é a parte prática* do discurso, que agora começa" (Ellicott, *in loc.*).

Capítulo Quatro

Moisés Exorta o Povo à Obediência (4.1-43)

O primeiro discurso de Moisés aproximava-se agora do seu final. Prossegue até o vs. 40 deste capítulo. A palavra, agora (vs. 1), indica uma introdução à conclusão. O primeiro discurso, até este ponto, fez uma revisão da história de Israel, deixando o povo de Deus na fronteira da Terra Prometida. Mas doravante o discurso prossegue, salientando questões práticas vitais para a fé e a vida dos hebreus, coisas essas ilustradas pela história de Israel. Temos nisso uma demonstração e teologia bíblica com base na própria tradição mosaica, onde a história e a praticabilidade foram mescladas a fim de exortar o povo de Deus. Tanto a história quanto a praticabilidade repousam sobre a revelação e a vontade de Deus. Foi ordenado que se mantivesse a mensagem intacta, sem nenhuma adição ou subtração (vs. 2), porquanto nela há vida (vs. 1). A *presença da lei de Deus, no meio de Israel, distinguia esse povo de todos os* demais. A revelação divina foi uma obra produzida em meio ao processo histórico.

"O recital anterior daquilo que o Senhor tinha feito pelo Seu povo serviu de base ao apelo de Moisés no tocante a uma obediência fiel" (*Oxford Annotated Bible,* comentando sobre o primeiro versículo deste capítulo). "Obediência" é a sua palavra-chave. É aí que reside a vida.

4.1

Agora, pois. Essas palavras introduzem a seção prática do primeiro discurso de Moisés. Ele aplicou, moral e espiritualmente, os eventos e experiências históricos pelos quais Israel passara. (Ver a introdução a este capítulo quanto ao plano desta seção prática, que se estende até o quadragésimo versículo deste capítulo.)

Ouve os estatutos e os juízos. Já havia sido transmitida a grande massa da legislação mosaica, e Israel contava com muitas experiências que serviam de ilustrações para a vida prática. Leis e estatutos seriam "perpétuos", ou seja, "para todas as gerações". Ver Êxo. 29.42; 31.16; Lev. 3.17 e 16.29 quanto a esses conceitos.

Que eu vos ensino. Israel tinha visto milagres, mas coisa alguma pode substituir a instrução. Moisés era o legislador, mas também foi o maior mestre de Israel, depois de Jesus Cristo. As leis eram muitas e complexas, e somente um povo bem instruído seria capaz de pô-las em prática da maneira correta. Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* o verbete chamado *Ensino*.

Para que vivais. O Pentateuco não expõe nenhum quadro claro sobre a alma imortal, que sobrevive à morte biológica e que será julgada no "além". O Pentateuco nunca ameaça os desobedientes com o juízo condenatório após a morte, nem promete vida eterna para além-túmulo para os obedientes. Esses são fatos bem conhecidos aos teólogos históricos. Há somente indícios quanto à existência da alma, na doutrina da criação à imagem de Deus (Gên. 1.26,27) e nos diálogos entre os espíritos (Núm. 16.22; 27.16). Somente quando chegamos ao Novo Testamento é que essa doutrina fica realmente clara. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Julgamento de Deus dos Homens Perdidos*. E na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, ver o artigo *Imortalidade*.

A teologia posterior dos hebreus aplicava este versículo à vida além-túmulo. Mas o que Moisés quis dizer foi "uma vida boa na Terra Prometida que estava prestes a ser conquistada". Israel deveria esforçar-se nessa direção, não falhando diante da fronteira, conforme seus pais tinham feito quarenta anos antes. Muitas *provisões da legislação mosaica requeriam a morte para os culpados de* desobediência.

Juízos. Estão em foco regras de conduta, estatutos, leis ou decisões transmitidas pelos juízes, embora talvez não devamos distinguir tanto entre os diversos termos usados na Bíblia quanto a essa questão.

Paulo deixou claro que a vida eterna não pode derivar-se da lei (ver Gál. 3.21). Mas isso foi alguma coisa que o judaísmo geral nunca conseguiu compreender. Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* o artigo chamado *Vida Eterna*.

4.2

Os mandamentos do Senhor vosso Deus. Yahweh era a fonte da legislação mosaica, razão pela qual nenhum homem deveria ousar adicionar ou diminuir nada daquela revelação, como, de resto, da Bíblia toda. Algo parecido com isso é dito no fim do Apocalipse (22.18,19). Cf. Pro. 30.5,6; Mat. 5.18,19. Este versículo, entretanto, não é contra a doutrina da revelação progressiva, porquanto aparece no começo mesmo do processo revelatório. Ver no *Dicionário* o artigo *Revelação*.

"Israel não deveria adicionar coisa alguma à revelação bíblica, pois isso diminuiria o seu poder, conforme faziam os fariseus e fazem os cristãos legalistas. E nem Israel deveria subtrair coisa alguma da revelação, para que esta se acomodasse assim à sua fraqueza e voluntariedade" (Jack S. Deere, *in loc.*).

4.3

O que o Senhor fez por causa de Baal-Peor. Aqui Moisés relembra aos filhos de Israel uma ilustração prática de como as más associações os tinham levado a desobedecer os claros mandamentos do Senhor. A história mesma lhes ensinava uma lição vital. Israel tinha caído na idolatria e na lassidão moral por meio das tentações apresentadas pelas mulheres pagãs moabitas. A crônica aparece no capítulo 25 de Números, sendo mencionada no Novo Testamento em I Coríntios 10.6-8,11.

Vosso Deus consumiu do vosso meio. O ato dos israelitas atraiu contra eles um imediato e severo julgamento divino. Vinte e quatro mil pessoas morreram em resultado de uma praga (ver Núm. 25.9). Ver no *Dicionário* o artigo *Baal-Peor*, quanto ao relato inteiro e suas implicações. Ver também ali os artigos chamados *Idolatria* e *Adultério*.

4.4

Vós, que permanecestes fiéis. A lição óbvia era sobre a fidelidade aos mandamentos de Yahweh, o que poderia ter impedido esses atos e o devido castigo, conferindo vida na Terra Prometida, aos fiéis e obedientes.

"A existência nacional estava em jogo: Deus, que dera existência à nação e dera ao Seu povo a Terra Prometida, haveria de destruir a nação se ela desafiasse o Seu senhorio. De fato, a única reivindicação que Israel tinha para ser reconhecida neste mundo, sua única sabedoria e compreensão, jazia no fato de que era possuidora da lei de Deus (vs. 6)" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

Mais tarde, Israel enfrentou os midianitas e derrotou-os definitivamente, não tendo perdido um único homem no embate (ver Núm. 31.49). Assim aconteceu por estarem em estado de obediência.

4.5

Estatutos e juízos. Ver o primeiro versículo deste capítulo. Essas leis tinham sido baixadas não somente para o tempo das vagueações pelo deserto, mas como padrões de conduta, uma vez que chegassem à Terra Prometida. A vida e a prosperidade de Israel dependeriam de como eles utilizariam e observariam essas leis. A vida residia na obediência; a morte, na desobediência. Como é claro, no fim, Israel foi expulso da Terra Prometida, tal como tinham sido expulsos os seus habitantes anteriores, e exatamente por motivo de desobediência à lei. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Cativeiro (Cativeiros)*. Um dos propósitos da lei era livrar Israel dos golpes mortíferos da idolatria, os quais os povos pagãos tinham sofrido; conferir-lhes uma vida plena, vida em retidão e espiritualidade, e não na degradação. Os vss. 5-8 falam sobre o caráter ímpar de Israel entre as nações, precisamente por disporem da *lei de Yahweh*. Sem dúvida, Israel não se distinguia pelas suas ciências, artes, riquezas materiais ou poder militar. Mas eles eram o povo da lei de Deus.

4.6

Perante os olhos dos povos. Israel seria uma grande nação, reconhecida como tal entre as demais nações. Uma nação de povo sábio e entendido, não nas artes e nas ciências (em cujos campos ficavam muito a desejar, em comparação com outros povos antigos), mas no campo da sabedoria espiritual, por possuírem as leis de Yahweh. A sabedoria deles provinha de Deus, porquanto foi dada mediante revelação, e não em resultado de sua erudição e filosofia. Quanto aos empreendimentos intelectuais, os israelitas perdiam feio em relação a outras nações. A força deles jazia no conhecimento da bondade e do amor e nos valores espirituais, por causa da lei mosaica. Eles dispunham destas vantagens: 1. Proximidade de Deus, o qual nunca os abandonava e lhes revelava muitas coisas de valor moral e religioso. 2. Eles tinham sido separados das demais nações. A legislação que lhes tinha sido entregue veio a tornar-se parte vital de nosso Antigo Testamento, um *monumento imortal* da literatura, prova absoluta da superioridade deles nos campos da sabedoria e do entendimento. Que outros povos tivessem tecnologia; eles tinham sabedoria espiritual. A sabedoria dos filhos de Israel também é demonstrada pelo fato de muitas outras nações, antigas e modernas, terem tomado por empréstimo muito da literatura deles. A cultura cristã tem um de seus alicerces na literatura religiosa dos hebreus. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Citações do Novo Testamento*, cuja esmagadora maioria é do Antigo Testamento. Portanto a cultura espiritual tem sido transmitida ao longo de linhas literárias tomadas por empréstimo, embora, como é óbvio, o Novo Testamento tenha adicionado à revelação muita coisa inédita, embora mesmo assim seja uma *continuação* das revelações divinas dadas ao povo de Israel. O Antigo Testamento foi traduzido para o grego (ver no *Dicionário* o artigo chamado *Septuaginta*). E isso em muito fomentou a propagação da sabedoria divina dada aos judeus.

4.7

Que grande nação há...? Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Misticismo*. A presença de Deus com o povo de Israel distinguia-o de todos os demais povos da terra. Yahweh fazia-se disponível para ouvir e responder às orações deles. Ver no *Dicionário* os verbetes *Oração* e *Intercessão*. Esses privilégios distinguiam os filhos de Israel de todos os outros povos. Eles eram especialistas na fé e na prática religiosa, e isso lhes conferia uma sabedoria e um entendimento superior. Não eram muito numerosos, nem se destacavam quanto aos feitos materiais. Sua matemática era primitiva, nunca erigiram grandes monumentos, e a sua vida agrícola era essencialmente pobre e inadequada. Mas eram grandes quanto às realidades espirituais. Eles tinham o tabernáculo, muito bem planejado, para promover sua fé da maneira mais enérgica e meticulosa. Seu ritual era rico em tipos e símbolos espirituais, que apontavam para um maior cumprimento na pessoa de Cristo. O Antigo Testamento continua o Novo Testamento em cerne. Cf. Jer. 23.23 e Sal. 144.18. Eles eram o povo do *Pacto Abraâmico*, que tem tido efeitos a longo prazo no decorrer da história, e prosseguirá pelo futuro adentro, até a eternidade. Ver sobre esse pacto em Gên. 15.18 e suas notas expositivas. Ali o Messias foi previsto e prometido; e em Cristo as suas provisões recebem uma aplicação universal, abarcando *todos* os povos (Gál. 3.28,29). A salvação da alma é o seu maior extrato. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Salvação*. Logo, Israel tornou-se um instrumento universal para o bem espiritual de toda a humanidade.

4.8

Tão justos como toda esta lei que eu hoje vos proponho? Este versículo atua como uma espécie de *sumário* das idéias enunciadas antes dos vss. 5-7. Nenhuma outra nação poderia receber as descrições encontradas aqui. Portanto, temos uma importante pergunta retórica: "Que grande nação há?". Sim, nenhuma outra nação da terra tinha sido engrandecida com *esse* tipo de grandeza. E essa grandeza estava baseada sobre a possessão da *lei*. A lei de Israel repousava sobre a revelação, retidão e a própria vontade de Deus. Deus ofereceu a Israel um profundo discernimento quanto a tudo isso, por intermédio da missão de Moisés. A despeito de todas as suas falhas, a religião revelada a Israel representou um imenso *avanço* espiritual.

Que eu hoje vos proponho. Alguns estudiosos parecem olvidar-se do fato de que a lei de Moisés, com todos os seus preceitos, juízos e estatutos, não tinha sido revelada a outro povo qualquer, antes daquele "dia". Foi uma autêntica revelação, e não uma rememoração de princípios dados anteriormente. Isso empresta um colorido todo especial a certas questões teológicas que falam sobre origens de princípios religiosos e espirituais. A lei não somente não havia sido dada ainda a nenhum outro povo da terra, como nem mesmo tinha sido dada aos próprios patriarcas do povo escolhido. É sobre isso que Paulo tece considerações em Gálatas e outros escritos seus, como quando diz: "... a lei, que veio quatrocentos e trinta anos (depois de Abraão)". A lei foi dada a Israel, como parte do Pacto Mosaico (ver a respeito no *Dicionário*). E também teve o seu período de vigência, conforme Jesus ensinou: "A lei e os profetas duraram até João Batista" (Luc. 16.16a). E agora, o que está vigorando, foi o próprio Senhor Jesus que arrematou: "... desde esse tempo, vem sendo anunciado o evangelho do reino de Deus" (Luc. 16.16b).

4.9

Tão-somente guarda-te. Os vss. 9-14 apresentam um segundo *incidente* ilustrativo: a revelação dada em Horebe (Sinai), dos Dez Mandamentos, o núcleo da lei. Esse *fato histórico* produziu o avanço de Israel nos campos da sabedoria e do entendimento. Isso posto, Deus estava operando através do processo histórico. Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Horebe*, *Sinai* e *Dez Mandamentos*.

Esse avanço dependia diretamente das instruções dadas através de Moisés, a lei, os preceitos que faziam de Israel um povo distinto. O conhecimento estava concentrado na lei, e tinha de ser ensinado (vs. 1), mas esse conhecimento precisava ser aplicado à vida diária das pessoas. Era mister o uso de *diligência* nessa aplicação.

As palavras "guarda bem a tua alma" têm sido interpretadas na teologia posterior dos hebreus como "cuida de teus interesses espirituais". Mas não foi isso que Moisés quis dar a entender ao usar o termo hebraico *nephesh*. Os teólogos históricos têm mostrado que essa palavra nunca foi usada no Antigo Testamento para indicar a porção imaterial do homem, que sobrevive à morte biológica. O que Moisés estava dizendo, era: "Dedica toda a tua vida, todo o teu coração, a essa questão da guarda da lei. Assim deve expressar-se a tua vida".

E os farás saber a teus filhos. Isso aponta para a necessidade crítica de os pais transmitirem a seus filhos a mensagem espiritual. O profeta *Baha Ullah* ensinava que a pior coisa que um pai pode fazer, o pior erro que ele pode cometer, é conhecer os ensinos mas não transmiti-los a seus filhos. Antes de

AS DISTINÇÕES DE ISRAEL

Caracterização	Referências
1. Aqueles que eram mantidos firmemente por Yahweh-Elohim (o Deus Eterno e Todo-poderoso).	Deu. 4.4
2. Os não tocados pelo julgamento divino sobre a idolatria.	Deu. 4.3
3. Aqueles que receberam a lei, o grande fator de distinção de Israel.	Deu. 4.5
4. Aqueles que obedeceram à lei.	Deu. 4.5
5. Aqueles que possuíam a terra para um lar, dado às pessoas que se distinguiam.	Deu. 5.5
6. Aqueles que possuíam os pactos.	Gên. cap. 15; Êxo. cap. 19
7. Aqueles que tinham sabedoria e compreensão que impressionariam as nações pagãs.	Deu. caps. 28-30 Deu. 4.6
8. A nação da Presença de Deus.	Deu. 4.7
9. A nação, o objeto da oração respondida.	Deu. 4.7
10. Uma nação de justiça.	Deu. 4.8

Agora, pois, ó Israel, ouve os estatutos e os juízos que eu vos ensino, para os cumprirdes, para que vivais, e entreis e possuais a terra que o Senhor, Deus de vossos pais, vos dá.

Deuteronômio 4.1

A vida (temporal) era prometida através da Lei. Essa, o judaísmo posterior transformou em vida eterna.

Guardai-os, pois, e cumpri-os, porque isto será a vossa sabedoria e o vosso entendimento perante os olhos dos povos que, ouvindo estes estatutos, dirão: Certamente este grande povo é gente sábia e entendida.

Deuteronômio 4.6

tudo, um pai deve três coisas a seus filhos: exemplo, exemplo e exemplo. Além disso, ele precisa transmitir-lhes seu conhecimento espiritual. Na sociedade hebraica, alguma profissão também era transmitida de pai para filho, de modo que tanto os aspectos espirituais quanto os econômicos recebiam a devida atenção.

A *lei* era complexa e intrincada. Somente um ensino adequado podia servir de preservação e transmissão. A casta sacerdotal era uma casta de professores, que não somente realizavam ritos religiosos. O próprio Antigo Testamento é um livro de instruções, como de resto a Bíblia inteira. O ensino começava no lar. Mais tarde, passava para as escolas. Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* o artigo chamado *Educação*. E no *Dicionário* ver o verbete intitulado *Educação no Antigo Testamento*.

O livro de Deuteronômio frisa os deveres dos sacerdotes; mas também dos pais, que deveriam ser os sumos sacerdotes de suas próprias células familiares. Ver também Deu. 6.7,20; 11.19; 31.13 e 32.46.

4.10

Não te esqueças. Cf. Deu. 4.9,23,31; 6.12; 8.11,14,19; 9.7 e 25.19.

Em Horebe. Trata-se do mesmo Sinai (ver a respeito no *Dicionário*). A mensagem viera da parte de Yahweh e fora dada a Moisés.

As minhas palavras. Aqui significam os *Dez Mandamentos* (ver a respeito no *Dicionário*). Esses dez mandamentos tornaram-se a base da legislação mosaica, bem como as primeiras leis morais e espirituais, confirmando coisas que já tinham sido reveladas a Abraão, embora de maneira mais organizada. Ver o capítulo 5 de Deuteronômio, bem como o capítulo 20 de Êxodo. A revelação dada no Sinai-Horebe é descrita com detalhes nos capítulos 19 e 20 do livro de Êxodo.

Talvez seja uma verdade, conforme disse Ellicott (*in loc.*): "A congregação de Israel data do Sinai, da mesma maneira que a Igreja de Cristo data do Pentecoste". É notável que a outorga da lei ocorreu cinqüenta dias após o êxodo (a Páscoa), da mesma forma que o Pentecoste cristão teve lugar cinqüenta dias após a ressurreição de Cristo. Ver o terceiro capítulo de II Coríntios. *Comunidades* foram formadas, dedicadas às suas respectivas revelações. Ver Êxo. 19.17 quanto a como o Antigo Testamento gravitou em torno de Moisés. E é sabido que o Novo Testamento gravita em torno de Jesus Cristo.

"Não se pode exagerar a significação da palavra revelada de Deus, pois a demanda mais fundamental feita por Deus ao homem é: 'Que queres que eu faça?'. Somente em resposta a essa pergunta é que a vontade do homem pode achar emancipação, sua vereda pode ser iluminada, e sua vida pode encontrar *propósito*" (Henry H. Shires, *in loc.*).

4.11

Essas descrições das circunstâncias que acompanharam a outorga da lei repetem as informações de Êxo. 19.18, mas ali também lemos sobre terremotos. Aqui é adicionada a idéia de trevas espessas. Ver a exposição disso no texto de Êxodo, a qual também tem aplicação aqui. O ponto dessas descrições é mostrar o *terror* e a *grandeza* que acompanharam a outorga da lei. O poder e a glória de Yahweh estavam ali. Por conseguinte, a *mensagem* transmitida precisava ser ouvida de forma absoluta. Nuvens espessas e fumaça explicariam as trevas, um acompanhamento comum das erupções vulcânicas. Ver o comentário do Novo Testamento a respeito, em Heb. 12.18. Ali a obscuridade à lei é sugerida pelas trevas, que assim convidaram à *iluminação maior* da missão de Cristo. O evangelho de Cristo foi conferido em meio a festas, e não em um ambiente aterrorizante, conforme nos mostra o trecho de Hebreus 12.22. Além disso, esse texto espiritualiza a questão. A vida eterna é oferecida no evangelho, ao passo que a lei administrava a morte (Gál. 4.24,25; Heb. 12.18-24).

4.12

A voz das palavras ouvistes. A Israel foi permitido ouvir a voz de Yahweh, embora eles não tivessem visto nenhum formato ou manifestação física. A presença de Deus propriamente dita lhes foi ocultada. Por isso mesmo, a maior presença e a graça de Deus, em Seu Filho, não foram claramente percebidas por meio da lei. Foi mister a missão de Cristo para que houvesse esse benefício maior. Moisés, por outra parte, viu a presença de Deus (Êxo. 33.11,23). Isso não contradiz os dizeres de João 1.18, pois qualquer manifestação de Deus, por maior que seja, é dada de acordo com um *modus operandi* controlado daquilo que o homem pode suportar ver, não sendo a essência direta de Deus. Quanto à maior revelação divina em Cristo, ver João 1.4,14,17,18. O versículo nono daquele mesmo capítulo alude à universalidade de Cristo, enquanto a missão de Moisés se limitava ao povo de Israel. Ver o vs. 15 deste capítulo, que repete as afirmações deste versículo.

4.13

A sua aliança. Está em pauta o Pacto Mosaico, cujo âmago são os Dez Mandamentos. Ver o artigo geral intitulado *Pactos*, que inclui o Pacto Mosaico. Ver também a descrição detalhada sobre o *Pacto Mosaico*, nas notas de introdução ao capítulo 19 do livro de Êxodo.

Os dez mandamentos. Ver o artigo no *Dicionário* com esse título, bem como as notas adicionais sobre o capítulo vinte do livro de Êxodo. Os dez mandamentos foram repetidos em Deuteronômio 5.6-21.

E os escreveu. Yahweh escreveu sobre as tábuas de pedra com o Seu próprio dedo. O trecho de Êxodo 31.18 fala sobre isso em um sentido metafórico. Ver Deu. 9.10; Sal. 8.3 e Luc. 11.20. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Antropomorfismo*. Por meio dessa expressão, o texto reivindica uma inspiração divina direta para a lei.

Em duas tábuas de pedra. Aqui, "pedra" provavelmente indica "mármore", visto que esse material era e continua sendo comum no Sinai, embora o Targum de Jonathan diga safira. Alguns estudiosos supõem que ambas as tábuas contivessem todos os dez mandamentos, repetidos; mas outros opinam que havia dez mandamentos em cada uma das tábuas. A prática oriental de duplicar todos os mandamentos importantes fala em favor de duas tábuas com os dez mandamentos em cada uma. Ver as notas sobre Êxo. 32.16 quanto a outras idéias sobre as duas tábuas da lei.

4.14

A repetição é uma das características literárias do Pentateuco. Uma vez mais temos essencialmente as mesmas coisas ditas neste versículo que já haviam sido ditas em Deu. 4.1 e 5, cujas notas também se aplicam aqui. O autor acabara de lembrar ao povo de Israel sobre os Dez Mandamentos, base da legislação mosaica e do Pacto Mosaico (vss. 10-13), como também sobre a necessidade de os pais transmitirem esse conhecimento aos filhos (vs. 9). A Terra Prometida só podia ser tomada, e então retida, se Israel se mostrasse digno, uma dignidade obtida mediante a obediência à lei. Ademais, a *vida* vem por meio desse método, de acordo com o ponto de vista do autor, mas ele estava falando sobre uma *boa vida na Terra Prometida*. Ver as notas sobre o primeiro versículo deste capítulo, quanto a isso. Os habitantes anteriores da terra foram expulsos porque a taça da iniqüidade deles se tinha enchido (ver Gên. 15.16). E a mesma coisa sucedeu a Israel, tempos depois. Ver no *Dicionário* o artigo *Cativeiro (Cativeiros)*. Assim sendo, as advertências feitas neste capítulo eram vitais e verazes. A "obediência" era a chave para tudo.

Nenhuma sombra pode elevar-se,
Nenhuma nuvem no firmamento,
Mas Seu sorriso de pronto
A espanta para longe!
Nenhuma dúvida nem temor,
Nenhum gemido nem lágrima,
Podem permanecer,
Quando confiamos e obedecemos.

(J. H. Sammis)

Os Perigos da Idolatria (4.15-31)

4.15

Novamente, temos uma repetição. Quanto às idéias constantes neste versículo, ver Deu. 4.6,9,11,12. Havia fogo por toda parte; a fumaça ocultava a presença de Yahweh, mas a voz da instrução soou claramente e a mensagem foi entregue de modo distinto. Uma obediência absoluta era exigida. Yahweh dera revelação e iluminação, e a revelação fora escrita e preservada. Não havia desculpa possível para a desobediência. A *idolatria* era a pior forma possível de desobediência, conforme os versículos seguintes enfatizam. Fazia parte da principal característica da adoração pagã que formas visíveis tinham de ser vistas, antes que o culto pudesse ser efetuado. E a idolatria moderna acompanha o mesmo método. A adoração a Yahweh, entretanto, não se alicerça sobre nenhuma forma visível. Deus está acima de tudo isso.

"Todas as nações contavam com suas divindades visíveis" (Ellicott, *in loc.*). Mas isso equivale a humanizar a fé religiosa. A legislação mosaica conferiu-nos um discernimento quanto a essa questão que até mesmo segmentos inteiros da cristandade se recusam teimosamente a reconhecer.

4.16

Imagem esculpida na forma de ídolo. O fabrico de imagens, para efeito de adoração ou veneração, é aqui considerado um fator "corruptor" dos seres humanos. Pois desvia a mente das pessoas da Presença invisível de Deus e rebaixa a idéia de como é a deidade. Nenhuma imagem esculpida ou fundida deveria ser feita. Este mandamento estava incorporado nos Dez Mandamentos, como o segundo deles. Ver Êxo. 20.4. Esse versículo é abrangente e proíbe tudo quanto é proibido neste texto, ou seja, *qualquer* tipo de imagem, de ser humano, de animal (terrestre ou aquático). Também não poderia haver adoração às estrelas, ao sol ou à lua. Estava proibida qualquer coisa que tendesse por desviar a mente dos homens da Presença invisível de Deus. Ver no *Dicionário* o artigo geral intitulado *Idolatria*. Cf. Rom. 1.23. O vs. 20 daquele capítulo faz soar a mesma nota: Deus é o Invisível; Ele faz-se conhecer através da natureza e da revelação. Por conseguinte, é uma estupidez reduzir o culto religioso ao uso, à adoração ou à veneração de imagens feitas por mãos humanas.

Semelhança de homem ou de mulher. Estão em foco os deuses e as deusas, adorados através de imagens que representam figuras masculinas ou femininas. Ver no *Dicionário* o artigo *Deuses Falsos* quanto a ilustrações completas. Divindades do gênero feminino incluíam aquelas de Baal-Peor, Juno, Diana, Vênus, Afrodite, espalhadas no mundo ocidental pelos gregos e pelos romanos. E algumas das divindades masculinas incluíam Baal, Júpiter, Marte, Hércules, Zeus, Mercúrio etc. Os egípcios veneravam divindades como Osíris e Ísis, uma masculina e outra feminina.

4.17

Havia um sem-número de formas que eram dadas às divindades imaginárias. Paulo queixou-se disso amargamente, quando estava em Atenas. Ver Atos 7.16 ss.. Todavia, ali também encontrou um altar ao "deus desconhecido", e procurou usar essa circunstância para ensinar alguma coisa sobre o verdadeiro Deus, o qual, para os habitantes de Atenas, era realmente *desconhecido*.

A idolatria *chegou ao absurdo* de se adorar meras figuras de animais, como o boi sagrado do Egito. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Ápis*. Ver também Êxo. 32.4 e suas notas expositivas, quanto a detalhes. Os egípcios chegaram a ter um besouro sagrado, o *escaravelho*. Os tebanos adoravam o carneiro; os mendesianos, o bode. O gavião e um pássaro chamado íbis eram adorados pelos egípcios. Muitos povos antigos adoravam a serpente. Macacos, cães e gatos chegaram a ser adorados, nas práticas idolátricas. Adam Clark informa-nos que até mesmo cebolas e alhos eram reverenciados! Minhas notas sobre Êxo. 20.4 ampliam o assunto, bem como o artigo chamado *Idolatria*. Mas o trecho de Êxodo 20.4 tem a *tripla* proibição: coisa alguma do céu, da terra ou do Mar podia ser reduzida a um objeto de adoração.

A idolatria está em todos nós. Apesar de rirmos e zombarmos dessas formas grosseiras de idolatria, contudo, dentro de cada pessoa há algum ídolo que ameaça a adoração somente a Deus, debilitando nossa vida espiritual. Algumas de nossas formas de idolatria são tão crassas como aquelas adotadas pelos antigos povos pagãos. Existem ídolos que afetam a mente ou a ambição. Alguns fazem dos prazeres o seu deus; outros preferem idolatrar o dinheiro, a fama, vantagens de todas as formas, ou mesmo algum outro ser humano. Também há astros do cinema, estrelas do mundo dos esportes, dos entretenimentos etc. que se tornam ídolos ridículos, até mesmo para os mais esclarecidos. Mas, acima de tudo, adoramos a nós mesmos.

4.18

Uma das três esferas da existência onde os homens vão buscar sua inspiração no fabrico de ídolos é a terra; e outra dessas esferas é o Mar. Este versículo proíbe essas formas de idolatria. Paulo menciona que até répteis eram reverenciados pelos idólatras de seus dias (ver Rom. 1.23). Ver esse versículo no *Novo Testamento Interpretado*, quanto a notas expositivas completas. A serpente era um objeto comum de adoração, como também o crocodilo e o hipopótamo, os quais eram adorados pelos egípcios. Dagá e Derceto eram adorados debaixo das figuras de peixes, pelos fenícios. As três esferas: as aves do céu, os animais da terra e os peixes do Mar.

4.19

O trecho de Êxodo 20.4 proíbe a adoração a qualquer objeto representado como existente no céu, como o sol, a lua e as estrelas. Talvez essa tenha sido a mais antiga forma de idolatria, e também a mais universal. A natureza inteira foi *criada* por Deus, não tendo por finalidade substituir Deus, por mais impressionante que pareçam o céu e muitas outras coisas deste mundo terrestre. O *monoteísmo* é um excelente discernimento espiritual que foi dado aos hebreus. Contudo, até mesmo em nossos dias, há segmentos da cristandade que têm deturpado esse conceito. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Monoteísmo*.

"A adoração a divindades astrais também era comum no antigo Oriente. O sol era adorado como o deus Rá ou Aten, no Egito. E na terra de Canaã, que agora os israelitas estavam prestes a invadir, a adoração aos astros também era comum (para exemplificar, a cidade de Jericó era dedicada à adoração do deus-lua). Os filhos de Israel não podiam permitir ser atraídos (vs. 19) pela adoração aos corpos celestes (ver Deu. 17.2-5), que Deus tinha provido para todas as nações da terra" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Teu Deus repartiu a todos os povos. Alguns estudiosos vêem aqui um tipo de referência astrológica. Deus teria criado as luminárias para ajudar os homens, e não somente para lhes fornecer luz. Mas é altamente improvável que o autor sagrado tenha dito qualquer coisa de positivo em favor da *astrologia* (ver a esse respeito no *Dicionário*). Na idolatria havia o envolvimento de alguma forma de astrologia, embora não seus aspectos mais sérios, que mais tarde vieram a formar a ciência da astronomia (ver a esse respeito no *Dicionário*). Talvez o autor só se estivesse referindo à ordem divina nos céus, que os homens deveriam admirar, que os marinheiros que singram os mares usam para se nortearem, ou como inspirações que nos mostram quão grandiosa é a criação divina, e, portanto, quão grande *Ele* mesmo deve ser. "Os céus proclamam a glória de Deus, e o firmamento anuncia as obras das suas mãos" (Sal. 19.1). Mui provavelmente, essa é a idéia que está por trás do presente versículo, com sua referência um tanto vaga.

4.20

Mas o Senhor vos tomou. Israel tornou-se uma nação *distinta*, altamente favorecida por Deus, acima de outras nações. Enquanto outras nações afundavam-se na idolatria, Israel foi libertado do Egito e trazido para a Terra Prometida, para que vivesse separada como uma nação santa, favorecida pela posse da legislação mosaica, dotada de uma fé religiosa distinta. Ver Deu. 4.6 quanto a isso. Israel ficava aquém de outras nações nos campos das artes, da ciência e da tecnologia, mas ultrapassava a todas as nações quanto à revelação espiritual e à sabedoria. Israel foi liberado da tola idolatria que degradava outros povos.

O fato de que Israel foi "tirado do Egito" é mencionado por nada menos de vinte vezes em Deuteronômio. No Egito, Israel foi reduzido aos terrores de uma fornalha de fundir ferro, que indica uma extrema opressão. Porém, uma vez tirada daquela fornalha, a nação veio a tornar-se herdeira de uma nova terra, como possessão ímpar de Deus. Ver Deu. 9.26; Sal. 28.9; 33.12; 68.9; 78.72; 79.1; 94.14; Joel 2.17; 3.2; Miq. 7.14,18.

O povo de Israel, uma vez libertado do Egito, precisava deixar para trás a idolatria egípcia, como algo indigno de sua nova condição de povo libertado. Quanto a algumas referências no Deuteronômio à libertação do Egito, ver Deu. 1.27; 4.34,37; 5.6; 8.14; 9.7,12; 13.5; 16.1; 20.1; 23.4; 24.9; 25.17; 26.8. Ver notas especiais em Núm. 23.22.

Para que lhe sejais povo de herança. Isso fazia parte do *Pacto Abraâmico* (ver Gên. 15.18 quanto a notas a respeito desse pacto).

4.21

Moisés identificou-se de tal maneira com aquela geração rebelde mais velha que se recusara a entrar na Terra Prometida e tomar posse dela, que sofreu vicariamente pelos pecados do povo. A ele não foi permitido entrar na Terra Prometida. Forneci notas expositivas sobre o pecado de Moisés em Núm. 2.12 e 20.12. Mas Deu. 1.37; 3.26 e este versículo dão um discernimento mais profundo, sobre o qual comentei nos versículos alistados. Moisés e Cristo levaram ambos os pecados de Seu povo. Ver a *tipologia* envolvida em Deu. 1.37.

Moisés tentou reverter a sentença e a proibição divina, mas Yahweh negou o pedido dele de entrar na Terra Prometida (ver Deu. 3.24 ss.). Mas essa foi uma daquelas poucas vezes em que as orações de Moisés não alcançaram o seu objetivo. A *indignação* de Yahweh, por causa da insistência de Moisés, foi mencionada em Deu. 3.26.

4.22

Eu morrerei neste lugar. Juntamente com a geração mais velha, Moisés tinha de morrer, no lado oriental da Terra Prometida, na Transjordânia (sobre a qual ver o *Dicionário*). Mas Josué, sucessor de Moisés, completaria a missão por ele iniciada. Essa era a vontade de Yahweh quanto aos dois, e coisa alguma poderia perturbar esse plano. Ver Deu. 3.26, quanto a comentários sobre esses conceitos.

Aquela boa terra. Ou seja, na terra de Moabe, em uma montanha, foi onde Moisés morreu; e foi em um vale dessa terra que ele foi sepultado (Deu. 32.50; 34.5,6). Ninguém sabia onde ele havia sido sepultado, mas Yahweh estava com

ele. O homem espiritual não morre sozinho. Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Morte* e *Alma*; e na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, ver *Imortalidade* (que consiste em vários artigos).

4.23

A repetição é uma das características literárias do autor do Pentateuco. Este versículo reitera os itens dos vss. 15 e 16, e aplica-se especialmente à questão de "dar ouvidos" à proibição acerca da "idolatria" (vss. 16 ss.). Atua como uma espécie de sumário da seção anterior, iniciada no vs. 15 deste capítulo.

A mesma linha de pensamento aparece no derradeiro apelo de Paulo a Timóteo: "... cumpre cabalmente o teu ministério" (II Tim. 4.5), que Paulo recomendou quando estava prestes a sair desta vida terrena (vs. 6).

4.24

Teu Deus é fogo que consome. Essas palavras constituem uma ameaça. Se Israel falhasse, não cumprindo os mandamentos de Moisés, envolvendo-se na idolatria que a lei proibia tão clara e vigorosamente, então teria de enfrentar um Deus que é fogo que consome; e isso seria pior do que a fornalha do Egito (vs. 20). Cf. Deu. 5.9; 6.15; Êxo. 34.14. A última dessas referências nos dá notas completas sobre o "Deus zeloso", que não repito aqui. Deus não permitiria nenhum *rival*. A idéia de coexistência estava eliminada; o ecletismo foi proibido; os ídolos tinham de ser destruídos; os bosques idólatras de todos aqueles lugares tinham de ser incendiados. A natureza de Deus requeria tal coisa, pois somente Ele é deidade. A idolatria é um insulto para a *deidade*. Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Antropomorfismo* e *Antropopatismo*. Ver a aplicação neotestamentária deste versículo, em Heb. 12.29. Ali as palavras são usadas para reforçar a lição do Pentecoste, e não a lição do Sinai.

No Sinai houve fogo e fumaça, mas os israelitas estavam proibidos de ver a terrível presença de Deus. Porém, o homem que persistisse na idolatria teria de enfrentar o fogo divino, que seria a sua destruição total.

Conseqüências Drásticas da Desobediência e da idolatria (4.25-31)

4.25

E vos corromperdes. O poder corruptor da idolatria é novamente mencionado. Ver o vs. 16 deste capítulo.

Para o provocar à ira. As advertências foram suficientemente claras, mas os homens têm um jeito de ignorar todas as ameaças. Entrar na Terra Prometida não era um privilégio permanente para Israel, tal como não tinha sido para os habitantes originais da região (Gên. 15.16). Os israelitas poderiam ser expulsos, e realmente assim aconteceria, se adotassem as práticas idólatras dos antigos habitantes da terra de Canaã.

Israel foi chamado para ser uma nação mais sábia e dotada de compreensão. A lei lhes dava essas qualidades, separando-os de outras nações (ver Deu. 4.5,6). Uma violação dessa confiança neles depositada, e os resultados seriam desastrosos. Yahweh invocou os céus, aquelas coisas fixas e eternas de sua criação, para serem testemunhas contra um povo que se mostrasse infiel e inconstante (vs. 26). Israel poderia perecer totalmente, conforme já havia sucedido a outras nações, se deixasse de obedecer à lei e, especificamente, àquela porção que proibia qualquer forma de idolatria. Israel não tinha uma condição fixa, como é o caso das estrelas do firmamento. Poderia ser removido da Terra Prometida.

"Essa reação apaixonada contra a idolatria, em qualquer de suas formas, e essa ênfase sobre o supernaturalismo, como uma característica da religião, semearam a semente de tudo quanto há de *melhor* no judaísmo e no cristianismo. Por esses meios, o judaísmo e o cristianismo foram capazes de anular o materialismo, bem como todas as teorias que limitam a Deus. Por causa do mesmo motivo, ambas as fés têm escapado de outros perigos que afetam a muitas das outras religiões. Esses meios não dão ao homem uma importância exagerada. Diferente de alguns cultos modernos, não colocam o homem ao lado do trono do universo" (Henry H. Shires, *in loc.*).

"A pena exata pela idolatria ficou bem clara: ... a morte da nação" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

4.26

Os *céus* que declaram a glória e o poder de Deus (Sal. 19.1) são fixos e eternos, pelo que, metaforicamente falando, servem de testemunhas contra as pessoas inconstantes e vacilantes. Diferentemente dos céus, porém, os desobedientes seriam expulsos da terra, tal como sucedeu aos habitantes anteriores da terra de Canaã. A coisa mais gloriosa que existe, naturalmente muito depois de Deus, é a Sua vasta criação celestial. Por isso, Yahweh jurou pelos céus. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Juramentos*. Naturalmente, a expressão é antropomórfica. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Antropomorfismo*.

Os pagãos adoravam as luminárias dos céus (vs. 19); mas Deus, o Criador dos céus, está tão acima que chegou a usá-los como mera base de um juramento.

A invocação dos céus, em juramentos, sempre foi um ato dos mais solenes, empregado universalmente entre os povos. Ver o juramento na *Eneida* de Virgílio (liv. 12, vs. 176 ss.). A grande fonte do dia (o sol) também foi chamado para servir de testemunha do juramento divino. Quanto aos *juramentos divinos*, cf. Gên. 26.3; Êxo. 6.8; Núm. 14.16; Deu. 1.8. O livro de Deuteronômio tem cerca de vinte exemplos de juramentos feitos por Deus acerca da terra de Israel. Ver Heb. 3.11,18. Em Hebreus 3.11 Deus aparece jurando por Si mesmo. Meu artigo sobre *Juramentos*, seção II, examina especificamente essa questão dos *juramentos de Deus*. Ali aparecem referências tanto do Antigo quanto do Novo Testamentos.

4.27

"Os vss. 27-29 aludem ao exílio de populações conquistadas, uma norma usada efetivamente pelos assírios e pelos babilônios" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre este versículo). Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Cativeiro (Cativeiros)*.

... vos espalhará entre os povos. Primeiramente houve o *cativeiro assírio*, em cerca de 721 A. C. Depois houve o *cativeiro babilônio*, em cerca de 597 A. C. O primeiro desses cativeiros envolveu dez das tribos, a nação do norte, *Israel*. E o segundo envolveu Judá, a parte do sul da nação. Ofereci, no *Dicionário*, artigos detalhados sobre ambos os cativeiros. E ambos foram juízos divinos contra Israel, que se tinha tornado um povo idólatra e ímpio, tendo rejeitado o Pacto Mosaico com seus atos voluntariosos. Em face disso, Yahweh removeu-os da Terra Prometida, tal como havia removido seus habitantes cananeus, por causa dos mesmos pecados.

Anacronismo? Os críticos vêem neste versículo uma prova da data tardia do Pentateuco, supondo que este tivesse sido escrito pelo menos depois que o cativeiro assírio já havia ocorrido. Os eruditos conservadores, todavia, preferem pensar nisso como uma *predição* profética. Ver o problema da autoria do Pentateuco na introdução a cada livro que faz parte da coleção, no *Dicionário*, no artigo intitulado *Pentateuco*.

O cumprimento maior dessa ameaça e profecia ocorreu no ano de 132 D. C., quando o imperador Adriano esvaziou a Palestina de judeus, enviando-os para outras nações, naquilo que veio a ser chamado de Cativeiro Babilônico, o qual perdurou até o ano de 1948. O artigo chamado *Cativeiro (Cativeiros)* descreve isso. A rejeição do Messias foi o pecado capital de Israel, tendo produzido o mais longo e terrível de todos o cativeiros. "Veio para o que era seu, e os seus não o receberam" (João 1.11). Mas os poucos judeus e os gentios que O receberam foram elevados à altíssima posição de "filhos de Deus" (João 1.12).

4.28

Lá servireis a deuses que são obra de mãos de homens. O pior pecado de Israel, que causou os cativeiros, foi a idolatria (ver sobre isso no *Dicionário*), que o autor já tinha afirmado com detalhes, nos vss. 15-18. Ele somente adicionou aqui a informação óbvia de que os ídolos que eles faziam eram objetos materiais, destituídos de qualquer inteligência, os quais, longe de serem deuses, nem ao menos eram capazes de ter os sentidos e as percepções humanas, como vista, audição e olfato, e não podiam nem ao menos comer, como o faria qualquer infante humano. Em outras palavras, eram divindades imaginárias, fraudes totais, incapazes de fazer as coisas mais simples de que os seres humanos são capazes, quanto menos coisas que atribuiríamos a uma divindade.

4.29

Buscarás ao Senhor teu Deus, e o acharás. A profecia de cativeiro não era absoluta. Poderia ser revertida. Isso aconteceria se houvesse *arrependimento* genuíno (ver a respeito no *Dicionário*). Alguns acontecimentos futuros são fixos, como a vinda do Messias. Mas há outros que são apenas *potenciais*. Israel, porém, insistia em provocar eventos potenciais terríveis, inevitáveis mesmo, por causa de sua contínua idolatria e iniqüidade. Muitas profecias são baseadas em considerações de causa e efeito, ou seja, dependem da lei da colheita segundo a semeadura. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Lei Moral da Colheita Segundo a Semeadura*. Se houver uma mudança na semeadura, haverá uma mudança correspondente na reação divina. "O Senhor é misericordioso".

Vinde, almas oprimidas pelo pecado,
O Senhor é misericordioso;
E Ele sem dúvida vos dará descanso,
Se confiardes em Sua palavra.

(J. H. Stockton)

Cf. os vss. 29-31 com os pronunciamentos mais detalhados de Deuteronômio 30.1-5. A *morte nacional* de Israel poderia ser revertida se houvesse reversão de semeadura.

4.30,31

Nos últimos dias. Quanto a essa expressão, "últimos dias", há uma boa variedade de interpretações:

1. Após o *cativeiro babilônico*, um remanescente de Judá teria retornado à Terra Prometida para dar continuidade à história de Israel. Mas dez das tribos perderam-se para sempre entre as nações gentílicas.
2. Há aqui uma *declaração geral*, que não se refere a nenhum evento (futuro) histórico. A lei de Deus requer uma colheita segundo a semeadura, em termos correspondentes, embora com o tempero da *misericórdia*, porquanto não existe tal coisa como justiça nua. Assim, em *qualquer situação* em que tenha havido julgamento, este pode ser revertido naqueles "últimos dias", após o lapso. Por isso mesmo, disse G. Ernest Wright (*in loc.*): "Não devemos pensar haver aqui um sentido escatológico, conforme se vê nos escritos dos profetas. Mas devemos entender a expressão em um sentido apenas relativo, 'no futuro'".
3. Mas há aqueles que vêem aqui uma expressão rigidamente escatológica, supondo estar em pauta a volta do *cativeiro romano*, aquele que parece estar chegando ao fim em nossos próprios dias, o recolhimento de Israel dentre as nações, e o restabelecimento de Israel como nação, que começou em 1948 e certamente prosseguirá pelo século XXI.
4. Outros pensam que a profecia se estende à era do reino, quando Israel tornar-se-á cabeça das nações, quando começar um novo ciclo espiritual. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Milênio*. Comentou como segue Jack S. Deere (*in loc.*): "A referência final é ao tempo quando o Senhor Jesus Cristo retornar à Terra para estabelecer Seu reino de mil anos (ver Rom. 20.4). Naquele tempo, arrependido, Israel haverá, finalmente, de buscar o Senhor... buscando-O de todo o coração e alma, e então ser-Lhe-á obediente".

O *Deus misericordioso* não se esquece; Ele não destrói por fim; Ele não se esquece de Seu povo; Ele observa as condições que Ele mesmo estabeleceu no Pacto Abraâmico (ver as notas em Gên. 15.18). O território prometido a Abraão e seus descendentes finalmente veio a pertencer ao povo de Israel, e será herança eterna de um Israel obediente, que vier a receber o seu Messias. Foi Deus quem jurou, ou seja, aquilo que foi condicionado acabará tornando-se uma realidade; mas, para tanto, Israel terá de finalmente *cumprir* todas as condições impostas.

Os Juízos de Deus são Remediais. Todos os juízos de Deus, por mais severos e necessários que sejam, são *remediais*, e não meramente retributivos. O texto presente ensina-nos esse princípio. A cruz de Cristo foi um juízo terrível, mas abre as portas da vida para todos os pecadores, em toda a parte, em todos os séculos. Até o juízo dos perdidos será remedial, pois finalmente eles serão levados a uma restauração (que não será a mesma coisa que a redenção). Ver isso nas notas sobre Efé. 1.10 e I Ped. 4.6, bem como, no *Dicionário*, os artigos intitulados *Mistério da Vontade de Deus e Julgamento de Deus dos Homens Perdidos*. E na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, ver o verbete *Missão Universal do Logos (Cristo)*. O amor de Deus escreverá a história final de Israel e de todos os homens. Os julgamentos divinos são dedos de Sua mão amorosa. Ver no *Dicionário* os artigos intitulados *Amor* e *Misericórdia*. Não há nenhuma contradição entre o juízo e o amor. O julgamento é amor em ação, e Deus faz certas coisas, através do julgamento, que não poderia fazer de nenhum outro modo.

Israel compartilha do Pacto do Novo Testamento (ver a respeito na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*), e não apenas dos pactos Abraâmico e Mosaico. Portanto, sua posição futura diante de Deus está garantida. De fato, aqueles pactos antigos terão sua plena fruição no Pacto do Novo Testamento. Ver no *Dicionário* o verbete *Pactos*.

4.32

Pergunta aos tempos passados. As grandes obras de Deus, no passado, garantem um futuro brilhante para Israel. Deus realizou uma obra singular em Israel. "Faze inquirição e consulta os anais dos tempos antigos, das eras remotas, desde o dia em que Deus criou o homem sobre a terra; acompanha tudo de volta até a criação... e perscruta de uma à outra extremidade dos céus; cruza todas as nações e examina os seus registros históricos, em ambos os hemisférios" (John Gill, *in loc.*). E verás que em parte alguma Deus fez o que Ele já fez em favor de Israel. Cf. Deu. 4.6. Outras nações têm sido abençoadas, mas Israel tem desfrutado de intervenções divinas diretas. Sua revelação ímpar a Israel visava a tornar o Seu nome conhecido universalmente: Ele é o Senhor; Ele é Deus. E Israel deveria tornar-se Seu agente, visando ao bem de todas as nações, o canal das bênçãos divinas para todos os povos. Isso assumiu uma forma suprema em Cristo, o filho de Abraão.

"... os dons e a vocação de Deus são irrevogáveis" (Rom. 11.29). Assim afirmou o apóstolo Paulo. Ele não haveria de tomar uma nação para Si mesmo, de maneira toda especial, somente para abandoná-la, quando a situação se azedasse. Pois, ainda que isso aconteça, Deus haverá de transformar essas circunstâncias, tornando-as novamente favoráveis. "Moisés provou a veracidade do que ele disse aqui mediante muitas cenas de pecado e perigo, todas as quais foram desviadas por meio de sua intercessão. Ver especialmente Núm. 14.11-21; e cf. I Sam. 12.22" (Ellicott, *in loc.*).

4.33

Algum povo ouviu falar a voz de algum deus...? Um incidente especial do poder e da revelação de Deus serve aqui para ilustrar o princípio geral afirmado no versículo anterior. A presença de Yahweh desceu ao Sinai e ali manifestou-se, e todo o povo de Israel foi testemunha, embora eles não tivessem visto alguma forma de Deus, mas apenas ouvido a Sua voz. A lei foi outorgada dessa maneira: mediante uma intervenção divina. Ver os vss. 11-14 deste capítulo, e também os capítulos 19 e 20 de Êxodo e Êxo. 33.11,23. Ver o comentário neotestamentário a esse respeito em Heb. 12.18-24. A Israel foram concedidas elevadíssimas e genuínas experiências místicas, envolvendo a presença de Yahweh. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Misticismo*.

4.34

Tomar para si um povo do meio de outro povo. Israel foi arrancado da servidão aos egípcios, que na época eram a nação mais poderosa da terra. Isso serve de outro exemplo da declaração geral do vs. 32 deste capítulo. Quanto ao poder de Yahweh, que livrou Israel, ver as notas expositivas em Núm. 23.22, como também sobre esse mui repetido tema (mais de vinte vezes, somente no livro de Deuteronômio), em Deu. 4.20.

Essa, bem como outras intervenções divinas, sucedeu em Israel para ensinar-lhes que *Yahweh* é Deus, não havendo outro deus além Dele (vss. 35,39). Confiar em Yahweh teria sido a *chave* para o sucesso de Israel na vida, "na terra" (vs. 40). E isso perduraria "para todo o sempre", conforme lemos naquele versículo.

Com provas. Estão em pauta as perseguições movidas pelos egípcios. Os filhos de Israel tiveram de aprender muitas lições difíceis. No hebraico temos a palavra *massoth*, "prova", "tentação". Muitas coisas aconteceram para submeter Israel a teste, incluindo-se nisso as perambulações pelo deserto, durante quase quatro décadas.

Com sinais. No hebraico, *othoth*, de *athah*, "aproximar-se". Está em pauta a providência especial, como também os milagres envolvidos nas dez pragas do Egito, que tiveram o efeito de libertar Israel. Ver Deu. 6.22; 7.19; 26.8; 29.3.

Com milagres. No hebraico, *mophethim*, de *yapthath*, "persuadir". Estão em pauta sinais miraculosos. Ver Êxo. 7.9; 11.9,10. Vários milagres estiveram envolvidos nas dez pragas do Egito. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Pragas do Egito*, onde se oferece um estudo bem completo a respeito. Ver também Êxo. 7.14 e suas notas expositivas acerca das *Dez Pragas*, onde ofereci um gráfico ilustrativo, além de outros informes detalhados que não aparecem naquele artigo.

Com peleja. No hebraico, *milchmah*, "encontro hostil". Os filhos de Israel obtiveram a vitória sobre os egípcios, embora não tivessem tido de lançar-se em uma guerra autêntica. Depois venceram os amalequitas, e então os reis Seom e Ogue. Ver os capítulos 21 e 23 de Números. E doravante Israel teria de empenhar-se em muitas batalhas. Mas Yahweh combateria por eles (Deu. 3.22).

Com mão poderosa. No hebraico, *yad chazakah*, ou seja, uma mão poderosa o bastante para aplicar golpes mortíferos contra o inimigo, prestando assim ajuda a Israel. Estão em foco os poderes especiais de Yahweh.

Com braço estendido. No hebraico, *zeroa netuyah*. Isso aponta para o poder de Deus, que efetuou uma série de operações e intervenções em favor de Israel. O poder de Deus haveria de manifestar-se em favor de Seu povo, tal como um homem estende o braço para fazer alguma coisa. Essas obras incluíam juízos e milagres em favor de Israel. Ver Deu. 5.15; 7.19; 11.2; Sal. 136.12; Eze. 20.33,34.

Com grandes espantos. No hebraico, *moriam gedolim*. Estão em pauta terrores como aqueles das dez pragas do Egito, ou a passagem a pé enxuto pelo Mar Vermelho, quando Israel escapou, mas os egípcios morreram afogados nas águas. Ver Êxo. 14.24,25.

Aos vossos olhos? Conforme diz um hino, "não é segredo o que Deus pode fazer".

Quando Israel escapou da servidão,
Jazia diante deles um Mar;
O Senhor estendeu a Sua mão,
E as águas Israel pôde atravessar.

(H. J. Zelley)

Oh, Senhor, concede-nos tal graça!

4.35

Para que soubesses que o Senhor é Deus. Eis aí a razão de tudo. Estava assim provado, acima de qualquer dúvida, que Yahweh é Deus. Não há outro deus além Dele; não há poder divino além do Dele. Ele é a fonte de toda vida e de toda bondade (vss. 38-40). Cf. Êxo. 20.3. A idolatria é, portanto, um absurdo, visto que só há uma fonte de poder, vida e bondade — Deus.

"Ele é o único Deus vivo e verdadeiro; e não existe outro. Essa frase, ou similar, foi usada com freqüência pelo profeta Isaías, a fim de expressar este grande artigo de fé" (John Gill, *in loc.*). Cf. Isa. 43.9-13; 44.6; 45.5,6,22. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Monoteísmo.*

4.36

Para te ensinar. Yahweh manifestara a Sua presença no Sinai. O povo de Israel ouviu a Sua voz e viu as chamas, e ficou assustado. Ver Êxo. 19.16-20. Ver também os vss. 12 e 33 deste capítulo. *Somente o povo de Israel* teve o privilégio de receber essas manifestações divinas. E isso o obrigava a mostrar lealdade e obediência ao Senhor.

"Sublinhando tudo isso, há outro importante discernimento na teologia do livro de Deuteronômio. Apesar de toda a Sua grandiosidade, Yahweh continuava sendo o exclusivo Deus de Israel. Foi um profeta posterior que ouviu o Senhor dizendo: 'Fui buscado dos que não perguntavam por mim; fui achado daqueles que não me buscavam; a um povo que não se chamava do meu nome eu disse: Eis-me aqui, eis-me aqui" (Isa. 65.1)" (Henry H. Shires, *in loc.*). Cristo, como é óbvio, universalizou o acesso a Deus, mesmo porque "Deus amou o *mundo*" (João 3.16).

4.37

Amou teus pais. Um excelente discernimento. Deus amou os antepassados do povo de Israel; e isso quer dizer que Ele estava disposto a amar e ajudar os israelitas. O Pacto Abraâmico não visava ao benefício somente de Abraão. Mas era para todos os patriarcas e toda a sua descendência. O *amor* de Deus achava-se à base de tudo, porquanto o amor é o poder que se agita por baixo da bondade e do suprimento. Assim também o amor de Deus estava por trás da missão de Cristo (João 3.16). Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Amor.*

O amor concede em um momento
O que o trabalho não poderia
Obter em uma era.

(Goethe)

O amor de Deus inspirou e garantiu a execução
da missão tridimensional do Logos.
Ele ministrou e ministra na terra, no hades e nos céus para
ser tudo para todos — afinal —.

(Russell N. Champlin)

Amor divino, tão grande e admirável,
Profundo e poderoso, puro e sublime;
Vindo do próprio coração de Jesus,
O mesmo através das eras do tempo.

(Fred Blom)

O grande poder de Deus manifesta-se em Seu amor, e não mediante atos destrutivos. Mas a verdade é que até os atos destrutivos de Deus são agentes do Seu amor.

4.38

Nações maiores e mais poderosas do que tu. O grande poder de Deus, que atua através do Seu amor, expeliu as nações ímpias da terra de Canaã, que Deus havia prometido a Abraão; e também fez o povo de Israel entrar na Terra Prometida, em cumprimento às promessas divinas feitas aos patriarcas. Ver Êxo. 33.2 e Deu. 7.1 quanto às sete nações expelidas de Canaã. Essas nações eram mais poderosas do que Israel (ver Núm. 13.31); mas, apesar disso, Israel entrou na posse de sua herança (ver Deu. 4.21). *Gigantes* tombaram diante do propósito de Deus (ver Deu. 2.20 ss., 36; 3.3 ss., especialmente o vs. 11).

4.39

Só o Senhor é Deus. Este versículo repete a mensagem do vs. 35 deste capítulo. As notas dadas ali aplicam-se também aqui. O Deus único e verdadeiro, Yahweh, foi aquele que tirou os filhos de Israel do Egito, e agora os introduziria na Terra Prometida. Não há outro Deus, nos céus ou na terra. A *idolatria* (denunciada de modo enfático nos vss. 15-19) é um absurdo à luz da fé na existência de um único Deus. Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Deuses Falsos* e *Monoteísmo.* "Considera isto... não caias nas noções politeístas sobre a deidade. A maneira como Deus tratou com vários povos, como os egípcios, os moabitas, os amonitas, os edomitas, os amorreus, como também com os israelitas e cananeus, mostra ser Ele o Senhor de todos" (Ellicott, *in loc.*). Cf. Isa. 44.8.

Em cima no céu, e embaixo na terra. "Ele é o Criador e proprietário de tudo. Sendo Ele o Senhor de todos, faz com todos conforme melhor Lhe parecer. Um é seu trono; outro é o estrado de seus pés... Os habitantes da terra são Suas criaturas e estão debaixo de Sua autoridade" (John Gill, *in loc.*).

4.40

Guarda, pois. A lei era suprema, por ser a lei do único e verdadeiro Deus. A obediência à lei produzia a vida, um item repetido aqui e comentado longamente nas notas sobre o primeiro versículo deste capítulo.

"A idéia de que a retidão prolonga a vida e o pecado a encurta é um ensino comum no Antigo Testamento. Cf. Pro. 3.1,2,16; 10.27" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Escolha das Cidades de Refúgio (4.41-43)

4.41

Esta breve seção é um apêndice que foi adicionado ao primeiro discurso de Moisés, iniciado no primeiro capítulo. Serve para separar o primeiro discurso do segundo. Ver a explicação sobre as cidades de refúgio, em Deuteronômio 19.1-13, bem como o artigo sobre elas no *Dicionário.* Moisés separou três cidades em cada um dos lados do rio Jordão. Na parte dalém do Jordão foram: Bezer, Ramote e Golã. O autor sagrado voltaria a discutir sobre a importância das cidades de refúgio em Deuteronômio 19.1-13. Já vimos essa questão ser apresentada em Êxodo 21.12,13 e Números 35.6-28, cujas notas expositivas também aplicam-se aqui. Ver também o capítulo 20 de Josué.

Ver o *mapa* existente nas notas sobre Números 3.1, quanto às *seis cidades de refúgio*, dispersas pelo território de Israel a fim de facilitar a fuga de pessoas acusadas de homicídio involuntário.

Este versículo mostra-nos que a ordem para essa provisão veio da parte de Moisés, mas sempre fica entendido que ele agia apenas como mediador da vontade de Yahweh, pelo que a provisão se tornou parte da legislação mosaica. Lemos em Êxodo 21 e em Números 35 que *Yahweh* era quem falava, como também no capítulo 19 de Deuteronômio.

4.42

Este versículo repete as informações dadas em Núm. 35.11,15,22, bem como o seu contexto geral, que o leitor deveria consultar. Não teria havido ódio, nem má vontade, nem premeditação. Tudo fora um mero acidente. Um assassino intencional fugiria para alguma cidade de refúgio, mas seu julgamento acabaria trazendo à tona a sua culpa. Toda pessoa que fugisse para uma dessas cidades tinha de enfrentar um julgamento, ou então no lugar onde o crime tivesse sido cometido, ou mesmo em ambos os lugares, conforme asseguram alguns intérpretes. Ver Núm. 35.24,25.

4.43

Três cidades de refúgio foram designadas na parte oriental do rio Jordão. Eis seus nomes e características:

Bezer. No hebraico, "forte" ou "minério", de ouro ou de prata. No Antigo Testamento, é nome de uma pessoa e de uma cidade: 1. Um filho de Zofa, da casa de Aser (I Crô. 7.37). 2. Uma cidade dos levitas, na região de Rúben (aqui e em Jos. 21.36 e I Crô. 6.78). Tornou-se uma das seis cidades de refúgio em Israel. De acordo com a pedra de Mesa, a cidade ficava situada no território de Moabe. Talvez fosse a mesma *Bozra* de Moabe, em distinção à Bozra dos edomitas. De acordo com a Septuaginta, em Jer. 48.24, aparece com o nome de Bosar. Foi uma das cidades fortificadas pelo rei Mesa, em cerca de 830 A. C., e talvez deva

ser identificada com a moderna *Umm el 'Amad*, a nordeste de Medega e a leste do Monte Nebo.

Ramote. Ver o artigo detalhado sobre esta localidade no *Dicionário*. Ver também sobre *Ramote-Gileade*. Essa cidade ficava localizada no território de Gade.

Golã. Ver o artigo detalhado sobre este lugar no *Dicionário*. Servia de cidade de refúgio no território da meia tribo de Manassés. As cidades estavam localizadas de tal maneira que facilitassem a fuga de um homem acusado de homicídio. Quem fosse culpado de matar involuntariamente a outrem, sofria exílio. Tinha de permanecer na cidade de refúgio até que morresse o sumo sacerdote. Mas se abandonasse a proteção da cidade de refúgio, estaria sujeito à ação do vingador do sangue (ver a esse respeito no *Dicionário*).

Segundo Discurso de Moisés (4.44—26.19)

Repetição da Lei com Advertências e Exortações (4.44—11.32)

Introdução (4.44-49)

Esta minúscula seção serve para introduzir o segundo discurso de Moisés, havendo *três* discursos no Deuteronômio. Esses discursos foram a própria substância do livro. Estes versículos são mais como uma segunda introdução ao livro inteiro. Alguns eruditos pensam que a seção que se segue era o livro original, o qual, posteriormente, sofreu várias adições, e assim aumentou de volume. Estes versículos fixam o lugar exato do discurso de despedida de Moisés, de acordo com Deu. 1.3-5, mas com maior clareza.

4.44

Esta é a lei. Deuteronômio é a *repetição* da legislação mosaica, outorgada ao longo dos livros de Êxodo, Levítico e Números. Não é uma "segunda lei", conforme diz o título da Septuaginta (de onde se deriva a palavra *Deuteronômio*), mas uma repetição daquilo que já havia sido dado, com algumas adições e alterações.

Yahweh Dera a Lei. Moisés fora o seu mediador. E Israel foi quem a recebeu, como um guia completo de orientação na vida. O termo hebraico correspondente é *torah*, que significa "instrução". Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Tora*. O povo de Israel só poderia viver (ver as notas sobre Dev. 4.1) e prosperar se obedecesse a todas as estipulações da lei. Moisés, em seus três discursos, expôs de novo, diante de Israel, todas as questões da lei, de tal modo que a geração que deveria possuir a Terra Prometida estivesse preparada, moral e espiritualmente, para viver ali e prosperar. De outra sorte, eles perderiam suas terras e seriam expulsos dali, tal como tinha acontecido aos habitantes primitivos. Ver Deu. 4.27 sobre essa questão.

4.45

Testemunhos... estatutos... juízos. O autor sacro usou esses três termos para comentar sobre as *palavras* de Moisés (1.1). São três modos diferentes de aludir às numerosas leis, morais, cerimoniais e judiciais, que seriam ventiladas no segundo discurso de Moisés. Cf. Deu. 6.17,20. Os *dez mandamentos*, como é claro (Deu. 5.7 ss.; Êxo. 20), eram a base de todo desenvolvimento da legislação mosaica. Talvez esses sejam os *testemunhos*, à base dos quais outras leis foram desenvolvidas. Mas é precário tentar descobrir distinções entre esses três vocábulos. Representam antes um acúmulo de termos que exprimem a *multiplicidade* dos preceitos, costumes, ritos, cerimônias etc. da legislação mosaica.

4.46

Além do Jordão. Ou seja, na *Transjordânia* (ver a respeito no *Dicionário*), o lado *oriental*, visto que o texto foi escrito antes da invasão do lado ocidental do território. Em Deu. 1.1 lemos sobre "dalém do Jordão", que veio a tornar-se a expressão comum para o lado ocidental, que precisava ser conquistado.

Bete-Peor. Ver Deu. 3.29, que é um paralelo direto a esta parte do presente versículo.

Seom. Ver a respeito dele no *Dicionário*. Ele era rei dos amorreus, que havia tomado certos territórios dos moabitas, somente para acabar perdendo-os para Israel. Suas terras tornaram-se possessão das tribos que ficaram na parte oriental do rio Jordão, a saber, Gade, Rúben e a meia tribo de Manassés.

Israel tinha saído do Egito e, três meses mais tarde (Êxo. 19.1) recebeu a lei, que em breve foi expandida e tornou-se uma vasta legislação. O Sinai (ver no *Dicionário*) foi o local da revelação divina. E agora, quarenta anos mais tarde, a lei foi repetida diante do povo de Israel, nos três discursos de Moisés que constituem o livro de Deuteronômio, a *repetição* da lei. Ver Deu. 1.3 quanto à repetição da lei e seu elemento tempo.

Hesbom. Ver a respeito desse lugar no *Dicionário*. O povo de Israel recebeu a vitória sobre Seom, como prelibação das maiores vitórias que obteria no ocidente. Ver o capítulo 21 de Números quanto ao incidente.

4.47

Ogue. Ver sobre ele no *Dicionário*, e Núm. 21.33 ss., quanto ao relato. Este trecho repete o terceiro capítulo do Deuteronômio. A vitória sobre aquele homem, o último dos gigantes (Deu. 3.11), deu a Israel um poderoso incentivo para invadir a parte ocidental do país. Diante das derrotas de Seom e Ogue, Israel veio a possuir a Transjordânia, e as terras dali foram entregues às tribos de Gade, Rúben e à meia tribo de Manassés. Ver o capítulo 32 de Números quanto à história. O que Israel tinha feito àqueles *dois reis dos amorreus* (ver a respeito no *Dicionário*), o mesmo seria feito por eles a todos os cananeus, e viriam a dominar todo o território a oeste do rio Jordão, por igual modo.

4.48

Ver Deu. 3.36 que é um paralelo direto deste versículo. Todos os lugares aqui mencionados também aparecem ali, exceto o Monte Siom, que é apenas outro nome dado para o Monte Hermom. Ver Deu. 3.9 quanto ao nome *Siriom*, além de alguns outros nomes que os antigos davam ao Monte Hermom. É evidente que o Monte Siom, aqui referido, nada tem que ver com o Monte Sião de Jerusalém. A Septuaginta diz aqui Seon. Os Targuns chamam-no de "o Monte de neve". Ver as notas sobre Deu. 3.9. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Hermom*.

4.49

Até ao Mar do Arabá, pelas faldas de Pisga. O povo de Israel habitou assim por todas as planícies de Moabe, preparando-se para invadir a parte ocidental. O trecho de Deu. 3.17 nos dá algumas localizações, e as notas que ali aparecem também se aplicam aqui.

Capítulo Cinco

Repetição dos Dez Mandamentos (5.1-33)

"Este capítulo contém a recapitulação do próprio decálogo, bem como as circunstâncias de sua outorga. A repetição dos *Dez Mandamentos* é o verdadeiro começo do Deuteronômio, tal como o primeiro discurso é o começo da própria lei" (Ellicott, *in loc.*).

O trecho de Deuteronômio 5.1-11.32 tem o propósito de apresentar uma série de exortações acerca do pacto firmado entre Deus e Israel, na legislação mosaica. Ver em Êxo. 19.1 sobre o *Pacto Mosaico*, em suas notas de introdução. Ver no *Dicionário* o artigo geral chamado *Pactos*. Com base nesses materiais, seguem-se as leis dos capítulos 12 a 26, que expandem as idéias básicas. Ver sobre o pacto estabelecido em Horebe (Sinai), em Êxodo 19-24. Foi revelada a vontade divina, e Israel ficou na obrigação de pôr todas as coisas em prática, a fim de que pudesse viver na terra que estava prestes a ser-lhe entregue (ver Deu. 4.1).

"Os capítulos 6 a 11 contêm um grupo de calorosas e vigorosas exortações, com um único propósito em mira, ou seja, que a nação permanecesse totalmente fiel e leal, em obediência ao pacto firmado com Yahweh, sem a menor transigência diante do paganismo, sem um único traço de justiça própria, e sem nenhuma tendência para exaltar o seu próprio poder e auto-suficiência, em meio às riquezas de uma terra que era um presente de Deus para eles" (G. Ernest Wright, *in loc.*). Aquilo que é dito aqui descreve bem as expectações de Yahweh por toda a legislação mosaica.

Um santo temor foi instilado em Israel, porquanto questões de vida e morte estavam em jogo. Não obstante, todo israelita deveria amar a Deus. Ver Deu. 5.29; 6.2,13,24; 8.6; 11.1,13,22.

O autor sagrado apresentou o seu material sem nenhuma coerência aparente, pois esse material cobre muitos mandamentos e muitas circunstâncias. É impossível distinguir fontes informativas separadas, quanto a este segundo discurso de Moisés.

5.1

Chamou Moisés a todo o Israel. Yahweh era a fonte de todas as informações dadas, e Moisés foi o mediador entre Deus e os israelitas. Ele transmitia as

mensagens que lhes iam sendo dadas. Algumas vezes, as mensagens eram endereçadas a Arão (ou, mais tarde, ao filho deste, Eleazar), ou aos sacerdotes, ou ao povo todo. Havia oito fórmulas de comunicação, conforme se vê nas notas sobre Lev. 17.2.

Os estatutos e juízos. Isso reproduz o que fora dito em Deu. 4.1, no tocante à primeira introdução, prefixada ao primeiro discurso. Ver as notas ali. Ver também a expressão mais completa em Deu. 4.45, que adiciona a palavra "testemunhos". A variedade de materiais, dados sob a lei, dentro da legislação mosaica, é assim referida mediante um acúmulo de termos. Deu. 1.1 diz apenas "palavras que Moisés falou". Era uma repetição da lei que já havia sido dada, nos capítulos 19 e 21 do livro de Êxodo, o que explica o título deste livro. O termo grego *deuteronomos* significa "segunda lei"; mas Deuteronômio, na realidade, é uma *repetição* da lei.

Que hoje vos falo aos ouvidos. Os israelitas deveriam cumprir o seu dever, e a mente de todos os israelitas deveria obedecer aos mandamentos que estavam prestes a ser repetidos aos ouvidos deles.

O autor sagrado dá uma elaborada introdução (vss. 1-6) aos Dez Mandamentos (vss. 7 ss.). Ao repetir os mandamentos, Moisés forneceu as bases do Pacto Mosaico, como ele foi feito, onde foi estabelecido, e qual o seu significado. Ver a *introdução* a este capítulo quanto ao conteúdo geral e o significado do segundo discurso de Moisés, que começa neste ponto.

5.2

Fez aliança conosco em Horebe. Ver no *Dicionário* os verbetes intitulados *Sinai* e *Horebe*. Ver também acerca do Pacto Mosaico nas notas de introdução ao capítulo 19 de Êxodo; e, no *Dicionário*, ver o artigo chamado *Pactos*. Esse pacto caracterizava-se pela nova fé que estava surgindo em Israel, com sua legislação e declaração espiritual. Cristo, o Novo Legislador, trouxe o Novo Pacto. Ver na *Enciclopédia de Biblia, Teologia e Filosofia o verbete chamado Novo Testamento (Pacto)*.

O pacto firmado em Horebe foi mencionado como meio de introduzir os *Dez Mandamentos*, que formam o cerne mesmo daquele pacto. O pacto é aqui renovado com a nova geração de israelitas, que estava prestes a entrar na Terra Prometida, pois a geração anterior havia morrido no deserto, excetuando apenas Calebe e Josué. Ver Deu. 1.35-39 e 2.14 quanto a essa informação.

5.3

E, sim, conosco. Na verdade, Deus fizera Seu pacto com a geração anterior; mas eles o anularam, com sua incredulidade, quando chegaram à fronteira mas recusaram-se a entrar na Terra Prometida. Portanto, o pacto estava sendo *renovado* com a nova geração, e isso de maneira permanente. Os trechos de Êxodo 19 e 24.7,8 certamente indicam que o pacto foi firmado com a geração anterior, mas agora o autor sacro fala em termos de renovação e efetividade.

Não é mister dizer, conforme fizeram Jarchi e Aben Ezra, "não com eles somente", que por certo não foi o que o autor sagrado quis dizer. O pacto foi "renovado", conforme diz John Gill, *in loc.*. O autor simplesmente desconsiderou a "geração perdida".

"Toda adoração bíblica tem, em seu centro, esse elemento de *memória histórica, participação e identificação*" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

5.4

Face a face falou o Senhor. Fica assim frisada a íntima comunhão e comunicação que havia entre Moisés e Yahweh, em contraste com outros profetas, que tinham de depender de visões e sonhos, com freqüência dados de forma *enigmática*. Moisés foi mais do que um mero profeta. Ele foi o grande mediador do Antigo Testamento, tal como Cristo foi o mediador do Novo Testamento. Ver Êxo. 33.11, quanto à mesma expressão, bem como suas notas, que também se aplicam aqui. O trecho de Êxo. 33.18-23 sublinha a grande experiência mística que Moisés tinha, bem como o *modus operandi* de suas revelações. Ver Núm. 12.6-8, quanto ao modo inferior de revelação que era dado aos outros profetas, ou seja, em sonhos, declarações simbólicas e enigmas. Yahweh falava com Moisés "boca a boca" e "claramente", conforme aprendemos em Números 12.8. Ver no *Dicionário* o artigo *Misticismo*.

A despeito de tudo isso, Moisés era apenas um "servo" na casa de Deus. Nestes últimos dias, entretanto, Deus fala conosco por intermédio de seu próprio *Filho* (ver Heb. 3.2,5).

5.5

Entre o Senhor e vós. Isso aponta não somente para a posição de um intermediário, mas Moisés precisava proteger Israel da glória de Yahweh, que eles não podiam suportar. O fogo que tomou conta do Monte deixara-os aterrorizados. A presença divina poderia tê-los consumido. Ver Êxo. 19.18 ss., quanto à descrição de terror que a outorga da lei envolveu. Contrastar isso com a maneira gentil em que veio a revelação cristã, através do bebê deitado na manjedoura, porque não havia lugar para ele na estalagem (ver Luc. 2.7).

Os Dez Mandamentos (5.6-21)

Compare esta repetição do *Decálogo* com a sua apresentação em Êxodo 20.2-17. Há certas diferenças secundárias, adições ou modificações. "Com base na posição deles, aqui e no livro de Êxodo, fica claro que os Dez Mandamentos eram considerados um sumário adequado da lei inteira. Aparecem sob a forma de um discurso direto de Deus à nação (de Israel)" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

Os mandamentos foram dados a um povo que já havia sido libertado do Egito, e que em breve entraria na Terra Prometida, onde poderia colocá-los em prática, como aquilo que distinguiria os novos habitantes da Terra Prometida dos habitantes cananeus. Ver Deu. 4.34,35 quanto ao caráter distinto de Israel. Ver nas notas sobre Êxo. 20.17, quanto a um gráfico que apresenta *a maneira pela qual Jesus tratou* da lei mosaica, e ao Seu discernimento muito superior quanto ao significado dos dez mandamentos.

5.6

Eu sou o Senhor, teu Deus. Temos aqui uma frase freqüente no Pentateuco, que anotei com detalhes em Lev. 18.30. Essa expressão usa os nomes divinos *Yahweh* e *Elohim*. Em outras palavras, o Eterno é o Todo-poderoso, tendo efetuado o livramento de Israel do Egito. Esse é, igualmente, um tema constante do Pentateuco, depois do livro de Gênesis. Foi o poder de Yahweh que fez isso. Ver Núm. 23.22. Em Deuteronômio, essa questão do livramento de Israel do Egito é reiterada por cerca de vinte vezes. Ver as notas sobre isso, em Deu. 4.20. Isso nos permite entender que Israel passou a pertencer a Yahweh, tendo sido remido por Ele; e que era, por sua vez, *responsável* diante do Senhor, mormente por guardar a legislação mosaica.

Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Dez Mandamentos*, bem como a introdução ao capítulo 20 do livro de Êxodo. Deixo aqui de fora muitos detalhes, porque ali o leitor já recebera essas informações.

Tradicionalmente falando, sempre temos dez *palavras* ou dez *mandamentos*, embora haja mais de dez injunções. Cf. Deu. 4.13 e 10.4. Mas os intérpretes não conseguem concordar sobre como se chega a esse número de dez. As Dez Palavras foram transmitidas aos israelitas por meio de Moisés, ou diretamente a eles, da parte de Yahweh (Êxo. 20.21).

"Os Dez Mandamentos, a *epítome* dos deveres do homem diante de Deus e diante de seus semelhantes" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre Êxo. 20.1).

Os mandamentos foram dados como uma regra de *vida* (Deu. 4.1), mas Paulo parece ter pensado que Moisés exagerou no poder desses mandamentos. Ver as notas do versículo mencionado neste parágrafo, quanto a amplas explanações.

5.7

Esta é uma duplicata de Êxodo 20.3, cujas notas também se aplicam aqui.

Esse primeiro mandamento respalda o *monoteísmo* (ver a respeito no *Dicionário*), servindo de base para toda a legislação mosaica. Para Israel, o monoteísmo não era apenas a crença de que só existe um Deus, mas também uma lealdade quase fanática ao único Deus, com a determinação de cumprir toda a Sua vontade, começando pela obediência aos Seus mandamentos. Os povos vizinhos de Israel dispunham de um número incrível de divindades imaginárias, deuses e deusas que eram péssimos quanto ao suposto mau exemplo que davam a seus adeptos.

5.8

Este versículo é uma duplicata de Êxodo 20.4, cujas notas se aplicam também aqui. Este segundo mandamento reforça o primeiro. Há um só Deus. E, paralelamente, deve ser rigorosamente evitada qualquer forma de *idolatria* (ver a respeito no *Dicionário*). Foram terminantemente proibidos tanto a *feitura* quanto o uso de imagens de escultura, uma lição que até a moderna cristandade tem ignorado. Não obstante, todos nós somos culpados de certas formas de idolatria. Nossos *ídolos* às vezes são os prazeres, a fama, o dinheiro, a auto-exaltação etc. Alguns intérpretes, contudo, pensam que este versículo também faz parte do primeiro mandamento.

Tal como toda a exposição sobre esta passagem, meus comentários são breves porque explanações mais detalhadas já foram dadas no vigésimo capítulo de Êxodo, as quais os leitores devem examinar continuamente. Cf. Deu. 4.23-29 quanto a uma severa repreensão contra a idolatria, e onde apresentei idéias adicionais sobre o assunto.

5.9

Este versículo é uma duplicata de Êxodo 20.5, cujas notas também são aplicáveis aqui. Continua a afirmação sobre o segundo mandamento. Somente Yahweh deveria ser adorado (ver Êxo. 34.14; Deu. 6.15; 32.1,21; Jos. 24.19). "Toda forma de idolatria aponta para a degradação da imagem divina no homem" (Ellicott, *in loc.*). Ver Gên. 1.26,27, quanto ao fato de que o homem foi criado à imagem de Deus. Quanto a Yahweh como um Deus zeloso, cf. Deu. 4.24; 32.16.

Daqueles que me aborrecem. Pais que odeiam a Deus com freqüência produzem filhos que, até a terceira e a quarta geração, também odeiam a Deus (cf. Êxo. 20.5; 34.6,7). Os rebeldes idólatras são pintados como "odiadores de Deus", palavras duras, realmente. Aqueles que amam as imagens de escultura são retratados como odiadores de Deus, posto ser Ele o único verdadeiro objeto de nossa adoração.

5.10

Este versículo é uma duplicata de Êxodo 20.6, cujas notas expositivas também se aplicam aqui. Continua a afirmação do segundo mandamento. A misericórdia de Deus confere *vida* abundante. Ver Deu. 4.1 e 5.33, quanto à lei como uma medida doadora de vida, e como Paulo julgou que foi exagerado o valor da lei. Qual seja o *intuito* da lei, foi exatamente o que criou a diferença fundamental entre o judaísmo e o cristianismo.

5.11

Este versículo é uma duplicata de Êxodo 20.7, cujas notas expositivas também se aplicam aqui. Esse terceiro mandamento volta-se contra o uso trivial do nome divino, algo que muitos cristãos até hoje também não aprenderam, o que ilustrei nos comentários sobre o livro de Êxodo. Listei seis possíveis abusos contra o nome divino, no livro de Êxodo. Um israelita piedoso nem ao menos proferia o nome divino, a fim de que não o usasse erroneamente. Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* o verbete chamado *Linguagem, Uso Apropriado de*. O original hebraico dá aqui a entender "elevar (o nome divino)" ou "vincular inutilidade (a nome divino)".

5.12

Este versículo é virtualmente o mesmo que o de Êxodo 20.8, cujas notas também se aplicam aqui. Este quarto mandamento revestia-se de importância especial por ser o *próprio sinal* do pacto mosaico, o sábado, tal como a circuncisão era o sinal do Pacto Abraâmico. Ver o *Pacto Mosaico* nas notas introdutórias ao capítulo 19 de Êxodo. Ver Êxo. 31.13 ss., que ensina isso. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Sábado*. Contrastar com isso, na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, o artigo *Domingo, Dia do Senhor*. Ver também Êxo. 20.11; 23.12. O sábado era um tipo do descanso espiritual em Cristo (ver Heb. 4.1,3-5,8-11), a saber, a *salvação eterna* (ver a respeito no *Dicionário*).

5.13-14

Esses versículos são virtuais duplicatas de Êxodo 20.9,10, cujas notas expositivas também têm aplicação aqui. Prossegue aqui a afirmação sobre o quarto mandamento.

"A observância do sábado, por parte de Israel, servia de testemunho de sua crença em um Deus pessoal e transcendental, o Criador do mundo" (Jack S. Deere, *in loc.*). Era uma espécie de participação no ato divino, imitando o que Deus fez no tocante ao trabalho e ao descanso. O descanso criava uma oportunidade de atividade e reflexão espiritual. Essa crença e prática (a guarda do sábado) não tinha igual no Oriente Próximo e Médio, um item singular da legislação mosaica, o sinal do pacto firmado entre Yahweh e Israel.

5.15

Porque te lembrarás. Este versículo não tem paralelo no livro de Êxodo. É aqui adicionada outra razão para a observância do sábado. A observância do sábado era uma espécie de repetição do espírito da observância da Páscoa, da mesma maneira que a Ceia do Senhor nos faz relembrar de Sua morte e ressurreição. No Egito, Israel só tinha *trabalho* forçado a fazer. Mas Deus lhes deu descanso quando os livrou daquele país. Assim também, a salvação em Cristo nos outorga descanso espiritual.

O trecho de Êxodo. 20.11 elabora de forma diferente a ilustração sobre a guarda do sábado, a saber, o fato de que, por ocasião da criação, Deus trabalhou por seis dias e então descansou da criação, no sétimo dia. Este texto, porém, não inclui essa elaboração.

Naturalmente, o mandamento sobre o sábado não é repetido no Novo Testamento; mas os trechos de Romanos 14.5,6 e Colossenses 2.16,17 quase certamente mostram que o crente não está sob a obrigação de observar o sábado. Esse era o sinal do Pacto Mosaico, o qual foi anulado pelo Novo Pacto, sob o qual vivemos. O artigo *Sábado*, no *Dicionário*, aborda essa questão.

Ver Núm. 23.22, quanto ao poder de Yahweh que tirou Israel do Egito. Ver também Deu. 4.20, sobre como esse ato de Yahweh é mencionado por cerca de vinte vezes neste livro, onde recebe várias aplicações.

5.16

Este versículo é paralelo a Êxodo 20.12, cujas notas também são aplicáveis aqui. Este quinto mandamento trata da relação do homem com seus semelhantes, tal como o quarto mandamento aborda as relações do homem com Deus. De fato, os últimos *seis* mandamentos tratam das relações do homem com seus semelhantes. No Novo Testamento, essa questão é abordada no trecho de Efésios 6.1-3.

"Honrar pai e mãe significa valorizá-los como preciosos. Os filhos que vivem em um lar exprimem isso mostrando-se *obedientes* a seus pais. Esse mandamento era crítico quanto à existência da nação" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Para que se prolonguem os teus dias. Cf. Deu. 4.40; 5.33; 6.2; 25.15; 32.47. A vida dependia da obediência, mas Paulo não entendia que a *vida eterna* viesse por meio da lei. Ver Deu. 4.1, quanto a notas sobre isso, bem como detalhes sobre esse mandamento, em Êxodo 20.12.

5.17

Este versículo é paralelo de Êxodo 20.13, cujas notas também são aplicáveis aqui. Este sexto mandamento refere-se ao homicídio intencional. O homicídio involuntário tinha a provisão das cidades de refúgio (ver no *Dicionário* e em Êxo. 21.12; Lev. 24.17; Eze. 18.20). Outras maneiras de tirar a vida, como durante uma guerra, não eram cobertas pela proibição deste mandamento. Ver detalhes em Êxo. 20.13 e também no *Dicionário*, no artigo chamado *Homicídio*. Em todos os casos, os comentários sobre o capítulo 20 de Êxodo incluem o crime maior, de acordo com a compreensão espiritual dos mandamentos, vistos à luz do Novo Testamento. Ver também no *Dicionário* o artigo *Punição Capital*, e, na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, ver o verbete *Eutanásia*. E também, no *Novo Testamento Interpretado*, o trecho de Mateus 5.21,22 e suas notas expositivas.

Visto que o homem foi criado à *imagem de Deus* (ver Gên. 1.26,27), somente Deus tem o poder de tirar uma vida. O caráter ímpar do homem requer respeito pela sua forma de vida.

5.18

Este versículo tem paralelo em Êxodo 20.14, cujas notas expositivas também se aplicam aqui. Este sétimo mandamento tem sido usado para ensinar contra toda a variedade de pecados, pensamentos, atos e intenções sexuais. O trecho de Mateus 5.27 ss. fornece-nos a expansão da questão dada por Jesus, de acordo com uma compreensão espiritual mais profunda. Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Adultério* e *Dez Mandamentos*, a respeito deste e de todos os outros nove mandamentos. Os hebreus compreendiam o adultério como a sedução da mulher de outro homem, mas esse mandamento também adverte contra a ditadura dos apetites do corpo.

5.19

Este versículo é paralelo de Êxodo 20.15, cujas notas aplicam-se também aqui. Fala sobre o respeito à propriedade privada. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Roubo*. Este oitavo mandamento era um elemento protetor da sociedade, bem como do caos que ocorre por causa de atos de homens ímpios e desarrazoados. A *generosidade* é o oposto do furto e deve servir de diretriz na vida dos homens. A medida de um homem é a sua generosidade, outro nome para o *Amor* (ver a esse respeito no *Dicionário*).

5.20

Este versículo é paralelo de Êxodo 20.16, cujas notas se aplicam aqui também. O nono mandamento tinha por intuito proteger os sistemas judiciais, que devem estar alicerçados sobre a honestidade e um julgamento verdadeiro. Mas esse mandamento também tem um aspecto geral, mostrando-se contra a inverdade de toda sorte, pública ou particular. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Mentir (Mentiroso)*.

A *calúnia* ou difamação do caráter de outrem certamente também foi proibida pelo espírito deste mandamento.

Um bom nome, em homem ou mulher,
É a jóia preciosa de sua alma.
Quem furta minha bolsa furta lixo...
Mas quem furta o meu bom nome
Furta-me daquilo que não o enriquece,
Mas que de fato me empobrece.

(Shakespeare)

5.21

Este versículo tem paralelo em Êxodo 20.17, cujas notas também têm aplicação aqui. Esse décimo mandamento proíbe toda forma de cobiça envolvendo pessoas, propriedades ou objetos. O homem que cobiça não consegue pôr-se de pé. Ele sempre precisa das possessões e realizações alheias para sentir-se uma pessoa completa. Ele *arrebata* aquilo que pertence a outrem, pelo que ele não trabalhou nem se esforçou por adquirir, que não faz parte de sua própria pessoa. Este mandamento trata das emoções e motivações interiores que, finalmente, *resultam* em atos externos como o furto, o adultério, a calúnia, a fraude etc. Ver a exposição de Jesus quanto ao sexto e ao sétimo mandamento, que abordam os motivos e desejos do íntimo, e não meramente os atos externos (ver Mt. 5.21,22). O décimo mandamento, pois, está no limiar da perspectiva do Novo Testamento, ou seja, mais do ponto de vista das qualidades humanas de caráter do que daquilo que o homem faz. O artigo do *Dicionário*, chamado *Dez Mandamentos*, desenvolve esse tema. Ver também no *Dicionário* o verbete *Lei, Função da*.

Nas notas expositivas sobre Êxodo 20.17, ofereço um gráfico que ilustra como Jesus manuseou a lei mosaica.

5.22

Estas palavras falou o Senhor. Este versículo expõe um *sumário* das circunstâncias da outorga da lei, repetindo ainda elementos que já tinham sido vistos por várias vezes. É essencialmente paralelo a Êxodo 20.18-21, cujas notas devem ser consultadas. Aqui, porém, a afirmação é mais ampla, incorporando outros elementos. Ambos os comentários sobre o sumário ensinam que a lei foi dada por uma revelação divina direta, e não pela compilação de raciocínios humanos. O resto da lei veio através da mediação de Moisés, com base nos Dez Mandamentos originais, em seu espírito e implicação.

Tendo-as escrito em duas tábuas de pedra. Essa declaração repete o que já tínhamos lido em Deu. 4.13, onde se comenta a questão. Ver também as notas sobre Êxo. 32.16 quanto às *duas tábuas*.

Deu-mas a mim. Moisés era o mediador entre Yahweh e o povo de Israel, aquele que era responsável pela transmissão da mensagem ao povo, e para ensinar os israelitas sobre a vontade do Senhor. Ele foi o mediador do Pacto da Lei (ver a introdução ao capítulo 19 de Êxodo), da mesma forma que Jesus Cristo, o segundo, mas maior do que Moisés, foi o agente do Novo Testamento. Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* o verbete intitulado *Novo Testamento (Pacto)*. Moisés era *servo* na casa de Deus, mas Cristo é o próprio *Filho*, herdeiro da casa.

Cf. este versículo com Gál. 3.18;I Tim. 2.5; Heb. 8.6; 9.15; 12.24.

5.23

...vos achegastes a mim. Cf. Êxo. 20.21, que é um trecho regularmente paralelo. O trecho de Êxo 19.16-18 contém outros elementos que também estão aqui presentes. As notas dadas nas duas referências do livro de Êxodo também se aplicam aqui. Esses versículos tendem por ensinar quão terrível é a presença de Yahweh, o que explica o temor e o respeito que Ele exige da parte dos homens. Tudo isso foi revelado e se tornou *obrigatório*.

"O temor... de Israel, diante da presença próxima de Yahweh, refletiu o sentimento de todos os judeus, no período em que foi escrito o Deuteronômio. A teofania no Sinai, quando da outorga da lei, tinha sido uma provação aterrorizante. O povo anelou por retirar-se para uma distância segura, deixando que Moisés terminasse sozinho a transação" (Henry S. Shires, *in loc.*). Era uma crença comum dos hebreus que o fato de se aproximar-se muito da presença de Deus era uma experiência fatal. Cf. Gên. 32.30.

5.24

Hoje vimos. Cf. II Cor. 3.7-11, onde o Novo Testamento comenta as circunstâncias descritas aqui. Um dos resultados desse poder e glória foi que a presença de Deus foi ocultada, em vez de ser revelada, tornando necessária a revelação mais profunda de Deus em Cristo. Ver João 1.18 e II Cor. 3.6,15 ss., mas também o capítulo *inteiro*.

O Deus Vivo. Entre outras coisas, a experiência de Israel no Sinai revelou a verdade da real existência do Deus Vivo. Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Deus e Atributos de Deus*. Dispomos de provas filosóficas e teológicas da existência de Deus e de Sua revelação. Mas crer na existência de Deus não é suficiente. Essa crença precisa transformar a alma. É possível alguém ser um ateu prático, ou seja, alguém que acredita na existência de Deus, mas não permite que essa crença faça nenhuma diferença prática em sua vida. As experiências místicas de Israel no Sinai fizeram a diferença entre a crença e a prática. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Misticismo*.

Espiritual significa ter santo temor, respeito, ajoelhar-se espiritualmente diante da presença de Deus, e também estar instruído nas verdades espirituais e pô-las em prática. Ver Fil. 2.10.

5.25

Por que Devemos Morrer? Ou seja, por que chegar perto demais da presença divina? Moisés pôde *aproximar-se* do Senhor; mas Israel ficou distante, trêmulo. Em Cristo, somos aproximados de Deus, em vez de sermos tangidos para longe. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Acesso*.

"O temor instintivo da morte, despertado pela presença divina, e especialmente em face da declaração da lei divina, presta um testemunho eloqüente sobre a verdade de que o homem foi criado para trazer estampada em si a semelhança divina e para viver uma vida santa" (Ellicott, *in loc.*).

5.26

Que tenha ouvido a voz do Deus vivo... e permanecido vivo? Este versículo deve ser comparado com a experiência de Jacó, em Gênesis 32.3. Ver também Êxo. 3.2,4, quanto a como Moisés aproximou-se da presença de Deus e do fogo. A crença comum dos hebreus era de que tal experiência seria fatal.

No Sinai. O povo de Israel ouviu ali a mensagem de Yahweh. Por igual modo, no Pentecoste cristão, ouvir a mensagem era a grande necessidade. Ambos os eventos foram exibições da graça e do poder divinos; ambos tinham coisas importantes a comunicar em prol da espiritualidade humana.

Os persas tinham uma tradição similar a respeito de Zoroastro, o qual "tendo sido arrebatado ao céu, não viu Deus, mas *ouviu-O* falar com ele de dentro das chamas" (*Hist. Relig. Vet. Pers.* cap. 8, pág. 160, de Hyde).

5.27

Chega-te, e ouve tudo. A Moisés foi ordenado que se aproximasse da presença de Deus e do fogo, a fim de receber a mensagem divina. Os israelitas delegaram de bom grado a Moisés essa obra de mediação. Yahweh, o Eterno, era também Elohim, o Todo-poderoso. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Deus, Nomes Bíblicos* de, quanto a esclarecimentos sobre os nomes de Deus. O povo de Israel queria ouvir a mensagem de Deus, mas não estava preparado para o seu *modus operandi* da revelação. Moisés, porém, homem espiritualmente muito mais evoluído, foi aproximar-se muito mais de Deus. Assim acontece sempre. Todos nos achamos em variegados graus de crescimento espiritual, e isso resulta em vários graus de acesso a Deus. Cf. este versículo com Êxo. 20.19 e 24.3-7, onde é apresentada uma cena bastante parecida.

5.28

Em tudo falaram eles bem. Yahweh agradou-se do desejo de Israel de *ouvir*, e, presumivelmente, de *obedecer* à mensagem que viesse a ser-lhes comunicada. Eles guardariam todos os Dez Mandamentos. Pelo menos essa era a sua intenção, quando rogaram que Moisés se aproximasse de Yahweh e recebesse a mensagem *em lugar deles*. Ver Deu. 18.16 ss. quanto a um comentário e expansão posterior sobre a idéia contida neste versículo. *Ouvir e obedecer* incluíam receber a mensagem do Messias, o Moisés maior. Quase todos os intérpretes consideram que o capítulo 18 de Deuteronômio é uma profecia messiânica. Assim, a obediência à lei de Moisés era uma obediência preliminar ao evangelho. Somente o livro de Deuteronômio registra esse aspecto dos acontecimentos ao pé do Monte Sinai.

5.29

Quem dera que eles tivessem tal coração. O desejo de Yahweh é realmente notável. Ele ficou satisfeito diante do desejo por eles expresso de ouvir e obedecer, e agora expressou um forte anelo de que eles pusessem em ação as suas boas intenções. Se assim fizessem, *viveriam* (ver Deu. 4.1 e 5.33). A lei foi instaurada e outorgada para ser obedecida, para que assim os israelitas tivessem vida; e não apenas para ser conhecida e admirada.

Nunca poderemos provar os deleites de Sua vontade,
Até depositarmos tudo sobre o altar.
Pois o favor que Ele mostra e a alegria que Ele dá
Estão reservados para os que confiam e obedecem.

(J. H. Sammis)

Aben Ezra observou, com toda a razão, que neste ponto as Escrituras falam na linguagem própria das crianças, para todos podermos compreendê-las. E essa linguagem atribui desejos, esperanças e decisões da vontade ao Ser divino. Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Antropomorfismo* e *Antropopatismo*.

"O clímax da reverência é a *obediência* direta a Deus. No vs. 29 chegamos a abordar um problema que tem perseguido os líderes religiosos de todas as épocas. Esvai-se o momento de exaltação. Aquilo que parecia impossível em meio à *firme resolução*, torna-se tragicamente verdadeiro: os mandamentos de Deus são esquecidos. Se o povo de Israel não tivesse falhado, nem o Deuteronômio nem a maior parte do Antigo Testamento teriam sido escritos. Pois o Antigo Testamento, em sua essência, é uma repetida convocação para Israel *lembrar-se*" (Henry H. Shires, *in loc.*).

5.30

Quando Moisés os convocou, eles tinham deixado as suas tendas e tinham-se aproximado do sopé do Monte Sinai. Ali a lei estava sendo outorgada, e o povo contemplou a glória de Yahweh, tendo ouvido Sua voz e Suas ordens. Posteriormente, foram enviados de volta às suas tendas, por ordem do Senhor, e assim a vida voltou à normalidade. *Lembrar-se-iam* eles do que tinham visto? *Obedeceriam* eles à voz de Deus? Entrementes, Moisés ficou na presença de Yahweh, a fim de receber as tábuas da lei.

5.31

Fica-te aqui comigo. O povo foi mandado embora, mas Moisés permaneceu a fim de cumprir a sua missão de receber a lei. Ele era o mediador não somente para receber a lei, mas também para ensiná-la. Um grande acúmulo de material foi adicionado aos dez mandamentos originais. Seria mister toda uma classe *sacerdotal* para instruir devidamente aquele povo. Não lhes seria possível obedecer sem receberem *instrução*, conforme sempre acontece na fé religiosa. As duas grandes colunas da espiritualidade são o *amor* e o *conhecimento*. O conhecimento é impossível sem a instrução. Os livros ajudam tanto aos mestres quanto aos alunos. Alguns homens ensinam; outros aprendem. O processo deve ser contínuo, se tiver de ser eficiente. Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Educação no Antigo Testamento* e *Educação e Moralidade*. E, na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, ver o verbete *Ensino*. Parte da Grande Comissão, dada pelo Senhor Jesus à Sua Igreja, é "ensinar", conforme fica claro em Mateus 28.20.

5.32

Cuidareis em fazerdes. Aos filhos de Israel foi ordenada uma observância estrita de toda a lei. Não poderia haver nenhuma tentativa de desvio. De outra sorte, o povo de Israel seria devorado na terra pelos seus adversários morais, embora tivessem obtido a vitória nas batalhas militares. A vitória mais difícil sempre será aquela que é *interior*, onde há ou não há uma espiritualidade adequada. Consideremos o trecho de Isaías 30.21: "Quando te desviares para a direita e quando te desviares para a esquerda, os teus ouvidos ouvirão atrás de ti uma palavra, dizendo: Este é o caminho, andai por ele".

Oh, Senhor, concede-nos tal graça!

Não vos desviareis. Em breve Israel haveria de tomar conta da Terra Prometida. Ali chegando, enfrentaria muitas tentações, sobretudo aquelas referentes à idolatria e aos variegados pecados dos habitantes anteriores do território, remanescentes dos quais haveriam de ficar para trás. Israel seria capaz de resistir a novas tentações e provações? A instrução bíblica haveria de ajudá-los a serem aprovados no teste. A lei protegeria Israel de todos os aspectos do paganismo: mas os israelitas permitiriam que a lei os protegesse?

5.33

Andareis em todo o caminho. A obediência importava em vida. E essa obediência à *lei* era o tipo de obediência que Deus requeria. Este é um dos versículos mais largamente conhecidos de todo o livro de Deuteronômio. Nos séculos que se seguiram, os intérpretes judeus postularam que a *vida eterna* era resultado da obediência à lei; e essa passou a ser a grande pedra fundamental do judaísmo posterior. Dizer que Israel não tinha um sistema de salvação por meio de obras é ignorar tudo quanto os rabinos chegaram a ensinar. Quando este versículo foi escrito, estavam em pauta a *vida física* e o bem-estar diário, na Terra Prometida, visto que o Pentateuco não apresenta nenhum quadro claro sobre a alma que sobrevive à morte física, e que encontra, no além-túmulo, ou uma existência bem-aventurada ou um juízo severo. O Pentateuco também não ameaça os desobedientes à lei com o juízo eterno, tal como não promete a vida eterna aos obedientes. Todavia, há indícios acerca da realidade da alma, como na doutrina da criação do homem segundo a imagem de Deus (ver Gên. 1.26,27), e no fato de que ali se fala sobre o Deus dos espíritos (ver Núm. 16.22; 27.16). Todavia, ficou reservado ao Novo Testamento desenvolver esses indícios em doutrinas e *dogmas*. Paulo, com as revelações divinas que recebeu, aprendeu a abandonar a noção da lei mosaica como doadora de vida eterna, o que se vê claramente em Gálatas 3.21.

Peço que o leitor examine as notas sobre Deu. 4.1, quanto a maiores detalhes e referências a artigos que aumentam nosso conhecimento acerca daquilo que fica sugerido neste versículo.

"Quanto a este mui importante versículo, podemos observar que uma longa vida na terra é uma grande bênção, se é que estamos vivendo para Deus, porquanto é somente na vida, exclusivamente enquanto ela perdura, que nos podemos preparar para a glória eterna" (Adam Clark, *in loc.*). Naturalmente, o irmão Clark, tendo sido um metodista, não tinha visão acerca de como Cristo abriu o hades como um campo missionário (I Ped. 3.18-4.6). No hades também é possível adquirir vida em Cristo. Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, o verbete intitulado *Descida de Cristo ao Hades*.

Quanto ao desejo de uma longa vida, ver as notas expositivas sobre Gên. 5.21. É *melhor* ter uma vida boa do que ter uma vida longa. Mas o *melhor de tudo* é ter uma vida ao mesmo tempo boa e longa.

Os escritos judaicos, típicos do judaísmo posterior, aplicam este versículo à vida eterna. Ver Moreh Nevochim, par. 3, cap. 27, par. 418.

Capítulo Seis

O Fim da Lei é a Obediência (6.1-25)

Se alguém *ama a Deus*, então cumprirá os mandamentos, uma prova desse amor. Por conseguinte, os capítulos sexto a décimo primeiro de Deuteronômio podem ser vistos como uma expressão daquele grande mandamento que diz: "Amarás, pois, o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, e de toda a tua força" (Deu. 6.5). Jesus referiu-se a esse princípio quando apresentou a Sua lei superior (ver João 14.21).

O autor sagrado aborda aqui a questão de um *mandamento*: deveres morais impulsionados pelo amor. Pouco antes, contudo, ele havia tratado de estatutos e juízos (Deu. 5.31). Estes são aplicáveis a todas as situações práticas que os israelitas tinham de enfrentar na vida diária, como aplicações práticas dos mandamentos.

6.1

Mandamentos... estatutos... juízos. Temos aqui a tríplice designação da legislação mosaica, conforme já tínhamos visto em Deu. 5.31. Estatutos e juízos figuram como que formando um par em Deu. 4.1,5,8,14,45 e 5.1. E Deu. 6.20 reitera essa tripla designação. Ver as notas a respeito em Deu. 5.31. Talvez não devamos estabelecer distinções muito nítidas entre esses três termos, pois parecem ser apenas uma referência múltipla aos muitos preceitos baixados por Moisés. Alguns estudiosos têm sugerido que os "mandamentos" são os dez mandamentos, e os outros dois vocábulos apontam para desenvolvimentos e ampliações posteriores do núcleo original da lei. O que fica claro, contudo, é que está em pauta a complexa legislação mosaica, referida por meio de vários termos. Toda essa grande complexidade precisava ser ensinada (Deu. 5.31), conhecida e observada (5.31-33), para que então houvesse vida (4.1 e 5.33).

... se te ensinassem. A idéia de instrução é reiterada aqui. Ver Deu. 5.31 quanto a notas expositivas completas e referências a artigos importantes sobre esse assunto.

Para que os cumprisses na terra. Ou seja, na Terra Prometida, dada a Israel por meio do Pacto Abraâmico (ver as notas a respeito em Gên. 15.18). Os três discursos de Moisés (que perfazem o volume maior de Deuteronômio) exortavam o povo de Israel para que obedecesse à lei, como meio de conquista e de vida boa e longa na Terra Prometida. Os filhos de Israel precisavam instruir à geração mais jovem quanto aos seus deveres na Terra Prometida. Por motivo de desobediência, a geração anterior havia perecido no deserto, com as exceções únicas de Calebe e Josué (ver Deu. 1.34 ss.).

A LEI DA COLHEITA SEGUNDO A SEMEADURA

Andareis em todo o caminho que vos manda o Senhor vosso Deus, para que vivais, bem vos suceda, e prolongueis os dias na terra que haveis de possuir.

Deuteronômio 5.33

CEIFA

Não vos enganeis: não se zomba; pois aquilo que o homem semear, isso também ceifará.

Gálatas 6.7

Semeai um pensamento e colhei um ato.
Semeai um ato e colhei um hábito.
Semeai um hábito e colhei um caráter.
Semeai um caráter e colhei um destino.

Prof. Huston Smith

A VIDA DE ACORDO COM A LEI

Para que temas o Senhor teu Deus, e guardes todos os seus estatutos e mandamentos, que eu te ordeno, tu, e teu filho, e o filho de teu filho, todos os dias de tua vida; e que teus dias sejam prolongados.

Deuteronômio 6.2

No Pentateuco, a vida é interpretada como uma longa vida física, de bem-estar e prosperidade na Terra Prometida. Foi apenas nos Salmos e Profetas que a alma eterna entrou na teologia dos hebreus.

A VIDA ATRAVÉS DA GRAÇA

Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie.

Efésios 2.8,9

Pois, para este fim foi o evangelho pregado também a mortos, para que, mesmo julgados na carne segundo os homens, vivam no espírito segundo Deus.

I Pedro 4.6

Se os israelitas viessem a desobedecer à lei, mesmo quando já estivessem ocupando a Terra Prometida, então seriam expulsos dali (ver Deu. 4.27 ss.).

6.2

Outra Repetição. Uma das características literárias do autor do Pentateuco é a repetição. Assim, temos aqui elementos que já havíamos encontrado por diversas outras vezes. Quanto ao temor piedoso que os israelitas deveriam ter, ver Deu. 5.29. A lei destinava-se a todas as "gerações" dos filhos de Israel (ver Êxo. 29.42; 31.16). Esses estatutos eram "perpétuos" (Êxo. 29.42; 31.16; Lev. 3.17 e 16.29). Os hebreus não antecipavam um fim para o seu sistema religioso. Mas ele terminou, e isso serviu de instrumento para o começo do cristianismo. Todos os sistemas terminam e assim tornam-se instrumentos de avanço. Essa evolução é que é "perpétua". A epístola aos Hebreus mostra como e por qual motivo o Antigo Pacto terminou, a fim de que o Novo Pacto pudesse tomar o lugar daquele e percorrer o seu próprio curso.

E que teus dias sejam prolongados. Longa vida física e bem-estar material foram prometidos aos hebreus obedientes. A lei era a senhora de toda existência e vida prática. Essa parte do versículo reitera idéias encontradas em Deu. 4.1 e 5.33, onde ofereço ricas notas expositivas. Ver também Deu. 4.26,40 e 5.16. Quanto ao desejo de uma vida longa, ver Gên. 5.2.

6.3

Ouve, pois, ó Israel. Moisés estava desempenhando o seu papel de instrutor. Sua mensagem, transmitida da parte de Yahweh, precisava ser *ouvida* de modo correto, ou seja, com o intuito de *obedecer*. A obediência, uma vez mais, aparece como fonte de todo bem-estar e longa vida. Parte dessa longa vida seria a *multiplicação*, de tal modo que Israel viesse a tornar-se uma grande nação, ocupando toda a Terra Prometida.

Terra que mana leite e mel. Uma expressão comum que descreve as riquezas e a fertilidade da Terra Prometida. Ver as notas a esse respeito em Êxo. 3.8 e Núm. 13.27, onde a exposição inclui uma lista de referências a respeito.

O Senhor Deus. No hebraico, *Yahweh-Elohim*, o Eterno e Todo-poderoso. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Deus, Nomes Bíblicos de*, bem como os artigos separados *Yahweh e Elohim*. Ver Lev. 18.30 e suas notas expositivas, quanto à expressão "Eu sou o Senhor teu Deus", que emprega os mesmos nomes divinos.

"Uma nota caracteristicamente deuteronômica: uma obediência reverente resultaria nas bênçãos divinas de uma longa vida, fertilidade e bem-estar material (ver Deu. 5.33; 6.18,19). Desse modo, seriam cumpridas as promessas feitas aos pais (Gên. 12.1-7; Êxo.3.16,17)" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre este versículo).

Palavras-chaves: Ensinar; ouvir; compreender; observar; cumprir; viver longamente; prosperar e bem-estar. Todas essas palavras-chaves foram incorporadas na dispensação da lei. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Dispensação (Dispensacionalismo)*.

6.4

Temos aqui a introdução ao maior de todos os mandamentos, o amor (vs. 5).

Consideremos estes pontos: 1. *Dar ouvidos.* 2. *Israel* deveria ouvir e obedecer. O mandamento fora dado ao povo de Deus, àqueles que tinham sido libertados do Egito, aos quais fora entregue a Terra Prometida, que fazia parte do Pacto Abraâmico. 3. Monoteísmo, não somente para ser crido, mas também para ser aplicado. O único Deus verdadeiro requer obediência. A *idolatria* é terminantemente proibida. Ver sobre esse assunto no *Dicionário*. 4. Os *direitos* do Criador, o qual é Yahweh e Elohim (ver, acerca disso, as notas sobre o versículo anterior).

O *monoteísmo* (ver a respeito no *Dicionário*) forma a base do pronunciamento original da lei (ver Êxo. 20.3,4). Mas não devemos entender isso como mera crença na existência de um único Deus, ou que a divindade existe sob a forma de uma única unidade. Pois também envolve a obediência estrita à lei que foi dada pelo Deus único.

O original hebraico, que tem sido sujeitado a várias traduções, é: *Yahweh, nosso Deus, Yahweh, um. Eis algumas das traduções:*

O Senhor nosso Deus é um Senhor.

O Senhor nosso Deus, o Senhor é um só.

O Senhor é nosso Deus, o Senhor é um.

O Senhor é nosso Deus, somente o Senhor.

O Senhor, nosso Deus, é o único Senhor.

Fica em dúvida qual a melhor maneira de traduzir o original hebraico. Mas o intuito do original hebraico é perfeitamente claro. Só existe um Deus; e Ele é nosso Senhor e dono; Ele nos deu a Sua lei; e ela deve ser obedecida. Isso rejeita peremptoriamente a idolatria. O Deus único requer o cumprimento da *lei do amor*, que sumaria a lei toda em uma única declaração, precisamente o quinto versículo deste capítulo.

"O objeto da atenção exclusiva, do afeto e da adoração de Israel não é difuso, mas compacto e único. Está em foco algum panteão de divindades, cada uma das quais possuidora de uma personalidade dotada da desconcertante capacidade de ser dividida por devotos e santuários rivais, impedindo que a atenção do adorador se concentre sobre um único objeto. A atenção de Israel, porém, não podia ser dividida; antes, confinava-se ao Ser único e bem definido, cujo nome é Yahweh" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

O único Senhor. Não muitos deuses; mas essa expressão também enfatiza as idéias de *exclusividade* e de *soberania*. Esse único Deus precisa ser obedecido; Ele é o doador e senhor de toda vida.

O Shema. Este versículo, que na íntegra lê: "Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor", tem sido assim chamado. Esse vocábulo hebraico é o verbo no imperativo: "Ouve". O versículo contém a *confissão* fundamental e simplificada do judaísmo, da qual tudo mais depende. Os deuses do Oriente Próximo e Médio eram muitos, imorais, brutais, imprevisíveis, jamais agindo em harmonia com *outras divindades*. Todas essas noções eram repelidas por Israel. No judaísmo bíblico, pois, a fé religiosa avançara, devido ao seu monoteísmo *aplicado*, não sendo apenas um monoteísmo teórico.

6.5

O Primeiro e Maior dos Mandamentos. Não há que duvidar de que Deuteronômio, neste ponto, fez avançar nosso entendimento sobre o que está em pauta no monoteísmo, além de nos ter dado melhor compreensão acerca da própria natureza de Deus. A lei inteira é sumariada na Lei do Amor, que se aplica, antes de tudo, a Deus, e, em segundo lugar, aos nossos semelhantes. Paulo resalta isso em Romanos 13.8 ss. Os críticos pensam que Deuteronômio foi escrito muito depois dos dias de Moisés; e parte do argumento deles está alicerçado sobre esse avanço conceptual, visto que os dez mandamentos originais não tinham o amor como a sua síntese. E assim, eles sentem que esse *discernimento* é fruto de uma época posterior. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *J.E.D.P.(S.)*, quanto à discussão sobre a teoria das fontes múltiplas do Pentateuco, onde datas presumíveis são dadas quanto aos vários níveis ou fontes originárias.

O *Senhor Jesus* citou este trecho do Deuteronômio em Seu sumário da natureza e da nossa obrigação diante a lei. E logo em seguida acrescentou o *segundo* maior mandamento: que amemos ao próximo como amamos a nós mesmos. Ver Mat. 22.37-40. No tocante a esses dois mandamentos, disse Ele: "Destes dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas". Com isso concordam quase todas as religiões e filosofias. Esse é um conceito que, para todos os efeitos práticos, é o único que obteve aceitação *universal* como ensino espiritual. Ver no *Dicionário* o artigo detalhado chamado *Amor*, que ilustra a questão e enumera citações e poemas ilustrativos. Cf. Mat. 19.19; Gál. 5.14; Tia. 2.8.

Os rabinos gostavam de sumariar ensinos em seus *aforismos*. Aquele que temos aqui tornou-se muito importante no judaísmo posterior. Aboth (1.1,2 e 2.9) contém uma discussão sobre o mais importante dos mandamentos. A melhor resposta para essa discussão é aquela que temos no presente texto. Aqueles que se têm dado ao trabalho de investigar dizem-nos que o judaísmo incorporou seiscentos e treze mandamentos de Moisés. Davi, por sua vez, reduziu o número deles a onze mandamentos fundamentais (ver Sal. 15.2-5); Isaías falou em seis (ver Isa. 33.15). Tiago sumariou a verdadeira religião (ver Tia. 1.27). Lev. 19.18 já havia fornecido a Jesus o segundo maior mandamento. E o rabino Akiba apontou para esse segundo maior mandamento como a fruição mesma da lei.

"Esse é o primeiro mandamento. Tal como os marinheiros encontram a sua posição por meio do firmamento e descobrem onde estão somente quando estão viajando, a nossa relação com os semelhantes torna-se um caos, exceto quando primeiramente amamos a Deus" (Butrick, sobre Mat. 22.38). Ver minha exposição sobre Mat. 22.37 ss. no *Novo Testamento Interpretado*.

"O homem não pode amar a Deus conforme ama a outro ser humano. O amor a Deus envolve santo temor e reverência (vs. 13), e exprime-se por meio daquela lealdade devotada e singela de onde se deriva um serviço obediente e de todo o coração. O amor a Deus, desacompanhado da obediência, não é amor (I João 4.7-21)" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

"Acima do decálogo brilha o... Shema. Para os judeus, esse é o próprio símbolo da fé. O culto nas sinagogas tem início com sua recitação. Deve ser proferido duas vezes a cada dia; escrito sobre pergaminho; usado nos filactérios; inscrito nas vergas das portas. Originou-se no impulso de distinguir Yahweh de Baal e das divindades astrais, tornou-se o ponto de concentração do monoteísmo em todos os lugares, primeiramente para os judeus... então para os cristãos... e, finalmente, para os islamitas. O valor intrínseco do Shema foi ampliado muitas vezes quando Jesus fez dele o mandamento supremo" (Henry H. Shires, *in loc.*).

AMOR

O Preceito Dourado de Deuteronômio

O amor é a única lei universal. Todas as outras leis justas, de alguma maneira, expressam isso.

Rom. 13.8 ss.

Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor. Amarás, pois, o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma e de toda a tua força.

Deuteronômio 6.4-5

E Jesus adicionou:

Amarás o teu próximo como a ti mesmo.

Mateus 19.19; 22.39

Destes dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas.

Mateus 22.40

Se pudéssemos encher de tinta os mares,
E cobrir os céus de pergaminho;
Se todos os pedúnculos fossem penas
E todos os homens, escribas profissionais –
Escrever o amor de Deus acima,
Ressecaria os oceanos,
E não haveria rolo para conter tudo,
Estendido que fosse de céu a céu!

O amor de Deus, quão rico e puro,
Quão sem medida e forte!
Perdurará para sempre.

F. M. Lehman

O amor de Deus escreverá o último capítulo da história humana.
O julgamento é um dedo da mão amorosa de Deus e um instrumento restaurador do Seu amor.

Limites de pedra não podem conter o amor. E o que o amor pode fazer, isso o amor
Ousa fazer.

Shakespeare

Uma Grande Curiosidade. Por qual motivo as denominações cristãs, em suas declarações de fé, regularmente omitem qualquer referência a essa lei tão primordial? A razão disso é que traçam suas declarações de fé com base no espírito exclusivista e de ódio por tudo quanto delas difere. Assim, é uma incongruência mencionar o amor, quando essas outras atitudes negativas residem no coração do indivíduo.

Coração. A porção mais interior do ser; a sede das emoções; a vida interior.

Alma. A totalidade do homem, o homem completo.

Força. Todas as potencialidades do homem, aplicadas ao amor a Deus e ao próximo; o verdadeiro exercício da espiritualidade, com propósito e determinação.

Esses *três vocábulos* indicam tudo quanto somos, temos e podemos expressar.

O amor concede em um momento
O que o trabalho dificilmente obtém em uma era.

(Goethe)

6.6

Estas palavras. Ou seja, toda a legislação mosaica (vs. 1), e isso sumariado e posto em prática através da Lei do Amor (vs. 5). A lei cai por terra quando não é acolhida no coração do ser humano. Pois do coração manam as intenções, as resoluções nobres e a força para cumprir a lei. O versículo anterior nos fornece três vocábulos, "coração", "alma" e "força". E agora o autor sagrado sumaria tudo com a palavra "coração". A obediência espiritual é uma questão do coração, e não apenas da mente. Cf. Deu. 11.18 e Jer. 31.33, onde achamos pensamentos similares.

Encha-me com Tua plenitude, ó Senhor,
Até que meu coração transborde;
De pensamentos de fogo e de palavra brilhante,
Para falar de Teu amor; para mostrar
Teu louvor.

(Frances R. Havergal)

O Targum de Jonathan diz aqui de modo pitoresco: "Nas tábuas do coração", da mesma forma que a lei mosaica fora inscrita em tábuas de pedra (Deu. 4.13). Cf. II Cor. 3.3.

6.7

Tu as inculcarás a teus filhos. As crenças religiosas que têm mostrado interesse em cumprir este mandamento organizam escolas, cursos e catecismos, que são coisas boas, mas por muitas vezes acabam falhando. A letra sempre ameaça o espírito. Os melhores mestres das crianças são os pais que praticam o que eles ensinam a seus filhos. Há três coisas que um pai ou mãe devem a seus filhos: exemplo, exemplo e exemplo. Sem isso, muitos anos de instrução religiosa formal redundam em fracasso.

O profeta Baha Ullah disse, com toda a verdade, que o pior erro que um pai pode cometer é conhecer algum ensinamento, mas não transmiti-lo a seus filhos. Existe tal coisa como um "crente-casulo", ou seja, um crente que foi criado e educado somente na igreja, tal como a larva de um inseto é guardada em seu casulo fechado. Trata-se de uma espécie de "virtude infantil enclausurada". Uma vez que a larva emerge do casulo, um mundo hostil logo a consome. E também há aquelas *corrupções internas* que nenhum acúmulo de educação formal é capaz de eliminar. Isso posto, a educação de uma criança precisa ser multifacetada, envolvendo instrução formal, exemplo vivo e muita oração. Ver no *Dicionário* os artigos *Educação no Antigo Testamento* e *Educação e Moralidade.* Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* o artigo detalhado intitulado *Ensino.*

Um Ensino Completo. A instrução deve ser levada a efeito no lar; quando caminhamos ou viajamos; quando nos deitamos para dormir; quando nos levantamos para começar um novo dia, conforme nos diz o texto. Eu mesmo ensinei disciplinas *seculares*, por algum tempo, em uma escola judaica. Essa escola (em Chicago) dedicava três horas a estudar disciplinas seculares, pela manhã, e três horas para estudos religiosos, à tarde. Mas quero informar a meu leitor que aquele foi um dos grupos de crianças mais difíceis de controlar que já conheci. Elas "colavam" nas provas, e eram mais difíceis de controlar do que os grupos gentios para quem já ensinei. No entanto, o filho do rabino, um de meus alunos, era um modelo de comportamento, além de destacar-se como líder intelectual. Na verdade, ele era um estudante modelo em todas as coisas, dotado de mui poderoso intelecto. A espiritualidade não se origina somente nos bancos escolares. Na verdade, é uma inquirição que dura a vida inteira. E nessa inquirição a escola desempenha somente um papel parcial.

6.8

Também as atarás como sinal. Lembretes perpétuos deveriam ser empregados para ajudar na instrução, tanto de crianças quanto de adultos. Breves porções da lei eram postas em pequenas caixas, sobre a mão e sobre a testa. Este versículo talvez reflita uma prática posterior que foi formalizada nos chamados *filactérios.* Ver a respeito deles na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia.* Antes dessa formalização, provavelmente o que os hebreus faziam era atar um pedaço de pergaminho em torno do pulso ou da testa, o qual continha um trecho da lei.

Esta passagem deve ser comparada com Deu. 11.21 e Êxo. 13.1-16. A porção escrita amarrada à mão e à testa era, mui provavelmente, o Shema (ver o vs. 5 deste capítulo), pelo menos na maioria dos casos. Ver o texto de Mat. 23.5 no *Novo Testamento Interpretado.*

6.9

E as escreverás. Lembretes perpétuos também eram atados aos umbrais das portas e aos portões, para que ninguém pudesse entrar ou sair sem vê-los. O Targum de Jonathan descreve a prática usada em um tempo posterior. Pedaços de pergaminho com porções da lei eram fixados em três lugares: no dormitório; no umbral da porta; e no portão, no seu lado direito. A isso judeus chamam de *Mezuzah.* As palavras ali escritas eram o Shema, embora outras porções também pudessem ser usadas. A prática incluía tocar e beijar esses lembretes. Tais coisas, para os supersticiosos e outras pessoas como eles, funcionavam como amuletos e encantamentos, e toda espécie de poder era atrelada a eles. De fato, isso foi desenvolvendo certa variedade de idolatria, embora, presumivelmente, Yahweh fosse honrado por tal prática. É possível alguém usar de lembretes por toda parte, mas ter a lei inscrita no coração é coisa totalmente diferente.

6.10,11

Quão Humanos São Esses Dois Versículos! Israel estava prestes a entrar na possessão da Terra Prometida, com todas as suas riquezas. Eles podiam conquistar cidades inteiras, com suas casas, utensílios, objetos de valor etc. Os hebreus matavam as pessoas, mas ficavam com os seus bens. De uma hora para outra, enriqueceriam. Haviam vagueado pelo deserto, onde tinham somente seus animais e alguns poucos objetos de uso pessoal. De repente, tornar-se-iam ricos, tendo ficado com as riquezas de outras pessoas. A tendência deles seria esquecer Yahweh, que lhes tinha dado tudo. Os lembretes que haviam atado por toda parte já não conseguiriam falar ao coração deles. Sim, quando acumulamos coisas, podemos esquecer-nos da própria origem da vida. Os valores são distorcidos; e quase todas as pessoas caem nessa armadilha. Elas podem tornar-se preguiçosas e indulgentes. Poços já estavam cavados; vinhas e plantações já existiam; pomares de oliveiras estavam produzindo abundantemente. À semelhança dos crentes de Laodicéia, os israelitas estavam enriquecidos, e não precisavam de coisa alguma. Não eram nem frios nem quentes, mas mornos (ver Apo. 3.15 ss.). Eles provavelmente tinham mais do que a maioria dos egípcios. E como eles tinham admirado as riquezas do Egito! Yahweh era Deus para tempos de dificuldade. Mas agora os israelitas provavelmente não precisavam mais Dele, pois viviam em meio à abundância e ao lazer.

6.12

Guarda-te, para que não esqueças o Senhor. A religião, na opinião de muitos, é algo que só serve para períodos tensos e de ameaça de morte. Mas o homem indulgente geralmente não tem lugar nem tempo para Deus. Ele concorda que "Deus existe", mas não faz disso parte de sua vida diária. Antes, é um ateu prático, embora um teísta teórico. Ele concorda que Deus faz intervenção na história (ver no *Dicionário* acerca do *teísmo*), mas não se interessa nem um pouco sobre como Deus intervém em sua própria vida.

"Foi no auge de sua prosperidade pessoal que Davi cometeu seus grandes atos de infidelidade (I Samuel 11)" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Senhor Deus dos Exércitos — fica conosco
para não Te esquecermos — para não
Te esquecermos!

(Rudyard Kipling)

Israel estava pesadamente endividado com Yahweh, em termos de gratidão, mas em seu estado de abundância, isso poderia ser facilmente esquecido. "A grande dívida só poderia ser saldada se reverenciassem e servissem a Yahweh" (Henry H. Shires, *in loc.*). Uma casa repleta de coisas boas pode significar um coração vazio. O lazer pode resultar em indiferença espiritual.

Da casa da servidão. O fato de que Yahweh tirou o povo de Israel da servidão no Egito é um tema constante do Deuteronômio, e sempre tem aplicação

de gratidão e fidelidade. Ver Núm. 23.22 e Deu. 4.20, quanto a notas expositivas completas. O tema ocorre por cerca de vinte vezes neste livro.

O trecho de Provérbios 30.7-9 pede que a bênção de Deus não seja dada nem nas riquezas nem na pobreza. Não nas riquezas, para que o homem não fique cheio de si nem de coisas, chegando assim a negar a Deus; nem isento de pobreza, a fim de que o homem não tenha de roubar.

A passagem de II Coríntios 9.8 ensina que a prosperidade financeira deve ser um meio para "abundarmos" em "toda boa obra". Em outras palavras, o dinheiro deve ser posto a funcionar mediante boas obras, não por meio de luxos e de auto-indulgência. Esse tipo de riqueza é muito desejável. Mas somente o homem espiritual tem a capacidade de usar o dinheiro dessa maneira. A maioria das pessoas que tem dinheiro vive ocupada em servir a si mesmas.

6.13

Este versículo nos faz retroceder até Deu. 5.29, cujas notas também se aplicam aqui. Ver também Deu. 5.31-33. Temer e servir já tinham sido mencionados. Mas agora este versículo também menciona *jurar* em nome de Yahweh. Em outras palavras, o nome do Senhor deveria predominar em qualquer acordo, juramento ou pacto. Objetos próprios da idolatria não serviriam para isso, nem a natureza, nem as estrelas. Yahweh deve ser o apelo final de um homem, em qualquer situação da vida. Deus é quem nos confere bem-estar e prosperidade, Aquele que liberta da casa da servidão (vss. 11,12). O amor mistura-se com o temor e produz a espiritualidade. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Juramentos*.

Jesus citou este versículo (ver Mat. 4.10), por meio do qual afastou os ataques de Satanás.

Jurar por Yahweh era uma maneira de mostrar temor e reverência a Yahweh. Esses juramentos eram solenes e precisavam ser cumpridos.

6.14

A *repetição* é uma característica constante do autor do Pentateuco. Aqui, uma vez mais, temos outra advertência contra a idolatria. Ver o artigo sobre esse assunto no *Dicionário*; e também Deu. 4.27 ss. quanto a uma extensa passagem que trata do mesmo assunto. Os versículos quatro e cinco deste capítulo nos fornecem a base teológica para rejeitarmos a idolatria, a saber, que só existe um Deus. Ver no *Dicionário* estes dois artigos: *Monoteísmo* e *Deuses Falsos*.

Nenhum dos deuses dos povos. Israel estava preparado para expulsar sete nações da Palestina. Ver a lista dessas nações, com notas, em Êxo. 33.2 e cf. Deu. 7.1. Mas os remanescentes dessas nações estariam presentes, para tentar Israel à idolatria. E, de fato, foi exatamente isso que sucedeu até que Israel mesmo foi expulso da Terra Prometida por meio dos cativeiros. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Cativeiro (Cativeiros)*.

6.15

Os Três Elementos: 1. O *zelo* de Yahweh. Ver as notas sobre esse ponto em Êxo. 20.5, que também foi escrito dentro do contexto da idolatria. 2. A *ira* de Yahweh, que se choca contra pecadores rebeldes e habituais. Foi por Sua ira que a Terra Prometida foi deixada à disposição do povo de Israel, para que a ocupasse, porquanto o "cálice da iniqüidade" dos cananeus estava cheio. Ver a respeito disso nas notas sobre Gên. 15.16. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Ira de Deus*. 3. A *destruição* de Yahweh, que feriu as nações que antes ocupavam a Terra Prometida, e faria a mesma coisa com Israel, quando esta se mostrasse rebelde e idólatra, por meio dos cativeiros. Naturalmente, essas expressões refletem o *antropomorfismo* e o *antropopatismo*, que aparecem no *Dicionário*. Por falta de um método melhor, atribuímos a Deus certas qualidades que vemos em nós mesmos, supondo que Ele deva ser algo parecido conosco, visto que o homem foi criado à Sua imagem (ver Gên. 1.26,27).

"Em Deus, o zelo e a ira são funções de Seu senhorio, amor e graça, pois indicam a Sua atividade constante contra aquilo que Ele não permite. Todos esses quatro atributos são antropomorfismos... Entretanto, é claro que o amor e a graça são os atributos mais primários porquanto a ira e o zelo, em última análise, operam *por causa da graça*" (G. Ernest Wright, *in loc.*). Temos aí um excelente discernimento do dr. Wright. Eu mesmo com freqüência tenho dito que a ira e o juízo são dedos da mão amorosa de Deus. Em outras palavras, são conceitos sinônimos, pois o juízo é o amor em ação, visando realizar algo, visto que nenhuma outra coisa poderia realizar o que Deus resolve restaurar, e não meramente prejudicar. Ele prejudica a fim de restaurar, e não a fim de esmigalhar. Ver no *Dicionário* o artigo *Julgamento de Deus dos Homens Perdidos*; e no *Novo Testamento Interpretado*, examinar as notas sobre I Pedro 4.6, onde esse tema é desenvolvido. Ver também, na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, o verbete *Missão Universal do Logos (Cristo)*. Sem dúvida Orígenes estava com razão ao dizer que ensinar o julgamento divino somente como uma retribuição, e não também como um meio de restauração, é rebaixar-se e aceitar uma teologia inferior. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Amor*.

6.16

Não tentarás o Senhor teu Deus. É uma estupidez e uma temeridade submeter Deus a teste, para ver se Ele cumpre as Suas ameaças contra o mal. A lei da colheita segundo a semeadura forçosamente precisa funcionar, visto que a única alternativa para isso é o caos, e Deus não pode tolerar isso. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Lei Moral da Colheita Segundo a Semeadura*.

Massá. Ver no *Dicionário* os verbetes intitulados *Massá* e *Meribá*. Esses dois nomes locativos significam "teste e contenção". Esses nomes aludem a uma localidade perto de *Refidim*, onde os israelitas fizeram alto, após terem saído do Egito, depois que partiram do deserto de Zim. Ali não encontraram água e murmuraram contra Moisés, e estiveram quase a apedrejá-lo. Moisés feriu a rocha e jorrou água. Ver a narrativa em Êxo. 17.1-7, bem como amplos detalhes no artigo mencionado, juntamente com referências aos lugares em questão, em outros textos.

O Targum de Jonathan alude às *dez* tentações a que os israelitas submeteram Yahweh a teste. Ver as notas de introdução ao capítulo 11 de Números, como também Núm. 14.22, onde alisto essas tentações e onde são mencionadas onze. Cf. Deu. 9.22; 33.8. O povo de Israel forçou Yahweh a baixar julgamento, devido à estupidez dele. E isso haveria de acontecer de novo, quando dos *cativeiros*.

6.17

Mandamentos... testemunhos... estatutos. Essa tríplice designação, que aponta para a variedade de elementos da legislação mosaica, retorna aqui. Ver as notas sobre esses mandamentos, testemunhos e estatutos em Deu. 6.1, onde há referências que mostram outras ocorrências dessa terminologia. Este versículo é idêntico, em sua substância, às notas dadas ali, que também se aplicam aqui. Ver também Deu. 5.31 e suas notas expositivas. E ver ainda Deu. 6.3, quanto a idéias adicionais.

6.18

A *repetição* é uma característica constante do autor do Pentateuco. Neste versículo são reiterados, uma vez mais, os elementos que já tínhamos visto por várias vezes. A *obediência* era algo absolutamente necessário para a entrada na Terra Prometida e para o bem-estar dos israelitas ali. A própria continuação da vida dependia dessa obediência. Ver Deu. 4.1; 5.33 e 6.1,2.

"Não havia que duvidar de que o povo de Israel atravessaria o rio Jordão. Mas até que ponto seria completada a conquista da terra de Canaã, e dentro de qual prazo, tudo dependia da fidelidade deles aos decretos divinos. Mas que isso foi adiado devido à desobediência deles fica claro em Juízes 2.20-23" (Ellicott, *in loc.*).

6.19

Lançando fora a todos os teus inimigos. Israel tinha uma incrível tarefa a realizar — expelir não somente uma, mas sete nações, cada qual mais forte do que eles. Ver Deu. 7.1. A tarefa estava muito acima das possibilidades dos hebreus. Para tanto, fazia-se necessária a *intervenção* divina. E isso seria uma realidade se eles fossem obedientes à vontade do Senhor. Sempre se manifestaria a graça de Deus para compensar a inadequação deles, porquanto o Senhor lembra-se que somos apenas poeira (ver Sal. 103.14). Oh, Senhor, concede-nos tal graça!

Como o Senhor tem dito. Deus falou de antemão, enviando Israel à frente, para realizar a tremenda tarefa. Ver Êxo. 23.27-32. Deus prometeu que enviaria vespas à frente deles, para preparar-lhes o caminho, levando-os a ser bem-sucedidos em seu divino empreendimento. Precisamos da intervenção do Senhor para enviar vespas diante de nós. Ele nos convida: "Andai pelo caminho". Algumas vezes, porém, esse caminho está muito adiante de nós. E então de novo recebemos a ajuda divina, que abre diante de nós a nossa vereda. Sempre nos surpreendemos diante disso; mas o homem espiritual sabe muitas coisas.

A História de Policarpo Nos Serve de Inspiração. Em seu martírio, quando foi executado na fogueira, Policarpo não tentou a Deus. Mas seguiu seu caminho em triunfo, dizendo: "Tenho-O servido por oitenta e seis anos. E por que haveria de negá-Lo agora?". Cada homem tem de passar por seu próprio teste e enfrentar sua própria carga. A obediência, condicionada ao amor, resolve todos os nossos problemas.

A coragem é aquela virtude que defende a causa da razão.

(Cícero)

Com freqüência, a prova da coragem não é morrer, mas continuar vivendo.

(Vittorio Alfieri)

Sê forte e corajoso...

(Josué 1.6)

6.20

Que significam...? Neste versículo temos o significado da lei. Uma vez mais nos deparamos com a *tripla designação* que aponta para a legislação mosaica, conforme se vê nas notas sobre Deu. 5.31; 6.1,3 e 17. Os descendentes daqueles homens corajosos que conquistaram a Terra Prometida haveriam de indagar qual o *significado* da lei. Um dos significados conspícuos (ou resultados da obediência a ela) é que o bem é conferido àqueles que andam de acordo com o caminho da lei (vs. 24). Os filhos e netos haveriam de habitar na Terra Prometida porque seus pais tinham tido a coragem de obedecer aos mandamentos de Yahweh, o qual lhes dera a terra pátria. Os antigos construíam a história inteira da intervenção de Yahweh em favor de Israel, a começar pelo livramento da servidão no Egito. Ver os vss. 21 ss.. A seqüência inteira de acontecimentos estava relacionada à possessão e obediência à lei, o que tornava os hebreus uma nação distinta e sábia (ver Deu. 4.33 ss.). Os antigos diriam quão admirável era eles terem recebido a lei, a revelação de Yahweh (ver Deu. 5.25 ss.). Na obediência à lei estavam a vida e o bem-estar (ver Deu. 5.33; 6.1,2,18).

Isso posto, aqueles *estatutos perpétuos* seriam transmitidos a *todas as gerações* (ver Êxo. 29.42; 31.16; Lev. 3.17; 16.29).

6.21

Então dirás a teu filho. Contar a história era um fator importante. Yahweh tinha feito grandes coisas em favor do povo que recebera a lei. O livramento da servidão ao Egito é um tema constante no livro de Deuteronômio, onde figura por cerca de vinte vezes. Ver as notas acerca disso em Núm. 23.22 e Deu. 4.20.

"Uma vez mais, Moisés relembrou a seus ouvintes da necessidade crucial de transmitirem os valores do pacto aos seus filhos. A situação aqui apresentada (vss. 20-25) ilustra de modo concreto a ordem que consta nos vss. 6-9. Moisés vislumbrava uma pátria onde a Palavra de Deus seria discutida abertamente como parte das atividades da vida diária" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Com poderosa mão. Ou seja, tudo se devia a uma intervenção do poder divino, algo que estava muito acima das possibilidades do povo de Israel. Ver Êxo. 32.11; Deu. 3.24; 4.34; 5.1; 7.8; 9.26; 11.2 e 26.8. Ver também as notas sobre Núm. 23.22, quanto ao poder que Yahweh aplicou em prol do povo de Israel.

6.22

Sinais e maravilhas. Houve prodígios envolvidos nas *dez pragas*, no Egito (ver as notas em Êxo. 7.14). Ver também o detalhado artigo existente no *Dicionário*, chamado *Pragas do Egito*. Também houve a intervenção no Mar Vermelho, a provisão de todas as necessidades do povo de Israel, nas suas perambulações de quase quatro décadas pelo deserto. Ver a expressão "os meus sinais e as minhas maravilhas", em Êxo. 7.3 e Deu. 4.34. Essa expressão é novamente usada em Deu. 7.19; 26.8 e 34.11.

De Quais Maneiras Deus Age?

1. O livramento necessário da servidão aos egípcios (comentado em Deu. 4.20).
2. As obras prodigiosas, os sinais e as maravilhas que tornaram possível tudo quanto aconteceu (ver Deu. 6.22 e as referências dadas anteriormente).
3. A lei estava presente para garantir vida longa e prosperidade (Deu. 5.33 e 6.24).
4. Obedecer e temer a Deus eram as chaves para tão estrondoso sucesso (Deu. 4.10; 6.13,24).

6.23

Mais Repetição. Essa é uma característica literária constante do autor sagrado do Pentateuco. Os filhos de Israel foram libertados do Egito com o propósito de lhes serem dadas as terras que haviam sido prometidas no Pacto Abraâmico (ver as notas a respeito em Gên. 15.18). Esse pacto tinha por condição a obediência. Por outra parte, Yahweh tratou com os israelitas de tal modo que ficou garantido que eles obedeceriam a essa condição, e assim as promessas teriam cumprimento. Os pais tinham por dever ensinar a seus filhos todos os princípios da lei mosaica.

Aos hebreus não foi ensinado apenas um corpo de doutrinas, conforme muitos religiosos hoje aprendem nos seus catecismos. Mas foi-lhes contada a "velha, velha história", uma lição objetiva histórica do que acontece quando um povo tem as leis de Deus e obedece a elas. Foram-lhes ensinadas as lições da redenção, da orientação, dos atos graciosos e das intervenções de Deus. A lei de Deus não servia de carga penal, mas tinha por finalidade ajudar o povo de Israel a atingir verdadeiras bênçãos materiais e espirituais.

Conta-me a velha, velha história
De coisas invisíveis, mas de valor;
De Jesus e a Sua glória,
De Jesus e o Seu
amor.

(Kate Hankey)

Conta-me a história de Jesus, Grava
em mim cada palavra!
Conta-me a história mui preciosa,
E mais doce que já se ouviu.

(Fanny J. Crosby)

6.24

Todos estes estatutos. Ou seja, todos os mandamentos, estatutos e juízos (6.1), a completa legislação mosaica, que fazia de Israel um povo distinto e sábio (Deu. 4.33 ss.). A geração mais jovem dos filhos de Israel precisava tomar conhecimento dessas coisas. Nisso residia a vida. Yahweh merecia esse temor e reverência, bem como absoluta obediência (ver Deu. 4.10; 5.29; 6.3,13). Quanto à vida como decorrência da observância da lei, ver Deu. 5.33 e 6.2. Ver também Deu. 4.1.

"Em certo sentido, a religião começa de novo com toda criança que nasce neste mundo. Os valores morais e espirituais do gênero humano nunca são transmitidos de modo automático. Para a maioria dos homens, a religião primeiramente deriva-se de alguma autoridade, e somente *mais* tarde é sondada pela razão e pela experiência. A primeira e mais duradoura autoridade eficaz é a de um pai. Quando uma criança indaga: 'Qual é a significação...?' ela seguirá com escolha inteligente ou *decisão resoluta*, somente se seus pais tiverem conhecido e valorizado, eles mesmos, essa significação" (Henry H. Shires, *in loc.*).

Cf. Sal. 34.9,10. "A guarda da lei de Yahweh, por parte de Israel, como uma nação que habitava a terra que lhes fora dada, era a causa final de sua existência nacional. Esse fato fundamental nunca deve ser esquecido" (Ellicott, *in loc.*).

6.25

Será por nós justiça. A retidão de Israel não era algum item de feitura humana. Havia o poder divino por trás dela. Fora proporcionada a eles por revelação divina e estava preservada nas Sagradas Escrituras; tinha sido implantada no coração deles. Essa retidão, baseada na guarda da lei, dava vida e bem-estar. Mas essa retidão torna-se nossa quando nos apropriamos da provisão divina. É dessa forma que cooperam a vontade divina e a vontade humana.

O judaísmo posterior interpretava essa retidão como: "Ela será lançada em nossa conta no mundo vindouro". Logo, eles insuflavam a vida eterna nessa questão, posto que de maneira indevida, conforme Paulo nos mostrou em suas epístolas. Ver Rom. 3.21: "Mas agora, sem lei, se manifestou a justiça de Deus...".

Essa justiça, derivada da observância da lei, tinha de estar condicionada ao amor (vs. 5), pois é o amor que sintetiza e dá impulso à lei. Paulo descobriu a lei superior do amor de Cristo, expressa em Sua missão salvatícia, que suplantou o tipo de noções que os israelitas posteriores injetaram na legislação mosaica. Ver Gál. 3.21 e seu contexto geral.

Capítulo Sete

Ordenada a Destruição dos Cananeus e Seus Ídolos (7.1-26)

Neste ponto, o autor sacro justifica a violência que estava prestes a ocorrer. Yahweh assim tinha ordenado. A taça da iniqüidade dos habitantes cananeus da Terra Prometida (as sete nações, ver Êxo. 33.2 e Deu. 7.1) finalmente estava cheia, tal como Yahweh havia dito a Abraão que finalmente aconteceria (ver Gên. 15.16). Quando isso, por fim, sucedesse, aqueles ímpios idólatras haveriam de perder sua vida e suas terras. Israel tomaria conta da

Terra Prometida; mas, com o tempo, sofreria o mesmo castigo, e pelas mesmas razões. Resultado? Os cativeiros. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Cativeiro (Cativeiros)*.

Foi dado um sumário das responsabilidades de Israel no tocante à lei — a obediência e a dedicação ao Yahwismo. Agora a atenção de Israel voltava-se para a questão da possessão da terra, onde princípios justos deveriam ser postos em ação. Moisés destacou três assuntos principais: 1. Os pagãos que moravam na terra de Canaã e a destruição deles, determinada por Yahweh (vss. 1-5). 2. A razão para a posição favorecida de Israel (vss. 6-16). 3. O poder de Deus que espanta o temor e encoraja os homens para as tarefas dadas pelo Senhor (vss. 17-26).

A guerra santa estava baseada em um temor justificado de que as nações corrompidas, que então habitavam na Terra Prometida, poderiam infectar Israel e reduzir essa nação a outro povo pagão e idólatra. Esse temor era justificado; esse temor previa exatamente o que acabou acontecendo.

7.1

Muitas nações. Eram, ao todo, sete nações, mais poderosas do que Israel, que tinham de ser expulsas, antes que a terra fosse ocupada com sucesso pelos hebreus. Há uma lista dessas nações, com comentários, nas notas sobre Êxo. 33.2. Ver a esse respeito no *Dicionário*. Não repito aqui detalhes. O trecho de Êxo. 3.17 lista seis dessas nações, deixando de fora os *girgaseus*, os quais, tal como se dava com os heteus, os amorreus e os jebuseus, descendiam de Canaã (ver Gên. 10.15,16). Ver Êxo. 3.7, quanto a idéias adicionais. Algumas vezes, o vocábulo cananeus representa todos os povos que viviam na terra de Canaã, como também o termo amorreus, em Gên. 15.16. Não *fosse a intervenção de Yahweh* nas batalhas, e a tarefa seria simplesmente impossível. Mas as Escrituras mostram que, devido à Sua intervenção, a tarefa foi devidamente cumprida.

"Quanto ao número eles eram superiores, e também mais vigorosos fisicamente, alguns deles dotados de estatura gigantesca. Nos dias de Abraão havia dez dessas nações, mas três delas tinham sido absorvidas pelas demais, a saber, os queneus, os queneseus e os refains" (John Gill, *in loc.*).

7.2

Totalmente as destruirás; não farás com elas aliança; nem terás piedade delas. Essas eram ordens terríveis. Foi determinado um completo *aniquilamento.*

A Justificação da Matança. Consideremos estes pontos:

1. Os povos, em sua grande iniqüidade, já tinham sido sentenciados por Deus (ver Gên. 15.16; Deu. 9.4,5). Deus pode estar por trás das guerras santas e dos desastres naturais que destroem os povos.
2. A depravação moral precisa colher seus maus resultados, em consonância com a *Lei Moral da Colheita Segundo a Semeadura* (ver a respeito no *Dicionário*). Referências literárias e a arqueologia têm demonstrado a grande iniqüidade dos povos que foram expulsos por Israel.
3. A maioria daqueles povos tinham-se apossado daqueles territórios mediante invasões armadas, e viviam em constantes guerras entre si, com o resultado de suas fronteiras viverem sendo alteradas com ganhos e perdas de terras. Portanto, o que estava acontecendo com Israel não constituía nenhuma novidade.
4. Esses povos mostravam-se hostis a Deus (Deu. 7.10). Mas, se eles se arrependessem, teriam suas terras. A prova de que não se tinham arrependido é que foram expulsos dali.
5. Aquelas nações eram como um câncer moral que acabaria contaminando Israel, se permanecessem residindo no território. A história subseqüente mostra que isso aconteceu com Israel, que finalmente foi removido da Terra Prometida, mediante os cativeiros. Ver Deu. 20.17,18; Núm. 33.55; Jos. 23.12,13, quanto à maldade contaminadora daqueles povos.
6. Idéias falsas têm sido apresentadas, como aquela que diz que as crianças cananéias na verdade foram beneficiadas por haverem sido mortas, visto que isso aconteceu antes de terem atingido a idade da responsabilidade, o que significa que a alma delas foi salva. Ver no *Dicionário* o artigo *Infantes, Morte e Salvação dos*, que examina esse problema. A "idade da responsabilidade" não é uma doutrina bíblica, nem temos aí um bom raciocínio, conforme o citado artigo demonstra.
7. Uma idéia melhor consiste em dizer que Cristo teve uma missão salvatícia no hades, que ocorre após a morte biológica das pessoas, oferecendo-lhes uma segunda oportunidade de serem salvas (I Ped. 3.1). Ver na Enciclopédia de Bíblia, *Teologia e Filosofia* o verbete chamado *Descida de Cristo ao Hades.*

Os críticos, por outra parte, supõem que todos esses raciocínios sirvam apenas para desculpar Israel quanto à sua brutalidade e matanças, e que nunca poderemos justificar nenhuma matança em massa. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Guerra*, e, na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, o artigo intitulado *Critérios de uma Guerra Justa.*

7.3

Nem contrairás matrimônio. Os israelitas não podiam mesclar-se com os cananeus. Paulo advertiu contra o poder corruptor de um jugo desigual (ver II Cor. 6.14 ss.), tendo falado sobre o fato de que um pouco de fermento leveda a massa inteira (ver I Cor. 5.6). Os cananeus estavam sendo julgados por causa da iniqüidade deles. Casamentos mistos não somente corromperiam o povo de Israel, mas também encerrariam os israelitas em um mesmo pacote com os pagãos, e em breve o juízo divino aniquilaria as massas, Israel inclusive. Com a passagem dos séculos, os israelitas foram proibidos até de manter relações sociais com os povos pagãos, e não somente de celebrar casamentos mistos. Esse foi o motivo da sobrevivência do judaísmo em um mundo hostil. A fé espiritual deles fluiu rápida e profundamente, por estar confinada dentro de corredores estreitos.

O *Targum de Jonathan* afirma que aquele que se casava com um pagão casava-se com seus ídolos; e quase sempre assim acontecia. A relação matrimonial exerce grande poder para elevar moralmente ou para degradar. Quanto à idéia do *jugo desigual*, ver o artigo chamado *Separação do Crente*, em seu ponto quarto, na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia.*

7.4

Elas fariam desviar teus filhos de mim. Uma das maneiras mais eficazes de promover a *idolatria (*ver no *Dicionário)* consistia em casamentos mistos com povos idólatras. Não demorou muito tempo, depois que essa proibição foi baixada, para que Israel recebesse um notável exemplo disso, com uma praga subseqüente que matou vinte e quatro mil pessoas (ver o capítulo 25 de Números). Não havia nenhuma razão para supor que as coisas seriam diferentes disso, meramente porque Israel se tinha mudado da Transjordânia para a parte ocidental da Palestina. Conforme declarou Sêneca, eles podiam ter passado por uma *mudança de ambiente, mas não mudança de coração.* Também houve o exemplo posterior de Salomão, o qual, embora tenha sido o homem mais sábio dos homens, não foi capaz de resistir à corrupção introduzida em sua vida pelas suas muitas esposas, incluindo a idolatria. Ver I Reis 11.1-3, bem como o décimo primeiro ponto do artigo sobre *Salomão*, no *Dicionário*, quanto a completos detalhes.

7.5

Derrubareis os seus altares. Todos os vestígios da idolatria precisavam ser eliminados: 1. Primeiro, os próprios idólatras; 2. então os seus altares (ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Altar*). 3. A destruição completa das imagens, para que algum israelita não fosse tentado a continuar as práticas idólatras em segredo. Muitos deuses pagãos eram conhecidos por suas imagens. Ver no *Dicionário* o artigo *Deuses Falsos*. Algum hebreu insensato poderia querer invocar algum ídolo, se fosse dotado de coração supersticioso. Maomé destruiu de modo sistemático as imagens, enquanto suas tropas avançavam em suas conquistas, como meio de impor sua forma de fé monoteísta. 4. Depois os bosques sagrados nos lugares altos tiveram de ser derrubados. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Lugares Altos*. 5. Finalmente, todas as *imagens de escultura* foram obliteradas. Eram ídolos esculpidos na pedra ou em metais, em vez de serem fundidos em moldes, feitos de metal.

Imagens de escultura. Há também menção a *colunas* e *postes-ídolos*. Alguns desses objetos eram feitos de madeira, outros de pedra, e outros de metais. Cf. Deu. 12.3 e Êxodo 23.24. Ver também Êxo. 34.11-15 e Deu. 12.2,3.

Todos os objetos dessa natureza eram destruídos a fogo. Yahweh era honrado mediante tais obliterações. O termo hebraico usado no segundo versículo deste capítulo, que indica tal destruição, é *hrm*, a "maldição" ou "banimento", que indicava algo devotado a ser destruído como holocausto a Yahweh. Ver os atos de Davi, em I Crô. 14.12 e também Isa. 37.19.

7.6

Porque tu és povo santo ao Senhor. Este versículo repete essencialmente a mensagem de Deu. 4.6. Israel foi separado como um povo especial para Deus, dotado de sabedoria superior, por meio da lei. A grandeza espiritual de Israel derivava-se diretamente de suas ligações leais com Yahweh. Os filhos de Israel nunca tiveram destaque nas artes, nas ciências, na técnica; mas eram possuidores de uma sabedoria espiritual sem sucedâneo. Israel tornou-se o instrumento para o avanço da causa espiritual entre as nações; e essa instrumentalidade teve *fruição* na vinda do Messias, para quem as Escrituras e instituições de Israel apontavam.

O seu povo próprio. Algumas versões dizem aqui "povo especial". Ver Deu. 14.2; 26.18; Sal. 135.4; Mal. 3.17. Cf. Êxo. 19.5, quanto a Israel como "possessão" de Deus. A tradução em Mal. 3.17 é "jóias", de acordo com algumas traduções. Nossa versão portuguesa diz "particular tesouro". Sim, o povo de Israel representa as "jóias entesouradas" de Yahweh. Ver I Ped. 2.9 quanto ao uso que o Novo Testamento faz deste versículo: "povo de propriedade exclusiva de Deus".

GUERRA SANTA

E o Senhor teu Deus as tiver dado diante de ti, para as ferir, totalmente as destruirá; não farás com elas aliança, nem terás piedade delas.
Derrubareis os seus altares, quebrareis as suas colunas, cortareis os seus postes-ídolos, e queimareis a fogo as suas imagens de escultura.

Deuteronômio 7.2,5

O COMANDANTE SANGUINÁRIO

Não é mau. Que toquem.
Que os canhões estrondem
E os aviões bombardeiem,
Proferindo suas prodigiosas blasfêmias.
Não é mau, é chegado o tempo.
A maior violência ainda é o comandante para
Gerar valores neste mundo.
Quem se lembraria o rosto de Helena,
Se lhe faltasse o terrível halo de lanças?

***

Não choreis, deixai-os tocar,
A velha violência não é antiga demais
Para não gerar novos valores.

Robinson Jeffers

7.7

Não vos teve o Senhor afeição. O autor sacro explica aqui as razões pelas quais Deus escolhera Israel: 1. Não por serem mais numerosos ou mais poderosos do que outros povos; 2. mas por causa do amor de Deus que o Senhor nutria por eles, devido à vontade soberana e à graça de Deus; 3. por causa do *juramento* que Yahweh havia jurado a seus antepassados, que tinham sido escolhidos como veículos de uma nação nova, melhor e separada (vs. 8). 4. por causa do *Pacto Abraâmico* (ver as notas a respeito em Gên. 15.18), segundo se vê também no nono versículo deste capítulo; 5. e, finalmente, por causa da *obediência* às suas leis, por parte dos antepassados, e, conforme Deus esperava, também por aquela geração e as próximas, o que os tornaria um povo distinto de outras nações.

A graça da eleição manifestou-se na escolha do povo de Israel, segundo aprendemos no capítulo 9 de Romanos. A vontade soberana de Deus achava-se presente, visando a propósitos especiais. Israel haveria de tornar-se um instrumento da vontade divina, tendo em mira o bem de todos os povos. Isso se daria especialmente no caso de Jesus, Filho de Davi, filho de Abraão. Todas as nações e povos participariam, desse modo, desse propósito espiritual. E assim, em um sentido muito importante, todas as nações foram escolhidas em Israel, pois "Deus amou o mundo de tal maneira" (João 3.16). Em conseqüência, a escolha de Deus foi, ao mesmo tempo, *sábia e benévola*, e isso em um sentido universal. Deus escolheu as coisas fracas (ver I Cor. 1.26-31).

O primeiro versículo deste capítulo já tinha enfatizado que as sete nações da terra de Canaã eram mais numerosas e poderosas do que Israel. Mas Deus não estava interessado em números e em poder físico.

7.8

Porque o Senhor vos amava. Essa é a maior força que existe à face da Terra, e o amor divino é irresistível. Ver sobre esse assunto no *Dicionário*, como também as notas adicionais em Deu. 6.5, onde aos israelitas foi ordenado que amassem seus semelhantes como Deus ama. Deus "amou o mundo de tal maneira", mas antes de tudo amou a Israel, para que os hebreus se tornassem o instrumento de Sua graça. O amor expressa-se em sua atitude de doação, e não se altera quando o objeto amado muda. Os propósitos de Deus, em Seu amor, não sofrem variação; de outro modo, o Seu propósito quanto a Israel teria falhado, muito antes da vinda do Messias. "Em última análise, esse amor divino é um mistério, visto não ser motivado por nenhum fator de excelência naquela nação" (Jack S. Deere, *in loc.*). No que toca ao *juramento* de Deus, ver Gên. 26.3; 50.24; Êxo. 13.5; Núm. 14.6; Deu. 1.8; 8.18.

Amor divino, maior que todo amor,
Alegria celeste, que à
Terra desceu.
Fixo em nós com infinito ardor;
Que a Tua misericórdia incandesceu.

(Charles Wesley)

Resultado Prático do Amor e do Juramento Divino. Israel, antes escravizado no Egito, foi libertado, um tema repisado por cerca de vinte vezes no Deuteronômio. Ver as notas sobre isso em Deu. 4.20. Outro fato foi a outorga da Terra Prometida a eles. E, finalmente, o fato de que se tornaram uma nação privilegiada acima de todos os demais povos da terra.

7.9

Deus... que guarda a aliança e a misericórdia. Deus havia jurado fidelidade ao Pacto que firmara com Abraão e com todos os pais da nação de Israel. Agora esse amor era protestado a Moisés e a Josué. Todavia, o pacto estava condicionado à obediência e ao amor de Israel a Yahweh (6.5). Essas condições, contudo, tiveram cumprimento porque o próprio Yahweh havia arranjado as circunstâncias e os poderes que permitiram o cumprimento delas. O próprio dom trazia embutido em si os *meios* que levariam a seu cumprimento. Haveria disciplina e espiritualidade suficientes para que todas as condições fossem satisfeitas. Diz um antigo hino: "Ele me guiou e me seguiu". É o que também sucede ao crente do Novo Testamento, conforme Pedro esclarece em II Ped. 1.3: "... pelo seu divino poder nos têm sido doadas todas as cousas que conduzem à vida e à piedade...". Desse modo, a vontade divina e a vontade humana cooperam uma com a outra.

Guarda. No hebraico temos a palavra *hesedh*, um termo que aponta para as *obrigações* que fazem parte do pacto. Israel quebrou a lei; eles anularam o pacto em várias oportunidades; mas o propósito divino ficou de pé, e, finalmente, o Messias coroou o Pacto com a graça, o poder e a universalidade (ver o terceiro capítulo de Gálatas).

A *obediência* está condicionada pelo amor. Quem ama, obedece verdadeira e continuamente. O senso de dever nunca é suficiente para tanto. Deve haver aquela motivação interior criada pelo amor, se o senso de dever tiver de mostrar-se *eficaz*. O amor é uma qualidade espiritual, cultivada pelo Espírito Santo (Gál. 5.22). O amor sempre encabeça as listas de virtudes espirituais do apóstolo Paulo. O amor resulta em crescimento espiritual, havendo meios que encorajam e coroam nesse crescimento. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Desenvolvimento Espiritual, Meios do*. Aquele que não cultiva o amor continua preso aos seus ódios caprichosos. O ódio, mesmo que seja tolo e caprichoso, pode ser causa de muita confusão e destruição. Mas o amor edifica.

Até mil gerações. Em outras palavras, "para sempre". Ver Êxo. 29.42 e 31.16, quanto à expressão "por vossas gerações". Ver acerca dos estatutos perpétuos nas notas sobre Êxo. 20.6; 29.42; 31.16; Lev. 3.17 e 17.29.

7.10

E dá o pago diretamente aos que o odeiam. Aqueles que pagam a Deus o bem com o mal, recebem juízo divino, em consonância com o tema desta passagem, o que resulta em uma devastadora destruição. O ódio destrói "diretamente", ou seja, de modo direto e óbvio, de modo que nenhum homem poderia duvidar de que o poder de Deus era a causa da destruição.

O *ódio* é uma poderosa força negativa. Aqueles que mexem com os casos de possessão demoníaca dizem-nos que tal possessão é quase impossível se no coração da vítima não houver o ódio, o qual cria condições favoráveis para a sua ocorrência. Aquele que odeia torna-se autodestrutivo, porquanto a *fonte* do ódio é logo a sua primeira vítima. Nesta passagem, o ódio assume a forma de negligência e rejeição voluntária do amor e da obediência, em relação ao amor de Deus e à própria pessoa de Yahweh. Os Targuns explicam que a expressão hebraica traduzida aqui por "diretamente" significa, entre outras coisas, "dentro daquela mesma geração". Em outras palavras, o ódio produz uma destruição "imediata". Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Ódio e Odium Theologicum*, que é aquela variedade de ódio que obtém acesso ao coração do homem supostamente espiritual, e que o leva a atos destrutivos dentro da própria Igreja. Esse tipo de ódio é mascarado para que pareça uma "defesa da fé".

7.11

A *repetição* fazia parte integrante do estilo literário do autor sagrado, pelo que este versículo repete coisas que já tínhamos visto antes. A *tripla* designação da lei de Moisés é aqui repetida: mandamentos, estatutos e juízos. Ver as notas a esse respeito em Deu. 6.1, onde há referências a outros lugares onde ocorre essa mesma designação. Este versículo nos relembra do fato óbvio, mas vital, de que não bastam o conhecimento e o ensino, pois é mister que a instrução seja posta *em prática*. Ver Tia. 2.14 ss. quanto a um extenso comentário sobre esse princípio espiritual.

7.12

Neste versículo são repetidas as *condições* do pacto. Israel precisava corresponder ao amor de Yahweh, com amor (ver Deu. 6.5). Diante do precioso dom da lei, Israel deveria reagir favoravelmente com sua obediência. Israel precisava reagir conforme Abraão tinha feito, se quisesse *beneficiar-se* das promessas de Deus. Não bastava que alguém fosse descendente físico de Abraão. Era mister que esse alguém também fosse um descendente *espiritual* de Abraão. João Batista frisou esse fato em Lucas 3.8. Paulo reitera a questão em Romanos, nos seus capítulos 2 e 11. Até uma pedra podia ser transformada em um filho físico de Abraão. Mas uma obra fiel é obra eterna do Espírito Santo.

Este versículo sumaria a essência dos versículos 12 a 16. A *obediência* exibe o amor relativo ao pacto, tornando esse pacto uma realidade. Deus não podia abandonar o Seu pacto, firmado com os pais (vss. 8 e 13 deste capítulo), mas os participantes do pacto deveriam cultivar o seu relacionamento com Deus mediante o poder divino.

7.13,14

Bendito serás mais do que todos os povos. Temos aqui uma múltipla descrição das bênçãos dadas aos obedientes, aqueles que são amados por Yahweh e que O amam (ver Deu. 6.5). Mas as bênçãos prometidas são todas elas bênçãos espirituais, necessárias para a vida física de Israel, depois de os hebreus terem entrado na Terra Prometida. Assim, temos aqui promessas como a da multiplicação dos filhos de Israel, tornando-se eles um povo numeroso e poderoso, pois os filhos eram considerados uma herança dada por Deus (Sal. 127.3-5). Também haveria grande sucesso em todas as atividades *agrícolas*, para sustento da vida física do povo; coisas boas seriam providas para todos; haveria muito êxito na *criação de gado*; os animais multiplicar-se-iam e seriam saudáveis. E não haveria esterilidade entre as mulheres e o gado em Israel.

É conspícua, por sua ausência, qualquer menção à bênção *superior* da vida eterna, para além-túmulo. O Pentateuco não expõe nenhuma doutrina da imortalidade da alma, que foi produto do desenvolvimento do judaísmo posterior, a come-

çar no período dos Salmos e dos Profetas. No Pentateuco só há indícios da doutrina da alma em raros momentos, como no ensino de que o homem foi criado à imagem de Deus (ver Gên. 1.26,27), ou quando se lê que Deus é o Deus dos espíritos (em Núm. 16.22 — nossa versão portuguesa, porém, oculta isso ao traduzir por "Deus, Autor e Conservador de toda vida"). Tais indícios, porém, somente mais tarde vieram a desenvolver-se em doutrinas mais explícitas, e somente no Novo Testamento elas atingem um estágio realmente claro. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Alma*, e, na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, ver o verbete intitulado *Imortalidade*.

7.15

Afastará de ti toda enfermidade. Uma bênção adicional para os que obedeciam aos preceitos da lei era a isenção de enfermidades físicas, como aquelas que eram comuns no Egito. Ver Deu. 11.8-25 quanto a uma declaração bíblica mais elaborada sobre as muitas bênçãos que uma obediente nação de Israel haveria de desfrutar.

"Ele é quem... sara todas as tuas enfermidades" (Sal. 103.3). Os remédios ajudam na cura das doenças do corpo, sendo esse um dos dons de Deus aos homens. Uma injeção de penicilina pode curar quase instantaneamente certos casos de infecção, quando nossas fracas orações produzem pouco ou nenhum resultado. Mas *algumas vezes* Deus intervém, provendo curas miraculosas, no nível do espírito ou do corpo físico. Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* os artigos intitulados *Cura e Curas pela Fé*. Deus espera que os homens pesquisem e façam descobertas relativas à cura. Isso faz parte do desenvolvimento da humanidade. Toda forma de conhecimento legítimo tem a sua importância, e o homem deve buscar esse tipo de conhecimento. Se Deus realizasse milagres a cada instância, isso furtaria o homem de parte de seu desenvolvimento necessário. É mais importante que desenvolvamos nossas capacidades e nosso conhecimento do que sermos aliviados instantaneamente de alguma dor de cabeça produzida pela sinusite. Mas os *infantes* espirituais pensam que precisam de milagres divinos para resolver qualquer pequena dificuldade. Na maior parte das vezes, contudo, Deus nos permite resolver os nossos próprios problemas, mediante nossos esforços pessoais, porquanto desse modo podemos crescer. Um infante espiritual goza de muita excitação emocional, mas é deficiente quanto ao desenvolvimento espiritual. Cumpre-nos adicionar o conhecimento à nossa fé, bem como cultivar as virtudes (ver II Ped. 1.5). Por outro lado, é lindo ver como, ocasionalmente, Deus faz intervenção, produzindo curas físicas e restaurando a saúde dos enfermos.

Lembro-me de certa cena ocorrida em Manaus, Amazonas, quando alguns missionários evangélicos puseram-se a orar em voz alta e fervorosa, em favor da cura de uma missionária em cuja cabeça tinham aparecido furúnculos muito dolorosos. Mas os furúnculos continuaram a crescer. Então os mesmos missionários chamaram outra missionária, que também era *enfermeira*. Ela aplicou na doente algumas injeções de penicilina, e os furúnculos desapareceram quase imediatamente, ou, como poder-se-ia dizer, miraculosamente. Foi uma lição que nunca pude esquecer. Deus estava naquelas injeções. Deus acha-se no conhecimento legítimo. O homem precisa crescer, e não meramente ser entretido por milagres.

Curiosamente, uma das enfermidades do Egito eram os furúnculos (ver Êxo. 15.26, quanto a um versículo parecido com este).

7.16

A *repetição* é uma das características literárias do autor sagrado do Pentateuco. Temos aqui uma repetição de elementos que já vimos por várias vezes. Israel deveria "consumir" os habitantes cananeus da Terra Prometida, isto é, "destruir totalmente" (ver o segundo versículo deste capítulo). Também não deveria haver "piedade" para com aquelas antigas populações, ninguém deveria ser poupado, e os israelitas foram proibidos de entrar em acordos com elas (vss. 2-4). Antes, Israel deveria destruir todos os vestígios de idolatria (vs. 5), para que nada disso viesse a tornar-se "armadilhas" para eles. Cf. Êxo. 34.12-14. E o resultado dessas medidas seria uma bênção plena para Israel (vss. 13-15).

7.17

Se disseres no teu coração. As emoções e as intenções da alma poderiam florescer sob a forma de covardia. Eles poderiam temer, tal como fizera a geração anterior de hebreus, que as mulheres e as crianças viessem a tornar-se presas dos gigantes (ver Núm. 14.3).

Como poderei desapossá-las? O temor poderia fazer o povo estacar de novo nas fronteiras da Terra Prometida, conforme a geração anterior tinha feito, quarenta anos antes. Disso resultaria outro lamentável recuo. O primeiro desses incidentes é relatado em Núm. 13.33 e 14.1 ss. Os filhos de Israel agora tinham de concentrar sua atenção no poder de Yahweh, em vez de olharem para suas próprias debilidades. Havia sete nações na terra de Canaã, que eram mais numerosas e mais fortes do que eles, esperando por uma aventura militar (ver Deu. 7.1).

7.18,19

Lembrar-te-ás do que o Senhor teu Deus fez. Na época, o Egito era a maior potência militar do mundo. E, no entanto, o Senhor derrotara os egípcios. Os habitantes da terra de Canaã, embora formassem sete nações, não constituíam um obstáculo maior do que o Egito, diante do poder de Yahweh. Ver Núm. 23.22 sobre como o poder de Deus arrancara o povo de Israel da servidão, no Egito. Esse é um tema bastante reiterado neste livro. Ver Deu. 4.20 e suas notas expositivas.

No Egito, Israel encontrava-se cativo e não dispunha de exército organizado. Desde então suas defesas militares se tinham aprimorado imensamente. Eles já tinham obtido diversos triunfos militares na Transjordânia. De fato, as tribos de Rúben e Gade, e a meia tribo de Manassés, já possuíam aquela parte oriental do rio Jordão que seria parte integrante da herança territorial de Israel. Ver o capítulo 32 de Números quanto a essa questão. Se a parte *oriental* havia sido conquistada pelos hebreus, sem dúvida outro tanto sucederia com a parte *ocidental* (ver Deu. 6.22 e suas notas expositivas). A poderosa *mão* de Deus movera-se em favor dos filhos de Israel (ver Deu. 6.21), o *braço estendido* de Yahweh (ver Êxo. 6.6; Deu. 4.34 e 5.15), que tinha feito intervenção e dado a vitória a Israel. Os mesmos poderes divinos haviam atuado no passado eram agora postos à disposição dos israelitas, garantindo-lhes a vitória em todas as suas investidas. Yahweh não tinha alterado os Seus propósitos nem o Seu poder havia diminuído.

7.20

Vespões. Talvez devamos entender isto metaforicamente. O fato é que os inimigos de Israel *temeriam* se ouvissem falar no avanço dos israelitas, e ficariam perturbados. O inseto aqui em pauta é um inseto parecido com a vespa, mas com o dobro do tamanho, muito agressivo e venenoso. Ver Êxo. 23.28 e Jos. 24.12. Os intérpretes judeus sugerem aqui toda espécie de idéia: vespas literais, temor, confusão mental diante dos adversários, enfermidades várias ou desastres naturais. Quanto ao *temor* que os adversários teriam de Israel, ver Êxo. 15.15; Núm. 22.3; Jos. 2.9-11; 5.1 e 9.24. O inimigo fugiria em debandada, e os que ficassem para trás tentariam esconder-se dos soldados israelitas.

7.21

Não te espantes diante deles. Pelo contrário, o inimigo é que temeria e fugiria em confusão. Assim sendo, seria impróprio aos vencedores ficar com medo. Yahweh, o Eterno, que também é Elohim, o Todo-poderoso, mostrar-se-ia "grande e temível" para os adversários de Israel, um poder grande e destruidor. Ele "combateria" por eles, conforme a promessa de Deu. 1.30. O resultado da batalha estava garantido de antemão, porque Deus tinha tomado todas as providências necessárias. Tudo quanto Israel precisava fazer era avançar, confiando nas promessas do Senhor, efetuando o esforço que se fizesse mister para estar no lugar certo, no tempo certo. Oh, Senhor, concede-nos tal graça!

7.22

Deus lançará fora estas nações. Os israelitas conquistariam os povos cananeus pouco a pouco, entrando na posse da Terra Prometida apenas gradualmente. Eles avançariam, conquistariam e se apossariam, repetindo o mesmo processo. O trecho de Juízes 2.20-23 lamenta uma conquista feita apenas parcialmente, atribuindo-a à desobediência dos hebreus. Somente nos dias de Davi completou-se a conquista, e mesmo assim ainda ficaram faltando alguns territórios que tinham sido prometidos a Abraão. Até hoje, Israel nunca entrou na posse total das terras que Deus lhes deu, até o rio do Egito (o rio Nilo), nem mesmo até o ribeiro do Egito, mais ao norte. Ver Gên. 15.18 e Núm. 34.5. Cf. Êxo. 23.29,30. O texto diz que a conquista não se processaria no espaço de um ano. Em ambos os textos, é mencionado o problema dos animais ferozes. Uma terra desolada, espaçosa demais para um número relativamente pequeno de habitantes, serviria somente para encorajar a multiplicação de feras; e isso criaria uma espécie diferente de ameaça ao bem-estar dos filhos de Israel. O Targum de Jonathan fala sobre como as feras vinham devorar as carcaças dos adversários de Israel, o que deve ter servido para atiçar a selvageria dessas feras. Alguns estudiosos calculam que a conquista da Terra Prometida se tenha prolongado por sete anos. Os críticos, por sua vez, supõem que tenha havido várias ondas de invasão, durante um considerável período de tempo, idéia essa que serve somente para reduzir o conteúdo miraculoso da conquista. Seja como for, a expulsão dos adversários de Israel dependia do decreto divino. Cada nação perderia seu respectivo território quando o tempo estivesse maduro, e não antes.

7.23,24

Os seus reis. "Esses reis eram numerosos, pois, embora houvesse apenas sete nações cananéias, havia muitos reis, ou seja, nada menos de trinta e um, segundo se vê em Jos. 12.9-24" (John Gill, *in loc.*). A *liderança* dos povos cananeus seria aniquilada, e isso facilitaria imensamente a conquista.

Até que os destruas. Um aniquilamento completo dos inimigos de Israel era a ordem do dia. Estava em curso uma guerra santa, determinada por Yahweh. Ver as razões para isso nas notas sobre Deu. 7.2, onde são apresentados sete motivos. A conquista seria gradual, mas com resultados devastadores. O capítulo 12 do livro de Josué fornece-nos uma ilustração do *modus operandi* da conquista. Ver Jos. 1.5, quanto a um versículo essencial igual a este. Tudo quanto fora predito teve cabal cumprimento.

7.25

As imagens de escultura. A idolatria precisava ser obliterada, conforme vemos com maiores detalhes em Deu. 7.5, cujas notas expositivas devem ser consultadas. Visto que Israel usualmente se apossasse das coisas (embora todas as pessoas fossem mortas, ver Núm. 31.50 ss.), alguns estudiosos crêem que o ouro e a prata aqui mencionados fossem os metais usados para adornar os ídolos, ou mesmo o material de que esses ídolos tinham sido fabricados, o que vedava tais metais para uso de Israel. Mas há aqueles que pensam estar em pauta o pecado de cobiça de Acã (ver o capítulo 7 do livro de Josué). Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Ganância*. Quanto aos metais relacionados à feitura de ídolos, ver Eze. 16.16-18 e Jer. 10.9. Por isso mesmo, John Gill (*in loc.*) comentou: "(Estavam banidos) não somente os ídolos propriamente ditos, que tinham tomado o lugar de Deus, e que, portanto, diminuíam Sua honra e glória, mas também o ouro e a prata de que eram formados, que haviam sido consagrados a um uso idólatra e supersticioso. Até mesmo a apropriação desse metal, para uso de algum homem, seria uma abominação".

7.26

Não meterás, pois, cousa abominável em tua casa. Qualquer forma e vestígio de idolatria era uma coisa maldita. Qualquer metal ou outro adorno relacionado à idolatria era uma abominação. Por essa razão, nenhum israelita podia tomar dessas coisas para sua posse, como se fizesse parte de seus despojos. O termo "abominação" é usado com freqüência na Bíblia como sinônimo de idolatria. O Targum de Jonathan também interpreta esse adjetivo, "abominável", como menção a algum ídolo. Essas coisas tinham sido amaldiçoadas por Yahweh, e o indivíduo que ousasse introduzir um ídolo em sua residência sofreria a mesma maldição.

De todo a detestarás. Isso por tratar-se de um agente poluidor, que merecia apenas a maior aversão. Na qualidade de coisa maldita, um ídolo só podia ser devotado à destruição, e o indivíduo que trouxesse tal objeto para sua casa só mereceria compartilhar dessa destruição. Cf. Deu. 7.5. Ver também Deu. 6.14,15. Yahweh é um Deus zeloso que não admite nenhuma espécie de competição. Todo rival constitui um abuso espiritual. O temível *herem*, a maldição divina, pesava sobre qualquer forma de idolatria. Todo objeto dessa natureza tinha de ser destruído. Todos os objetos assim tornavam-se um *holocausto* oferecido a Yahweh. Cf. Jos. 6.21. Ver também Apo. 21.8.

Capítulo Oito

Advertências e Exortações (8.1—11.32)

Moisés ilustrou o seu *segundo discurso* com lições extraídas do passado (Deu. 8.1-10.11). Deus cuidara de Seu povo durante as rigorosas vagueações pelo deserto (8.1-10), e esses cuidados prosseguiriam, agora que eles de novo enfrentavam um grande conflito. Em meio ao sucesso, convinha que eles evitassem o orgulho que leva à autoglorificação, pois todo poder vem da parte de Yahweh (8.11-20). A liderança dada por Yahweh é que garantia todo o sucesso, e não os esforços humanos (9.1-6). Israel sempre mostrara ser um povo rebelde, e precisava fugir dessa atitude de rebeldia (9.7-23). Toda rebeldia, porém, sempre tivera seu merecido castigo, pelo que toda rebeldia devia ser evitada, a qualquer custo (9.24-29). Moisés tomou todas as providências para que os filhos de Israel não fossem ignorantes quanto a tudo isso. A história era uma grande mestra. Moisés apelou para a *memória* deles.

"Moisés avisou o povo que o sucesso que obteriam na terra de Canaã haveria de tentá-los a esquecer-se da lição do deserto, e que deveriam depender totalmente da misericórdia divina" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre este versículo).

8.1

"Este versículo introdutório lembrou os israelitas, uma vez mais, que os dons da vida e da fertilidade não tinham sido dados automaticamente aos que criam, mas eram subprodutos da obediência. As experiências no deserto tinham por desígnio produzir tanto a obediência quanto a fé, no povo de Israel. Aos hebreus foi recomendado que tivessem cuidado e seguissem todo mandato emanado de Deus" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Todos os mandamentos. Ou seja, a legislação mosaica inteira, com seus mandamentos, estatutos e juízos. Ver a *tríplice* designação dada à lei, em Deu. 6.1. Esperava-se que a lei transmitisse vida e bem-estar. Ver as notas sobre isso em Deu 4.1; 5.33 e 6.2. Os mandamentos "foram repetidos por muitas e muitas vezes, a fim de impressionar a mente dos filhos de Israel, como também destacar sua importância e necessidade" (John Gill, *in loc.*).

São reiteradas aqui as questões relativas à vida, à multiplicação e à possessão do território. Ver sobre isso nas notas em Deu.7.13, mais elaborada em suas descrições, embora a essência seja idêntica à que temos aqui.

Que o Senhor prometeu. Quanto ao juramento divino, garantindo para Israel a possessão da Terra Prometida, ver também Deu. 7.13 e suas notas. A provisão de uma terra pátria era uma das maiores provisões do Pacto Abraâmico. As notas a respeito aparecem em Gên. 15.18.

Sob juramento. Esse juramento tinha garantido o eventual cumprimento da promessa acerca da Terra Prometida. Ver sobre essa questão do juramento divino nas notas de Deu. 4.26. Há cerca de vinte instâncias desse juramento divino, somente no livro de Deuteronômio. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Juramentos*. Ver o sumário das *recomendações* feitas por Moisés em Deu. 10.12-22 e 11.22. O encargo propriamente dito é comentado em Deu. 6.4-19. Esse encargo foi dado, em sua essência, mediante a *lei*.

8.2

Recordar-te-ás. As *lições* dos quarenta anos de perambulações não podiam ser lançadas no olvido. Aqueles tinham sido anos rigorosos, que por muitas vezes impuseram necessidades e tensões; mas muitas lições preciosas haviam sido aprendidas pelos hebreus. Tinham sido tempos de provação, para ver se Israel *obedeceria* ou não a Yahweh. Houve momentos em que os israelitas foram humilhados, mas para o seu próprio bem. Cf. Deu. 1.34-39; 2.7,14; 5.3; 11.2-7 e II Crô. 32.31.

"A natureza transitória de todas as resoluções e impressões meramente humanas acerca do bem demonstra ao homem, quando este chega a reconhecer a si mesmo, qual é o poder e a paciência de seu Redentor, bem como qual o *custo moral* da redenção. A transitoriedade e a debilidade humana são notavelmente ilustradas pela história relatada no Êxodo" (Ellicott, *in loc.*).

8.3

Ele te humilhou. O maná (ver a respeito no *Dicionário*) pode ter parecido delicioso para os hebreus, no começo; mas, visto que era seu alimento constante e principal, não demorou a tornar-se *enjoativo*. O fato de que eles tiveram de continuar comendo um alimento enjoativo foi uma experiência humilhante. A humildade é uma qualidade espiritual que dificilmente se vê, e é muito difícil instilá-la nos seres humanos. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Humildade*.

A *lição espiritual* ensinada pelo maná era que o homem não pode achar satisfação nas coisas terrenas, incluindo-se nisso os alimentos, pois ele também precisa viver pela Palavra de Deus, ou seja, alimentar-se espiritualmente. Como é óbvio, o autor sagrado referiu-se aqui à lei inteira, com seus mandamentos, estatutos e juízos (ver as notas sobre isso em Deu. 6.1).

O *alimento* material é um dom de Deus, representando todas as demais bênçãos materiais, concedidas todas elas pela providência divina. Mas essas bênçãos materiais não bastam para a vida humana. É mister alimentar também o homem em sua dimensão espiritual; pois de outra sorte ficará verdadeiramente faminto.

"O interesse especial despertado por essas palavras deriva-se do uso que nosso Senhor fez delas, na hora da tentação. Ele também foi conduzido a jejuar por *quarenta dias* (um dia para cada ano das vagueações dos filhos de Israel pelo deserto), em que Ele se alimentou da Palavra de Deus. No fim daquele período, o diabo propôs que Ele criasse o Seu próprio pão. Mas Jesus já havia aprendido a lição que Israel demorou tanto a aprender. Assim, mesmo quando Deus Pai permitiu que Jesus padecesse fome, ainda assim, o Senhor recusou-se a viver por Sua própria palavra, mas preferiu a Palavra do Pai. 'E então vieram anjos, que O serviam'" (Ellicott, *in loc.*). Ver o relato em Mateus 4.1 ss., e a referência específica feita aqui por Moisés, ao trecho de Deuteronômio 8.3, no versículo seguinte a este.

Que tu não conheceste. Em outras palavras, o povo de Israel nunca entendeu realmente no que consistia o maná, razão por que o chamou de "maná", que é a transliteração para a pergunta, feita em hebraico, para "que é isto?" Ver Êxo. 16.15 e também Núm. 11.7,8.

"O homem espiritual vive a sua vida espiritual dependendo de Cristo, a Palavra de Deus, o pão do céu, e dependendo do evangelho e suas verdades" (John Gill, *in loc.*).

8.4

Nunca envelheceu a tua veste... nestes quarenta anos. A *provisão miraculosa* incluiu o corpo físico e as vestes. Israel foi posto sob circunstâncias e provações especiais, mas a providência divina mostrou estar à altura da crise. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Providência de Deus.*

"As dificuldades enfrentadas no deserto não foram um exemplo da ira de Deus, mas de Sua disciplina providencial" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

A intenção do autor sacro foi falar sobre os eventos miraculosos, que incluíram coisas surpreendentes como os pés que não incharam, apesar de que isso seria apenas o normal, pois andavam sobre um terreno quente e seco; por igual modo, as vestes dos filhos de Israel deveriam ter apodrecido, mas assim não sucedeu. Todavia, alguns intérpretes nada mais vêem aqui senão calçados e vestes muito bem-feitos, e de excelente material, que agüentaram todo o desgaste de quarenta anos de perambulações pelo deserto! Essa habilidade dos fabricantes garantiu que não houvesse roupas e sapatos rotos, nem pés inchados entre os israelitas no deserto! Não há que duvidar de que não foi esse o intuito do autor sagrado. É que os críticos buscam eliminar da Bíblia todo vestígio de fator miraculoso, e pensam que qualquer menção a esse fator é apenas mito. Por outro lado, os milagres podem fazer coisas deveras surpreendentes. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Milagres.*

Tipologia. Nossas vestes são símbolos de nossa retidão, nossas vestes espirituais que ganhamos por meio da missão redentora de Cristo. Os pés representam o cumprimento de nossa missão espiritual. Logo, Deus cuida de nossas necessidades materiais e espirituais. A providência divina é perfeita.

8.5

Assim te disciplina o Senhor. O *sofrimento* é aqui interpretado não como a retribuição da ira de Deus, mas como um meio de disciplina e correção de nosso Pai, visando ao bem dos crentes sofredores, porquanto somos Seus filhos. Cf. Osé. 11; Heb. 12.3-11. O sofrimento humilha os orgulhosos, para que possam obter virtudes espirituais. Os próprios juízos de Deus, acerca dos perdidos, são remediais. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Julgamento de Deus dos Homens Perdidos*, quanto a comentários sobre esse conceito, como também I Ped. 4.6 e suas notas expositivas no *Novo Testamento Interpretado.* O julgamento é apenas um dedo da mão amorosa de Deus. Esse juízo visa ao bem dos castigados, e não meramente efetuar retribuição.

"As narrativas sobre as durezas sofridas no deserto visavam a mostrar que Deus usa a adversidade como uma disciplina. Assim como um pai resiste ao filho que envereda por caminhos que o pai sabe serem perigosos, assim Deus resiste ao desvio espiritual" (Henry H. Shires, *in loc.*). Ver também Pro. 13.24.

8.6

Conforme nos ensina Paulo em Romanos 2.4, a bondade de Deus nos conduz ao arrependimento.

Quão grande devedor sou à graça,
Diariamente constrangido a tanto!
Que Tua bondade, como algemas,
Prenda meu coração
vagabundo, a Ti!

(Robert Robinson)

Houve muitos milagres positivos no meio do povo de Israel, que serviram de provas do amor de Deus. Pois essa disciplina e essas dificuldades redundavam no bem dos hebreus. A conclusão lógica é: *Portanto, guardai os mandamentos* do bondoso Deus, que tudo faz com vistas ao nosso benefício.

Para andares nos seus caminhos. Uma metáfora natural acerca da conduta diária. O ato de andar é uma série de quedas para a frente interrompidas. Por muitas vezes erramos; mas Deus nos corrige em Sua misericórdia. Ver no *Dicionário* o detalhado artigo intitulado *Andar*, onde essa metáfora é desenvolvida.

E o temeres. No Novo Testamento temos a idéia paralela da "reverência" a Deus. Mas no Antigo Testamento devemos pensar mesmo no temor genuíno diante do Deus Todo-poderoso, que algumas vezes agia com ira, a fim de corrigir o Seu povo antigo. Cf. Êxo. 18.21; Lev. 19.14; Deu. 4.10 e 6.2,13,24. "... o temor de ofendê-Lo, em afeto reverente a Ele, conforme os filhos devem a seu pai" (John Gill, *in loc.*).

8.7

... te faz entrar numa boa terra. A Terra Prometida é descrita como terra que manava *leite e mel* (ver Êxo. 3.8 e Núm. 13.27). Neste ponto, há menção ao abundante suprimento de água. Embora boa parte do território fosse desértico, havia água adequada para todos. A Transjordânia era especialmente privilegiada quanto a isso. A água é indispensável para a vida, pelo que a água representa a própria vida. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Água*, o qual descreve o suprimento de água da Palestina, além de mostrar os usos metafóricos desse vocábulo na Bíblia.

De ribeiros de águas, de fontes, de mananciais profundos. Assim sucedia no caso do rio Jordão e seus tributários, como o Jaboque, o Quisom, o Dedronk Chrith e outros; ou no caso de fontes, como Siloé, Geom, Tam, os banhos de Tiberíades e outros. E isso sem falar em poços e mananciais. Meu artigo chamado *Água* ilustra essa questão.

Quando os israelitas entraram na Terra Prometida, havia cerca de quatro milhões deles. Um bom suprimento de água era crítico para a sustentação deles em vida, como também para seus animais e para sua agricultura. Ver Núm. 1.46 e suas notas quanto a estimativas populacionais, com base nos mais de seiscentos mil homens, de vinte anos para cima, preparados para entrar na guerra, se necessário fosse.

8.8

Este e os dois versículos seguintes mostram que a Terra Prometida era conducente a uma boa atividade agrícola, podendo produzir vários tipos de cereais, de frutas e de outros alimentos necessários. "Ali havia duas colheitas anuais, a da cevada, que começava no tempo da Páscoa, e a do trigo, que começava no período da festa de Pentecoste. Exemplos dessa abundância podem ser observados nas vastas quantidades consumidas nos dias de Salomão, em sua corte, bem como na distribuição anual que ele mandava para Hirão, no Líbano (ver I Reis 4.22,28; 5.11; II Crô. 2.10). Sim, a Terra Prometida produzia uma tão grande quantidade de trigo que não somente seus habitantes eram bem supridos, mas também havia exportação para outros países, que os negociantes de Israel e de Judá comerciavam no mercado de Tiro (ver Eze. 27.17 e Atos 12.20)" (John Gill, *in loc.*).

Esse mesmo autor batista apresenta uma extensa nota com citações de antigos escritores judeus, que ilustram a abundância de frutas, e não somente de cereais. Ver Núm. 13.23 quanto às uvas. Israel enviava azeite ao Egito (*Echa Rabbati*, foi. 59.3). E também exportava mel natural e mel manufaturado (Plínio, *Hist. Nat.* 1.23 cap. 4). Josefo descreveu a grande produção obtida de certa variedade de palmeiras (*Guerras dos Judeus*, 1.4 cap. 8, sec. 2). Adam Clarke (*in loc.*) devotou quase duas páginas (de colunas duplas) somente a este versículo, ilustrando a veracidade da abundância atribuída à Terra Prometida.

Por Que Havia Tanta Abundância? Porque Yahweh abençoara o povo de Israel com uma terra farta, visto que tinha prometido isso a Abraão. Ver sobre o *Pacto Abraâmico* em Gên. 15.18 e suas notas. Mas a condição para o usufruto de toda essa abundância era a *obediência* (vss. 6 e 11 deste capítulo). Um Israel desobediente perdeu toda essa fartura quando de seus cativeiros. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Cativeiro (Cativeiros).*

"Ao Senhor pertence a terra e tudo o que nela se contém, o mundo e os que nele habitam" (Salmo 24.1).

8.9

Ferro... cobre... Temos aí menção aos minerais. Em sua terra, nada faltaria a Israel. O suprimento alimentar era abundante, e outro tanto se dava no caso dos minerais. Quanto a ilustrações, ver no *Dicionário* estes três verbetes: *Mina, Mineração; Minas e Minas do Rei Salomão.*

"O minério que contém esses dois metais acha-se na rocha abaixo da profunda camada de pedra calcária. Essa pedra calcária aparece na Arabá, ao sul do Mar Morto, onde têm sido descobertas antigas minas e fundições de cobre" (G. Ernest Wright, *in loc.*, que alude ao livro de Nelson Glueck, *The Other Side of Jordan*). Ver no *Dicionário* os verbetes intitulados *Ferro e Cobre*, onde há completas explicações.

8.10

Louvarás ao Senhor teu Deus. Isso em face do suprimento alimentar e mineral abundante, em reconhecimento à bondade de Yahweh. Deus é aqui reconhecido como a fonte de todos os dons bons e perfeitos (ver Tia. 1.17). Diz um antigo hino: "Gotas de misericórdia pingam à nossa volta, mas pedimos chuvas fortes". Que a Fonte originária de toda a bênção seja louvada.

Deus pode fazer-nos abundar em toda graça a fim de que, tendo sempre, em tudo, ampla suficiência, superabundeis em toda boa obra.

(II Coríntios 9.8)

"Foi proibido a todo homem desfrutar de qualquer das benesses deste mundo sem manifestar ação de graças; todo aquele que deixa de fazer assim é um transgressor" (Talmude, *Berachoth*, par. 35a).

Os agradecimentos às refeições, na sociedade judaica, estribam-se neste versículo. Daí, o costume passou para a Igreja cristã.

8.11

Guarda-te não te esqueças. A bondade de Deus nos conduz ao arrependimento (ver Rom. 2.4). Seu suprimento abundante impele-nos a cumprir toda boa obra. A abundância material com freqüência leva os homens a esquecer Deus e a depender de si mesmos, um dos grandes temas da epístola de Tiago, em seu quinto capítulo. Jesus tomou o tema dos perigos possíveis das riquezas, e chegou mesmo a aventar a grande dificuldade de um homem rico entrar no reino de Deus (ver Mat. 19.24). Isso posto, se a *abundância material* visa criar no coração humano uma atitude de agradecimento, impelindo-o ao serviço espiritual, os abusos do homem por muitas vezes derrotam esse bom propósito.

As riquezas materiais, no dizer do autor sacro, não cabem aos homens por direito automático. Antes, são presentes de Deus. Aqueles que abusam delas arriscam-se a enfrentar problemas lamentáveis. O dinheiro pode ser uma força que tende para a destruição, se não for devidamente buscado e usado.

Na mente do autor sacro, o perigo representado pelo abuso quanto às bênçãos materiais é algo muito sério. Ele prossegue nesse tom até o fim do versículo 18 deste capítulo.

8.12,13

Depois de teres comido e estiveres farto. Isso pode apontar para um coração vazio no que tange às riquezas espirituais. "Boas casas" poderiam fazer os israelitas esquecer-se das tendas nas quais tinham morado no deserto, como se eles mesmos tivessem produzido essa mudança. Se assim sucedesse, acabariam esquecendo-se de Deus. E poderiam esquecer que o corpo físico, a "casa" da alma, pode desintegrar-se com grande facilidade, por ocasião da morte; e assim teriam de aprender a dura lição de que tudo quanto é material reveste-se de mui pouco valor.

As riquezas materiais multiplicar-se-iam; seus rebanhos multiplicar-se-iam; amealhariam ouro e prata; tornar-se-iam ricos e diriam: "Não preciso de cousa alguma" (Apo. 3.17). Mas não reconheceriam que eram "pobres, miseráveis, dignos de comiseração, cegos e nus", em um sentido espiritual. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Riquezas*.

"A tendência das possessões materiais é inculcar uma atitude materialista. De forma insidiosa, o dinheiro acaba parecendo ser o fator mais poderoso para quem queira obter as coisas boas da vida. O indivíduo pode aprender a depender das riquezas materiais, e não de Deus, quanto à sua segurança, contentamento, poder e paz. A filosofia daí resultante reverte de modo drástico os tais valores que estão no coração do universo" (Henry H. Shires, *in loc.*).

"... o perigo da prosperidade" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre o versículo 11 deste capítulo).

8.14

Se eleve o teu coração e te esqueças do Senhor. Orgulho e esquecimento de Deus. Os tempos difíceis seriam coisa do passado; a prosperidade tornara-se a regra da vida. Mas o coração se corrompera: o homem ficara orgulhoso, alienado de Deus, pensando somente em si mesmo. Essa descrição nos faz lembrar daquilo que Paulo disse sobre os incrédulos (ver Rom. 1.21). De fato, os hebreus, que desenvolviam atitudes tipicamente pagãs, ao tornarem-se auto-suficientes, não eram melhores que os pagãos; e isso com menores desculpas possíveis, visto que tinham testemunhado as poderosas obras de Deus no Egito e no deserto, bem como as abundantes provisões divinas na Terra Prometida. Em lugar de dizerem: "Isto procede do Senhor, e é maravilhoso aos nossos olhos" (Sal. 118.23), eles preferiam dizer: "Vejam o que eu mesmo fiz. Não é maravilhoso?".

Exorta aos ricos do presente século que não sejam orgulhosos, nem depositem a sua esperança na instabilidade da riqueza, mas em Deus que tudo nos proporciona ricamente para nosso aprazimento.

(I Timóteo 6.17)

O *poder de Yahweh* havia tirado Israel do *Egito*, conforme se lê e foi comentado em Números 23.22. Esse é um tema comum do livro de Deuteronômio, mencionado por cerca de vinte vezes. Ver as notas sobre Deu. 4.20.

8.15

Aquele grande e terrível deserto. Os rigores das vagueações pelo deserto poderiam ser esquecidos se os hebreus se sentassem confortavelmente em suas casas, desfrutando suas riquezas e seus acepipes. No entanto, *Yahweh* é quem lhes havia dado tanto sucesso, por todas as perambulações pelo deserto, e então lhes dera uma terra tão rica e abundante. No deserto havia perigos de serpentes e escorpiões; e também de falta de alimentos e de água. Mas, devido à provisão divina, tudo isso tinha sido vencido. Porém seria fácil que os hebreus, uma vez instalados e abastados na Terra Prometida, viessem a esquecer-se do passado, supondo tolamente que eles é que tivessem produzido aquela grande melhoria.

Somente neste versículo temos menção a escorpiões, em todo o Antigo Testamento. Mas podemos estar certos de que no deserto havia grande quantidade deles. A dor provocada por uma picada de escorpião às vezes é tão excruciante que somente a injeção de anestésico diretamente em cima de punctura pode fazer passar essa dor. E algumas espécies de escorpião podem matar uma pessoa, sobretudo no caso de crianças. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Serpentes (Serpentes Venenosas e Serpentes Abrasadoras)*.

8.16

Este versículo é essencialmente igual ao terceiro versículo deste capítulo, cujas notas também têm aplicação aqui. Essa misteriosa substância, o *maná* (ver a respeito no *Dicionário*), tornava-se saborosa no começo, mas com o tempo tornou-se enjoativa, e os israelitas queixaram-se disso. O maná foi dado a fim de humilhá-los; e, no entanto, era altamente alimentício. A humilhação, pois, visava a *abençoar* a Israel; pois todo indivíduo humilhado no tempo certo será exaltado pela poderosa mão de Deus, conforme nos diz Pedro (em I Pedro 5.6). Ninguém pode servir, ao mesmo tempo, a Deus e às riquezas (ver Luc. 16.13). Os pobres são bem-aventurados (ver Luc. 6.20); mas os ricos encontram dificuldades para entrar no Reino de Deus (ver Luc. 18.25). Há muitos instrumentos de humilhação, usados por Deus. E o maná tipifica esses instrumentos. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Humildade*. A história do maná é relatada no capítulo 16 do livro de Êxodo.

8.17,18

Os orgulhosos costumam pensar: "Meu poder e capacidade é que me deram todas as coisas que tenho". Tais idéias procedem de um coração que já foi corrompido pela abastança material. Um homem assim não leva em conta a história de Israel e suas leis (vss. 11 ss.). No caso de um antigo hebreu orgulhoso, ele estava em Israel, mas o paganismo havia entrado nele. Ele vivia em vícios, e os vícios viviam *nele*. Ele fizera de si mesmo um pequeno deus, e se esquecera do Deus de Israel. No entanto, é a bênção divina que nos enriquece. Ver Sal. 127.2; Pro. 10.22; Ecl. 9.11; I Crô. 29.12.

Yahweh se tinha mostrado generoso com Abraão, mas foi-lhe negada a Terra Prometida, embora esta fizesse parte do pacto estabelecido por Deus com ele. No entanto, ela foi entregue (com toda a sua abundância) aos descendentes de Abraão (ver os vss. 7-9 deste capítulo). Agora, o perigo que os ameaçava era que eles abusassem da graça divina, proferindo o absurdo de que eles tinham conquistado tudo aquilo com suas próprias forças e virtudes. O fato era que a Terra Prometida, que eles tinham recebido, era uma das provisões do Pacto Abraâmico, e não algo que eles merecessem pessoalmente. Yahweh estava por trás das bênçãos do pacto, e Ele é quem merecia ser exaltado, e não os beneficiários do pacto.

"... a lição ensinada no deserto: todos os aspectos da vida são dons de Deus, e coisa alguma é possível ao homem à parte Dele (vs. 18)" (Jack S. Deere, *in loc.*).

8.19

Se te esqueceres do Senhor. A *idolatria* seria outro subproduto da vida abastada; e isso só produziria desastre. Neste livro de Deuteronômio são constantes as advertências a respeito da idolatria (ver a esse respeito no *Dicionário*). Ver, por exemplo, Deu. 4.28; 5.7; 6.14; 7.4,16,25; 11.16; 17.3 etc. Ver também Êxo. 20.3,4, quanto ao *segundo mandamento*, o qual proibia qualquer forma de idolatria. A idolatria traria, como conseqüência, a perda da Terra Prometida. Quando dos seus cativeiros, Israel perdeu a Terra Prometida. Ver no *Dicionário* os verbetes intitulados *Cativeiro (Cativeiros) e Dez Mandamentos*.

8.20

Assim perecereis. A destruição da nação de Israel seria o resultado da idolatria. Esta, por sua vez, procederia de um coração orgulhoso, esquecido de

Deus e de todas as bênçãos divinas, incluindo a bênção da possessão da Terra Prometida. As nações expulsas de Canaã, pelos hebreus, foram expulsas em razão de sua idolatria e iniqüidade em geral (ver Gên. 15.16). Ver Deu. 7.2 quanto aos diversos motivos pelos quais os cananeus foram aniquilados. Mas um povo de Israel desobediente e rebelde sofreria idêntico castigo, nos seus cativeiros. Ver no *Dicionário* os verbetes chamados *Cativeiro Assírio e Cativeiro Babilônico.*

"Uma advertência insistente, solene e assustadora. Ninguém pode esquecer-se de Deus e permanecer na neutralidade. Esquecer-se de Deus significa que tal indivíduo começa a adorar a deuses falsos. Se a nação de Israel chegasse a cometer tal pecado, então teria havido contravenção do significado inteiro de sua existência e eleição, e não poderia haver maiores razões para ela esperar a vida do que outros povos que tinham sido destruídos antes dela" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

Capítulo Nove

A seção geral iniciada em Deu. 8.1 e as notas dadas ali aplicam-se também aqui. Os versículos à nossa frente dão continuação às advertências e às exortações. O trecho de Deu. 9.1-6 salienta a importante lição de que Israel fora abençoado pela misericórdia e pela graça divina, e também pela relação do pacto entre Yahweh e essa nação, e não em razão da justiça própria ou do poder do povo de Israel.

Prossegue o conceito de guerra santa. Cf. Deu. 1.19-33; 3.18-22; 7.1-26; 20.1-20; 21.10-14; 23.9-14; 24.5; 26.17-19; 31.3-8. Parte dessa ideologia é que Yahweh era o Deus da história e da retidão, e parte de Seus direitos consistia em estabelecer e remover nações, mediante os meios necessários da destruição e da bênção. O ensino do Antigo Testamento é que a destruição do mal, por parte de Deus, não compromete a Sua bondade. Assim sendo, temos ali um equilíbrio entre a ira e a bondade. Ver as notas sobre Deu. 6.15, quanto ao excelente discernimento de que o juízo divino é, na realidade, um agente da bondade de Deus. Seu propósito é abençoar, finalmente, a despeito de sua severidade.

Israel desenvolveu uma *filosofia da história* segundo a qual o poder de Deus dirige essa história com intervenções constantes. Temos aí um reflexo do *teísmo* (ver a respeito no *Dicionário*). Deus criou e continua fazendo intervenção em Sua criação, a fim de guiar, julgar e abençoar. Contrastar isso com o *deísmo* (ver a respeito no *Dicionário*). Na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia,* ver o artigo intitulado *Filosofia da História.*

9.1

Este versículo é virtualmente igual a Deuteronômio 7.1. Ali, sete nações são alistadas, as quais Israel deveria expulsar mediante total destruição. Aqui são mencionadas as *fortificações* das cidades daquelas nações, detalhe esse deixado de fora em Deu. 7.1. A *guerra santa* deveria ser desfechada sem tardança. Ver a introdução a este capítulo sobre essa questão. O povo de Israel, a princípio, ficou assustado diante dos gigantes que habitavam na terra, com suas cidades fortificadas. Ver Núm. 13.26-14.4. No entanto, ainda recentemente haviam obtido tremendas vitórias sobre os reinos de Seom e Ogue, na Transjordânia (Deu. 2.26-3.11), e isso lhes dava uma vantagem psicológica. As sete nações já tinham ouvido sobre o avanço de Israel e estavam temerosas, pelo que tinham uma desvantagem psicológica. Ver o segundo capítulo de Deuteronômio.

Ouve. Dá atenção ao mandamento de Yahweh, que era o Senhor da Guerra. Chegara o tempo de entrar na possessão da Terra Prometida que Deus havia dado a Abraão, a fim de que os seus descendentes tivessem um território pátrio. Cf. este versículo com Jos. 5.13,14. Ver a metáfora militar usada por Paulo em Efé. 6.11 ss..

Tu passas, hoje, o Jordão. "Não precisamente naquele mesmo dia, mas pouco tempo depois; pois foi no primeiro dia do décimo primeiro mês que Moisés começou a repetir as leis (Deu. 1.3). E foi somente no décimo dia do primeiro mês do ano seguinte que o povo atravessou o Jordão (Jos. 4.19), ou seja, cerca de dois meses depois disso" (John Gill, *in loc.*).

9.2

Filhos dos enaquins. Os vários clãs de gigantes pareciam ser os adversários mais formidáveis dos hebreus, tendo-os feito tremer no passado. Os israelitas sentiam-se como se fossem gafanhotos ao lado dos gigantes (Núm. 13.33). Mas agora tudo isso havia mudado. Ver as notas em Núm. 13.31,33 e Deu. 1.28; 2.11,20; 3.11,13 bem como o artigo do *Dicionário* intitulado *Anaque (Anaquim).* Outras nações tinham conseguido derrotar os gigantes (ver Deu. 2.20-23), e não havia razão pela qual Israel, com a ajuda de Yahweh, que lutava pelos hebreus, não podesse derrotá-los também.

9.3

Teu Deus é que passa adiante de ti. Yahweh garantia a vitória. Embora os cananeus incluíssem povos gigantescos e tivessem a terrível reputação de ser muito habilidosos na guerra, brutais e sem misericórdia, estavam condenados por causa de seus pecados e haveriam de render-se quase sem luta diante do avanço dos israelitas. O cronograma de Deus para as nações daquela área agora requeria uma mudança: o seu cálice de iniqüidade finalmente estava cheio (Gên. 15.16). "O cavalo prepara-se para o dia da batalha, mas a vitória vem do Senhor" (Pro. 21.31). Paulo referiu-se a como Deus controla as fronteiras e os tempos determinados para os povos (ver Atos 17.26). Ver a exposição sobre esse versículo no *Novo Testamento Interpretado.* Ver sobre a *guerra santa* na introdução a este capítulo e também consulte *Critérios de uma Guerra Justa,* na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia.*

Deus vinha conduzindo o povo de Israel com a coluna de fogo à noite e com a nuvem de dia. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Coluna de Fogo e de Nuvem.* Talvez o autor sacro estivesse pensando em algum sinal divino específico, que mostrasse que o Senhor seguia à frente de Seu povo, ou talvez estivesse falando em um sentido metafórico, embora indicando a real presença de Deus com eles. Ver Deu. 4.24 e cf. Heb. 12.29.

9.4,5

Não digas no teu coração. Israel mostrara ser uma *nação rebelde* no deserto. Eles não estavam colecionando condecorações por seu bom comportamento. Antes, o que sucedia era que a *iniqüidade dos adversários* de Israel se tornara insuportável para Deus. Assim também havia acontecido no caso do dilúvio (ver Gên. 6.5 ss.). O trecho de Gên. 15.16 havia predito o dia em que a taça da iniqüidade dos cananeus se encheria, quando então eles seriam expulsos da terra de Canaã. Os descendentes de Abraão tinham de esperar pelo cronograma de Deus acerca dos cananeus, conforme já comentei no terceiro versículo deste capítulo. Pois as fronteiras e os tempos da habitação de qualquer povo são estabelecidos pela vontade divina, embora sempre haja fatores humanos que cooperem com a vontade divina. A vontade divina controla a vontade humana sem destruí-la, embora não saibamos dizer como isso sucede. Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Determinismo (Predestinação)* e *Predestinação (Livre-arbítrio).*

Três Razões para a Vitória de Israel:

1. A iniqüidade de seus inimigos (vss. 4,5).
2. O cumprimento do Pacto Abraâmico requeria que Canaã passasse para a possessão dos descendentes dos patriarcas hebreus (ver Deu. 1.8 e Gên. 15.13-21).
3. Em certo sentido, a Terra Prometida foi dada mediante a pura graça de Deus, visto que Israel era um povo teimoso, que não reagia bem a Deus e que por muitas vezes mostrou ser rebelde (Deu. 9.6,7,13; 10.16; 31.27).

Em face dessas razões, era uma estupidez Israel manifestar uma atitude de justiça própria e dizer: "Invadimos a Terra Prometida e dali expulsamos os cananeus, pois éramos melhores do que eles e merecíamos habitar nessa terra". Pelo contrário, eles deviam agradecimentos a Abraão e aos outros dois patriarcas, Isaque e Jacó, e também deviam agradecimentos à Fonte de todas as bênçãos, o Senhor Deus. Ver Tiago 1.17.

Tipologia. A salvação é conferida por causa das promessas de Deus, em Cristo. E ela é dada a um povo desmerecedor. Os remidos entram na posse da promessa espiritual devido à pura graça divina. Ver Efé. 2.8,9 e Col. 1.12,13.

9.6

Não é por causa da tua justiça. As declarações deste versículo reforçam aquelas dos dois versículos anteriores, fazendo os filhos de Israel relembrar a sua *notável rebeldia,* e não alguma alegada retidão.

Povo de dura cerviz. Ver o detalhado artigo sobre essa questão no *Dicionário.* Aquele verbete dá as informações e as referências envolvidas com suas devidas aplicações. A expressão *dura cerviz* é uma tradução literal, uma expressão que não é nativa da língua portuguesa, embora seja entendida universalmente devido ao relato do Antigo Testamento. O Novo Testamento (grego; ver Atos 7.51) também aproveitou literalmente essa expressão. Israel *merecia* ser destruído (ver os vss. 13 e 14 deste capítulo), mas a graça divina prevalecia por causa dos pais da nação, e a fim de que o propósito de Deus prevalecesse. Ver as *três razões* pelas quais Israel obteria a vitória, nas notas sobre os versículos 4,5 acima.

"... refratários e indisciplinados, como uma novilha que não estivesse acostumada com o jugo, o qual pesava sobre as suas costas e lhe repuxava o pescoço. Assim também os israelitas eram indóceis e perversos, desobedientes aos mandamentos de Deus" (John Gill, *in loc.*). A expressão "dura cerviz" indica que o pescoço ficava tenso, pois seus músculos eram usados para resistir a alguma outra força. Trata-se da mesma idéia de um coração duro, com seu intuito contrá-

rio e com sua atitude de rebeldia (ver Eze. 3.7). Ver Eze. 20.5-8 e suas notas quanto à habitual obstinação dos israelitas.

9.7

Muito provocastes à ira o Senhor. Os israelitas eram extremamente rebeldes. O autor sagrado mostra-se enfático aqui. Nem ao menos ele conseguiu lembrar-se de homens bons como Calebe e Josué. Os hebreus se tinham mostrado rebeldes no *dia-a-dia*, desde que haviam saído do Egito até terem chegado na Transjordânia. Durante todos aqueles quarenta anos de perambulação, eles nunca deixaram de lado sua rebeldia e suas murmurações. Ver sobre as murmurações de Israel na introdução ao capítulo 11 de Números; e sobre os onze incidentes dessa atitude rebelde, nas notas sobre Núm. 14.2; 16.41 ss.; 20.2 e 21.5. Portanto, somente por causa da misericórdia e da graça de Deus é que aqueles homens puderam atravessar o rio Jordão a fim de conquistar o território dos vários povos cananeus que ali habitavam. Tudo isso é muito humano, pois sem essa misericórdia todos nós seríamos igualmente consumidos (Lam. 3.22).

Os trechos de Deu. 9.7-11 e 9.22-10.11 apresentam uma bem formulada demonstração de um povo dotado de dura cerviz. O sétimo versículo deste capítulo introduz tudo isso, ao dizer: "Lembrai-vos, e não vos esqueçais...". Exortações dessa ordem ilustram quão *absurdo* era que Israel viesse a supor que a Terra Prometida lhes fora dada por serem eles merecedores dessa bênção.

9.8

Este e os dois versículos seguintes fazem-nos lembrar da narrativa de Êxo. 24.12-18; 31.18; 32-34, cujas notas expositivas também se aplicam aqui. O incidente do bezerro de ouro foi a mais séria infração de *idolatria* de toda a história de Israel. E alguns intérpretes supõem que os israelitas nunca deixariam de pagar pelo que aconteceu naquela oportunidade. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Bezerro de Ouro*.

Em Horebe. Trata-se do mesmo Monte também chamado "Sinai" (ver Deu. 1.2 e, no *Dicionário*, os dois artigos assim intitulados). O autor sagrado inicia aqui um longo parágrafo, contando, de forma livre, o que havia acontecido. Yahweh se havia irado diante das atitudes dos filhos de Israel, e somente a poderosa intercessão de Moisés havia impedido que Deus os destruísse. Temos aqui expressões *antropomórficas* e *antropopáticas*. Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Antropomorfismo e Antropopatismo*.

Tão lamentáveis incidentes tiveram lugar "na frente mesmo do Monte no qual a lei foi outorgada; *ali mesmo*, a lei foi violada de maneira flagrante" (Ellicott, *in loc.*).

9.9

Este versículo inicia um breve sumário dos eventos que ocorreram no Monte Sinai, quando Moisés ali subiu para receber as duas tábuas de pedra da lei, enquanto o povo de Israel se mantinha distante, à base do Monte. O autor sacro lembrou o povo acerca da *glória* e *dos terrores daquele evento*. No entanto, em meio a tanto resplendor divino, visto que Moisés se demorou no Monte um pouco mais do que os hebreus julgavam ser conveniente, eles reverteram à forma mais crassa de idolatria, tendo Arão cooperado para o triste incidente. Ver o capítulo 32 de Êxodo quanto ao próprio incidente.

"Enquanto Moisés jejuava por quarenta dias e noites no Monte Horebe (Sinai; ver Deu. 1.2), e ali estivesse completamente dependente de Deus, os israelitas *festejavam*. Enquanto Moisés recebia as duas tábuas de pedra da lei, inscritas pelo próprio dedo de Deus (Deu. 9.9,11 e Êxo. 31.18), o povo violava vários dos mandamentos da lei, ao adorarem o bezerro de ouro (ver Êxo. 32.6)" (Jack S. Deere, *in loc.*). Ver Êxo. 24.7,18; 32.1 e 34.8, quanto aos vários detalhes repetidos neste versículo.

9.10

As duas tábuas de pedra. Ver Êxo. 24.12; 31.18; 32.15,16 e Deu. 4.1; 5.22, quanto a notas expositivas completas sobre o assunto.

Escritas com o dedo de Deus. Ver Êxo. 31.18 e 32.16. É reivindicada, em favor da lei e de todo o seu desdobramento em mandamentos, estatutos e juízos, a revelação divina mais direta. Ver, no *Dicionário*, o verbete intitulado *Revelação*.

9.11

Quarenta dias e quarenta noites. Esse é um número significativo na Bíblia. Ver a respeito no *Dicionário*, como também o verbete geral chamado *Número (Numeral, Numerologia)*.

Mas, enquanto a lei mosaica estava sendo dada — o *segundo mandamento*, que proíbe a idolatria —, estava sendo fabricado o bezerro de ouro, com a conivência de Arão!

O Senhor me deu as duas tábuas. Isso só aconteceu no fim dos quarenta dias de jejum. A tradição espiritual atribui grande valor ao exercício do jejum, sobretudo quando o crente está enfrentando algum problema difícil de resolver, embora também quando esteja procurando desenvolver-se espiritualmente. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Jejum*.

9.12

Levanta-te, desce depressa daqui. A ordem de Yahweh foi dada em meio a um tom de alarme. Um absurdo inacreditável estava sendo praticado no sopé do Monte Sinai. Um bezerro de ouro estava sendo moldado, e o povo de Israel o estava adorando. O pecado contra o qual a lei mais bradava estava sendo posto em prática pelos filhos de Israel. O capítulo 32 de Êxodo conta, com detalhes, a história que o autor sumariou aqui de modo tão abreviado. Somente a intercessão de Moisés poupou o povo de destruição súbita e em massa. Ver Núm. 16.45 quanto ao poder da intercessão de Moisés, bem como os artigos *Intercessão* e *Oração*, no *Dicionário*.

9.13

Atentei para este povo. O *olho de Deus* contemplou a lamentável idolatria, e uma vez mais Yahweh afirmou o fato de que Ele estava tratando com um povo de *dura cerviz*, conforme já vimos no nono versículo deste capítulo, onde há notas expositivas a respeito. Era patente que eles não se dispunham a submeter-se ao jugo da lei, mesmo que isso fosse para o bem deles, a fim de que *vivessem* (Deu. 4.1; ver também 5.33). A queixa do Senhor foi feita diante de Moisés, o qual era inocente dos pecados do povo. Ele seria poupado, mas os israelitas seriam totalmente destruídos, conforme era a intenção de Deus (vs. 14).

9.14

Este versículo é essencialmente igual ao trecho de Êxodo 32.10, onde são dadas notas expositivas. O plano divino haveria de prosseguir, mas com uma nação diferente, descendente de Moisés, e assim o Pacto Abraâmico continuaria por meio dele. Mas Moisés não gostou do plano e apelou para uma intercessão heróica em favor de seu povo pecador. E a sua intercessão surtiu efeito (ver o vs. 18). Ver acerca do poder da intercessão de Moisés em Núm. 16.45.

9.15

E desci do Monte. Isso Moisés fez, trazendo as duas tábuas de pedra da lei. Assim, a legislação mosaica estava prestes a tornar-se o próprio coração da nação de Israel, a sua grande contribuição para a civilização. Este versículo é quase igual ao de Êxodo 32.15, cujas notas expositivas também se aplicam aqui. Quanto às *duas tábuas*, ver Êxo. 24.12; 31.18; 32.15,16; Deu. 4.1; 5.2, onde há notas expositivas abundantes.

9.16

Cedo vos desviastes do caminho. Uma crassa idolatria foi contemplada por Moisés, quando ele chegou ao pé do Monte. O segundo mandamento da lei, que proíbe qualquer atividade dessa ordem, estava sendo violado, ainda que o povo de Israel estivesse acostumado, *desde muito antes, com o monoteísmo* (ver a esse respeito no *Dicionário*). Ver as notas em Êxo. 20.3,4, bem como, no *Dicionário*, o verbete intitulado *Idolatria*. Cf. Êxo. 32.8, que forma um paralelo direto com este versículo. Ver também Êxo. 32.19 e o vs. 12 deste capítulo. Ver no *Dicionário* o artigo detalhado intitulado *Bezerro de Ouro*.

9.17

E as quebrei ante os vossos olhos. A quebra das duas tábuas da lei é relatada em Êxodo 32.19, cujas notas devem ser consultadas.

"Nada existe na experiência humana que seja tão entristecedor como a rapidez com que uma boa resolução e uma boa impressão são apagadas do coração do homem" (Ellicott, *in loc.*).

Os filhos de Israel haviam quebrado a fé e a aliança com Yahweh, ao agirem como meros pagãos, e a quebra das duas tábuas de pedra simbolizou precisamente isso. Ver sobre o *Pacto Mosaico* nas notas introdutórias ao capítulo 19 do Êxodo. Esse pacto estava condicionado à *obediência* à lei de Moisés.

9.18,19

Prostrado estive perante o Senhor. Moisés passou em jejum outros quarenta dias e quarenta noites, procurando reverter a destruição total do povo rebelde que Yahweh tencionava. Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Quarenta* e *Número (Numeral, Numerologia)*, quanto a notáveis períodos espirituais que envolveram o número quarenta. Ver o vs. 11 quanto ao *primeiro* período de

quarenta dias e noites de jejum, referente à outorga da lei. Ver também, no *Dicionário*, o artigo chamado *Jejum*. "Nos dias do Antigo Testamento, era normal que as pessoas jejuassem em tempos de arrependimento (Juí. 20.26; II Sam. 12.16; I Reis 21.27; Nee. 1.4). O jejum feito por Moisés demonstra o quanto ele se sentia unido ao povo, bem como o horror que ele sentira por causa do pecado deles. A maldade deles tinha provocado Deus à ira (Deu. 9.18-20)" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Moisés intercedeu em favor de Israel antes de ter descido do Monte, no quadragésimo dia (Êxo. 32.11-15). Agora ele iria passar quarenta dias e quarenta noites em oração e jejum, na tentativa de reverter o desastre.

Ficou de Novo Provada a Eficácia da Intercessão de Moisés. Ver Núm. 16.4 quanto a notas sobre essa questão. Somente em *uma ocasião* as suas orações falharam, e isso sucedeu quando ele pediu que, apesar do seu pecado e de sua estrita unidade com aquela geração rebelde, Deus lhe permitisse entrar na Terra Prometida. Isso não lhe foi concedido, e a sugestão chegou a deixar Yahweh indignado. Ver Deu. 3.23 ss. Cf. Núm. 20.12 e Deu. 1.37. O pecado de Moisés é comentado em Núm. 20.12; Deu. 1.37; 3.23,26; 4.21. Ver no *Dicionário* os verbetes intitulados *Intercessão e Oração*. Quanto ao conteúdo das orações de Moisés, ver os vss. 26-29 deste capítulo.

Tipologia. Moisés simbolizava Cristo como nosso intercessor, cujas orações são sempre eficazes. Ver no *Dicionário* o artigo *Intercessão*, III. E no *Novo Testamento Interpretado* consultar os trechos de Rom. 8.34 e João 14.16,17.

9.20

Temos aqui a única menção, em todo o Antigo Testamento, de uma intercessão de Moisés em favor de Arão, seu irmão, por motivo de seu envolvimento no incidente do bezerro de ouro. Talvez Arão não concordasse em seu coração com a adoração ao bezerro de ouro, mas era culpado de não ter feito frente à idolatria naquela hora crítica em que o paganismo florescera no coração dos hebreus. Também é possível que ele tenha agido por motivo de desgosto e decepção devido à insensatez dos israelitas. "Vós, idiotas, eis aqui o vosso deus!". Ainda assim, ele se tornou culpado de não ter tido uma liderança decisiva em um tão grande momento de crise. "Os comentadores judeus atribuem a perda dos dois filhos de Arão (Lev. 10.1,2) em parte à ira de Deus, naquela ocasião" (Ellicott, *in loc.*). Como é óbvio, as orações de Moisés por seu irmão também prevaleceram diante do Senhor, mas Arão acabou perdendo dois de seus quatro filhos.

9.21

Até que se desfez em pó. A destruição total do bezerro de ouro, após o que Israel teve de beber o ouro pulverizado, misturado com água, foi uma maneira enfática de mostrar consternação, bem como a futilidade da idolatria. O bezerro de ouro terminou na água bebida pelos seus adoradores! Ver Êxo. 32.20, quanto à história, da qual apenas parte ficou registrada neste texto. Isso posto, o fato de que a imagem foi totalmente destruída por Moisés foi como se tivesse sido dito: "Isto é o que Israel merece: perecer totalmente, junto com a sua imagem".

9.22

Provocastes muito a ira do Senhor. Essas provocações foram relatadas em Êxo. 17.1-7; Núm. 11.1-3 e 11.31-34. Ver as onze murmurações dos hebreus nas notas sobre Núm. 21.5. Ver também Núm. 14.18 e as notas introdutórias ao capítulo 11 de Números, quanto a maiores detalhes. A freqüência dessas murmurações tornou-se tão constante, que aquela ficou conhecida como "a geração rebelde", a epítome mesma da rebeldia. Em Massá, eles murmuraram por causa da água. Isso aconteceu antes de terem chegado ao Monte Sinai. Em Taberá eles se queixaram acerca dos rigores das perambulações pelo deserto. Isso sucedeu depois de terem chegado ao Monte Sinai. Taberá e Quibrote-Taavá parecem ser dois nomes de uma só localidade. A ordem dessas murmurações ocorreu conforme o texto diz. Mas, se Taberá e Quibrote-Taavá eram dois lugares diferentes, então é provável que Israel não tenha estacionado no primeiro desses locais.

9.23

A rebelião ocorrida em Cades-Barnéia (ver a respeito no *Dicionário*) teve a distinção de ser aquela em que Israel selou a sua condenação. Foi ali que eles cometeram o erro fatal de recusar-se a entrar na Terra Prometida. Eles fracassaram na fronteira e tiveram de retroceder para o deserto, onde ficaram vagueando por mais quarenta anos. Todos os homens de vinte anos para cima, daquela geração, excetuando Calebe e Josué, que trouxeram um bom relatório e tinham recomendado que se fizesse uma invasão imediata, pereceram durante aqueles quarenta anos. Ver o relato a respeito nos capítulos 13 e 14 de Números.

O hebraico diz aqui, literalmente, que eles se rebelaram "contra a boca de Yahweh", ou seja, contra a Sua palavra e os Seus mandamentos. Isso eles fizeram por motivo de incredulidade; não deram crédito aos espias; julgaram-se incapazes de derrotar os gigantes que habitavam naquele território (Núm. 13.32; 14.2), pensando que acabariam tornando-se presas daqueles povos ferozes. Não confiaram no poder de Yahweh para dar-lhes a Terra Prometida, apesar das dificuldades óbvias da empreitada.

Ver *I Corintios 10.1-12*, quanto à aplicação neotestamentária que contém uma advertência a qualquer pessoa que se considera iluminada ou espiritual. Qualquer pessoa pode falhar conforme Israel falhou, quando há a mesma incredulidade no coração. Cf. Deu. 1.19-21, onde a história é recontada.

9.24

Desde o dia em que vos conheci. A rebeldia de Israel era uma constante desde o começo até o fim, desde o Egito até as fronteiras da Terra Prometida. Eles se tinham mostrado consistente e constantemente rebeldes, e assim perderam a sua herança espiritual e material. Cf. Êxo. 2.11-14 e 7.25, onde algo similar é asseverado. Ver também Êxo. 5.20,21; Núm. 14.22 e 21.5, onde são mencionados onze rebeldias e murmurações do povo de Israel.

Não obstante, de acordo com as palavras de Balaão, Yahweh "não viu iniqüidade em Jacó, nem contemplou desventura em Israel" (Núm. 23.21), porquanto Deus estava usando de Sua graça por amor a Abraão, a quem e a cujos descendentes o Senhor havia prometido a Terra Prometida. Para tanto, bastaria que os israelitas tivessem tido a coragem de desfechar a invasão. Yahweh teria combatido por eles, a despeito de sua miserável história de rebeldia e fracasso.

9.25

Este versículo duplica, virtualmente, o vs. 18 deste capítulo, onde são dadas notas expositivas. Yahweh haveria de destruir aquela geração patética, tal como havia destruído o ídolo deles, fazendo-os ingerir o pó pulverizado e misturado com água. Mas a intercessão de Moisés foi poderosa o bastante para afastar a ameaçadora mão de Deus. Aqui, Moisés referia-se à primeira vez em que esteve em jejum, diante do Senhor, por quarenta dias e quarenta noites. Moisés repetiu o ato por uma razão diferente. Algumas versões dizem aqui algo como "no princípio", mas os melhores manuscritos mostram que essas palavras não fazem parte genuína do texto original, tal como vemos também em nossa versão portuguesa.

9.26

Este versículo sumaria a essência da intercessão de Moisés durante o período de quarenta dias de jejum. Porém, o que lemos aqui não concorda com o trecho de Êxodo 23.32, embora concorde melhor com os vss. 11-13 deste capítulo, que foram proferidos por Moisés *antes* de Israel haver chegado ao Monte Sinai. O autor não sentiu necessidade de recontar a história em termos exatos, mas deu a essência do *tipo* de coisas que Moisés disse na ocasião da provocação.

Elementos:

1. Israel era o *povo de Yahweh*, pelo que, apesar de suas falhas, merecia alguma consideração. Israel foi chamado de "filho" de Yahweh (Êxo. 4.22,23).
2. Israel era a *herança de Yahweh*, porque fora escolhida em Abraão, mediante uma aliança (o Pacto Abraâmico) firmada com ele e seus descendentes. A lei fazia de Israel um povo distinto e mais sábio (Gên. 15.18; Deu. 4.6-8). Essa herança não deveria ser aniquilada.
3. Israel era um povo *remido*, que é a mensagem essencial do livro de Êxodo. Ver sobre o poder de Yahweh, que tirou Israel do Egito, em Núm. 23.22. O fato do livramento de Israel do Egito é mencionado por cerca de vinte vezes no livro de Deuteronômio, com notas em Deu. 4.20. A redenção visava a um propósito que não poderia ser desfeito em destruição em um momento de ira.
4. A redenção foi efetuada pelo poder de Yahweh, por Sua *mão poderosa*, o que é especificamente referido em Êxo. 32.11; Deu. 3.24; 4.34; 5.15; 6.21; 7.8,19. Ver também Deu. 11.2; 26.8 e 34.12. O poder remidor não pode ser reduzido a um poder destruidor.

9.27

Este versículo inclui mais dois elementos da intercessão de Moisés, a serem adicionados à lista dada no versículo anterior, a saber:

5. Israel era um *povo em pacto com Deus*. Ver acerca do Pacto Abraâmico em Gên. 15.18. Yahweh ofereceu para fazer de Moisés uma nova nação e, visto que ele era descendente de Abraão, o pacto teria continuação nele. Mas Moisés rejeitou essa proposta. Ver sobre isso o trecho de Deu. 9.14. Mas Moisés continuou a interceder pelo povo com o qual se tinha identificado completamente.
6. É melhor *perdoar e remir* um povo rebelde do que destruí-lo. E assim, Moisés rogou que Yahweh aplicasse amor, e não ira; remediasse, e não destruísse. Dessa forma, Yahweh não teria de fazer vista grossa para com os pecados

deles, e, sim, o que poderia fazer deles se tivesse de continuar a aplicar os seus poderes divinos corretivos. Essa é a própria essência da filosofia da redenção. Jesus veio a fim de salvar os pecadores, e não para conduzir os justos ao reino de Deus (ver I Tim. 1.15). Portanto, o apelo de Moisés estava em consonância com a própria essência da redenção, e não contra ela. Ver Êxo. 32.13, onde encontramos a mesma mensagem que achamos aqui.

9.28

Este versículo acrescenta mais duas razões pelas quais Israel não deveria ser destruído, por causa de sua idolatria e rebeldia, aumentando o número de itens dados nos vss. 26 e 27.

7. O poder de Yahweh seria insuficiente para cumprir a tarefa? O Deus Todo-poderoso não seria todo-poderoso, afinal, e o povo habitante daquele território poderia zombar Dele? Ele tinha prometido aquele território a Israel. Mas se não pudesse cumprir a Sua promessa, o povo de Israel haveria de perecer no deserto. Um atributo essencial de verdadeira deidade seria assim negado pelos inimigos de Israel. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Atributos de Deus*.
8. Yahweh, embora tivesse chamado Israel de Seu filho, e embora aparentemente amasse ternamente a esse filho, acabaria aparecendo como alguém que odiava. Isso também nega um atributo essencial de Deus, ou seja, o Seu amor, Seu mais notável atributo, o único atributo que figura como expressão do caráter de Deus: "Deus é amor" (I João 4.8). Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Amor* e *Ódio*. Essa parte do versículo duplica o trecho de Êxodo 32.12, onde certa má intenção foi atribuída (potencialmente) a Yahweh. O Senhor teria trazido os filhos de Israel do Egito até ali, a fim de "matá-los no deserto", conforme diriam os adversários de Israel. Ele teria agido impulsionado pelo ódio, e não pelo amor; seria este o pensamento por trás desse raciocínio.

9.29

Sumário. Ver os vss. 26-28, quanto aos *oito elementos distintos* da oração de intercessão de Moisés, que tinha por intuito livrar Israel da destruição que eles mereciam. Este versículo repete três desses elementos: Israel era o povo de Yahweh (vs. 26, primeiro elemento); Israel era a herança de Yahweh (vs. 26, segundo elemento). O poder de Yahweh é que tinha efetuado a redenção de Israel da servidão egípcia, e agora esse poder voltar-se-ia contra o povo de Israel, a fim de destruí-lo (vs. 26, terceiro elemento).

"Estes versículos registram uma das orações modelo do Antigo Testamento. A menção aos quarenta dias e às quarenta noites relembra o jejum de Moisés (vs. 18), indicando a sua sinceridade, bem como a sua compreensão acerca da gravidade da situação. Moisés estava totalmente preocupado com a glória e a reputação de Deus sobre a terra" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Capítulo Dez

Este capítulo dá continuação à seção iniciada em Deu. 8.1. Os comentários dados ali também se aplicam aqui. Os vss. 1-10 deste décimo capítulo continuam especificamente e, de modo completo, a narrativa iniciada em Deu. 9.8. "Sua função não é mais demorar-se sobre a rebeldia do povo, como uma advertência contra a justiça própria, mas simplesmente refrescar a memória histórica deles acerca da liderança divina e completar a história que já havia começado" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

A aceitação da intercessão de Moisés (Deu. 9.26 ss.) é agora registrada nos vss. 1-10. As primitivas tábuas de pedra da lei haviam sido destruídas (9.17), pelo que Yahweh forneceu outras tábuas da lei. Dessa forma, o *Pacto Mosaico* (ver a introdução ao capítulo 19 do livro de Êxodo) não foi anulado.

10.1

Naquele tempo me disse o Senhor. Moisés teria de lavrar duas tábuas de pedra, nas quais a lei teria de ser escrita de novo, visto que as primeiras haviam sido destruídas (9.17). "Estes versículos (1-3) repousam sobre uma antiga tradição que diz que Moisés fez a arca e pôs dentro dela as tábuas de pedra (I Reis 8.9; Êxo. 24.15-18)" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre este versículo). Foi reivindicada a revelação divina para as segundas tábuas da lei, tal como se dera com as primeiras. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Revelação*. O fato de a lei ter sido reescrita foi uma afirmação de que a intercessão de Moisés não falhou. Ver Núm. 16.45 e suas notas quanto ao poder da intercessão de Moisés; e ver o artigo chamado *Intercessão, no Dicionário*. Visto que as suas orações se mostraram eficazes, o *Pacto Mosaico* permaneceu intacto. Ver as notas sobre isso na introdução ao capítulo 19 do livro de Êxodo.

Faze uma arca de madeira. Ver no *Dicionário* o artigo detalhado chamado *Arca da Aliança*. A arca era um dos itens que havia no tabernáculo (ver a respeito no *Dicionário*), em torno do qual tudo o mais recebia significado. Era ali que Yahweh manifestava a Sua presença.

Ver Êxodo 34.1-4, quanto às novas tábuas de pedra. Ver Êxodo 25.10 quanto à ordem original para o fabrico da arca. Alguns intérpretes judeus supunham que tivessem sido feitas duas arcas: uma para ficar no tabernáculo, e outra para ser levada por Israel em tempos de guerra. Porém, não há nenhuma evidência sólida em favor dessa assertiva. Jarchi e Rashi promoveram a noção de duas arcas.

10.2

As palavras que estavam nas primeiras. A renovação era importante, e isso porque o povo tinha chegado à beira da destruição, e porque o Pacto Mosaico parecia ter sido anulado quando as duas primeiras tábuas de pedra foram quebradas. Quão humano é tudo isso! Por quantas vezes temos de passar por tempos de renovação, quando antigas decisões e intenções já se debilitaram e quando o *fracasso* nos ameaça! A presença de Deus nos é devolvida. Precisamos contar com um lugar, tanto quanto com condições de efetuar a nossa inquirição espiritual.

Tipologia. As primeiras tábuas de pedra haviam sido destruídas. Novas tábuas de pedra eram agora necessárias, da mesma maneira que foi mister avançar de Moisés até Cristo, a *maior* renovação e o *maior* avanço.

As tábuas originais eram divinas; e as segundas tábuas, por igual modo. As tábuas originais foram inscritas por Yahweh; e as segundas, por igual modo. O mesmo poder espiritual e a mesma graça prosseguiam. As segundas tábuas não eram inferiores às primeiras.

O trecho de II Coríntios 3.3 confere-nos uma aplicação neotestamentária do presente versículo (e seus paralelos): as tábuas de pedra eram tipos das "tábuas de carne do coração", que é o lugar correto onde deve ser gravada devidamente a mensagem de Deus. É o Espírito de Deus quem inscreve no *coração* do homem, fazendo contraste com as tábuas de *pedra* do Antigo Testamento. A mensagem escrita sobre a pedra falhou por causa da debilidade espiritual dos seres humanos; mas a mensagem escrita no coração do homem obtém sucesso, porquanto o Espírito é o poder do sucesso. A letra mata, mas o Espírito vivifica (ver II Cor. 3.6).

10.3

Ver Êxo. 25.10 ss. quanto ao relato do fabrico da arca. Cf. I Reis 8.9 e Êxo. 24.15-18. Quando lemos que Moisés fez a arca, isso significa que ele recebeu direções para confeccioná-la. Mas a obra literal foi feita em conexão com a construção do tabernáculo (ver Êxo. 37.1-5; 40.20,21). O construtor real da arca foi Bezaleel. Ela foi feita de madeira de acácia e colocada no Santo dos Santos (ver Êxo. 5.22), onde a presença de Yahweh vinha ao encontro de Moisés e do Sumo Sacerdote, que ministrava ali uma vez por ano. Ver no *Dicionário* o detalhado artigo intitulado *Arca da Aliança*.

10.4

A *repetição* era uma das características literárias do autor do Pentateuco, pelo que temos aqui vários itens mencionados que já tínhamos visto antes por algumas vezes. As antigas tábuas de pedra da lei haviam sido quebradas (9.17); e agora, eram substituídas por novas (ver Êxo. 34.1-4). Os *dez mandamentos* (ver a esse respeito no *Dicionário*) foram assim *devolvidos* a Israel. Terríveis e temíveis manifestações tinham acompanhado a outorga original da lei (ver Êxo. 19.12 ss.), sendo de se presumir que o mesmo ocorreu quando da segunda outorga da lei, conforme fica entendido em Êxodo 34.3.

No dia da congregação. Temos aqui uma menção ao fato de que Israel se reuniu ao pé do Monte Sinai, a fim de *testificar* acerca da doação da lei. Ver Êxo.19.7 ss.

10.5

O fato de que as novas tábuas de pedra foram postas dentro da arca também é referido em Êxo. 40.3. O "testemunho", ou seja, as tábuas da lei, achavam-se ali quando o tabernáculo foi erigido e posto em uso. Ver I Reis 8.9.

10.6

Os *vss.* 6-9 evidentemente são uma inserção editorial, que talvez represente um fragmento de um antigo itinerário, talvez citado de uma fonte original separada do resto da narrativa deste décimo capítulo. Cf. Núm. 33.30-38, onde os locais mencionados aparecem em uma ordem diferente, que os críticos atribuem à fonte informativa *P(S)*. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *J.E.D.P.(S.)*, quanto à teoria das fontes múltiplas do Pentateuco.

Esta minúscula seção apresenta dois problemas: 1. Há um itinerário diferente daquele apresentado nos capítulos 20, 21 e 33 de Números. 2. Situa a morte de Arão perto de Moserá, e não no Monte Hor, próximo à fronteira com Edom (Núm. 33.38). Apesar de não haver maneira certa de resolver as dificuldades, uma das abordagens consiste em supormos que o itinerário realmente tenha sido diferente, e que Israel revisitou certos lugares em uma segunda jornada através da região. Além disso, supõe-se que Moserá fosse um distrito onde ficava localizado o Monte Hor. Os críticos chamam essas reconciliações de *ad hoc*, ou seja, "inventadas", para resolver algum problema, e não verdadeiras informações que solucionam alguma questão. Supõem eles que simplesmente tenhamos uma pequena porção das informações que chegaram até nós da parte de alguma fonte informativa separada, e que esta continha alguma discrepância quando comparada com outras fontes informativas. Minha opinião pessoal é que a questão não se reveste de importância, e que somente os céticos, que anseiam por encontrar problemas na Bíblia, lançam sombras sobre ela, ou então os ultraconservadores, que pensam que devem buscar harmonia a qualquer preço. Somente esses ficam perturbados diante dessa e de outras questões similares.

Beerote-Bene-Jaacã. Ver as notas detalhadas sobre esse local no *Dicionário*. Esse nome significa "poços dos filhos de Jaacã". Provavelmente ficava no vale de Arabá. Alguns eruditos pensam que uma certa Bene-Jaacã é uma localidade diferente daquela que temos neste versículo. Talvez a moderna *Birein* assinale o local antigo. Esta fica ao norte de Cades-Barnéia. Os outros lugares mencionados neste versículo ainda não foram identificados.

Moserá. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Moserote (Moserá)*, quanto a detalhes completos. Meu artigo ali entra nas alegadas discrepâncias do texto com sugestões para solucioná-las. Ver também a *introdução* a esta seção, quanto aos problemas do texto, quando comparado com o seu paralelo no livro de Números.

Eleazar. Ver sobre esse homem no *Dicionário*. Na qualidade de filho de Arão, ele tomou seu lugar como Sumo Sacerdote, por ocasião da morte de Arão, pelo que foi o segundo sumo sacerdote da história de Israel. Ele era o terceiro filho de Arão. Ver Núm. 20.28.

10.7

Gudgodá. No hebraico, "incisão", "perfuração". Os israelitas estiveram nesse local, as circunvizinhanças de Cades-Barnéia, quando vagueavam pelo deserto, antes de conquistarem a Terra Prometida. Sob essa forma o nome aparece por duas vezes aqui em Deu. 10.7. Em Números 33.33 o nome do mesmo lugar aparece como Hor-Gidgade, que, ao que parece, significa "caverna de Gidgade". Os eruditos sugerem que ficava perto do wadi Hadahid. É possível que a diferença de grafia se deva, principalmente, a sinais vocálicos, escolhidos pelos massoretas.

Jotbatá. Ver sobre esse lugar em Núm. 33.33. Aben Ezra identificou esse lugar com o povo em Beer (ver Núm. 21.16). Seja como for, havia ali muita água para um povo sedento, e para os seus animais domésticos.

10.8

Separou a tribo de Levi. Os levitas tornaram-se uma casta sacerdotal. Talvez essa nota se refira à morte de Arão: foi por esse tempo que ocorreu a separação da casta sacerdotal. Ou então foi nesse tempo que os filhos de Israel chegaram a Jotbatá. Mas os vss. 6 e 7 podem ser uma inserção editorial; e, nesse caso, é impossível localizar o elemento tempo deste versículo com qualquer coisa que tenha sido dita no versículo anterior. Em algum ponto das perambulações dos israelitas por aquela região foi que Levi deixou de ser uma tribo "secular". Cf. Núm. 1.47 ss.. O número tradicional das doze tribos foi conseguido não contando nem Levi nem José, mas dividindo este último em Manassés e Efraim, tribos que se derivavam dos dois filhos de José. Assim sendo, dez tribos descendiam diretamente dos filhos de Jacó, e duas tribos descendiam dos dois filhos de José. Esses dois filhos de José foram adotados por Jacó como seus próprios filhos, pelo que também eram considerados filhos de Jacó, e não seus netos. Ver o capítulo 48 do livro de *Gênesis* quanto à cerimônia de adoção por parte do grande patriarca.

Os deveres dos levitas estavam relacionados a todos os objetos e funções sagrados do tabernáculo, e incluíam o transporte da arca, quando Israel estava em movimento.

Até ao dia de hoje. Em outras palavras, suas funções sacerdotais continuaram ininterruptas, até o tempo em que o livro de Deuteronômio foi escrito. Eles não receberam uma incumbência meramente temporária.

"'Por esse mesmo tempo', ou seja, no Sinai, depois da segunda descida de Moisés do Monte, pelo tempo da morte de Arão" (Ellicott, *in loc.*). Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Sacerdotes.*

10.9

Não tem parte nem herança. A casta sacerdotal não tinha herança sob a forma de território, conforme acontecia às outras tribos. No entanto, certo número de cidades lhes foi dado com uma pequena porção de território circundante. Essas cidades estavam espalhadas por todo o território de Israel. Ver o gráfico que ilustra isso em Núm. 35.1. A herança dos levitas era o próprio Yahweh e os seus labores espirituais. Ver Núm. 1.47 ss. Ver também Deu. 18.1-8, onde a questão é reiterada com maiores detalhes. *Yahweh* era a herança deles (vs. 2). Quanto à descrição dos labores dos levitas, ver Êxodo 28 e 29 e Levítico 8. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Deus, Nomes Bíblicos de.* Desse modo, Deus garantiu que a bênção dos levitas, em sua situação e trabalho, era uma herança de maior valor do que a herança das demais tribos. Os Targuns de Onkelos e de Jonathan explicam isso como "os dons que o Senhor lhes deu eram a herança deles". Cf. Núm. 18.20,21.

10.10

A *repetição* é uma característica literária do autor do Pentateuco, pelo que achamos aqui, uma vez mais, os elementos que já pudemos encontrar antes por diversas vezes. Somos lembrados da *primeira vez* em que Moisés esteve no Monte Sinai para receber a lei, quando ele jejuou por quarenta dias e quarenta noites, em preparação para o evento. Ver Êxo. 34.28, quanto à narrativa. Ver também Deu. 9.9 ss.. A *segunda sessão* de quarenta dias e quarenta noites, que foi a intercessão de Moisés para impedir o aniquilamento do povo de Israel, por causa do bezerro de ouro, está registrada em Deu. 9.18 ss. e 9.25 ss.. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Número (Numeral, Numerologia).*

10.11

Levanta-te, põe-te a caminho. Temos aqui a ordem de entrar na Terra Prometida e possuí-la, visto que foi dada aos patriarcas, de acordo com o Pacto Abraâmico. Logo, aqui são reiteradas antigas informações. Os filhos de Israel tinham errado e se tinham rebelado, mas a marcha prosseguiu, porque a conquista da Terra Prometida era *inevitável.* Ver Êxo. 32.34 e 33.1. Esse último versículo é uma virtual duplicação deste versículo, pelo que as notas dadas ali aplicam-se também aqui.

"A Verdade Reiterada". Esta exaltada passagem (Deu. 10.11-11.7), de natureza quase toda ela hortativa, na verdade é a chave para o inteiro livro de Deuteronômio. O autor sacro buscava persuadir o povo a obedecer, com base na *história* do que tinha acontecido. "O método deuteronômio" sempre foi primeiramente reafirmar a lei mosaica, e então fazer pesar sobre o povo todo o poder da história das bênçãos conferidas por um Deus inexprimivelmente bondoso; e, finalmente, repetir a lição por muitas e muitas vezes" (Henry S. Shires, *in loc.*).

Os Requisitos de Yahweh (10.12-22)

10.12

Que é que o Senhor requer de ti? Em uma narrativa contínua, o autor alistou muitos requisitos, muitos mandamentos, todos eles com base na lei. Essa lei era a base do *Pacto Mosaico* (ver as notas na introdução ao capítulo 19 do livro de *Êxodo*).

"Nesses versículos, uma série de homilias, iniciadas no sexto capítulo, atinge aqui o seu clímax, tal como a pesquisa dos capítulos primeiro a quarto atingiram o seu ponto culminante em 4.32-40. A totalidade da exortação deuteronômia é aqui poderosamente sumariada. Os vss. 12 e 13 repetem as exigências totais que Deus impôs ao Seu povo" (G. Ernest Wright, *in loc.*). O restante das exortações constantes neste capítulo dependem da exortação básica e introdutória dos vss. 12 e 13. Cf. o "requer de ti" deste versículo do "pede de ti" de Miquéias 6.8.

Os Cinco Requisitos Básicos da Lei:

Essa é a essência mesma do intuito da lei, que formava a base do *Pacto Mosaico.*

1. *Temer a Yahweh-Elohim,* o Deus Eterno e Todo-poderoso. Os contextos em que encontramos esse mandamento vão além da reverência a que alguns intérpretes reduzem a questão. O Deus de Israel estava pronto para destruir os desobedientes, conforme fez em várias outras ocasiões. Por conseguinte, um temor genuíno é indispensável para que alguém se relacione com êxito com o Senhor. O temor ao Senhor é o princípio da sabedoria (ver Provérbios 1.7).

   Temor Santo. Deus é o seu objeto (Isa. 29.13). Deus é o seu autor (Jer. 32.39,40). As Escrituras nos ajudam a compreender esse temor (Pro. 2.3-5). Requer que o homem de Deus rejeite o mal (Pro. 8.13). É um tesouro para os santos (Pro. 15.16). Esse temor é requerido da parte de todos os homens espirituais (Deu. 13.4; Sal. 22.23; Ecl. 12.13; I Ped. 2.17). É dotado de poder

santificador (Sal. 19.7-9), da santidade de Deus (Apo. 15.4), de Sua grandeza (Deu. 10.12), de Seu perdão (Sal. 130.4). Todos esses são elementos inspiradores do temor santo. Esse temor deve ser uma característica de todos os santos (Mal. 3.16), bem como uma fonte de alegria para eles (Sal. 2.11).

2. *Andar nos Caminhos de Yahweh*, aplicando todas as leis dadas em total obediência. Ver no *Dicionário* a metáfora do *Andar*.
3. *Amor*. Essa é a base de todos os atos realmente espirituais e de toda conduta cristã. É a essência mesma da lei, conforme Paulo nos diz em Romanos 13.9 ss. Jesus fez do amor o maior dos mandamentos, ou seja, o amor a Deus. E o segundo dos mandamentos é o amor ao próximo. Ver sobre isso em Mat. 22.37-39. Essa declaração de Jesus foi *emprestada* diretamente de Deuteronômio 6.5, cujas notas expositivas aplicam-se aqui também. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Amor*. Minhas notas detalhadas incluem ilustrações e poemas.
4. *Serviço*. Este é o cumprimento prático da lei do amor. E, no contexto da lei, indicava o cumprimento de todos os deveres cerimoniais do tabernáculo, como os sacrifícios, os ritos etc. Mas essa palavra também indica atos de amor e misericórdia e a prática das boas obras. Ver no *Dicionário* o artigo detalhado intitulado *Boas Obras*.

   O modo de servir deve ser de todo o coração, ilimitado e intenso, a saber, de todo coração e alma, tal como nos é ordenado amar a Deus desse modo (ver Deu. 6.5). A *espiritualidade* deve envolver todos os aspectos da vida, e não meramente algo adicionado a ela. Essa é uma lição que só pode ser aprendida pelos homens mais espirituais. Todas as outras coisas dependem da espiritualidade.

10.13

Este versículo dá prosseguimento à lista de requisitos essenciais da lei, lista essa iniciada no versículo anterior.

5. *A Guarda dos Mandamentos*. Requer-se, *em primeiro lugar*, o conhecimento necessário para o cumprimento desses mandamentos, pois a legislação mosaica era complexa e muito exigente. Em *segundo lugar*, o cumprimento desse dever requeria ensino constante por parte da casta sacerdotal. Em *terceiro lugar*, o cumprimento apropriado dos mandamentos requeria obediência plena por parte de todos quantos recebessem o ensino. Os *Dez Mandamentos* (ver a respeito no *Dicionário*) formavam o núcleo da lei, que foi seguido então por inúmeros preceitos e ritos. A vida foi prometida aos obedientes. Ver Deu. 4.1; 5.33 e 6.2, quanto ao conceito da lei como transmissora de vida.

Os mandamentos... os seus estatutos. Em outros textos achamos a adição dos "juízos". Esses eram termos que apontavam para a multidão de preceitos e ritos requeridos pela lei mosaica. Quanto à *tripla* designação da lei, ver as notas sobre Deu. 6.1.

10.14

A Grandeza de Deus. Esse era o poder por trás de todos os mandamentos de Deus. Ele é o criador de todas as coisas; Ele é o proprietário de tudo; Ele é a fonte de toda vida e existência. Logo, Ele tem o direito de requerer tudo da parte de todo homem, em consonância com a Sua vontade.

Os céus e os céus dos céus. Não há como estar certo dos tipos de divisões que o autor sagrado concebia quanto aos céus. Haveria os céus atmosféricos; os céus estelados; e os céus da habitação de Deus. O autor estava pensando sobre a complexidade das *obras superiores* de Deus. Cf. I Reis 8.27; Nee. 9.6; Sal. 68.33; 148.4; João 14.2; II Cor. 12.1-4 e Efé. 4.10. O judaísmo posterior inventou o conceito dos *sete céus*, que Paulo parece ter apoiado, ao mencionar o terceiro céu (ver II Cor. 12.2). Ver sobre esse versículo no *Novo Testamento Interpretado*.

Por Que Devemos Amar a Deus? Porque Ele é a origem de todas as coisas, incluindo a própria vida (Tia. 1.17). Por causa de Seus atos salvatícios; por ser Ele o dono de todo o universo e o sustentador de todas as coisas. O povo de Israel foi eleito pelo Deus único e Todo-poderoso, pelo que tinha a responsabilidade de viver de acordo com os mandamentos e requisitos divinos. Cf. Sal. 115.15,16. Aquele que dá é amado. Deus deu e continua dando tudo. Por isso mesmo, Ele é o grande objeto de nosso amor. O amor funciona por meio de uma obediência prática.

10.15

O Senhor se afeiçoou a teus pais. A eleição dos patriarcas estava alicerçada no o amor de Deus; os patriarcas foram eleitos ,e assim, seus descendentes também foram escolhidos. Ver as notas sobre o Pacto *Abraâmico* em Gên. 15.18 e, no *Dicionário*, ver o artigo geral chamado *Pactos*. Ver também o artigo intitulado *Eleição*. Se a eleição se alicerçou sobre o amor assim o nosso amor deve corresponder ao amor divino (ver Deu. 6.5).

Escolheu de todos os povos. A lei fez com que Israel se tornasse um povo distinto, mais sábio do que os demais povos. Ver sobre isso em Deuteronômio 4.6-8. Esse povo distinguido deveria prestar uma obediência distinta.

10.16

Circuncidai, pois, o vosso coração. A circuncisão do coração é um tema que Paulo ventilou em Rom. 2.28,29. Indica a obediência à lei, de todo coração, os atos de um homem espiritual, em contraste com o oferecimento superficial de sacrifícios, somente porque a pessoa tinha o dever de assim fazer. Aponta para a liberdade de toda forma de idolatria, de mescla com a verdadeira adoração ao único Deus (vs. 17, o segundo mandamento; Êxo. 20.3,4). Destaca a remoção da corrupção do coração e da vida, tal como o prepúcio era removido por ocasião da circuncisão literal. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Circuncisão*, quanto ao ato e quanto ao seu significado metafórico. A circuncisão era o sinal mesmo do Pacto Abraâmico (ver Gên. 17), da mesma forma que a guarda do sábado era o sinal do Pacto Mosaico (ver Êxo. 31.12 ss.). Ver no *Dicionário* o verbete *Sábado*. Indicava a remoção de todo mal e a possessão entesourada de todo o bem. Cf. Deu. 30.6 e Jer. 4.4. A *purificação* da alma é a sua expressão espiritual. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Santificação*.

Não mais endureçais a vossa cerviz. Ver o artigo sobre esse assunto no *Dicionário*, bem como os trechos de Êxodo 32.9 e Deuteronômio 9.6,13,24. O coração circuncidado elimina a dura cerviz. Ambas as coisas são metáforas que exprimem a necessidade da *santidade*. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Justiça*. Cf. Lev. 24.41 e Jer. 9.26. Os "lábios incircuncisos", conforme dizem algumas versões em Êxo. 6.12,30 e Jer. 6.10, indicam o fato de que os pagãos eram incircuncisos, e que Israel se tornava incircunciso quando agia à moda dos pagãos.

10.17

Yahweh-Elohim é o Deus dos deuses e o único verdadeiro Deus, e não o Senhor de deuses secundários ou inferiores, conforme alguns interpretam. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Monoteísmo*; e, contra a idolatria, ver sobre o *segundo mandamento*, comentado em Êxo. 20.3,4.

O único verdadeiro Deus é grande (o que é ampliado no vs. 14 deste capítulo). Ele também é terrível e deve ser *temido* (o que é ampliado no vs. 12, primeiro ponto). Ele é o Todo-poderoso, o que é inerente a Seus nomes de *El* e *Elohim* (forma plural); Ele não tem respeito humano, ou seja, não favorece uma pessoa em prejuízo de outra; não aceita suborno, conforme costumam fazer os homens; mas requer a mesma obediência e a mesma justiça da parte de todos os homens. Nessa conexão, ver Jó 36.18,19. Isso posto, o autor sacro *acumulou* títulos e descrições de Deus, a fim de enfatizar o Seu caráter ímpar, a Sua soberania, a Sua supremacia sobre todos os demais poderes do universo. E daí advém a *necessidade* que temos de amá-Lo e de Lhe sermos obedientes.

O autor sagrado tomou por empréstimo uma expressão própria do politeísmo, "Deus dos deuses", embora isso não indique nenhuma idéia de pluralidade de deuses. O autor sagrado deu à expressão um sentido monoteísta, em consonância com a teologia do yahwismo.

10.18

Justiça para Além das Fronteiras da comunidade de Israel era uma das melhores percepções da lei. Quanto mais amplo for o escopo de nosso amor, mais próximos estaremos vivendo do fogo divino central. Os homens gostam de fechar as portas e as janelas da casa do conhecimento. O amor abre as janelas, e um conhecimento crescente abre as portas. Gradualmente, o judaísmo percebeu a *universalidade* de Yahweh e, por sua vez, a universalidade dos melhores conceitos da lei e de suas exigências.

As classes pouco privilegiadas incluíam as viúvas, os órfãos e os estrangeiros, os quais ou viviam em Israel como imigrantes, ou apenas estavam passando pelo país. A correta compreensão da lei demandava justiça para todos, sem nenhuma distinção.

O termo hebraico *ger* (estrangeiro) usualmente era reservado para indicar um estrangeiro que houvesse deixado sua terra natal e tivesse fixado residência em Israel. Mas de outras vezes a palavra reveste-se de um sentido mais amplo. Essa gente acabava convertendo-se a Yahweh, e eram judeus quanto à sua fé religiosa, embora não fossem, racialmente, pertencentes ao mundo hebreu. Uma pessoa assim estava sujeita a ser perseguida ou a ser ignorada. Dos estrangeiros esperava-se que observassem a lei e acompanhassem o culto do tabernáculo. Ver Deu. 16.11,14; 26.11; 29.10,11; 31.12 quanto a leis que regulamentavam o tratamento que devia ser dado aos poucos privilegiados. Cf. também Deu. 24.17-22. A redenção divina é imparcial e confere bem-estar a todos.

Deus ama tais pessoas. Esse é o âmago do versículo. E essa é uma excelente universalização da lei do amor, nos seus primórdios. Ver Deu. 6.5 quanto à lei do amor, que envolve tanto a Deus quanto aos nossos semelhantes. Ver no *Dicionário* o artigo geral a respeito do *Amor*.

10.19

Fostes estrangeiros na terra do Egito. Houve tempo em que Israel era uma minoria racial, em terra estrangeira, tratado com constante hostilidade. A memória daquele período crítico da história daria aos hebreus o discernimento necessário acerca do *porquê* do tratamento justo aos estrangeiros que viessem viver entre eles. Cf. Lev. 34. O trecho de Levítico 19.18 também tem como centro a lei do amor ao próximo. Ver Deu. 15.1-18 e 22.1-4 quanto a aplicações práticas da lei do amor fraternal. Temos aqui o segundo mais importante mandamento, o primeiro sendo o amor a Deus, a base de todos os atos morais.

10.20

Este versículo é similar aos vss. 12 e 13 deste capítulo, pois os conceitos ali contidos servem de luzes orientadoras quanto a toda conduta, conforme é descrito com detalhes nesta passagem. O *temor* piedoso é repetido (ver o vs. 12); a idéia de "servir", com base nesse mesmo versículo. "Te chegarás" é uma idéia nova, dando a entender uma lealdade vigorosa e entusiasmada a Deus e à Sua lei. Cf. Deu. 11.22; 13.4; 30.20, onde a idéia é repetida. Achegar-se a Deus seria o final de qualquer tentação a respeito da idolatria.

Pelo seu nome jurarás. Para que tivessem validade, todos os julgamentos tinham de ser feitos em nome de Deus, tendo Yahweh como testemunha. Essas palavras referem-se a juramentos pessoais religiosos, ou então a promessas e resoluções. Cf. Deu. 6.13, onde comentei sobre a questão. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Juramentos*.

10.21

Ele é o teu louvor. Essa é a base de todo louvor. Deus é o alvo de todo esse louvor. Yahweh merece o louvor de todas as Suas criaturas inteligentes, porquanto Ele é a Fonte de toda vida e bem-estar (Tia. 1.17). Seus dons são espirituais e temporais, e a vida é abençoada por meio deles. Cf. Jer. 17.14. "É uma honra eterna, para qualquer alma, estar em situação de amizade com Deus" (Adam Clarke, *in loc.*).

Fonte, Tu, de toda bênção,
Vem o canto me inspirar.
Dons de Deus que nunca cessam,
Quero em alto som louvar.

(Robert Robinson)

Ver no *Dicionário* o detalhado artigo chamado *Louvor*.

Deus é Aquele que opera sinais e maravilhas (Deu. 4.34; 6.22; 7.19), bem como grandes e terríveis coisas, como juízos sobre os inimigos e milagres de provisão. O povo de Israel foi libertado do Egito mediante uma série de milagres, e dali foi conduzido a um deserto seco, mas nunca lhe faltou coisa alguma. Foram-lhe dadas grandes vitórias, como aquelas sobre Seom e Ogue. Ver os Salmos 106.22 e 136.10-21.

10.22

Setenta almas. Setenta pessoas da família de Jacó desceram ao Egito, quando a fome, na Palestina, forçou-os a sair dali. Algumas traduções dizem *setenta e cinco*. Ver Atos 7.14,15, no *Novo Testamento Interpretado*, quanto a um estudo completo sobre a questão, a qual não se reveste de uma importância capital, exceto para os críticos, que pretendem lançar uma sombra de dúvidas sobre a Bíblia, ou para os ultraconservadores, que requerem harmonia a qualquer preço.

De Modestos Começos até a Grandeza. De tão breves começos, e habitando em uma terra hostil, Israel aumentou para seiscentos mil homens de mais de vinte anos de idade para cima, capazes de servir ao exército. Isso quer dizer que a população total dos hebreus deve ter sido entre três e quatro milhões de pessoas. Multiplicaram-se tanto que se tornaram como as estrelas do céu e como as areias do Mar, em consonância com as promessas dadas a Abraão e confirmadas pelo Pacto Abraâmico (ver Gên. 15.18). Ver Núm. 1.46, quanto a esses dados estatísticos. Ver Núm. 1.2 quanto a uma comparação entre os *dois recenseamentos* que houve.

A *lição* dada pelo versículo é que a grandeza de Deus ia sendo crescentemente reconhecida. A bênção divina florescia em Israel porque essa nação estava sendo preparada para ser um instrumento especial de comunicação da mensagem divina, que culminaria no Messias, o Filho Maior de Abraão.

Como as estrelas dos céus em multidão. Ver as notas a esse respeito em Gên. 15.5; 22.17 e 26.4.

Capítulo Onze

O capítulo à nossa frente faz parte da seção iniciada em Deu. 8.1, onde devem ser consultadas as notas de introdução. Continuamos aqui com a ênfase sobre a *relação entre a obediência e a possessão*. Tudo começa pelo amor, no terreno espiritual. O autor sacro apelou para ilustrações históricas para que a sua lição se tornasse mais vívida. Visto que o povo de Israel tinha contemplado tão grandes obras, realizadas pelo Deus de amor (vs. 7), deveria seguir-se, naturalmente, o amor (vs. 8). Na obediência assim prestada, a Terra Prometida seria possuída, e então usada da maneira correta. A vida seria uma conseqüência da obediência (vs. 9). A Terra Prometida era muito boa, mas só permaneceria como tal se os israelitas continuassem na obediência. Não havia como exagerar a importância da lei diante de Israel. A lei mosaica era tudo para eles. *Todas as bênçãos*, temporais e espirituais, dependiam da lei.

Ver Deuteronômio 6.5 quanto ao primeiro e ao segundo mandamentos, cujo cumprimento é a essência da lei, bem como a raiz de onde se origina toda fruição relativa ao povo de Israel.

11.1

Preceitos... estatutos... juízos... mandamentos. Os três primeiros desses quatro termos são empregados em outros trechos para indicar a multiplicidade da lei e suas aplicações, como em Deu. 6.1. "Mandamentos" parece ser aqui um somatório dos três primeiros termos. A tripla designação é comum, mas algumas vezes apenas um ou dois dos três elementos se fazem presentes. O trecho de Deu. 8.1 diz apenas "mandamentos", embora a exortação à obediência seja idêntica. Neste ponto, a obediência aparece como dependente do amor, conforme também foi dito em Deu. 6.5, onde o leitor deve ver as notas expositivas. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Deus, Nomes Bíblicos de*.

"Uma vez mais, Moisés deu ênfase especial à *inseparabilidade* do amor e da obediência (cf. Deu. 6.5,6; 7.9; 10.12,13; 11.13,22; 19.9; 30.6,8,16,20). O teste ácido do amor de um israelita a Deus era ser-Lhe obediente (cf. João 14.15)" (Jack S. Deere, *in loc.*). A *obediência* era medida em termos de cumprimento de todas as condições da lei, com base na motivação do amor. Somente assim se conseguiria uma obediência *duradoura*. Todos os outros motivos falham, afinal de contas.

11.2

Considerai hoje. Israel era um povo bem informado. Moisés não estava falando a um povo mal instruído. Eles tanto tinham visto quanto tinham experimentado o poder e a provisão de Yahweh. A experiência passada deveria ajudar a obediência presente. O tabernáculo tinha sido erigido; as circunstâncias da vida tinham servido de ilustrações; os milagres divinos tinham agido como lições objetivas. *Três* descrições de Yahweh e Seus atos foram dados: 1. Sua *grandeza* inerente. Um dos atributos de Deus é a Sua onipotência. Ver no *Dicionário* o artigo *Atributos de Deus*. Seu poder nunca se ausenta, um poder que mana de Seu próprio ser. 2. Sua *mão poderosa*. Ver sobre isso em Deu. 3.24; 4.34; 5.15; 6.21; 9.26; 34.12. 3. Seu *braço estendido*. Quanto a isso ver Êxo. 6.6; Deu. 4.34; 5.15; 7.19; 9.29; 11.2; 26.8. Essas duas expressões apontam para incidentes em que o poder e as intervenções de Yahweh foram efetuadas. Naturalmente, são expressões antropomórficas. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Antropomorfismo*.

11.3

Os seus sinais, as suas obras. Os milagres e os prodígios feitos no Egito foram lições objetivas da intervenção divina, mostrando como Deus usa a Sua mão poderosa e o Seu braço estendido. Ver Êxo. 7.14 (notas introdutórias) quanto às *Dez Pragas* do Egito, que ilustra a questão, incluindo os elementos miraculosos. Ver também o verbete *Milagres*. Cada um daqueles milagres derrotou alguma divindade egípcia específica. Em outras palavras, esses milagres também derrotaram a idolatria.

Faraó. Ver a respeito no *Dicionário*. Há especulações sobre qual dos Faraós teria estado envolvido nos acontecimentos do êxodo de Israel do Egito.

11.4

Mar Vermelho. Melhor ainda, "Mar de Juncos". Essa foi uma ocasião memorável na qual a poderosa mão de Deus e o Seu braço estendido fizeram intervenção em favor de Israel. A maioria dos estudiosos concorda que está aqui em pauta o Mar de Juncos, e não o Mar Vermelho, ou seja, um dos lagos de água doce posicionados acima do braço do Mar Vermelho que se dirige para o norte. "O Mar de juncos de papiros" (Jack S. Deere, *in loc.*). Ver notas expositivas completas sobre o que significava esse Mar, em Êxo. 13.18. Ver também Êxo. 14.22.

A intervenção divina, no Mar de Juncos, tornou-se, para todas as épocas, uma ilustração histórica do poder divino, e sempre apresenta a possibilidade da intervenção divina. Sempre serviu de motivação para a obediência ao Deus da redenção. A ruína duradoura do Egito, que significou a libertação de Israel, só podia ser explicada por uma intervenção divina. Ver, em Deu. 4.20, como o poder de Yahweh tirou Israel do Egito, um tema mencionado por cerca de vinte vezes em Deuteronômio.

11.5

Temos aqui uma declaração geral do autor acerca de todos os atos poderosos de Yahweh e de Sua provisão no deserto, tudo o que servia de outra motivação para que eles *obedecessem* ao seu *Benfeitor*. O poder e as provisões de Deus servem de fator constante na vida diária do crente, não apenas de exibições de ocasional dramaticidade divina. Embora os filhos de Israel se tivessem rebelado por cerca de onze vezes (ver as notas em Núm. 14.18 e 21.5), ainda assim a graça do Senhor seguiu-os e abençoou-os.

Até aqui Teu poder me abençoou,
E por certo continuará a guiar-me;
Eu gostava de escolher o meu caminho,
Mas, agora, guia-me daqui por diante.

(John H. Newton)

11.6

E ainda o que fez. Juízos de natureza miraculosa faziam parte das intervenções de Yahweh, visto que somente um povo purificado e obediente poderia possuir a Terra Prometida e obter sucesso ali. O autor nos faz lembrar dos casos de Datã e Abirão. Esses homens, juntamente com Coré, encabeçaram uma rebelião contra a autoridade de Moisés e sofreram conseqüências fatais. A história é contada longamente em Núm. 16.30-33. A terra os engoliu vivos, e isso pôs fim à rebelião. Se Yahweh não tivesse dado fim àqueles homens iníquos, Ele teria de dar fim ao povo inteiro de Israel. Mas do modo como as coisas sucederam, o câncer foi removido e o corpo foi salvo. Ver Núm. 16.45, quanto ao juízo generalizado que foi ameaçado. Um grande fogo divino seguiu-se à abertura da terra e eliminou outro grupo de rebeldes, antes que pudessem escapar. E então seguiu-se uma praga que destruiu catorze mil pessoas, sem dúvida, aqueles que tinham dado apoio ao movimento rebelde. Ver Núm. 16.41 ss.. E ver sobre a revolta de Coré em Núm. 16.1-11.

11.7,8

Os vossos olhos são os que viram. Moisés dirigia-se àqueles que tinham visto os grandes eventos referidos, os quais, portanto, não tinham desculpas. A tendência de gerações sucessivas é dizer: "Tudo isso foi apenas um mito!". Mas a geração que vira tudo, *sabia*. Com base nesse *conhecimento*, *eles tiveram de agir* em obediência à lei, pois, de outra sorte, eles não teriam entrado na posse da Terra Prometida, tornando-se impossível permanecer ali. Tudo dependia da obediência à lei, um tema que é muito reiterado no Pentateuco. A Terra Prometida foi dada divinamente dentro do Pacto Abraâmico (ver Gên. 15.18). Os primitivos habitantes dali seriam expulsos pelo decreto divino (Gên. 15.16); mas tudo dependia da obediência. Ver Deu. 6.1; 8.1 e 11.1, quanto a essa ênfase, que agora retorna, mostrando qual era a condição para a possessão da Terra Prometida, a saber, a obediência à lei.

"A promessa divina não era automática, isto é, não dependia somente de questões como descendência e desejo nacional. A eleição, com suas bênçãos conseqüentes, dependia da aceitação da nação de sua responsabiiidade, o que, por sua vez, repousava sobre a revelação da lei de Deus" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

11.9

Para que prolongueis os dias na terra. Na estimativa do autor sacro, a *vida* seria dada mediante a observância da lei. Está em pauta, contudo, a vida *física*, na Terra Prometida, uma vida terrena abençoada. Não há aqui nenhum intuito de falar sobre a vida além-túmulo, ainda que a teologia judaica posterior tenha interpretado a questão como se ela apontasse tanto para uma vida física próspera quanto para a salvação no mundo por vir. Essa questão foi anotada com detalhes em Deu. 4.1, com comentários adicionais em Deu. 5.33 e 6.2, pelo que não entro mais em detalhes aqui. Ver no *Dicionário* os verbetes intitulados *Vida* e *Salvação*.

A Terra Prometida foi dada a Abraão e seus descendentes, mediante um juramento divino. Ver, no *Dicionário*, sobre *Pactos*; sobre o *Pacto Abraâmico*, em Gên. 15.18; e sobre o *Pacto Mosaico*, nas notas introdutórias ao capítulo 19 do livro de *Êxodo*.

Terra que mana leite e mel. Essa é uma expressão bastante comum para falar sobre os suprimentos naturais abundantes da Terra Prometida. Ver as notas a respeito em Êxo. 3.8 e Núm. 13.27. "... abunda de todas as coisas boas, cujos frutos são como leite e doces como o mel" (Targum de Jonathan).

11.10

Não é como a terra do Egito. O Egito era mais seco do que a terra de Canaã, pois dependia de irrigação para ser produtivo. Mas em Canaã havia um suprimento mais natural de chuvas, excetuando as áreas desérticas. Yahweh é que havia dado à terra de Canaã um contínuo suprimento de chuva para a sustentação da vida. "O vale do rio Nilo tinha de ser irrigado pelo esforço humano. A Palestina, entretanto, dependia de um regime sazonal de chuvas. Essa diferença foi mencionada a fim de mostrar como Israel dependia do Senhor, Aquele que dá ou retém a chuva (ver Amós 4.7-9)" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre o vs. 10).

Com o pé. Em outras palavras, o processo de irrigação usualmente era árduo. O povo tinha de transportar água do rio Nilo para os seus campos. Como é óbvio, eles usavam animais nesse trabalho, embora se tratasse de um "trabalho feito com os pés", ao passo que a chuva, na região da terra de Canaã, era uma obra divina. Alguns estudiosos têm imaginado máquinas impulsionadas pelos pés, usadas para efeito de irrigação; mas não há nenhuma evidência quanto a isso. Eram empregadas valetas, mas o processo era laborioso. A "terra de Gósen", região onde Israel tinha vivido no Egito, era a melhor região do país (ver Gên. 47.6), mas Rashi informa-nos que nem mesmo a terra de Gósen era tão boa quanto a terra de Canaã.

11.11

Da chuva dos céus beberá as águas. A terra de Canaã dispunha de colinas e vales. Não era uma terra plana que se estendesse ao longo de um rio, como era a planície do rio Nilo. Em Canaã havia fontes e rios, e uma abundante chuva sazonal, excetuando as áreas desérticas, onde não se tentava praticar a agricultura. "Em Canaã, havia muitas colinas e montes, como aqueles em redor de Jerusalém, do Carmelo, do Tabor, do Líbano etc. Ali há vales e planícies, como o vale de Jezreel etc. Essa variedade tornava deleitável todo aquele território. A fertilidade da Palestina dependia das chuvas dadas por Yahweh, além do que Israel tinha de mostrar-se cauteloso quanto a manter uma bênção divina constante, por meio de sua obediência à lei.

"Enquanto dormes em teu leito, o Santo, bendito seja o Seu nome, irriga tanto as tuas terras altas quanto as tuas terras baixas" (Ellicott, *in loc.*, citando um autor judeu que ele não identificou).

11.12

Havia dois períodos de chuvas consideráveis. Um deles durante o outono, chamado de chuva "temporã", correspondente aos nossos meses de setembro-outubro; e outro durante a primavera, chamado de chuva "serôdia", correspondente aos nossos meses de março-abril. Cf. Joel 2.23. Se essas chuvas falhassem, seguia-se um desastre total, pelo que os israelitas dependiam totalmente delas. As chuvas temporãs, ou primeiras chuvas, punham fim ao calor e à seca do verão. E as chuvas serôdias, ou últimas chuvas, chegavam no começo do ano. E isso emprestava grande equilíbrio às condições atmosféricas. Ver dois artigos, no *Dicionário*, que ilustram este texto: *Chuva e Chuvas Antericres e Posteriores*.

11.13

Se diligentemente obedecerdes. As chuvas dependiam da obediência à lei, por parte dos filhos de Israel. O modo dessa obediência, e suas características, repete a expressão que figura em Deu. 6.5 e 10.12,13, cujas notas expositivas também se aplicam a este texto. Os apelos feitos no Deuteronômio são urgentes e expressivos. A obediência precisa estar alicerçada sobre o amor, sendo este o maior de todos os mandamentos. Uma observância *diligente* tinha de fluir da lei, com o acompanhamento do *serviço*, que se estende a todas as particularidades ordenadas na lei, com seu culto e suas demandas morais.

Yahweh é visto como aquele que controla a natureza. Temos aí a posição do *teísmo* (ver a respeito no *Dicionário*), em contraste com o deísmo (ver também no *Dicionário*). A primeira posição parte do pressuposto de que há um poder pessoal criador, e que esse poder permanece ao lado dos homens, abençoando ou castigando, tudo na dependência da obediência. O deísmo, por sua vez, pressupõe um poder criador (pessoal ou impessoal), mas supõe que esse poder tinha abandonado a sua criação, deixando tudo ao sabor das leis naturais. O teísmo admite a intervenção divina; mas não o deísmo.

11.14

Darei as chuvas. As *vitais* primeiras e últimas chuvas dependiam da vontade de Yahweh; e a vontade Dele, por sua parte, dependia da obediência humana. Se

Israel se voltasse para a idolatria (ver a respeito no *Dicionário*), então perderia as chuvas enviadas por Yahweh. Com isso, a prosperidade cessaria e a necessidade surgiria. A seca sempre foi considerada uma arma na mão de Deus para castigar os homens desobedientes. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Seca*. As leis da natureza não permitiam nenhuma independência da parte de Israel em relação a Yahweh, porquanto Deus era visto como Aquele que controla as leis da natureza.

"Deus não pode ser um prisioneiro, incapaz de afetar diretamente o próprio mundo que Ele criou! Cumpre-nos supor que, em resposta à oração, as leis que Ele mesmo determinou possam ser efetivadas" (Henry S. Shires, *in loc.*).

As religiões têm crido, *universalmente*, na intervenção divina acerca da chuva, e em muitas culturas há orações especiais com o intuito de atrair a chuva. Os índios americanos hopi até hoje continuam os seus ritos que atrairiam as chuvas. A misericórdia de Deus envia a chuva sobre todos (Mat. 5.45), mas há momentos em que Deus precisa fazer intervenção.

As populações dependentes da terra e das forças da natureza sentem-se especialmente agradecidas por suas colheitas, e isso é celebrado com coração grato. Todos nós dependemos igualmente do Senhor, embora essa dependência possa ser expressa de diferentes maneiras.

"A colheita dos frutos da terra ocorria em ocasiões diferentes. A colheita da cevada ocorria primeiro, e então vinha a colheita do trigo; e, depois disso, a vindima e a colheita das azeitonas. Por meio das chuvas certas, em seu devido período do ano, todas essas colheitas faziam-se possíveis" (John Gill, *in loc.*). Apesar de haver uma providência geral, que cuida de todas as coisas, há também uma providência especial e particular de Deus. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Providência de Deus*. Naturalmente, a providência faz parte do conceito do teísmo. Ver os comentários sobre o versículo anterior.

11.15

Darei erva. O gado também dependia da ajuda direta de Yahweh; e, por sua vez, os homens dependiam de seus animais domesticados, quanto a alimentos e quanto a sacrifícios de animais.

"O argumento do Deuteronômio, de que a obediência leal a Deus é a condição da higidez nacional e da possessão da Terra Prometida, não é afetado pelas dúvidas modernas" (G. Ernest Wright, *in loc.*). Cf. este versículo com Sal. 114.13,14 e Zac. 10.1.

11.16

Sirvais a outros deuses. A idolatria é mencionada vezes sem conta. Esse era o grande inimigo de Israel, bem como a origem de males intermináveis. O *segundo mandamento* (Êxo. 20.3,4) condenava elaboradamente a idolatria. A idolatria era capaz de fazer parar as chuvas vitais. Israel era facilmente enganado pelos povos vizinhos e por si mesmo, e com freqüência caía nessa armadilha. E o resultado era sempre desastroso. Finalmente, os filhos de Israel foram expulsos da Terra Prometida e levados para o cativeiro, por causa do pecado da idolatria com suas várias ramificações. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Cativeiro (Cativeiros)*. O coração humano vive aberto para as más influências, devido à sua corrupção interna. Esses dois fatores cooperam juntamente para causarem dor e tristeza.

Muitos deuses adorados na terra de Canaã estavam ligados a cultos de fertilidade. Havia deuses da reprodução humana, da fertilidade da terra, dos cereais, do azeite, das chuvas e de tudo quanto se pode imaginar. O autor sacro, pois, chama a atenção dos filhos de Israel para que não dessem atenção às várias manifestações do paganismo. A fertilidade, seja ela humana, animal ou vegetal, pertence a Yahweh. A fim de prosperar, Israel precisou ser diferente das nações pagãs ao seu redor. Ver Deu. 4.6 ss. quanto a isso.

11.17

Que a ira do Senhor se acenda. A ira de Yahweh estava pronta para entrar em ação. Quando observava Israel agindo como os pagãos, imitando suas múltiplas formas de idolatria, a ira de Deus entrava em ação. Um efeito imediato seria a suspensão das chuvas. Diante disso, havia um desastre total, pois Israel não dispunha de nenhum grande rio, como o Nilo, de que pudesse depender. A idolatria era precisamente o que provocava mais a ira de Deus. Os céus entesouram as chuvas; mas Deus não abria as janelas do céu para abençoar a um povo rebelde. "A chave para as chuvas é uma das chaves que os judeus dizem que o Senhor conserva em Sua própria mão, e que Ele abre e ninguém fecha, ou que Ele fecha e ninguém abre. Ver Deu. 28.12 e Mal. 3.10" (John Gill, *in loc.*). A essência dessa citação encontra-se no *Targum de Jonathan*, em seus comentários sobre Deuteronômio 28.12.

É irônico que Israel, ao tentar garantir a chuva adorando aos deuses cananeus, provocava a ira de Deus e assim fazia estancar as chuvas!

11.18

Os vss. 18-20 repetem, com leves variações, o texto de Deu. 6.6-9, cujas notas devem ser consultadas. Total atenção era necessária para desviar a ira de Yahweh. Meios físicos eram usados como lembretes. Havia os filactérios usados entre os olhos, com porções das Escrituras dentro deles. As *palavras* de Yahweh eram assim vinculadas ao coração e à alma, para que não fossem esquecidas, mas cumpridas com o máximo de precisão. O trecho de Deu. 6.8 fala em como essas palavras eram atadas às mãos e às frontes dos filhos de Israel, como sinais. Notas completas são dadas no texto paralelo. E adiciona que os filhos seriam objetos especiais desse ensino. Um israelita crescia saturado com a lei, e a sua disposição seria continuar, na idade adulta, os padrões firmados na meninice e na adolescência.

Os *comentadores judeus*, em sua tristeza, ao considerarem a história de Israel, observaram que Israel, quando estava cativo, na *ocasião* lembrava-se de tudo quanto Moisés lhes orientava fazer. Os desastres serviam como meios eficazes de lembrança.

Somente quando permitiam que Yahweh saturasse a mente e a alma deles, entrando em todas as áreas de sua vida, podia Israel escapar de poderes sedutores, externos e internos, os quais, de outra sorte, os levariam à ruína. A antevisão é prenhe de dúvidas e de rebeldia, mas a visão acerca do passado é precisa.

11.19

Este versículo é paralelo do trecho de Deu. 6.7. O ensino devia começar cedo; as *crianças* deviam ser condicionadas a obedecer. A educação secular começava, por exigência da lei, quando uma criança estava com cinco anos de idade. Mas muitos pais nunca dão início à educação espiritual de uma criança. Não admira, pois, que entre nós haja tanta gente carnal, tanta corrupção, tantas bobagens e desvios entre a população adulta. Ver o paralelo (Deu. 6.7) quanto a notas completas, visto que este versículo é quase uma duplicação daquele.

Nossos filhos, a nossa mais preciosa possessão, não podem ser negligenciados. A pior parte de qualquer caso de negligência é o aspecto espiritual, porque, afinal, um ser humano é uma alma eterna. Seu corpo é apenas um veículo.

11.20

Este versículo tem paralelo em Deu. 6.9, cujas notas devem ser consultadas.

"O mesmo princípio aplica-se hoje aos crentes. A dedicação tanto a conhecer quanto a obedecer às Escrituras impede que os crentes se dediquem a formas contemporâneas de adoração falsa (ver I Tim. 3.1-9; II Tim. 3.14-17). Foi por isso que Paulo exortou os crentes a deixar que a Palavra de Cristo habitasse neles ricamente" (Jack S. Deere, *in loc.*).

11.21

Para que se multipliquem os vossos dias. É novamente prometida a vida por meio da obediência à lei; mas agora para todos os hebreus, adultos e crianças igualmente. Ver notas completas sobre esse tema muito repetido em Deu. 4.1; 5.33 e 6.2. Vimos de novo esse conceito no nono versículo deste capítulo. Novamente é dito que essa vida é potencialmente vivida na Terra que Deus jurou dar aos patriarcas, de acordo com o Pacto Abraâmico, que também repete as declarações constantes no nono versículo deste capítulo, e onde a questão é comentada.

"Uma vida longa é algo muito desejável, e é prometida àqueles que obedecem e guardam a lei. Ver Deu. 30.19,20 e Sal. 91.16" (John Gill, *in loc.*). Quanto à desejabilidade de uma longa vida, ver Gên. 5.21.

Tão numerosos como os dias do céu. Está em pauta uma possessão *eterna*. Tal como os céus estão *sempre acima* da terra, fixados por decreto divino, assim também os efeitos do Pacto Abraâmico deveriam continuar a abençoar aos obedientes que participassem daquele pacto.

11.22

Uma *característica literária* do Pentateuco, do qual o Deuteronômio compartilha, é a repetição. Temos aqui, nos vss. 22-25, a repetição das condições para uma invasão e possessão bem-sucedida da Terra Prometida. Ver uma declaração elaborada sobre isso em Deu. 9.1-6. Tudo dependia dos seguintes pontos: 1. *Amar a Deus* (Deu. 6.5); 2. *guardar* os Seus mandamentos; 3. *andar* nos Seus caminhos; 4. *apegar-se* ao Senhor. Esses são elementos que foram dados em Deu. 10.12,13, onde fiz comentários detalhados. O texto de Deu. 9.1 ss. mostra que havia outros fatores incluídos na questão, a saber, o Pacto Abraâmico, que tinha de ser cumprido, e a graça de Deus que fez esse pacto ser cumprido, mesmo no caso de um povo rebelde, cuja retidão não podia fazer cumprir o pacto, visto que, de fato, era um povo rebelde (9.6).

11.23

O Senhor desapossará. Se os israelitas cumprissem as condições do pacto, mediante a obediência, então Yahweh *lutaria* por eles (Deu. 1.30; 3.22;

20.4), garantindo-lhes sucesso absoluto. As sete nações pagãs seriam expulsas da terra de Canaã. Ver sobre essas nações em Êxo. 33.2 e Deu. 7.1. Essa última referência deixa claro que aquelas nações eram mais poderosas do que Israel, pelo que somente uma intervenção divina seria capaz de expulsá-las dali. Ver também Deu. 9.1-6, que elabora essas questões e cujas notas também se aplicam aqui. Eles teriam de enfrentar *gigantes*. Todo homem espiritual enfrenta aquele tempo em que se defronta com forças grandes demais para ele, que o derrotariam em seus propósitos. É então que ele precisa apelar para a ajuda divina. Algumas vezes é mister que Deus *intervenha* em nossa vida, para que possamos fazer o que é certo, no tempo oportuno, com o resultado de que a nossa missão avança como é devido. Oh, Senhor, concede-nos tal graça!

11.24

Meus comentários sobre o *Pacto Abraâmico*, em Gên. 15.18, dão as dimensões da Terra Prometida, que também aparecem em parte neste versículo. O ensino é que *toda* aquela terra seria de Israel, e que seus pés a palmilhariam, ou seja, haveriam de *possuí-la*. A cena deste versículo tem sido repetida nos tempos modernos: Israel, em sua aflição, tem reunido multidões que se põem a caminhar pela terra, buscando uma reafirmação daquela antiga e divina intervenção que se faz necessária para que a terra seja possuída em paz e com vitória sobre os adversários.

Desde o rio. O primeiro rio, aqui mencionado, provavelmente é uma referência ao "ribeiro do Egito" (não o Nilo), o wadi el 'Arish, sobre o qual comentei em Núm. 34.5. Mas o Nilo, como fronteira oriental, parece estar em foco em Gên. 15.18, onde foi proferido o Pacto Abraâmico. O outro rio mencionado neste versículo é identificado como o Eufrates. Esse rio formava outra fronteira ideal da Terra Prometida. Seja como for, as dimensões dadas aqui foram essencialmente atingidas por Davi. Ver I Reis 4.21. O trecho de Jos. 1.3,4 repete as palavras deste versículo.

11.25

Ninguém vos poderá resistir. A vitória estava garantida pelo poder e pela presença de Yahweh, que venceria toda força superior, fortificações e gigantes. Ver sobre isso em Deu. 7.1. As *sete* nações que ocupavam a terra de Canaã, embora humana e logicamente em posição vantajosa, divinamente falando estavam em desvantagem. O *medo* haveria de perturbá-las. Yahweh-Elohim (os nomes divinos que figuram neste versículo), ou seja, o Eterno e Todo-poderoso, daria a vantagem a Israel, porquanto um propósito divino estava em operação. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Deus, Nomes Bíblicos de*. Ver Jos. 2.9-11 quanto ao *temor* prometido que teve cumprimento. Cf. Êxo. 15.16,17; Deu. 2.25; 28.10; Jos. 5.1, que são passagens paralelas.

A Escolha: a Bênção ou a Maldição (11.26-32)

11.26

Esta breve subseção apresenta-nos uma das passagens mais bem conhecidas deste livro. A neutralidade é impossível quando estão em foco as causas divinas. O povo de Israel mostrou-se negativo quanto à ocasião anterior, quando chegou às fronteiras da Terra Prometida, e teve de retroceder para o deserto por quarenta anos. Houve uma segunda oportunidade, porém. Uma ação positiva e afirmativa precisava caracterizá-los. Eles não podiam ter outra atitude negativa, e nem mesmo podiam ser neutros, pois então as conseqüências seriam drásticas. Essa circunstância traz até nós, vividamente, uma vida real, nas circunstâncias diárias, que podemos enfrentar por muitas ocasiões. Há necessidade de convicção e de decisão correta. Os maus obreiros sempre se mostram intensos e apaixonados por sua causa má. Mas os bons por muitas vezes não exibem a mesma intensidade de propósitos.

Há tristeza na indecisão.

(Cícero)

Esta breve seção funciona como uma espécie de conclusão à incumbência de Moisés para que Israel avançasse e conquistasse a Terra Prometida. Avançar era prosseguir para a bênção; retroceder era ter de enfrentar a maldição divina. A neutralidade estava excluída. "A escolha positiva em favor ou contra Deus é fundamental para a experiência cristã" (Henry H. Shires, *in loc.*). "A opção não é entre Deus e uma vida agnóstica e sem Ele; mas é entre Deus e outros deuses (vs. 28)" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

Jesus ensinou que o homem que não é *em favor Dele* é contra Ele (Mar. 9.40). Há dois caminhos, ou mesmo, algumas vezes, muitos caminhos. A tarefa do Espírito de Deus é mostrar-nos o *caminho*.

11.27

A bênção. De acordo com a mentalidade do Pacto Mosaico (ver as notas a respeito no capítulo 19 de Êxodo), a lei era tudo. Era o código de toda a vida, o padrão de fé e de prática. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Dez Mandamentos*. O Pentateuco frisa repetidamente o ensino que a fonte de todo o bem era a lei. A própria vida, bem como a vida abundante, gira em torno dela. Ver as notas sobre isso em Deu. 4.1; 5.33 e 6.2. Cf. Tiago 1.17, onde o próprio Deus aparece como essa fonte. no Novo Testamento, Cristo toma o lugar da lei. Ele é a água, o pão da vida, o cabeça do Novo Testamento. Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* o verbete intitulado *Novo Testamento (Pacto)*. Ver Deu. 30.15-19 quanto a uma repetição e expansão do texto presente.

11.28

A *ordem para avançar* foi tão divina e enfática que se desviar dela resultaria em seguir *outros deuses*, ou seja, voltar à idolatria (ver a esse respeito no *Dicionário*). Aquele que se dedicasse a Yahweh avançaria e lutaria pela conquista da Terra Prometida. Nenhum homem profano recuaria de novo ao chegar à fronteira. O sucesso estava garantido por meio da obediência. Os deuses pagãos eram inúteis, fatores desconhecidos em Israel. Eles nada representavam nem tinham feito coisa alguma; mas aquelas não-entidades capturariam a atenção dos israelitas insensatos.

"Se a bondade divina não o tivesse impedido, eles seriam amaldiçoados em corpo e em sua situação; em tigela de massa e nos mantimentos de boca; em rebanhos de gado vacum e ovino; dentro e fora das portas; nas cidades e nos campos; em sua saída e em sua entrada; neste mundo e no mundo vindouro" (John Gill, *in loc.*). Ver Deu. 28.15-20, a passagem de onde Gill extraiu as suas idéias. Ver também Deu. 29.20.

O céu não ajuda o homem que não age.

(Sófocles)

11.29

Cf. os vss. 29 e 30 com o capítulo 27, onde são dados os detalhes. Aquele que viajasse a partir das planícies de Moabe (Deu. 34.1) poderia ver facilmente os dois montes à distância. Diante da cena, os israelitas necessariamente teriam de fazer uma escolha. Um dos montes representava a bênção, e o outro, a maldição. Um era frutífero, e o outro, estéril. A "maldição", referida com detalhes no capítulo 27, envolvia toda espécie de atos de desobediência à lei. O mero intuito de não entrar nem tomar posse da Terra Prometida já era negligenciar os mandamentos de Yahweh, que tinha dado a lei. Não entrar na terra significaria voltar à idolatria (vs. 28).

Uma *cerimônia de pacto* foi assim determinada. Entre os dois montes eles resolveriam se obedeceriam ou não ao Pacto Mosaico e a tudo quanto ele representaria. Essa cerimônia, posteriormente, foi efetuada sob as ordens de Josué, conforme lemos, com detalhes, no capítulo 27 de Deuteronômio.

11.30

Além do Jordão. Ou seja, a Transjordânia (ver a respeito no *Dicionário*). O sol se punha naquela direção, para quem estava do lado oposto do Jordão. E ao desaparecer atrás do horizonte, o sol desaparecia entre os dois montes em questão, ambos os quais recebem atenção destacada em artigos detalhados no *Dicionário*.

Defronte de Gilgal. Essas palavras são obscuras, tendo causado problemas para os intérpretes. "Uma frase difícil de entender, visto que imediatamente pensamos sobre a Gilgal que ficava próxima de Jericó (Jos. 4.19). Este lado, porém, é longe demais dos montes Ebal e Gerizim para que a frase faça sentido claro. Mas pode estar em pauta uma outra Gilgal, perto de Siquém" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

Disse John Gill (*in loc.*): "Não aquela Gilgal... perto de Jericó, a qual, nos dias de Moisés, não era conhecida por esse nome, mas outra Gilgal, conforme observou o dr. Lightfoot, que pensa estar em foco a Galiléia". As planícies de Moré ficavam perto de Siquém (Gên. 12.6); e Gerizim ficava nas proximidades. Ver Juí. 9.6,7. Existe um vale entre os dois montes. Nos tempos de Moisés, Gerizim dispunha de fontes e pomares, mas Ebal era um montão de terra seca e rochas.

Se interpretarmos a preposição hebraica correspondente, conforme faz nossa versão portuguesa, "defronte de Gilgal", ou mesmo "além de Gilgal", então talvez o versículo faça algum sentido, sem termos de apelar para a suposição de "outra Gilgal".

Junto aos carvalhais de Moré. Está em pauta um bosque de carvalhos, existente perto de Siquém (Gên. 12.6; 35.4; Jos. 24.26; Juí. 9.6). Ali os hebreus tinham erigido um santuário. Ver as notas sobre Gên. 12.7, quanto a detalhes sobre esse lugar e seus propósitos.

11.31

Yahweh Tinha Dado a Lei. E também dera a ordem específica de invadir a Terra Prometida. Ali Israel seria abençoado e obedeceria à lei, evitando a idolatria (vs. 28). Logo, havia um *imperativo* divino para que avançassem. Na Terra Prometida, o Pacto Abraâmico estaria no processo de cumprimento. Se Israel voltasse de novo ao deserto, esse pacto estaria ameaçado.

11.32

O lembrete para que fossem cumpridas *todas* as leis dadas na legislação mosaica sumaria esta seção. "Termina aqui a primeira porção da exposição do decálogo — aquela porção que mostra a relação do povo tirado do Egito por parte de Yahweh. Os capítulos seguintes mostram as leis que deveriam vigorar no território de Israel: Em primeiro lugar, como sede da adoração a Yahweh; em segundo lugar, como sede do reino de Deus; em terceiro lugar, como a esfera de operações de certas regras de conduta, com o intuito de formar um caráter distinto no povo" (Ellicott, *in loc.*).

"Uma vez mais, Moisés enfatizou que a história de Israel seria determinada por seu relacionamento ético com o Senhor" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Capítulo Doze

A Legislação que Moisés Apresentou ao Povo (12.1—26.19)

Condições de Bênção na Terra (12.1-32)

Temos aqui a continuação do segundo discurso de Moisés, iniciado em Deu. 4.44 e que se estende até Deu. 26.19. Essa é a segunda parte do segundo discurso. Um sumário, que começa em Deu. 27.1, assinala a terceira parte. O terceiro discurso começa em Deu. 29.1.

"A maioria dos leitores do livro interrompe os seus estudos neste ponto, porque as leis que se seguem parecem secas e estéreis, sem valor para a vida moderna. Isso, porém, é uma visão superficial do material escrito. É verdade que essas leis visavam ao governo de uma pequena nação agrária, em um estágio inicial de civilização; não podem ser aceitas com seus detalhes por outro povo, de uma época diferente. Todavia, diante da fé do pacto, exposta nos capítulos quinto a décimo primeiro, reveste-se de interesse e importância ver como as várias leis, de origem heterogénea, foram dadas e como serviram de motivações da fé. Deuteronômio não se interessa em dar uma mera lista de leis; sua preocupação primária é a exposição e a motivação à obediência" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

A seção que temos à nossa frente não é uma repetição exaustiva de material similar, dado nos livros de Êxodo e Levítico. Os pontos principais são repetidos; e a história, com a ajuda da instrução, serve de motivação para essa obediência. Era ensinada certa *qualidade de vida*, e não apenas uma longa lista de leis. As leis que se seguem tinham em mente a Terra Prometida. Israel, quando estivesse habitando na Terra Prometida, teria de agir e viver de determinada maneira. Os hebreus formariam uma nação distinta.

12.1

Os estatutos e os juízos. Com freqüência temos a tripla designação da lei: mandamentos, preceitos e juízos. Ver as notas sobre isso, com supostas diferenças de significado, em Êxo. 19.1, em suas notas introdutórias. Ver também Deu. 6.1. Por vezes, a palavra isolada, "mandamentos", aponta para a total complexidade das leis. Mas de outras vezes, temos duas designações, conforme se dá com este versículo.

"*O Valor da Lei.* A porção legal estrita do Deuteronômio (caps. 12-26, 28) empresta ao livro o seu caráter. Contendo provisões novas e antigas, esse código de leis especiais retém grande parte da linguagem dos códigos mais antigos. Contudo, respira um novo espírito e incorpora os avanços religiosos e os discernimentos proféticos dos séculos que se tinham passado desde Moisés" (Henry S. Shires, *in loc.*).

Todos os dias que viverdes sobre a terra. Viver na Terra Prometida não era algo que pudesse ser feito sem que se exibisse um caráter específico. Esse caráter devia ser ornado pela obediência à lei. A vida seria adquirida mediante a obediência à lei (ver Deu. 4.1; 5.33 e 6.3). E essa vida diária formava um tipo de existência, e não meramente uma longa vida biológica. Cf. I Reis 8.40.

12.2

Destruireis por completo. O Senhor exigiu o *total aniquilamento* de todo vestígio de idolatria que ficasse das sete nações que habitavam a Terra Prometida. Já vimos ordens dessa natureza. Ver Deu. 7.5,25; Êxo. 23.24 e 34.13. A coexistência pacífica, apesar de ser um belo princípio, não funcionaria na Terra Prometida. Eventualmente, isso só significaria a absorção de Israel no tipo de cultura já existente no território. A *coisa nova* que Yahweh estava preparando não traria nada de coisa antiga, que deixara de existir. O yahwismo, com o seu monoteísmo (ver a esse respeito no *Dicionário*), falharia, a menos que novos princípios fossem firmados. O monoteísmo não consiste somente em crer na existência de um único Deus. Também inclui a total lealdade ao único Deus, em um sistema de fé religiosa inteiramente diferente. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Idolatria.*

Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Lugares Altos*, quanto aos santuários, os bosques etc. onde os pagãos costumavam estabelecer os seus centros de adoração. Cf. Jer. 2.20 e 3.6. As árvores proviam sombra; e era nesses lugares agradáveis que eram estabelecidas práticas idólatras. "Dificilmente havia alguma divindade à qual não tenha sido devotada alguma árvore, como o carvalho a Júpiter, o laurel a Apolo, a hera a Baco, a oliveira a Minerva, e a murta a Vênus. Ver Jer. 2.20 e 3.6" (John Gill, *in loc.*).

"As árvores frondosas eram significativas para a adoração cananéia às divindades da fertilidade" (Jack S. Deere, *in loc.*).

12.3

Deitareis abaixo os seus altares. A idolatria pagã formava uma organização muito complexa, em que praticamente qualquer coisa se tornava objeto de adoração: objetos físicos, animais e astros celestes. Ver no *Dicionário* os artigos *Idolatria* e *Deuses Falsos.*

Altares. Ver a esse respeito o *Dicionário.* Os "bosques" são os mesmos "lugares altos" (vs. 1).

Colunas. "Essas eram grandes pedras postas na vertical, evidentemente associadas aos altares de todo santuário cananeu. Não se sabe com certeza qual o seu significado, embora não seja improvável que fossem símbolos do rei dos deuses de Canaã, Baal. Os *aserins* eram símbolos da deusa mãe dos cananeus, Aserá, provavelmente sob a forma de uma árvore, de uma coluna ou de um bosque, objetos esses capazes de ser destruídos a fogo... Quase todos os deuses pagãos tinham significados simbólicos, comumente usados nos santuários" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

Postes-ídolos. Ver no *Dicionário* o artigo detalhado com esse nome, quanto a essa forma de idolatria. Cf. Gên. 28.18,22; 31.13.

Imagens esculpidas. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Imagem de Escultura.* Havia grande variedade de ídolos. Alguns ídolos eram feitos como se fossem esculturas; mas outros eram feitos em formas, e o material usado era metal fundido, as "imagens de fundição".

12.4,5

Buscareis o lugar. Haveria um lugar central para a adoração a Yahweh, que haveria de tomar o lugar de toda a multiplicidade dos centros de adoração pagã. Esse lugar seria preservado de todo dano, ao passo que os santuários pagãos seriam completamente destruídos. Nenhuma dependência do templo, que seria o lugar de adoração dos judeus, poderia ser destruída. A casa de Yahweh deveria permanecer isenta de qualquer tipo de assédio, em contraste com os centros de adoração pagã.

Outra interpretação deste versículo é que Yahweh não deveria ser servido como o eram os deuses pagãos, nos lugares altos, mediante o uso de ídolos, por meio de árvores, bosques ou colunas.

O trecho de Êxodo 20.24 pressupõe que houvesse muitos santuários para a adoração a Yahweh, mas que esses acabariam por estar centralizados em Jerusalém, no templo, como o único ponto de culto público para o povo de Israel. Durante o período dos juízes, o santuário único ficava em Silo. Mas depois que este foi destruído pelos filisteus, Davi erigiu um novo tabernáculo, em Jerusalém. O templo de Salomão (ver a esse respeito no *Dicionário*) tomou o lugar desse tabernáculo.

O *quinto versículo* deste capítulo enfatiza o processo de unificação. O *tabernáculo* era o local de culto antigo. Este foi eventualmente substituído pelo templo, em Jerusalém. A ordem poderia ser mais bem preservada no desenvolvimento do yahwismo se houvesse uma adoração centralizada. A adoração privada foi submetida a restrições. O santuário central exaltaria o nome divino, Yahweh, e esse nome sagrado substituiria a todos os outros nomes. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Deus, Nomes Bíblicos de.*

Ver Êxodo 33.7-11, quanto ao começo do processo de unificação, um *lugar* que se tornou o centro da adoração e onde se manifestava a *presença* de Deus.

Unidade. Um só lugar simbolizava estas verdades: 1. *A unidade de Deus*, um só Deus, o monoteísmo. 2. *A pureza de adoração*, pois todos tinham de ajustar-se a um só modo de adorar. 3. *A unidade política e espiritual* do povo de Israel. O santuário tornou-se o centro de todas as atividades religiosas da teocracia.

12.6

A esse lugar fareis chegar os vossos holocaustos. O lugar central de adoração encerraria toda forma de culto bíblico, veterotestamentário. O autor sagrado nos fornece os modos principais de adoração como oferendas, dízimos, votos, ofertas voluntárias, ou seja, os meios para efetuar o culto no tabernáculo. Toda atividade semelhante estaria limitada ao santuário central. Mediante essa prática, a unidade explicada no versículo anterior seria mantida, e a idolatria seria evitada.

Escrituras. Oferendas: ofertas pacíficas (Lev. 7.12-15; 22.29,30); ofertas de votos (Lev. 7.16,17; 22.18-23); ofertas voluntárias (Lev 7.16,17; 22.18-23); dízimos (Lev. 27.30-32; Deu. 14.28); primogênitos como sacrifícios (Deu. 15.19-23).

Verbetes. Ver no *Dicionário* os seguintes verbetes: 1. *Sacrifícios.* 2. *Sacrifícios e Ofertas.* 3. *Votos.* 4. *Primogênitos.* 5. *Libação.* Ver os cinco tipos de animais que podiam ser sacrificados, em Lev. 1.14-16. Quanto a tipos de oferendas, ver Lev. 7.37.

Muitas leis governavam o culto dos hebreus; e a obediência a essas leis produzia a uniformidade.

12.7

Lá comereis perante o Senhor. Quase todas as *oferendas* proviam alimento para banquetes, pelo que as festas comunais estavam associadas ao sistema sacrificial. Somente os holocaustos requeriam que o animal fosse consumido no fogo. De outro modo, apenas certas partes eram queimadas como porções de Yahweh. O sangue e a gordura eram sempre dedicados a Yahweh. O sangue era vertido, e a gordura era queimada. Ver as leis relativas ao sangue e à gordura, em Lev. 3.17. Todas essas oferendas queimadas soltavam um aroma agradável a Yahweh. Ver sobre isso os trechos de Lev. 1.9 e Êxo. 29.18. Assim, Yahweh festejava juntamente com o Seu povo. Quanto às oito porções que ficavam com os sacerdotes, ver Lev. 6.26; 7.11-27,28-38; Núm. 18.9; Deu. 12.17,18. Os membros masculinos que traziam os sacrifícios compartilhavam das festividades. Algumas vezes famílias inteiras compartilhavam desses banquetes, incluindo mulheres e até mesmo escravos (usualmente estrangeiros). Ver Deu. 16.11 quanto a essa participação geral.

E vos alegrareis. A alegria fazia parte dos ritos judaicos. Ver sobre isso os trechos de Deu. 12.12,18; 14.26; 16.11,14,15. Israel era um povo de cânticos e danças, o que ocorria até mesmo nos recintos do tabernáculo.

12.8

Cada qual tudo o que bem parece aos seus olhos. Havia ficado no passado a diversidade de santuários e a multiplicidade de costumes religiosos. Houve tempo em que cada qual agia conforme melhor lhe parecia. Mas agora Deus controlaria tudo com o Seu olho, regulando a adoração central e produzindo unidade, conforme ficou anotado no quinto versículo deste capítulo.

"Durante o período da confederação tribal, peregrinações eram feitas a Silo (Jos. 18.1; I Sam. 1.3-28); sob a liderança de Davi, Jerusalém tornou-se o santuário central de Israel (II Sam. 6). Durante todo esse período as peregrinações ao santuário não excluíam os sacrifícios em nenhum altar do território (Gên. 12.7; I Sam. 10.8; I Reis 3.2-4). Mas a atual lei, mais restrita, que exigia apenas um lugar de adoração sacrificial, foi a base da grande reforma efetuada pelo rei Josias (II Reis 22 e 23)" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre o quarto versículo deste capítulo).

12.9

No descanso e na herança. Israel estava prestes a entrar na Terra Prometida. Ali descansariam, depois de terem passado por todas as provações e de terem conquistado um território pátrio. Ali teriam entrado na posse de sua herança, de acordo com o Pacto Abraâmico (ver as notas em Gên. 15.18). O evento produziria uma nova nação, em que uma nova unidade seria formada no tocante ao culto. Esse culto tinha de ser centralizado na capital, a saber, Jerusalém. Isso emprestaria unidade à nação, mediante uma adoração unificada.

Descanso e herança seriam um único pacote de bênção. Ver isso em Sal. 95.11; 132.8,14 (Sião); Isa. 11.10; Heb. 4.1,3,5,8,9.

"Nenhuma outra localidade, fora de Jerusalém, teria servido... O propósito primário da centralização era estabelecer a unidade do próprio Yahweh, bem como a unidade da adoração... (o culto e a lei) apresentavam a convicção de que só pode haver uma verdade final, e somente uma vida religiosa" (Henry S. Shires, *in loc.*).

Tipologia. O descanso acha-se na herança da vida eterna em Cristo, o qual é o verdadeiro Unificador. Ver Efésios 4.4 ss., quanto às *sete unidades* que fazem parte da fé cristã.

12.10

Terra que vos fará herdar o Senhor. Idealmente, a conquista da Terra Prometida traria descanso em face de um constante conflito que tinha caracterizado a vida na Palestina. Israel habitaria ali em segurança, em descanso e em unidade. E então poderiam ser implementados os ideais de unidade na adoração. As coisas, porém, nunca chegaram a atingir essa forma ideal, embora fosse o alvo que o autor sagrado tinha em mente. Somente Salomão chegou a gozar de paz verdadeira, mas mesmo assim por pouco tempo.

O território de Canaã foi subjugado e dividido entre as tribos de Israel (Jos. 22.14), mas não ocorreu o total aniquilamento das sete nações cananéias. Algum tempo mais tarde, o próprio povo de Israel dividiu-se em duas nações que se hostilizavam mutuamente, Israel, ao norte, e Judá, ao sul, e os ataques desfechados por outros povos eram uma ameaça constante.

12.11

A esse lugar fareis chegar tudo o que vos ordeno. O sumário exposto neste versículo nos faz recuar aos vss. 6 e 7 deste capítulo. Yahweh escolheu a Terra Prometida; Yahweh escolheu a forma de adoração; Yahweh centralizou tudo; Ele estabeleceu o culto em suas formas complexas. Mas tudo se tornaria *uma só coisa*, tudo dirigido a *um único lugar.* O melhor da natureza humana agraciaria essa unidade (ver Mal. 1.14).

12.12

Haveria uma adoração comunal, uma festividade comunal e um regozijo geral. Ver as notas sobre o sétimo versículo deste capítulo, onde são comentados os conceitos deste versículo.

O levita. Os levitas eram autoridades religiosas que encabeçavam a adoração unificada, da mesma forma que serviam ao tabernáculo. Dentre os levitas saíram os sacerdotes, que trabalhavam dentro do próprio tabernáculo. Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Levitas e Sacerdotes e Levitas.* A tribo de Levi veio a tornar-se a casta sacerdotal de Israel (Deu. 10.8,9; Núm. 1.47 ss.). Também serviam de mestres e guias.

12.13

Em todo lugar que vires. Muitos altares haviam sido eliminados, e os que tinham sido permitidos não funcionavam mais. Ver as notas sobre o oitavo versículo deste capítulo, que também se aplicam aqui. Os israelitas faziam o que era certo aos seus próprios olhos, mas agora o olho de Yahweh determinaria tudo (vs. 8). A provisão de multiplicidade em Êxodo 20.24 estava anulada. Uma mudança de ordem tinha ocorrido. A centralização e a unidade ajudariam a impedir tanto a desordem quanto a idolatria. O controle das instituições pertencentes a Yahweh seria assim facilitado.

12.14

No lugar que o Senhor escolher. O autor sacro escreveu como se não soubesse no território de qual tribo ficaria o lugar centralizado de adoração. Ver o quinto versículo deste capítulo. Mas Yahweh sabia, e em breve tornaria conhecido que Jerusalém, que fazia parte da tribo de Judá, seria o lugar escolhido. A habitação de Deus ficava no céu, mas Ele teria um lugar para manifestar a Sua presença na Terra (ver I Reis 8.27). Deus é, ao mesmo tempo, transcendente e imanente, e ambas essas idéias são elementos de Sua natureza, mediante as quais Ele se faz conhecido. Ver no *Dicionário* o artigo *Atributos de Deus.* Ver o artigo geral sobre *Deus.*

A futura escolha de Deus seria o coração dos seres humanos, onde o Messias haveria de construir Seu templo (Efésios 2).

12.15

"Agora que os sacrifícios só podiam ser oferecidos no santuário central, uma distinção foi traçada entre os sacrifícios e a matança de animais para alimentação humana, o que modificou a legislação anterior (ver Lev. 17.1-9). Quando os filhos de Israel comiam carne em alguma cidade, não precisavam observar as leis da purificação cerimonial (Lev. 7.19-21), pois carne de gado podia ser considerada pertencente à mesma categoria que caça, como corço ou veado. Todavia, a antiga proibição contra a ingestão de sangue devia ser mantida (vss. 23,24; ver Gên. 9.3,4; Lev. 17.10,11)" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre o vs. 15). Ver no *Dicionário* o artigo detalhado intitulado *Limpo e Imundo.*

Devemos lembrar que, anteriormente, a matança e o sacrifício de animais eram atos intimamente relacionados, de modo a serem praticamente uma mesma coisa. O termo hebraico *zabbah* significa tanto uma coisa quanto a outra. Mas comer carne em casa deixara de ser uma coisa sagrada o que explica a mudança de atitude. Os *cinco* animais que podiam ser sacrificados anteriormente limitavam-

se somente aos ritos religiosos. Agora tudo isso fora liberado para o consumo geral. Nos tempos do tabernáculo, esses cinco animais só eram sacrificados no tabernáculo. Ver Lev. 1.14-16, quanto aos animais especiais (sacerdotais).

O que era proibido era o sacrifício dos cinco animais como ritos religiosos, em qualquer lugar, exceto no santuário central.

Note Bem. Este versículo não indica que animais imundos pudessem ser ingeridos; mas somente que um banquete em casa não requeria que as pessoas só comessem alguma carne de animal na condição de pureza.

12.16

Tão-somente o sangue não comerás. As leis sobre o sangue foram mantidas. Ver Lev. 3.17. O sangue e a gordura dos animais sacrificados ficavam com Yahweh, nos ritos sobre o altar. Mas se algum animal fosse comido em uma casa, não havia nisso nenhuma significação religiosa. Contudo, o sangue não podia ser consumido pelos seres humanos. O sangue tinha de ser vertido ao chão, provavelmente como um tributo a Yahweh, como fonte de toda vida (pois os israelitas concebiam que a vida está no sangue; ver Lev. 17.11). Mas esse tributo não transformava a matança e a ingestão particular de animais em um rito religioso. Ver idéias adicionais no versículo 23 deste capítulo.

Tipologia. A sacralidade do sangue nos faz lembrar do sangue de Cristo. Ver no *Dicionário* o artigo geral chamado *Sangue*; e, na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia,* o artigo *Expiação pelo Sangue de Cristo.*

12.17

Não poderás comer o dízimo do teu cereal. A lei do dízimo também foi mantida. Os animais, anteriormente reservados para sacrifício, não podiam ser comidos em casa. Com base nisso, não devemos inferir que houve um afrouxamento de leis, de tal modo que o dízimo acabou sendo eliminado. Ver no *Dicionário o artigo Dízimo.*

"Pela segunda vez (cf. os vss. 12 e 13), Moisés advertiu o povo de que qualquer coisa que tencionasse ser usada na adoração ao Senhor só podia ser ingerida no local futuro do santuário central" (Jack S. Deere, *in loc.*).

É provável que a referência aqui seja ao segundo dízimo, regulamentado em Deu. 14.22-29. Ver também Deu. 26.12.

12.18

Cf. o vs. 12 quanto à lista daqueles que podiam participar do banquete. As *refeições sagradas*, que incluíam a participação nas coisas dizimadas, só podiam ocorrer no santuário central.

A *alegria* é novamente enfatizada como parte da adoração sagrada. Ver o vs. 12. A adoração era um período de regozijo. "... alegrando-se com os seus familiares e os seus amigos, com os levitas e com os pobres, expressando sua gratidão a Deus e às Suas bênçãos sobre os seus labores" (John Gill, *in loc.*).

Os *levitas* viviam dos dízimos, e as provisões tinham de ser contínuas, enquanto aquela ex-tribo continuasse funcionando como a casta sacerdotal. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Levitas.* "Os levitas tiveram essa provisão, em Israel, até que Jeroboão e seus filhos expulsaram-nos, com o que eles migraram para o reino de Judá (II Crô. 11.13,14)" (Ellicott, *in loc.*).

12.19

Os *levitas* não tinham nenhuma herança na terra (Núm. 1.47 ss.), embora tivessem suas cidades e as terras adjacentes. Ver Núm. 35.1 quanto a ilustrações. Os levitas dependiam dos dízimos quanto ao seu sustento. O autor sacro ansiava por seus direitos serem reconhecidos e perpetuados. "Àqueles que se devotassem ao serviço de Deus, ministrando a salvação à alma dos homens, certamente deveriam ser fornecidas, pelo menos, as coisas necessárias à vida" (Adam Clark, *in loc.*). Ver I Cor. 9.7 ss. quanto a essa lei que foi transferida para o Novo Testamento.

12.20

Quando o Senhor teu Deus alargar o teu território. O território de Israel estava prestes a ser "alargado", ainda que, na verdade, estivesse prestes a ser "adquirido". Essa era a herança que fazia parte do Pacto Abraâmico. Ver Gên. 15.18. Essa herança foi provida pela promessa de Yahweh, que jurara dá-la a Abraão e a seus descendentes (ver Deu. 1.8). Parte da abundância da Terra Prometida consistia na liberdade de comer carne em casa, até mesmo animais oferecidos em sacrifício, contanto que nenhum rito religioso estivesse envolvido. Os ritos tinham de ser realizados somente no santuário central. O autor repetiu a informação que já havia sido dada no versículo 15 deste capítulo.

A terra de Canaã provia boas terras de pastagem, onde os animais domesticados podiam multiplicar-se. Israel, assim sendo, teria muita carne para comer. O tempo de escassez no deserto havia terminado. Uma nova era estava começando, caracterizada pela abundância alimentar.

12.21

Se estiver longe de ti. Temos aqui o problema da distância. No deserto, era possível que todo banquete com animais sacrificados ocorresse no tabernáculo. Mas, uma vez que a Terra Prometida fora ocupada, as tribos espalhar-se-iam por todo um espaçoso território. Portanto, comer animais anteriormente reservados a sacrifícios seria permitido nas "casas". Ademais, outros animais limpos também serviriam para o consumo humano (vs. 22), e isso podia ocorrer em qualquer lugar. Mas nenhum sacrifício religioso poderia ser consumido nesses banquetes. Isso já era uma questão particular.

12.22

Este versículo repete o versículo 15 deste capítulo. Este versículo não indica que animais imundos pudessem ser ingeridos, mas que banquetes privados, efetuados nas casas, não requeriam a observância das leis sobre animais limpos e imundos, no tocante aos próprios participantes. Os vss. 20-25 atuam como uma expansão e repetição dos vss. 15 e 16, e modificam as regras dadas em Lev. 23.2.

12.23

Este versículo reitera a informação dada no versículo 16 deste capítulo, mas também adiciona a razão para a proibição quanto à ingestão de sangue, a saber, é a vida da carne (ver Lev. 17.11). Ver o trecho de Levítico 3.17, quanto às leis sobre o sangue e a gordura, que presta completa informação sobre a natureza da proibição. Ver também, no *Dicionário,* o artigo detalhado intitulado *Sangue.* Atribuímos à alma as propriedades transmissoras de vida, bem como a capacidade de sustentar a vida física de seu veículo. Aquilo que atribuímos à alma, os antigos hebreus atribuíam ao sangue, o qual, para eles, era algo misterioso e sagrado. Ver as notas sobre Gên. 9.4.

12.24

Ver o versículo 16 deste capítulo quanto a explanações. O sangue não podia ser ingerido. Tinha de ser derramado no chão como um tributo a Yahweh, o Doador da vida. Mas isso, apesar de ser um ato de reverência, não deveria ser considerado um rito religioso, pois os ritos religiosos só podiam ocorrer no santuário central. O chão absorvia o sangue, e nenhum homem podia alimentar-se de sangue. Antes, era devolvido a Yahweh, que o tinha dado.

12.25

Não o comerás. *A Ameaça.* Desconsiderar a lei acerca do sangue podia ser perigoso não só para o indivíduo desobediente, mas também para os seus filhos, o que ilustra a seriedade dessa proibição. Yahweh julgaria o indivíduo rebelde que desconsiderasse as leis sagradas. Tal pessoa sofreria um acidente, uma doença, a morte súbita ou alguma outra coisa terrível. O trecho de Levítico 7.27 ameaça o ofensor com a pena de morte, e isso ou mediante procedimento judicial, ou mediante um ato divino.

12.26

Tomarás o que houveres consagrado. Os *ritos sagrados* estavam reservados para o santuário central. Esses ritos não eram permitidos nos lares ou em santuários privados. As palavras "o que houveres consagrado" podem apontar para as "primícias" que atuariam como sacrifícios (ver Lev. 28.26); ou então a expressão deva ser entendida em sentido geral, incluindo todos os materiais usado nesses ritos. As "ofertas votivas" incluiriam ou holocaustos ou ofertas pacíficas. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Voto.* Os Targuns de Onkelos e de Jonathan chamam as coisas santas, deste versículo, de dízimos; mas Aben Ezra diz que se tratava dos holocaustos e das ofertas pacíficas dos filhos de Israel. Ver o versículo 17 deste capítulo. Provavelmente, ambas as coisas devam ser entendidas por esse termo geral.

Virás ao lugar que o Senhor escolher. Ver a explicação no quinto versículo deste capítulo. Jerusalém, que ficava dentro do território da tribo de Judá, seria escolhida como lugar do santuário central.

12.27

Este versículo mostra, em uma breve declaração, o *modus operandi* dos sacrifícios, repetindo especificamente a lei do sangue. Tudo era oferecido a Yahweh. Ademais, a gordura também era Dele, embora isso não seja

afirmado aqui. Ver Lev. 3.17 quanto às leis sobre o sangue e a gordura. O resto era usado nas festividades comunais (conforme vimos nos vss. 12 e 18 deste capítulo). Ver no *Dicionário* o artigo geral chamado *Sacrifícios e Ofertas*. As "ofertas pacíficas" eram as únicas de que participavam tanto os adoradores quanto os sacerdotes, pelo que havia então uma refeição comunal, da qual Yahweh era um convidado especial, ficando Ele com o sangue e a gordura.

12.28

Guarda e cumpre todas estas palavras. Temos aqui um sumário das leis baixadas acerca dos sacrifícios que compunham parte dos estatutos e juízos (vs. 1) que Israel tinha obrigação de cumprir. O autor sacro havia salientado as instruções concernentes ao *santuário central* que seria eventualmente estabelecido em Jerusalém (vs. 5). Ele tinha mostrado que, uma vez que fosse instituído esse lugar central, então os cinco animais sacrificais (ver as notas em Lev. 1.14-16) poderiam ser mortos para serem comidos comumente em casa. Mas qualquer rito religioso ou sacrifício precisava ser efetuado no santuário central (vss. 8 e ss.). Nos tempos anteriores, cada homem seguia o seu próprio impulso, mas doravante o olho de Yahweh iria abrindo o caminho para a adoração unificada, em um lugar específico (vss. 9-11).

Alguns eruditos pensam que este versículo introduz a seção que se segue, contra a idolatria; mas parece melhor vê-lo como uma conclusão do que foi dado antes. Era bastante comum que o autor sagrado concluísse as suas seções com admoestações em prol da obediência. Ver Deu. 12.13,19 quanto a exemplos disso, com paralelos em Deu. 1.1,30, em espírito.

A Armadilha da Idolatria (12.29-32)

Esta seção atua como uma espécie de preâmbulo das advertências contra os falsos profetas, que queriam promover a idolatria, os deuses estranhos e as religiões importadas do estrangeiro, tudo o que tem começo em Deuteronômio 13.1. O segundo mandamento, que proíbe a idolatria (ver Êxo. 20.3,4), é o mais continuamente enfatizado neste livro. A idolatria era a fonte de águas amargosas, a fonte de onde manavam tantos outros males. Os homens espirituais precisam ter suas prioridades em boa ordem. "Yahweh somente" era a base de toda fé religiosa em Israel, o *sine qua non* da vida diária. O autor combatia a adoração sincretista. Yahweh deveria ser adorado da maneira ordenada, e não em imitação a ritos pagãos. Sua fé não podia ser um avanço e uma graduação sobre outras: deveria ser singular e tratada como tal. Qualquer coisa que divergisse disso seria uma *abominação*.

12.29

As nações. As sete nações cananéias (ver Êxo. 33.2; Deu. 7.1) que foram expelidas da terra de Canaã tinham enchido a sua taça de iniquidade (ver Gên. 15.16). A idolatria tinha sido o principal pecado dessas nações. Seria fatal para os israelitas se eles seguissem esse miserável exemplo, pois isso os levaria à expulsão da Terra Prometida, com a passagem do tempo. De fato, foi isso que sucedeu, por ocasião dos cativeiros. Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Cativeiro (Cativeiros) e Idolatria*.

12.30

Guarda-te. Temos aqui um aviso contra certa armadilha. O pior de todos os males para Israel seria a idolatria. O *segundo mandamento* proibia todas as formas de idolatria. Ver as notas detalhadas em Êxo. 20.3,4. As sete nações cananéias deveriam ser eliminadas, pois seus cultos pagãos e seu mau exemplo debilitariam e então destruiriam a nação de Israel. A corrupção interior do povo poderia ser facilmente atiçada até as chamas. Aqueles que quiserem ser seduzidos logo encontrarão sedutores. A história de Israel revela um povo que desejava ser seduzido.

Que te não enlaces. No hebraico temos aqui o termo *moquesh*, "laço", ou outro dispositivo para apanhar animais. Esse vocábulo também pode significar gancho ou qualquer tipo de armadilha. Israel seria presa fácil diante das nações pagãs. Assim como um animal era apanhado em uma armadilha, a fim de ser morto, também a idolatria seria fatal para Israel.

Como imitá-las. Israel estava proibido de pesquisar a idolatria. A curiosidade de Israel faria os filhos de Israel procurar conhecer a idolatria pagã. Mas a própria curiosidade estava proibida. Nenhum hebreu deveria pesquisar o assunto. A imitação seguiria a pesquisa. Yahweh conhecia o tipo de povo que Ele estava procurando controlar. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Monoteísmo*.

12.31

Tudo o que é abominável ao Senhor. "Abominação" é uma palavra hebraica comum que serve de sinônimo de idolatria. É provável que esteja aqui em mente a prostituição sagrada, cujas sacerdotisas praticavam o sexo com os clientes que pagavam dinheiro para sustento do culto. Todavia, não devemos limitar a referência a isso. O termo hebraico é *to'ebah*, qualquer coisa que "desgosta" ou é "abominável", apontando especificamente para a idolatria, com suas muitas ramificações. Ver Deu. 23.17,18 e suas notas expositivas quanto à prostituição cultual. Todavia, o aspecto mais repelente envolvido na idolatria era o sacrifício de crianças. Quanto a referências sobre essa questão, na qual o povo de Israel se envolveu, ver Deu. 18.10; II Reis 16.3; 17.17; 21.6; Jer. 7.31; 19.5; 32.35. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Moleque (Moloque)*, quanto a descrições completas sobre essa prática, e como Israel a acatou. O fato de que tão tremendos males estavam associados à idolatria deveriam ter agido como um aviso absoluto contra a idolatria; mas Israel mostrava-se fraco e enfermiço, e acabou vítima dessa abominação. Salomão edificou um lugar alto para a adoração a Moleque, no Monte das Oliveiras (I Reis 11.7), conforme fizeram outros reis de Israel (ver II Crô. 28.3 e II Reis 21.6).

12.32

Outro sumário encerra esta seção. Todos os sumários estão alicerçados sobre a obediência ao que acabara de ser afirmado. Cf. Deu. 2.13,19,28.

No original hebraico do Antigo Testamento, este versículo introduz a seção que se segue, em vez de concluir a seção anterior. Nesse caso, este versículo é como Deu. 8.1 e 11.1 em sua função.

Nada lhe acrescentarás nem diminuirás. Isso porque a palavra era de Yahweh, não estando sujeita a revisões e interferências humanas. Ver Pro. 30.6 e Apo. 22.18,19 quanto a notas similares.

Capítulo Treze

Castigo dos Falsos Profetas e Idólatras (13.1-18)

A *idolatria* era o inimigo de número um, que haveria de destruir os propósitos de Deus em relação ao povo de Israel. Os filhos de Israel, pois, tinham de resguardar-se particularmente dos líderes idólatras. Havia muitos sonhadores que viviam percorrendo a nação, procurando fazer Israel quebrar o segundo mandamento (ver Êxo. 20.3,4). O autor sagrado apresentou três modos de acordo com os quais provavelmente a tentação à idolatria se apresentaria, a saber: 1. Através dos falsos profetas (vss. 1-5). 2. Através de entes amados ou parentes (vss. 6-11), que seriam apanhados no laço da idolatria e então enlaçariam outros. 3. Através de elementos revolucionários, que poderiam ser bem-sucedidos na liderança de cidades inteiras ou comunidades, desviando-as para a idolatria (vss. 12-18).

A pena de morte deveria ser aplicada contra os ofensores, de tal modo que a comunidade fosse mantida livre dessa maldição, a qual, eventualmente, poderia matar a própria nação de Israel (vss. 5 e 15). Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Punição Capital*. Cf. Deu. 17.7 com a razão para tanta severidade. Um meio radical seria necessário para eliminar o câncer da idolatria. Outros pecados que deveriam ser punidos com a pena de morte eram a recusa de obedecer às ordens baixadas pelo tribunal supremo (Deu. 17.12); homicídio premeditado (19.11-13); filhos rebeldes e empedernidos (21.18-21); certas ofensas sexuais (22.21-24); seqüestro e venda de algum israelita como escravo (24.7).

13.1

Quando profeta. Ver no *Dicionário* o artigo geral intitulado *Profecia, Profetas e o Dom da Profecia*. O teísmo (ver sobre isso no *Dicionário*) pressupõe que Deus existe e tem contato permanente com a Sua criação. Ele revela a Sua vontade; Ele recompensa ou castiga. Deus tem os Seus intermediários, os profetas. Suas palavras algumas vezes são reduzidas (por Seus discípulos) em Livros Sacros. Esses livros são propagados e protegidos por uma organização, a Igreja visível. Mas nem todos os profetas que surgem no mundo são autênticos, e nem todas as mensagens proféticas são autênticas. Alguns profetas chegam mesmo a ser dirigidos por demônios. Ver no *Dicionário* os artigos intitulados *Falsos Profetas e Deuses Falsos*.

Credenciais. Os profetas falsos têm as suas credenciais: visões, sonhos e milagres. Há artigos no *Dicionário* sobre essas três manifestações. Mas enquanto essas coisas são também empregadas pelos profetas autênticos, existem sonhos, visões e prodígios da mentira. O miraculoso nunca serve de prova da autenticidade da mensagem, embora as pessoas, ingenuamente, continuem a pensar desse modo. Existem milagres sobrenaturais e milagres naturais; existem prodígios divinos e diabólicos. Ver a declaração de Jesus em Mateus 7.15.

Alguns profetas falsos chegam a promover cultos ou movimentos cristãos. Alguns deles chegam a falar elogiosamente acerca de Jesus. Mas podemos conhecê-los pelos seus frutos. A vida deles precisa ter sido transformada por sua doutrina, em harmonia com os ideais espirituais da vida cristã. A maioria dos profetas falsos vive auto-enganada. Eles se imaginam verdadeiros, e pensam que sua doutrina é sã.

Os *mágicos do Faraó* foram capazes de reproduzir alguns dos milagres efetuados por Moisés; mas isso não autenticava a idolatria egípcia. O miraculoso sempre acompanhou a fé religiosa, em todas as culturas. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Milagres*. Quanto à obra positiva de Deus, ao realizar milagres por meio de Seus profetas, ver Deu. 18.9-22.

13.2

E suceder o tal sinal ou prodígio. O uso de algum milagre *fraudulento* serviria de meio para o falso profeta desviar outras pessoas para o seu culto religioso idólatra. E os enganados em breve se olvidariam de suas raízes na fé histórica dos hebreus. Abandonariam os Pactos Abraâmico e Mosaico, e anula-riam o seu relacionamento com Yahweh. Ver Gên. 15.18 e a introdução ao capítulo 19 do Êxodo, quanto a esses pactos. As experiências místicas são comuns a todas as culturas. O misticismo pode ser verdadeiro ou falso; pode ser divino ou humano. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Misticismo*. O misticismo é a base de todas as fés religiosas, porquanto a mensagem começa pela visão, alguma forma de experiência mística. A revelação é uma subcategoria do misticismo. Ver no *Dicionário* sobre esse assunto. Mas o misticismo, por si mesmo, não é prova de autenticidade. Nem sempre Deus é a fonte da revelação. Cf. II Tessalonicenses 2.9-12.

"Essa lei deixa claro que um sinal ou maravilha (ver Êxo. 3.11,12) não é, por si mesmo, uma prova de que Deus falou, pois Deus pode dar a um profeta falso o poder de realizar prodígios a fim de testar a fé do povo (cf. Deu. 8.2). Um milagre não é significativo a menos que crie fé no Deus que era conhecido pelo povo de Israel (vss. 6-13), em sua experiência histórica" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre o vs. 1).

13.3

Não ouvirás as palavras desse profeta ou sonhador. A *origem* de um milagre pode ser: 1. Humana. O homem possui energias capazes de fazer toda espécie de maravilhas, sem apelar para Deus ou para os demônios. Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* o artigo chamado *Parapsicologia*. 2. Demoníaca. É óbvio que poderes espirituais malignos podem fazer prodígios. Ver na mesma *Enciclopédia* o verbete intitulado *Demônio, Demonologia*. 3. Divina. O texto assevera que Deus pode fazer até mesmo um profeta falso exibir o poder de realizar um milagre, a fim de testar o Seu povo, levando-o a crescer, em lugar de cair vítima de truques.

"A experiência com as verdades contidas na Palavra de Deus é a única coisa capaz de preservar um homem do deísmo ou da religião falsa. Mas aqueles que não se apegam a essas verdades tornam-se presas dos pretensos profetas e sonhadores de sonhos" (Adam Clark, *in loc.*).

13.4

Andareis após o Senhor vosso Deus. Em contraste com o homem iludido, que cai na armadilha dos falsos profetas, está o homem firmemente baseado na Palavra de Deus (no caso dos israelitas, na legislação mosaica), dotado de discernimento para ver a falsidade de qualquer coisa que procure atrair os homens para qualquer variedade de idolatria. Tal homem não se deixará enganar pela excitação provocada pelos milagres. Antes, ouvirá a voz do Senhor, aquela registrada em documentos escritos, produzidos mediante um milagre divino, ou expressa individualmente mediante autênticas manifestações espirituais, sob a forma de dons do Espírito. O homem obediente caminhará por um caminho reto, em consonância com a Palavra que proíbe a idolatria desde o segundo mandamento da lei (ver Êxo. 20.3,4). Ver Deu. 10.12 quanto ao temor do homem espiritual a Yahweh, incluindo a sua conduta; seu amor ao Senhor e seu serviço a Deus. O versículo treze daquele capítulo acrescenta a observância dos mandamentos do Senhor. O homem espiritual está assim equipado para rejeitar as reivindicações espirituais, os milagres fraudulentos e malignos, a voz aliciadora dos sonhadores.

"Tal como se vê no caso dos mágicos da corte do Faraó (Êxo. 7.11,12), não podemos duvidar que os falsos profetas são capazes de realizar sinais que pretendem demonstrar, ostensivamente, a sua autoridade. Mas esses sinais não devem ser cridos, porquanto levam somente à apostasia, ao afastamento para longe do verdadeiro Deus" (Henry H. Shires, *in loc.*).

13.5

Será morto. Os falsos profetas e sonhadores pretenderiam desmanchar o que Yahweh tivesse feito em prol de Israel, ao redimir o Seu povo do Egito; ao conduzi-lo pelo deserto; ao dar-lhe a Terra Prometida; ao conceder-lhe ali um guia seguro de conduta. E os falsos profetas fariam isso para que o yahwismo se tornasse um culto falso e idólatra. Tal indivíduo deveria ser executado, provavelmente por apedrejamento. Ver no *Dicionário* os verbetes *Apedrejamento e Punição Capital*. Visto que tal indivíduo se auto-iludira, julgando que estava cumprindo uma missão divina, sua execução seria a única maneira eficaz de pôr ponto final à sua carreira deletéria. Elias tomou sobre si mesmo a tarefa de executar os falsos profetas, à margem do rio Quisom (I Reis 18.40). Mas este texto mui provavelmente está falando sobre execução imposta pelas autoridades religiosas, em acordo com as práticas recomendadas na lei. O mal tinha de ser expurgado, conforme somos ensinados por nove vezes neste livro (ver aqui e Deu. 17.7,12; 19.19; 21.21; 22.21,22,24 e 24.7).

13.6

...te incitar em segredo. Um homem podia fazer desviar para a idolatria de *três maneiras*, conforme se vê nesta passagem. Ver sobre isso na introdução a este capítulo, em seu segundo parágrafo. O segundo desses modos pode ser um ente querido, um parente próximo que, tendo sido iludido, quisesse transmitir o veneno da idolatria para outro membro da família. Uma ação drástica era esperada em tais casos. O ofensor não deveria ser protegido; nem a questão podia ser mantida em segredo. Tal homem precisava ser executado, tal e qual um falso profeta (ver o décimo versículo deste capítulo). Isso era feito por apedrejamento. Este versículo alista os mais íntimos laços de família, incluindo os membros imediatos da família, e até mesmo *amigos íntimos*, sem nenhum parentesco de sangue. Temos aqui relações íntimas. Essas relações poderiam azedar, tornando-se prejudiciais, através do arquiinimigo, a *idolatria*. O parente teria de passar pela dolorosa mas necessária experiência de atirar a primeira pedra (vs. 9), mostrando assim uma lealdade inflexível a Yahweh, acima de qualquer relacionamento entre um e outro.

Em segredo. Um falso profeta anunciaria publicamente as suas doutrinas falsas, escudado em seus milagres enganadores. Mas um membro de uma família, ou amigo íntimo, agiria secretamente. Traria ídolos ao interior da casa; levaria algum membro de sua família a um local de culto idólatra. Mas tentaria manter tudo isso em segredo, longe do conhecimento da comunidade em geral, porque esta não aprovaria o que ele estava fazendo.

Cf. Mateus 10.37. O amor a Deus precisa ultrapassar o amor à família. Usualmente, como é claro, não há nenhuma contradição ou competição, e amar e servir à própria família é amar a Deus. Nenhum sucesso pode contrabalançar o fracasso no lar, e princípios religiosos autênticos devem ser ensinados ali, tendo em vista a honra de Deus e a prestação de serviço aos homens.

13.7

Desde uma até a outra extremidade da terra. Um membro idólatra desviador de uma família talvez quisesse introduzir deuses desconhecidos a Abraão, Isaque e Jacó, levando os seus parentes a abandonar as raízes espirituais dos hebreus. Os idumeus, os moabitas, os amonitas, os fenícios e as populações restantes das sete nações que tinham ocupado originalmente a terra de Canaã dispunham de intermináveis panteões capazes de satisfazer a toda disposição e circunstância na vida. Haveria um forte apelo à adoração a essas coisas que podem ser vistas, em lugar de um Deus invisível e aparentemente distante, conhecido somente mediante tipos e símbolos. Poderia haver tentativas de introdução de divindades adoradas em lugares distantes, como a Babilônia, o Egito ou a Pérsia. O povo de Israel acabaria sucumbindo debaixo de idolatrias próximas e distantes, perdendo assim a sua identidade como uma nação espiritual distinta. Ver Deu. 4.5,7,8, quanto ao caráter distinto de Israel, que ficaria assim anulado. O povo de Israel só era grande na sua literatura e na sua fé religiosa. Ficava muito aquém de outras nações nos campos das ciências, das artes e das armadilhas da civilização. Mas a idolatria anularia a única característica distinta do povo de Israel.

13.8,9

Não o pouparás. Um *ofensor* que trouxesse deuses estrangeiros para o seio da família não mereceria compaixão. Não deveria ser ocultado; não deveria ser favorecido nem perdoado. Antes, deveria ser executado por apedrejamento. Os membros de sua própria família deveriam ser os primeiros a lançar-lhe pedras, para mostrar seu desprazer com o membro da família que praticara tal abominação. E então o resto da comunidade deveria terminar com ele, sem nenhuma misericórdia. Remorsos de último minuto sem dúvida seriam expressos pelo homem, em seu desespero, mas os seus clamores por misericórdia não deveriam ser ouvidos. "Os mandamentos de Deus deveriam sobrepujar sentimentos e experiências humanas. A pessoa tentada por um desviado deveria desmascarar (denunciar) seu ente querido, e, de fato, ser a *primeira* a lançar-lhe pedra. Cf. Zac. 13.3. Ao lançar a primeira pedra, o acusador estava testificando a verdade de seu testemunho contra o culpado. A participação do resto da comunidade mostrava

então a sua lealdade ao Senhor e sua resoluta hostilidade contra qualquer coisa que os pudesse atrair para longe do Senhor" (Jack S. Deere, *in loc.*).

13.10

Apedrejá-lo-ás até que morra. Ver no *Dicionário* o artigo detalhado sobre *Apedrejamento.* "A pena aqui indicada, bem como em Deu. 1.5, é o apedrejamento até a morte, executado por toda a comunidade (cf. a execução de Nabote, I Reis 21.13; de Estêvão, Atos 7.58; e a tentativa de execução de Paulo (Atos 14.19). Essa medida drástica serviria de aviso quanto a outras pessoas (ver Deu. 17.13; 19.20 e 21.21)" (Henry H. Shires, *in loc.*).

Yahweh Agia em Favor de Israel. O fato de que o Senhor livrara o povo de Israel da servidão ao Egito é reiterado por cerca de vinte vezes no livro de Deuteronômio. Ver as notas a esse respeito em Deu. 4.20. Os *deuses* dos pagãos nada podiam fazer e nunca tinham feito coisa alguma. Era claro a quem os pagãos sentiam que *deviam* lealdade. O homem que trouxesse a idolatria ao acampamento de Israel quereria desviar o povo da fonte de toda ajuda e bem-estar.

13.11

Todo Israel ouvirá e temerá. O medo serviria de aviso. É melhor temer e fazer o bem do que ter a permissão de praticar males que prejudicam o próximo. Não devemos reduzir o *temor a Yahweh,* no Antigo Testamento, a uma mera *confiança reverente,* conforme alguns o definem de maneira inadequada. O Pentateuco está repleto de ameaças de morte contra os malfeitores, contendo muitas histórias de punição drástica, de pragas e matanças, atribuídas à ira de Yahweh. Portanto, temor significa temor. Ver Deu. 10.12,13, quanto ao temor, à conduta reta, ao amor, ao serviço e à observância da lei, que eram deveres dos hebreus. Notemos que o *temor* encabeça a lista das virtudes. Esse é o princípio da sabedoria (ver Pro. 1.7).

13.12

Ouvires dizer. Esta passagem alista três fontes possíveis de tentação à idolatria: 1. os falsos profetas (vss. 1-5); 2. um membro da família ou um amigo chegado (vss. 6-11); 3. algum revolucionário que induziria cidades e comunidades à idolatria (vss. 12 ss.).

Yahweh tinha dado ao povo de Israel as suas cidades. Muitas delas haviam sido simplesmente tomadas de seus primitivos ocupantes. E outras tinham sido edificadas pelos próprios filhos de Israel. Todas aquelas cidades tinham sido presenteadas por Yahweh. Ver Tiago 1.17. As cidades conquistadas dos cananeus sem dúvida estavam cheias de artefatos de idolatria, alguns dos quais podem ter escapado à destruição. Alguns poucos indivíduos cananeus, que não foram eliminados, estariam dando prosseguimento à sua idolatria. E alguns hebreus insensatos, mediante tais influências, ou mesmo sem elas, dariam início a práticas idólatras como uma espécie de empreendimento comunitário. Uma cidade inteira, assim sendo, poderia cair na apostasia.

Espalhar-se-ia, então, o rumor de que uma cidade inteira se tinha corrompido. E isso requereria ação imediata para extirpar o câncer.

13.13

Homens malignos saíram do meio de ti. Os *revolucionários* que desviavam cidades inteiras para longe de Yahweh, eram, na verdade, filhos de Belial, conforme se lê aqui em algumas traduções. Outras versões, mais coerentes com o original hebraico, como é o caso de nossa versão portuguesa, dizem "homens malignos". O termo "Belial" significa "iniqüidade", podendo indicar aqui um nome próprio. Ver sobre esse termo no *Dicionário,* quanto a completas explanações.

As palavras "saíram do meio de ti" não indicam mudança de lugar, mas de espírito. Eram "apostátas" de Israel, que se inclinavam por propagar suas falsas doutrinas. Aqueles apóstatas introduziam doutrinas novas e desviadoras, que sempre exerceram forte fascínio sobre as massas populares. Os seres humanos tendem a ficar cansados dos caminhos antigos, e buscam caminhos novos por amor à excitação, e isso tanto no campo religioso como em outra atividade humana qualquer.

O intérprete judeu Rashi explicou as palavras "sirvamos a outros deuses" como se quisessem dizer "destruamos o jugo de Yahweh", como a característica principal de tais indivíduos, sentido esse que ele encontrou no adjetivo hebraico que nossa versão portuguesa e outros traduzem como "malignos".

13.14

Então inquirirás. Meros rumores eram inaceitáveis. Yahweh requeria investigação que confirmasse ou negasse os rumores que se tinham espalhado. Uma cidade inteira estaria prestes a ser executada, tal como um único homem poderia ser executado pelo mesmo pecado. Assim sendo, era uma questão séria, que requeria investigação acurada, para que se não cometesse alguma grande injustiça.

A *investigação,* porém, poderia trazer a lume uma *abominação,* ou seja, alguma prática idólatra flagrante. Uma cidade ou comunidade inteira de Israel se tinha desviado para o paganismo, e isso bem no meio da nação que estava promovendo o yahwismo! Os anciãos encabeçariam a investigação, e muitas testemunhas seriam ouvidas. Não se poderia cometer nenhuma injustiça. O termo *hebraico aqui traduzido por "abominação" é to'ebhah, que sempre envolve o sentido* de algo extrema e totalmente desagradável diante de Deus. "Essa é a palavra mais forte do Antigo Testamento para exprimir alguma coisa impura, imunda, sem santidade" (cf. Deu. 7.25,26; 14.3; 17.1,4; 18.9; 20.18)" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

13.15

Destruindo-a completamente... até os animais. Os habitantes da cidade culpada de idolatria seriam exterminados, e até os animais domesticados não seriam deixados com vida. A cidade tornar-se-ia, dessa forma, um holocausto oferecido a Yahweh. Seria tratada como uma cidade pagã, cujos habitantes tivessem perdido o direito de viver, e cujo lugar teria de ser entregue a outros. Cf. Juí. 20.48.

O *haram* (ver o vs. 17), ou seja, a maldição divina teria caído sobre a localidade. Ver Deu. 7.26 e Jos. 6.21. Tal comunidade seria separada para servir de holocausto, dedicada como oferta queimada a Yahweh. Cf. Deu. 20.10-18. A destruição deveria ser tão drástica que até mesmo os objetos físicos do lugar, como as casas etc. deveriam ser totalmente nivelados (ver o versículo seguinte).

13.16

A cidade e todo o seu despojo queimarás. A cidade inteira precisava ser incendiada. Nenhum despojo dali podia ser aproveitado. O fogo consumiria tudo: pessoas, animais e objetos materiais. O extermínio seria decretado sobre o lugar; uma maldição divina teria caído sobre o local; e tudo seria oferecido como holocausto dedicado a Yahweh. O que sobrasse seria apenas um montão de cinzas fumegantes. Ademais, tal cidade não poderia mais ser reconstruída, da mesma forma que um holocausto não pode ser restaurado à vida. "Todas as riquezas e bens materiais de seus habitantes, suas casas, seus bens, seus utensílios, suas mercadorias, suas ferramentas de comércio e de indústria, e tudo quanto se possa nomear, tudo tinha de ser aniquilado" (John Gill, *in loc.*).

A destruição completa eliminaria motivos ulteriores que porventura tivessem os atacantes. Alguns indivíduos perversos poderiam querer destruir um lugar a fim de dali obterem despojos e riquezas materiais. Mas isso não era permitido, pois o intuito de destruir uma cidade que tivesse descambado para a idolatria não podia ser misturado com motivos de autopromoção.

13.17

Também nada do que for condenado. A versão inglesa diz aqui "nada das coisas devotadas", indicando as coisas amaldiçoadas, o haram. Pelo contrário, tudo deveria ser dedicado ao completo aniquilamento como um holocausto oferecido a Deus. Em um holocausto ou oferta queimada, nada deveria sobrar inteiro. Coisa alguma era guardada para o sacerdote oficiante. Assim também, no caso em pauta, todas as coisas existentes naquela cidade tinham de ser consumidas a fogo. Nenhuma única coisa podia ser guardada como despojo.

Aqueles que se recusassem a cumprir essa ordem tornar-se-iam objetos da ira de Yahweh. Mas os que obedecessem seriam abençoados e multiplicar-se-iam, o que fazia parte das provisões do Pacto Abraâmico. Ver sobre isso em Gên. 15.18. Cf. Núm. 14.23; Deu. 1.8,34,35; 4.31; 8.1,18; 9.5; 10.11; 11.9; 26.3; 34.4, quanto ao *juramento divino* acerca do pacto que era a fonte das bênçãos dadas a Israel.

13.18

Uma vez mais temos um *sumário de obediência* no final de uma seção. A obediência é sempre à lei e às suas provisões; e a obediência é sempre benéfica. A obediência ajusta-se às coisas aprovadas pelo olho divino. Cf. Deu. 12.8 ss. Israel não ficou entregue à liberdade pessoal quanto à fé religiosa. Uma pessoa não podia fazer o que parecesse certo aos seus olhos. O olho de Yahweh é que era a norma, e isso manifestava-se na revelação dada por Ele na lei. O segundo mandamento da lei (ver Êxo. 20.3,4) proibia qualquer tipo de idolatria. A pena de morte ameaçava os ofensores, individual ou coletivamente.

A fórmula dada aqui tem sido aplicada algures. Vê-la como *cabeçalho* de algum capítulo, segundo se vê em Deu. 4.1; 8.1; 11.1 e 12.32.

A *história subseqüente* mostrou que Israel não teve o devido cuidado para cumprir os mandamentos da seção anterior. Havia pouca disciplina. Cidades inteiras caíram na idolatria, e, de fato, até a própria nação tornou-se idólatra. Os cativeiros foram a reação de Yahweh a essa situação. Israel caiu diante de potências

estrangeiras e sofreu a maldição divina, o *haram*. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Cativeiro (Cativeiros)*.

Capítulo Catorze

Animais Limpos e Imundos (14.1-29)

Outras Formas de Paganismo: Ritos Pagãos de Lamentação pelos Mortos (14.1,2)

Prosseguiu o discurso de Moisés, atacando várias questões específicas que caracterizavam os pagãos. Os dois primeiros versículos deste capítulo abordam a questão dos ritos pagãos de lamentação que Israel tinha de evitar. Os vss. 3-21 tratam da questão dos animais limpos e imundos. E este capítulo termina regulamentando a questão dos dízimos. Moisés falou com Israel considerando-os filhos de Yahweh, por causa do relacionamento especial deles com o Pai celeste. Esse conceito, naturalmente, foi transferido para o Novo Testamento, onde foi ampliado. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Filhos de Deus*. Esses filhos tinham de distinguir-se de outros povos. Ver Deu. 4.5-8, quanto ao caráter distinto de Israel.

14.1

Filhos sois do Senhor. Os israelitas eram filhos de Yahweh, distintos de outras nações. Ver Deu. 4.5-8 e a introdução a este capítulo. Assim sendo, era mister evitar as práticas dos pagãos. Entre esses costumes havia a automutilação em períodos de lamentação. As referências literárias e a arqueologia têm demonstrado que mutilações do corpo e o ato de rapar a cabeça eram ritos comuns relacionados à lamentação pelos mortos, na antiguidade, envolvendo muitas culturas. Isso é freqüentemente mencionado como um costume que terminou por caracterizar, ocasionalmente, a Israel, devido às influências do paganismo. Ver Isa. 3.24; 15.2; Jer. 16.6; 41.5; 47.5; Eze. 7.18; Amós 8.10; Miq. 1.16. Os trechos de Levítico 19.28 e 21.5 oferecem paralelos ao que aparece no Pentateuco. A legislação mosaica ensinava o respeito pelo corpo, embora o corpo ainda não tivesse sido elevado, naquele tempo, à condição de veículo de uma alma imortal. Todos os costumes que envolviam um desfiguramento desnaturai do corpo eram estranhos para a lei e a prática dos hebreus. Os sacerdotes levíticos deveriam ter um corpo perfeito. Os hebreus precisavam conservar seus corpos livres de todo tipo de contaminação. Todas as elaboradas cerimônias de purificação procuravam conservar limpo o corpo físico, e cerimonialmente capaz para a adoração.

Nem sobre a testa fareis calva. Isso era feito mediante o ato de rapar. Provavelmente incluía a parte frontal da cabeça, e não toda ela, embora também existisse essa segunda prática. A rapagem da parte frontal da cabeça incluía as sobrancelhas. Cf. Jer. 16.6,7. Os sacerdotes egípcios rapavam as suas sobrancelhas em honra a Ísis (Ambrósio, *Epístola* 1.4.c,30, par. 259), mas isso era um ato sacerdotal, e não estava ligado à lamentação pelos mortos.

14.2

Razões para a Rejeição a Tais Atos. 1. Os filhos de Yahweh diferiam dos pagãos e não deviam identificar-se com eles em seus costumes (vs. 1). Isso incluía o respeito pelo corpo, conforme demonstrei na exposição sobre o versículo anterior. 2. Israel devia ser uma nação *santa*; isso fazia parte de seu caráter distinto. Era uma *profanação* mutilar o corpo que Deus deu, o veículo da vida (segundo se lê neste versículo). 3. O povo de Israel fora *escolhido*, eleito e separado de todas as outras nações e de seus costumes pagãos (este versículo).

É significativo que coisa alguma seja dita aqui a respeito da alma. Embora no Pentateuco haja indícios da doutrina da alma, sob forma germinal (Deus criou o homem à Sua imagem; Gên. 1.26,27; Ele é o Criador dos *espíritos*; Núm. 16.22; 27.16), coisa alguma é dita contra a lamentação excessiva, visto que a pessoa sobrevive para além da morte biológica. Mas Paulo, ao proibir a lamentação exagerada, apelou para o argumento da imortalidade da alma (ver I Tes. 4.13-18). A doutrina da alma já existia nas religiões e filosofias orientais. Mas dentro da tradição judaico-cristã ela só começou a ser formulada, embora ainda sob forma primitiva, nos Salmos e nos Profetas, e só veio a receber maiores detalhes nos livros literários dos judeus produzidos entre o Antigo e o Novo Testamento; e então adquiriu maior substância ainda nas páginas do Novo Testamento.

Ensinos sobre Animais Limpos e Imundos (14.3-21)

Israel, na qualidade de uma nação distinta, também tinha de mostrar-se distinta quanto a questões dietéticas. Eles deviam comer certos alimentos e evitar outros. Isso fazia parte da sua santidade (vs. 21). Portanto, a santidade era, principalmente, uma questão de externalidades. O mesmo motivo reaparece em Lev. 11.2-23,45 e 20.25,26.

Esta passagem é geralmente paralela ao trecho de Levítico 11.2-23, embora haja diferenças quanto ao número e à natureza, indicando que as duas passagens procedem de fontes informativas distintas. Talvez o texto de Deuteronômio represente um estágio posterior da tradição que tratava sobre tais questões. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *J.E.D.P.(S.)*, quanto à teoria das fontes informativas múltiplas do Pentateuco.

Neste ponto não ofereço muitos detalhes sobre a questão, sobre os motivos para as proibições etc., visto que meu artigo no *Dicionário*, chamado *Limpo e Imundo*, é bastante detalhado.

Ver a introdução ao capítulo 11 de Levítico, bem como os comentários sobre todo aquele capítulo, que oferece outros detalhes importantes para o estudo da passagem à nossa frente.

Contudo, *ao que já foi dito*, quero acrescentar aqui alguns comentários:

1. *Razões higiênicas* podem justificar algumas proibições, quanto às restrições atinentes às aves de rapina. Quem haveria de querer comer um urubu, depois de este animal ter comido uma ratazana morta? Todavia, essa não era a razão principal. Jesus disse que todos os alimentos são limpos (ver Mar. 7.14-23 e cf. Atos 10.9-23).
2. Alguns animais estavam ligados à *idolatria pagã*, outros eram considerados divinos etc., pelo que não deveriam ser usados na alimentação humana. Mas esse argumento, embora tenha algum peso, não explica por que alguns animais, igualmente associados ao paganismo, foram permitidos na dieta dos filhos de Israel.
3. Talvez alguns animais tivessem *sentido simbólico*, agora perdido para nós, o que não permitiria que fossem usados na alimentação dos hebreus. Uma ovelha talvez fosse considerada limpa por ter um bom simbolismo; mas uma águia, uma ave de rapina, talvez tivesse um mau simbolismo.
4. As instruções seriam *arbitrárias*, ilustrando a vontade soberana de Yahweh, que esperava que o Seu povo obedecesse à Sua palavra, mesmo quando ela não fizesse sentido para eles. Admitida essa razão, então a obediência seria testada até mesmo através da arbitrariedade.
5. *Razões desconhecidas*. A questão fica sem explicação, e as nossas especulações nem por isso nos aproximam mais da verdade dos fatos.

14.3

Cousa alguma abominável. Ou seja, animais imundos, após o que se segue uma longa lista. A *santidade* de Israel não permitia tal consumo (vs. 21). Ver as *razões* propostas para as proibições, no versículo anterior. A mesma palavra forte aqui usada reaparece em Deu. 13.14, ou seja, *to'ebhah*. As notas dali aplicam-se aqui. O uso desse termo, neste versículo, ilustra quão *repulsiva* era a ingestão da carne de certos animais para a mente hebréia, embora o autor sacro não se tenha dado ao trabalho de dizer-nos por qual motivo. "Limpo e imundo" tinham em vista motivos rituais e cerimoniais, embora devamos estar certos de que havia razões *morais* envolvidas, apesar da ausência de qualquer explicação. Aquilo que era impróprio para a alimentação foi revestido de um *tabu religioso*. Comer da carne de tais animais era considerado uma iniqüidade, algo perigoso, moral e espiritualmente falando, embora não se saiba dizer por quê. A ingestão da carne de certos animais proibidos é, de fato, higienicamente perigosa, sendo provável que os hebreus, por observação, tivessem consciência disso. Mas não era essa a razão das proibições.

14.4

O boi, a ovelha, a cabra. A lista de animais limpos, cuja carne podia ser consumida, incluía esses três, que também eram usados nos sacrifícios oferecidos por Israel. Nos dias do tabernáculo, podiam ser sacrificados somente no santuário e consumidos somente em conexão com o culto sagrado. Em tempos posteriores, contudo, tornou-se possível comer a carne desses animais nas casas. Mas se fossem comidos fora do santuário central (a saber, o templo de Jerusalém), então não podiam participar de nenhum ato religioso. Todos esses atos estavam reservados ao lugar central de adoração. Quanto a essa questão, ver Deu. 12.1-31. O versículo 15 daquele capítulo mostra-nos que comer em um sentido não sacrificial era permitido, mesmo que estivessem envolvidos aqueles animais antes limitados aos sacrifícios religiosos. Quanto aos cinco animais que podiam ser usados nos sacrifícios, ver Lev. 1.14-16. Ver também os artigos separados sobre os três animais, no *Dicionário*.

14.5

É incerta a *identidade* de alguns animais que fazem parte dessa lista (ver os vss. 3-18). Mas as características que os tornavam limpos ou imundos são bastante claras. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Limpo* e *Imundo*, quanto a detalhes. Este versículo *identifica* sete animais que não serviam para os sacrifícios, mas podiam ser consumidos na alimentação dos israelitas. Ver as notas sobre o segundo versículo, quanto às *razões* da rejeição de outros animais, o que é ampliado no artigo mencionado. Todos os animais citados na lista merecem artigos separados no *Dicionário*. Ver informações sobre cada um deles nas notas do capítulo 11 de Levítico.

"Admite-se universalmente que a carne desses animais é a mais saudável e nutritiva. Eles ingeriam os melhores vegetais, e, sendo dotados de vários estômagos, o seu alimento era bem preparado... Quanto aos animais que ruminam, ver Levítico 11.3" (Adam Clark, *in loc.*).

14.6-8

Esses três versículos duplicam a informação dada em Lev. 11.3-8, que não repito aqui. Todos os animais aqui listados recebem artigos separados no *Dicionário*. Sem dúvida, essas listas são apenas *representativas*, e não exaustivas, razão pela qual o autor sagrado deu ilustrações sobre os tipos de animais que podiam ser comidos ou não.

14.9,10

Estes versículos têm paralelo no trecho de Levítico 11.9-12, cujas notas também se aplicam aqui.

14.11

Toda ave limpa comereis. *Duas espécies* de aves limpas eram usadas com propósitos de sacrifício. Ver Levítico 1.14-16. Serviam como alimento quanto a propósitos gerais, mas, se fossem usados fora do santuário central (ou seja, o templo de Jerusalém), então não podiam ser empregados em nenhum tipo de ato religioso. A breve declaração deste versículo não perturba a lista de aves limpas. *Maimônides* informou-nos que todas essas aves eram consideradas limpas, não tendo sido especificamente proibidas (*Hilchot, Maacolot. Asurot*, cap. 1, sec. 14). Ver Lev. 11.13-20 quanto ao paralelo. Com uma única exceção, as aves aqui alistadas são as mesmas que figuram no livro de Levítico. Uma vez mais, a lista não é exaustiva, mas apenas representativa. O açor é a ave incluída aqui, mas não figura no livro de Levítico. Ver o vs. 13.

As *aves limpas*, de acordo com o Targum de Jonathan, eram aquelas que tinham papo, não tinham penas, e tinham uma garra supérflua, não sendo aves de rapina.

14.12

Quanto às *características* das aves imundas, de acordo com a interpretação que prevalecia à época do segundo tempio, ver Lev. 11.13. Esse versículo contém uma lista paralela das mesmas aves. Os comentários dados ali também aplicam-se aqui. Cada uma das aves mencionadas recebe um artigo separado no *Dicionário*.

14.13

O açor. Essa é a única ave da lista que também não se acha no livro de Levítico. Há um detalhado artigo sobre ela no *Dicionário*. O açor era um tipo de *abutre*. As *aves aqui mencionadas comiam carniça, pelo que ficavam fora da dieta* dos filhos de Israel. As traduções não se mostram cuidadosas na distinção das espécies, pelo que o resultado é alguma confusão de nomes. Além disso, outras aves ainda não foram identificadas com absoluta certeza.

14.14

Este versículo é uma duplicação de Lev. 11.15. Ver os nomes no *Dicionário*.

14.15

Ver Lev. 11.16,17. Ver a respeito no *Dicionário*.

14.16

Ver Lev. 11.17,18, bem como os respectivos artigos no *Dicionário*.

14.17

Ver Lev. 11.18,19 quanto a notas e também os nomes no *Dicionário*.

14.18

Ver Lev. 11.19 quanto a notas e também os nomes no *Dicionário*.

14.19

Todo inseto que voa... não se comerá. Em um sentido genérico, o autor sagrado fala sobre os tipos de *insetos* que não podiam ser consumidos, embora não tenha feito referência aos insetos permitidos, deixando-nos relembrar as suas instruções anteriores. Ou então, talvez, na fonte informativa envolvida aqui, simplesmente foram omitidas as espécies comestíveis. O trecho paralelo é o de Levítico 11.20-23, onde as notas deveriam ser consultadas.

Somente um tipo de inseto é mencionado no livro de Levítico que podia ser comido, ou seja, o *gafanhoto*. O paralelo apresenta as características desse animal comestível, de tal modo que nenhum equívoco viesse a ser cometido. E até mesmo no paralelo, o autor nos poupa de uma longa lista de insetos comestíveis, visto que somente uma espécie podia ser consumida. Os intérpretes têm quebrado a cabeça quanto à *razão dessa única exceção*. Quando olho para um gafanhoto, esse inseto me parece tão repelente quanto qualquer outro. Mas quando os antigos viam um gafanhoto, começavam a preparar suas frigideiras para frigi-lo. O gosto de certas pessoas não tem explicação razoável. Em Lev. 11.21, mostro como a questão era encarada nos dias do segundo templo, e quais características deveria ter um inseto para ser comestível.

14.20

Este versículo repete o versículo 11 deste capítulo, cujas notas devem ser consultadas. Os intérpretes judeus inseriam aqui a locusta, como se ela fosse uma ave que pudesse ser comida, levando em conta o paralelo de Lev. 11.22. Ao que tudo indica, a palavra pode ter esse significado. O termo hebraico, *'owph, usualmente indica algo coberto com penas. Mas, visto que essa palavra pode* indicar "asas", alguns intérpretes julgam que podemos incluir a locusta. Seja como for, a palavra é genérica para indicar aves. Mas o *Theological Wordbook of the Old Testament* (Moody Press) inclui insetos sob esse vocábulo.

14.21

Não comereis nenhum animal que morreu por si. Todo animal que morresse por si mesmo era *imundo*, pelo que não podia ser consumido pelos israelitas, não por causa da doença que talvez tivesse matado o animal, mas porque a mente dos hebreus abominava carcaças. Ver essa lei explicada em Lev. 17.15. Quer um animal tivesse morrido por causa de alguma enfermidade, quer por mero acidente, o animal não tinha sido submetido à drenagem apropriada de sangue. E o homem que *comesse da carcaça seria culpado de ter ingerido sangue. E se ingerisse de tal* carne, sem ter conhecimento do que acontecera, então ficava imundo e precisava passar pelos ritos de purificação. Os hebreus, todavia, não tinham de sofrer perda financeira. Eles poderiam vender o animal a um gentio, ou, se fossem generosos, poderiam doá-lo.

Quanto à lei contra ferver um cabrito no leite de sua mãe, ver Êxodo 23.19 e 34.26, onde a questão é explicada com detalhes. "No politeísmo da terra de Canaã e da Mesopotâmia, era uma prática aceita sacrificar um animal cozinhando-o no leite. A lei aqui (entre outras coisas) é uma rejeição dos costumes pagãos, pois a legislação mosaica evitava que esses costumes fossem imitados. Essa foi a base da separação entre a carne e o leite do judaísmo posterior" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

Alguns têm objetado à moralidade de vender o animal a algum estrangeiro, sob a hipótese de que isso os *prejudicaria*. Contudo, devemos lembrar que os hebreus eram aqui religiosamente orientados, e não por que tivessem receio de apanhar alguma doença, por falta de higiene. Um estrangeiro não sofreria nenhum dano por comer tal carne, visto que ele não estava praticando o yahwismo, de acordo com o modo sacramental de pensar.

Sobre os Dízimos (14.22-29)

14.22

Certamente darás os dízimos. Ver o artigo detalhado sobre a questão dos *dízimos* no *Dicionário*. Deus, na qualidade de proprietário da terra, tinha o direito à Sua parte na produção agrícola. Aos levitas era dado um dízimo, e então os sacerdotes recebiam o dízimo desses dízimos. A festa da colheita ou festa das Semanas (Pentecoste) era um tempo quando eram apresentadas oferendas no santuário central de Jerusalém (ver Deu. 16.9-12). Era a ocasião da segunda das três peregrinações anuais que todo israelita precisava fazer ao lugar central de adoração, em Jerusalém. Ver Deu. 16.16; Êxo. 23.17 e 34.22,23. As oferendas eram feitas das primícias da produção agrícola e dos primogênitos dos animais (Deu. 15.19,20).

"O Talmude e os intérpretes judeus em geral concordam quanto à idéia de que *os dízimos mencionados aqui e no vs. 28 (e também em Deu. 26.12-15) são* todos a mesma coisa, ou seja, o *segundo dízimo*, algo inteiramente distinto dos dízimos ordinários atribuídos aos levitas para o seu sustento, em Núm. 18.21, e que era novamente dizimado para benefício dos sacerdotes (Núm. 18.26)" (Ellicott, *in loc.*). O dízimo referido em Números é chamado de *primeiro dízimo*. Não era considerado sagrado; mas o *segundo dízimo* é chamado de "coisa santa", por ser dedicado aos sacerdotes ministrantes.

"Os israelitas deveriam tomar parte dos dízimos levados ao santuário central, e comê-lo ali, 'diante do Senhor'. Ou então esse pode ser o segundo dízimo, uma

décima parte dos noventa por cento restantes, parte do que era para ser comido no santuário, enquanto o resto era dado aos levitas que ali serviam (cf. Deu. 14.27" (Jack S. Deere, *in loc.*). Se aceitarmos a explicação de Deere, teremos então três dízimos: o dos levitas; o dos sacerdotes; e o dízimo comido por aquele que desse o dízimo, em uma refeição comunal. A cerimónia reconhecia Yahweh como a fonte de todas as coisas boas (ver Tia. 1.17), e o povo agradecido era um povo separado para Yahweh. O segundo dízimo, de acordo com Deere, na verdade seria o terceiro, visto que o segundo era extraído dos dez por cento dados aos levitas, para ser dado aos sacerdotes.

14.23

No lugar que escolher para ali fazer habitar o seu nome. O lugar escolhido foi o santuário central, em Jerusalém, que se tornou o único local para onde eram levadas as oferendas. Ver Deu. 12.5 a esse respeito. Também era ali que o santo dízimo precisava tornar-se uma refeição comunal. Logo, era uma coisa consagrada, que se tornava parte do ritual do templo. Compunha-se de produtos do solo e dos primogênitos dos animais que podiam ser sacrificados. O ato reconhecia os cuidados e a generosidade de Yahweh, bem como a dependência do povo à providência divina. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Providência de Deus.*

A realização apropriada dos ritos ordenados tinha por intuito instilar reverência no povo que havia sido separado para Yahweh. Este versículo utiliza uma palavra forte, temer, pois, se o Senhor retivesse o Seu suprimento, haveria fome. Ver sobre esse temor, e outros elementos que faziam parte da mentalidade e dos atos do povo separado para Deus, em Deu. 10.12,13.

"Isso era feito durante dois anos, mas nos anos terceiro e sexto, havia um arranjo diferente (ver o vs. 28). No sétimo ano que era um ano sabático, provavelmente não havia dízimos, visto que naquele ano não havia colheita. O produto da terra era para todos, e cada qual tinha de comer como melhor lhe parecesse" (Ellicott, *in loc.*).

14.24,25

E vai ao lugar que o Senhor teu Deus escolher. O *local central* de adoração criava o "problema de transporte". Os animais e a produção agrícola criavam problemas de logística. Nesse caso, o homem não ficava isentado de pagar os dízimos, mas pagava o equivalente em dinheiro. Esse dinheiro era usado para comprar os itens próprios para os dízimos em Jerusalém; e, dessa maneira, os deveres seriam cumpridos. O dinheiro não consistia em moedas, conforme as conhecemos, mas pesos em metais preciosos. Um homem precisava de uma *sacolinha* para levar os metais, e isso ele amarrava à sua mão, a fim de fazer a sua jornada até o santuário. Ver no *Dicionário* o artigo geral chamado *Dinheiro.*

Leva o dinheiro na tua mão. Alguns estudiosos interpretam que isso significava fazer marcas sobre os metais. Maimônides pensava que isso significava "fazer moedas" (*In Mishna Maaser Sheni*, c. 11, sec. 2). Mas essa parece ser uma interpretação anacrónica.

14.26

Esse dinheiro dá-lo-ás. Por ocasião da chegada no santuário central, o templo de Jerusalém, o homem podia comprar os animais e vegetais apropriados, cumprindo assim a lei do dízimo. A refeição comunal envolvia festividades, que incluíam a ingestão de vinho. É baldado pensar que esse vinho era apenas suco de uva, não-fermentado, e, portanto, não-alcoólico, pois ainda não havia tal coisa naqueles tempos. Os hebreus eram um povo de cânticos e danças. Naturalmente, vinhos aos quais não se adicionava álcool nunca chegavam a mais de oito por cento da fermentação natural, embora essa taxa alcoólica fosse capaz de deixar uma pessoa embriagada. A palavra hebraica aqui chamada "vinho", ou seja, *shekkar*, era usada para indicar bebida intoxicante. Ver no *Dicionário* os seguintes artigos: *Vinho, Vinha; Bebida, Beber* e também *Bebida Forte.* Estudos científicos têm demonstrado que o álcool, ao correr na corrente sanguínea, mata células do cérebro. Por outra parte, essas pesquisas também demonstram que o vinho, em quantidades moderadas, pode prolongar a vida por diversos anos. Portanto, a palavra que cabe aqui é *moderação*, sobre cuja idéia provi um artigo detalhado no *Dicionário.*

14.27

Não desampararás ao levita. Em todas as festividades, utilizando os dízimos especiais (ver o vs. 22), os levitas não deveriam ser esquecidos. Em primeiro lugar, o *primeiro dízimo* sustentava a eles e ao seu ministério sagrado. Em segundo lugar, poderíamos sugerir aqui que os levitas participassem das festas mencionadas nesta passagem, recebendo alguma coisa extra.

O trecho de Núm. 1.47 ss. mostra que os levitas se tinham tornado uma casta sacerdotal, e não continuaram sendo uma tribo, pelo que não receberam herança sob a forma de terras. Eles receberam algumas cidades com certa área circundante, e ali se ocupavam da agricultura e criação de gado. Mas os levitas tornaram-se uma casta relativamente pobre, que dependia dos dízimos pagos pelas outras tribos. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Levitas.* Jarchi (*in loc.*) pensa que este versículo se refere ao primeiro dízimo; mas John Gill (*in loc.*), embora concordando com isso, provavelmente esteja certo, ao dizer: "... tomai-o (o levita) para participar *desse* entretenimento, pois ele não tinha parte nem herança com as outras tribos, nas terras (ver 12.12)".

14.28

Ao fim de cada três anos. "A cada três anos, o segundo dízimo (ver os vss. 22-27) não era levado ao santuário, mas era usado para sustento dos levitas, bem como dos membros menos afortunados da sociedade" (Jack S. Deere, *in loc.*). Mas Aben Ezra chamou esse de *terceiro* dízimo, o qual não anulava o segundo. Por isso afirma Tobias 1.7 especificamente: "Dei o terceiro dízimo para reparar o templo". E o mesmo livro diz que esses dízimos eram dedicados aos órfãos e às viúvas. Mas outras autoridades judaicas pensam que a referência é ao segundo dízimo, o qual, no terceiro ano, era distribuído de modo diferente do que se fizera nos dois anos anteriores. Por isso mesmo disse John Gill (*in loc.*): "... nos dois primeiros anos depois do ano sabático (os dízimos) eram levados a Jerusalém, sob a forma de dinheiro, com o qual se compravam provisões para serem comidas ali; mas no terceiro e no sexto anos depois do ano sabático, depois de terem separado o primeiro dízimo, eles separavam outro dízimo do que tinha restado, e o distribuíam entre os pobres". E então ele continuou como segue: "Depois de terem separado o primeiro dízimo, todos os anos, eles separavam o segundo dízimo (Deu. 14.22); e no terceiro e no sexto anos, eles separavam o dízimo para os pobres, em lugar do segundo; e isso era feito, não no fim do terceiro ano, mas conforme Aben Ezra interpretava, no começo". (Essa provisão não era levada para o santuário, mas era deixada nas cidades, para uso dos pobres, viúvas, estrangeiros etc, nos lugares onde viviam). Como é claro, as autoridades não concordam quanto à natureza exata desse dízimo, se era o mesmo adicional ou não em relação ao segundo, ou se simplesmente era um dízimo diferente do segundo.

14.29

Este versículo repete a mensagem essencial do versículo anterior. Os beneficiários dos dízimos são mencionados de novo; os pobres viviam com os outros (dentro de seus portões), mas podiam passar fome, a menos que os membros mais abastados da sociedade pusessem em prática a lei do amor. Era importante para Yahweh que aquela gente pobre visse satisfeitas as suas necessidades, recebendo ao menos o necessário para as suas necessidades básicas. Se isso tivesse cumprimento, então o próprio Yahweh fazia intervenção e abençoava o doador, fazendo prosperar todas as suas obras. Isso acrescentava um importante detalhe. O homem generoso não somente gozaria de prosperidade financeira, mas também lograria sucesso em tudo quanto se propusesse fazer. Em outras palavras, ele teria muito dinheiro e muito sucesso. Ser bom é um bom negócio. A obediência às leis é um ponto destacado no livro de Deuteronômio. Um aspecto importante da obediência consiste em obedecer à superior lei do amor. O homem que atinge esse alvo aprendeu a mais importante lição da vida.

Os Beneficiários. Esses eram os hebreus pobres, como os órfãos e as viúvas, e também os estrangeiros residentes, e, naturalmente, os levitas. Aquele que preparasse provisões para essas pessoas seria abençoado por Yahweh, porquanto estava cumprindo a lei do amor, a mais importante de todas as leis (ver Deu. 6.5 e Mat. 19.19). Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Amor.* O segredo da abundância eterna consiste em doar, pois, quando doamos, recebemos. Deus multiplica os bens daqueles que dão. Eu mesmo tenho tido a oportunidade de observar essa lei em operação, em muitas ocasiões, e espero continuar vendo esse fenómeno muitas vezes mais. A *generosidade* é a medida espiritual de um homem, o que é apenas outro nome para o amor. Cf. Deu. 15.4-6, onde é reiterada a lei da doação-recebimento.

"Os dizimistas com freqüência reconhecem que o autor do Deuteronômio estava certo, que a bênção divina *segue* o dizimista em seus feitos (vs. 29). O pão lançado sobre as águas tem uma maneira interessante de retornar (Ecl. 11.1). As próprias qualidades de espírito que a doação generosa desenvolve certamente conduzem a uma maior utilidade, e, por conseguinte, a uma maior recompensa" (Henry H. Shires, *in loc.*).

Capítulo Quinze

O Ano da Remissão (15.1-23)

"*O Ano da Soltura.* Em Êxodo 23.10,11, o ano sabático visava beneficiar os pobres; em Levítico 25.1-7 lemos sobre um ano sem plantio, para descanso da

terra. Aqui (Deu. 15), lemos sobre um tempo para a remissão das dívidas" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre este versículo). Este capítulo dá continuação ao princípio da generosidade e do interesse pelos menos afortunados, o que é enfatizado em Deu. 14.22-29, quanto à questão dos dízimos. O autor sacro mostrou-se sensível para com o sofrimento e as necessidades dos seres humanos. Devemos enfrentar essas questões com várias formas de *generosidade*. Somente neste texto lemos que o ano sabático incluía o cancelamento das dívidas. A lei é expressa em Deu. 15.1, e os vss. 2-11 a explicam. Este capítulo incorpora duas formas de generosidade: o perdão das dívidas (vss. 1-11) e a soltura da escravidão (vss. 12-18). Novamente, a obediência às leis de Yahweh, incluindo aquela a respeito da generosidade, aparece como condição para as Suas bênçãos. Yahweh, a Fonte de toda sorte de prosperidade, abençoa àquele que dá com abundância, e galardoa com sucesso tudo quanto ele faz. Ver essa declaração em Deu. 14.29. Esses são excelentes discernimentos espirituais, que todas as religiões e filosofias ampliam, pois isso constitui, na prática, o único ponto de acordo que se pode achar em todos os sistemas.

Mas este texto ultrapassa o mero perdão das dívidas. Também está em pauta uma caridade franca, segundo os vss. 7 ss., sem dúvida, indicam. A pobreza requer generosidade que ultrapasse a mera liberação de empréstimos.

15.1

Ao fim de cada sete anos. Cada sétimo ano era o ano sabático. Provi um artigo detalhado sobre essa questão, no *Dicionário*, intitulado *Ano Sabático*.

Farás remissão. Ou seja, as dívidas eram perdoadas (vss. 1-11). Ver a introdução ao capítulo, que menciona as várias passagens do Pentateuco que abordam o tema do ano sabático, com suas várias características e provisões. As dívidas eram perdoadas no final dos sete anos, conforme Maimônides esclareceu (*Hilchot Shemitta e Yobel*, cap. 9, sec. 4).

15.2

Os vss. 2-11 deste capítulo explicam a natureza da lei da remissão, que este versículo determina. Os eruditos não têm chegado a um acordo se a provisão deste versículo significa que o empréstimo, anteriormente contraído, seria totalmente eliminado no ano sabático, ou se somente a parcela que deveria ser paga no sétimo ano é que era dispensada. Se assim fosse, então isso significaria que o restante da dívida deveria ser paga após o sétimo ano. Ou então, o versículo quer dizer que a dívida não era perdoada de modo algum, nem em parte nem por inteiro, mas era *suspensa* até um prazo posterior. E isso assim se daria porque no sétimo ano não se permitia nenhuma atividade agrícola, pelo que as pessoas, *naquele* ano, não tinham como saldar suas dívidas.

Em favor do *perdão total* das dívidas, daquele montante que ainda não tivesse sido pago até ao sétimo ano, apresentamos os seguintes argumentos:

1. A *generosidade* requerida, a começar em Deu. 14.22, parece favorecer o cancelamento total da dívida.
2. O paralelo de Deu. 15.9-11 fala mais em favor da idéia de cancelamento do que em favor da idéia de suspensão.
3. Isso também concorda mais com o espírito do ano do Jubileu, quando os escravos eram deixados em liberdade absoluta e incondicional, e também retornavam a seus antigos proprietários as propriedades da família, de forma incondicional (ver Lev. 25.8-17).
4. Cancelamento, e não suspensão de dívidas, estava em pauta, para impedir a pobreza (ver Deu. 15.4,11).
5. Israel prosperou de forma extraordinária na Terra Prometida, e essa grande prosperidade expressar-se-ia sob a forma de cancelamento, e não de mera suspensão das dívidas.

Os intérpretes judeus, via de regra, supõem que a lei em foco fosse *radical*, determinando o cancelamento das dívidas, e não mera facilidade de pagamento do saldo devedor.

Tipologia. Em Cristo, nossos pecados foram cancelados de maneira absoluta, e esses pecados nos tornavam devedores. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Perdão*. Ver Mat. 6.12; Luc. 7.41,42.

15.3

Do estranho podes exigi-lo. Um estrangeiro, que entrara na Terra Prometida para ganhar dinheiro, podia fazê-lo. O comércio não era uma atividade proibida. Porém, se chegasse a contrair uma dívida, tinha de pagá-la. Essa lei visava somente os "irmãos hebreus". Em Cristo, contudo, não existe tal coisa como cidadão nativo e estrangeiro, pois todos estão em pé de igualdade e podem beneficiar-se igualmente. Ver Efé. 2.11 ss. e Gál. 3.26 ss. A expiação pelo sangue de Cristo é oferecida a todos, em todo este grande mundo (I João 2.3). Portanto, o evangelho é mais generoso do que a lei mosaica, e aprofunda-se até as dívidas da alma, e não somente às dívidas em dinheiro. Contudo, alguns homens limitam ridiculamente a missão de Cristo somente aos eleitos, sem dúvida uma grande perversão.

Lamento que, neste texto, o grande expositor inglês, John Gill, faz a *tipologia* aplicar-se somente aos eleitos, não permitindo assim que a generosa provisão de Deus se estenda a todos aqueles por quem Cristo morreu (ver João 3.16).

O termo hebraico para "estranho" é *nokhri*, que alguns afirmam significar alguém que esteja de passagem em um país, como um negociante-viajante, e não o *ger*, que fixava residência permanente em Israel. É de presumir que um ger participasse da lei da remissão. Essa lei não foi baixada para beneficiar os negociantes, mas para aliviar as pressões da pobreza; e assim, se um *ger* chegasse a padecer necessidades, beneficiar-se-ia da generosa provisão de Deus.

15.4

Não haja pobre. Em outras palavras, em Israel não haveria pobreza abjeta, em que pessoas não teriam o bastante para comer. Eles gastariam todos os seus recursos pagando a dívida, e não teriam o que restasse para pagar por alimento. Isso concorda com o espírito dos dízimos, conforme temos visto em Deu. 14.22 ss. Havia abundante provisão para os membros menos afortunados da sociedade. Isso posto, a irresponsabilidade não estava sendo promovida. O homem que tivesse dívidas precisava observar seus acordos, saldando essas dívidas ao longo do tempo. Mas, no fim do sétimo ano, o restante de sua dívida seria cancelado. O texto reconhece que algumas pessoas enfrentariam reversões, "má sorte", enfermidades e obstáculos inesperados, capazes de interferir com o ganho de dinheiro. Além disso, há pessoas com defeitos genéticos realmente incapazes de ganhar a própria vida, os esmoleres, que têm de depender da caridade pública.

Se cuidarmos dessas pessoas necessitadas, mostrando-nos generosos com elas, então Yahweh cuidará de nós, conforme vemos dito enfaticamente em Deu. 14.29, onde as notas oferecidas também se aplicam aqui. A primeira provisão foi a do próprio território; e então, na Terra Prometida, o dinheiro fluiria caudaloso como o rio Amazonas, para benefício dos generosos. Não que o trecho de Deu. 14.29 também não prometa sucesso em todos os empreendimentos, e não meramente um retorno sob a forma de dinheiro.

Lemos no livro de Atos (4.34) que prevalecia a graça divina; mas ninguém padecia necessidade premente. E o versículo 11 deste capítulo ensina-nos a verdade quando supõe que chegará um tempo em que a pobreza será totalmente eliminada, a despeito das provisões divinas. Visto que os pobres só desaparecerão de vez nos novos céus e na nova terra, a generosidade também nunca deve cessar.

15.5

Se apenas ouvires atentamente a voz do Senhor. Temos aqui uma *convocação à obediência*. A legislação mosaica envolvia preceitos intermináveis e intrincados, que, não obstante, precisavam ser obedecidos. Era mister que houvesse um especialista para conhecer e observar tantos preceitos. Entre esses preceitos havia aquelas leis humanitárias cujo intuito era aliviar a pressão da pobreza. Assim é que a epístola de Tiago, no Novo Testamento, toma esse tema que diz que a nossa espiritualidade deve incluir o alívio das necessidades humanas, porquanto isso faz parte inerente da espiritualidade autêntica. Ver o segundo capítulo de Tiago. Esse capítulo chama a lei de amor de "a lei real", ou seja, a lei a ser seguida pelos reis espirituais (vs. 8). A *religião pura* busca aliviar o sofrimento dos órfãos e das viúvas (Tia. 1.27). E esses sempre foram grandes temas do judaísmo. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Amor*.

15.6

Emprestarás a muitas nações. A *prosperidade* de Israel seria tão notável que os hebreus não cuidariam somente dos pobres da Terra Prometida, mas também socorreriam a outros povos. Israel estaria na vantajosa posição de emprestar a outros povos, sem nenhuma necessidade de tomar empréstimos. Em outras palavras, a generosidade particular floresceria sob a forma de prosperidade nacional. Uma moderna ilustração de tal experiência é o caso dos Estados Unidos da América. No fim da Segunda Guerra Mundial, esse país, embora contando com apenas a décima parte da população do mundo, concentrava nove décimos do dinheiro do mundo! Uma razão óbvia dessa prosperidade era (e é) o programa missionário das igrejas evangélicas americanas. Servir ao Senhor é cortejar as riquezas materiais, inclusive.

A *promessa* feita a Israel envolvia a soberania nacional. Israel não seria sujeitado a tributos ou ao domínio estrangeiro se não se esquecesse de cumprir a lei do amor. Mas um Israel mesquinho veria tropas estrangeiras a assaltar as suas fronteiras. Porém, uma generosa nação de Israel exerceria controle financeiro sobre outras nações.

"A chave para o problema da pobreza jaz em um serviço a Deus prestado sem reservas. Reconhecer que todos são criaturas de um mesmo Criador, e agir de conformidade com os ditames da misericórdia, equivale a não deixar espaço para a pobreza. A necessidade humana não é mera questão de sistemas e leis justos, mas uma questão de misericórdia e benignidade" (Henry H. Shires, *in loc.*).

15.7

A *provisão* do perdão das dívidas era apenas *uma* das obras de caridade. Esta passagem contempla outros atos de caridade que aliviam a necessidade humana. O pagamento de dízimos (ver Deu. 14.22 ss.) era um modo de doar a outras pessoas. É de presumir que um homem que visse outro em necessidade, simplesmente doasse algo ao necessitado, não limitando seus atos de amor às provisões específicas da lei. De modo geral, um hebreu poderia aplicar o espírito de amor e sentir-se livre para agir conforme seu coração o orientasse.

O *coração duro*, por outra parte, impediria a generosidade. Mas o homem espiritual sempre seria dotado de um coração terno. Os sofrimentos do próximo seriam os seus próprios sofrimentos. Ele se sentiria inspirado a aliviar a necessidade alheia, mediante a obsessão da generosidade. E, por sua vez, Yahweh mostrar-se-ia generoso para com ele.

15.8

... lhe abrirás de todo a tua mão. A *generosidade* é a medida de um homem. Sua mão vive *aberta*, e seu coração é *terno* e *disposto* a dar. Desse modo, os famintos recebem tudo de que precisam. "Notemos como a exposição do autor penetra dentro da vontade e dos sentimentos dos credores. Ser obediente, e, assim sendo, receber as bênçãos prometidas por Deus, requer mais do que a mera aceitação da letra da lei. Somente um espírito livre e voluntário pode evitar o pecado quando o pobre solicita ajuda. Cf. II Coríntios 9.7" (G. Ernest Wright, *in ioc.*). "Os afetos se punham em movimento e uma mente disposta inclinava-se por dar com generosidade" (John Gill, *in ioc.*).

E **lhe emprestarás.** Essa frase talvez signifique que um homem orgulhoso geralmente se recuse a dar um presente, ou seja, se recuse a emprestar a outrem. Nesse caso, emprestemos dinheiro ao necessitado. E, mais tarde, esqueçamos completamente que o próximo nos deve o empréstimo, fazendo com que o empréstimo se torne uma doação.

> *A quem dá liberalmente, ainda se lhe acrescenta mais e mais, ao que retém mais do que é justo, ser-lhe-á em pura perda.*
>
> (Provérbios 11.24)

15.9

Não haja pensamento vil no teu coração. A *opressão* é o programa do homem de mão fechada. Muitos israelitas agiam assim, pensando no ano da remissão. Eles encontrariam meios de explorar tanto antes quanto durante aquele ano, para garantir que obteriam vantagens sobre as pessoas a quem estivessem explorando. O credor teria um coração de *Belial*, conforme alguns traduzem este texto. "Teria um coração 'indigno' e 'insubmisso'" (John Gill, *in loc.*), ignorando os mandamentos de Yahweh. Esse tal teria "olhos malignos", fixados sobre a pessoa que lhe devesse algum dinheiro, oprimindo-a de tal modo que ela clamaria a Yahweh, pedindo misericórdia.

15.10

Livremente lhe darás. Quem doasse algo não deveria fazê-lo a contragosto, sem um espírito generoso. Até mesmo um homem ganancioso poderia consolar-se diante da idéia de que, se estava dando, receberia recompensa da parte de Yahweh, conforme é dito enfaticamente nos vss. 4 e 6. Cf. as bênçãos prometidas aos dizimistas (Deu. 14.22 ss.).

> *Deus ama a quem dá com alegria.*
>
> (II Coríntios 9.7)

Escreveu Jarchi que se deveria doar algo ao homem em necessidade, "mesmo que ele peça por cem vezes". Quem doa é alguém liberal e livre, pois é assim que Deus trata conosco. Cf. Pro. 11.24,25; Isa. 23.18; II Cor. 9.6-9. Ver também Mat. 6.3.

> *Mais bem-aventurado é dar do que receber.*
>
> (Atos 20.35)

15.11

Nunca deixará de haver pobres na Terra. A pobreza é uma realidade permanente. Às vezes, por falta de oportunidade; também há defeitos genéticos que fazem a pessoa tornar-se incapaz; e não devemos esquecer a preguiça que às vezes é inerente. Todos esses fatores garantem a algumas pessoas não prosperarem financeiramente, apesar dos programas governamentais de bem-estar social e das suas boas intenções. É conforme alguém já disse: "É preciso primeiro tirar a favela do coração de um homem, antes de tirar o homem da favela". Yahweh, reconhecendo a perpetuidade da pobreza, exortou mais ainda os abastados a que se mostrassem liberais para com os necessitados. Neste mundo, jamais chegará o tempo em que a generosidade será uma virtude obsoleta. Cf. Mar. 14.7, onde Jesus fez uma observação similar. Sempre teremos conosco os pobres, os quais nunca possuem muito, mas mesmo assim conseguem sobreviver. Mas também haverá a *necessidade* daqueles que passam fome. Este versículo reconhece a existência de ambas essas classes de pobres.

A Escravidão e as Dívidas (15.12-18)

A pobreza produzia escravos, *mesmo entre os hebreus*. A *prática* da escravidão não era proibida, mas era regulamentada mediante certos princípios humanitários. Um indivíduo ou uma mulher hebreu, depois de ter servido como escravo por seis anos, era deixado em liberdade, quando da chegada do ano sabático. Além disso, tal pessoa não podia ser despedida de mãos vazias. Teria de haver algo com que a pessoa pudesse iniciar uma nova tentativa na vida. Ver os paralelos em Êxo. 21.2-11 e Lev. 25.39-55. Cf. Jer. 34.8-16. Os críticos supõem que houvesse várias fontes de materiais sobre a questão, que o autor-editor teria usado. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *J.E.D.P.(S.)* quanto à teoria das fontes múltiplas do Pentateuco.

Sob circunstâncias ótimas, que nem sempre eram conseguidas, os israelitas que se tornassem escravos eram tratados como membros da família à qual servissem, não sendo nem sobrecarregados nem oprimidos. Mas nem sempre se obtinham condições ótimas no estado de escravatura. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Escravo, Escravidão.*

15.12

... te for vendido. Uma criança podia ser vendida como escrava por seu próprio pai. E um adulto podia até mesmo vender a si mesmo como escravo, usualmente com a finalidade de pagar dívidas, ou a fim de prover um lugar onde morar e comer, quando ele e sua família ficassem reduzidos a condições extremas. Ver Êxo. 21.2 quanto ao paralelo, cujas notas expositivas também se aplicam aqui. Ver as várias razões pelas quais um hebreu podia tornar-se escravo de outro hebreu, dentro da exposição sobre Êxo. 21.2. Um hebreu, contudo, não podia ser *vendido como escravo para um estrangeiro, embora isso acontecesse ocasionalmente*, na prática, apesar de contrário aos dispositivos da legislação mosaica.

O *sétimo ano*, neste caso, não correspondia, necessariamente, ao ano da remissão das dívidas. Aqui a alusão é ao sétimo ano da servidão de um hebreu. Seis anos da vida de um homem eram assinalados como o período máximo em que um hebreu podia servir como escravo. Na Babilônia, um nativo só podia servir cerca da metade desse tempo; mas de modo geral as leis dos hebreus eram mais humanitárias do que na maioria das sociedades do mundo antigo.

15.13,14

Quando de ti o despedires. O homem liberado da escravidão tinha de ser liberado com um suprimento suficiente para possibilitar-lhe um novo começo, sem as agruras da necessidade. O seu senhor era um homem abastado, e isso porque Yahweh assim lho permitira ser. Logo, cumpria-lhe dividir generosamente com o ex-escravo, por ser Yahweh a fonte de todas as coisas boas. Ver Tiago 1.17.

Esse suprimento incluía animais, cereal e vinho, coisas básicas em uma sociedade agrícola. O ex-escravo já tinha sofrido o bastante. Agora tinha o direito de tentar um novo começo, mais razoável. O paralelo, em Êxo. 21.2 ss., menciona outras provisões relativas à família do homem, que o tivesse acompanhado em seu período de servidão.

Tipologia. O pecador que é liberado da servidão ao pecado, por meio de Cristo, é equipado com bênçãos espirituais e materiais, de tal modo que possa ter *um novo começo em sua nova vida.*

15.15

Lembrar-te-ás de que foste servo. O *povo de Israel*, em sua inteireza, estivera escravizado. Os filhos de Israel tinham sofrido opressão e necessidade. Mas Yahweh havia livrado (redimido) Israel dessa sorte deplorável. Israel deveria seguir o exemplo divino. Êxodo é o livro da redenção, um símbolo de redenção em Cristo. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Redenção.*

Jarchi (*in loc.*) lembra-nos de que Israel saiu da servidão ao Egito sobrecarregado de coisas doadas pelos egípcios, incluindo jóias, prata, ouro e um grande *despojo*. Alguns supõem que tudo isso, na verdade, formasse um *despojo*, e não apenas doações feitas pelos egípcios. Seja como for, Israel saiu do Egito abundantemente suprido de bens materiais. Esse modelo deveria agora ser seguido, na alforria dos escravos hebreus. Ver Êxo. 12.35 ss.

15.16

Não sairei de ti. Temos aqui o caso de um escravo voluntário. É incrível, mas até mesmo prisioneiros, que se acostumaram à vida de prisão, preferem ficar presos, em lugar de irem embora. Assim também, entre os hebreus, um escravo bem tratado podia preferir continuar como escravo. Nesse caso, ele se tornava um escravo permanente, sendo marcado na orelha com uma sovela, sinal que indicava a permanência de seu estado. A história da escravatura, nos Estados Unidos da América, indica que havia tal coisa ali, mesmo quando a emancipação foi declarada. A diferença era que a lei não permitia a continuação do estado de escravatura. Os ex-escravos, pois, tornavam-se empregados. Na maioria dos casos, porém, a condição de vida não ficara muito diferente, exceto pelo fato de que o ex-escravo estava livre para ir embora a qualquer momento que quisesse.

15.17

O paralelo dos vss. 16 e 17 deste capítulo no livro de Êxodo contém comentários que também se aplicam aqui. O ato de furar o lóbulo da orelha de uma pessoa, com uma sovela, era sinal de que a pessoa se tinha dedicado como escravo permanente. A "serva" referida neste versículo seria ou a mulher que o homem levara consigo para tornar-se escrava com ele, ou uma mulher que ele tinha adquirido como esposa, quando era escravo. Mas a mulher também poderia ser uma filha vendida à escravidão, por parte de seu pai. Presumivelmente, tal mulher também poderia escolher ficar. Mas se ela se fosse, então teria direitos iguais a um homem que recebesse a sua liberdade. O trecho de Êxodo 21.7 fornece detalhes sobre a questão que não são dados neste texto. Ao que parece, as mulheres apanhadas em furto não eram reduzidas à escravidão, conforme acontecia aos homens (ver sobre Êxo. 21.2), pelo que é provável que as mulheres mencionadas neste texto fossem membros da família do homem que se tinha deixado escravizar para sempre, ou então pessoas vendidas independentemente, mas não por razões criminosas.

15.18

Por metade do salário do jornaleiro. A escravidão era um bom negócio para o proprietário de escravos. Um escravo lhe custava apenas a metade do que ele teria de gastar com um empregado. Por essa razão, ele não deveria lamentar quando chegasse o tempo da remissão. Antes, deveria enviar forro o escravo, liberalmente e com boa atitude. O trecho de Jer. 34.8-16 mostra-nos que havia muito abuso contra os escravos, pelo que aquilo que é recomendado neste texto com freqüência eram apenas ideais que nunca tinham cumprimento.

Um homem que tratasse bem um seu escravo, dando-lhe a liberdade ao chegar o tempo certo e fornecendo-lhe o necessário para ele equilibrar-se na vida, poderia esperar pela bênção de Yahweh, conforme já foi dito por várias vezes antes desta. Ver os vss. 4 e 10 deste mesmo capítulo. Cf. as leis do dízimo, em Deu. 14.29.

"... as leis demonstram que a primeira preocupação na história, em torno da condição dos escravos, e a primeira tomada de consciência foram acerca do erro envolvido no controle completo que alguém exercia sobre o destino de outra pessoa. É verdade que o privilégio da liberdade era estendido somente aos cidadãos hebreus; mas até mesmo isso foi um primeiro passo que ninguém mais havia tomado antes. Essa provisão revolucionária ilustra o poder do conhecimento que os hebreus tinham da natureza e do propósito de Deus, conforme é inferido no evento do Êxodo, exercido sobre a ética e os códigos legais da comunidade" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

Oferendas Feitas dos Rebanhos (15.19-23)

As *leis paralelas* àquelas desta seção podem ser achadas em Êxodo 13.11-16; 22.29-30; Lev. 27.26,27; Núm. 18.15-18. As leis do Êxodo, conforme pensam os críticos, pertencem às fontes informativas *J* e *E* do Pentateuco. E as leis que aparecem em Levítico e Números pertencem à fonte informativa *P(S)*. E a lei do presente texto é atribuída por eles à fonte informativa *D*. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *J.E.D.P.(S.)* quanto à teoria das fontes informativas múltiplas do Pentateuco.

Os filhotes primogênitos machos dos animais pertenciam a Yahweh e ao culto do tabernáculo (o segundo templo), como também destinavam-se ao sustento dos sacerdotes e levitas. Nos dias do templo, esses animais eram levados ao santuário central e comidos em um banquete sagrado, presumivelmente por ocasião da Páscoa ou do Pentecoste, quando todos os homens de Israel tinham de visitar a cidade de Jerusalém. Animais com algum defeito podiam ser comidos em casa. Mas aqueles levados ao santuário central não podiam ter nenhum defeito (vs. 17), um padrão seguido em todos os sacrifícios. Quanto a isso, ver Lev. 22.20. Ver também Lev. 27.26.

15.19

Ver a introdução à seção, anteriormente. O dono dos rebanhos não era o verdadeiro proprietário dos filhotes primogênitos. Esses primogênitos pertenciam a Yahweh. Não podiam ser postos a trabalhar nas fazendas; e, no caso de ovelhas, elas não podiam ser tosquiadas. Antes, tinham de ser levadas ao santuário central; e qualquer benefício ou riqueza que esses animais representassem, ia tudo para Yahweh e para os sacerdotes. Mas o "proprietário" dos animais participava da refeição comunal, uma vez que os devidos sacrifícios tivessem sido feitos, quando o sangue e a gordura já tivessem sido oferecidos a Yahweh sobre o altar (ver as notas em Lev. 3.17). O texto de Núm. 18.17 adiciona as "cabras" no tocante às leis que temos aqui. Ver Êxo. 13.2,12,13 quanto a outras versões dessas leis, onde são dadas notas adicionais.

15.20

Comê-lo-ás... tu e a tua casa. O indivíduo que trouxesse os animais ao santuário tinha o direito de participar da refeição comunal, e seus familiares dela participavam. É de presumir que as ocasiões envolvidas fossem a Páscoa e a festa de Pentecoste, embora este texto não determine tal coisa.

De ano em ano. Presume-se que isso ocorresse durante uma das festividades anuais. Ver Deu. 16.16. "Parece, pelo Talmude, que os dízimos e as ofertas poderiam ser apresentadas em qualquer uma das três grandes festas anuais" (Ellicott, *in loc.*). Ver o artigo geral no *Dicionário*, intitulado *Festas (Festividades) Judaicas*. A Páscoa, o Pentecoste e o Tabernáculo eram as três festas nacionais que requeriam a presença física dos israelitas do sexo masculino.

No lugar. Ou seja, no santuário central, que tinha tomado o lugar de todos os demais altares e lugares santos. Quanto a isso, ver Deu. 12.5. Quanto à "família" que participaria da refeição comunal, ver Deu. 12.17,18. Alguns comentadores pensam aqui na "casa do sacerdote", mas isso não parece ajustar-se ao presente texto.

"*Vss. 19 e 20.* A antiga lei do sacrifício dos filhotes primogênitos (Êxo. 13.2) foi adaptada de acordo com as exigências do santuário central (12.15-28)" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre o versículo anterior).

15.21

Havendo nele algum defeito. A regra que proibia qualquer defeito em um animal oferecido, quanto a todos os sacrifícios oferecidos no santuário, está aqui em pauta. Este versículo tem certo número de paralelos. Anotei a questão em Lev. 22.20. Um animal imperfeito podia ser comido em casa, como se fosse um animal de caça (Deu. 12.15; 14.4,5), mas não em alguma cerimônia religiosa de qualquer tipo. O sangue do animal tinha de ser vertido no chão, e jamais utilizado como alimento. Ver o trecho de Lev. 3.17, quanto às leis sobre o sangue e a gordura. Cf. Lev. 22.19-24 e Mal. 1.14.

15.22

Como do corço ou do veado. Havia certo número de animais limpos que podiam ser comidos e que nunca eram usados nos sacrifícios. Ver Lev. 1.14-16, quanto aos *cinco* animais que podiam ser usados nos sacrifícios. Um animal imperfeito, pelo que não podia ser sacrificado, tornava-se como um animal limpo; podia ser consumido como alimento por uma família, mas não podia ser oferecido em nenhum sacrifício. Comer algo em casa não requeria que a pessoa estivesse cerimonialmente limpa para tal propósito. Essa era também uma regra do santuário e das festividades naquele lugar. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Limpo e Imundo*. Cf. Deu. 12.15,22.

15.23

O seu sangue não comerás. O *sangue* nunca era permitido como alimento entre os israelitas. No santuário, o sangue era derramado à base do altar, e assim era dedicado a Yahweh. Em casa, o sangue era derramado no chão, em honra a Yahweh, a Fonte de toda vida, embora não como parte de um sacrifício formal. Ver Deu. 12.16,23,24, quanto àquelas regras e quanto a comentários mais detalhados a respeito.

Capítulo Dezesseis

As Três Festas: Páscoa, Pentecoste e Tabernáculos (16.1-17)

A repetição é uma das características literárias do autor-editor do Pentateuco. Por isso mesmo neste ponto, uma vez mais, encontramos regras repetidas acerca das três principais festividades anuais dos hebreus. Ver no *Dicionário* o artigo geral intitulado *Festas (Festividades) Judaicas*, onde são descritas as três festividades mencionadas neste capítulo.

O versículo 16 deste capítulo mostra-nos que os membros do sexo masculino de Israel tinham por dever religioso fazer-se presentes a essas três festividades, no

lugar central de adoração, Jerusalém, onde também Salomão terminou por construir o templo. Todos os demais santuários tornaram-se ilegais. Os homens levavam até ali os seus familiares, sempre que isso era possível (ver Atos 2.9-11). Essas festividades eram maneiras pelas quais a nação de Israel manifestava sua devoção e unidade em torno da fé religiosa em Yahweh. Seu intuito era servirem de experiências jubilosas, e as bênçãos de Yahweh eram prometidas aos participantes. Ver Deu. 16.11,14,15 e cf. Deu. 12.7,12,18 e 14.26, quanto a detalhes semelhantes.

A narrativa do livro de Deuteronômio é apenas uma breve revisão dos acontecimentos. As três festas anuais, para os hebreus, eram *haggim*, o que pode ser comparado com o *haj* dos islamitas, as peregrinações anuais a Meca. A primeira dessas festas, a Páscoa, como também a terceira, a festa dos Tabernáculos, estavam ligadas ao êxodo e vieram a tornar-se comemorações históricas. E a segunda, que era a festa das Semanas, da Colheita ou das Primícias (ver Êxo. 23.16; 34.22), efetuava-se em honra ao proprietário divino da terra, a quem os hebreus davam uma oferta, de acordo com a medida de suas bênçãos, na colheita daquele ano" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

Os primórdios ou indícios prévios dessas festividades formalizadas já existiam nas celebrações da época da colheita, e alguns de seus elementos foram incorporados nas festas formalizadas.

"*Deuteronômio 16.1-1.* O calendário festal (Êxo. 23.14-17; 34.18-24; Lev. 23; Núm. 28-29). A festa da Páscoa e dos Pães Asmos (Êxo. 12.1-27; 13.3-10; 23.15,18; 34.18,25; Lev. 23.5-8; Núm. 28.16-25)" (*Oxford Annotated Bible,* comentando sobre o primeiro versículo deste capítulo).

16.1

Guarda o mês de abibe. Quanto ao trecho paralelo, ver Êxo. 12.2-27. O mês de *abibe* tornou-se o primeiro mês do calendário religioso, pelo que a festa da Páscoa era uma espécie de celebração de Ano Novo. Era nessa data, em um sentido bem real, que Israel renascia. A Páscoa era celebrada no décimo quarto dia do mês de abibe (nossos março-abril). O Anjo do Senhor *passou por sobre* Israel, mas tirou a vida de todos os primogênitos do Egito. O povo de Israel foi livrado da servidão dos egípcios, visto que essa foi a última e mais terrível das pragas que caíram sobre o Egito, forçando o Faraó a deixar os filhos de Israel sair do país. Ver, quanto a detalhes completos, no *Dicionário*, o artigo geral intitulado *Festas (Festividades) Judaicas*, bem como o verbete chamado *Dez Pragas do Egito*. E nas notas sobre Êxodo 7.14 apresento um gráfico ilustrativo.

Ver o tema do livramento de Israel do domínio *egípcio* por parte do Senhor. Esse tema é repetido no livro de Deuteronômio por cerca de vinte vezes (ver principalmente Deu. 4.20). O poder de Deus é um poder remidor. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Redenção*, onde são apresentadas tipologias.

De noite. A permissão do Faraó para que Israel deixasse o Egito foi dada à noite, embora Israel só tenha iniciado o êxodo no dia seguinte. Ver Núm. 33.3,4. Ver também Êxo. 12.12,29-31,42.

16.2

A *Páscoa,* observada anualmente por Israel, durante toda a sua marcha pelo deserto, agora estava sendo transferida para o santuário central, em Jerusalém. Logicamente, isso foi feito por antecipação, mas acabou ocorrendo na realidade.

Yahweh-Elohim baixou as ordens acerca da festividade original, determinando a sua transferência. E o único Deus (o Eterno Todo-poderoso, de acordo com os nomes usados) foi honrado dessa maneira. Ver no *Dicionário* os artigos intitulados *Deus, Nomes Bíblicos de; Yahweh e Elohim.*

Os animais que podiam ser sacrificados vinham dos rebanhos: touros e carneiros. Ver Núm. 28.19,24. Quanto às *cinco* espécies de animais que podiam ser sacrificadas, ver Lev. 1.14-16. Cf. II Crô. 30.21-24; 35.7-9. O animal apropriado para os sacrifícios era o carneiro; posteriormente, porém, outros animais passaram a ser incluídos. O touro não substituiu o carneiro conforme alguns têm pensado. O Targum de Jonathan distingue entre tipos de oferendas. O animal original era o carneiro. Outras oferendas chegaram a acompanhar o original, extraídas dos rebanhos, especialmente no caso das *ofertas pacíficas.*

No lugar. Ou seja, no local central de adoração que veio a substituir todos os demais santuários: o templo de Jerusalém. Quanto a essa "escolha", feita por Yahweh, ver Deu. 12.5.

16.3

A *circunstância* que ditava que não se deveria comer pão levedado acabou florescendo como uma festa separada, a dos *Pães Asmos.* Alguns estudiosos supõem que essa festa já existisse, e acabou historicamente associada à festa da Páscoa. Ver no *Dicionário* o artigo detalhado chamado *Pães Asmos.* Ver o trecho paralelo de Êxo. 12.15-20 e 13.3-7, quanto a maiores informações.

O povo de Israel, ao sair apressadamente do Egito, não foi capaz de fermentar a sua massa, o que mostra a conexão e as circunstâncias históricas. Mediante as celebrações anuais, Israel relembrar-se-ia de como Yahweh os tirara do nada para a redenção, na Terra Prometida. A festa da Páscoa/Pães Asmos nunca deveria ser esquecida. Servia de memorial permanente do Poder divino, que os tinha libertado. Ação de graças e fidelidade eram atitudes requeridas da parte do povo israelita, nessas comemorações.

A festa da Páscoa e a festa dos Pães Asmos, embora originalmente fossem duas festas separadas, acabaram unificadas em uma só. Ver Luc. 2.41; 22.7; Atos 12.3,4; João 19.14.

Pão de aflição. Assim chamado por causa de sua associação com os terrores sofridos por Israel no Egito. Esse pão era insosso, tal como as experiências dos filhos de Israel no Egito tinham sido sem atrativos. Esse pão fazia-os lembrar-se da servidão e das privações pelas quais tinham passado.

16.4

As *regras* dadas aqui têm seu paralelo em Êxo. 12.15,19 e 13.7, cujas notas devem ser consultadas. Toda carne que não fosse consumida tinha de ser queimada no fogo na manhã seguinte. Era totalmente obliterada pelas razões que apresento na exposição sobre Êxo. 12.10. A queima dos fragmentos completava o sacrifício. Tendo feito isso, então podiam prosseguir em sua jornada com as bênçãos de Yahweh. Fragmentos que fossem trazidos com eles deixariam o sacrifício incompleto, profanando-o com circunstâncias desfavoráveis. Ninguém poderia preparar uma merenda feita com aquela carne santa.

16.5

O *lugar central* de adoração, o templo de Jerusalém, pôs fim a todos os demais santuários. Logo, seria um sacrilégio realizar qualquer forma de sacrifício, exceto no templo. Ver Deu. 12.5 quanto a isso e quanto às razões que explicavam as mudanças.

Yahweh tinha dado a Terra Prometida aos hebreus. Uma vez ali, o Senhor escolheu um lugar para ser cultuado. Esse lugar substituiu todos os demais lugares de culto. A nação deveria ser unificada em torno do centro único de adoração. A Páscoa, até então, tinha sido observada em lares individuais, que atuavam como pequenos santuários. Mas a nova ordem de coisas eliminava tudo isso. Ver Deu. 12.15; 14.23; 16.2,11; 26.1,15.

16.6

Senão no lugar que o Senhor teu Deus escolher. Este versículo repete a idéia do santuário centralizado que comentei no versículo anterior, e onde são dadas referências paralelas no tocante àquela instituição histórica.

À tarde, ao pôr do sol. Ou seja, entre as duas tardes. Em outras palavras, o animal era sacrificado antes do pôr do sol, mas a própria festa era noturna. O Targum de Jonathan diz: "... e à tardinha, por ocasião do pôr do sol, comereis do mesmo até o meio da noite". Ver Êxo. 12.6 quanto ao trecho paralelo.

O sacrifício, em um sentido bem real, marca o começo da saída dos filhos de Israel do Egito, embora a ordem do Faraó quanto à saída tenha sido dada no momento mesmo em que a redenção começou.

16.7

Então a cozerás. Assim diz o termo hebraico, que os críticos atribuem à fonte informativa D. Mas a fonte informativa P(S) diz "assarás". Ver Êxo. 12.9. Talvez o autor tenha usado aqui a palavra em um sentido frouxo, "cozinhar". Isso não entraria em contradição com a ordem original, mas os intérpretes debatem entre si por causa da questão. Era proibido cozinhar o cordeiro sacrificial (Êxo. 12.8,9). Alguns supõem que outras oferendas, que vieram a acompanhar o ato de assar o cordeiro, fossem cozidas; mas não há como solucionar com qualquer grau de certeza esse problema nem mesmo é importante acharmos uma solução para ele. Algumas traduções dizem simplesmente "assar", e assim solucionam aligeiradamente o problema.

No lugar que o Senhor teu Deus escolher. Esse lugar, originalmente, era a residência de cada hebreu; mas terminou sendo o santuário central, conforme comentei no versículo 5 deste capítulo, com referências. Quando entrou em vigor o único lugar de sacrifício, o povo passou a reunir-se ali; **e**, depois, cada qual voltava para o seu lar. O povo não retornava às suas tendas enquanto a cerimônia inteira não tivesse terminado. Ver I Reis 8.66; II Crô. 7.10. Diz o Targum de Jonathan: "e te voltarás pela manhã, depois de terminada a festa, e irás para as cidades". Jarchi diz que eles poderiam esperar até o segundo dia.

16.8

Seis dias comerás pães asmos. Essa festividade prolongava-se por seis dias, e o sétimo dia era um sábado santo em que havia uma assembléia solene. Em outros trechos é ordenado que o pão asmo deveria ser comido por sete dias (ver Êxo. 12.15,19; 13.6,7). Alguns eruditos tentam harmonizar a questão, supondo que o ato de comer continuasse no sétimo dia, e que esse dia também fosse um sábado santo, um dia de solene convocação. Mas outros supõem que, em uma época posterior, houvesse algumas diferenças quanto ao *modus operandi* da festa. As diferenças podem sugerir desenvolvimentos históricos.

Nenhuma obra farás. Isso era típico quanto aos dias de sábado, bem como no tocante a todas as festas que incluíam algum sábado especial no seu fim. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Sábado*, que discute sobre a regra da suspensão de todo trabalho. Ver Êxo. 12.16 e Gên. 2.2,3. O sábado regular tornou-se o próprio sinal do Pacto Mosaico (ver as notas nos comentários de introdução do capítulo 19 de Êxodo). Mas em Cristo descansamos, e assim não temos mais necessidade alguma de dias especiais. Cf. Êxo. 31.13 ss..

Festa da Colheita (das Semanas; Pentecoste) (16.9-12)

16.9

A festa de Pentecoste, que se tornou tão familiar no cristianismo, visto que foi em um dia dessa festa que começou o ministério especial do Espírito Santo, é o seu nome grego, adquirido entre os judeus nos tempos helenistas. Na Palestina, a cevada amadurece no mês de abril, ao passo que a colheita do trigo só vem mais tarde. A festa de Pentecoste, originalmente, ocorria no tempo da colheita da cevada, e parece ter sido uma festa de colheita. Veio a ser associada à outorga da lei, cinqüenta dias após a festa da Páscoa. Assim também, no cristianismo, veio a ser associada à descida do Espírito Santo, cinqüenta dias após a ressurreição de Cristo. Quanto à festa das Semanas, ver o décimo versículo deste capítulo, e também Êxo. 34.22. Quanto à festa da Colheita, ver Êxo. 23.16. Quanto ao dia das Primícias, ver Núm. 28.26, e cf. Êxo. 23.16 e 34.22. Quanto ao cálculo do tempo envolvido, ver Lev. 23.15,16. Visto que era celebrada no qüinquagésimo dia após o começo da colheita, veio a tornar-se conhecida como Pentecoste. Ver sobre esse termo no *Dicionário*, onde ofereço um artigo detalhado. Ver também sobre *Festas (Festividades) Judaicas*, onde são acrescentados detalhes. É de presumir-se que, originalmente, sete semanas (cinqüenta dias) tenham sido fixadas, para que uma colheita pudesse ser completada antes da celebração. O tempo da colheita, na Terra Prometida, variava de acordo com as várias regiões, pois quanto menor fosse a temperatura média, mais tardia se fazia a colheita. Os meses envolvidos eram correspondentes aos nossos março-abril (começo), ao fim de maio ou começo de junho (fim). O termo Pentecoste está baseado na palavra grega para "cinqüenta", usada na Septuaginta, em Lev. 23.16.

16.10

O sentido deste versículo é mais bem esclarecido no versículo 17. Os hebreus foram instruídos a dar uma oferta voluntária de acordo com a medida em que Yahweh lhes tivesse dado a colheita. Não foi fixada nenhuma porcentagem específica, mas esperava-se a liberalidade. Cf. Deu. 15.14. Talvez Paulo tivesse em mente este versículo, ao afirmar qual o padrão cristão quanto às dádivas (I Cor. 16.2). As doações devem ser de acordo com a prosperidade de cada um; e entendemos que toda prosperidade é conferida pelo Senhor (ver Tia. 1.17). Dentro do contexto cristão, uma porcentagem de menos de dez por cento é uma proporção pequena.

Ofertas voluntárias. No hebraico, missah, termo usado somente aqui em todo o Antigo Testamento. A idéia é a de uma oferenda suficiente ou proporcional. Mas a porção apropriada foi deixada a cargo da consciência iluminada de cada um. Cf. Êxo. 34.20. Os vss. 16 e 17 fazem essa ordem aplicar-se a todas as três festas.

Os *sacrifícios* oferecidos nessa ocasião eram dois pães a serem movidos diante do Senhor, sete cordeiros, um touro jovem e dois carneiros como oferta queimada, juntamente com as ofertas de cereal e de libações. Ver Lev. 23.17-19. *Além de tudo isso*, havia as ofertas voluntárias.

16.11

Alegrar-te-ás. As celebrações deviam ser assinaladas pelo *regozijo*, um elemento freqüentemente enfatizado em conexão com o sistema de sacrifícios. Os sacrifícios eram ocasiões de júbilo. Yahweh se mostrara generoso, dando aos israelitas motivos para se sentirem felizes com as provisões que tinham recebido. Ver sobre Deu. 12.7 quanto à alegria envolvida.

Um Tempo de Generosidade. Yahweh é generoso; e os beneficiários de Sua generosidade também precisam ser generosos. As riquezas deveriam ser postas a circular, em vez de serem apenas acumuladas. Escravos, mulheres, crianças e órfãos, como também os levitas, seriam todos beneficiados. Essas eram, geralmente, as pessoas dependentes naquela sociedade. Sempre será melhor dar do que receber (Atos 20.35); mas as experiências da vida permitem que experimentemos ambos os lados dessa moeda. Cf. este versículo e a lista de seus beneficiários com Deu. 14.21; 16.14; 24.19-21.

Tipologia. O Espírito Santo foi dado no Pentecoste cristão, cinqüenta dias após a morte do Senhor Jesus; e Ele propagou as riquezas espirituais entre todos. Ver o segundo capítulo do livro de Atos. O próprio Espírito Santo é a mais liberal provisão divina para o Seu povo, visto que Dele nos chegam todos os dons e promessas, sendo Ele o agente de tudo quanto nos é oferecido pela missão de Cristo.

16.12

Lembrar-te-ás de que foste servo. Temos aí a grande *motivação* do povo de Israel. Yahweh interessa-se pelo bem-estar dos homens. Ele demonstrou isso ao libertar Israel da servidão no Egito, um tema repetido por cerca de vinte vezes no Deuteronômio. Quanto a isso, ver as notas em Deu. 4.20. Israel sofrera perseguições e privações quando estava no Egito. Mas Yahweh foi generoso e propiciou um escape, e, em seguida, um território pátrio, a saber, a herança estipulada dentro do Pacto Abraâmico (ver as notas a respeito, em Gên. 15.18). Essas bênçãos deveriam atuar como motivos para o povo de Israel mostrar-se generoso com os membros menos afortunados e dependentes da sociedade, como aqueles alistados no versículo anterior. Cf. Deu. 15.15, onde encontramos uma declaração similar.

Estes estatutos. Leis bem claras e definidas foram dadas para governar as festividades descritas neste capítulo; e esses regulamentos requeriam generosidade, e não mera aderência às leis referentes aos sacrifícios.

Tipologia. "Coisa alguma encoraja tanto a realização de boas obras como a consideração de nossa espiritual e eterna redenção por meio de Cristo (I Cor. 6.19,20; Tito 2.14; I Ped. 1.18 ss.)" (John Gill, *in loc.*).

A Festa dos Tabernáculos (16.13-15)

Ver no *Dicionário* os artigos intitulados *Tabernáculos* e *Festa (Festividades) Judaicas*, quanto a informações completas sobre essa festa. Os trechos de Êxodo 23.16 e 34.22 retratam essa festa como uma assembléia e peregrinação. Devia ser celebrada no fim do ano, ou seja, durante o outono, em consonância com o antigo calendário agrícola. Em Levítico 23.33-43 essa festa é chamada de *tabernáculos*. O tempo de sua celebração era do décimo quinto ao vigésimo primeiro dia do sétimo mês do calendário religioso. Era uma festividade de *ação de graças* de outono. As tendas nas quais Israel residia temporariamente, a fim de relembrar os rigores da experiência no deserto, eram feitas com ramos e folhagem (ver Lev. 23.40). E assim, pelo menos durante aquela semana, eles se humilhavam. Isso os ajudava a considerar a generosidade de Yahweh, que os tirara da condição de penúria e necessidade. O mês de tishri (nossos setembro-outubro) era o mês dessa observância (ver Lev. 23.34,39). Essa festa era uma das três festividades (Páscoa, Pentecoste e Tabernáculos) que requeriam peregrinações de todos os varões israelitas até ao santuário central, em Jerusalém. Se possível, as famílias também deveriam ir, pelo que a comunidade inteira acabava envolvida.

Deveria ser uma ocasião jubilosa, conforme vemos nos versículos 14 e 15 deste capítulo. Os hebreus alegravam-se na provisão de Yahweh; e também se alegravam ao compartilharem uns com os outros. A medida de um homem é a sua *generosidade*. Ver no *Dicionário* o artigo *Amor*.

16.13

Por sete dias. Essa festa dava a Israel a oportunidade de expressar alegria e ação de graças. Uma sociedade agrícola podia dedicar tempo a celebrações. As pessoas não precisavam ir ao trabalho todos os dias, em certos períodos do ano. Ver Lev. 23.33-43 quanto a uma completa descrição das atividades próprias dessa festa.

"A colheita da cevada começava na Páscoa, e a colheita do trigo, no Pentecoste. Antes do começo da festa dos Tabernáculos, terminavam a vindima e a colheita das azeitonas, pelo que todos os outros frutos de verão já estavam colhidos" (John Gill, *in loc.*). Assim sendo, todo o povo de Israel aproveitava o tempo para regozijar-se diante da abundância que a vontade de Deus tinha provido para eles. Oh, Senhor, concede-nos tal graça!

16.14

Alegrar-te-ás. Essa nota é repetida. Ver Deu. 12.7 e 16.11. Essas festividades eram ocasiões alegres, e não meras realizações de dever, de mistura com sacrifícios. Disse-me um amigo judeu: "Os hebreus eram um povo de vinho e de canção". O Targum de Jonathan alude aos instrumentos musicais empregados

nessas ocasiões, como o pífaro e a trombeta. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Música, Instrumentos Musicais*. Cf. Lev. 23.42,43. Israel celebrava seu livramento da servidão egípcia e lembrava seus anos de perambulação no deserto habitando temporariamente em tendas. Agora estavam habitando na Terra Prometida, em boas residências.

16.15

Sete dias celebrarás. Essa idéia é repetida (ver o vs. 13), como também a idéia da alegria (ver o vs. 14). A virtude da *generosidade* fazia parte do quadro, visto que assim todos os necessitados recebiam cuidados (vs. 14), que se juntavam às festividades. Isso repete elementos que já tinham aparecido no versículo 11 deste capítulo. Ninguém ficava de fora. Ninguém ficava faminto.

Aben Ezra menciona a prosperidade de que eles gozaram em tempos posteriores, e que não envolvia apenas produtos agrícolas. Os negociantes também prosperavam; os negócios corriam bem; o comércio florescia; artes e ocupações de toda variedade atraíam muito dinheiro. Todos, pois, faziam uma pausa para se alegrarem em meio à abundância.

Havia um oitavo dia, mencionado em Lev. 23.36 e Núm. 29.35, mas sete dias são mencionados em Lev. 23.3 e Núm. 29.32. O oitavo dia era tratado como uma parte do todo, e podia ser mencionado como tal, ou podia ser mencionado separadamente, como uma espécie de fim de festividades.

Sumário: As Peregrinações Anuais (16.16,17)

16.16

Cf. Êxodo 23.17 e 34.23. Deuteronômio simplesmente repete a antiga lei, mas agora ela é aplicada às peregrinações até o santuário central, em Jerusalém, o lugar escolhido por Yahweh (ver Deu. 12.5).

"... todos tinham a obrigação de comparecer, exceto os surdos, os cegos, os alienados mentais, as crianças... as mulheres, os servos, os não-livres, os aleijados, os enfermos e os idosos que não podiam suster-se de pé" (*Mishn. Chagigah.* cap. 1, sec. 1).

A observação de que ninguém deveria ir de mãos vazias refere-se à obrigação de realizar os sacrifícios apropriados e levar as oferendas voluntárias adequadas. Quanto a isso, ver o décimo versículo deste capítulo. O vs. 17 repete a questão. As mãos tinham de estar cheias, e não vazias, naquelas ocasiões (as *três festas*).

16.17

Cada um oferecerá na proporção em que puder dar. Estão em pauta as *ofertas voluntárias*, a respeito das quais anotei nos versículos 10 e 11 deste capítulo. A quantidade a ser doada não foi fixada em lei, mas o homem sábio mostra-se generoso.

Os Oficiais e Seus Deveres (16.18-22)

No que tange ao período antigo do judaísmo, não dispomos de muita informação no tocante ao sistema judicial de Israel. Supomos que o sistema incluísse os príncipes das tribos, os anciãos, os chefes dos conselhos locais, os oficiais subordinados, os escribas e os escrivães. Não somos informados acerca de como eles eram escolhidos; mas deve ter havido alguma espécie de consentimento local por parte do povo envolvido. Retratar a época de Moisés é fácil. Ele era o porta-voz de Yahweh; Arão, o sumo sacerdote, era a mão direita de Moisés; os sacerdotes cuidavam do culto no tabernáculo. Príncipes tribais encabeçavam os conselhos dos anciãos. Mas não fica claro como isso se desenvolveu no período que se seguiu de imediato. A lei sempre foi a base da legislação de Israel. Ver Deu. 1.15-18 e cf. Êxo. 18.13-27, quanto ao período antigo. Neste texto encontramos duas categorias, os *juízes e os oficiais*, provavelmente termos genéricos para um sistema que não foi descrito com detalhes. Talvez os juízes fossem os cabeças dos conselhos locais de anciãos. Nesse caso, os oficiais seriam os funcionários secundários, encarregados de certa diversidade de funções.

16.18

A nação de Israel inteira deveria dispor de juízes e oficiais. A fonte de toda autoridade era Yahweh. Era Ele quem apontava os dirigentes, embora não sejamos informados sobre como as ordens divinas eram transmitidas. Algum tipo de assentimento popular deve ter estado envolvido. "Os juízes nomeados em cada cidade provavelmente eram membros do conselho de anciãos da cidade (os anciãos funcionavam como um corpo judicial; cf. Deu. 19.12)" (Jack S. Deere, *in loc.*). Os *oficiais* provavelmente eram subordinados àqueles, funcionando como escrivães ou secretários, e ocupando certa variedade de tarefas secundárias, efetuadas com autoridade. Com a passagem do tempo, uma corte suprema, o *Sinédrio* (ver a esse respeito no *Dicionário*), foi-se desenvolvendo. Os juízes precisavam ser bem treinados na lei mosaica, conhecidos por sua sabedoria e santidade, homens de sólidos conhecimentos. Alguns deles eram aptos nas artes e nas ciências, embora isso não fosse um dos pontos fortes dos israelitas.

Maimônides (*Sanhedrin*, cap. 10) fornece-nos uma descrição apenas bosquejada de tempos posteriores: havia o grande Sinédrio, composto por setenta e um homens, que se reuniam no santuário central; dois tribunais de vinte e três homens, um que se reunia à entrada do átrio e o outro à entrada da casa. E em cada cidade com cento e vinte habitantes ou mais, vinte e três juízes eram nomeados como oficiais locais, que operavam como um sinédrio secundário. Nas aldeias com cento e vinte habitantes ou menos, três juízes eram nomeados para manter a ordem e legislar de acordo com os ditames da lei mosaica.

16.19

Havia *três diretrizes* que deviam ser observadas por todos os juízes:

1. *A justiça não podia ser pervertida.* A lei precisava ser seguida estritamente, sendo aplicada a todos, sem nenhuma distinção. Os juízes precisavam conhecer a lei de modo perfeito, seguindo-a de perto.
2. *Nenhuma parcialidade* podia ser demonstrada, capaz de favorecer ricos e poderosos e injustiçar a fracos e pobres. As circunstâncias externas precisavam ser ignoradas. Amizades e relações de família não podiam interferir em nenhum julgamento. Conforme escreveu Jarchi, as sentenças tinham de ser baixadas "sem favor ou afeto".
3. *Subornos eram considerados uma desgraça*, e não podiam fazer parte dos processos legais. As peitas *cegam* a justiça, conforme diz o texto. Até os sábios se deixam perverter pelo suborno. Causas justas ficam assim anuladas, ao passo que causas injustas podem acabar prevalecendo. Os judeus costumavam dizer que, se um juiz aceitasse subornos, o poder divino não o deixaria morrer sem que primeiro ficasse cego, para que a sua condição física se equiparasse assim com a negridão de seus atos. Lemos assim na *Mish. Peah.*, cap. 8, sec. 9. Quanto ao trecho paralelo a este, mas que é um tanto mais elaborado, ver Êxo. 23.6-9.

16.20

A justiça seguirás, somente a justiça. Temos aqui o princípio fundamental. A lei está sempre ao lado daquilo que é correto. Guardar a lei como indivíduo particular, ou então como juiz administrador da justiça, era algo que *conferia vida*. Sobre como a lei é uma fonte de vida, ver as notas sobre Deu. 4.1; 5.33 e 6.2.

"A justiça estrita, e nada mais" (John Gill, *in loc.*). A continuação do povo de Israel, na Terra Prometida, dependia disso. Os primitivos habitantes da região tinham sido expulsos dali por motivo das suas iniqüidades (ver Gên. 15.16). Outro tanto poderia suceder a Israel, o que, de fato, acabou sucedendo. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Cativeiro (Cativeiros)*. Parte do poder doador de vida da lei deveria continuar para preservar e abençoar a Israel, em sua existência na Terra Prometida.

Algumas Leis Pertinentes à Adoração (16.21—17.7)

Encontramos aqui um conjunto de leis miscelâneas que não têm relação com o contexto. Mas estão ligadas à seção de Deu. 12.1-14.21. Podemos afirmar que essas leis faziam parte da responsabilidade dos juízes que figuram na seção anterior, e isso envolve uma verdade reconhecida pelos estudiosos. A seção proíbe qualquer tipo de sincretismo. O yahwismo precisava ser mantido puro, sem a administração de misturas com conceitos pagãos, exportados pelos povos vizinhos de Israel.

16.21

Não estabelecerás poste-ídolo. Em outras palavras, uma árvore ou coluna *asherah*, representação da deusa Aserá, deusa da fertilidade e consorte de Baal. Alguns, em seu sincretismo, levantavam esses símbolos pagãos perto do altar de Yahweh, o que era uma abominação aos olhos do autor sagrado, e com toda a razão. O termo hebraico *asherah* também significa bosque, pois os pagãos usavam tais lugares para ali efetivarem o seu culto idólatra, como também era o caso dos chamados *lugares altos* (ver a respeito no *Dicionário*). Cf. Deu. 7.5 e Êxo. 34.13. Os israelitas não podiam tolerar a continuação de nenhuma instalação religiosa dos povos cananeus.

16.22

Nem levantarás coluna. Algumas versões dizem aqui *imagens* em geral. Mas outras versões mostram-se mais específicas: *colunas pagãs*. Eram pedras sagradas, postas de pé, que simbolizavam a fertilidade masculina. Ver Deu. 7.2; 12.3 e Êxo. 34.14 quanto a maiores informações. O autor estava aludindo a tipos específicos de idolatria; mas ele queria que entendêssemos qualquer manifesta-

ção da idolatria. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Idolatria*, bem como Êxo. 20.3,4 e suas notas expositivas, a respeito do segundo mandamento.

Capítulo Dezessete

Castigo da Idolatria, Obediência à Autoridade, Eleição e Deveres de um Rei (17.1-20)

Este texto faz parte da seção iniciada em Deu. 16.21, ou seja, leis miscelâneas, essencialmente desligadas do contexto, mas vinculadas ao material que figura em Deu. 12.1-14.21. Ver os comentários referentes ao versículo 21 do capítulo 16. Toda idolatria devia ser evitada (ver Deu. 16.21,22), e uma adoração pura, aos moldes da legislação mosaica, deveria ser mantida. Desse modo, prosperaria o yahwismo, embora os israelitas vivessem cercados por povos pagãos. Isso era imprescindível para que Israel pudesse florescer na Terra Prometida.

17.1

Não sacrificarás ao Senhor teu Deus. Temos neste versículo uma *lei geral* que se aplicava a todos os sacrifícios de animais. Deu. 15.1 aplica essa regra, com algumas particularidades. Ver também Lev. 22.17-25 e Mal. 1.8. Apresentei notas expositivas detalhadas em Lev. 22.20. Ver igualmente Lev. 4.3; Êxo. 12.5 e 29.1. Era um insulto trazer até o altar de Yahweh um animal defeituoso ou doente. O indivíduo que ousasse fazer tal coisa seria "amaldiçoado", conforme lemos em Malaquias 1.14.

17.2

Que proceda mal. A primeira declaração é geral. Está em vista qualquer desobediência à lei de Moisés. Tal desobediência seria um tipo de rebeldia dentro do acampamento de Israel. A maldade praticada seria uma violação do *Pacto Mosaico* (ver as notas na introdução ao capítulo 19 de Êxodo). E isso, por sua vez, seria uma violação do *Pacto Abraâmico* (ver as notas em Gên. 15.18). Ver também, no *Dicionário*, o artigo geral sobre *Pactos*. Naturalmente, o pecado principal em vista é a *idolatria*, conforme vemos nos versículos seguintes.

Transgredindo a sua aliança. Os vss. 2-7 demonstram que a pena imposta contra a prática da idolatria era a mesma imposta a quem encorajasse outros a praticá-la (ver o capítulo 13 de Deuteronômio). A pena era sempre a punição capital.

17.3

Cf. Deu. 12.32-13.18, onde encontramos o ultimato contra a *idolatria*, que esta passagem (vss. 3-7) relata de modo mais abreviado. Este terceiro versículo condena a adoração ao Sol, à Lua e às estrelas dos pagãos, advertindo Israel contra qualquer tipo de veneração dessa natureza. Este versículo tem paralelo em Deu. 4.1, onde forneci abundantes notas que se aplicam aqui também. É uma distorção adorar a criatura, em lugar do Criador, conforme Paulo nos lembrou em Romanos 1.20 ss. Os teólogos históricos dizem-nos que a adoração às divindades astrais foi pesadamente introduzida em Israel nos séculos VIII e VII A. C., embora já houvesse vestígios disso desde tempos mais antigos.

"Esta seção (vss. 2-7) difere levemente da terceira seção, do capítulo 13. Ali, a pena é dirigida contra os mestres idólatras, sem importar se fossem profetas, indivíduos particulares ou comunidades em Israel. Neste ponto, a pena de morte é baixada contra todo indivíduo, homem ou mulher, que fosse achado culpado do ato de adorar qualquer outro 'deus' além de Yahweh. Encontramos vestígios dessa lei no pacto feito durante o reinado de Asa (II Crô. 15.13)" (Ellicott, *in loc.*).

Cf. a mensagem do livro de Jó, que alude a essa forma de idolatria como negação do Deus soberano (Jó 31.26-28). Ver também II Reis 21.3; 23.4 e Isa. 1.12.

17.4

Então indagarás bem. Era mister fazer investigação. Nenhuma pessoa podia ser condenada à morte sem a devida investigação e sem que houvesse testemunhas idôneas. Ver os paralelos em Deu. 13.12-14 e 19.15 ss., que enfatizam a necessidade de investigar e achar provas. As notas ali aplicam-se também aqui. Era mister que houvesse pelo menos duas testemunhas oculares (ver o vs. 6 deste capítulo)

Abominação em Israel. Está em pauta qualquer pecado perverso, bizarro. Mas a verdade é que a idolatria é considerada sempre por esse prisma na Bíblia. Ver as notas sobre Deu. 13.14. As notas dadas ali fornecem-nos várias referências quanto ao uso desse vocábulo.

17.5

Então levarás o homem ou a mulher. Se a denúncia fosse verdadeira, *então tanto os que praticavam como os que promoviam* a idolatria tinham de ser levados às portas da cidade e apedrejados até morrerem. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Apedrejamento*. Os intérpretes diferem quanto ao sentido da palavra aqui traduzida como "portas". Seriam as portas do Sinédrio, onde tivera lugar o julgamento (ver os comentários do Targum de Jonathan). Outros pensam que seriam as portas da própria casa do indivíduo, onde também ele tinha praticado a idolatria (conforme Jarchi). Mas também se interpretava como as portas da cidade. Ou se um homem vivesse em um lugar dominado pela idolatria, então o réu era executado na porta do Sinédrio, onde Israel exercia jurisdição. A execução era pública, a fim de mostrar que nenhuma pessoa, homem ou mulher, estava isenta da severidade da lei, que havia sido quebrada em meio a tão grande rebeldia.

17.6

Por depoimento de duas ou três testemunhas. As testemunhas tinham de ser, *no mínimo, duas, ou idealmente três ou mais*. A investigação feita (vs. 4) descobriria as testemunhas apropriadas. Nenhum homem podia ser executado sem a investigação e as testemunhas aptas que fossem descobertas. Nenhum caso podia ser resolvido se houvesse uma única testemunha, pois esta, por várias razões, poderia estar mentindo sobre a questão. Ver a proibição contra uma única testemunha, em Deu. 19.15. O trecho de Deu. 19.16 reconhece que testemunhas falsas poderiam apresentar-se, dispostas a querer destruir um rival ou um inimigo, por razões particulares. Os juízes deveriam inquirir as testemunhas para garantir a veracidade de seu depoimento. Os próprios juízes deveriam fazer investigações diligentes (Deu. 9.18). O homem que prestasse falso testemunho seria executado, e assim receberia o tratamento que tentara impor ao homem inocente (ver Deu. 19.19). Isso faria todo o povo de Israel *temer*, e possíveis falsas testemunhas hesitariam em agir (Deu. 19.20). Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Punição Capital*.

17.7

A mão das testemunhas. Ou seja, as testemunhas seriam as primeiras pessoas a lançar pedra, iniciando assim o processo de apedrejamento. Portanto, as testemunhas precisavam ser muito sérias quanto à questão, pois ajudariam a matar os idólatras, ao tomarem a iniciativa na execução. A *comunidade inteira*, talvez por meio de representantes, tomaria parte na execução a fim de demonstrar, *daquela maneira terrível, o repúdio à idolatria em Israel, e não somente por* parte de alguns cidadãos. A idolatria era um mal que precisava ser *expurgado* de forma definitiva em Israel. Ver Deu. 13.5.

Assim eliminarás o mal do meio de ti. No hebraico, literalmente, temos aqui a idéia de "consumir", uma palavra cuja raiz significa "queimar". Essa palavra, *taberah*, um derivativo, significa "queimar". A palavra aqui usada, *ba'ar*, quer dizer "acender", "lançar fogo a", ou seja, consumir alguma coisa a fogo.

A Corte Suprema (17.8-13)

Ver o trecho de Deu. 16.18 ss. quanto aos juízes e oficiais, elementos importantes do sistema judicial no antigo Israel. Mostro ali como se desenvolveu esse sistema, e como vários sinédrios vieram à existência, incluindo o Grande Sinédrio e o Sinédrio Secundário. Cf. Deu. 1.17.

"Moisés fez provisão para a atuação de juízes futuros na Terra Prometida, similar àquilo que foi provido para juízes no tempo das vagueações pelo deserto (ver Deu. 1.17). Se algum juiz sentisse que um caso era difícil por demais para ele decidir, ele poderia levar a questão a um tribunal central, que consistiria de sacerdotes e do juiz oficiante, o qual seria estabelecido no local central do santuário central... As decisões desse tribunal superior não teriam apelação" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Esta passagem é uma continuação lógica do trecho de Deu. 16.18-20. Propiciava um avanço legislativo, pois criava um tipo de Corte Suprema, o primeiro Grande Sinédrio, composto de sacerdotes levitas e de juízes leigos (cf. Deu. 19.17).

"De conformidade com II Crônicas 19.5-11, Josafá, rei de Judá, durante a segunda metade do século IX A. C., instituiu uma reforma no judiciário de Israel, estabelecendo um tribunal em Jerusalém que baixasse os julgamentos do Senhor. Esse tribunal compunha-se de levitas, sacerdotes e oficiais leigos. O sumo sacerdote era o presidente desse tribunal, quando se tratava de questões eclesiásticas, e um leigo era o presidente em todas as questões seculares (ou seja, quanto às questões do rei). A natureza desse tribunal fundado por Josafá correspondia precisamente àquilo que tinha recomendado o livro de Deuteronômio" (G. Ernest Wright, *in loc.*). Não sabemos dizer quão de perto esse modelo foi seguido na nação do norte, Israel, visto que Josafá era rei da nação do sul, Judá.

17.8

Quando alguma cousa te for difícil demais em juízo. As causas por demais difíceis para algum juiz local podiam ser levadas à apreciação do tribunal central de Jerusalém, conforme ficou descrito na introdução a esta seção. É dada aqui uma lista representativa de casos que poderiam estar envolvidos: homicídio, direitos legais, injúrias e ofensas ocorridas por motivo de assaltos e furtos. Os *homicídios*, ou seja, "entre caso e caso de homicídio", o assassinato propositado, e não homicídio involuntário (ver Deu. 19.1-13; Êxo. 21.12-14). Os casos entre "demanda e demanda", ou seja, atos de ludíbrio e de desfalque ou extravio (ver Êxo. 22.1-15). Também havia casos "de violência", como seqüestros etc. (ver Êxo. 21.18-34). Todos os atos de tal natureza produziam *controvérsias* insolúveis, acompanhadas de intermináveis acusações de acusações e contra-acusações. Um juiz local sentir-se-ia avassalado diante de casos assim, e teria de submetê-los à apreciação do Tribunal Supremo, em Jerusalém. Cf. Deu. 16.18-20.

17.9

E te anunciarão a sentença do juízo. A decisão cabia, nos casos de apelação, ao tribunal central. Ver os detalhes da composição do Tribunal Supremo, nas notas introdutórias a esta seção, antes dos comentários sobre o versículo anterior. Cf. o presente versículo com Núm. 27.15-21. O último parágrafo daquelas notas diz-nos exatamente de que maneira o rei Josafá implementou as ordens dadas nesta passagem. O *juiz*, neste caso, é uma alusão ao Sumo Sacerdote. Além dele, lemos sobre os levitas e os sacerdotes, bem como de um leigo, o qual só passou a atuar em tempos futuros, talvez sem nenhuma antecipação neste texto. Alguns eruditos vêem na palavra *juiz* aqueles que seriam nomeados, os juízes referidos no livro de Juízes. Mas outros estudiosos pensam que o autor estava olhando para o que ocorria no santuário central, onde o Sumo Sacerdote atuava como presidente. Até aquele tempo, um "juiz" seria alguém como Josué, que tomou diretamente o lugar de Moisés, no comando supremo. Diferentes períodos da história tiveram diferentes expressões acerca das leis gerais, outorgadas aqui.

A *Oxford Annotated Bible* emite a seguinte opinião sobre este versículo: "Os sacerdotes levitas eram aqueles que operavam no santuário em distinção aos levitas das cidades. O juiz talvez fosse o principal juiz leigo (ver Deu. 19.17). Um dos sacerdotes (vs. 12) era o principal juiz eclesiástico. O tribunal estabelecido por Josafá compunha-se de juízes leigos e clericais (il Crô. 19.5-11)".

17.10

O mandado da palavra que te anunciarem. A decisão final vinha da parte do Tribunal Supremo. E então o juiz, bem como todos os envolvidos, estavam absolutamente obrigados a obedecer à decisão baixada por aquela corte. Não havia apelos diante dessa decisão superior. Os juízes locais tanto precisavam acatar as decisões do tribunal superior como tinham de executá-las. Não lhes era dado repensar a questão por sua própria conta, chegando assim a uma decisão diferente.

17.11

Segundo o mandado da lei que te ensinarem. Este versículo reforça a ordem baixada no versículo anterior. Note o leitor as várias funções da ordem dada. O tribunal superior: 1. baixava uma ordem; 2. provia uma decisão; 3. pronunciava-se. A reação que se exigia da parte de um juiz local era: 1. não desviar-se do que lhe fora ordenado fazer; 2. cumprir a ordem. Se esse juiz local não obedecesse, seria executado (vs. 12).

17.12

O homem, pois. A alusão é ao juiz local, que havia submetido uma decisão difícil à consideração do supremo tribunal. Ele tinha a obrigação de executar a ordem superior. É de presumir-se que aqueles que estivessem envolvidos com ele também precisavam seguir a decisão. Mas, se recusassem-se a obedecer, ou tivessem o poder de distorcer a concretização da sentença, também seriam executados. Mas não parece ser essa a consideração deste versículo.

Os sacerdotes que tomavam a decisão faziam-no no lugar de Yahweh, e estavam revestidos de Sua autoridade, pelo que era crime sério não obedecer. O *sacerdote* (talvez o sumo sacerdote) tomava sobre si mesmo a necessidade de baixar a decisão, em um sentido oficial, para os juízes locais. Ele agia "para servir ao Senhor", pelo que recebia Sua sabedoria para que soubesse o que fazer, além de que tinha recebido autoridade para executar a decisão, com base na autoridade divina.

Juiz. Provavelmente está em pauta o juiz do tribunal supremo, que baixara ordens a um juiz local. Mas alguns estudiosos pensam estar aqui em foco o juiz local, cujas ordens, embora baixadas, não tivessem sido cumpridas. Aqueles que se rebelassem contra a autoridade superior seriam executados. A primeira idéia, porém, mais provavelmente é a correta. Ainda outros estudiosos pensam que a palavra deva ser compreendida no plural: os juízes do tribunal supremo.

Eliminarás o mal de Israel. Ver sobre isso no sétimo versículo deste capítulo. Haveria um *expurgo por meio do fogo* — esse é o sentido da expressão metafórica.

17.13

Neste versículo vemos a *severidade da lei*. Não se hesitava em executar até mesmo um juiz local, que não cumprisse o que se tinha considerado reto. Essa execução agiria como uma medida preventiva, capaz de fazer todo o povo de Israel *temer*. Em Israel, a justiça era imediata e terrível. Isso pode ser contrastado com nossos sistemas modernos, que podem envolver anos para que um simples caso de homicídio seja julgado. "Isso fazia o império da justiça tornar-se dotado de máxima importância na Terra Prometida, ajudando a impedir a anarquia" (Jack S. Deere, *in loc.*).

E jamais se ensoberbeça. No hebraico, essa palavra é *zadown*, que significa "de maneira arrogante", "de maneira orgulhosa". A medida disciplinar *humilharia* os homens e fá-los-ia temer.

Regras para os Reis (17.14-20)

O *governo de Israel* como uma teocracia, e sua organização como uma confederação de tribos, inaugurada em Siquém (ver Josué 24), eram estranhos ao conceito de reinado. As nações em volta é que tinham o reinado como modo de governo. Ver Juí. 8.22,23 quanto à rejeição do governo por reinado em Israel. Os reis reivindicam autoridade absoluta e isso detrataria a autoridade de Yahweh (ver i Sam. 8.4-22). Mas por motivo de segurança nacional, Israel sentiu-se forçado eventualmente a mudar suas idéias. Os ataques contínuos de adversários militarmente mais poderosos tornaram aconselhável, de acordo com a mentalidade popular, centralizar a autoridade civil na forma de reinado, mediante a qual foi facilitada a formação de um exército permanente, composto por elementos de todas as tribos.

O resultado desse tipo de governo foi que um homem ficava forte demais, e os seus vícios chegavam a caracterizar um povo inteiro. Naqueles dias, tal como hoje, a idolatria era um mal constante. Se o próprio rei fosse um idólatra, ou, pelo menos, se fosse negligente no combate à idolatria, que poderia fazer o povo? Vozes contrárias, geralmente dos profetas, eram abafadas.

A *passagem à nossa frente* é a única, em todo o Pentateuco, que trata da questão de um rei, o que serve de indicação do fato de que as formas básicas da legislação dos israelitas já estavam estabelecidas, em sua essência, antes mesmo do início da monarquia. Deus fez uma concessão ao povo de Israel, quanto ao seu desejo de ter um rei. Mas isso não fazia parte da ordem original. O modo anterior de governo, composto por sacerdotes e juízes, não dispunha da centralização necessária para defender uma nação unida, o que, até certo ponto, explica o desejo de mudança na forma de governo. O livro de Juízes mostra-nos que essa forma de governo caiu em desastre por causa das iniqüidades tanto dos juízes quanto do próprio povo. Por essa razão, um novo sistema foi eventualmente formado, mas também acabou caindo em desastre.

17.14

Quando entrares na terra. Este versículo salta por cima de todo o período dos Juízes, contemplando o futuro, quando seria eventualmente estabelecida outra forma de governo, a saber, a monarquia. O período dos Juízes cobriu cerca de trezentos anos; e durante esse tempo ocorreram sete apostasias e sete servidões a sete nações pagãs. O livro de Juízes fala em cerca de treze homens que foram levantados para soerguer Israel em um período de declínio e desunião, que começou depois da morte de Josué. Esse livro retrata essencialmente um quadro de miséria e fracasso, com algum ocasional lampejo de luz de vitória.

Os críticos supõem que esta seção acerca de reis em Israel seja anacrônica, e que tivesse sido redigida já dentro do tempo da monarquia, talvez até como uma apologia, e não centenas de anos antes, como uma profecia do que acabaria por acontecer, muito adiante, no futuro.

Em certo sentido, esta seção assemelha-se à exposição platônica do rei-filósofo, o monarca ideal concebido por Platão.

A promessa de um rei futuro foi dada pelo próprio Yahweh, e neste versículo nada podemos perceber que seja contrário à aspiração de uma monarquia. Alguns intérpretes supõem que houvesse dois partidos em Israel, um a favor e outro contra a monarquia, e que esta seção é uma espécie de apologia dos favoráveis à monarquia. A promessa de Yahweh serviria de base da filosofia deles. Mas outros retrucam que essa promessa foi firmada como uma concessão, e não como "a melhor coisa a ser feita em Israel". Essa é uma tentativa de reconciliar os dois partidos, e talvez baldada. "Os judeus consideraram isso como uma ordem para que fosse estabelecido um rei sobre eles; ao passo que era apenas uma permis-

são, caso eles desejassem um rei e resolvessem que teriam um monarca, conforme Deus previra o que fariam" (John Gill, *in loc.*).

Tipologia. O rei ideal servia de tipo de Cristo, o Rei dos reis.

17.15

Eis as qualificações do rei ideal, em Israel:

1. Ele teria de ser escolhido por Yahweh. Tal como em todas as coisas que sucediam em Israel, supunha-se que um rei haveria de guiá-los corretamente. A escolha, eventualmente, recairia sobre a família de Davi, por meio de quem a monarquia prosseguiria, até o surgimento do Rei-Messias.
2. Ele teria de ser um hebreu nato, e não um estrangeiro. Teria de ser um irmão que guardasse no coração os melhores interesses da nação, não permitindo a imposição de potências estrangeiras sobre a Terra Prometida. Cf. os vss. 14,15 deste capítulo com I Sam. 8.5-9,19,20. O rei teria de ter sido criado em Israel, alguém que conhecesse e praticasse as tradições do povo desde a infância e que, presumivelmente, fosse homem bem versado na fé de Israel. Seria um líder espiritual e religioso de um povo distinto, razão pela qual tinha de ser um deles.

17.16

Prosseguem aqui as qualificações de um futuro rei ideal de Israel:

3. Ele não deveria multiplicar cavalos. Vários reis de Israel e Judá desobedeceram a essa regra, preferindo imitar os monarcas pagãos. O exército de um rei em Israel teria de ser formado por infantes, e não por cavaleiros, com seus cavalos e carros de combate, e suas máquinas de guerra. Isso faria automaticamente o exército de Israel ser mais fraco que o exército de outras nações. Mas parece que era precisamente isso que o Senhor queria. Um Israel militarmente mais fraco teria de depender mais de Yahweh. Depender de Yahweh era mais importante do que ter um exército superior, de acordo com o ponto de vista do autor sagrado. Cf. os vss. 16,17 com I Samuel 8.11-18. Essa referência adverte contra as muitas exigências impostas por um rei: seu exército, que gastaria muitos recursos da nação, a corte luxuosa do rei e a drenagem contínua dos recursos naturais e humanos da nação.
4. Não era permitida nenhuma volta ao Egito. Isso fatalmente sucederia se o rei multiplicasse cavalos. Pois ele teria de obter muitos deles no Egito. Em breve estaria buscando o favor do Faraó e firmando alianças com ele. Destarte, Israel acabaria ficando em uma situação de dependência econômica, em substituição à servidão física em que estivera no passado. O retorno ao Egito incluiria outras coisas, além dos cavalos: armamentos, comércio e troca de hábitos culturais estariam incluídos, tudo contra os ditames da vontade expressa de Yahweh.

17.17

Prosseguem aqui as qualificações recomendadas a um futuro rei de Israel:

5. *Contra uma poligamia exagerada.* O caso de Salomão talvez estivesse na mira do autor sagrado (se a idéia dos críticos estiver certa), o qual atribuiu esta seção ao período de monarquia, e não a um tempo mais de trezentos anos antes. Talvez a regra tivesse certo aspecto sexual. Não é bom, moral ou espiritualmente, que um homem tenha muitas mulheres. Mas a principal questão que essa regra procurava evitar era o antigo tema da idolatria. Muitas esposas significariam muitas influências; e muitas influências incluiriam algumas que levariam à prática da idolatria, que fosse praticada pelas mulheres do rei. Foi precisamente isso que aconteceu no caso de Salomão. Ver Nee. 13.26 quanto a um comentário sobre o erro de Salomão. Ver também I Reis 11.3,4. Havia uma noção comum, entre os intérpretes judeus, de que a um rei deveriam ser permitidas dezoito mulheres, mas não mais do que isso (Maimônides, Hilchot Melachim, sec. 2; Talmude Bab. Sanhedrin, fol. 21.1; Targuns de Jonathan e de Jarchi, sobre este texto). A cristianização do texto, fazendo o versículo combater qualquer forma de poligamia, é anacrônica e absurda. Em Israel, a filosofia de um homem e uma mulher formava um princípio solidamente firmado. Contudo, a idéia de muitas mulheres para um homem parece atrativa para muitos.
6. *Não deveriam os reis juntar ouro e prata.* Israel esperava que seus reis fossem homens ricos e poderosos. Mas certos limites teriam de ser observados. O rei deveria cuidar de importantes questões nacionais. Ele não poderia ficar juntando riquezas materiais conforme fazem os ricos. O ideal judaico era que os bens do rei deveriam ser suficientes para todas as despesas de sua corte, incluindo salários dos servos, atendentes etc.; o bastante para a manutenção da adoração sagrada, efetuada no templo; o suficiente para manter uma vida confortável, e também para fazer guerra. Todavia, um rei de Israel não deveria usar de exagero no tocante à questão das riquezas pessoais e da amplidão de seu tesouro pessoal. A essência dessa idéia foi dada por Maimônides em *Hilchot Melachim*, cap. 3, sec. 4. Cf. Pro. 30.8,9.

17.18

Prosseguem aqui as qualificações recomendadas da parte dos reis de Israel:

7. *Instrução nas Escrituras.* Um rei de Israel deveria dispor a toda hora de uma cópia das leis acerca do rei ideal, lendo-a com freqüência e seguindo-a bem de perto. Também deveria tornar-se profundo conhecedor da legislação mosaica, a fim de que pudesse ser um homem espiritual, e deveria ser praticante de sua fé, a fim de servir de exemplo para Israel. Alguns pensam que as palavras "desta lei" se referem ao livro de Deuteronômio, uma repetição da lei, que poderia equipar o monarca no conhecimento dos requisitos divinos, a fim de contribuir para a implementação de tudo quanto se esperava de qualquer cidadão hebreu, sobretudo de um líder do povo de Israel.

A menção aos sacerdotes e levitas sugere que eles custodiavam os escritos sacros, podendo agir como bibliotecários do rei. Talvez a passagem relativa aos reis tenha sido uma adição do editor ao livro original. Ver II Reis 22 e 23. Um livro da lei foi *achado* nos tempos de Josias, livro esse que se tornou a base da reforma religiosa por ele instituída. Isso significa que os sacerdotes e levitas falhavam vez por outra em seu papel de guardiães dos livros sagrados.

Este versículo mostra-nos que o rei, embora fosse civil, deveria receber orientação religiosa. Os livros sagrados deveriam fazer parte da vida diária de um monarca hebreu. Havia líderes religiosos que poderiam garantir tal resultado. Talvez tenhamos aqui os primórdios do rabinado, conforme alguns supõem. Os rabinos estudavam minuciosamente a lei, em sua inteireza, e faziam provisões elaboradas tendentes à sua observância quanto a todas as facetas da vida.

17.19

Prosseguem neste versículo os requisitos impostos aos reis de Israel:

8. *Leitura e estudo diário das Escrituras.* O rei também era um discípulo, um aprendiz. Era mister que ele aprendesse a temer a Yahweh; pois ele teria de aprender a guardar todos os mandamentos, com todas as suas complicações. Ver a tripla designação da lei, nas notas sobre Deu. 6.1. Os monarcas de Israel deviam ser versados nos mandamentos, nos estatutos e nos juízos da lei; e só podiam tornar-se eficientes quanto a isso, mediante um esforço concentrado de estudo e aplicação.

Ver Deu. 10.12,13, quanto aos deveres de todos os membros da comunidade de Israel: 1. Temor. 2. Reta conduta. 3. Amor. 4. Prestação de serviços. 5. Guarda dos mandamentos.

17.20

Terminam aqui as exigências relativas às virtudes que deveriam exibir os monarcas de Israel:

9. *Humildade.* Embora fosse um monarca, um rei de Israel seria mantido em atitude de humildade por meio do estudo e da prática dos princípios da lei, tanto diante de Yahweh como diante de seus súditos. Se ele *amasse* conforme lhe tinha sido ordenado (ver Deu. 6.5), não perseguiria nem abusaria de ninguém. Se ele servisse, não exigiria tanto em ser servido. Se ele *temesse*, não procuraria prejudicar a outras pessoas. Se ele *obedecesse*, não teria de ser repreendido pelos profetas e sacerdotes, a fim de que voltasse à prática da conduta correta. E também não se desviaria nem para a direita nem para a esquerda quanto às práticas idólatras, nem entraria em alianças ilegais com potências estrangeiras.

De sorte que prolongue os dias no seu reino. Uma promessa feita aos monarcas de Israel. Pessoalmente, o rei teria vida longa e prosperidade, e, por sua vez, assim também sucederia aos seus familiares e aos seus súditos. Trata-se da mesma promessa geral dada a todos quantos obedecessem à lei. Ver o conceito da vida mediante a obediência à lei, comentada nos trechos de Deu. 4.1; 5.33 e 6.2.

E seus filhos. Essas palavras indicam que a monarquia israelita seria *hereditária*, o que se viu, eventualmente, na família de Davi. O Rei-Messias veio dessa linhagem, tendo sido esse o cumprimento mais pleno dessa promessa.

Cf. esta passagem com a referência a "príncipes" (reis futuros da restaurada linhagem de Davi), em Ezequiel 45.7-9.

Capítulo Dezoito

Os Sacerdotes, as Práticas Proibidas e a Promessa de um Profeta (18.1-22)

Os vss. 1-8 tratam de regras concernentes aos sacerdotes e aos levitas. Nem os sacerdotes, que vinham dentre os levitas, nem a própria tribo de Levi, que se tinha tornado uma casta sacerdotal, receberam herança alguma sob a forma de

territórios. A herança deles era o próprio Yahweh; a maior espiritualidade que teriam, na qualidade de líderes religiosos, era o culto no templo central, em Jerusalém. Em outras palavras, a herança deles era de natureza espiritual, e não material. Os sacerdotes e os levitas deveriam ser sustentados pelas demais tribos, mediante dízimos e ofertas. Ver Deu. 12.12 ss. Uma vez na Terra Prometida, receberam cidades e as áreas imediatamente adjacentes a elas, onde podiam ocupar-se na criação de gado e na agricultura (ver as notas em Núm. 35.1, com um gráfico ilustrativo). Ver Núm. 1.47 quanto à lei da não-herança no tocante aos levitas.

Quarenta e oito cidades foram separadas para eles (ver Núm. 35.1-8; Jos. 21.1-42). Ver as provisões para os sacerdotes e levitas, ordenadas em Deu. 14.28,29 e 16.10,11. Ver no *Dicionário* os artigos gerais chamados *Levitas e Sacerdotes e Levitas.*

18.1

A *introdução geral* a este capítulo presta informações que cobrem todos os itens deste versículo. "Essa lei aplica-se a toda a tribo de Levi (ver Êxo. 28.1-5), ou seja, aos levitas que oficiavam no santuário central ("os sacerdotes, filhos de Levi", Deu. 21.5), bem como àqueles que operavam como mestres nas cidades (ver Deu. 12.18,19; 14.27-29). Desse modo, o livro de Deuteronômio adiciona outra qualificação à legislação cabível aos sacerdotes, que tinha sido anteriormente distinguida somente entre os levitas aarônicos que oficiavam diante do altar e outros levitas que eram meros assistentes no santuário (ver Núm. 18)" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre este versículo). As provisões acerca deles são mencionadas em Deu. 14.28,29 e 16.10,11.

18.2

Não terão herança no meio de seus irmãos. Ver Núm. 1.47 ss. e o artigo geral, no *Dicionário*, sobre *Levitas*. Em lugar de uma herança material, eles tinham uma herança espiritual: o próprio Yahweh e daí o culto sagrado, primeiro no tabernáculo e, mais tarde, no templo de Jerusalém. Ademais, eles tinham deveres nas cidades, os quais incluíam um ministério de ensino. Também dispunham de quarenta e oito cidades, com suas áreas adjacentes, que usavam na agricultura e na criação de gado. Mas o grosso do sustento deles vinha dos dízimos e das ofertas. (Ver Núm. 35.1-8 e Jos. 21.1-42). É verdade (embora seja curioso) que os levitas, nas passagens que tratam de provisões, eram classificados juntamente com os pobres, pois, eram comparativamente puros e dependentes do resto do povo de Israel, quanto ao seu sustento. Esse princípio passou para o ministério cristão, com freqüência com o acompanhamento do "efeito da pobreza". Ver I Cor. 9.8 ss.

Ver Números 18-20 quanto a um versículo paralelo aos vss. 1 e 2 deste capítulo, onde também são oferecidos outros comentários úteis. Ver também os vss. 21 ss. daquele capítulo, quanto aos dízimos e outras provisões.

18.3

Os vss. 3,4 revisam a parte dos sacrifícios e das primícias que compunham parte do sustento dos sacerdotes. Os holocaustos (ver a respeito no *Dicionário*) requeriam que os animais oferecidos fossem totalmente consumidos a fogo. Mas havia outras oferendas cujas partes era permitido que os sacerdotes consumissem. Mas o sangue e a gordura sempre eram sacrificados sobre o altar de bronze (ver Lev. 3.17). Ver Lev. 3; 7.28-36 e Núm. 18.18,19 quanto a regulamentos acerca das porções dadas ao ministério. A oferta de comunhão (Lev. 3) era a oferenda mais comumente feita, incluindo porções oferecidas a Deus, bem como aos sacerdotes e ao povo em geral.

A espádua, as queixadas e o bucho. O ombro era sempre o direito, conforme também acontecia a outros povos em Canaã. Isso ficou comprovado mediante a descoberta de um templo cananeu da era do Bronze Posterior, em Laquis, associado a uma valeta repleta de ossos exclusivamente do ombro direito.

Este versículo acrescenta as *queixadas e o bucho*, detalhes nunca mencionados algures como porções que cabiam aos sacerdotes. As queixadas talvez incluíssem a cabeça inteira, ao passo que o bucho incluiria os intestinos e o estômago, elementos muito prezados pelos antigos na alimentação. Aristófanes, em *Equites*, ato 1, sec. 3, par. 307, refere-se ao bucho como um *alimento delicioso*. Jarchi e Aben Ezra disseram que a *cabeça inteira* era dada aos sacerdotes.

18.4

As primícias. Ver Êxo. 22.29. Os levitas também recebiam uma parcela dos produtos agrícolas produzidos na terra. Eles recebiam dízimos sob a forma de cevada, trigo, uvas e azeitonas, e, presumivelmente, também de outros produtos agrícolas. Ademais havia as ofertas de cereal, das quais eles também recebiam uma parte, uma vez que fossem oferecidas a Yahweh. Quanto aos vários tipos de ofertas, ver Lev. 7.37. Ver as notas sobre as ofertas de cereais, em Lev. 6.14-18, com detalhes adicionais em Lev. 2.1-16. Ver no *Dicionário* o artigo geral intitulado *Sacrifícios e Ofertas*. Sob III D.2.b, apresentei notas sobre as *ofertas de cereais*. Ver também o verbete chamado *Primícias*.

O *couro* dos animais também ficava com os sacerdotes, para o fabrico de vestes e outros produtos úteis. A maioria dos intérpretes, entretanto, neste ponto, compreende a frase como "as primícias da lã", ou seja, os sacerdotes recebiam parte da lã que era tosquiada das ovelhas. Com essa lã eram feitas peças do vestuário. Se essa é, realmente, a referência, então temos aqui o único lugar onde esse item é mencionado em todo o Pentateuco.

18.5

Porque o Senhor teu Deus o escolheu. Essa era a *razão* do tratamento conferido aos sacerdotes, servos de Deus que mereciam ser sustentados pelos membros das demais tribos de Israel. Os sacerdotes tinham uma missão divina a cumprir, e precisavam da ajuda dos outros para poderem desempenhar o seu papel. Outrossim, os sacerdotes serviam a todos os demais israelitas no campo religioso, pelo que mereciam o que recebiam. A tribo de Levi foi separada exatamente com esse propósito, pelo que esse serviço passava, perpetuamente, de pai para filho. Os levitas não deveriam ser esquecidos (ver Deu. 14.27). Quem deles negligenciasse acabaria sendo esquecido, conforme vemos naquele versículo. O Novo Testamento ampliou esse conceito sacerdotal, para que todos os crentes fossem incluídos (ver I Ped. 2.9), embora isso não queira dizer que um ministério distinto deva ser eliminado entre os crentes. Até hoje há ministros do evangelho, que vivem do seu ministério.

Em Cristo, porém, terminou o antigo sacerdócio levítico. Ver Heb. 7.11-19. Cristo incorporou em Si mesmo todas as funções dos sacerdotes, e, de fato, todas as sombras projetadas pela dispensação legal. Cristo tornou-se o Sumo Sacerdote do Novo Pacto. Ver Heb. 2.17,18; 4.14-5.10; 6.9-7.28. E todo crente passa a fazer parte dessa família sacerdotal (ver Heb. 2.10-13).

18.6,7

"*Vss. 6-8.* Os levitas que residiam nas cidades, cujo papel anterior fora mudado devido à centralização da adoração, podiam participar dos cultos do santuário central. Essa provisão, porém, mostrou ser impraticável nos tempos de Josias (II Reis 23.8,9)" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre o versículo sexto deste capítulo). Aqueles que quisessem cooperar com os sacerdotes no santuário central tinham todo o direito de assim o fazer. Ali, não seria um sacerdote, mas desempenharia algum papel de assistente (ver I Crô. 23.28-32).

18.8

Os levitas que viessem de uma das cidades dos levitas (quarenta e oito ao todo), a fim de servirem no santuário central, tinham o direito de receber o mesmo apoio de qualquer outro levita que ali já estivesse administrando. Isso seria verdade, mesmo que tivesse recebido dinheiro com a venda das possessões de sua família (cf. Lev. 25.32-34), antes de ter-se mudado para Jerusalém. Apesar de sua fonte de renda particular, ainda assim tinha o direito de receber sustento regular como um levita. Os levitas não recebiam herança, mas podiam comprar casas e campos, e possuíam bens pessoais de grande valor. Nos tempos de Eleazar e Itamar, havia apenas oito turnos de levitas, que se revezavam no serviço prestado. Mas nos dias de Davi, havia vinte e quatro desses turnos. Ver Luc. 1.8. "Esses sacerdotes do interior podiam participar de todos os sacrifícios da festa, excetuando os que pertencessem ao turno que estivesse operando naquela semana" (John Gill, *in loc.*).

Regras Atinentes aos Profetas e ao Culto (18.9-22)

Um *verdadeiro profeta* não se envolvia em cultos alternativos que fizessem mistura com o yahwismo. Deus tornava a sua vontade conhecida não meramente através dos Livros Sacros, mas também através das experiências místicas, como as visões e os sonhos, bem como através de certos métodos de adivinhação. Israel tinha métodos próprios e aprovados de adivinhação, conforme se vê no artigo do *Dicionário* sobre esse assunto. Os próprios apóstolos cristãos lançaram sortes para escolher um discípulo que substituísse a Judas Iscariotes no apostolado, usando certa forma de adivinhação. Ver Atos 1.15 ss.. Isso posto, o princípio de adivinhação não era tido como errado em si mesmo, contanto que não envolvesse práticas pagãs, nem algum aspecto de algum culto alternativo, idólatra. E, naturalmente, havia formas de adivinhação que eram vedadas por serem más e perigosas em si mesmas.

O politeísmo estribava-se em uma série complexa e inumerável de superstições e práticas mágicas. As massas populares deleitavam-se nessas coisas. A mágica pagã aparece na Bíblia como uma abominação. Tinha suas formas variegadas de culto que ameaçavam o yahwismo, pois sempre envolviam práticas idólatras. Mediante o uso das artes mágicas, os homens procuravam manipular seus deuses, forçando-os a conceder-lhes favores. Os *sacrifícios infantis* visavam honrar os deuses falsos; mas também eram usados como meios de predizer ou manipular o futuro, além de tentarem criar circunstâncias favoráveis quanto ao presente.

Não se aparte do mandamento, nem para a direita nem para a esquerda; de sorte que prolongue os dias no seu reino, ele e seus filhos no meio de Israel.

Deuteronômio 17.20

Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus, é o único Senhor. Amarás, pois, o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, e de toda a tua força.

Deuteronômio 6.4-5

ODE AO DEVER

Filho severo da Voz de Deus!
O Dever! Se a esse nome tu amas,
Que és uma luz que guia, uma vara
Que castiga a quem erra, e reprovas;
Tu, que és vitória e lei,
Quando se atiçam os terrores vazios;
Das vãs tentações tu libertas;
E acalmas a contenda cansativa e a débil
humanidade!
A uma função mais humilde, Poder tremendo!
Eu conclamo; eu mesmo me entrego
À tua orientação, nesta hora;
Oh, que minhas fraquezas tenham fim!
Dá para mim, sábio e humilhado,
O espírito da abnegação;
Dá-me razão da confiança;
E na luz da verdade, eu, teu escravo, deixa-me
viver!

William Wordsworth

18.9

Quando entrares na terra. Uma vez que os hebreus entrassem na Terra Prometida, que era a herança concedida a Abraão e seus descendentes por meio do Pacto Abraâmico (ver as notas a respeito em Gên. 15.18), encontrariam uma incrível teia de cultos pagãos. O homem, dotado de mente curiosa, examinaria tais coisas, e terminaria praticando algumas delas, provavelmente fazendo um sincretismo com o yahwismo. E isso terminaria em uma mescla abominável de idéias religiosas. O termo "abominação", anotado em Deu. 13.14, era usado com freqüência como sinônimo de "idolatria". Ver o artigo geral sobre esse assunto, no *Dicionário*.

"A dependência a essas práticas indicava uma falha paralela na entrega confiante da própria vida ao Senhor. Aqueles que conhecem bem o ocultismo e a possessão demoníaca rapidamente chegam a ponto de pôr em prática as coisas mencionadas nos versículos 9 a 14 deste capítulo, e isso tem levado muitos à servidão aos demônios" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Não devemos confundir as ciências psíquicas legítimas, como a *parapsicologia*, com o ocultismo. É tão legítimo pesquisar a natureza psíquica do homem como o é pesquisar a biologia. Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* o verbete chamado *Parapsicologia*, quanto a distinções que precisam ser feitas entre essas duas coisas. O homem é uma psique (uma alma), e a antropologia filosófica interessa-se pelo estudo, teológico e científico, da natureza espiritual do homem. Isso nada tem que ver com o ocultismo, ainda que certas pessoas, ignorando a questão, chamem de ocultismo tudo aquilo que não entendem.

18.10

O seu filho ou a sua filha. Está aqui em destaque o *sacrifício infantil*. Ver no *Dicionário* o artigo detalhado intitulado *Moleque, Moloque*. Cf. Deu. 12.29-31, onde dou informações adicionais. Havia práticas drásticas que visavam a agradar os deuses e obter favores tanto para o presente quanto para o futuro. Ver também Lev. 18.21; II Reis 16.3; 21.6; Jer. 7.31; 19.5; 32.35.

Adivinhação. Ver o *Dicionário* quanto a esse título. Israel praticava certas formas aprovadas de adivinhação, que não envolviam nenhuma idolatria. Mas os mesmos modos, se envolvessem idéias próprias da idolatria, já se tornavam abominações, pois serviam às divindades pagãs e procuravam sua orientação e favor. O termo hebraico correspondente, *qasam*, significa "dividir", ou seja, examinar e interpretar presságios que dividiriam o falso do verdadeiro, o "sim" do "não". Cf. Jos. 13.22; I Sam. 6.2; 28.8; II Reis 17.17; Isa. 3.2; 4.25; Jer. 27.9; Eze. 13.6,9; Miq. 3.6,7,11 e Zac. 10.2. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Magia e Feitiçaria*.

Observadores dos Tempos. A nossa versão portuguesa diz "prognosticador", ou seja, aqueles que tentavam predizer o futuro por meio de métodos pagãos e idólatras. Sabemos, mediante o estudo dos sonhos, que o conhecimento prévio é comum para a mente humana. Temos entre trinta e cinqüenta sonhos a cada noite, e todo o nosso futuro, com aquilo que é ou não é importante, acha-se ali retratado. Os sonhos como que lembram à pessoa qual seja o seu futuro. Logo, tentar prever o futuro não é um erro em si mesmo. Os profetas hebreus previam o futuro. O que a Bíblia condena é a manipulação de meios pagãos, aquelas coisas e aqueles modos que tendiam por levar as pessoas à idolatria e tinham por intuito dar um vislumbre do futuro. Em outras palavras, o *conhecimento prévio idólatra* é o que a lei mosaica condenava. Cf. Lev. 19.26. O mais provável é que a *astrologia* (ver a respeito no *Dicionário*) também estivesse debaixo dessa condenação.

Agoureiro. Algumas versões dizem aqui "encantador". Cf. Gên. 44.5. Talvez devamos pensar aqui no encantador de serpentes. Vários intérpretes falaram sobre o sistema complexo de "presságios" que os pagãos observavam em conexão com essa questão. Muitas coisas eram reduzidas a "presságios" ou "sinais", e esse sistema era mesclado com toda a forma de superstições. Ver no *Dicionário* os artigos intitulados *Encantador* e *Encantamento*. O termo hebraico envolvido é *menachesh*, que transmite a idéia de "olhar atentamente".

Feiticeiro. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Magia e Feitiçaria*. No hebraico temos o termo *yiddeoni*, um "sábio", ou seja, alguém que, por meio de encantamentos, procura realizar os seus desejos.

18.11

Encantador. Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Encantador e Encantamento*. No hebraico temos os vocábulos *chober e chaber*, que indicam alguém que lança sortes e encantamentos. O sentido literal significa "dar nós", fornecendo a idéia de alguém que amarra outras pessoas por meio de suas artes mágicas ou murmúrios.

Necromante. Ver no *Dicionário* o verbete assim chamado, bem como as notas expositivas sobre Lev. 19.31.

Mágico. No hebraico, *mechashshep*, ou seja, aquele que usava drogas, ervas, perfumes etc., nas suas artes mágicas. Algumas traduções dizem aqui "feiticeiro". Está em pauta a mágica praticada por meio de encantamentos e drogas. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Magia e Feitiçaria*.

É preciso observar a distinção entre o necromante e o "médium", ou com aquele que tratava com os espíritos familiares. Ambos podiam consultar os mortos, de tal modo que os termos podiam ser usados como sinônimos. Os espíritos humanos de pessoas mortas não eram os únicos alvos dessas práticas. No mundo dos espíritos há muitos habitantes, e podem ser feitos contatos com vários tipos de seres. Algumas vezes isso acontece de forma espontânea. E até as pessoas mais espirituais às vezes recebem a visita do espírito de algum amigo ou ente querido, que já havia morrido. O que é aqui condenado é a "tentativa propositada" de entrar em tais contatos, tentando obter informações da parte de tais seres. Isso estava envolvido nos ritos pagãos e na adoração idólatra. Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* o artigo chamado *Espiritismo*. Nossas formas religiosas devem ir mais alto do que o mero contato com os espíritos dos mortos, ainda que algumas vezes, espontaneamente, isso possa acontecer.

Sobrevivência Diante da Morte Biológica. Por outro lado, a menção à consulta aos espíritos, neste versículo, provavelmente demonstra que o autor sagrado cria na vida pós-túmulo, onde a alma dos homens mortos continua vivendo. Mas isso já não é uma doutrina do Pentateuco, embora haja alguns indícios ao longo do caminho. O homem foi criado segundo a imagem de Deus (ver Gên. 1.26,27), e isso inclui a espiritualidade do ser humano, mostrando que este não é apenas matéria. Além disso, Deus é chamado de Deus dos espíritos, em Núm. 16.22 e 27.16. Parece que havia uma crença primitiva e ainda indefinida que não tinha muito que ver com a ministração da fé religiosa. O Pentateuco nunca ameaça os desobedientes com o castigo após a morte; nem promete a vida eterna aos obedientes, após a morte. Essas doutrinas começaram a desenvolver-se somente nos Salmos e nos Profetas, e continuaram seu desenvolvimento durante o período intertestamentário de quatrocentos anos. Depois reapareceram nos livros apócrifos e pseudepígrafos. E, finalmente, já no Novo Testamento, é que nos foram dadas melhores definições a respeito. Ver no *Dicionário* os verbetes chamados *Imortalidade* e *Alma*. Na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* há vários artigos que versam sobre o tema da Imortalidade, incluindo estudos do ponto de vista científico.

18.12

Abominação ao Senhor. Todas as formas de culto, mencionadas anteriormente e misturadas com práticas idólatras, eram "abomináveis" aos olhos de Deus. Ver sobre o termo *abominação* as notas em Deu. 13.14. Todas essas práticas afastavam os homens para longe de Deus. Os sistemas que usavam de sincretismo do yahwismo com práticas pagãs e idólatras eram prejudiciais. As sete nações cananéias que tinham habitado na terra de Canaã foram expulsas dali por causa da multiplicidade de seus pecados (ver Gên. 15.16). E outro tanto sucederia a Israel, se eles imitassem as práticas pagãs dos cananeus. E isso, de fato, acabou acontecendo, nos cativeiros. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Cativeiro (Cativeiros)*. Ver Lev. 18.24-28 quanto a algo similar, embora haja alusão a um conjunto diferente de pecados. Ver a lista das nações cananéias que foram expulsas do território, em Êxo. 33.2 e Deu. 7.1.

18.13

Perfeito serás. A perfeição na fé em Yahweh não permitiria que os hebreus tivessem uma fé sincretista. A legislação mosaica representava um avanço, e este não podia ser anulado por meio de misturas com idéias pagãs de qualquer sorte. Ver as várias características que os homens espirituais precisam ter, nas notas sobre Deu. 10.12,13. Todas essas características giram em torno da lei mosaica.

18.14

Estas nações. As sete nações cananéias precisavam ser expelidas da terra de Canaã, porquanto tinham praticado abominações aos olhos de Deus, das quais o autor sacro repetiu apenas duas, que são representativas, ou seja, "prognosticadores" e "adivinhadores". Se os hebreus seguissem o mau exemplo dado pelos cananeus, então compartilhariam da sorte deles. Yahweh-Elohim (o Eterno Todo-poderoso; ver no *Dicionário* o artigo chamado *Deus, Nomes Bíblicos de*) tinha proibido quaisquer atos de iniciação pagã e de sincretismo religioso. Como é claro, isso visava ao benefício de Seu povo, e não ao prejuízo deles, e não tinha por alvo meramente restringir a liberdade de expressão dos israelitas. E qualquer coisa que estivesse em falta na fé deles, seria suprida pelo futuro *Profeta*, Alguém semelhante a Moisés, que viria aperfeiçoar a fé (ver o versículo seguinte).

Os Profetas e a Profecia (18.15-22)

A *instituição original* dos profetas e da profecia pode ser traçada a partir de Horebe (Monte Sinai) e de Moisés, que não era apenas sonhador de sonhos, mas

alguém com quem Yahweh falava face a face (ver Deu. 34.10). Por meio dele, Yahweh falava também ao povo de Israel face a face (Deu. 5.4). A passagem à nossa frente é a única, em todo o Pentateuco, que estabelece a profecia como uma *instituição*. "A profecia, tal como outras instituições dos israelitas, estava baseada em um incidente histórico, que serviu como precedente de todo o costume subseqüente" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

Profecias Messiânicas. Muitos estudiosos interpretam aqui "o Profeta" como Cristo, o segundo Moisés, o qual inauguraria um novo sistema, tal como Moisés inaugurara o antigo sistema. Mas há quem pense que devemos entender qualquer profeta que se seguiria a Moisés, dentro da tradição profética agora estabelecida, que imitaria a Moisés, o cabeça da fraternidade dos profetas. Mas haveria um Profeta divinamente impulsionado, como Moisés o tinha sido, e assim a vontade de Deus tornar-se-ia conhecida. Não haveria necessidade de os hebreus apelarem para os artifícios dos pagãos, alistados nos versículos 10 e 11 deste capítulo, ou seja, adivinhações, encantamentos, invocação de espíritos do mundo dos mortos etc., para que pudessem conhecer a vontade de Deus. Antes, a vontade de Deus seria dada através da tradição profética, adicionada à lei.

"O Último Profeta, semelhante a Moisés (ver Deu. 18.15,18), é Jesus Cristo, aquele que proferiu as palavras de Deus e proveu libertação espiritual ao Seu povo. Nem mesmo Josué poderia ser comparado a Moisés, pois 'nunca mais se levantou em Israel profeta algum como Moisés' (Deu. 34.10)" (Jack S. Deere, *in loc.*). Ver os comentários do Novo Testamento a esse respeito, em Atos 3.22,23 e João 1.21. Cf. Gên. 49.10-12 e Núm. 24.17-19 quanto a outras claras predições messiânicas.

18.15

O Senhor teu Deus te suscitará. Temos aqui alusão à *origem divina* da chamada do grande Profeta. Esse Profeta daria continuidade à linha profética mosaica, e não lhe faria oposição. Ele sairia dentre Israel, porquanto seria um hebreu nativo. Requereria a atenção do povo de Israel, tal e qual fez Moisés.

Os intérpretes judeus pensaram em vários candidatos: Josué, Jeremias ou Davi; ou mesmo a *linhagem profética* que daria continuação ao yahwismo. Alguns intérpretes evangélicos modernos não pensam estar em pauta a visão messiânica; mas outros opinam em favor dessa visão. Favorável a essa visão messiânica destaca-se o fator da *singularidade* de Moisés e do Profeta que viria. Ver Deu. 34.10-12 e cf. João 6.14; Atos 3.22 e 7.37. Ver também Mat. 17.5.

Semelhante a mim. Ou seja, dotado de um ministério pleno, que ultrapassasse o ministério dos profetas comuns, porquanto Ele seria profeta, mediador, rei, cabeça de todo um povo remido, mediador do Novo Pacto, o qual é superior ao Antigo Pacto...

18.16

Para que não morra. O povo de Israel tinha ficado *amedrontado* no Sinai, e queria ter uma folga diante de Moisés e seus terrores. E Yahweh lhes proporcionou a petição. O Sinai e seus terrores não se repetiriam. Mas nem por isso cessariam os movimentos do Espírito de Deus. Muito pelo contrário, haveria um movimento ainda maior de Deus, embora desacompanhado dos terrores. Ver Heb. 12.18 ss..

"O cristianismo está para sempre atrelado àquela revelação divina que começou entre o povo hebreu e culminou na vida e no ministério do Homem de Nazaré... Nenhuma teologia ou cristologia pode ser veraz se se desprender de suas amarras históricas" (Henry H. Shires, *in loc.*).

Moisés é considerado a fonte originária da profecia bem como o protótipo de todos os verdadeiros profetas (cf. Deu. 34.10,11).

18.17

Falaram bem. Os israelitas tinham falado com sabedoria porque Yahweh não tinha intenção de repetir as cenas aterrorizantes do Sinai. A tradição profética daria continuidade aos poderes e à essência transformadora, mas sem o acompanhamento de fumaça e fogo. Ver Deu. 5.28 quanto à promessa dos hebreus de que eles obedeceriam à mensagem transmitida em meio a cenas espantosas. Os hebreus tinham ouvido essa mensagem e prometido obedecer; assim sendo, "falaram bem". Se fossem mesmo obedientes, então o Messias adicionaria uma nova dimensão à fé deles. Cf. este e o versículo anterior ao trecho de Deu. 5.23-31. Este texto repete a essência daquela passagem. Os filhos de Israel não queriam ver a repetição daquela cena dantesca; Israel prometeu guardar os mandamentos baixados naquela ocasião temível.

18.18

Suscitar-lhes-ei um profeta. Este versículo reitera o versículo 15 deste capítulo, com algumas adições. Algumas versões dizem aqui "Profeta", com inicial maiúscula, o que já injeta na tradução uma interpretação messiânica. Mas outras dizem "profeta", com inicial minúscula, dando a entender menos do que o Messias. Ele viria dentre os hebreus. Jesus, o Cristo, pertence à linhagem de Davi, cumpriu esse aspecto da profecia. Ver as genealogias de Cristo em Mat. 1.1-17 e Luc. 3.23-38. Yahweh seria a fonte de Sua inspiração, dando-Lhe as palavras que Ele proferiria, tal como tinha sido a fonte inspiradora de Moisés. O Segundo Moisés seria maior do que o primeiro, e entregaria ao povo a Nova Lei, tal como Moisés havia dado a Antiga Lei.

Em cuja boca porei as minhas palavras. Cf. Jer. 1.9; 5.14; 20.8,9. Um profeta fala em nome do Deus Altíssimo. É por isso que os profetas dizem: "Assim diz o Senhor". O autor sacro contrastou aqui a mensagem divinamente inspirada com a mensagem falsa dos observadores dos astros, dos adivinhos, dos feiticeiros etc., sobre os quais lemos em Deu. 18.10 ss.. A mensagem divinamente inspirada reveste-se de autoridade, mas não a mensagem dos falsos profetas. A mensagem divina promove o yahwismo; a mensagem falsa promove a idolatria.

18.19

Disso lhe pedirei contas. Os ouvintes da palavra de Deus têm responsabilidade. O gênio criativo requer a atenção dos homens. Ninguém pode ignorar o Cristo e a Sua missão. Os homens têm de fazer uma escolha. E nisso está envolvida uma responsabilidade pessoal. Se a mensagem divina for rejeitada, ou mesmo negligenciada, haverá o juízo divino correspondente, porquanto a mensagem vem de Yahweh, e não da vontade de algum profeta.

> *Tende cuidado, não recuseis ao que fala.*
> *Pois se não escaparam aqueles que recusaram ouvir*
> *quem divinamente os advertia sobre*
> *a Terra, muito menos nós,*
> *os que nos desviamos daquele*
> *que dos céus nos adverte.*
>
> (Hebreus 12.25)

Cf. João 5.43; 7.16 e Luc. 19.27,44. O Targum de Jonathan diz aqui: "Dele eu requererei a minha palavra, ou me vingarei dele".

18.20

Porém, o profeta que presumir de falar. Os profetas falsos ansiavam por falar em nome de Yahweh, embora não tivessem recebido Dele nenhuma mensagem. É provável que o autor sacro estivesse pensando no trecho de Deu. 18.10 ss. Os sábios, os encantadores etc. procuravam criar uma mensagem divina, composta por uma mescla de idéias religiosas pagãs com idéias bíblicas, e então apresentavam essa mensagem como se representasse a vontade e o mandamento de Yahweh. Mas o Senhor havia estabelecido uma tradição profética autêntica, começando pela missão de Moisés. E dela ninguém pode desviar-se, se quiser ser profeta legítimo. Os profetas falsos, que se desviassem dessa linha mosaica, deveriam ser executados. E isso poderia ocorrer pelo poder divino, através de alguma enfermidade ou acidente. Ou então pela punição capital (legal), como o apedrejamento. A Israel cabia executar os profetas falsos. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Falsos Profetas*.

Um *verdadeiro profeta* segue a tradição de Moisés, mostrando-se adversário figadal de qualquer forma de idolatria. Mas os profetas falsos induzem à idolatria. Ver sobre a profecia falsa em Jer. 23.9-32 e o capítulo 13 de Ezequiel. Nem sempre é fácil distinguir entre o verdadeiro e o falso. O autor sagrado apresenta as "credenciais históricas" como um sinal distinto. Era mister que fossem seguidas as antigas tradições mosaicas. Outro teste era o da idolatria. Nenhum profeta autêntico jamais haveria de promover a idolatria. Ver as notas sobre os versículos 21 e 22, deste capítulo. Um profeta falso poderia ser morto por apedrejamento ou à espada (Targum de Jonathan), embora a maioria dos intérpretes prefira pensar aqui em execução por estrangulamento, mediante o garrote (*Mishna Sanhedrin*, cap. 10, sec. 1; *Bartenora*, sec. 5, e *Jarchi, in loc.*).

18.21,22

Como conhecerei a palavra que o Senhor não falou? Temos aqui algumas instruções sobre como submeter a teste os profetas. Um israelita perguntaria em seu coração: "Este homem é um verdadeiro profeta, ou não?". Então, com base nessa pergunta hipotética, o autor sagrado apresenta-nos vários testes, nos seis pontos seguintes:

1. Um profeta verdadeiro precisava seguir a tradição mosaica (vss. 15 e 18).
2. Tinha de ser um hebreu (vss. 15 e 18).
3. Como tal, não podia anunciar uma mensagem que misturasse elementos do yahwismo e da idolatria pagã (vss. 10 ss.).

4. Ele seguia a linhagem da *tradição profética*, iniciada por Moisés. Assim sendo, não seria um sábio, um encantador, um prognosticador etc. (vss. 10 ss.). Pelo contrário, seria um tradicionalista quanto às suas profecias, e não um inovador.
5. Jesus ensinou uma *regra*: "Pelos seus frutos os conhecereis" (Mat. 7.16). O homem que estivesse seguindo a linha traçada por Moisés falaria de acordo com os mandamentos de Yahweh e teria uma conduta condizente, obedecendo ao Senhor, e não aos deuses falsos. Ele mesmo obedeceria aos mandamentos do Senhor. Seria um homem espiritual de acordo com os moldes mosaicos.
6. As suas *profecias* sobre o futuro (uma das funções do ofício profético) teriam cumprimento. Fica entendido que, se essas profecias não tivessem cumprimento, então aquele seria um profeta falso, que tinha falado com presunção, arrogância e orgulho, sem a autorização de Yahweh. Tal homem *não devia ser temido*, posto que se apresentasse como se fosse uma grande figura.

Cf. Deu. 13.1 ss.. Existem falsos profetas e sonhadores, os quais precisam ser testados e rejeitados. Pois fazem os homens desviar-se do reto caminho do Senhor (Deu. 13.4). Esses profetas falsos precisam ser executados, de acordo com a lei (ver Deu. 13.5). Ver também Jer. 18.7-10; 28; Jer. 23.9-32; I Reis 22.26-28 e o capitulo 13 do livro de Ezequiel.

"Essas palavras sumariam o problema perene da nação de Israel sobre como distinguir entre os verdadeiros porta-vozes de Deus e o grande número de indivíduos que falavam falsidades em Seu nome" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

Capítulo Dezenove

As Cidades de Refúgio (19.1-21)

Temos aqui uma nova seção que incorpora certa variedade de leis que não seguem nenhuma ordem de apresentação especial. Há leis sobre o homicídio (vss. 1-13), sobre o furto (vs. 14) e sobre o falso testemunho (vss. 15-21). O livro de Deuteronômio é uma *repetição* da lei mosaica. Temos aqui materiais que foram desenvolvidos em outros lugares, mas que agora são reiterados quer para efeito de ênfase, quer, talvez, por ocasião de alguma fonte informativa diferente.

19.1

Quando o Senhor teu Deus. Encontramos aqui algumas condições de vida na Terra Prometida. O autor sagrado considerava as condições futuras que haveria na Terra Prometida, depois que fosse conquistada pelo povo de Israel. Certas leis teriam de prevalecer a fim de evitar o caos. O território tinha sido dado como herança a Abraão e seus descendentes, através do Pacto Abraâmico (ver as notas de sumário em Gên. 15.18). Tendo sido dada assim, essa herança precisava ser conservada em sua dignidade. Somente a legislação mosaica poderia garantir essa dignidade. As sete nações cananéias que foram expelidas dali (ver as notas em Êxo. 33.2 e Deu. 7.1) não observavam a vontade de Yahweh, sendo essa a verdadeira razão pela qual tinham sido expelidas (ver Gên. 15.16). Israel precisava ser uma nação distinta (ver Deu. 4.4-8). Israel distinguia-se porque possuía e praticava a lei. Isso tornava a nação mais sábia. Essa sabedoria era aplicável a vários pontos particulares, conforme salienta este capitulo.

19.2

Três cidades separarás. Era mister distinguir o *homicídio voluntário do homicídio involuntário*. Mas, mesmo que um homem tivesse tirado a vida de outro por puro acidente, sem nenhuma malícia, deveria ir para o exílio, em uma das chamadas "cidades de refúgio". E somente quando o sumo sacerdote vigente morresse é que ele poderia transitar livremente na sociedade, conforme fazia antes do trágico incidente. Este versículo menciona as três cidades de refúgio que foram determinadas na Transjordânia, a fim de acolher os que matassem alguém de modo acidental. Ver Deu. 4.41-43, quanto aos regulamentos a respeito. Mais três cidades, estas no lado ocidental do rio Jordão, também tinham sido marcadas com o mesmo propósito, segundo vemos em Núm. 35.9-34. Destarte, o total das cidades de refúgio era seis. Apresentei nas notas sobre Números 35.1 um gráfico que ilustra a localização dessas seis cidades. Quanto a detalhes completos sobre essa questão, ver o artigo detalhado do *Dicionário*, intitulado *Cidades de Refúgio*.

As *seis cidades de refúgio* representavam uma provisão legal para limitar a ação do vingador do sangue, o qual, de acordo com a lei, tinha a permissão de matar àquele que tivesse matado um seu parente. O capítulo 35 de Números conta a história inteira. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Vingador do Sangue*, no que tange a detalhes. Quando Israel deixou de ser uma sociedade nômade para tornar-se uma sociedade agrícola, certas leis precisaram sofrer uma revisão. E aqui temos um desses casos. Os vingadores do sangue precisavam ser *limitados* em sua ação.

19.3

Preparar-te-ás o caminho. As seis cidades precisavam ser devidamente preparadas. As estradas que conduzissem a elas teriam de ser claramente demarcadas, para facilitar a fuga dos que tivessem cometido homicídio involuntário. Como é óbvio, muitos assassinos tentariam também fugir para as cidades de refúgio. Mas todos os casos precisavam ser julgados, com o depoimento de testemunhas habilitadas, para que fosse determinada a verdade em cada caso individual. Ver Núm. 35.12,24. "Miklot! Miklot!", isto é, "Refúgio! Refúgio!", estava escrito nessas estradas que conduziam às cidades de refúgio, e cada encruzilhada também tinha essa indicação.

As *seis cidades* (três na Transjordânia e três do outro lado do Jordão, no lado ocidental do país), estavam distribuídas pelo país de maneira bastante razoável, para que o réu pudesse fugir para a cidade mais próxima de onde ele se encontrava, e assim tivesse uma boa chance de escapar do vingador do sangue.

Havia provisões para manter em bom estado essas estradas (*Mishna Shekalim*, cap. 1, sec. 1). Essas estradas eram construídas bastante largas e sem muitos obstáculos. O capítulo 20 do livro de Josué registra a implementação da ordem acerca das seis cidades de refúgio.

19.4

Aquele que sem o querer ferir o seu próximo. O "homicídio involuntário" podia ocorrer por ignorância ou acidente, sem que houvesse ódio entre o réu e a vítima. O trecho de Núm. 35.16-20 nos dá indicações sobre um homicídio voluntário; e os vss. 22,23 nos mostram o que se deveria reputar como *homicídio involuntário*. Em todos os casos, era mister que houvesse um julgamento justo, que determinasse o que, realmente, tinha sido cometido (ver Núm. 35.12,24). O homicídio involuntário normalmente ocorria sem que houvesse nenhum precedente de ódio entre as pessoas envolvidas. Ocorria devido a algum acidente, envolvendo amigos, conhecidos e até acidentes de trabalho.

19.5

E atingir o seu próximo. Este versículo fornece-nos um breve exemplo de como poderia ocorrer um homicídio involuntário. Trata-se de um acidente de trabalho. O ferro de um machado escapulira de seu cabo. Houve então uma tragédia, mas não em resultado de planejamento ou ódio. O homem que matara seu próximo poderia ser culpado ou não de negligência. A negligência óbvia era punida por meio da morte, em alguns casos. Ver Êxo. 21.29. Cf. Núm. 35.2,23, onde são descritas outras ocorrências possíveis de homicídio involuntário.

Juntar lenha em um bosque era direito de todos os cidadãos de Israel. Dois homens tinham saído para buscar lenha. Então houve um acidente. O causador poderia ser acusado de homicídio. A fim de evitar o vingador do sangue, ele precisava fugir imediatamente para a cidade de refúgio mais próxima. Ali, o julgamento estabeleceria a sua inocência e o vingador do sangue não poderia atingi-lo.

19.6

O vingador do sangue. Este perseguiria o homem que tivesse matado acidentalmente um seu parente. O vingador do sangue tinha não somente o direito, mas até mesmo o *dever* de assim o fazer, visto que se tratava de uma antiga lei, que dizia respeito aos homicidas. O vingador do sangue era o executor oficialmente nomeado. Ninguém tinha o direito legal de tentar impedi-lo em sua ação. Portanto, o réu *tinha de fugir*, mesmo que tivesse matado outrem por puro acidente. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Vingador do Sangue*, quanto a completos detalhes a respeito dessa antiga lei e costume.

Essa lei buscava fazer *justiça*. Por isso é que tinham sido estabelecidas cidades de refúgio. A justiça da época não se assemelhava à justiça moderna, que é muito lenta. Visto que um homicida involuntário era *exilado* por causa de seu "crime", sua vida não podia ser-lhe tirada. Mas seus familiares ficavam para trás, algumas vezes durante muitos anos. Isso envolvia uma separação cruel. Naturalmente, há leis melhores que a das cidades de refúgio. Ao menos, porém, essa lei representava uma melhoria em relação ao conceito do vingador do sangue. Ver as notas sobre o quarto versículo deste capítulo.

19.7

Três cidades. Ou seja, além daquelas três cidades que já tinham sido estabelecidas na Transjordânia, visto que o caso que estava sendo descrito teria ocorrido no território além do Jordão, ou seja, na parte ocidental do país (ver o primeiro versículo deste capítulo). Três dessas cidades já haviam sido estabelecidas na Transjordânia (ver Deu. 4.41-43). O capítulo 35 do livro de Números cita somente um total de seis cidades, e com isso concorda o capítulo 20 de Números. Alguns pensam que, no nono versículo deste capítulo, fica entendido que haveria um total de nove cidades de refúgio; mas isso é contra tudo quanto dizem as tradições a respeito.

19.8

Se o Senhor teu Deus dilatar os seus limites. Isso poderia ocorrer quando a conquista do território prometido tivesse terminado. Então os filhos de Israel precisariam de seis cidades, e não apenas de três. Este versículo leva-nos de volta ao primeiro versículo deste capítulo, cujas notas se aplicam também aqui. Israel aproveitaria, para isso, cidades e lares já prontos, com uma grande área ao redor, dedicada à agricultura e à criação de gado. Na "terra de Abraão" era mister resguardar a boa ordem; e parte dessa ordem era a provisão em favor daqueles que tivessem cometido homicídio involuntário. Quanto às dimensões da Terra Prometida, ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Pacto Abraâmico*, bem como as notas expositivas em Gên. 15.18. Quanto às promessas feitas aos *patriarcas*, ver Gên.15.18,19; 26.3,4; 28.13,14.

19.9

Acrescentarás outras três cidades além destas três. Se este versículo for entendido conforme está escrito, sem levarmos em conta o trecho de Deu. 4.41-43, então pode dar a impressão, pelo menos para alguns, que um total de *nove* cidades de refúgio tinha sido ordenado. Isto porque as seis cidades de refúgio deste versículo parecem referir-se àquelas do lado ocidental do rio Jordão. Ou então o autor sacro presumiu que nos lembraríamos da provisão anterior, referindo-se frouxamente às três cidades *anteriores*, além de mais três. John Gill explicou que *nove* cidades ao todo foram realmente determinadas, e que esse é o sentido claro do versículo que ora comentamos. Porém, eventualmente apenas *seis* cidades acabaram sendo designadas. Dessarte, *seis* foi o número real delas, embora o número ideal fosse *nove*, um total jamais atingido.

Há um curioso comentário de Maimônides (*Hilchot Rotzeach*, cap. 8, sec. 4), que alude a *mais* três cidades de refúgio, que seriam acrescentadas nos dias do Messias.

Tipologia. Os intérpretes cristãos, e até mesmo alguns judeus, conforme já vimos, vêem algo de messiânico nessa questão das cidades de refúgio. Jesus, o Salvador, veio para ser o refúgio das almas fugitivas do mundo inteiro (ver João 3.16), para ser a propiciação pelos pecados de todos os homens (ver I João 2.2). Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Cidades de Refúgio*, onde essa tipologia é desenvolvida.

O Resultado do Amor. Ver Deu. 6.5, quanto à Lei do Amor, primeiramente a Yahweh, e então àqueles que são Seus filhos. A provisão das cidades de refúgio era uma das manifestações dessa lei. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Amor*. O amor provê certa maneira de *andar*, certa conduta. Fazer provisão para os casos de homicídio involuntário era, pois, parte de um andar justo. Cf. Jer. 32.39,40.

Restauração Final. Alguns intérpretes judeus viam nesta passagem uma promessa de restauração futura, quando Israel, tendo fugido para lugares de refúgio, seria restaurado por um ato do amor divino. Ver Dan. 12.12 e Apo. 12.13-16. Além disso, a adição de mais três cidades, alcançando assim um total de nove, era interpretada como dependente da conquista eventual de todo o território que Deus tinha prometido a Abraão, embora esse alvo nunca tenha sido atingido. Se mais terras fossem acrescentadas, então mais três cidades de refúgio teriam sido adicionadas. Isso significaria que o Pacto Abraâmico, finalmente, teria tido plena concretização. Israel não antecipava o fim da instituição das cidades de refúgio, e assim criou várias doutrinas paralelas em redor da questão.

Assassinato (19.10-13)

19.10

Para que o sangue inocente se não derrame. O autor volta agora a sua atenção para incidentes de assassinato real. E assim segue aqui o padrão do capítulo 35 do livro de Números, onde há regras acerca tanto do homicídio involuntário quanto acerca do assassinato real. Ver Núm. 35.16 ss. quanto a casos de assassinato, e como esses casos poderiam acontecer, além de sinais típicos. Se um vingador do sangue chegasse a matar um homicida involuntário, isso seria assassinato. Mas o autor sacro também preocupou-se com outros tipos. O "sangue inocente" seria derramado, e esse seria o caso se o vingador do sangue chegasse a realizar o seu papel, antes que o réu tivesse tido tempo de chegar a uma das cidades de refúgio. A provisão das cidades de refúgio, pois, visava justamente impedir que isso sucedesse. "Sangue inocente" também podia ser derramado por outras formas de assassinato, e esse sangue poluiria a Terra Prometida. Israel acabaria tornando-se culpado de sangue, e os juízos de Yahweh sem dúvida sobreviriam. Portanto, foram providos asilos, a fim de que a culpa de sangue fosse reduzida ao máximo possível.

19.11

Alguém que aborrece a seu próximo, e lhe arma ciladas. Este versículo encerra um *breve sumário* de assassinato real, e como isso poderia chegar a ocorrer. Cf. Núm. 35.16-21 quanto a um sumário um pouco mais extenso de possíveis casos e tipos de assassinato. Este versículo é grosso modo um paralelo da afirmação constante em Números 35.20.

O comentário de Rashi sobre este versículo é instrutivo: "Mediante o ódio, ele vem e se põe à espreita. Assim, torna-se verdade que, quando um homem transgride um dos mandamentos mais leves, ele pavimenta o caminho para transgredir algum mandamento mais importante. Logo, depois de quebrar o mandamento que diz 'Não odiarás', ele acaba cometendo assassinato". Temos aí a verdade das palavras de João, que disse: "Todo aquele que odeia a seu irmão é assassino" (I João 3.15).

19.12

Enviarão a tirá-lo dali. Um homem que tivesse morto a outro, mediante assassinato real ou mediante homicídio involuntário, precisava fugir do vingador do sangue, indo para alguma cidade de refúgio. Mas a história não terminava aí. Era mister que passasse por um julgamento, com a presença de testemunhas idóneas, a fim de que a justiça fosse servida. Este versículo tem paralelo no trecho de Números 35.12,24,25. Porém, mesmo que viesse a ser declarado inocente (era um homicida involuntário, e não um assassino real), ainda assim teria de permanecer na cidade de refúgio onde se tinha abrigado até a morte do sumo sacerdote vigente. Em outras palavras, ele ficaria em seu *exílio*. Isso posto, é claro que um homicídio involuntário era considerado um crime, embora de menor gravidade do que um assassinato real. Meus comentários sobre o livro de Números fornecem detalhes sobre o julgamento (o qual poderia ocorrer tanto na cidade de refúgio como na cidade onde o réu morava), pelo que esses detalhes não reaparecem aqui. Mas o indivíduo considerado culpado seria entregue às mãos do vingador do sangue, e a execução privada teria lugar.

19.13

Não olharás com piedade. Se um homem fosse considerado culpado de *assassinato real*, não se podia usar de piedade para com ele. E ao que parece, as antigas leis de Israel não dispunham de provisão para penas secundárias, em face de circunstâncias mitigadoras. Permitir que a culpa do sangue continuasse em Israel era tido como algo que poluiria o território inteiro, e não apenas um indivíduo. E a Terra Prometida teria de ser purificada mediante a execução do assassino, uma atitude totalmente diversa daquilo que se vê na grande maioria dos países modernos, onde qualquer tipo de crime atroz é tolerado, havendo pouco ou nenhum castigo.

"A guarda da lei era a maneira de impedir que o território ficasse contaminado. A punição capital era necessária em casos específicos a fim de expurgar o mal do meio da nação. Cf. Deu. 12.32-13.18" (G. Ernest Wright, *in loc.*). Ver especialmente o trecho de Números 35.33,34 quanto ao paralelo atinente ao derramamento de sangue inocente, que poluiria a terra.

Furto de Propriedades Alheias (19.14)

19.14

Não mudes os marcos do teu próximo. Este versículo isolado traz à nossa atenção uma antiga lei que protegia a propriedade privada. A mudança dos marcos, em proveito próprio, ampliando assim o terreno de quem cometia esse crime, prejudicava o próximo, que assim perderia algum território. Isso era algo estritamente proibido. Ver também Isa. 5.8; Jos. 5.10; Jó 24.2; Pro. 22.28 e 23.10.

Que os antigos fixaram. Mui provavelmente uma referência ao loteamento original de terras às famílias de Israel, ou seja, o estabelecimento da herança que cabia a cada família de Israel, quando a Terra Prometida foi dividida, após a conquista. Ver Jos. 18.1-10. Notemos como o autor sacro esqueceu, momentaneamente, que ele estava apresentando o seu material como predição do que iria acontecer (ver Deu. 19.1). Mas agora ele olhava de volta para os "tempos antigos", quando o território havia sido dividido. Foi como se ele tivesse dito: "Essas divisões originais precisam ser respeitadas". Os estudiosos conservadores, que requerem harmonia a qualquer preço, pensam que observações como a deste versículo são adições escribais posteriores.

A literatura *extrabíblica* alude à prática da mudança de marcos, o que era equivalente ao furto de terras. Nos escritos de Tibullus, lemos: "Reverencia cada pedra antiga, adornada de flores: elas limitam os campos ou apontam para os caminhos duvidosos" (Eleg. lib. i. E.l. vs. 11). Juvenal referiu-se ao safado que o estava vexando ao mudar de posição os *marcos sagrados* dos seus limites (Sat. xvi. vs. 36).

Sobre o Falso Testemunho (19.15-21)

19.15

Pelo depoimento de duas ou três testemunhas. Esse múltiplo testemunho concorria para a *preservação da justiça.* A lei mosaica era severa, e por muitas vezes requeria a punição capital, devido a crimes que na cultura moderna não seriam castigados tão severamente. Uma testemunha falsa poderia tentar eliminar um adversário prestando um testemunho falso: "Meu vizinho estava adorando um ídolo!". A fim de impedir tão ultrajante conduta, pois, foi estabelecida a lei das "duas ou mais testemunhas". Desse modo o perjúrio, embora não fosse eliminado de todo, pelo menos era grandemente reduzido. Já vimos essa lei em Deu. 17.6. As notas oferecidas ali aplicam-se também aqui. O depoimento de testemunhas precisava ser *investigado.* Os juízes e os tribunais locais não deveriam aceitar passivamente os caprichos desonestos dos homens. Juízes inquiririam as testemunhas. E as testemunhas falsas deveriam ser executadas (Deu. 19.19). Isso lançaria o temor no coração de todos, dificultando o pecado de perjúrio.

"O uso veraz da língua, ao evitar a todo o transe a calúnia e a acusação falsa, é um dos princípios centrais da ética bíblica, sendo esse pecado condenado no nono mandamento da lei. Aqui esse princípio foi expresso em linguagem leal, para uso nos tribunais (cf. Êxo. 23.1; Lev. 19.11-18)" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

As *testemunhas* não podiam prestar seu testemunho por meio de cartas, nem podiam enviar representantes. Era mister que comparecessem pessoalmente, a fim de serem inquiridas pelos juízes. E se houvesse o envolvimento de algum idioma estrangeiro, não podia haver um intérprete entre as testemunhas e os juízes. As testemunhas tinham de encarar os juízes. Cf. Núm. 35.30.

19.16

Quando se levantar testemunha falsa. É de presumir-se que os casos complicados fossem submetidos à apreciação da Corte Suprema, que funcionava no santuário central, em Jerusalém. Ver Deu. 17.18 ss.. O *lugar* determinado por Yahweh como o santuário central também abrigaria o Tribunal Superior, que julgaria os casos mais difíceis. Israel dispunha de severas leis de retaliação, como olho por olho e dente por dente (vs. 21), e isso precisava ser regulamentado com medidas extremas, mediante investigação e depoimento de testemunhas oculares, para que houvesse sempre julgamentos justos. Leis severas exigiam uma justiça estrita.

19.17

Então os dois homens. É provável que tenhamos aqui a *descrição* daqueles entre os quais tivesse surgido alguma pendência, no santuário central; mas, se um concílio local estivesse envolvido, então deveriam prevalecer as mesmas regras de justiça. Ver sobre os *sacerdotes* e *juízes* em Deu. 17.8-13, onde o santuário central está em pauta. O vocábulo no singular, "juiz", que ali aparece (vs. 9), talvez seja uma referência ao sumo sacerdote, que era o juiz supremo em Israel. A passagem de Deuteronômio 17.8-13 aborda a Corte Suprema, e nas notas expositivas a respeito, dou informações acerca dos oficiais que operavam ali, bem como dos tribunais secundários. Ver também Deu. 16.18 ss.. Nesse versículo 18 dou informações específicas sobre a estrutura dos antigos tribunais de Israel.

Homens. Mulheres não podiam servir de testemunhas. Ver *Bartenora*, sec. 5. Esse mesmo documento antigo assevera que tanto as testemunhas quanto os acusados tinham de dar e ouvir o testemunho estando *de pé.*

Perante o Senhor. Assim foi dito porque o tribunal e suas regras de ação tinham sido estabelecidos por ordem divina. Deus era o observador silente que acompanhava o processo inteiro de justiça, e a Sua presença inspiraria os juízes a impor uma justiça estrita.

O *comparecimento pessoal* era uma necessidade. Ninguém podia escrever uma carta ou enviar um seu representante. Ver o fim dos comentários sobre o versículo décimo quinto deste capítulo.

Diante dos sacerdotes e dos juízes. Ver as explicações a respeito nas notas sobre Deu. 16.18.

19.18

Os juízes indagarão bem. Investigações criteriosas faziam parte do dever dos tribunais, em Israel. Ninguém podia mostrar-se frívolo, nessas ocasiões. Com freqüência, a punição capital era o fim do julgamento. O Targum de Jonathan refere a um exame e interrogatório completo das testemunhas. Ver Deu. 17.4, quanto à expressão "indagarás bem". Ver também Deu. 13.12-14 e 17.9. O trecho enfatiza a questão. Não se permitia testemunho por "ouvir dizer", em Israel.

19.19

Assim exterminarás o mal do meio de ti. O próprio Yahweh cuidaria para que os tribunais de justiça de Seu povo não falhassem. Se alguma testemunha falsa fosse descoberta pelas investigações, então tal indivíduo sofreria *exatamente o castigo* que tinha esperado infligir sobre seu vizinho ou conhecido inocente.

A questão era levada "perante o Senhor" (vs. 17), porquanto era o tribunal do Senhor e os juízes do Senhor estavam julgando o caso. Sua presença, invisível mas real, seria garantia absoluta da justiça.

O *castigo* poderia tomar a forma de uma multa, de açoites, da perda de um dos membros do corpo, ou então de execução por apedrejamento, estrangulamento, execução na fogueira ou morte à espada. As testemunhas falsas seriam sujeitadas a uma dessas punições, sem importar qual delas tivesse sido planejada para o homem falsamente acusado.

19.20

... o ouçam e temam. Aqueles que sobrevivessem ao incidente (como a família do homem que tinha cometido perjúrio), bem como a população em geral, que ouvisse falar sobre o caso, *temeriam*, desencorajando o crime de perjúrio. E embora isso não eliminasse o *mal* das testemunhas falsas, essa prática odiosa ficaria grandemente reduzida.

19.21

Não olharás com piedade. A severidade da lei tinha de prevalecer, a fim de que a justiça fosse eficaz. A lei era posta em vigor no espírito de "olho por olho e dente por dente", ou seja, retaliação segundo a gravidade do crime. Essa é a chamada *lex talionis* (ver a respeito no *Dicionário*). Ver Êxo. 21.24,25 quanto a uma expressão mais pormenorizada dessa lei. As notas oferecidas ali também aplicam-se aqui. Ver igualmente Lev. 24.17-22. Essa lei tanto limitava a vingança quanto a exigia, e isso em termos precisos. Em tempos posteriores, as mutilações foram proibidas como uma forma de justiça, sobretudo no caso de acidentes que tivessem resultado em alguma mutilação. Ver Deu. 25.11,12, quanto à lei em sua forma original. O escravo que perdesse um olho recebia sua liberdade (ver Êxo. 21.26). Jesus não permitiu a aplicação dessas leis sobre uma base pessoal (ver Mat. 5.38-42).

Punição Capital. As pessoas que não concordam hodiernamente com esses princípios legais salientam que os crimes sérios não são diminuídos diante da punição capital. Mas se isso exprime uma verdade ou não, não podemos olvidar que também há uma lei ou justiça da vingança justa. Alguns crimes merecem a pena de morte, sem importar se a mesma reduz ou não a taxa de criminalidade. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Punição Capital.*

Capítulo Vinte

As Leis da Guerra (20.1-20)

Paralelos desta passagem encontram-se em Deu. 2.24-3.11; 7.1-11; 21.10-14; 23.9-14; 24.5 e 25.17-19. A contínua repetição desse tema mostra quanta importância se dava a ele, no tempo em que o povo de Israel conquistou a Terra Prometida. Uma guerra santa ocorre quando Deus está por trás dela e determina as regras que a governarão. Deuteronômio é o livro da repetição da lei, e esse caráter continua nesta passagem, a qual, entretanto, apresenta algum material novo, que não pode ser encontrado no resto do Pentateuco.

20.1

O Senhor teu Deus... está contigo. O mesmo Deus Yahweh que tinha tirado o povo de Israel do Egito (um tema reiterado por cerca de vinte vezes no Deuteronômio: ver as notas em Deu. 4.20) dar-lhes-ia a vitória na Terra Prometida, sobre forças militares superiores. Um rei em Israel não deveria multiplicar cavalos (ver Deu. 17.16), o que significa que o exército de Israel, essencialmente composto de infantes, seria inferior aos exércitos dos povos que empregavam cavalos e carros de combate. A lição é que os filhos de Israel deviam depender de Yahweh. As batalhas deles não seriam determinadas somente pelas forças em armas (ver Isa. 31.1-3; Osé. 14.3). Ver Deu. 2.24 ss., onde Israel viu-se forçado a combater pela primeira vez, como preparação para a conquista da Terra Prometida em geral. Ver Deu. 7.1, onde as sete nações cananéias, que deveriam ser expelidas da terra de Canaã, tinham forças militares superiores às de Israel. Mas Yahweh é que as feriria (ver o versículo seguinte). Cf. também Deu. 21.10-14; 23.9-14 e 26.17 ss.

Yahweh-Elohim, o Eterno Todo-poderoso, garantiria o sucesso na guerra. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Deus, Nomes Bíblicos de.*

"A premissa de uma guerra santa, arraigada nas antigas experiências no deserto, provia a base da compreensão do Deuteronômio sobre a conquista (Deu. 2.33-35; 3.3-7,18,22; 7.1-5; 11.22-25)" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre este versículo).

Os habitantes da terra de Canaã tinham perdido o direito ao seu território, por motivo de iniqüidade (ver Gên. 15.16). Agora, chegava a vez dos israelitas. Mas Israel, eventualmente, também haveria de perder a Terra Prometida, e pela mesma razão. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Cativeiro (Cativeiros)*.

20.2

O sacerdote. A classe sacerdotal de Israel desempenhara um papel primordial nas batalhas, embora não brandisse nem lança nem espada. Um sacerdote proclamaria formalmente a abertura das hostilidades e avançaria à frente do exército. "Durante a guerra dos Macabeus, os judeus reviveram a antiga ideologia da guerra santa, conforme ficamos sabendo pelo rolo do Mar Morto, intitulado 'Guerra Entre os Filhos da Luz e os Filhos das Trevas'. Nesse documento também ficou escrita uma regra que dizia que o sacerdote principal dirigiria a palavra ao exército, no começo da batalha, onde as palavras da proclamação diferem um tanto das palavras do livro de Deuteronômio" (G. Ernest Wright, *in loc.*). A arca da aliança era transportada até o campo da batalha, porque ela representava a presença de Yahweh com o exército de Israel (ver Jos. 6.13 ss. e I Sam. 4.3 ss.).

20.3,4

Não tenhais medo, não tremais. Não havia mesmo razão para temor e tremor, porque era Yahweh quem ia à frente dos soldados israelitas, conferindo-lhes proteção e vitória. Novamente encontramos o nome *Yahweh-Elohim*, conforme se vira no primeiro versículo deste capítulo. Ver o artigo sobre os nomes divinos, ali mencionado. "A falta de confiança na capacidade de Deus de lutar por eles (Deu. 1.30; 3.22) afetaria a força de vontade deles, pelo que se desanimariam" (Jack S. Deere, *in loc.*). A premissa de uma guerra santa é que não era pela habilidade humana, empreendimento e força dos homens que se determinava o resultado de uma batalha, e, sim, por meio da presença de Yahweh. Ver o quinto capítulo do livro de Juízes. O choque dos escudos, os gritos de guerra, o sonido das trombetas, os gemidos de dor, sons esses que costumam acompanhar as batalhas antigas, lançariam o pânico em todos aqueles que duvidassem da palavra do sacerdote.

Isentos da Guerra (20.5-9)

20.5

Os oficiais falarão ao povo. Os oficiais do exército separariam certos homens que ficariam dispensados do serviço militar, pelo menos durante algum tempo. Este versículo fornece-nos a *primeira regra*: um homem que tivesse construído uma casa, mas ainda não tivesse residido nela, não precisava entrar na batalha. O Targum de Jonathan ajunta que a palavra aqui traduzida por "consagrou" quer dizer que ele ainda não tinha completado a casa. Talvez esteja em pauta a afixação da mezuzah ou escrito bíblico sobre as vergas da porta. Ver Deu. 11.20 quanto a explicações a esse respeito. Partes da lei eram inscritas e ali afixadas. E assim a casa seria dedicada para que se morasse nela. Jarchi interpreta esse versículo como se apontasse para o começo da moradia em uma nova casa. Josefo, por seu lado, afirmou que o homem ainda não teria vivido na casa por um ano inteiro (*Antiq.* 1.4, cap. 8, sec. 41). Melech fala de uma festa que era efetuada a fim de consagrar uma casa, para que começasse a servir de residência. Antes de tudo, era comida uma refeição dedicatória no interior da casa, e então a família podia mudar-se. Não seria justo um homem construir uma casa, correr para a guerra, ser morto em batalha e deixar sua esposa e seus familiares vivendo ali. Essa regra refletia certa medida de misericórdia. Assim também, por três anos um homem não podia comer das uvas de uma vinha nova.

20.6

Qual o homem que plantou uma vinha...? Temos aqui a *segunda regra*. Quem tivesse plantado uma vinha, mas nunca tivesse experimentado de suas uvas, estava isento de ir à guerra. Isso também era uma certa medida de misericórdia, estética em seu caráter. Haveria algo de estranho em outras pessoas comerem e beberem da vinha daquele homem, o qual nunca tirara proveito dela, embora ele a tivesse plantado e a tivesse cultivado. Durante três anos não se podia comer de uma vinha nova. E então, o fruto do quarto ano era dedicado a Yahweh. Portanto, somente as uvas do quinto ano de produção eram consumidas pelo dono da vinha. Um homem, depois de ter esperado por todo esse tempo, a fim de extrair benefício de sua vinha, podia ficar naquele quinto ano, isento dos deveres militares. Ver Lev. 19.23 ss. Havia festas que celebravam o começo do consumo das uvas, tal como no caso de casas (ver o versículo anterior). E o homem em foco tinha de estar presente para participar das celebrações.

20.7

Qual o homem que está desposado...? Temos aqui a *terceira regra*. Era importante para um hebreu ter posteridade e herança para deixar para os seus descendentes. Ele precisava contar com um herdeiro que desse prosseguimento à sua linhagem. Mas, se ele morresse logo após ter contraído matrimônio, como poderia gerar filhos? Isso deitaria por terra esses importantes propósitos sociais. Um homem já noivo não podia ir à guerra, pois arriscava-se a deixar sua futura esposa como uma viúva. Ademais, era-lhe conferido o direito de desfrutar de um casamento recente, sem ter de enfrentar os empecilhos da guerra. Não seria correto que outro homem ficasse com a noiva dele, enquanto seus ossos jazessem a secar, no sepulcro. Tal homem estava isento do serviço militar pelo espaço de um ano (ver Deu. 24.5). Mesmo que estivesse em guerra, Israel não deveria perturbar as "coisas novas" sobre as quais sua sociedade estava sendo perpetrada e avançava. Por conseguinte, casas novas, vinhas e esposas tinham precedência sobre as guerras, as quais, afinal de contas, eram contínuas. Os homens isentos de uma guerra logo teriam oportunidade de participar de outra, quando outros israelitas estariam começando coisas novas, por sua vez. A guerra não tinha prioridade total sobre as questões domésticas. As conseqüências da desobediência incluiriam sofrer as próprias coisas evitadas neste versículo. Ver Deu. 28.30 e seu contexto.

Homero (*Ilíada*, I.ii. vs. 100) descreveu com eloqüência o caso de Protesilau, o qual, por causa da guerra foi obrigado a abandonar sua esposa e uma casa por terminar. Sua sorte miserável foi ter sido morto antes que pudesse voltar para casa.

20.8

Qual o homem medroso...? Essa é a *quarta regra*. Aqueles que se mostrassem tão tímidos que seriam inúteis na guerra, também eram isentados de servir no exército. Talvez fossem chamados de covardes; talvez não. Mas a presença deles no campo de batalha serviria apenas de empecilho. Temos um exemplo da aplicação desta quarta regra, em Juízes 7.3. O exército de Gideão viu-se reduzido de trinta e dois mil para dez mil homens, quando os temerosos foram mandados de volta para casa. Mais de dois terços de seu exército voltaram para casa, por motivo de medo!

A *covardia* era reputada um problema espiritual, visto que o indivíduo medroso não confiava em Yahweh como deveria. Uma guerra santa deveria ser desfechada com um grupo de homens seletos e corajosos, e não por homens debilitados pelo medo, pois isso só complicaria as coisas por ocasião de entrarem em ação. Yahweh conduziria um bando menor ao sucesso na guerra, ao passo que um grupo maior de soldados, cheios de problemas, não permitiria que a batalha se desenrolasse a contento. Deserções, no meio de uma batalha, criariam muito mais problemas do que se o número de soldados fosse menor, mas nenhum deles desertasse. A vitória era um problema de Yahweh, visto que uma *guerra santa* estaria sendo travada.

20.9

Designarão os capitães. Uma vez feita a seleção dos soldados, e depois de o sacerdote haver completado as suas instruções, o palco estava armado para a organização das tropas em companhias ou divisões. Capitães encabeçariam as divisões. Entre os deveres dos comandantes, destacava-se o de não permitir novas deserções. E agora, qualquer um que tentasse desertar teria decepadas as suas pernas (*Mishna Sotah*, sec. 6). Porém, é possível que essa regra tenha pertencido a um período posterior. Não somos informados sobre o número de homens em cada companhia. Mas podemos supor que isso dependesse do tamanho do exército e da ocasião envolvida. Em I Samuel 17.18 achamos companhias de mil homens cada, sendo presumível que sobre cada uma dessas unidades houvesse um capitão.

O Cerco de uma Cidade (20.10-18)

Ver as notas de introdução no começo deste capítulo vigésimo, no que concerne a comentários sobre uma guerra santa, e sobre paralelos em outros trechos do Pentateuco. Aqui são descritos *dois casos* de cidades que estariam sendo cercadas. As cidades distantes, fora da Palestina (vss. 1-15), seriam tratadas com mais liberalidade. Seus habitantes poderiam ser reduzidos a pagar tributo; tratados poderiam ser feitos com essas cidades etc. Mas uma severidade extrema poderia ser aplicada, se houvesse resistência. Em um *segundo caso* (vss. 16-18), haveria uma cidade dentro das fronteiras da Palestina, a Terra Prometida. Nesses casos, a palavra de ordem era destruição absoluta. Isso evitaria qualquer retaliação, bem como problemas futuros, como idolatria por infecção, contra-ataques etc. Essas cidades eram oferecidas em holocausto a Yahweh, sendo totalmente consumidas a fogo. Nem mesmo despojos eram aproveitáveis, nessas localidades. No sétimo capítulo do livro de Josué, a história de Acã provê um exemplo de cidade do segundo tipo. O termo hebraico para holocausto, ou

seja, uma destruição absoluta, é *hrm*, um termo especial que indica guerra santa. A cidade assim oferecida a Yahweh tornava-se um tabu santo, um holocausto cujo destino era ser totalmente consumido a fogo. Não era permitida nenhuma modalidade de sincretismo religioso.

20.10

Oferecer-lhe-ás a paz. O versículo 15 deste capítulo mostra-nos que está em pauta uma *cidade distante*, que não pertencia às "cidades destes povos", ou seja, das sete nações cananéias que habitavam na Palestina e que tiveram de ser expelidas dali. Ver Êxo. 33.2 e Deu. 7.1. No caso de uma dessas cidades distantes, os filhos de Israel podiam propor condições de paz, além de outras coisas, descritas nos versículos seguintes. Uma cidade assim distante não poderia contaminar israel com sua idolatria, servindo de fator ameaçador em suas fronteiras.

"*Não conforme fizeram os filhos de Dã, que massacraram os habitantes de* Laís, sem o menor aviso (ver Juí. 18.7,28). Mesmo nas guerras dirigidas por Josué, houve cidades que foram poupadas pelos israelitas (Jos. 11.13)" (Ellicott, *in loc.*).

20.11

Será sujeito a trabalhos forçados. O *oferecimento de paz* incluía tornar a cidade conquistada um vassalo, sujeita a pagar tributos a Israel. Mas podia viver em paz. É provável que *alguns* dos habitantes de tais cidades fossem reduzidos a escravidão, o que fica subentendido nas últimas palavras deste versículo, "e te servirá". Quanto a isso, ver o nono capítulo do livro de Josué. Ver também II Reis 3.4 quanto ao tributo imposto a lugares assim. Os moabitas, os sírios e os edomitas tornaram-se servos de Davi (ver II Sam. 8.2,6,14).

20.12

Então a sitiarás. Caso uma cidade distante oferecesse resistência, não aceitando as condições de paz propostas por Israel, mencionadas no versículo anterior, então a cidade seria cercada, e isso com toda a severidade. Tal cidade seria tratada com quase tanta severidade quanto uma cidade que estivesse dentro das fronteiras da Palestina. Ver Núm. 31.7 ss. quanto a um exemplo do que acontecia em casos assim. Regras posteriores ditavam que essas cidades seriam cercadas por três lados. O quarto lado era deixado aberto, a fim de que quem quisesse deixar a cidade pudesse fazê-lo apressadamente, reduzindo assim o esforço dos israelitas para conquistarem a cidade.

20.13,14

Todos os do sexo masculino. Os habitantes masculinos da cidade distante que resistisse a Israel eram executados; mas as mulheres e crianças eram incorporadas em Israel, e tudo quanto tinham podia servir de despojos. Mulheres, crianças, animais domesticados, ouro, prata, mercadorias, utensílios domésticos, ferramentas agrícolas e de comércio - isso tudo serviria para aumentar as riquezas materiais e o poder de Israel, tornando-o mais forte como nação. As mulheres e as crianças da cidade conquistada seriam treinadas nos caminhos da fé dos hebreus e da legislação mosaica.

20.15

Todas as cidades que estiverem mui longe de ti. Este versículo, que vem no fim da discussão, define quais cidades deveriam ser tratadas com alguma dose de misericórdia. A saber, as cidades distantes, que não pertenciam a nenhuma das sete nações cananéias que habitavam na Palestina, conforme expliquei nos comentários sobre o versículo 15. Povos como os moabitas, os edomitas, os amonitas e os sírios estariam incluídos nessa classificação. Ver II Sam. 8.2,6,14.

20.16,17

Porém, das cidades destas nações. Os versículos 16 a 18 deste capítulo mostram a cidade do segundo tipo, que deveriam ser cercadas, a saber, aquelas que ficavam dentro das fronteiras da Palestina, as sete nações cananéias que precisavam ser expelidas dali. No versículo 17 temos uma lista que inclui seis das sete nações. A nação que foi omitida é a dos *gigaseus*. Mas a lista de Deu. 7.1 inclui todas as sete nações; e a lista de Êxo. 23.23 faz a mesma omissão. É provável que não tenha havido nenhum motivo especial para essa omissão. As listas simplesmente variavam um pouco. Ver Êxo. 33.2 e Deu. 7.1 quanto a uma exposição acerca dessas sete nações. Quase todos esses nomes aparecem como verbetes no *Dicionário*.

O *hrm*, também conhecido como banimento, tabu, ou holocausto a Yahweh, era para ser aplicado a tais povos. Se nada restasse deles, então não poderiam contaminar o povo de Deus com a idolatria e os seus costumes pagãos. E nem poderiam, recuperando suas forças, fazer mais tarde um contra-ataque.

Certa Medida de Misericórdia. Jarchi e outros intérpretes judeus dizem que exceções a uma matança total poderiam ocorrer se as pessoas se arrependessem, abandonando suas práticas idólatras e convertendo-se à fé dos hebreus. As condições impostas pelos filhos de Israel incluíam estes pontos: 1. Que renunciassem à sua idolatria. 2. Que se sujeitassem à lei e à fé de israel. 3. Que pagassem um tributo anual. O trecho de Ii Crônicas 8.7 mostra que representantes dessas nações foram poupados, embora tivessem de pagar tributo e se tornassem vassalos de Israel. E isso sucedeu nos dias de Salomão. E assim ele não se sentiu na obrigação de efetuar aniquilamento total dessas nações.

A ordem baixada quanto a esse modo de proceder provinha do próprio *Yahweh-Elohim*, por quem a guerra santa tinha sido decretada. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Deus, Nomes Bíblicos de.*

20.18

Para que não vos ensinem a fazer. A razão principal para o aniquilamento total dos pagãos era impedir que suas práticas pagãs fossem absorvidas pelos novos habitantes. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Idolatria*, como também as notas sobre o segundo mandamento, em Êxo. 20.3,4. Ver Gên. 15.16, no que concerne à predição, associada ao Pacto Abraâmico, sobre a necessidade de limpar a terra de seus antigos habitantes, porquanto a taça de iniqüidade deles estava agora cheia. E o povo de Israel também seria exilado da Terra Prometida quando sua taça de iniqüidade se enchesse. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Cativeiro (Cativeiros).*

As suas abominações. No hebraico temos aqui um termo muito forte, usualmente usado para descrever a idolatria. Dei notas expositivas a respeito em Deu. 13.14.

O mesmo *Yahweh-Elohim* que baixara a ordem de iniciar a guerra santa ficaria ofendido se o povo de Israel fosse contaminado com as práticas idólatras das nações cananéias. O Senhor seria forçado a agir contra Israel, caso eles fossem contaminados pela idolatria dos cananeus. Portanto, essa doença espiritual precisava ser obliterada. Ver Salmo 106.34-42. Esse texto descreve os péssimos resultados se as ordens de Yahweh não fossem cumpridas conforme fora exigido. Cf. Lev. 18.24-28 e 20.23 quanto às abominações dos povos pagãos.

Acerca das Árvores (20.19,20)

20.19,20

Temos aqui uma breve seção parentética, vinculada às ordens divinas acerca das cidades a serem assediadas pelos israelitas (vss. 10-18 deste capítulo). Era tradicional que os exércitos antigos arrasassem a área a ser invadida, desnudando-a de toda a sua vegetação. A madeira das árvores geralmente era usada para efeitos de aquecimento, para cozinhar os alimentos e para construir máquinas de assédio. Assim, por razão de pura crueldade, a população de uma cidade cercada era privada de uma de suas fontes de alimentação e construção.

Uma *provisão humanitária* é determinada aqui. As árvores produtoras de alimentos não podiam ser cortadas, nem como ato de ódio nem como ato de crueldade, e nem para prover madeira para fabricar instrumentos de guerra ou baluartes. As árvores são *fontes de vida* e devem ser respeitadas. Ademais, depois que Israel tivesse conquistado aquelas regiões, haveria de precisar daquelas árvores. Essa é uma sabedoria antiga, que nos tempos modernos continua sendo negligenciada por muitos, por causa da ganância e maldade dos homens. A guerra devia ser desfechada contra os homens, e não contra as árvores, o que é uma ironia, sem dúvida alguma.

"A destruição de árvores em torno de Jerusalém foi uma característica notável da guerra contra os romanos" (Ellicott, *in loc.*). No território pertencente a Israel havia muitas flores antigas, que hoje em dia desapareceram inteiramente, ficando a terra desnuda. Práticas dessa ordem exibem desrespeito para com a criação divina.

Tipologia. As árvores da retidão, das qualidades morais e espirituais, não devem ser destruídas. Essa é a plantação cultivada pelo Senhor, e deve ser respeitada. Ver Mat. 3.10; 15.13 e Isa. 60.13.

"É uma crueldade diabólica adicionar, às misérias da guerra, os horrores da fome. Mas é o que acontece onde as árvores do campo são derrubadas, os diques são quebrados para alagar a terra, as vilas são incendiadas e as colheitas são estragadas de propósito. Quão execrável é a guerra! Esse é o elemento subversivo de todas as caridades da vida" (Adam Clark, *in loc.*).

Capítulo Vinte e Um

Regulamentos Gerais (21.1—26.19)

Expiação por Homicídios Não-solucionados (21.1-9)

Em Israel, como é lógico, nem todos os homicidas eram apanhados e executados, tal como acontece nas sociedades modernas. A lei mosaica mostrava-se muito sensível diante do perigo de a terra ser poluída por meio de sangue inocen-

te. Por isso mesmo, foi instituído um ritual de purificação, para impedir a poluição da terra, visto que uma vez poluída, a terra ficava sujeita à maldição de Yahweh. Ver Deu. 19.10,13 quanto ao poder poluidor do sangue inocente, que ameaçava o bem-estar até da nação inteira. Fazia parte da responsabilidade da comunidade impedir o desprazer de Yahweh e buscar fazer expiação por todos os crimes cometidos, mesmo que o assassino nunca chegasse a ser apanhado. Mas a justiça divina haveria de apanhá-lo, mais cedo ou mais tarde, pois Yahweh sabia tudo sobre a questão e não permitiria que terminasse sem o reparo apropriado. Ver no *Dicionário* o verbete *Reparação (Restituição).* Yahweh cuidaria da reparação. O homem deveria cuidar da expiação.

Na Inglaterra, no século XIX, eram passadas multas aos distritos onde tivessem ocorrido homicídios não-resolvidos, a fim de que os oficiais locais envidassem todos os esforços possíveis no solucionamento dos crimes.

Nos casos de "crimes secretos", uma só testemunha ocular era suficiente para levar às barras dos tribunais o culpado.

21.1

Se achar alguém morto. Uma pessoa assaltada era achada morta no campo. Talvez alguma discussão tivesse acontecido, e o resultado fora um assassinato. Ou então talvez houvesse uma antiga desavença, e o assassino tivesse planejado e executado o seu plano, no momento apropriado. Este versículo fala em um "campo", onde a vítima fora encontrada. Mas isso é apenas um exemplo. Mas como é claro, também seria possível que um cadáver fosse encontrado a flutuar à superfície de um lago, pendurado em uma árvore etc. Mas as regras a serem obedecidas eram sempre as mesmas. O que não mudava era que o homem tinha sido assassinado; ninguém tinha visto o ato; nenhuma investigação tinha descoberto o culpado. Portanto, o homicídio não fora resolvido; a terra estava poluída com sangue inocente, e agora precisava ser purificada. Ver a introdução a este capítulo, que fornece informações gerais a respeito de questões dessa natureza.

21.2

Medirão a distância até às cidades. Os oficiais locais, anciãos e juízes, incluindo os sacerdotes e os governantes seculares, seriam chamados ao local do crime. O primeiro dever deles seria determinar qual cidade ficava mais próxima do local do crime. *Naquele lugar,* pois, seria efetuada a expiação apropriada. Alguns intérpretes judeus pensavam que esses anciãos e juízes viriam do Grande Sinédrio, em Jerusalém, que investigariam, antes de todos, a questão, e então entregariam o caso aos cuidados das autoridades locais (ver o versículo seguinte). A Mishna (*Sotah,* cap. 9, sec. 2) diz-nos que três representantes do Grande Sinédrio eram enviados para fazer investigações. E outros supõem que os oficiais em pauta fossem aqueles da cidade mais próxima do local do crime, mas que então, se se descobrisse que havia alguma cidade ainda mais próxima, o processo era transferido para esta última (conforme pensava Aben Ezra). Talvez, *ambos* os tipos de investigação acabassem ocorrendo. Todavia, as cidades que ficavam distantes de Jerusalém cuidavam sozinhas dos casos, pois seria impraticável enviar pessoal de Jerusalém, por causa das grandes distâncias envolvidas. Os trechos de Deuteronômio 17.18 e 21.5 falam dos atos do santuário central, o que, provavelmente, incluía o dever da passagem presente, pelo menos nos casos onde isso fosse possível.

21.3

Tomarão uma novilha da manada. Esse animal nunca deveria ter sido sujeitado a jugo. Ele seria morto, pois o homem também fora morto, pelo que o abate do animal identificaria os dois, um com o outro. O sangue da novilha era derramado, e, mediante uma espécie de ato vicário, a terra era purificada do sangue inocente da vítima assassinada, que estava poluindo a terra. Todo homem presente declararia a sua inocência quanto ao assassinato que tinha sido cometido. Yahweh cuidaria então do assassino, para que ele não escapasse incólume. Mas o ritual declararia inocência diante de Yahweh, rogando-Lhe assim que não julgasse a terra por causa do sangue inocente que fora violentamente derramado. Nenhum crime é uma questão individual. Polui a comunidade inteira, pelo que toda a comunidade deveria cuidar da questão.

A quebra do pescoço da novilha simbolizava o fato de que o crime merecia a pena capital; mas era a novilha que sofria por isso. Assim sendo, era feita a justiça, pelo menos até onde era possível ao homem manipular a questão. O resto era deixado aos cuidados de Yahweh, o qual, sabedor de quem praticara o crime, providenciaria para que o culpado viesse a sofrer um acidente, apanhasse uma doença fatal etc.

21.4

A trarão a um vale. Um vale estéril, não cultivado, era o lugar apropriado para a novilha ser abatida. A novilha não se tinha multiplicado; o vale era infrutífero; o assassino não havia permitido que sua vítima vivesse uma vida frutífera: tudo era estéril. Talvez seja esse o simbolismo envolvido. E o vale simbolizava como uma terra poderia tornar-se estéril se os habitantes de uma região não se resguardassem devidamente contra o crime, deixando que a terra ficasse poluída.

Tipologia. Jesus Cristo veio ao mundo estéril a fim de que este produzisse fruto, o que não poderia ter acontecido de outra maneira. A novilha inocente, que não tivera tido tempo para dar prosseguimento à vida, simbolizava o inocente Jesus, o qual, mediante a Sua morte na cruz, purificou a terra de sua culpa.

21.5

Os sacerdotes, filhos de Levi. Os levitas (ver a respeito no *Dicionário*) convocados por Yahweh oficiariam todas essas cerimônias sagradas. A bênção seria derramada sobre o povo por meio deles, e Israel continuaria sendo abençoado, pois a culpa pelo sangue teria sido obliterada pelo ritual. Eles tinham o poder, conferido divinamente, para resolver disputas, controvérsias e situações complicadas. E dentro de seus deveres estava a questão de solucionar o problema da poluição da terra. Isso havia resultado de controvérsias, golpes e ferimentos, após o que o assassino tinha conseguido fugir, sem ser identificado. Mas Yahweh cuidaria disso.

"Esse ritual, até certo ponto, é similar àquele retratado em Números 19.2-10 (cf. também Lev. 14.4-7). Nesse caso, o animal sacrificado tomara o lugar do criminoso (ver Lev. 1.4). Os sacerdotes, filhos de Levi, ou seja, os sacerdotes levitas do santuário central, e não os levitas que residissem na cidade (ver Deu. 18.1), oficiariam" (*Oxford Annotated Bible,* comentando sobre os versículos 4 e 5 deste capítulo). Ver também Deu. 17.8-11.

21.6

Os anciãos desta cidade. Ou seja, aqueles que viviam na cidade mais próxima do local do crime. Esses lavariam suas mãos por sobre a novilha, depois que ela tivesse sido decapitada. E isso simbolizava a inocência, tanto deles quanto de toda a terra, livrando-a assim da culpa pelo sangue. Ver Sal. 26.6 e Mat. 27.24. Algumas fontes informativas judaicas fornecem-nos uma descrição da cena do ritual, o qual ocorria perto de uma corrente de água. A água usada para a lavagem continuava seu curso, e o sangue do sacrifício era levado para longe. Alguns intérpretes cristãos vêem aqui um símbolo do sangue de Cristo, o qual purifica a terra. Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Sangue, Expiação e Expiação pelo Sangue. E na Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia,* ver o verbete intitulado *Expiação pelo Sangue de Cristo.*

21.7

As nossas mãos não derramaram este sangue. Aqueles que tivessem efetuado o rito determinado não haviam derramado sangue inocente. Por conseguinte, estavam inocentes em todos os aspectos. Eles não estavam protegendo o assassino desconhecido. E assim, a nação toda estava inocentada por Deus, excetuando, como é claro, o assassino que tinha escapado à detenção. E agora, Yahweh teria de fazer justiça diretamente com o culpado. O ritual confirmava a inocência do povo através das palavras ditas pelos anciãos da cidade, e a terra ficava livre da culpa pelo sangue. O ato de sacrifício da novilha, acompanhado pelas palavras dos anciãos, efetuava a expiação. E Yahweh não retaliaria contra Israel por causa da culpa pelo sangue inocente. Os anciãos incorporavam em si mesmos, simbolicamente, todo o povo de Israel. E todos eram assim beneficiados.

21.8

Sê propício ao teu povo Israel. Os anciãos precisavam clamar a Deus, pedindo *misericórdia,* pois, se a terra ficasse poluída pela culpa pelo sangue inocente, certamente Yahweh haveria de descarregar um juízo severo contra toda a nação. Ver o trecho de Deuteronômio 19.10,13 quanto ao poder poluidor de sangue inocente derramado, capaz de ameaçar de juízo divino a nação de Israel inteira. Logo, fazia parte das responsabilidades da comunidade e dos sacerdotes impedir que Yahweh descarregasse Sua justa ira contra o povo. A expiação tinha de ser feita com esse propósito.

Os Targuns de Onkelos e Jonathan deduzem que essas palavras fossem proferidas pelos sacerdotes. Mas outros intérpretes preferiram supor que fossem ditas pelos anciãos da cidade mais próxima. Nossa versão portuguesa opta por esta segunda posição. Fosse como fosse, o fato é que orações intensas eram feitas, implorando pela misericórdia divina. Um ponto interessante é que fontes informativas judaicas deixam claro que, se o assassino, até então não-identificado, chegasse a ser descoberto depois daqueles ritos, ainda assim seria executado (ver Mishna *Hilchot Rotzeach,* cap. 9, sec. 7).

21.9

Assim eliminarás a culpa pelo sangue inocente. Este versículo é um *sumário.* Agindo assim, o povo de Israel "eliminaria" toda culpa pelo sangue de seu território, e Yahweh não imporia juízo, apesar do fato de que o assassino tinha conseguido escapar, pelo menos até onde os homens pudessem fazer alguma coisa. Yahweh cuidaria do resto, impondo uma justiça privada contra o culpado, contanto que os filhos de Israel cumprissem os ritos determinados. Alguns estudiosos criticam o rito, como se ele envolvesse artes mágicas. É verdade que todos os ritos podem ser assim empregados, mas parece que os israelitas agiam por puro espírito de obediência, como uma purificação *simbólica.* Yahweh é apresentado como quem respeita *símbolos,* quando os homens nada tem de mais sólido para Lhe oferecer.

Tratamento a Mulheres Cativas (21.10-14)

Uma *guerra santa* produzia grande número de mulheres viúvas, pois seus maridos teriam morrido em batalha. Isso era o caso especial em guerras efetuadas contra cidades que ficavam *fora* das fronteiras da Palestina. Ver Deu. 20.10-18 e, particularmente, os vss. 10-15 desse capítulo, que abordam tais lugares. A ordem baixada por Yahweh era a de que todos os homens da cidade conquistada fossem mortos, mas os filhos de Israel poderiam ficar com as mulheres, as crianças, os animais domésticos e todas as riquezas materiais (vs. 14). Mas as cidades que ficavam dentro das fronteiras da Palestina simplesmente tinham todos os seus habitantes mortos, em uma terrível obliteração (vs. 16). E assim, se enquanto as árvores eram poupadas, as pessoas não o eram (vss. 19,20). A seção à nossa frente regulamentava a questão das mulheres capturadas em batalha. Como é óbvio, elas seriam incorporadas à vida sexual e aos casamentos da comunidade israelita, tornando-se pessoas que seguiam a fé dos hebreus, tal como sucederia a seus filhos. Era mister que houvesse regras divinas para guiar o procedimento a ser seguido quanto a tais questões.

21.10

Quando saíres à peleja. Yahweh tinha ordenado a guerra santa, e Ele mesmo tinha conferido a vitória. *Prisioneiros de guerra* eram feitos. Mas esses prisioneiros compor-se-iam somente de mulheres e crianças. Israel não podia tomar homens cativos, nem mesmo com o propósito de reduzi-los à servidão, o que era uma prática comum no mundo antigo.

21.11

Uma mulher formosa. Os homens de Israel estavam proibidos de casar-se com mulheres cananéias, ou de qualquer das sete nações que haviam ocupado a Palestina antes deles (ver Deu. 20.16-18). Dessa maneira, pois, impedia-se a adoção de costumes pagãos, incluindo a prática da idolatria. Mas mulheres de outras nações, como moabitas, sírias e edomitas, eram aceitáveis para efeito de matrimónio, contanto que fossem incorporadas à comunidade hebréia e adotassem a fé em Yahweh. Ver Deu. 7.1,3,4, quanto a outras proibições contra os filhos de Israel casarem-se com mulheres nativas da Palestina. Naturalmente, havia inúmeras exceções, pois Israel nunca obedecia a essas regras de forma muito obediente.

Mulheres Bonitas. Entre as pessoas cativas de guerra, haveria pelo menos algumas mulheres bonitas. Visto que a poligamia era a regra vigente, tanto homens solteiros quanto casados estariam cobiçando tais mulheres. O homem que quisesse ficar com uma mulher teria de contrair *matrimônio* com ela. Não eram permitidas a violação e a promiscuidade, embora, novamente, houvesse muitas exceções. O povo de Israel não obedecia rigidamente às suas próprias regras de conduta.

21.12,13

Preparação para o Casamento:

1. A mulher cativa, desejada como esposa, era escolhida, e, sem dúvida, havia barganhas entre os homens, bem como disputa, pelas realmente belas. O texto não nos mostra como essas disputas eram resolvidas. Fosse como fosse, um homem escolhia e adquiria uma mulher.
2. A mulher tinha sua cabeça *rapada,* e suas unhas eram *aparadas.* Isso simbolizava "a perda da antiga vida e identificação". Para a mulher, isso representava uma "humilhação", pois os cabelos longos eram muito prezados no Oriente Próximo e Médio. Tais coisas também serviam de preparações psicológicas para a *nova identidade.* Alguns intérpretes falam em *estragar a beleza* da mulher. Sua beleza antiga havia terminado; e agora haveria de adquirir uma nova beleza, pertencente exclusivamente a seu marido. Sua nova identidade incluía instruções quanto ao yahwismo, abandono da idolatria e adoção da legislação e dos ritos mosaicos.
3. As *vestes antigas* da mulher eram jogadas fora, talvez até queimadas, o que servia como outro símbolo de que ela estava abandonando sua vida antiga. Então ela recebia roupas novas, símbolo da nova vida que ela estava adotando. Muitos intérpretes judeus supõem que muitas mulheres vestiam-se com seus melhores trajes, a fim de atrair a atenção de seus captores, para que assim tivessem melhores chances, embora seus maridos tivessem sido mortos em batalha.
4. A mulher ficava *encerrada* na casa de seu futuro marido. Um casamento estava prestes a ocorrer, e assim não deveria ficar vagueando e tentando seduzir outros homens. Outrossim, podemos imaginar que ela também estava sendo *protegida.* Nem todo homem lá fora estaria interessado em casamento. Sem dúvida havia muitos estupros secretos de mulheres cativas. Alguns escritores antigos chegaram a falar do direito que tinha um soldado a uma mulher estrangeira, por *uma vez,* sem que isso arcasse com nenhuma responsabilidade. (Assim lemos em *Hilchot Melachim,* cap. 8, sec. 2.)
5. A permanência da mulher, na casa de seu futuro marido, perdurava por um mês. Esse era um período de *preparação* para o casamento, conforme ficou sugerido nos pontos anteriores, embora também fosse um período de *luto* quanto aos entes amados que ela tivesse perdido na guerra. Presumivelmente, esse seria tempo suficiente para ela esquecer-se do passado. Um mês era o tempo usual para que se lamentasse os mortos (Núm. 20.29 e Deu. 34.8).

Se todas essas condições fossem preenchidas, o homem então poderia casar-se com a mulher cativa. Porém, se o homem mudasse de idéia durante esse período, não estava obrigado a prosseguir até a cerimônia do casamento. E mesmo que tivesse chegado a casar-se com a mulher, não tinha obrigação de continuar casado com ela, sem importar as razões que pudesse ter para deixá-la (vs. 14).

21.14

E, se não te agradares dela. Este versículo dá a entender que o casamento tinha ocorrido, mas, após algum tempo (que não foi determinado), o homem poderia dissolver a união. Ele não tinha nenhuma obrigação de continuar casado com a mulher, nem havia condições para ele desfazer o laço. O homem simplesmente tinha mudado de idéia. Porém, se chegasse a dissolver o casamento, não poderia vendê-la como escrava para outro homem. Portanto, temos aqui um jogo de leis relativamente humanas, pelo menos superior às práticas pagãs, no tocante ao casamento com mulheres cativas. Alguns estudiosos pensam que a mudança de idéia do homem deveria ter ocorrido "antes" da consumação do matrimônio. É possível que isso reflita a verdade do caso, mas a outra idéia parece mais correta, pelo que desfruta do apoio da maioria dos comentadores judeus. Uma vez dissolvido o casamento, a mulher estava livre, e podia continuar a sua vida, talvez até casando-se de novo, se assim preferisse fazer.

Leis sobre a Poligamia e as Heranças (21.15-17)

Maomé permitiu que seus adeptos tivessem até cinco mulheres, mas exigiu que fossem tratadas com igualdade. Alguém já observou que isso, na realidade, é uma lei em favor da monogamia, visto que é impossível alguém cumprir essa condição de igualdade de tratamento. A breve seção que passamos a comentar pressupõe que a poligamia resultasse em um tratamento diferenciado dado às esposas, pois uma seria amada e as demais desprezadas. E os filhos nascidos das mulheres mais favorecidas também tenderiam por receber um tratamento diferenciado. As regras que se seguem, pois, visavam a impedir esse *tipo* de discriminação. As regras como que diziam, na realidade: "Trata tuas mulheres de modo diferente, se assim quiseres; mas trata teus filhos sob condições iguais, obedecendo às leis regulares das heranças". Assim, o tratamento conferido às mulheres era diferenciado; mas os filhos eram todos tratados da mesma maneira, obedecendo às leis regulares relativas às heranças. Um filho primogênito continuaria sendo o filho primogênito, recebendo dupla porção da herança, mesmo que não fosse filho da esposa favorita.

21.15

Uma a quem ama, e outra a quem aborrece. O ideal original, quanto ao casamento, era o da monogamia. Mas a poligamia acabou sendo a prática generalizada. Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Monogamia e Poligamia.* A poligamia, contudo, apesar de suas desvantagens, contava com normas que buscavam proteger os direitos das mulheres. Assim, uma segunda mulher seria melhor do que uma mulher só, reduzida a um objeto de prazer sexual, sem o envolvimento nem de responsabilidades nem de direitos. Todas as sociedades, na prática, são polígamas, mas sem os direitos conferidos pela instituição do casamento monogâmico. Assim sendo, embora Jesus tenha mostrado o *ideal* (ver Mat. 19.4,5), a sociedade judaica há muito se tinha tornado polígâmica. Essa condição, como é lógico, produz os seus próprios problemas, e sempre haverá, de acordo com esse sistema, alguma primeira, segunda ou terceira esposa que é negligenciada e serve de alvo de abusos. A natureza humana corrompe tudo.

Este versículo fala sobre uma esposa amada, e outra, desprezada. As pessoas e as circunstâncias mudam. Uma esposa querida pode vir a tornar-se um

entrave e um objeto desprezado. Além disso, um indivíduo pode casar-se com uma pessoa que, realmente, não lhe seja compatível. Não é para admirar que, dentro do casamento polígâmico, haja tantas diferenças de tratamento conferido às esposas. Brigham Young, um grande pioneiro americano, líder dos mórmons, tinha nada menos que trinta e duas esposas, de acordo com a contagem de alguns estudiosos, ou dezenove, de acordo com outros cálculos. A maioria delas ficava em uma espécie de edifício longo, com muitos quartos (dormitórios), que era chamado e continua sendo conhecido como "a casa das abelhas". Até hoje essa construção pode ser vista no centro de Salt Lake City, no estado americano de Utah. No entanto, ele tinha uma esposa favorita, que vivia em uma casa separada, em um lugar diferente da cidade. E somos informados de que ele passava em companhia dela a maior parte do tempo.

Poderia facilmente acontecer, conforme vemos neste versículo, que o filho primogênito de um homem tivesse nascido de uma esposa desprezada ou negligenciada. E isso criava um problema de herança. O texto que ora comentamos requer uma adesão estrita às leis da primogenitura. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Primogênito*.

21.16,17

No dia em que fizer herdar a seus filhos. Provavelmente era *doloroso* um homem ter de dar uma herança *menor* a um filho da esposa "amada". Podemos supor que esse filho fosse também o favorito. Além disso, um filho da mulher que era aborrecida por seu marido teria menos prestígio, se é que também não fosse aborrecido, como o era a sua mãe. Mas a lei da primogenitura determinava que a um filho primogênito fosse dada *dupla* porção da herança. Todavia, a lei como que preceituava: "Que o pai sofra a sua dor. O que ele não pode fazer é desviar-se das normas baixadas pela legislação mosaica". A lei protegia os direitos de um filho primogénito, e não permitia que sentimentos e complicações matrimoniais interviessem, alterando ou diminuindo esses direitos. Quanto à dupla porção determinada para um filho primogénito, ver o primeiro dos dois pontos do artigo referido. É verdade que o direito de primogenitura podia ser transferido (ver Gên. 21.1-21; 25.31,32). Mas este texto não aborda esse aspecto da questão, nem provê espaço para tanto. Disse Jacó a José: "Dou-te de mais que a teus irmãos um declive montanhoso, o qual tomei da mão dos amorreus com a minha espada e com o meu arco" (Gên. 48.22). Cf. II Reis 2.9.

Cumpre-nos lembrar que deveres mais pesados recaíam sobre um filho primogênito. Ademais, ele era o primeiro produto do vigor físico de um homem, pelo que, pelo menos simbolicamente, estava acima de outros filhos. Textos como a Mishna *Bava Bathra*, cap. 8, sec. 5, exibem uma adesão radical à lei da dupla porção que era direito dos filhos primogênitos.

Tipologia. Jesus, o Cristo, é o Filho primogênito do Pai, o primeiro em uma longa linha de filhos amados. Ver a terceira seção do artigo do *Dicionário*, intitulado *Primogênito*, quanto a esse tipo simbólico.

"Na antiguidade acreditava-se que os direitos de um filho primogénito eram inalienáveis (ver Gên. 25.29-34). Essa lei situava esse direito acima de qualquer preferência ou rivalidade no seio da família" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre o versículo 16 deste capítulo).

Um Filho Desobediente e Rebelde (21.18-23)

Os *estudos no campo da genética* têm demonstrado que, quando um filho se torna um homem de bem, seus pais deveriam receber *menos* crédito por isso do que geralmente recebem. E, quando um filho se torna um homem errado, seus pais deveriam ser considerados menos culpados do que geralmente sucede. Grandes são as questões envolvidas nisso de genética racial e familiar, que nem sempre o treinamento familiar, por melhor que seja, consegue alterar. Um indivíduo traz consigo uma tremenda bagagem, que é a herança da raça, e não meramente de seus pais. Essa herança inclui até mesmo atitudes morais; e, se essas atitudes forem perversas, todo o treinamento dado pelos pais pode não surtir grande efeito contrário. Naturalmente, há de ser levado em conta o poder de Deus, mas também há o fator do livre-arbítrio humano, que Deus permite que opere, a fim de que o desenvolvimento espiritual seja algo *genuíno*, e não somente uma *imposição* robotizada.

Os estudos sobre a criminalidade têm mostrado, mui *definidamente*, que existe aquilo que tem sido chamado de *mente criminosa*. É *provável também* que estejam envolvidos defeitos genéticos em tudo isso. Aqueles que acreditam em reencarnação supõem que uma genética defeituosa possa ser *criação* de vidas passadas. Mas sem importar esse conceito, o fato é que uma pessoa chega a este mundo com suas qualidades essenciais, boas e más. O desenvolvimento espiritual pode transformar e aprimorar; mas o mais comum é que a *antiga bagagem genética* acabe predominando na vida. Assim sendo, apesar de ser sempre consternador para um homem bom ter um filho mau, ao qual procura treinar quanto aos caminhos espirituais, o homem bom deveria relembrar que seu filho é também produto do gênero humano, e que o gênero humano está caído no pecado. Existem muitos defeitos espirituais na raça humana que, com freqüência, acabam neutralizando todo e qualquer treinamento recebido no lar. Gêmeos separados por ocasião do nascimento e criados por famílias diferentes, e em diferentes áreas geográficas, a despeito de tudo isso, acabam vivendo vidas notadamente semelhantes. Eles chegam mesmo a comprar automóveis da mesma cor, a casar-se com cônjuges do mesmo nome, e seus filhos recebem *nomes idênticos*. Há *mistérios* envolvidos nesses casos, e dispomos de evidências para crermos que qualquer pessoa (mesmo que não tenha nascido como um gêmeo) está envolvida no mesmo tipo de "programação", com base na genética, na memória racial etc.

Israel era governado por leis estritas e até mesmo brutais que governavam a conduta dos filhos. Mas devemos lembrar que a comunidade e a unidade da nação também estavam envolvidas, e que havia aquela toda-poderosa obsessão com a "lei", a base mesma da unidade nacional. Um filho rebelde, portanto, representava uma ameaça a essa unidade, e essa ameaça precisava ser removida antes que tal filho semeasse a desarmonia entre outras pessoas.

21.18

Um filho contumaz e rebelde. Um *filho rebelde* não ouve nem obedece. A autoridade paterna é como nada para ele, e as palavras gentis de sua mãe caem em ouvidos surdos. Ele se mostra rebelde, duro e teimoso. Coisa alguma é capaz de mudar-lhe o rumo. Também inclina-se por cumprir desejos perversos, e planeja cometer desordens. Tal jovem já nasceu com uma espécie de mente criminosa. As pessoas assim são diferentes mesmo quando ainda bem pequenas. Suas diferenças não são produzidas pelo meio ambiente, nem por maus exemplos ou por um treinamento errado. Elas são simplesmente malfazejas, desde o começo, continuamente inclinadas para o mal. Nós, da Igreja, com freqüência nos temos esquecido dessa possibilidade; e assim, quando um filho começa a praticar o que é errado, costumamos dizer: "Oh, se ao menos eu tivesse feito de modo diferente isto ou aquilo!". Mas embora nessas observações haja o reflexo de alguma verdade, na maior parte das vezes, a despeito do que fizemos ou poderíamos ter feito, o jovem ou a jovem simplesmente é mesmo ruim. A mente criminosa chega mesmo a encontrar satisfação se for apanhada em flagrante. Isso provê a oportunidade de aplicar sua esperteza e astúcia, a fim de mitigar ou mesmo eliminar algum castigo sério. Para um jovem assim tendente para o mal, o crime pode ser divertido e excitante, tornando-se uma *maneira interessante* de viver.

Um dos piores criminosos de toda a história do crime, nos Estados Unidos da América, era filho de um piedoso ancião dos Irmãos de Plymouth. Ele matava e mutilava as suas vítimas, e sua consciência parecia inteiramente apagada. E, no entanto, fora criado em um lar evangélico muito ordeiro, e todas as semanas freqüentava os cultos, várias vezes por semana. Tenho ficado boquiaberto ao observar, em meus próprios dias, quantos filhos de pastores evangélicos têm terminado seus dias na prisão, por causa de crimes sérios.

21.19

Pegarão nele seu pai e sua mãe. O jovem tornara-se *culpado* de extrema violação do quinto mandamento: "Honra a teu pai e a tua mãe" (Êxo. 20.12). E isso apesar de todas as advertências e tentativas de disciplina. De acordo com os ditames da legislação mosaica, agora só havia um curso de ação possível para os pais do jovem: execução oficial por apedrejamento.

"No livro do Pacto, um filho que ferisse ou amaldiçoasse a seus pais era condenado a receber a pena de morte (ver Êxo. 21.15,17; Lev. 20.9). E, de acordo com a antiga lista de maldições, citada no capítulo 27 do Deuteronômio, um filho que ameaçasse pai ou mãe, de maneira frívola, era maldito (Deu. 27.16). Na passagem à nossa frente, um filho completamente empedernido e inútil tinha de ser executado. Isso não era feito pelos próprios pais do jovem, mas pela comunidade, após uma decisão judicial tomada pelos anciãos da cidade. Dessa forma, a comunidade expurgava-se de uma chaga que era uma fonte de maldade" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

À sua porta. Onde eram efetuados os julgamentos formais, de forma pública, para que houvesse um exemplo que fizesse outros filhos temer. Cf. Deu. 22.15; Jos. 20.4; Jó 29.7. A lei era administrada naquele lugar conspícuo da cidade.

21.20

Este nosso filho é rebelde e contumaz. As primeiras *testemunhas* contra o jovem rebelde eram os seus próprios pais. Provavelmente havia outras testemunhas, porquanto nenhuma execução poderia ocorrer sem que houvesse uma investigação completa. Cf. Deu. 19.15. Tudo tinha de ser confirmado por, pelo menos, duas testemunhas. *Investigações* precisavam acompanhar qualquer caso que pudesse resultar em punição capital (19.18). Ver também Deu. 17.4 e 9. A passagem de Deu. 13.12-14 enfatiza as mesmas coisas. Não se permitia testemunho por *ter ouvido dizer*, em qualquer dos tribunais de Israel. O trecho de Deu. 19.17 alude ao fato de que tudo era feito "perante o Senhor". Yahweh é quem

havia estabelecido a ordem a ser seguida pelos tribunais de Israel. Se um homem tivesse de atuar como um ancião ou juiz, então tinha de agir como representante do Senhor.

A conduta do jovem mostrava ser *condenável* quanto a vários aspectos. Ele era desobediente; ria-se das instruções dadas por seus pais; vivia entre festas e era viciado no alcoolismo; não trabalhava; e em tudo mostrava ser um sujeito indigno, uma desgraça para a sociedade. Cf. Pro. 23.20. A Mishna *Sanhedrin*, cap. 8, sec. 3, amplia os crimes de um filho assim, e mostra que ele se deixara envolver em crimes públicos como o furto, a invasão de residências etc.

21.21

O apedrejarão, até que morra. Uma vez que o julgamento desvendara a culpa do jovem, o passo seguinte consistia na execução capital por apedrejamento. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Apedrejamento*. O apedrejamento era feito por "todos os homens", ou seja, por um grupo representativo bastante numeroso. Era uma coisa terrível, nunca mencionada como algo que realmente aconteceu em Israel, pelo menos durante os tempos do Antigo Testamento. Assim sendo, presume-se que aquilo que é descrito neste texto não fosse um acontecimento corriqueiro.

O *Targum de Jonathan* informa-nos que um filho, ao enfrentar tão drástica punição, tinha a oportunidade de arrepender-se, recebendo assim uma segunda chance. Caso aceitasse o oferecimento, não seria executado, mas apenas receberia algumas chibatadas. Mas mesmo assim somente se seus pais falassem em seu favor, no momento mais crítico. Caso assim não fizessem os seus pais, a execução teria lugar. Rashi observou que é melhor que um homem tenha a sua vida cortada do que continuar a viver e multiplicar mais ainda os seus crimes, pelo que a execução, em tais casos, seria um favor! Talvez haja alguma terrível verdade por trás de um parecer assim.

O *temor* espalhar-se-ia por todo o território de Israel, quando o povo ouvisse que houvera a execução capital de um filho rebelde, e isso agiria como preventivo e purificação.

21.22

Assim eliminarás o mal do meio de ti. A nota de *sumário*, que constitui este versículo, generaliza a questão. Mas também havia *outras razões* pelas quais um homem podia ser executado em Israel. Um filho rebelde não era a única pessoa que merecia ser eliminada dentre os vivos. Um criminoso qualquer, uma vez morto (mediante apedrejamento, à espada, estrangulado, na fogueira — que eram métodos comuns de execução), era então pendurado em uma árvore. O *enforcamento* não era um dos métodos de execução em Israel. Ver no *Dicionário* os verbetes intitulados *Enforcamento e Crimes e Castigos*. Alguns eruditos crêem que devemos pensar aqui em crucificação, mas não é isso que está aqui em vista. Pendurar o cadáver de uma pessoa em uma árvore servia para expor seu corpo à desgraça pública, que se supunha funcionar como uma medida preventiva, capaz de diminuir a taxa de criminalidade na terra. Enforcamento autêntico só é mencionado em toda a Bíblia no livro de Ester (5.14; 6.4 etc.). Mas há aqueles que pensam que o que está aqui em pauta não é bem o enforcamento, e, sim, a *empalação*. Paulo, em Gálatas 3.13, alude a esta passagem, e refere-se à crucificação, mas a sua referência é bastante frouxa, não tendo por propósito servir de paralelo a nenhum modo de execução usado no Antigo Testamento.

Tipologia. A morte expiatória de Cristo é ensinada em Gálatas 3.13 e seu contexto, onde também há uma alusão a esta passagem de Deuteronômio. "Cristo, uma vez sob a maldição divina, foi capaz de redimir-nos da maldição da lei" (Jack S. Deere, *in loc.*). Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Expiação*.

21.23

Seu cadáver não permanecerá no madeiro durante a noite. O corpo de uma pessoa executada era pendurado em uma árvore, onde ficava exposto ao opróbrio. Mas não podia ficar ali durante a noite, até o dia seguinte. O corpo precisava ser sepultado no mesmo dia em que tivera lugar a execução, a fim de que a terra não viesse a ficar cerimonialmente *imunda*. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Limpo e Imundo*. Cf. Jos. 8.29; 10.26,27; I Sam. 31.10; II Sam. 4.12. "Ninguém peca sozinho. O que uma pessoa faz envolve outras pessoas do seu grupo, que participa da vergonha de suas más ações" (Henry H. Shires, *in loc.*). Ficar pendurado em uma árvore era reservado aos piores criminosos. A comunidade inteira entrava em desgraça por causa de tais indivíduos. Estes não eram sepultados no sepulcro da família, mas em lugares especiais, providos pelo Sinédrio. Havia um lugar para aqueles que fossem apedrejados ou mortos na fogueira; e outro para aqueles que fossem mortos à espada ou por estrangulamento (*Sanhedrin*, cap. 6, sec. 5). Pelo menos assim ditavam os costumes de uma época posterior.

Os criminosos eram pessoas *amaldiçoadas por Deus*. E isso sublinha a enormidade de seus pecados. Adam Clark, comentando (*in loc.*), expressou choque diante da enormidade de todo e qualquer pecado.

Coisa alguma é dita aqui sobre o destino da alma e sobre seu castigo após a morte biológica. Essa doutrina só veio a ser desenvolvida mais tarde, sobretudo no judaísmo do período intermediário de quatrocentos anos, entre o Antigo e o Novo Testamento; e, mais ainda, já dentro do cristianismo. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Julgamento de Deus dos Homens Perdidos*.

A *Terra Prometida* fora concedida ao povo de Israel como uma herança, ou seja, como parte integrante das provisões do *Pacto Abraâmico* (ver as notas a respeito em Gên. 15.18). Isso posto, o território de Israel era sagrado e não podia sofrer contaminação: em primeiro lugar, se um criminoso que merecesse a punição capital acabasse não sendo executado; e, em segundo lugar, se o seu corpo fosse deixado pendurado em uma árvore até a manhã do dia seguinte. Qualquer crime era uma questão que envolvia toda a comunidade, não sendo meramente uma questão individual.

Capítulo Vinte e Dois

Regras Gerais (22.1-30)

As *leis miscelâneas* continuam no capítulo à nossa frente. Estão em foco leis atinentes ao relacionamento de uma pessoa com seu próximo. Mas também há um apelo em relação à misericórdia para com os animais (vss. 6 e 7). Em seguida, aparecem várias leis sobre o princípio da separação (vss. 9-12). Leis sobre a pureza e a propriedade sexual figuram nos vss. 13-30, e com isso se encerra este capítulo. Por conseguinte, encontramos um grupo de preceitos éticos, que abordam grande variedade de assuntos, os quais estão vinculados uns aos outros mui frouxamente, sem nenhuma conexão evidente. Temos aí leis que dizem respeito à decência e às atitudes corretas, quanto aos seres humanos e quanto aos animais irracionais. Essas leis eram incomuns nas legislações do mundo antigo. A lei do amor jaz à base de considerações dessa ordem, e essa é a lei que sempre devemos aprender a observar, embora nunca a observemos como realmente deveríamos. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Amor*.

22.1

Restituí-los-ás sem falta. É recomendado aqui o *respeito* pela *propriedade alheia*. Os animais domesticados formavam uma importante parcela das riquezas e do bem-estar de um homem. Esses animais proviam alimentos e material para confecção de vestuário. Os animais que se perdessem pertenciam ao "irmão" que os tivesse perdido. Não podiam ficar com quem os achasse. O "irmão" deveria ser informado sobre a localização dos animais desgarrados. Se o proprietário não fosse conhecido pelo homem que tivesse achado os animais, este deveria cuidar deles, até que seu dono, o "irmão", viesse procurá-los. É presumível que, em tais casos, o homem que cuidasse dos animais receberia, no mínimo, alguma espécie de recompensa, que cobrisse as despesas que tivera. Essa lei concordava com a lei geral do "amor ao próximo" (ver Lev. 19.18). Ver também Mat. 7.12. Os animais desgarrados, outrossim, mesmo que não fizessem parte do acervo do homem que estivesse cuidando deles, tinham de ser "protegidos", e deveriam ser devolvidos ao legítimo proprietário.

Esse tipo de atitude e de atos deve ser contrastado com o que costuma acontecer, por exemplo, em alguma estrada brasileira, quando um caminhão carregado sofre acidente. As pessoas que vêem a ocorrência sentem-se livres para assaltar o caminhão e levar o que bem entenderem! E assim o proprietário, além de perder o caminhão, também perde a mercadoria.

O versículo que ora comentamos ensina uma atitude básica, e não meramente um ato isolado. Um homem deve interessar-se pelo que contribui para o bem-estar de seus semelhantes; e então *agir* de uma forma que garanta isso. Não deve desviar os olhos para outro lado, deixando que os animais do próximo se extraviem e provoquem prejuízo ao proprietário.

Cf. Êxo. 23.45, onde achamos algo similar. Mas o texto presente adiciona uma motivação interior de amor, como aquilo que leva um homem a agir de modo correto.

O original hebraico parece dar a entender que o extravio foi causado pelo ato violento de algum animal. Nesse caso, quem achasse os animais alheios precisava protegê-los de algum possível ataque. O termo aqui traduzido por "extraviado" pode ser traduzido por "afugentado".

22.2

Se teu irmão não for teu vizinho. Se o animal pertencesse a um homem desconhecido para quem o achasse perdido, então, por ter misericórdia do animal e em espírito de amor ao próximo, deveria cuidar do animal e fazer investigação para poder devolvê-lo ao legítimo proprietário. Ver Isaías 58.7. Um "irmão" era um concidadão de Israel. Esse tratamento reflete um avanço na

teologia de Israel. Nas páginas do Novo Testamento, um irmão é um ser humano qualquer, além de ser outro crente, pois todos foram criados por Deus, e, em Jesus Cristo, todos podem ser regenerados, quando então a fraternidade assume um sentido espiritual. Ver Levítico 19.18, que diz: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo". Cf. Mat. 7.12.

Os Targuns exortavam um homem a cuidar bem de animais extraviados. Se seu proprietário não fosse localizado, nem pudesse achar seus animais, então estes se tornavam propriedade de quem os tivesse achado (Pagninus, Montanus). Se o animal costumava fugir, então o amor requeria que fosse devolvido por cem vezes se necessário (Maimônides, *Mishna Sanhedrin*, cap. 6, sec. 4).

22.3

Assim também farás. A *mesma regra* que se aplicava a um touro extraviado (versículo anterior) aplicava-se a qualquer outro animal domesticado ou a qualquer tipo de propriedade que alguém perdesse, incluindo vestes, dinheiro etc. Esta passagem ensina-nos que somos guardiães de nosso próximo. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Amor*. Estes versículos ensinam que nos devemos sentir "*envolvidos*" nas necessidades alheias, mormente quando o próximo tiver sofrido algum tipo de prejuízo. Cf. Tiago 2.15,16 e I João 3.17, que ensinam a "envolvernos". Cf. o envolvimento do bom samaritano (Luc. 10.31,32), que ilustra este texto.

"Uma gentileza calorosa e interessada pelo próximo é o fruto da verdadeira religião, sendo algo básico ao caráter cristão. Felicidade e egoísmo não conseguem deitar-se juntos no mesmo leito. Somente aquele que perde a própria vida os encontra" (Henry H. Shires, *in loc.*). As muitas ramificações da lei do amor aparecem no capítulo 13 de I Coríntios, e essa é a "*constituição*" do aspecto da fé cristã.

22.4

Sem falta o ajudarás a levantá-lo. *Outra manifestação* de amor fraternal consistia em ajudar um homem quando um seu animal sofresse qualquer tipo de acidente. "O texto requer uma ajuda ativa e franca, ao mesmo tempo que proíbe a inatividade. Portanto, para cumprir esse dever requer-se mais que a lei" (G. Ernest Wright, *in loc.*). Da mesma maneira que um jumento podia cair sob o peso de uma carga, e que um "irmão" tinha de ajudar nessa situação, assim também pode acontecer a qualquer *homem* que caia sob qualquer carga, quando então precisa ser ajudado por um seu "irmão". Ver o trecho de Êxodo 23.4,5 quanto a uma situação similar, com a diferença de que ali é recomendado amor até mesmo a um inimigo. Esse texto coloca-nos dentro do contexto do Novo Testamento, pois lemos ali Cristo dizer: "Amai os vossos inimigos..." (Mat. 5.44). Jesus ensinou que devemos amar os nossos inimigos, e, no entanto, quase nem podemos tolerar nossos vizinhos. Isso demonstra apenas que somos infantes quanto à espiritualidade, visto que o amor é a própria comprovação do novo nascimento e da espiritualidade (ver I João 4.7 ss.).

Contra o Travestismo (22.5)

22.5

Quando eu era jovem, este versículo era muito discutido nas igrejas evangélicas. Os radicais (entre os quais me punha) desprezavam o uso de qualquer item do vestuário que sugerisse que um homem ou uma mulher estavam vestindo algo próprio do sexo oposto. Jack S. Deere (*in loc.*) exibe o espírito de nossos sentimentos ao dizer: "A adoção de vestes próprias do sexo oposto era proibida porque obscurecia a distinção dos sexos, e assim violava um aspecto essencial da ordem criada da vida (Gên. 1.27)". Talvez, nos dias do Antigo Testamento, a prática do travestismo estivesse associada ao homossexualismo, conforme acontece hoje em dia, em alguns *poucos casos*. Aqueles que se opunham a nós (quando eu era jovem), os radicais, ressaltavam que, em muitas ocasiões, uma mulher mostra-se mais modesta em seus trajes se estiver usando calças compridas do que quando está usando um vestido. Além disso, destacavam que calças femininas são talhadas para o corpo feminino, pelo que não são roupas masculinas. Porém, eu nunca fiquei impressionado diante de tais argumentos. Atualmente, a questão simplesmente morreu, e *talvez* meu antigo radicalismo fosse apenas uma manifestação de legalismo de minha parte.

Nossos oponentes também salientavam que este versículo de Deuteronômio acha-se no Antigo Testamento, e não estamos mais sob as leis mosaicas. Esse argumento para mim parecia ter bastante peso. Mesmo assim, até hoje prefiro que as mulheres crentes usem vestidos; mas tenho de admitir que um vestido é mais sexualmente apelativo do que calças compridas, pelo que, se uma mulher quiser parecer menos atrativa, sexualmente falando, que ela passe a usar calças compridas. Não será isso um ponto em favor do uso de calças compridas por parte das mulheres? Além disso, consideremos que uma mulher com seus longos cabelos soltos, que use um vestido longo e bem talhado, fica muito mais atrativa, sexualmente, e assim será mais cobiçada do que uma mulher que use cabelos curtos e calças compridas. Assim, se você quiser *reduzir a concupiscência*, recomende que as mulheres cortem curto os cabelos e usem calças compridas. Mas é isso o que elas andam fazendo, afinal. O que posso afirmar é que o fato de as mulheres usarem cabelos curtos e vestirem calças compridas pode aliviar muitas tensões.

John Gill (*in loc.*) ilustrou este texto mostrando-nos como os deuses e as deusas pagãos, bem como os povos gentílicos, estavam envolvidos em travestismo. Onkelos costumava proibir, mediante o uso deste texto, que as mulheres usassem armaduras. E outro tanto fazia Josefo (*Antiq.* 1.4, cap. 8, sec. 43). Adam Clark disse que um homem de nome Clódio (pertencente à alta sociedade romana) vestia-se como se fosse uma mulher, a fim de que pudesse mover-se mais livremente entre as mulheres, nos tempos de festividades. Porém, quando acabou sendo desmascarado, foi severamente repreendido.

Tratamento Bondoso para com os Animais (22.6)

22.6

Algum ninho de ave. Os animais servem para consumo na alimentação humana. Mas a lei impunha certas restrições. É entristecedor pensar em uma ave a chocar seus ovos ou a proteger seus filhotes, para subitamente serem arrebatados dali e transformados em alimento. Seria muito mais correto que um homem buscasse outro alimento.

Quanto a mim não tenho dúvidas de que os versículos 6 e 7 deste capítulo exibem amor até mesmo pelos animais, exigindo que os respeitemos. Matar a fim de comer é uma contingência da condição humana; e mesmo que algumas pessoas julguem isso uma prática insensível, ela é quase universal. Talvez o hinduísmo esteja com a razão quanto a esse particular. O trecho de Jonas 4.11 quase *certamente mostra que Deus se interessa pela vida animal*, e Mateus 10.29 é até enfático quanto a isso. A desumanidade do homem contra o homem tem sido e continua sendo um grande escândalo do ponto de vista espiritual; mas a crueldade do homem contra os animais também é escandalosa.

Alguns interpretam os versículos que estamos discutindo ligando-os não ao sentimento de compaixão, e, sim, à necessidade de "proteger o suprimento alimentar". *Os animais em desenvolvimento deviam ter a permissão* de crescer e multiplicar-se, pois assim haveria maior abundância de alimentos. Mas essa parece ser uma interpretação bastante superficial de um versículo bíblico.

22.7

Para que... prolongues os teus dias. Uma *longa vida* foi prometida aos que obedecessem a esta minúscula seção. A longa vida é, de fato, prometida aos que obedecessem à lei (ver Deu. 4.1; 5.33; 6.2). Longa vida é prometida aos filhos obedientes e reverentes a seus pais (ver Êxo. 20.12; Efé. 6.2). Longa vida era prometida aos que não maltratassem as aves e, por via de conseqüência, os animais (este texto). Encontramos algo similar em Focílides, Poema Nouthet., vs. 80: "De um ninho não tires todas as aves; poupa a vida da mãe delas; ela produzirá outra ninhada". Vida longa também foi prometida aos que cultivassem a honestidade em seus negócios (Deu. 25.15).

"A intenção dessa lei era ensinar uma atitude humanitária, compaixão e piedade por outra pessoa, além de proibir a crueldade, a cobiça e outros vícios semelhantes, e também instruir quanto à doutrina da providência de Deus, o qual respeita as aves. E é possível que nosso Senhor tivesse em vista essa lei, em Luc. 12.6" (John Gill, *in loc.*).

Construindo Casas Seguras (22.8)

22.8

Quando edificares uma casa nova. Essa normativa só pode ser encontrada aqui, em toda a Bíblia. Parte do código referente às construções era impedir quedas e ferimentos ou mesmo mortes de pessoas que caíssem do *telhado plano das casas*. As casas antigas, pelo menos antes dos períodos bizantino e árabe, na Palestina, eram construídas com telhados planos, e as pessoas subiam sobre ele à tardinha, onde se punham a meditar, orar etc. Portanto, se não houvesse algo que impedisse tal coisa, as quedas dali eram freqüentes. Bastava a adição de um parapeito para impedir isso. Tratava-se de uma parede baixa, em torno das beiradas do telhado, que impedia que as pessoas rolassem do telhado de uma casa abaixo. Jarchi chamou essa construção de *cerca*.

Cf. este versículo com I Sam. 9.25,26 e II Sam. 11.2. No Novo Testamento, ver Mat. 10.27; 24.17 e Atos 10.9. O espírito deste versículo também era aplicado a outros perigos, como a necessidade de tapar um poço a fim de que uma criança, ou mesmo um adulto, não chegasse a cair ali, por acidente. (Assim escreveu Maimônides, em *Hilchot Rotzeach*, cap. 11, sec. 4.)

Leis da Separação: Nada de Combinações Incomuns (22.9-11)

22.9

Não semearás a tua vinha. Era mister manter a *pureza* das espécies. As distinções na natureza precisavam ser reverentemente observadas pelos hebreus. Cf. Lev. 19.19. É provável que Israel pensasse que a ordem criada por Deus requeria a preservação das espécies. Portanto, havia entre eles a mesma atitude ecológica que anda tanto em voga em nossos dias. Toda espécie de mescla produzia a "degeneração", conforme lemos neste versículo. Quanto a maiores detalhes, ver meus comentários sobre Lev. 19.19. Metaforicamente falando, este versículo ilustra a lei da separação moral, o que também comentei no texto de Lev. 19.19. Cf. o quinto versículo deste capítulo.

22.10

O *cruzamento* de espécies produz híbridos monstruosos ou estéreis. As distinções estabelecidas por Deus entre as espécies não devem ser violadas de modo nenhum e em nenhum grau, pois nem ao menos um jumento (um animal imundo) podia ser atrelado ao mesmo jugo com um boi (um animal limpo, que podia ser oferecido em sacrifício). Ver a aplicação moral disso em II Coríntios 6.14. "O limpo e o imundo não podiam arar juntos a terra santa de Yahweh" (Ellicott, *in loc.*). Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* o artigo chamado *Separação do Crente.*

É possível que razões *práticas* estivessem envolvidas na proibição constante neste versículo, pois, como o touro é animal de muito maior força que o jumento, poderia haver uma tração desigual, o que seria uma inconveniência (assim pensava Aben Ezra). Mas podemos estar certos de que a proibição era considerada também uma questão moral e espiritual, e não apenas uma questão prática. Plínio (*Hist. Natural* 1.1, cap. 5) diz-nos que tanto jumentos quanto bois eram usados para puxar o arado, mas nunca juntos. Os africanos usavam cavalos e jumentos, mas nunca bois (conforme disse Leão Africano, *Descriptio Africae* 1.2. par. 104).

22.11

Não te vestirás. Esta proibição tem paralelo em Lev. 19.19, cujas notas expositivas devem ser consultadas. Cf. Eze. 44.17,18. A lei proibia que se costurassem juntos dois tipos de tecido, também que se usassem dois tipos diferentes de fio em um mesmo tecido. Mas usar dois tipos diversos de roupa, ao mesmo tempo, era algo permitido, contanto que não fossem costuradas uma peça à outra. Os sacerdotes usavam, ao mesmo tempo, peças de roupa feitas umas de linho e outras de lã, mas como peças separadas, e não costuradas uma à outra.

22.12

Farás borlas. Quanto à lei das *borlas* ou *fímbrias*, ver Núm. 15.37-41, onde a questão é examinada com detalhes. E, quanto a maiores detalhes ainda, ver no *Dicionário* o artigo chamado *Borlas.* "Até mesmo as vestes do povo de Deus precisavam ser distintas. Sem importar se comessem, bebessem ou fizessem qualquer outra coisa, deviam fazer tudo para a glória de Deus. Essas leis tinham um lado simbólico e até sanitário, visando tanto ao bem-estar físico quanto ao treinamento espiritual do povo de Deus" (Ellicott, *in loc.*).

Leis Atinentes à Conduta Sexual (22.13-30)

O *sexo é uma força poderosa,* além de ser gerador de problemas. E isso tanto no passado quanto no presente. Esta seção apresenta *seis leis* que proíbem relações sexuais desnaturais ou impróprias. E todas essas regras são apresentadas com um *se*, embora possamos ter certeza de que todas as coisas que foram proibidas estavam acontecendo. Ver no *Dicionário* o artigo detalhado intitulado *Sexo.*

A lei incluía regras que encorajavam a pureza sexual pré-marital e protegiam uma esposa que fosse acusada falsamente. Um marido inescrupuloso poderia criar um caso contra a sua esposa, simplesmente a fim de livrar-se dela, uma vez que ela caísse em desfavor, ou a fim de recuperar o preço original que ele tinha pago ao pai da jovem, como parte das negociações em torno do casamento. Para evitar toda confusão, era mister guardar e apresentar evidências da virgindade da jovem.

22.13

Este versículo dá a entender que a mulher era virgem quando se casou; que seu marido, após algum tempo, veio a *odiá-la*; que ele passou a difamá-la para desvencilhar-se dela ou para recuperar o dinheiro que tinha pago por ela. Sinais palpáveis da virgindade dela tinham de ser guardados, a fim de que, em alguma ocasião futura, acusações falsas pudessem ser rebatidas. Nesse caso, o homem seria severamente castigado em face de seus atos vergonhosos e suas acusações falsas.

22.14

E lhe atribuir atos vergonhosos. Este versículo dá mostras de ganância e amargura por parte do marido. O divórcio era permitido, mas tinham de ser seguidas certas regras. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Divórcio.* Além disso, a poligamia (ver a respeito no *Dicionário*) era uma prática comum. Assim era prática comum um homem obter uma ou mais mulheres, sem ter de desfazer-se da primeira. Isso posto, só podemos supor que o homem descrito aqui fora dominado pelo rancor e quisesse prejudicar sua mulher, e talvez também recuperar o dinheiro que pagara por ela. Por isso mesmo fez acusações falsas contra ela, dizendo que, ao casar-se, descobriu que ela não era mais virgem (o que, se fosse verdade, automaticamente poderia facilitar-lhe o divórcio e possibilitar a devolução de todo dinheiro pago por ela).

Tais acusações tinham de ser feitas diante do tribunal apropriado. Essas acusações não podiam ser divulgadas, mas um homem sem escrúpulos não haveria de querer obedecer a quaisquer regras. Maimônides conta-nos como tal homem tinha de investigar e obter provas sobre como sua esposa havia perdido a virgindade antes do casamento, para então apresentar evidências ao tribunal (ver *Hilchot Naarah Betulah,* cap. 3, sec. 6). Fica entendido que a mulher, fosse ela inocente ou não, haveria de negar as acusações. O homem não podia apresentar somente suas afirmações, mas precisava também mostrar provas. Mas outro tanto teria de fazer a mulher. Alguém tinha de apresentar provas razoáveis do que estava dizendo.

Se o *homem* perdesse sua causa, seria espancado e teria de pagar uma multa (vss. 18 e 19); e, se a *mulher* fosse a perdedora, ela seria executada (vs. 21). E assim, um padrão duplo de justiça acompanhava o caso, do começo ao fim.

22.15

Então o pai da moça e sua mãe. Os progenitores da mulher precisavam intervir na questão, apresentando os sinais da virgindade dela ao casar-se, a saber, panos manchados de sangue, no momento em que seu hímen fora rompido por ocasião do primeiro contato sexual. Podemos imaginar que a própria mulher preservasse tais paninhos, e talvez ela mesma os entregasse a seu pai a fim de que os guardasse em segurança, para o caso de seu marido, mais tarde, fazer acusações contra ela.

Os panos tinham de ser apresentados publicamente no tribunal, e os anciãos decidiriam quanto à questão. Maimônides adiantou que o Grande Sinédrio, composto por vinte e três membros, tinha a obrigação de julgar o caso, visto que a situação envolvia uma possível execução capital (*Hilchot Naarah Betulah,* cap. 3, sec. 3).

Em alguns casos, a injustiça poderia ser o resultado. Em outros, a mulher culpada acabaria escapando, porquanto os meios de prova eram realmente precários, e nenhuma mulher culpada haveria de confessar seu delito.

22.16

O pai da moça dirá. Ele agiria como advogado de defesa de sua filha. Ele afirmaria a inocência dela, apresentando todas as evidências que estivessem ao seu dispor, incluindo panos manchados de sangue. E também alegaria que o verdadeiro motivo das acusações do marido seria ódio contra ela, e não atividades sexuais pré-maritais por parte dela antes do casamento.

A mãe da jovem não prestava testemunho, nem contra nem a favor, pois às mulheres era vedado falarem publicamente, diante de juízes. Cf. o trecho de I Coríntios 14.34, onde vemos que essa atitude passou para o Novo Testamento. E se o pai da jovem tivesse morrido ou estivesse incapacitado para defendê-la, então o tribunal nomeava algum membro masculino da família, que fosse parente próximo, a fim de defendê-la. Os cânones judaicos também salientavam que a mãe de uma jovem não podia dar sua filha em casamento, se o pai dela estivesse vivo. Isso era prerrogativa do pai (*Mishna Sotah,* cap. 3, sec. 8).

22.17

O *pai* apresentaria a defesa de sua filha da melhor maneira possível, finalizando com a apresentação dos panos manchados de sangue. Naquele tempo não havia testes de DNA para provar que os panos continham o sangue da mulher em foco. O pai dela com facilidade poderia preparar de antemão tais panos. E os juízes tinham de aceitar ou rejeitar os argumentos dele, procurando aplicar a intuição e a sabedoria prática. O *modus operandi* do caso, como é óbvio, estava sujeito a fraude. Nenhum pai haveria de querer apresentar-se no tribunal sem um pano manchado, independentemente de sua natureza e origem. Também podiam ser apresentadas testemunhas, como a escrava ou criada que teria visto

os panos manchados de sangue, pouco depois da consumação do casamento. Amigos da noiva e do noivo também podiam prestar seu testemunho. Tais pessoas, por motivo de segurança, poderiam ter sido chamadas para ver os tais panos, pouco depois da consumação do casamento, a fim de que, em alguma ocasião futura, pudessem ser convocadas como testemunhas.

"Registros históricos de várias culturas do antigo Oriente Próximo e Médio referem-se a esse tipo de evidência, sendo dada a público" (Jack S. Deere, *in loc.*). Adam Clarke assevera que, em seus dias (século XVIII), tais costumes continuavam prevalecendo entre os povos árabes. A lei judaica posterior parece ter exigido provas mais positivas de virgindade. Matronas examinavam a mulher antes da consumação do matrimônio, e então davam testemunho sobre a virgindade da jovem. Elas seriam testemunhas valiosas; mas essas leis já pertenciam a um tempo posterior ao daquele a que pertence o presente texto. (Assim diz o Talmude, *T. Bab. Cetubot*, fol. 46.1.)

22.18

Tomarão o homem, e o açoitarão. Este versículo supõe que o tribunal tivesse dado parecer favorável à mulher. Os juízes tinham chegado à conclusão de que o homem havia trazido falsas testemunhas e, de fato, agira motivado pelo ódio, tal e qual o pai da jovem tinha afirmado (ver o vs. 16). O homem era severamente espancado, mas não executado. Assim afirmaram Jarchi e o Talmude (*T. Bab. Cetubot*, fol. 5, 46.1). Em tempos posteriores, o homem culpado recebia, como castigo, quarenta chicotadas, menos uma (Targuns de Onkelos e de Jonathan). E também precisava pagar uma multa (vs. 19).

22.19

A *multa* consistia em cem siclos de prata, e tinha de ser paga ao pai da mulher. Há notas completas sobre o valor do siclo (que variava de época para época), no artigo intitulado *Dinheiro*, seção II, e em *Pesos e Medidas*, IV.c, ambos verbetes do *Dicionário*. Ver as notas adicionais em Êxo. 30.13 e Lev. 27.25. Um *siclo* era a quantia em dinheiro que um trabalhador comum podia esperar receber no espaço de um mês. Por conseguinte, a multa referida neste versículo, calculada sobre essa base, era realmente pesada, forçando o homem a ter mais cautela antes de fazer acusações falsas contra sua mulher.

Depois disso, o homem não podia divorciar-se da mulher, por toda a sua vida. Dessarte, ele recebia um tríplice castigo por causa de sua falsa acusação: 1. Ele era espancado, o que envolvia opróbrio público, tal como tinha causado sofrimentos morais à sua mulher. 2. Ele tinha de pagar uma multa. 3. Ele tinha de continuar convivendo com uma mulher a quem odiava.

O vs. 29 deste capítulo parece indicar que o preço usual pago por uma noiva era de cinqüenta siclos. Nesse caso, a multa valia o dobro desse preço.

22.20

Porém, se isto for verdade. Se as evidências indicassem que o *homem* estava dizendo a verdade, então as coisas ficariam muito perigosas para a mulher. A defesa do pai da jovem teria falhado, e ele não dispunha de panos manchados de sangue como evidência. Sua defesa se reduzira a uma apologia verbal e meramente circunstancial. Ele teria perdido a causa. O tribunal tinha-se convencido da culpa da mulher. Em uma época posterior, o Sinédrio fazia suas próprias investigações (assim disse Maimônides, *Hilchot Ishot*, cap. 11, sec. 12), mas o texto presente não dá a entender isso, no tocante ao tempo descrito. E o caso seria determinado de pronto, e isso com base nos testemunhos e evidências que tinham sido expostos.

22.21

Então a levarão à porta. A justiça era feita imediatamente. A mulher "culpada" era levada até a porta da casa de seu pai e era ali apedrejada até morrer, pelos representantes da cidade. Desse modo, ficava eliminado o mal "do meio de ti". E as demais mulheres jovens aprenderiam que uma mulher precisava seguir virgem para as suas núpcias, para que não lhes sobreviesse tão terrível castigo. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Apedrejamento*. A morte por apedrejamento era a execução usual infligida em casos de adultério; em outras oportunidades, porém, era usado o estrangulamento. E se a jovem envolvida fosse a filha de um sacerdote, então o castigo era morte na fogueira (ver Lev. 20.10; 21.9). Simples fornicação (pecados sexuais antes do casamento) não eram punidos por meio da execução. O adultério era considerado um crime contra a comunidade inteira; e por esse motivo é que os representantes da cidade serviam de executores. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Adultério*. Cf. a natureza pública do pecado referido nos versículos 22 e 24 deste capítulo, e ver também Deu. 13.5.

"Os códigos legais dos hebreus esperavam mais da parte das mulheres do que da parte dos homens, e as penas impostas às mulheres eram correspondentemente mais severas. A mulher era considerada uma propriedade sobre quem o pai e, em seguida, o marido, exerciam direito... Contudo, em certo sentido, o corpo humano era considerado como algo sagrado. Homens e mulheres são santos por serem filhos de Deus, que é santo" (Henry H. Shires, *in loc.*).

22.22

Os vss. 13-30 deste capítulo apresentam seis leis referentes à conduta sexual dos filhos de Israel. Neste versículo é mencionado o segundo desses pecados: o *adultério simples*. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Adultério*. Esse pecado era castigado mediante execução. Ver Lev. 18.20; 20.10; João 8.3-11. O adultério é uma quebra do sétimo *mandamento*; ver as notas em Êxodo 20.14, onde são expostas muitas idéias atinentes. Tal como no versículo anterior a este, fica aqui salientado que o adultério constituía um pecado público. Logo, a execução também era pública eliminava tal tipo de pecado do meio da comunidade.

Na *Mesopotâmia*, a execução era feita amarrando-se o casal culpado um ao outro e lançando ambos à água, para que morressem afogados (*Código de Hamurabi*, lei 129), embora não tenham restado registros históricos de tal tipo de execução. A falta de evidências, porém, não era um argumento final. Em Israel, por sua vez, a forma de execução usual era o apedrejamento, embora os rabinos também tenham mencionado o estrangulamento, o qual, contudo, pode ter sido praticado em alguma época posterior a Moisés.

"No cristianismo, o ideal da castidade chegou a seu ponto culminante. A *concupiscência* torna-se um pecado tão grave quanto o próprio pecado externo (ver Mat. 5.27,28). O corpo do crente é o templo do Espírito Santo. O matrimônio foi instituído por Deus, e chega mesmo a simbolizar a união mística entre Cristo e a Sua Igreja" (Henry H. Shires, *in loc.*).

22.23

E um homem a achar na cidade. Os vss. 13-30 deste capítulo apresentam *seis leis* acerca da conduta sexual. Temos aqui a *terceira* dessas leis. Uma jovem, *prometida* ou *noiva* de um homem, embora o casamento não se tivesse ainda consumado, era tratada em Israel como mulher casada, visto que já *pertencia* ao homem, de conformidade com a lei mosaica. Assim, se tal mulher mantivesse contato sexual com outro homem, isso seria classificado como adultério. O versículo dá a entender que o caso não tinha sido de estupro, mas, antes, que a mulher havia consentido com o ato. Nesse caso, os versículos 23 e 24 deste capítulo são iguais ao versículo 22, e a mulher e o homem eram apedrejados, tal como se viu no caso anterior. O *estupro* é descrito nos vss. 23-25 deste capítulo; mas essa já é uma situação totalmente diferente.

Obtenção de uma Esposa. Três modos eram empregados: 1. Pagando certa importância em dinheiro à mulher. 2. Assinando um documento diante de testemunhas. 3. Fazendo sexo com a mulher, com o consentimento dela. Essa terceira maneira era válida, embora não fosse muito aprovada em Israel (*Mishna. Kiddushin*, cap. 1, sec. 1).

22.24

Então trareis ambos à porta. Visto que tanto o homem quanto a mulher estiveram envolvidos no ato de adultério, e visto que o adultério era um crime público, seriam executados publicamente, por apedrejamento. Casos legais eram resolvidos nos portões da cidade, onde também eram efetuadas outras importantes negociações. As execuções ali feitas eram uma questão pública, e representantes da comunidade participavam do lançamento de pedras. Desse modo, o mal era eliminado da comunidade, em Israel, o que também é dito quanto aos versículos 21 e 22. Se uma mulher fosse assaltada sexualmente, sem dúvida protestaria em altos brados, para atrair a atenção de outras pessoas. Na cidade (ver o versículo seguinte), seus gritos presumivelmente seriam ouvidos. Mas se o ataque ocorresse no campo (ver o versículo 27), então o provável é que ninguém a ouviria. Em tal caso, ela deveria ser considerada inocente, e o que tivesse sido cometido estava consumado.

22.25

Os vss. 13-30 deste capítulo *apresentam seis leis* concernentes à conduta sexual dos filhos de Israel. Os versículos 25 a 27 descrevem o caso de estupro de uma mulher que estava noiva, o que, sem dúvida, cobre o caso de uma mulher casada que foi estuprada, pois ambas as situações eram legalmente idênticas. Um campo era considerado um lugar onde, mais provavelmente, ocorreria um caso de estupro, pois, em uma *cidade* (vs. 23), outras pessoas poderiam ouvir os gritos de socorro e acudir a mulher. Mas, no campo, a mulher poderia gritar à vontade, que ninguém a ouviria, e o ato de violação acabaria sendo consumado. O homem que fizesse tal coisa deveria ser executado, presumivelmente por meio de apedrejamento, tal como foi ordenado nos outros casos em foco (vss. 21 e 24). "O estupro era considerado um crime tão sério quanto o assassinato, razão pela qual era *punido* com a morte" (Jack S. Deere, *in loc.*). Adam Clarke informa-nos que em seus dias (*século XVIII*), *na Inglaterra, esse crime também era punido com a morte.*

22.26,27

A *mulher violentada* não era considerada culpada, presumindo-se que ela tivesse feito tudo ao seu alcance para evitar o estuprador, e pelo menos tivesse gritado por socorro. Ela era uma *vítima*, tal como uma pessoa assassinada, não sendo culpada de crime algum. Este versículo classifica o estupro juntamente com o homicídio voluntário.

O Targum de Jonathan informa-nos que um homem podia divorciar-se de sua mulher que tivesse sido estuprada, sem a necessidade de nenhuma indagação. O noivo ou marido dela tinha esse direito.

"Privar uma mulher de sua castidade é como tirar a vida de um ser humano. Com base nessa passagem, Maimônides conclui que as impurezas sexuais, os incestos e os adultérios são idênticos ao homicídio" (John Gill, *in loc.*). Ver Maimônides (*Hilchot Yesode Hattorah*, cap. 5, sec. 10).

22.28

Os vss. 13-30 deste capítulo apresentam *seis leis* concernentes à conduta sexual dos hebreus. Temos aqui a *quinta* dessas leis. Este versículo e o seguinte descrevem o caso de estupro de uma *virgem* que não estivesse noiva de nenhum homem. Em outras palavras, é mencionado aqui o caso de violação sexual de uma jovem solteira, que também era virgem. Se ela não fosse virgem, podemos presumir que nenhuma pena especial estivesse ligada ao estupro. Se isso não for verdade, então temos de concluir que o autor sagrado deixou em branco a *maioria* dos casos de estupro, supondo-se que muitas das jovens solteiras estupradas já não fossem virgens quando da ocorrência do ato. Naturalmente, estou falando do ponto de vista dos tempos modernos. A maioria das vítimas de estupro, em nossos dias, já perdeu a virgindade faz algum tempo. Nos dias do Antigo Testamento, porém, esperava-se sempre que uma jovem solteira também fosse virgem. E assim, de fato, acontecia, na maioria dos casos.

Isso posto, o texto à nossa frente não projeta nenhuma luz quanto ao que os hebreus pensavam sobre o estupro de jovens solteiras não-virgens. Sem dúvida, casos assim envolveriam algum tipo de crime. Mas, se assim acontecia, eles não nos disseram o que pensavam a respeito. É possível que tais casos fossem tão raros em Israel que não atraíam nenhuma atenção da parte dos juízes.

22.29

O homem que se deitou com ela. Está em pauta uma jovem virgem, que também não era noiva. O homem que a possuísse teria de fazer três coisas: 1. Pagaria ao pai da jovem uma multa de cinqüenta siclos, que evidentemente era o preço de compra de uma esposa. 2. Casar-se-ia com a jovem, sem importar se queria fazê-lo ou não. 3. Jamais teria o direito de divorciar-se dela. A multa imposta era bem pesada, visto que os trabalhadores comuns ganhavam apenas um siclo por mês de trabalho. Portanto, a multa representava mais de quatro anos de trabalho. Ver o versículo 19 deste capítulo quanto a comentários e referências sobre o valor do siclo. Cf. Êxo. 22.16,17. Essa passagem adiciona circunstâncias possíveis, em que o pai da jovem não permitisse que ela se casasse com o homem. Em tais casos, apenas a multa era imposta.

Sedução? Alguns estudiosos pensam que está aqui em pauta um caso de *sedução*, e não exatamente de estupro, pensando que ele não a possuíra à força e, sim, mostrando-se sedutor, com promessa de casamento etc., ou seja, os métodos usualmente utilizados pelos homens para seduzirem as mulheres. Mas a simples leitura do texto dá a entender que houve violência. Contudo, o trecho paralelo de Êxo. 22.16,17 parece aludir a algum caso de sedução, e não de estupro. Por conseguinte, talvez ambos os casos fossem solucionados de uma só maneira.

A multa de cinqüenta siclos valia quase o dobro do preço de um escravo (ver Êxo. 21.32). As leis assírias (Código A 55) indicavam que tais casos eram tratados da mesma maneira, embora a multa valesse *três vezes* mais do que o custo da compra de uma esposa.

22.30

Os vss. 13-30 deste capítulo apresentam *seis leis* a respeito da conduta sexual dos filhos de Israel. Temos aqui a *sexta* e *última* dessas leis. O incesto com a própria mãe é proibido. Alguns eruditos crêem que tal incesto teria ocorrido quando a mulher ainda era casada com o pai do homem. Outros pensam que o que aqui foi proibido é o casamento com a própria madrasta, depois que o pai do homem já tivesse morrido. Aben Ezra interpretou este versículo estritamente, dizendo que ele proíbe qualquer homem de casar-se com uma mulher que seu pai tivesse deflorado. Jarchi interpretou-o como se o versículo falasse de uma tia que quisesse casar-se com outro irmão (de seu marido), se este já tivesse morrido, em consonância com a *lei ao levirato* (ver a respeito no *Dicionário*). Tal mulher não podia casar-se com o filho do homem que antes tivesse sido seu marido.

Comparar com Deuteronômio 27.20. Essa passagem é um mandamento diretamente dirigido contra o incesto com a madrasta. Ver também Lev. 18.8 e 20.11, que aborda o mesmo caso. Os capítulos 18 e 20 de Levítico tratam exaustivamente de formas variadas de incesto e prescrevem punições. Ver o gráfico que apresentei na introdução ao capítulo 18 de Levítico, que alista os tipos condenados e as penas impostas aos ofensores. Este versículo não menciona nenhum tipo de penalidade, mas a legislação mosaica era bem clara sobre a questão. O incesto era uma ofensa capital.

É curioso que este texto se reporta a apenas um tipo de incesto. Por isso mesmo, alguns eruditos supõem que este versículo atue como um *memorando* breve de todas as leis afins, sem entrar em detalhes. Deuteronômio é a *repetição da lei.* Mas é patente que fontes informativas diferentes foram usadas, mas não foram empregadas por outros livros do Pentateuco, sendo possível que o caso isolado, aqui mencionado, não fosse um caso representativo, mas apenas um fragmento de tal legislação, vinculado às outras *cinco leis* mencionadas nos vss. 13-30 deste capítulo.

Nos dias de vigência da poligamia, um homem podia casar-se com várias mulheres jovens. Quando morresse, seus filhos poderiam interessar-se em casar-se com elas. É provável que, sob a alegação de querer quebrar essa lei, Adonias tenha sido executado por ordem de Salomão, quando quis casar-se com a jovem Abisague, a última concubina de Davi (ver I Reis 2.13-25). Assim sendo, se a referência primária do presente versículo parece ser ao incesto com a própria madrasta, enquanto o pai do homem ainda estava vivo, a outra aplicação parece ter sido comum entre os intérpretes judeus.

Capítulo Vinte e Três

Os Excluídos da Congregação (23.1-8)

Esta *seção geral*, iniciada em Deu. 21.1, cujas notas devem ser consultadas, tem prosseguimento aqui. Agora encontramos *quatro leis* acerca de como alguém podia ou não ser membro da congregação de Israel, a saber, na comunidade organizada, que se reunia oficialmente com vários propósitos de adorar e cultuar. A certas pessoas era vedado o acesso a qualquer assembléia dessa natureza. As leis do Antigo Testamento eram estritas e não admitiam exceções. A fé cristã eliminou tais leis, atribuindo *dignidade* espiritual diretamente ao indivíduo, sem dependência de defeitos físicos, erros cometidos pelos pais etc. Em Israel, porém, esse conceito de dignidade era uma questão comunal. Parentes indignos produziam uma prole indigna. Uma deformação física, capaz de assinalar um homem, tornava-o indigno de participar da adoração pública ou de atuar como sacerdote. Pessoas de determinadas raças, que se tinham tornado conhecidas como prejudiciais ao povo de Israel, também ficavam excluídas.

23.1

Aquele a quem forem trilhados os testículos. Um "emasculado" não podia participar da adoração comunal. Alguns intérpretes pensam que o homem se *automutilara*, pois em Israel havia fortes sentimentos contra essa prática. Mutilações dessa ordem geralmente estavam ligadas à idolatria pagã, a qual por muitas vezes requeria que as pessoas se mutilassem a fim de se tornarem adoradores dignos de alguma divindade. A atitude dos israelitas era precisamente a oposta. O homem foi criado por Deus conforme ele é. Aquele que mutilasse propositadamente a criação de Deus pecava contra o seu Criador. E mesmo que um homem tivesse sofrido emasculação por mero acidente, ainda assim era penalizado com a mesma exclusão, por ser um homem não-natural, uma entidade contrária ao dom criativo de Deus.

"Eunucos que serviam como cortesãos ou como oficiais dos templos eram comuns no mundo antigo, e as monarquias de Israel e Judá introduziram-nos, imitando os povos vizinhos (ver II Reis 9.32; Jer. 29.2; 34.19; 38.7 e 41.16). Contudo, em Israel havia a consciência de que Deus não se agradava nem se sentia honrado com mutilações físicas de qualquer natureza. No entanto, foi um profeta de Israel, do século VI A. C., que disse que a misericórdia de Deus estender-se-ia até os eunucos que observassem o Seu pacto, de tal modo que receberiam um lugar e um nome, na família de Deus, com maior dignidade do que o nome de filhos de filhas (ver Isa. 56.4,5; cf. Atos 8.27,28)" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

23.2

Nenhum bastardo. O termo hebraico correspondente é *manzer*, e é usado em toda a Bíblia somente aqui e em Zac. 9.6. Esse termo tem causado debates entre os eruditos. Jack S. Deere (*in loc.*) traduziu-o como "nascido de um casamento proibido". Talvez estivesse em foco um casamento com um pagão. A prole produzida por uniões mistas não era aceitável como participante dos cultos públicos de Israel. Muitos intérpretes, sem embargo, pensam que estão em foco filhos ilegítimos, sem importar se estivessem envolvidas ou não mães pagãs. Outros

intérpretes supõem que estejam em pauta filhos de relações incestuosas, ou filhos de prostitutas cultuais. O trecho de Juízes 11.1-7 mostra-nos que havia filhos ilegítimos em Israel, cujos pais eram ambos hebreus, a despeito da licença que se dava à poligamia e das leis estritas que se aplicavam à mulher. O judaísmo posterior não permitia que um filho ilegítimo fosse circuncidado, pelo que também não faria parte do pacto abraâmico. E além disso, tal pessoa não se podia casar com um indivíduo que seguisse a religião judaica.

A lei canônica da Igreja Católica Romana proíbe os filhos ilegítimos de receberem ordens menores sem autorização do bispo. E também eles não podem ser admitidos às santas ordens, exceto por autorização do próprio papa. Na Igreja Anglicana, não podem ser admitidos às santas ordens, exceto por autorização do soberano ou do arcebispo. As igrejas evangélicas, por sua vez, ignoram essa proibição do Antigo Testamento, harmonizando-se muito mais com a graça de Deus e com o espírito do evangelho, embora isso se distancie das atitudes refletidas no Antigo Testamento. Muitos dos mais notáveis ministros do evangelho nasceram como filhos ilegítimos. A condição deles, na verdade, não exerce nenhum efeito sobre sua eficiência e espiritualidade. Em Israel, porém, uma das razões desse conceito era a proteção da herança das famílias.

O Problema no Brasil. A *Folha de S. Paulo*, em julho de 1993, informou que mais de trinta por cento de todos os nascimentos ocorridos em nosso país envolvem mães solteiras. Sendo esse o caso, se houvesse regras concernentes à dignidade de tais crianças, nem a sociedade nem a Igreja brasileiras poderiam funcionar muito bem. A Nova Constituição brasileira, outorgada em 1988, proíbe qualquer tipo de discriminação contra qualquer criança brasileira, sem importar a situação de seu nascimento, como filho ilegítimo, incestuoso etc. Diante da lei, são todos brasileiros e todos iguais.

"Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação" (artigo 227, parágrafo 6º da Nova Constituição de 1988).

Essa provisão humanitária projeta luz sobre aquela lamentável antiga lei judaica, que não somente lançava no ostracismo o indivíduo, mas também os seus descendentes até a décima geração.

23.3-5

Nenhum amonita, nem moabita. Certas raças estrangeiras não podiam participar da comunidade de Israel. Havia hostilidades tradicionais entre Israel e seus vizinhos, mas alguns povos se tinham tornado ofensores especiais, pelo que jamais poderiam participar de cultos públicos, mesmo que se tivessem convertido ao yahwismo. Os dois povos aqui mencionados tinham procurado impedir os esforços iniciais de Israel para entrar e conquistar a Terra Prometida, que havia sido dada como herança a Abraão, de acordo com o Pacto Abraâmico (ver as notas em Gên. 15.18). Nenhuma outra coisa é dita acerca da hostilidade dos amonitas contra Israel, quando o povo de Deus passava pela Transjordânia (ver a respeito no *Dicionário*), e alguns críticos pensam que essa nota acerca deles não procedia, realmente, dos dias de Moisés, mas, antes, refletia sentimentos provocados por hostilidades posteriores. Mas acerca disso é impossível colher provas, pois a Bíblia não tece nenhum comentário sobre o assunto. Logo, parece melhor aceitar este texto conforme está escrito. Quanto às hostilidades entre Israel e os moabitas, na Transjordânia, ver os capítulos 21 e 22 do livro de Números. Cf. Deu. 2.9-25. Os moabitas tinham-se recusado a dar-lhes ao menos pão e água. E, por meio de Balaque, os moabitas contrataram Balaão para que viesse e amaldiçoasse a Israel (ver Núm. 22.2-30). Assim, essas eram ofensas acerca das quais Yahweh recomendou aos israelitas nunca se esquecerem, pois os moabitas tinham agido diametralmente contra a vontade e o propósito divino.

A *décima* geração era a mesma coisa que para *sempre*, de um ponto de vista frouxo de falar. Mas alguns intérpretes pensam que *para sempre* indica uma proibição absoluta, que nunca deixaria de vigorar. Essa lei continuava vigente nos dias de Neemias, muito mais do que dez gerações após a época do Deuteronômio. Ver Nee. 13.1.

Yahweh tinha tirado o povo de Israel da servidão no Egito, um tema repetido por cerca de vinte vezes no livro de Deuteronômio. Ver notas expositivas sobre isso em Deu. 4.20. O que estava operando era o propósito divino, embora houvesse pessoas interessadas em bloqueá-lo. O mesmo poder que tinha tirado Israel do Egito agora excluía certas nações de futuros benefícios derivados da fé dos hebreus.

"O tratamento de Rute, entretanto, por parte de Boaz, juntamente com outros israelitas da região de Belém, demonstra o fato que essa lei não tivera nunca o propósito de excluir um moabita que viesse a dizer: 'O teu povo é o meu povo, o teu Deus é o meu Deus' (Rute 1.16). Parece que Isaías expôs uma interpretação similar (ver Isa. 66.3,6-8)" (Jack S. Deere, *in loc.*).

23.6

Não lhe procurarás nem paz nem bem. Os israelitas não podiam buscar entrar em relação de aliança com os moabitas, na tentativa de fomentar a prosperidade deles, como algum acordo comercial, ou coisa semelhante. Todavia, estes versículos não ordenavam aos filhos de Israel que abrissem hostilidades e fizessem guerra contra os moabitas; mas tão-somente que se olvidassem deles. Contudo, Davi demonstrou boa vontade para com Hanum, o amonita, embora só tivesse recebido má vontade, em troca de seus esforços (ver II Sam. 10.2). E se alguma guerra fosse iniciada entre os israelitas e os moabitas ou amonitas, nenhum tratado de paz deveria ser buscado. Cf. Deu. 20.10.

23.7

Não aborrecerás. Outros povos estrangeiros, contudo, não precisariam ser tratados com igual dureza e negligência. Nem os idumeus nem os egípcios deveriam ser desprezados. Israel já se tinha misturado com esses povos de modo significativo, e seria praticamente impossível separar os israelitas desses povos, de forma significativa. Quanto a outros (descendentes desses povos, que vivessem em Israel), só não podiam entrar na adoração pública após a *terceira* geração. Os edomitas eram um povo irmão dos israelitas, visto serem descendentes de Esaú, irmão gêmeo de Jacó. Os egípcios, embora tivessem sido senhores de seus escravos israelitas, pelo menos não os tinham aniquilado, quando isso estava ao alcance deles. Portanto, alguma consideração deveria ser dada aos egípcios. Quanto à linhagem dos idumeus, ver Gên. 36.40-43. O trato de José com o Egito tinha sido positivo (ver Gên. 37-50). Assim sendo, havia ali algo de positivo no tocante aos filhos que nascessem de casamentos entre hebreus e egípcios, que chegassem a fazer parte da congregação de Israel.

Rashi, ao comentar sobre esta passagem, opinou que os moabitas eram os piores inimigos, por terem levado os israelitas ao pecado, ameaçando assim o bem-estar espiritual deles, ao passo que os outros povos apenas tinham ferido os corpos dos israelitas, em guerras e entreveros rápidos. No entanto, fazer a questão do bem-estar da alma entrar no quadro parece anacrônico em relação aos tempos de Moisés.

Pode-se supor, neste texto, que os edomitas e egípcios que fossem aceitos se tivessem convertido ao yahwismo. Assim lemos no Targum de Jonathan. Naturalmente, isso exprime uma verdade, visto que a questão em foco era quais estrangeiros teriam direito a acesso à adoração pública em Israel.

23.8

Os filhos que lhes nascerem na terceira geração. Isso significa que mulheres egípcias e iduméias haviam sido incorporadas à comunidade de Israel, e tinham descendentes que viviam em território hebreu. É possível que entre os israelitas também houvesse alguns homens egípcios e idumeus, que se tinham casado com mulheres hebréias. Seus filhos eram cidadãos de segunda classe, não se duvide disso; mas após a terceira geração poderiam ser totalmente absorvidos, e as distinções cairiam por terra. E então passariam a fazer parte natural da comunidade, atingindo a situação de cidadãos de primeira classe. Hostilidades posteriores, que chegaram a ser bastante amargas, não impediram que essa lei continuasse vigente. Forte amargura foi despertada mais tarde ainda, contra Edom, por causa de certas atrocidades dos idumeus. Ver Sal. 137.7-9; Isa. 6; Jer. 49.7-22; Eze. 25.12-14 e o livro de Obadias.

É provável que a *terceira geração* diga respeito ao tempo em que os descendentes de uma união entre um hebreu e um estrangeiro chegassem à sua terceira geração, e não três gerações depois que essa lei foi declarada pela primeira vez.

Suplemento a Regras sobre uma Guerra Santa (23.9-14)

As *leis* aqui apresentadas, quanto à sua natureza, pertencem ao material que se acha no capítulo 20 de Deuteronômio. Ver Deu. 20.1-20 acerca de como os filhos de Israel deveriam desfechar uma guerra santa. "A pureza cerimonial era requerida porque o Senhor Deus andava no meio do acampamento dos israelitas" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre este versículo). Assim como os vss. 1-8 deste capítulo abordam a necessidade de manter a pureza, no campo religioso, também os vss. 9-14 tratam da pureza nos campos de batalha.

23.9

Te guardarás de toda cousa má. Está em pauta qualquer coisa capaz de contaminar moral ou cerimonialmente um homem. O Targum de Jonathan especificou adoração a alguma divindade estrangeira (idolatria), assalto sexual, derramamento de sangue inocente, homicídio e toda uma lista de coisas que os soldados tradicionalmente fazem quando saem para matar o inimigo. Homens que se atiram afoitos, dispostos a matar, não podem ser controlados com facilidade. A legislação mosaica, no entanto, procurou controlar a questão. Os vss. 10 ss. deste capítulo mostram que a pureza cerimonial também era uma questão importante. Um soldado de Israel não deveria entrar em batalha se estivesse cerimonialmente imundo, e as casernas, mesmo quando não estivesse havendo alguma guerra, poderiam ficar cerimonialmente imundas mediante atos iníquos.

23.10

Se houver entre vós alguém. Se algum soldado tivesse alguma emissão noturna de sêmen, ou estivesse doente de gonorréia, não deveria sair a combater, pois estava imundo. Essa lei corresponde à de Levítico 15.1-16, onde ofereci notas detalhadas. Este versículo alude especificamente às emissões naturais de sêmen, embora não haja razões para excluirmos emissões patológicas. As leis que se aplicavam a todos os homens de Israel não deixavam de vigorar no exército acampado.

23.11

Posto o sol. Um soldado cerimonialmente imundo lavava-se e, terminado o dia (para os judeus, o dia não começava à meia-noite, como entre nós, mas às 18 horas), podia voltar ao acampamento, reassumindo sua vida normal como soldado. Precisava seguir as lei normais que diziam respeito a tais questões. Os militares não estavam sujeitos a nenhum conjunto distinto de leis. Por isso, tinham de tomar o conhecido banho cerimonial, com imersão de corpo inteiro. E então tinham de esperar pelo fim da tarde, quando, conforme observamos acima, começava um novo dia. E então estariam livres de sua impureza cerimonial. Ver as notas sobre o *banho cerimonial* em Lev. 14.8; 15.6; 17.15; Núm. 8.7; 19.7,19. Havia certa variedade de usos no tocante a várias formas de imundícia cerimonial adquirida. A cerimônia da lavagem incluía as vestes do indivíduo. Ver Lev. 15.16,17. Maimônides queixou-se sobre a desordem moral e física, bem como sobre a imundícia reinante nos acampamentos militares (*Moreh Nevochim*, par. 3, cap. 41).

23.12

Haverá um lugar fora do acampamento. Este curioso e breve versículo contém um eufemismo. O autor referia-se a um homem que quisesse "fazer suas necessidades" (eis outro eufemismo). Os soldados não podiam usar o acampamento como latrina, onde pudessem aliviar o ventre ou urinar. Tinham de sair do acampamento, até um lugar separado e designado para isso. E, quando se tratava de excrementos humanos, tinham de fazer como fazem os gatos: precisavam enterrar suas fezes.

23.13

Dentre as tuas armas terás um pau. Esse pau era usado como se fosse uma pá, usada para fazer pequenos buracos no chão, onde eram postos os excrementos, que eram então cobertos com terra. Esse pau, de acordo com John Gill, ficava atado à espada do soldado, que ficava pendurada em uma espécie de cinta que lhe enrolava a cintura. Josefo, general judeu da época dos apóstolos, diz-nos que os essênios seguiam prática semelhante e tinham uma pá especial com que cavavam no chão um buraco com cerca de trinta centímetros de profundidade. Todo membro admitido à comunidade recebia uma pá com esse propósito. (Ver *Guerras dos Judeus* 1.2, cap. 8, sec. 9.) Maimônides ajuntou que essas provisões eram feitas para evitar "ruindades, imundícias e impurezas" e para que os homens se distinguissem dos animais ferozes (*Moreh. Nevochim*, par. 3, cap. 41). Qualquer homem que não seguisse essas normas era considerado cerimonialmente imundo, e provavelmente tinha de sujeitar-se à lavagem cerimonial (ver o versículo 11 deste capítulo).

23.14

O Senhor teu Deus anda no meio do teu acampamento. O motivo dessas regras (a começar pelo nono versículo) era preservar a decência comum e a higiene, para evitar os excessos que geralmente são vistos entre os soldados, e preservar a pureza cerimonial. E a *razão teológica* era que Yahweh também se fazia presente no acampamento dos soldados, da mesma forma que se fazia presente em meio à congregação geral do povo de Israel. A presença do Senhor requeria o respeito devido. Se os soldados de Israel quisessem lograr sucesso em batalha, tinham de seguir as normativas de Yahweh, incluindo aquelas relativas à higiene e à conduta apropriada na guerra. A pureza de Deus era a razão que exigia que o acampamento dos soldados de Israel também fosse puro.

Paulo apresentou um raciocínio similar, ao escrever o trecho de II Coríntios 6.16-7.1. A presença de Deus deve fazer uma grande diferença em nossas atitudes e em nossa conduta. É possível que ele tenha tomado por empréstimo as palavras deste versículo em sua aplicação.

Maimônides aplicou esse texto especialmente à questão dos *pecados sexuais*, tão comuns entre homens acampados (*Moreh Nevochim*, par. 3, cap. 41). Mas o texto é mais amplo do que isso.

Várias Leis (23.15 - 25.19)

Começa neste ponto uma longa passagem que contém leis miscelâneas, mas sem nenhum tipo de conexão entre si. *Vinte* diferentes leis são desfiadas, as quais enumerarei conforme for avançando na exposição. A maior parte dessas leis conta com paralelos em outras porções do Pentateuco; mas existem algumas poucas que são inéditas, como também são apresentados alguns detalhes novos. Lembremo-nos de que o livro de Deuteronômio consiste, essencialmente, em uma repetição da lei, conforme seu próprio nome indica. Mas também há algum material novo, provavelmente extraído de outras fontes informativas, que não foi empregado ou não estava disponível quando foram escritos os demais livros do Pentateuco.

23.15,16

Temos aqui a *primeira* daquelas vinte leis que ocupam Deu. 23.15-25.19. Os escravos fugidos não deviam ser devolvidos a seus senhores. Estão aqui em foco escravos de poderes estrangeiros, e não escravos hebreus, os quais estavam sujeitos a um conjunto especial de regras. A ordem para que os israelitas não devolvessem um escravo fugido contrastava com a prática aceita no Oriente Próximo e Médio. Sem dúvida, essa lei estava fundamentada sobre razões humanitárias. Um escravo fugido mui provavelmente estava fugindo da brutalidade e da crueldade. Mas em Israel um escravo desses podia encontrar refúgio e um tratamento bondoso.

Os fracos e os oprimidos precisavam ser bem tratados em Israel, conforme aprendemos no capítulo 15 de Deuteronômio e em Êxodo 24.14,15. Isso poderia ser contrastado com o famoso Código de Hamurabi, que decretava a execução de qualquer indivíduo que oferecesse guarida a um escravo fugido. Estes versículos podem servir de evidência de consciência perturbada, na mente dos hebreus, acerca da escravatura. Alguma misericórdia foi injetada nessa instituição, entre os hebreus, embora eles nunca a tivessem abandonado de todo. Mas os próprios cristãos primitivos também não se desfizeram dessa instituição. Ver no *Dicionário* o artigo *Escravo, Escravidão*. "Para um crente devidamente iluminado, naturalmente, a escravatura é um pecado dos mais negros" (Henry H. Shires, *in loc.*). Mas foram necessários muitos séculos para que se fizessem sentir os efeitos dessa iluminação.

Os intérpretes judeus mostraram-se unânimes ao indicarem aqui que esse escravo seria um estrangeiro (conforme dizem os Targuns em geral e Maimônides —*Hilchot Abadim*, cap. 8, sec. 11; Aben Ezra e Jarchi).

A legislação sobre a escravatura aparece em Êxodo 21; Levítico 25 e Deuteronômio 15. Hebreus eram vendidos a outros hebreus, como escravos, sob certas circunstâncias. Ver Êxo. 21.16 e Deu. 24.7. Ver também Êxo. 21.7; Nee. 5.5; II Reis 4.4; Lev. 25.39,47; Deu. 15.12-17.

23.17,18

Temos aqui a *segunda* das vinte leis apresentadas em Deu. 23.15-25.19. Essa seção apresenta uma série de regras desconexas entre si, mas que vieram a fazer parte do livro de Deuteronômio, o livro da repetição da lei. Ver o primeiro parágrafo das notas sobre o versículo 15 deste capítulo.

Leis contra a Prostituição e a Sodomia. Estes versículos, sem dúvida, tem um sentido geral, tornando ilegítima *especialmente* a chamada prostituição sagrada, por meio da qual os cultos religiosos dos pagãos eram promovidos e sustentados financeiramente. É interessante que as palavras hebraicas aqui empregadas, e que algumas traduções ou versões dizem *prostituta* e *sodomita*, a saber, *qedheshah* e *qadhesh*, derivavam-se da palavra hebraica que significa "ser santo". Fica entendido que essa santificação ou separação era para algum deus, do qual as pessoas agiam como servos. A prostituição cultual era uma prática comum das religiões do Oriente Próximo e Médio; mas era estritamente proibida no tocante ao yahwismo. Nenhum israelita podia participar daquilo que era considerado uma *abominação*. A palavra "sodomita", usada no versículo 18, no original hebraico é *keleb*, "cão", provavelmente servia tanto a homens como a mulheres, e sem dúvida a bissexuais em muitos casos. O templo de Jerusalém, onde toda a fé dos hebreus se centralizava, precisava estar livre de todas essas práticas abomináveis. No Novo Testamento, Filipenses 3.2 e Apocalipse 22.15 parecem referir-se aos prostitutos cultuais, ou a indivíduos sexualmente depravados, pelo menos, mas nem todos os comentadores concordam com essa interpretação.

São igualmente abomináveis. Esse adjetivo era freqüentemente aplicado às práticas idólatras, bem como à prostituição moral. Ver as notas sobre essa palavra em Deu. 13.14. Coisas detestáveis, ou abominações, eram a idolatria, com ou sem o acompanhamento da prostituição sagrada; os animais defeituosos oferecidos em sacrifício; e a desonestidade. Ver Deu. 7.25,26; 12.31; 13.14; 14.3; 17.1,4; 18.9,12; 20.18; 24.4; 27.15; 29.17 e 32.16.

Estrabão informou que o templo dedicado a Vênus, em Corinto, contava com mais de mil homens e mulheres que eram prostitutos e prostitutas sagradas (*Geogr.* 1.8, par. 261). E condições similares existiam em muitos outros lugares. Ver II Reis 23.7.

Cf. este versículo com I Reis 14.24; 15.12; II Reis 23.7; Amós 2.7, que mostram que houve israelitas que participaram ativamente de tais abominações.

23.19,20

Temos aqui a *terceira* das vinte leis miscelâneas desta seção (Deu. 23.15-25.19). Ver as notas sobre a seção no versículo 15 deste capítulo. Esta lei, como aquelas dos vss. 15,16 e 17,18, distinguia o povo de Israel das nações pagãs, pelo que não havia um tratamento igual. Dinheiro emprestado a um concidadão hebreu, que era irmão de fé no yahwismo, não podia ser emprestado a juros. Mas, em empréstimo a gentios, poderia haver a cobrança de juros. Devemos entender que a maioria dos empréstimos, em Israel, servia ao propósito de aliviar algum tipo de necessidade, pelo que era uma obra de *caridade* fraternal. Não se deve cobrar juros de um ato de caridade. Mas os empréstimos feitos a um pagão seriam relacionados ao comércio internacional e isso já era uma questão de *negócios*, e não de caridade.

"Durante a Idade Média, quando aos judeus, em alguns países, era negado o direito de possuírem terras, essa lei permitia-lhes ingressar na atividade bancária" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

Emprestar dinheiro sem cobrar juros era um ato de amor, um ato provocado pela promessa de bênção feita por Yahweh. É como alguém disse: "Não se pode dar demais a Deus". Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Amor*. Naturalmente, dar é melhor do que emprestar, e o ato do empréstimo sem dúvida deve ser acompanhado pelo ato da devolução , de acordo com a lei da colheita segundo a semeadura. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Lei Moral da Colheita Segundo a Semeadura.*

Ver as passagens paralelas de Êxo. 22.25 e Lev. 25.35-37. Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* o artigo chamado *Liberalidade e Generosidade*, bem como anotações nas passagens paralelas.

Mais bem-aventurado é dar que receber.

(Atos 20.35)

A coisa mais importante em qualquer relacionamento
não é aquilo que dali reiteramos, mas o que podemos dar.

(Eleanor Roosevelt)

Deus é o grande Doador (João 3.16). De acordo com o Novo Pacto, um *irmão é qualquer ser humano* (Luc. 10.25 ss.). Ver Tiago 1.17 quanto à fonte originária de todas as coisas boas, a saber, o próprio Deus, o qual pode dar através de outras pessoas.

23.21

Os vss. 21-23 deste capítulo apresentam a *quarta* das vinte leis miscelâneas apresentadas no trecho de Deu. 23.15-25.19. Crentes piedosos, ou aqueles que estivessem carentes, necessitados de receber alguma coisa da parte de Deus, fariam votos para receberem o que queriam. Esse ato de devoção-e-necessidade precisava ser regulamentado. Os votos tinham de ser feitos com toda a seriedade, evitando qualquer frivolidade ou hesitação. Eram tomados diante de Yahweh-Elohim, o Eterno Todo-poderoso, da parte de Quem nos chegam todas as bênçãos (ver Tia. 1.17). O poder de Deus requer dos homens que, uma vez feitos votos, eles sejam cumpridos, pois de outro modo entra a frivolidade, que só serve para debilitar a fé religiosa. Deus não fez promessas frívolas, nem devem tomar votos frívolos aqueles que O adoram.

Ver o paralelo em Núm. 30.1-15, quanto a um prolongado estudo sobre a questão dos votos. Ver também o capítulo 27 de Levítico, que aborda demoradamente a questão.

Os *votos*, de acordo com costumes de tempos posteriores, eram cumpridos antes ou durante o tempo das três grandes festividades anuais, a saber, a Páscoa, o Pentecoste e os Tabernáculos (acerca das quais ver o *Dicionário*). Ver I Sam. 1.21 e Ecl. 5.4. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Voto*.

23.22

Abstendo-te de fazer o voto. Os votos eram recomendados como parte da prática espiritual, mas não eram requeridos. Eram expressões voluntárias. Ninguém era obrigado a tomar votos; mas se alguém fizesse um voto, tinha a obrigação de cumpri-lo, e o mais prontamente possível.

"No alto de um penhasco, acima do Mar, em Marselha, há uma igreja repleta de modelos de embarcações e artigos semelhantes. Esses objetos representam o pagamento de promessas feitas pelos marinheiros, em tempos de perigo, estando eles no Mar" (Henry H. Shires, *in loc.*). Todos nós, em um tempo ou outro, temos feito promessas a Deus: "Se fizeres isto para mim, eu *farei isto ou aquilo*". Não há *nenhum mal nessa prática, mas devemos agir* sempre com honestidade. Conforme dizia a minha mãe: "Algumas vezes podemos barganhar com Deus, mas de outras vezes, não". Em Israel, votos eram feitos em conjunção com as ofertas voluntárias e através deles eram sustentados os cultos sagrados, juntamente com outras provisões. Talvez um homem precisasse de cura; talvez precisasse de uma boa colheita; uma mulher talvez quisesse um bom marido com quem casar-se. Os votos eram feitos tendo em vista a obtenção de coisas dessa natureza.

23.23

O que proferiram os teus lábios, isso guardarás. Um voto, uma vez proferido, tornava-se absolutamente obrigatório. Ver Pro. 20.25; Ecl. 5.4,5. "Aben Ezra observou que todo voto é como uma oferta voluntária, embora nem toda oferta voluntária seja um voto. O Targum de Jonathan enumerou várias maneiras pelas quais um homem podia pagar por uma bênção obtida através de um voto: ofertas pelo pecado; ofertas pela culpa; holocaustos; oblações de coisas santas; libações; presentes feitos para o santuário; e esmolas dadas aos pobres" (John Gill, *in loc.*). Dessas e, sem dúvida, de outras maneiras também, um homem podia pagar uma graça recebida em face de algum voto ou promessa que tivesse feito.

23.24,25

Temos aqui a *quinta* das vinte leis apresentadas na seção de Deuteronômio 23.15-25.19. Ver as notas de introdução a esta seção, em Deu. 23.15.

Um homem que estivesse atravessando o vinhedo ou as plantações de cereais de um vizinho poderia satisfazer seu apetite do momento, colhendo algumas poucas uvas ou algumas mãos-cheias de cereal. No entanto, não poderia levar um vaso e colher, nem poderia levar consigo uma foice para fazer uma pequena colheita. Esse já seria um ato ilícito de colheita. Mas o primeiro caso seria um ato bastante banal, que não prejudicaria a economia de seu vizinho. Nos dias de Jesus, os fariseus entraram em choque com o espírito dessa lei, quando transformaram uma mera prova de trigo em uma colheita, ou seja, um trabalho proibido em dia de sábado. Ver Mat. 12.1-8. Essa lei não permitia que um homem tirasse vantagem de um seu vizinho. Outras provisões, de natureza similar ou de natureza caridosa, podiam ser feitas. Ver Deu. 24.19-22.

Yahweh é quem tinha dado àquele vizinho suas uvas e seus cereais, pelo que era obrigado a compartilhar dos frutos da terra com outras pessoas. Mas outros só podiam compartilhar de sua produção agrícola de maneira limitada, e isso a fim de evitar abusos da parte de indivíduos preguiçosos, que não se dispusessem a trabalhar semeando e colhendo.

Os *Targuns* dos judeus, em geral, interpretam essa lei como aplicável ao *trabalhador* que atuasse em um vinhedo ou em campos de cereais. Enquanto estivesse trabalhando, podia arrancar algo e comer com moderação. Mas a simples leitura da lei não subentende nenhuma estrita limitação. Josefo tinha uma melhor compreensão sobre tudo isso, incluindo até viajantes que poderiam ficar com um pouco da produção pertencente a outrem (*Antiq.* 1.4, cap. 8, sec. 21).

Capítulo Vinte e Quatro

Este capítulo dá continuação à lista de *vinte* leis miscelâneas que tem começo em Deu. 23.15 e termina em Deu. 25.19. Ver Deu. 23.15 quanto a uma breve introdução a essa seção.

Os versículos primeiro a quarto deste capítulo abordam questões como o divórcio e um novo casamento, constituindo a sexta das vinte leis que ocupam esta seção.

24.1

Se um homem tomar uma mulher. No *Dicionário* foi examinado, de forma exaustiva, o assunto abordado neste artigo (ver *Divórcio* e *Divórcio, Carta (Termo) de*, quanto a completas informações). Achamos aqui "um antigo caso real que tratava de novo casamento após o divórcio. Quem tomava a iniciativa do divórcio era o homem, embora ele não pudesse agir sem seguir um processo legal, incluindo a formulação de uma carta de divórcio (ver Jer. 2.2,3), que dissesse o motivo" (*Oxford Annotated Bible,* comentando sobre este versículo). A prática de divórcio e novo casamento era comum no antigo Oriente Próximo e Médio, incluindo Israel. *Jesus*, porém, afirmou que essa lei era uma concessão, por causa da dureza dos corações, que tinham perdido de vista o propósito original e a santidade do casamento. Quanto a isso ver Mat. 19.8 ss.. Jesus limitou as causas do divórcio ao adultério, mas as palavras usadas neste texto, "por ter ele achado cousa indecente nela", foram interpretadas das mais diversas maneiras pelos intérpretes rabínicos. De fato, a natureza vaga dessa afirmação permitia que um homem se divorciasse de sua esposa quase por *qualquer* motivo, até mesmo por "ter queimado seus biscoitos da primeira refeição", conforme disse um intérprete. Visto que o adultério requeria a pena de morte, a "cousa indecente" deste versículo não pode referir-se a isso. Ver Deu. 22.22, quanto à execução de uma mulher

adúltera. E também não pode estar em pauta o homem descobrir que a mulher tinha tido sexo pré-marital, visto que isso também requeria execução (Deu. 22.20,21). Portanto, alguma coisa menos grave estava em pauta; e os homens tiravam proveito desse fato para que coisas *até de somenos importância* se tornassem razões legais para o divórcio.

O *divórcio* era um costume milenar, e não podemos achar nenhum trecho do Antigo Testamento que o tenha instituído. A passagem que ora comentamos simplesmente regulamentava um costume já existente. E essa regulamentação era: um homem só podia divorciar-se se tivesse uma *boa* causa (embora essa causa tivesse sido deixada indefinida). Era-lhe mister apresentar seu caso diante de um oficial público; um documento legal tinha de acompanhar o processo, determinando as razões, as condições etc. Talvez essas formalidades envolvessem algum tempo e dinheiro, o que atuaria como um fraco aviso contra divórcios precipitados. A monogamia era a ordem original desde a criação (Gên. 1 e 2). O divórcio é algo repugnante para Deus (Mal. 2.14,15).

Os *Targuns* interpretam as palavras "cousa indecente" de várias maneiras: desonestidade; maneiras sem polidez; algum tipo de impureza cerimonial persistente etc. A escola rabínica de Hilel interpretava isso de forma liberal, incluindo até a "queima de algum alimento"; comida salgada demais; negligência quanto aos deveres domésticos. Akiba dizia que era suficiente que um homem achasse uma mulher "mais bonita" para que ele pudesse divorciar-se de sua esposa. Se a mulher deixasse de usar o véu em público; se se ocupasse de atos tolos em público; se tomasse um banho em lugar público, onde homens a pudessem observar; se tivesse um odor corporal desagradável; se flertasse com outros homens; se tivesse mau hálito; se tivesse sinais cutâneos pelo corpo... Quase *qualquer* razão era suficiente para que o pedido de divórcio fosse atendido. Não há que duvidar, Israel era uma sociedade patriarcal.

24.2

Regras acerca do Divórcio. Essas regras permitiam que a mulher, uma vez divorciada do primeiro marido, se casasse novamente. O divórcio era a *dissolução* do casamento, como se este nunca tivesse ocorrido. Havia apenas uma restrição: a mulher não podia casar-se de novo com o mesmo marido, se seu segundo casamento também fracassasse. Os ensinamentos de Jesus mostram-se muito mais estritos. Para Ele, uma mulher divorciada não poderia casar-se de novo, enquanto seu marido continuasse vivo. Se ela viesse a casar-se de novo antes da morte do marido, estaria cometendo adultério. Ver Mat. 5.31,32 e a exposição sobre esses versículos no *Novo Testamento Interpretado.* Alguns intérpretes dizem que temos aí um ideal que nunca foi realmente posto em prática na sociedade humana. Meu artigo do *Dicionário*, intitulado *Divórcio*, entra em todos os aspectos dessa questão.

24.3

Ou se este último homem... vier a morrer. Uma grande falta de sorte no casamento, sem dúvida! Ela fora desprezada pelo marido, casara-se de novo, mas somente para ser desprezada de novo. E todo o processo se repetia, seguindo as mesmas regras aqui determinadas. Ou então a morte do segundo marido deixara a mulher novamente descasada. Nesse caso, ela poderia casar-se pela terceira vez, contanto que não fosse com o seu *primeiro marido.* E as razões dessa proibição figuram no versículo seguinte. Todavia, poderia casar-se com um terceiro homem.

24.4

Depois que foi contaminada. Este texto não dá a entender que a mulher havia cometido adultério. A possibilidade do divórcio, segundo a legislação mosaica, dificilmente pode ser entendida como se permitisse o adultério. Mas o fato de ter-se casado com outro homem tinha *contaminado* a mulher. Ela se havia tornado uma mulher de segunda classe, que tinha passado de um homem para outro, mesmo que esse passar de mão em mão fosse permitido por lei. O texto subentende certo desgosto com o sexo, especialmente com o *segundo caso de sexo.* Cf. Deu. 23.10 e seus paralelos. O sêmen masculino tornava *imundos* tanto o homem quanto a mulher, mesmo que os dois estivessem ligados pelos laços do matrimônio. Um banho cerimonial (ver as notas a respeito em Lev. 14.8; 15.16; 17.15; Núm. 8.7; 19.7,19) tinha de ocorrer após cada ato sexual, embora tal banho fosse deixado para o dia seguinte, quando era mais conveniente. Ver Deu. 15.18. Fica assim patente que se um banho cerimonial tinha de ocorrer até mesmo no caso de um primeiro e único matrimônio, quanto mais quando uma mulher ficava contaminada caso se casasse de novo, após ter-se divorciado. Se tais coisas eram permitidas, a mente hebréia via algo de sujo e contaminador na questão, mesmo que a mulher nunca chegasse a adulterar. Cf. Jer. 3.1. Jesus fazia um segundo casamento tornar-se adultério, caso o primeiro marido de uma mulher ainda não tivesse morrido. Logo Jesus levava a questão mais além do que o fazia a antiga mentalidade dos hebreus. Ver Mat. 5.31,32.

Mulheres que se Divorciavam de Seus Maridos? Isso jamais foi permitido na sociedade dos hebreus. Em tempos posteriores, entretanto, uma mulher dispunha de recursos para forçar o marido a divorciar-se dela. E assim ela acabava obtendo o mesmo resultado.

Contaminação e Pecado. Se uma mulher voltasse a seu primeiro marido, depois de ter sido esposa de um segundo homem, isso constituiria pecado, e de natureza tal que contaminava a terra inteira, pelo que devia ser evitado a todo custo. A terra era a herança que Yahweh tinha dado a Abraão e seus descendentes, por meio do Pacto Abraâmico (sobre o qual ver as notas em Gên. 15.18). A Terra Prometida era santa porque havia sido dada por Deus, o Santo, e não devia ser contaminada por meio de atos imprudentes e pecaminosos. A idéia é que esse pecado feminino era algo *comunal*, pois ninguém peca sozinho.

Abominação. O autor sacro usou esse vocábulo forte para indicar tanto a idolatria quanto o adultério espiritual. Ver as notas sobre essa palavra em Deu. 13.14 e 23.18, onde damos uma lista de referências.

24.5

Achamos aqui a *sétima* das vinte leis miscelâneas dadas em Deu. 23.15 a 25.19. O assunto desta lei são os *novos casamentos*, e a legislação fazia parte dos regulamentos acerca das *guerras santas.* Ver Deu. 10.1-20 quanto às leis gerais. Deuteronômio 20.7 é o trecho paralelo, onde também ofereço notas expositivas. A um homem devia ser dada a oportunidade de ter um herdeiro e de ter posteridade. Sua vida não deveria ser cortada no começo de seu casamento.

24.6

As mós ambas. Temos aqui a *oitava* das vinte leis miscelâneas dadas na seção de Deu. 23.15-25.19. Ver uma breve introdução a esta seção em Deu. 23.15. Essa lei foi baixada especialmente a fim de proteger os pobres e não tem paralelo em todo o restante da Bíblia. A mó ou moinho era um importante item na sobrevivência de uma pessoa, e não podia servir de garantia em nenhum acordo. Uma mó consistia de uma pedra inferior, fixa, e de uma pedra superior, móvel, as quais, em seu atrito, moíam o cereal, transformando-o em farinha. A mó era um equipamento doméstico indispensável, pois o pão diário dela dependia. Cf. os vss. 10-13 e Deu. 22.1-22 quanto a outras leis humanitárias. As dívidas não podiam ter como garantia de pagamento algo tão vital para a vida diária como um moinho. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Moinho.* O amor deve prevalecer nas relações sociais, e o Pentateuco encerra muitas leis humanitárias. Ver no *Dicionário* o verbete *Amor.*

24.7

Neste versículo encontramos a *nona* das vinte leis miscelâneas da passagem de Deu. 23.15-25.19. Ver a breve introdução a esta seção em Deu. 23.15. O assunto aqui é o *seqüestro* de uma pessoa com o intuito de vendê-la como escravo. Os seqüestros eram um crime bastante comum no antigo Oriente Próximo e Médio, o que é confirmado pelas referências literárias antigas, como os códigos legais da Mesopotâmia e do império hitita. A lei de Moisés proibia que se tratasse as pessoas de forma cruel e tirânica (ver Deu. 21.14). Talvez o seqüestro tivesse por finalidade usar o seqüestrado como escravo, ou vendê-lo como tal. O fato é que, sem importar qual o motivo por trás de um seqüestro, os seqüestradores eram punidos com a pena capital. Era necessário *expurgar* o mal em Israel, mediante a ameaça e o uso da punição capital. Ver Deu. 15.12-18 quanto a regulamentos concernentes à escravatura, envolvendo hebreus. E ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Escravo, Escravidão.*

Ver a mesma lei no trecho de Êxodo 21.16. Se uma pessoa seqüestrada fosse encontrada sob o poder de um homem, este teria de ser executado. Portanto, a lei era muito severa quanto à questão dos seqüestros. Ver Deu. 13.5 quanto à necessidade de eliminar ou expurgar o mal em Israel. Essa expressão ocorre por nove vezes no livro de Deuteronômio.

Morte por estrangulamento era a maneira usual de execução utilizada no caso de seqüestros (ver o Targum de Jonathan e Maimônides, *Hilchot Genibah*, cap. 9, sec. 1).

24.8,9

Temos aqui a *décima* dentre as vinte leis apresentadas na seção de Deu. 23.15-25.19. Ver uma breve introdução a essa seção em Deu. 23.15. Havia uma elaborada legislação referente às *doenças cutâneas*, que as traduções e versões, erroneamente, traduziram por *lepra*, seguindo o exemplo equivocado da Septuaginta. As leis concernentes à sara'at sem dúvida detectavam, aqui e ali, algum verdadeiro caso de lepra, pois os sintomas oferecidos descrevem uma grande variedade de enfermidades cutâneas. Ofereci notas expositivas completas sobre a questão nos capítulos 13 e 14 de Levítico. Ver principalmen-

te a introdução ao capítulo 13, onde alisto as possíveis enfermidades cobertas por aquela legislação. A legislação mosaica era inadequada tanto quanto à compreensão dos problemas médicos quanto à compreensão espiritual. *Muitas* pessoas foram assim isoladas por causa de doenças genericamente chamadas de *sara'at*, e tinham de sair do acampamento de Israel (ver Lev. 13.46), embora não apresentassem nenhuma ameaça a outras pessoas, pois tinham afecções não-infecciosas, e não a lepra. Mas o avanço tanto da medicina quanto da teologia tem ajudado a anular as inadequações da legislação mosaica, nos planos material e espiritual.

Este texto não repete a legislação, mas tão-somente exorta o povo de Israel a obedecer a tudo quanto foi ordenado acerca das enfermidades em pauta. Então o vs. 9 é uma *ameaça*, pois assevera que todos quantos negligenciassem essa legislação terminariam sendo julgados com a própria *sara'at*, tal como acontecera com Miriã, irmã de Moisés. Este versículo faz-nos lembrar da história registrada em Núm. 12.10-15. O fato de que a própria irmã de Moisés foi castigada com essa afecção serviu de advertência de que ninguém estava isento da regra do isolamento. Um homem rico não poderia subornar oficiais e continuar habitando no acampamento, embora tivesse apanhado a *sara'at*.

24.10

Os vss. 10-13 nos apresentam a *décima primeira* das vinte leis miscelâneas oferecidas na seção de Deu. 23.15-25.19. Ver uma breve introdução nas notas sobre Deu. 23.15. Esta décima primeira lei diz respeito aos empréstimos garantidos mediante algum *penhor*. O motivo desta lei era humanitário, evitando humilhação e dano dos pobres. Já vimos que os empréstimos a juros não eram permitidos no caso de irmãos hebreus (ver Deu. 23.19,20). Mas podia haver alguma espécie de *garantia*, capaz de servir de penhor de que o empréstimo seria pago. Um penhor teria de ser algo de valor equivalente. A santidade do lar era assim preservada. Nenhum homem, ao receber de volta o seu empréstimo, podia entrar na casa de seu devedor e arrebatar-lhe o empréstimo, em atitude violenta e arrogante. Mas tinha de esperar que o devedor trouxesse o que quer que ele pudesse pagar. Dessa maneira, o devedor não era humilhado. O penhor usualmente consistia em alguma peça de vestuário, instrumento agrícola, jóia, utensílio de cozinha etc. Os cânones judaicos dizem-nos que a questão inteira era governada pelo conhecimento e pela atuação das autoridades legais, como o Sinédrio (*Mishna Bava Metzia*, cap. 9, sec. 13).

24.11

Ficarás do lado de fora. O credor que viesse buscar um penhor, visto que a dívida não havia sido paga, precisava manter-se a certa distância do devedor, sem perturbar a sua residência. O devedor é que traria para fora o item que serviria de penhor; e assim era preservada a sua dignidade, embora ele tivesse de ficar um pouco mais pobre ao entregar o penhor e, depois, ao pagar a sua dívida. Se um homem tivesse licença para entrar na casa de um seu devedor, acabaria escolhendo as *melhores coisas* da casa, mormente se não tivesse havido um acordo sobre qual seria, exatamente, o penhor.

24.12,13

Em se pondo o sol. Se o penhor fosse algo necessário para o *sono noturno*, como uma capa (que atuava como um cobertor), era mister devolvê-lo antes de chegar a noite. Uma peça de vestuário, como uma capa, agia como um cobertor durante a noite, ou então como roupa durante o dia. Ver Êxo. 22.26,27 quanto a essa legislação. A outra parte da questão (vss. 10 e 11) acha-se exclusivamente aqui. A capa era necessária para manter o corpo aquecido à noite. Era mister devolvê-la antes da chegada da noite, para que pudesse ser utilizada pelo homem pobre. É difícil entender qual uso poderia ter para um homem uma capa que deveria ser devolvida à tardinha: tê-la durante o dia, mas ser obrigado a devolvê-la a seu dono antes de anoitecer. Essa condição, por si mesma, seria um fator de desencorajamento para alguém querer tal tipo de penhor da parte de um devedor. Por outro lado, quem aceitasse uma capa assim como penhor, poderia exercer pressão para que o devedor pagasse a sua dívida o mais prontamente possível. E talvez por isso mesmo uma capa também servisse de penhor. Ver Jó 22.5. Essa situação legal exibe uma fagulha de amor para com o próximo. Pelo menos o devedor não ficava privado daquilo que era essencial à sua própria subsistência. Agir com amor garantia a bênção de Yahweh. O amor é a base de toda a *retidão*.

24.14,15

Temos aqui a *décima segunda* das vinte leis miscelâneas constantes na seção de Deu. 23.15-25.19. Ver uma breve introdução a essa seção nas notas sobre Deu. 23.15. Essa lei visava à proteção de um trabalhador diarista, fosse ele hebreu ou estrangeiro. Um trabalhador assim não podia ser oprimido mediante salários injustos ou através de condições de trabalho difíceis demais. Era mister que ele fosse pago dia-a-dia, situação essa que mostra que estamos tratando com pobres que eram diaristas. Os *pobres fixam o seu coração* no pouco que ganham, esperando ansiosamente pelo dia do pagamento. Para os pobres de Israel, cada dia era um pequeno dia de pagamento; e embora ele recebesse pouco a cada dia, sua vida e a de seus familiares dependiam desse pequeno pagamento. Por essa razão, não se podia deixar o sol pôr-se no horizonte sem pagar ao diarista o seu salário. Mas se um diarista não recebesse sua paga, clamaria ao Senhor para que Ele julgasse qualquer injustiça, e Yahweh sem dúvida cuidaria para que esse *pecado* do empregador recebesse seu justo castigo, *mediante alguma praga, enfermidade, acidente etc.* Cf. este texto com Lev. 19.13, que é um paralelo direto. Ver também Êxo. 2.23 e 3.9. O povo de Israel foi oprimido no Egito. Os empregadores israelitas não tinham permissão de imitar os opressores egípcios. Ver também Deu. 15.1-18 e 22.1-12, onde são protegidos os direitos dos fracos. Ver também Tiago 5.4, que parece ter sido trecho escrito em nossos próprios dias, por tanta injustiça social.

24.16

Cada qual será morto pelo seu pecado. Temos aqui a *décima terceira* das vinte leis apresentadas na seção de Deu. 23.15-25.19. Há uma pequena seção de introdução em Deu. 23.15. O *Código de Hamurabi* (lei 230) permitia a morte vicária de um filho por seu pai, ou de um pai por seu filho, embora não tenha sido encontrada nenhuma alusão literária que mostre que essa lei tivesse sido alguma vez cumprida. Mas a legislação mosaica proibia qualquer prática semelhante. Em certo sentido espiritual, os pecados de um pai poderiam contaminar seus filhos, e o castigo divino poderia sobrevir por esse motivo. Ver Deu. 5.9, quanto a esse princípio, além de várias interpretações a respeito. O senso de responsabilidade era muito despertado em Israel, e a responsabilidade comunal sempre ficava implícita na responsabilidade pessoal. Apesar disso, nenhuma punição capital, em Israel, podia ser transferida de uma pessoa para outra. Ver Deu. 21.1-9 e suas notas expositivas, quanto à responsabilidade comunal.

Uma das aplicações da lei era tentar controlar as desavenças entre as tribos nômades, em face das quais toda uma família, ou mesmo um clã inteiro, poderiam ser aniquilados, por causa de uma infração de um de seus membros. Houve casos assim em Israel (ver Jos. 7.24,25 e II Sam. 21.1-9). Em Israel, em algumas poucas ocasiões, o pecado de um homem resultou na morte de toda a sua família, e a ordem para tal execução foi baixada pelas autoridades. Esta lei tinha por finalidade controlar a matança coletiva, por causa dos erros de um único homem. Ver II Reis 14.6, onde a clemência de Amazias foi elogiada quando ele obedeceu ao princípio ideal desta lei.

"Esta lei modifica a antiga crença de que a culpa afetava todo um grupo social, especialmente uma família (ver Núm. 16.31-33; Jos. 7.24,25; I Sam. 21.1-9)" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre o presente versículo).

Outra aplicação era que o testemunho de um pai contra seu filho, ou de um filho contra seu pai, não era aceitável, em casos que envolvessem punição capital. Outras testemunhas *idôneas* tinham de ser encontradas (conforme diz o Targum de Jonathan). Nesse caso, o trecho de Deu. 21.18 ss. não apresenta nenhuma exceção.

24.17,18

Não perverterás o direito. Temos aqui a *décima quarta* das vinte leis miscelâneas contidas na seção de Deu. 23.15-25.19. Essa lei requeria um tratamento eqüitativo e humanitário para os estrangeiros, os órfãos e as viúvas. As famílias que não contassem com um membro masculino adulto facilmente eram oprimidas nos tribunais e na vida pública. Logo, a legislação procurava prevenir tal coisa. Outrossim, havia uma eterna tendência de fazer dos estrangeiros uma classe secundária de cidadãos. Estes versículos são paralelos ou similares a vários outros trechos do Pentateuco. Ver Deu. 10.18; 14.29; 16.11,14; Êxo. 22.21,22; 23.6-9; Lev. 19.33,34. A razão para o bom tratamento é a mesma que aquela dada no vigésimo segundo versículo deste capítulo e em Deu. 15.15, a saber, que Israel também tinha sido estrangeiro no Egito. Lembremo-nos de que aquela experiência deveria ser uma inspiração para que os filhos de Israel tratassem bem aos outros que estivessem desprotegidos, sujeitos à opressão, por estarem muito longe de sua terra natal. *Yahweh-Elohim* tinha redimido Israel da opressão, pelo que os remidos deviam ter cuidado para não oprimirem outras pessoas, mas antes, estender a elas a proteção e a bênção com que haviam sido brindados pelo Eterno Todo-poderoso. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Deus, Nomes Bíblicos de*.

"Em sua preocupação com indivíduos carentes, tanto viúvas quanto órfãos, esta passagem concorda plenamente com um elevado espírito de humanidade, com sua ênfase sobre a justiça, que se acha em outros trechos deste capítulo" (Henry H. Shires, *in loc.*).

Algumas vezes os anjos foram entretidos por homens como se fossem estrangeiros (ver Heb. 13.2). Aqueles que assim ajudam os estrangeiros fazem o mesmo pelo Senhor (Mat. 25.35), porquanto Jesus está ligado à humanidade inteira. A solidariedade humana é uma forma de cumprimento da lei do amor. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Amor*. O amor tanto é o maior de todos os mandamentos como também é prova do novo nascimento e da espiritualidade (I João 4.7 ss.). O amor é o cumprimento da lei (Rom. 13.8 ss.).

A lei concernente a não ficar alguém com uma capa alheia, como penhor, até o dia seguinte, a fim de beneficiar os pobres (ver os versículos 12 e 13 deste capítulo), agora era estendida para incluir as viúvas. Todos os pobres em espírito, pobres quanto aos bens materiais e humildes em suas atitudes, compartilhavam do mesmo interesse da parte de Yahweh. Outras possessões, como os animais domesticados de alguém, também não poderiam ser arrancadas dos pobres. Ver Jó 24.3.

24.19

Poderíamos encarar este e os três versículos seguintes como uma lei distinta, ou então como se estivessem outorgando detalhes da lei geral, asseverada nos versículos 17 e 18 deste capítulo. Quanto a mim, penso que estamos diante de uma extensão da lei já afirmada, visto que faz provisão quanto às necessidades das mesmas classes: os estrangeiros, os órfãos e as viúvas. O direito de rebuscar incluía as classes mais pobres. Cf. Lev. 19.9,10; 23.22. Esse direito era uma das maneiras pelas quais o povo de Israel cuidava da pobreza abjeta, quando as pessoas nem ao menos tinham o que comer. Assim sendo, Rute teve permissão de rebuscar no campo de Boaz (segundo capítulo do livro de Rute). Destarte, os pobres não se veriam reduzidos à contingência de esmolar, visto que aquilo pelo que poderiam implorar já estava à espera deles nos campos. Essa lei, conforme expressa em Lev. 19.9,10, provia que se deixasse *propositadamente* um pouco de grãos de cereal no campo, não sendo isso feito por mero acidente (conforme também este texto subentende). A passagem de Lev. 23.22 repete esse ato *proposital*. Nesses trechos, ofereço notas expositivas completas sobre a questão.

24.20

Quando sacudires a tua oliveira. As azeitonas também não deveriam ser colhidas da oliveira até o último fruto. Uma porção era deixada para ser aproveitada pelas classes pobres e pouco privilegiadas. São de novo mencionadas as mesmas *três classes*. Desse modo, os pobres podiam gozar de alguma variedade em sua dieta, devido a essas leis humanitárias.

24.21

Quando vindimares a tua vinha. A uva também estava sujeita ao ato de rebuscar. Novamente, as mesmas três classes são mencionadas como tendo o direito de tirar proveito dessa lei. A colheita das azeitonas e das uvas ocorria mais ou menos ao mesmo tempo, ou seja, um pouco depois da colheita do trigo, ou no fim de nosso mês de junho ou no começo de nosso mês de julho. "Essas leis foram baixadas a fim de beneficiar os pobres, com o propósito de mostrar para com eles misericórdia e gentileza, e para que também pudessem participar de todos os frutos da terra" (John Gill, *in loc.*).

Tipologia. A provisão espiritual e material que temos em Cristo é ampla e variegada. "Deus pode fazer-vos abundar em toda graça, a fim de que, tendo sempre, em tudo, ampla suficiência, superabundeis em toda boa obra" (II Cor. 9.8). Oh, Senhor, concede-nos tal graça!

> *Pois conheceis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo,*
> *que, sendo rico, se fez pobre por amor de vós,*
> *para que pela sua pobreza vos*
> *tornásseis ricos.*
>
> (II Coríntios 8.9)

24.22

Lembrar-te-ás. Um dos *motivos* para os israelitas viverem a lei do amor era que Yahweh se tinha mostrado gracioso para com eles, quando estavam sendo oprimidos no Egito. A generosidade Dele servia de exemplo a ser seguido. Este versículo repete o versículo 18 deste capítulo, que já havia afirmado a razão de serem bem tratadas aquelas três classes de pessoas: os estrangeiros, as viúvas e os órfãos. Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* o artigo intitulado *Liberalidade e Generosidade*. Ver também Deu. 15.15 quanto à mesma declaração.

Capítulo Vinte e Cinco

Este capítulo *dá prosseguimento* à listagem das vinte leis miscelâneas que constituem a seção de Deu. 23.15-25.19. Há uma breve introdução a essa seção nas notas sobre Deu. 23.15.

Achamos aqui a *décima quinta* das vinte leis miscelâneas que constituem a seção de Deu. 23.15-25.19. Ver uma introdução a essa seção em Deu. 23.15. O propósito dessa lei era impor certas restrições judiciais sobre as punições corporais. Se um homem tivesse de ser açoitado, não poderia ser sujeitado a um castigo que o levasse à beira da morte. Ficava machucado, mas não a ponto de sua vida ser colocada em perigo.

25.1

Em havendo contenda entre alguns. Temos aqui qualquer questão de disputa que não pudesse ser resolvida sobre uma base privada, que tinha de ser levada a juízo pelos tribunais apropriados: o Sinédrio local, e então, se o caso fosse difícil demais para um tribunal local, o Grande Sinédrio, em Jerusalém. Ver Deu. 17.8 quanto a essa informação. Os tribunais locais compunham-se de vinte e três membros; e o tribunal central, de setenta e um membros. As aldeias pequenas podiam ter um tribunal de até um mínimo de três juízes, e um número menor do que isso não era permitido. Esses tribunais tinham a palavra final em qualquer caso que decidissem. Eles decidiam sobre quem tinha e quem não tinha a razão; e também executavam as sentenças que tivessem sido determinadas. Mas o que decidissem precisava ser regulado pelo bom senso. Ninguém podia ser morto mediante um castigo de açoites.

25.2

Se o culpado merecer açoites. O indivíduo que fosse declarado culpado de alguma ofensa que não fosse punida mediante a execução era castigado pela pena secundária dos açoites. Esse homem era, pois, humilhado. Tinha de deitar-se defronte do juiz que ditara a sentença e era açoitado no local, na mesma hora. A justiça era aplicada sem tardança.

Maimônides (*Hilchot Sanhedrin*, cap. 19, sec. 1) referiu-se a duzentos e sete tipos de ofensas em face das quais um homem merecia ser açoitado, embora não recebesse a punição capital. Todas essas ofensas envolviam alguma forma de infração da lei, incluindo muitas que não são referidas diretamente, mas apenas por analogia.

Muitos antigos tribunais já administravam açoites, uma vez detido o réu; e as referências literárias mostram que esses açoites por muitas vezes resultavam na morte do acusado. De acordo com a lei de Moisés, entretanto, essa era uma questão que recebia um colorido humanitário. Ver Jer. 20.2; 37.14; Mar. 14.65; Atos 16.22,23. A lei dos hebreus requeria que primeiro houvesse um julgamento, e então um número circunscrito de açoites (ver o versículo seguinte).

25.3

Quarenta açoites lhe fará dar, não mais. A *limitação* de um castigo judicial de trinta e nove chibatadas vinha de tempos antigos e fazia parte da legislação de vários povos antigos. Adam Clark menciona que essa prática veio da China. Eram utilizados látegos e varas de bambu. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Açoite* quanto a informações gerais que incluem a maneira como os golpes eram aplicados. Naquele artigo, dou certo número de referências literárias sobre a questão. O direito romano não permitia que um cidadão romano sofresse a desgraça dos açoites em público (ver Atos 22.25), mas não isentava não-romanos e escravos (ver Atos 22.24). O Código de Hamurabi (lei 202) permitia até sessenta chibatadas. Leis assírias posteriores permitiam entre quarenta e cinqüenta chibatadas. Este versículo fala que, entre os israelitas, o número era limitado a quarenta. Mais tarde ainda, esse número foi reduzido para trinta e nove (ver II Cor. 11.24). Desse modo, evitava-se uma excessiva crueldade nesse castigo de açoites.

Sabe-se que, mais tarde, o castigo de açoites era infligido nas sinagogas. E enquanto era aplicado, lia-se o trecho de Deuteronômio (28.38 e 59), além de algumas outras passagens.

Teu irmão não fique aviltado. Em outras palavras, um homem açoitado não podia sofrer humilhação absoluta. E o Targum de Jonathan interpreta isso como: "a fim de que ele corra o perigo de perder a vida, e teu irmão seja envilecido". Destarte, a pessoa *vil* poderia ser aquele que ordenara o espancamento, ou aquele que o tivesse administrado; pois o homem castigado quase morrera, o que constituía um castigo que ia além do permitido pela lei. Outra interpretação é que o homem espancado tornar-se-ia vil porque, tendo morrido, seu corpo se decomporia. Nesse caso, a alusão quase certa é ao homem que fora espancado. Ninguém deveria ser tratado como se fora um animal. O homem castigado era um "irmão" que tinha caído em erro, e não deveria ser excessivamente punido.

25.4

Não atarás a boca ao boi, quando debulha. Temos aqui a *décima sexta* das vinte leis que aparecem na seção de Deu. 23.15-25.19. Ver uma breve introdução a essa seção em Deu. 23.15.

A lei requeria respeito e interesse humanitário pelos animais. Um boi que estivesse pisando o grão deveria ter permissão de comê-lo, pelo que era proibido atar-lhe a boca. Desse modo, a lei mosaica continha bondade para com os animais. Já que um animal ajudava o homem a obter seu cereal, então também merecia ficar com parte do alimento. Paulo utilizou-se desse versículo em I Coríntios 9.9, para ensinar que o ministro do evangelho que trabalhasse em um labor espiritual deveria receber justa paga, porque merecia ser sustentado. E Paulo ajuntou que Deus não dissera isso somente para benefício dos animais, mas também para nosso aprendizado. E os intérpretes têm-se debatido com essa declaração paulina, pois o Antigo Testamento deixa claro que essa lei reflete, claramente, o interesse de Deus pelos animais. Ver a mesma coisa em Jonas 4.11. No que toca à declaração de Paulo, ver a passagem de I Coríntios 9.9, no *Novo Testamento Interpretado*.

Maimônides lista várias maneiras pelas quais os povos gentílicos impediam que os bois e outros animais comessem enquanto trabalhavam: pondo um espinho na boca do animal; usando focinheiras; espalhando coberturas sobre o cereal (*Hilchot Shecirut*, cap. 13, sec. 3). Ver I Timóteo 5.17,18 quanto a outro uso neotestamentário desta passagem. Ver Deu. 22.6,7 e Pro. 12.10, trechos que também ensinam que devemos tratar os animais com brandura.

25.5

Este e os cinco versículos seguintes apresentam a décima sétima das vinte leis que aparecem na seção de Deu. 23.15-25.19. Ver uma breve introdução a essa seção em Deu. 23.15. Trata-se de uma repetição do chamado casamento levirato. Ver no *Dicionário* o artigo detalhado sobre essa questão, chamado *Matrimônio Levirato*. Se se casar com duas irmãs (estando ambas vivas) era uma forma de incesto, proibida pela lei (ver Lev. 18.18), contudo, uma mulher deveria casar-se com *um segundo irmão*, se seu marido (um dos irmãos) tivesse morrido antes de haver gerado filhos. O propósito do casamento, no antigo povo de Israel, não era cumprir fantasias românticas, mas promover a família e uma linhagem de herança, pois a família era a unidade social basilar. Era muito importante que a linhagem herdeira tivesse continuação (ver o sexto versículo deste capítulo), para que o nome de um homem não fosse obliterado. Meu artigo sobre o assunto é detalhado, pelo que não ofereço aqui um estudo completo.

Não se casará com outro estranho. A viúva, nesse caso, não podia casar-se com um homem *fora da família* de seu falecido marido. "Estranho" pode significar "estrangeiro", mas não é o que está em pauta aqui. A mulher nem ao menos podia casar-se com um homem da mesma tribo de seu falecido marido, mas tinha de confinar-se à família a que pertencia o marido morto. Essa lei, naturalmente, forçava a poligamia (ver a respeito no *Dicionário*), pois um irmão do morto provavelmente já tinha sua própria mulher, ou mesmo mais de uma. Casar-se com uma cunhada divorciada ou enviuvada era proibido. Ver o *gráfico* existente nas notas de introdução ao capítulo 18 de Levítico, quanto a um estudo detalhado sobre o pecado de incesto; e ver também o verbete sobre esse assunto no *Dicionário*. O casamento levirato, por conseguinte, formava uma exceção ao espírito das leis sobre o incesto.

A obrigação de cunhado. Essa era uma obrigação dos laços do casamento, tanto a fim de prover um herdeiro que desse continuação ao nome da família como para preservar a herança da família sob a forma de terras, que vinha continuando desde que a Terra Prometida fora lotada (ver os capítulos 21 a 23 de Josué). Se um homem morresse sem deixar descendentes, então um seu irmão tinha de assumir essa *obrigação*.

O novo casamento, porém, não poderia ocorrer enquanto não se escoassem três meses após a morte do irmão falecido (ver *Yebamot*, cap. 4, sec. 10).

25.6

Será sucessor do nome do seu irmão falecido. Parece que este versículo indica que o filho primogênito do casamento levirato teria o mesmo nome de seu tio falecido, ao mesmo tempo em que seria considerado legalmente filho do falecido, levando avante a sua linhagem e herança. Dessa maneira, as promessas divinas, dentro do Pacto Abraâmico, tornavam-se reais para o falecido. Sua linhagem continuaria e sua herança permaneceria dentro de sua linhagem. Ver as notas sobre o *Pacto Abraâmico* em Gên. 15.18. Ver também Gên. 15.18-21; 17.19; 22.17; 28.13,14 e 35.12. Um homem falecido participava da vida de Israel através de seu filho legal, embora, biologicamente falando, fosse seu sobrinho.

Tipologia. Alguns intérpretes vêem aqui um indício do fato de que Jesus, que morreu biologicamente sem deixar descendentes, ainda assim obteve muitos irmãos e filhos, em um sentido espiritual. Portanto, Ele não foi deixado sem a Sua própria família. E esses Seus familiares tornaram-se herdeiros de tudo quanto a missão remidora de Cristo proveu para eles. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Herança*. Ver também o último parágrafo quanto às implicações tipológicas.

"Visto que, de acordo com a maneira antiga de pensar, o nome de um homem era o portador de sua pessoa, então um pai vivia em seu filho (Gên. 48.15,16)" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre este versículo).

"Sublinhando tudo isso, há uma verdade perfeitamente real. Tal como seu progenitor, o judaísmo, o cristianismo originou-se como a religião de uma comunidade... a vida cristã genuína não pode ocorrer no isolamento... antes, o grupo, em comunhão com Deus, é fundamental" (Henry R. Shires, *in loc.*).

25.7

Se o homem não quiser tomar sua cunhada. Se um homem não quisesse cumprir seu papel, dentro das regras do casamento levirato, isso resultaria para ele em uma profunda humilhação, conforme vemos neste e nos três versículos seguintes. Mas havia a compreensão tácita de que, se o homem simplesmente não tolerasse ficar com sua cunhada viúva, então seria melhor não forçá-lo a fazê-lo. Mas um processo legal era necessário para que houvesse tal dispensa de obrigação. Pois não se tratava de um ato individual e unilateral. Onã (ver Gên. 38.9), como é óbvio, não recebeu tal oportunidade de dispensa. Podemos, pois, presumir, que a legislação se desenvolveu com a passagem do tempo. Mais e mais homens recusavam casar-se com suas cunhadas viúvas; e assim, finalmente, foi adicionado um dispositivo legal que cuidasse de tais casos. Posteriormente, tornou-se usual que um homem não assumisse a sua responsabilidade; e assim a lei do levirato gradualmente caiu em desuso.

A mulher ofendida é que tinha de apresentar a questão diante de um tribunal. O único recurso que lhe restava era humilhar publicamente o seu cunhado, na esperança de que essa humilhação o seguisse sob a forma de má reputação. Nenhuma multa era baixada. O mero ato de humilhação desobrigava o homem. Tal como acontecera com Tamar (ver o capítulo 38 de Gênesis), a mulher é que precisava tomar a iniciativa. Mas também é provável que muitas mulheres preferissem manter-se na reserva, quando viam as atitudes hostis de seus cunhados.

25.8

Os anciãos da sua cidade devem chamá-lo. Fica entendido que a mulher tinha apresentado *queixa*, em vista do que o tribunal chamara o homem rebelde. A tarefa dos juízes consistia em tentar convencê-lo a cumprir sua obrigação. Todavia, ele tinha o direito legal de continuar a recusar-se. Uma humilhação pública valia a pena, se ele realmente quisesse desvencilhar-se "daquela mulher"! Maimônides informa-nos que, em alguns casos, o tribunal reconhecia a sabedoria mostrada pelo homem, e até aconselhava-o a continuar em sua recusa, como quando havia alguma enfermidade envolvida, ou então quando o homem fosse idoso e a mulher fosse jovem, ou exatamente o contrário (ver *Yebum Vachalitzah*, cap. 4, sec. 1). Na maior parte das vezes, entretanto, o tribunal procurava promover o casamento levirato.

25.9

Temos Aqui o Ato Humilhador Propriamente Dito. Consistia em descalçar o homem de uma de suas sandálias e cuspir-lhe no rosto, ao mesmo tempo em que se proferia uma maldição, que passaria a ser uma espécie de opróbrio pelo resto da vida dele. Leão de Modens (*Mish. Yebamot*, cap. 4, sec. 6) informa-nos que a sandália tirada era do *pé direito* do homem. Esse ato era, aparentemente, um ato simbólico que reduzia o homem a ser um cidadão de segunda classe, pois os escravos andavam descalços. Ver o trecho de Rute 4.7,8, quanto à cerimônia da sandália, ainda que, no caso de Rute, não estivesse em foco uma situação de casamento levirato, e sim, o caso de um goel, ou seja, um parente remidor da propriedade da mulher.

Alguns estudiosos pensam que a sandália retirada servia de sinal de *poder*, pois o calçado ajudava um homem a andar e trabalhar sem ferir os pés. Remover a sandália, portanto, simbolizaria o ato de debilitar o homem, embora a outra interpretação pareça melhor.

E lhe cuspirá no rosto. Esse símbolo é inequívoco. A cunhada rejeitada estava *desprezando* e humilhando publicamente o homem que se negara a cumprir sua obrigação, e proferia uma maldição que acompanharia o homem por toda a vida dele. "... como se fosse um sinal de opróbrio e desgraça" (John Gill, *in loc.*). O temor diante de tais coisas, presumivelmente, levaria o homem a cumprir sua obrigação social, pois do contrário ele se tornava um homem *estigmatizado*. A força motivadora, por conseguinte, era a *pressão social*.

25.10

A casa do descalçado. É de presumir que a comunidade inteira lembrar-se-ia de que ele era o homem cuja sandália fora retirada, e esse estigma haveria de acompanhá-lo pelo resto de sua vida. Porém, é apenas razoável pensarmos que, pelo menos entre os homens, o homem rebelde acabasse ganhando prestígio, por ter tido a coragem de rejeitar "aquela mulher". Em tempos posteriores, as palavras

de maldição eram proferidas por três vezes, para efeito de ênfase. O homem era lançado em opróbrio público, mas ficava desobrigado do casamento levirato, e isso poderia parecer a ele compensador. Ainda mais tarde, ao homem se dava um documento que lhe permitia casar-se com quem bem quisesse, visto que estava desobrigado do casamento levirato, pois, de outro modo, o que fizera poderia atuar como um impedimento. Um sumo sacerdote estava isento dessa lei, afinal (ver Lev. 21.14), tal como os reis de Israel (ver *Mish. Sanhedrin,* cap. 2, sec. 2), *pelo que aquele homem se tinha aliado a boa companhia.*

25.11,12

Quando brigarem dois homens. Estes dois versículos nos fornecem a *décima oitava* das vinte leis que figuram na seção de Deu. 23.15-25.19. Ver uma introdução a essa seção em Deu. 22.15. A lei mosaica também procurava regulamentar as brigas. Conforme alguém já disse: "Os homens brigam por aquilo que é certo e também para se divertirem". Sempre haverá brigas. A legislação mosaica procurava regulamentar certos tipos de brigas. Cf. Êxo. 21.22, onde achamos algo similar. As notas dali se aplicam também aqui. No texto de Êxodo, quem acabou ferida foi uma mulher grávida, e talvez até o seu feto. Mas aqui, uma mulher, procurando defender o seu marido, machucaria os órgãos sexuais de outro homem. Atualmente, as mulheres estão aprendendo a defender-se de ataques masculinos, por meio de chutes nos testículos, deixando-o completamente sem ação.

Em uma briga simples (não no caso de uma tentativa de estupro), uma mulher israelita não podia defender seu marido desse modo. Se ela assim o fizesse, perderia a mão. Temos aqui o único caso de punição por meio de mutilação, em toda a lei mosaica, ainda que, no Oriente Próximo e Médio, essa fosse uma pena comum. De acordo com a lei dos assírios, *um homem que ousasse beijar uma mulher na rua* (não sendo ela sua esposa), teria seus lábios decepados com uma espada. Aquela antiga lei que diz "olho por olho, dente por dente" (Deu. 19.21) reflete uma época mais antiga, quando as mutilações eram um castigo freqüente. Israel, porém, logo abandonou esse tipo de filosofia judicial. Ver Êxo. 21.24,25 quanto a uma expressão mais elaborada da lei da retaliação, ou *lex talionis.* Ver no *Dicionário* o verbete com esse nome. É significativo que essa lei fosse aplicada no caso de uma mulher que estivesse defendendo seu marido, e então ela e seu feto fossem feridos.

A *proibição* que consta nestes versículos talvez tenha algo que ver com o respeito pela fonte da vida, representada pelos órgãos genitais. Porém, também é muito provável que estivesse envolvido o medo por parte dos homens de serem atacados nessa área mais vulnerável do corpo; e, para agravar ainda mais a situação, é que tal ataque seria desfechado por *uma mulher.* Não é muito provável que o autor sagrado estivesse preocupado com a *modéstia* da mulher, conforme alguns intérpretes têm opinado.

Não a olharás com piedade. Era realmente excruciante agarrar a mulher e decepar-lhe a mão; mas a lei assim o exigia; nenhum sentimento de piedade poderia impedir a mutilação. Essas leis nos parecem incompreensíveis. Cf. Deu. 13.8; 19.13,21 quanto a declarações similares. Em tempos posteriores, porém, era cobrada alguma *multa,* pois as mutilações haviam sido totalmente descontinuadas.

25.13

Não terás pesos diversos. Encontramos neste e nos três versículos seguinte a *décima nona* das vinte leis miscelâneas que figuram na seção de Deu. 23.15-25.19. Ver uma introdução a essa seção em Dev. 23.15. Nas transações comerciais era preciso que houvesse *pesos* e *medidas* justos. Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Filosofia e Teologia* o verbete intitulado *Honestidade.* Um homem desonesto seria privado de suas riquezas por parte de Yahweh. Ele só obteria vantagens pecuniárias, a fim de perdê-las mais tarde. O décimo quinto versículo deste capítulo promete vida longa ao homem honesto.

Uma *honestidade a toda prova* era recomendada no tocante a todas as negociações e comércio, tanto quanto em todos os processos judiciais (Deu. 16.18-20). O paralelo direto deste trecho acha-se em Lev. 19.35,36. As notas expositivas oferecidas ali aplicam-se também aqui.

Um grande e um pequeno. Um negociante tinha uma bolsa onde havia pesos (geralmente feitos de pedra ou de metal), que eram usados nas transações. Porém, alguns comerciantes mostravam-se desonestos porque tinham pesos bem calibrados, e outros nem tanto, para que assim pudessem enganar quem com eles negociassem. Um negociante desonesto vendia usando o peso menor, e comprava usando o peso maior. Talvez estejam em foco transações em que esses pesos é que determinavam o valor dos produtos. Ver também Pro. 11.1; 16.11; 20.10,23; Amós 8.5; Miq. 6.11; Osé. 12.7, quanto à menção a "balanças". Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Balanças.*

25.14

Efa. O efa era, essencialmente, uma medida usada para o caso de cereais. O valor de capacidade do efa difere na opinião dos intérpretes, e provavelmente também de uma época para outra. Era, ao que tudo indica, uma medida de origem egípcia. Valia dez ômeres (ver Êxo. 16.36), ou seja, mais ou menos o equivalente a dez quilogramas. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Pesos e Medidas,* em sua seção VII. Há alguns estudiosos que lhe atribuem um valor de até dezenove quilogramas. Essa medida é mencionada por cerca de trinta e seis vezes no Antigo Testamento.

Um negociante desonesto, que dispusesse de dois tamanhos de efa, enganava tanto os que dele comprassem quanto os que para ele vendessem. Com o efa maior, ele comprava. E com o efa menor, vendia.

25.15

Para que se prolonguem os teus dias na terra. Em contraste com um homem desonesto, um homem honesto usava corretos pesos (vs. 13) e medidas (vs. 14). E viveria mais tempo do que um homem desonesto. Alguma *enfermidade* arrebataria anos de vida do homem desonesto, mostrando-lhe assim que, nesta vida, há coisas mais importantes do que o dinheiro. Uma longa vida física era uma promessa padrão a todos quantos, em Israel, observassem os mandamentos da lei. Ver as notas sobre isso em Deu. 4.1; 5.33 e 6.2. Não há, nessa promessa, nenhum indício de vida eterna, conforme explicam, detalhadamente, as notas expositivas sobre essas referências. Havia algumas promessas específicas de longa vida física para os que obedecessem a certos mandamentos específicos, como honrar pai e mãe (Deu. 5.16) e conferir um tratamento misericordioso para com as aves (Deu. 22.6,7). A promessa deste versículo era recompensa aos que se mostrassem honestos em seus negócios.

25.16

É abominação ao Senhor. Aos olhos de Deus, a *desonestidade* nos negócios é uma "abominação". Uma vigorosa palavra hebraica acha-se por trás dessa tradução, e com freqüência era usada para indicar a idolatria, equivalente ao adultério espiritual. Ver as notas sobre esse vocábulo em Deu. 13.14 e 23.18. Foi o próprio *Yahweh-Elohim,* o Eterno e Todo-poderoso, quem ordenara que houvesse honestidade em todas as transações comerciais. Ver no *Dicionário* o artigo *Deus, Nomes Bíblicos de.* Yahweh é justo. E aqueles que seguissem o yahwismo precisavam ser justos. Uma balança enganosa era uma abominação aos olhos de Yahweh. Ver Amós 8.4-8. A injustiça tende a perpetuar a pobreza, pelo que os mais beneficiados por pesos e medidas justos eram os pobres.

25.17

Lembra-te do que te fez Amaleque. Temos aqui (Deu 25.17-19) a *vigésima* e última das *vinte* leis miscelâneas que constituem a seção de Deu. 23.15 a 25.19. Ver uma breve introdução a essa seção nas notas sobre Deu. 23.15. Essa lei consistia em uma maldição absoluta contra os amalequitas, requerendo que Israel exterminasse a raça inteira dos filhos de Amaleque.

Alguns intérpretes, como Henry B. Shires (*in loc.*), salientam como leis e ódios dessa natureza, voltados contra povos estrangeiros, são absolutamente contraditórios à fé cristã. Jesus ensinou-nos a amar nossos inimigos e tratar bem aqueles que nos tiverem ofendido (ver Mat. 5.44). Apesar disso, outros intérpretes supõem que essa maldição fizesse parte necessária da história de Israel, e acham motivos para defender a questão.

Essa maldição só veio a surtir efeito muito mais tarde, em sua íntegra. Mais de quatrocentos anos depois, Davi derrotou os amalequitas (ver II Sam. 1.1); mais trezentos anos se passaram até Ezequias ter cumprido finalmente a tarefa (ver I Crô. 4.41-43). Ver no *Dicionário* no artigo chamado *Amalequitas.*

Quando saías do Egito. Somente duas batalhas específicas contra os amalequitas ficaram registradas no Pentateuco (ver Êxo. 17.8-16; Núm. 14.39-45). Mas o trecho que estamos comentando dá a entender outros choques armados, *além daqueles incidentes que foram historiados.* Os filhos de Amaleque atacaram os filhos de Israel sem terem sido provocados, quando Israel estava exausto e enfermiço. Outras batalhas foram registradas, em I Sam. 14.48; 15; 27.8,9; 28.18; 30.1-20; II Sam. 8.12; I Crô. 4.43. Os amalequitas, assim sendo, foram submetidos ao método do *holocausto* de uma guerra santa (ver Deu. 20.16-18), em vez do tratamento mais brando que podia ser administrado aos adversários em tempos de guerra (ver Deu. 20.10-15).

25.18

Atacou na retaguarda todos os desfalecidos. O *crime* dos amalequitas foi especialmente *cruel* porque eles atacaram sem terem sido provocados, e tiraram vantagem daqueles que compunham a retaguarda do acampamento de Israel em movimento, massacrando os enfermos, desfalecidos e cansados, que iam ficando para trás. Tendo, pois, massacrado, os amalequitas deveriam ser massacrados igualmente. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Lei Moral da Colheita Segundo a Semeadura.* Em vez de socorrerem os exaustos israelitas, eles apelaram para o massacre.

Eles *não temiam a Deus*, sendo esse o motivo pelo qual fizeram o que fizeram. *Temor de Deus* era uma daquelas qualidades espirituais básicas que a lei requeria do povo de Israel. Ver Deu. 10.12.

25.19

Apagarás a memória de Amaleque. A despeito de todas as *oposições e matanças*, finalmente a Terra Prometida seria possuída. Isso concordava com a promessa do Pacto Abraâmico (ver as notas a respeito em Gên. 15.18). Depois que tivesse ocorrido a conquista da Terra Prometida (ver Jos. 21-23), então Israel *descansaria* de suas guerras. Porém, uma vez que eles pudessem descansar e tivessem juntado as forças necessárias para a tarefa, deveriam iniciar uma guerra sem tréguas e sem misericórdia contra os amalequitas, exterminando-os totalmente. Vimos no versículo 17 que Israel foi exortado a "lembrar-se" da crueldade dos amalequitas. E, no presente versículo, os israelitas recebem ordem para revidar contra os amalequitas conforme eles tinham feito. Visto que os amalequitas não tinham mostrado misericórdia, agora não receberiam misericórdia. O rei Ezequias foi quem terminou por levar a bom termo essa maldição contra Amaleque (I Crô. 4.41-43).

Ellicott (*in loc.*) salientou que essa maldição ocorreu através de vários estágios: por Josué (Êxo. 7.14); por Baraque e Gideão (Juí. 5.14; 6.3; 7.12); por Saul e Samuel (I Sam. 15); por Davi (I Sam. 27.8,9; 30.17); pelos simeonitas (I Crô. 4.42,43); por Ester, que exterminou os agagitas da casa de Hamã.

O Targum de Jonathan projeta essa maldição até os próprios tempos messiânicos, ao dizer: "... mesmo nos dias do rei Messias, isso não será esquecido".

Capítulo Vinte e Seis

Conclusão (26.1-19)

Este capítulo conclui as muitas leis que o autor sacro tinha começado a apresentar no capítulo 12 deste livro. E depois vem uma nova seção, que começa no capítulo 27. Duas cerimônias (acompanhadas por confissões) são aqui apresentadas: 1. aquela da apresentação das primícias (26.1-11), e 2. aquela a ser recitada no santuário central ao terceiro ano, o "ano dos dízimos" (26.13-15). A primeira *confessa* os atos de salvação e graça, que tiraram Israel da servidão no Egito. E a segunda *produz* uma solene afirmação de obediência às leis atinentes aos dízimos, incluindo uma oração, de pedido pelas bênçãos abundantes de Deus. Os versículos 16-19 concluem este capítulo com exortações acerca da obediência que deveria caracterizar um povo especial para Deus.

Os dois ritos descritos neste capítulo tinham o propósito de celebrar a transição pela qual Israel passou, de um povo nômade para uma comunidade agrícola fixa à terra, o que se tornou possível na Terra Prometida, mediante as grandes bênçãos de Yahweh.

26.1

Ao entrares na terra. A época certa da prática dos dois ritos (ver a introdução a este capítulo) é projetada para aquele tempo em que Israel já tivesse completado a conquista da Terra Prometida, loteando-a entre as suas tribos (Jos. 21-23). A herança que fazia parte do Pacto Abraâmico (ver Gên. 15.18) tornar-se-ia uma realidade, e Israel celebraria a sua transição da vida nômade para uma comunidade agrícola fixa à terra. Nessa *nova comunidade*, pois, os ritos e as leis do yahwismo seriam promovidos, e daí resultariam muitas bênçãos divinas.

26.2

Tomarás das primícias. Ver no *Dicionário* o verbete *Primícias*. O *santuário central* seria o lugar das oferendas e dos ritos religiosos. O santuário de Jerusalém substituiria todos os demais, e assim o yahwismo seria unificado. Ver Deu. 12.5, quanto a essa questão.

"Essa oblação das primícias diferia do molho de primeiros frutos, da colheita da cevada, durante o período da Páscoa, e também diferia dos dois pães de trigo, movidos diante do Senhor durante a época do Pentecoste; e, igualmente, dos bolos das primícias da massa. Ver Lev. 23.10,17; Núm. 15.20,21. Essa oblação era apenas de *uma espécie*; mas aquelas eram de várias espécies... os *sete tipos* aqui chamados de 'fruto do solo', mencionados em Deu. 8.8. E tudo isso nos ensina que compete a nós honrar a Deus por meio das primícias de nossa produção, e devemos mostrar-nos agradecidos por tudo quanto possuímos" (John Gill, *in loc.*).

26.3,4

Hoje declaro ao Senhor teu Deus. Esse rito *comemorava* a vitória. O povo de Israel, finalmente, tinha entrado na Terra Prometida e ganho a herança que fora prometida a Abraão. Os sacerdotes oficiantes (alguns falam aqui no sumo sacerdote) do santuário central receberiam a oferenda das primícias, uma oferta de ação de graças. O sacerdote proferiria palavras de bênção e agradecimento, e então poria o cesto de primícias perante o Senhor, diante do altar. Mas, antes de depositá-lo ali, o sacerdote moveria o cesto, com a ajuda do ofertante, as mãos do sacerdote por baixo das mãos deste último, ambos realizando o movimento. Esse movimento era feito na direção dos quatro cantos da terra, em reconhecimento do domínio universal de Yahweh e de Suas bênçãos sobre a terra inteira. O cesto era posto sobre o altar de bronze, o altar dos sacrifícios, porque, na verdade, o rito era uma espécie de sacrifício. Ver as notas de introdução ao trecho de Êxodo 21.1, quanto a um gráfico que ilustra a planta baixa do tabernáculo, e que veio a ser incorporada ao esquema do templo de Jerusalém.

26.5

Então testificarás perante o Senhor teu Deus. A história inicial de Israel era relembrada nessa declaração. Jacó é aqui referido como "arameu, prestes a perecer". Quando ele desceu ao Egito, era apenas um nômade e estrangeiro, em terra pertencente a outros. Jacó e seus familiares passaram precariamente como estrangeiros. No entanto, tão grande fora a bênção dada por Yahweh que, ali no Egito, e sob circunstâncias tão adversas, foi-se formando uma grande nação. Começando com setenta pessoas, saíram do Egito cerca de quatro milhões, visto que havia nada menos de seiscentos mil homens, de vinte anos para cima, que podiam atuar como soldados (ver Núm. 1.46).

Um Antigo Credo. Os vss. 5 e 10 deste capítulo contêm um antigo credo de Israel, recitado a fim de que o povo se lembrasse de seu humilde passado, e de como Yahweh os havia abençoado tanto, tornando-os uma nação numerosa e poderosa. Os dois principais eventos que deviam ser lembrados eram o êxodo do Egito e a conquista da terra de Canaã, eventos-chaves do triunfo dos israelitas. As primícias eram oferecidas em comemoração a tudo quanto havia acontecido. A recitação do credo fazia parte do segundo aspecto do ritual, celebrando o poder e a fidelidade de Yahweh.

Podemos relembrar a história de Abraão, que era natural de Ur, da Caldéia, e jornadeou até Harã, uma cidade dos arameus, na alta Mesopotâmia (ver Gên. 11.28-32). Abraão entrou na terra de Canaã, mas Jacó, em tempo de fome, partiu dali para o Egito. No Egito, Jacó viveu somente por mais dezessete anos, mas o pequeno remanescente de setenta pessoas logo se multiplicou, tornando-se uma grande multidão. E o Senhor, no deserto, organizou-os para que se tornassem uma nação.

"A confissão, aqui, juntamente com aquela de Deu. 6.20-25, compõem um pequeno credo histórico" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

26.6

Os egípcios nos maltrataram e afligiram. Os egípcios apertaram os filhos de israel, transformando a vida deles em uma grande miséria, pois chegou o dia em que os Faraós não mais se lembravam de José e de seus notáveis serviços em favor do Egito. Assim, os filhos de Israel foram reduzidos à escravidão, no Egito, e o quadro parecia tornar-se totalmente destituído de esperança. Parecia que, em vez de possuírem o território que tinha sido prometido a Abraão, eles continuariam para sempre no Egito, como escravos, até serem absorvidos por aquela nação camita. Mas os planos de Yahweh eram o contrário de tudo isso, e o negro capítulo da servidão foi revertido da maneira mais espetacular. Ver Êxo. 1.9-22; 2.25; 3.9 e 6.5,6, que são fontes dessa confissão sobre a qual estamos comentando.

26.7

Clamamos ao Senhor. Sentindo-se impotentes para se libertarem, os descendentes de Jacó clamaram a Yahweh-Elohim, o *Eterno Todo-poderoso*. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Deus, Nomes Bíblicos de*. Ver Êxo. 2.23 quanto ao incidente histórico do clamor a Yahweh. Ver Êxo. 2.25 e 3.7,8 quanto ao modo como Yahweh atendeu a esse clamor.

26.8

E nos tirou do Egito com poderosa mão. Este versículo recapitula o poder de Yahweh, exercido no livramento dos filhos de Israel. Cf. Deu. 4.34 e 9.26 acerca do "braço estendido", ou seja, os atos de poderosa intervenção divina, em favor do povo de Israel; e cf. Deu. 4.34; 6.22; 7.19 e 29.3 quanto aos muitos *sinais, milagres e maravilhas* que o Senhor realizou em prol de Israel. O fato de que Deus tirou o povo de Israel da servidão no Egito, mostrando-lhe Seu poder e graça, é um tema freqüente no livro de Deuteronômio, onde reaparece por cerca de vinte vezes. Quanto a isso, ver as notas expositivas sobre Deu. 4.20. Ver também as notas sobre Núm. 23.22, que dizem respeito a esse mesmo tema. Era por todas essas coisas que agora Israel agradecia ao Senhor, por ocasião da oblação das primícias. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Pragas do Egito*, bem como um gráfico que as

ilustra, nas notas sobre Êxo. 7.14. Essas pragas figuram entre os sinais e milagres mencionados neste versículo.

26.9

E nos trouxe a este lugar. Yahweh tirara os israelitas do Egito e então os introduzira na Terra Prometida. Esta era uma terra de abundância, que manava "leite e mel". Quanto a notas completas sobre essa expressão, ver Êxo. 3.8 e Núm. 13.27. Yahweh "fez reverter a história de Israel", mostrando-lhes coisas grandes e poderosas "que não sabiam" (ver Jer. 33.3). "O verdadeiro teste da religião é, de fato, sua capacidade de satisfazer necessidades individuais" (Henry S. Shires, *in loc.*).

26.10

Eis que agora trago as primícias. Em face de *tudo* quanto Yahweh tinha feito, os adoradores israelitas punham sobre o altar (vs. 4), mediante o ofício dos sacerdotes, as primícias de sua colheita. Essas primícias tornavam-se parte do sustento dos sacerdotes, uma vez que a porção pertencente a Yahweh fosse oferecida na cerimônia. Ver os versículos 3 e 4 deste capítulo, quanto a esse ritual. Agradecemos a Deus porque até mesmo os rios de ventanias mais difíceis terminam desaguando seguramente no Mar. O destino determinado por Deus incorpora todos os seres humanos. Quanto a Israel, Deus levou-os ao triunfo. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Gratidão.*

A gratidão é um sinal das almas nobres.

(Esopo)

A terra nada produz de pior do que um homem ingrato.

(Ausônio)

26.11

Alegrar-te-ás por todo o bem. Às ações de graças era adicionado o *regozijo.* Ver Deu. 12.7 quanto a notas detalhadas sobre a alegria. O regozijo fazia parte integrante desses ritos. Cf. Deu. 12.7,12,18; 14.26; 16.11,14,15. Israel era um povo caracterizado pelos cânticos e pela dança, e isso dentro do próprio recinto do templo de Jerusalém.

O regozijo era universal, visto que Israel se alegrava, juntamente com todos os estrangeiros que porventura estivessem residindo entre eles. Os levitas, que viviam dos dízimos e das ofertas do povo, eram beneficiados diretamente pelas oferendas das primícias, pelo que tinham razões especiais para se regozijarem. Ver Deu. 12.11,12 e 16.10,11 quanto às refeições comunais e ao regozijo de todos os membros da comunidade.

"Os levitas não tinham herança sob a forma de terras, mas também se regozijavam. Os estrangeiros não tinham pátria, mas sentiam que os israelitas eram como amigos e pais" (Adam Clarke, *in loc.*).

A felicidade é, ao mesmo tempo, a melhor,
a mais nobre e a mais agradável das coisas.

(Aristóteles)

A suprema felicidade na vida é a convicção de que somos amados.

(Victor Hugo)

Confissão pelo Uso do Dízimo do Terceiro Ano (26.12-15)

O trecho paralelo desses dízimos é Deu. 14.28,29, onde também oferecemos uma exposição. Nestes quatro versículos encontramos a liturgia a ser seguida no ano dos dízimos. "Os adoradores testificavam que tinham separado uma *porção sagrada* (os dízimos), na cidade onde residiam, de acordo com a ordenança de Deu. 14.28,29" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre o versículo 12 deste capítulo). Essa pode ter sido uma oferenda feita uma vez só, após os primeiros três anos da presença de Israel na Terra Prometida, conforme supõe Jack S. Deere (*in loc.*).

26.12

Então os darás ao levita. Os dízimos tinham propósitos humanitários, visto que os produtos eram usados para aliviar as necessidades de grupos pouco privilegiados, como os órfãos, os estrangeiros e as viúvas. Naturalmente, os levitas, que não tinham recebido herança sob a forma de terras, ficavam com a parte que lhes cabia nos dízimos. Maimônides asseverava que esses dízimos eram dados na época da Páscoa (*Mishn. Maaser Sheni,* cap. 5, sc. 6), isto é, no primeiro, no quarto e no sétimo ano da Páscoa — o ano sabático.

"A cada ano era pago um dízimo aos levitas; e, além disso, um *segundo* dízimo, que era levado a Jerusalém, e era ali consumido; e, a cada três anos, os dízimos eram comidos em casa, cada qual em sua própria cidade, em companhia dos levitas, dos pobres e dos estrangeiros. Esses dízimos eram chamados de *dízimos dos pobres.* Era considerado que não se completava enquanto não chegasse a Páscoa do ano seguinte, conforme disseram os escritores judeus (*Mish. Maaser Sheni,* cap. 5, sec. 6; Maimônides e Bartenora" (John Gill, *in loc.*).

No ano terceiro. Isto é, no terceiro ano dos sete anos depois do ano sabático.

Dentro das tuas cidades. Ou seja, cada qual na cidade onde residia, e não no santuário central.

26.13

Tirei o que é consagrado de minha casa. Os dízimos *dos pobres* eram apresentados juntamente com esse breve discurso, parte de uma liturgia que estava atrelada à questão. O mandamento tinha sido dado para ser lembrado e obedecido, e a declaração a ser feita mencionava cuidadosamente esses fatos. As palavras "perante o Senhor" significam, usualmente, "no tabernáculo" ou "no templo" de Jerusalém, onde ficava o altar do Senhor. Aqui, entretanto, ao que parece a expressão indica "em honra a Yahweh, sob as Suas vistas". A porção sagrada eram os dízimos dedicados a Yahweh e ao Seu culto. Um israelita declarava formalmente a sua obediência, e que havia cumprido suas obrigações acerca dos dízimos dos pobres.

Essa declaração consistia em *três elementos*: 1. Uma afirmação positiva de obediência (vs. 13). 2. Uma declaração negativa de coisas que o indivíduo não tinha feito(vs. 14). 3. Uma oração solicitando bênçãos (vs. 15).

Alguns eruditos supõem que as palavras "perante o Senhor" sejam uma alusão ao santuário central, em Jerusalém, em consonância com o uso das mesmas em Deu. 14.23; 15.20 e 16.11,16. Nesse caso, o rito aqui mencionado vinha depois que o homem tivesse testificado sua obediência ao dar o dízimo dos pobres, mas não acompanhava a outorga de dízimos em sua própria cidade.

26.14

Dos dízimos não comi... nada tirei... nem deles dei. Temos aqui a declaração negativa. O homem havia dado, voluntária e entusiasmadamente, para os pobres. E também havia evitado certas coisas prejudiciais. O consumo dos produtos que faziam parte dos dízimos não ocorria em período de lamentação, pois isso os teria tornado imundos. Nenhum contato com os mortos acompanhava a questão. Ver Núm. 19.11-16 e Osé. 9.4. Nem parcela alguma desses dízimos era uma oferta feita *em favor dos mortos*, ou seja, para ser usada em cerimônia fúnebre, nem posta no túmulo de alguém, atos esses associados a antigos costumes fúnebres. Antes, o dízimo dos pobres tinha obedecido a todos os mandamentos de Yahweh, tendo uma única finalidade: a de beneficiar os pobres.

Oferendas aos Espíritos dos Mortos? Alguns intérpretes supõem que, na antiga nação de Israel, tal como em países pagãos, fossem feitas oferendas aos espíritos dos mortos. Naturalmente, esse costume prossegue até hoje entre povos primitivos. A maioria dos intérpretes, entretanto, afirma que tal costume nunca existiu em Israel.

As oferendas aos mortos faziam parte da idolatria pagã. O que um homem israelita estava realmente afirmando é que ele não havia misturado nenhuma de suas oferendas com outras finalidades, ou seja, seus dízimos eram puros, cerimonialmente limpos. Cf. I Cor. 10.27,28, onde se faz alusão ao oferecimento de carne aos ídolos.

26.15

Olha desde a tua santa habitação. "Cria-se que o palácio de Deus ficava no céu e que Ele podia olhar para baixo (cf. I Reis 8.30; II Crô. 30.27; Jer. 25.30; Zac. 2.13 e Sal. 68.4)" (G. Ernest Wright, *in loc.*). Esse tipo de linguagem aparece desde bem cedo no Pentateuco. Ver Gên. 11.4,5, onde ofereci notas expositivas sobre esse ponto. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Céu.*

"Deus é tão transcendental que habita no céu; mas, ao mesmo tempo, acha-se tão perto de Seu povo que ouve suas orações, feitas sobre a Terra" (Jack S. Deere, *in loc.*).

E abençoa o teu povo, a Israel. Temos aqui a *bênção*, que era a *terceira porção da afirmação.* Ver os três elementos nas notas sobre o versículo 13 deste capítulo. Tal como o homem abençoava os pobres por meio de seus dízimos, assim também pedia que Yahweh se mostrasse gracioso para com todo o povo

de Israel, conferindo bênçãos abundantes por toda a Terra Prometida, que eles tinham conquistado. Isso havia sido prometido a Abraão e aos patriarcas, dentro do Pacto Abraâmico (ver as notas a respeito em Gên. 15.18). A Terra Prometida era rica e fértil, produzia *leite e mel*. Ver sobre essa expressão em Êxo. 3.8 e Núm. 13.27.

Exortações Finais (26.16-19)

Agora o *autor sagrado* completa a sua apresentação das muitas leis iniciadas no capítulo 12 do Deuteronômio. Estes quatro versículos, entretanto, servem de conclusão apropriada da exposição inteira, que aparece em Deu. 4.44-26.19 e constitui o *segundo discurso* de Moisés. Ver as notas em Deu. 4.44 quanto a uma introdução a esta seção. Ver também as notas introdutórias a Deu. 5.1, onde realmente tem começo o segundo discurso. O livro de Deuteronômio consiste, essencialmente, em três discursos de Moisés, que repetem a lei mosaica. O *terceiro* desses discursos inicia-se em Deu 29.1. E entre o segundo e o terceiro discurso, há uma espécie de sumário das profecias sobre a história de Israel. As exortações finais repetem as responsabilidades dos israelitas, impostas pela legislação mosaica. Israel deveria *consagrar-se*, sem reservas, ao cumprimento de toda essa legislação. Israel havia aceitado e confirmado suas responsabilidades e obrigações diante do pacto, e Yahweh, por Sua vez, tinha-se comprometido a exaltar o povo de Israel acima de todas as nações da terra.

26.16

Hoje. Devemos pensar aqui no *dia original* em que Moisés discursou, como também em cada *dia subseqüente* em que foi determinada a cerimônia dos dízimos dos pobres (vss. 12-15); ou, então, em *qualquer dia* em que foram proferidos os mandamentos da lei. Mas há estudiosos que preferem pensar no "dia final", em que todos os mandamentos já tinham sido postos sob forma escrita. Sem embargo, Jarchi observou sabiamente que *todo dia* é um bom dia para proferir, ouvir e observar a lei. E Rashi ajuntou a isso: "Todos os dias esses mandamentos serão considerados novos perante os teus olhos, como se naquele mesmo dia os tivesses recebido".

Estes estatutos e juízos. Uma maneira compacta de falar sobre toda a legislação mosaica. Ver os comentários sobre Deu. 6.1 quanto à *tripla* designação da lei, cujas notas cobrem as idéias constantes deste versículo e onde também se fala em estatutos e juízos.

De todo o teu coração e de toda a tua alma. Assim deveria ser o *modus operandi* da obediência. Ver essa enfática afirmação que é dada e anotada em Deu. 6.5, e onde "e de toda a tua força" são palavras acrescentadas ao que lemos aqui.

26.17

Declarar. Ou seja, "prometer". Os israelitas puseram-se sob juramento acerca da guarda da lei. Declararam solenemente a sua intenção quanto à observância da lei. E, no entanto, o quanto ficaram aquém de sua promessa! Os israelitas haviam aceitado formalmente o Pacto Mosaico, com todos os seus intermináveis preceitos, mostrando-se entusiasmados quanto a toda essa questão. Porém, a debilidade humana deturpou a questão inteira, e Israel, finalmente, foi para o cativeiro, por causa de sua desobediência. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Cativeiro (Cativeiros)*.

Os seus estatutos, e os seus mandamentos, e os seus juízos. Outra *tripla* designação da lei, fazendo referência a cada mandamento, a cada aplicação por analogia e a cada ordenança ou rito que poderiam estar vinculados à lei e ao seu conteúdo. Os filhos de Israel deviam obedecer a *todas* essas coisas com o máximo de empenho, porque elas exprimiam a voz de Yahweh, ou seja, a Sua vontade revelada. O *andar* ou conduta dos hebreus devia ser conforme os mandamentos do Senhor. Ver as notas em Deu. 10.12 quanto à necessidade que Israel tinha de *temer, andar, amar, servir e guardar (os mandamentos)*. A *tríplice* designação da lei aparece em Deu. 6.1, embora com uma ordem de apresentação diferente. Ver as notas sobre aquele versículo.

26.18

Hoje. O dia em que foi feita aquela solene e formal promessa. Naquele mesmo dia, Yahweh declarou que o povo de Israel era uma nação especial e separada de todas as demais nações. A lei tinha feito a nação de Israel; essa era a sua grande característica *distinta*. Ver Deu. 4.5 ss., quanto a uma declaração mais longa sobre o caráter distinto de Israel. Eles formavam um povo dotado de sabedoria, compreensão e justiça; e tudo porque a lei mosaica lhes tinha sido dada. Israel era agora o "povo próprio" de Deus (ver Deu. 7.6; 14.2; Sal. 135.4; Mal. 3.17).

Tipologia. Tal como sucedeu a Israel, porém ainda mais claramente, a Igreja é o povo escolhido e separado de Deus, pois ela incorpora remidos provenientes de todas as nações, formando uma universal comunidade de redimidos. Ver Gál. 3.28,29 e Efé. 2.11 ss..

26.19

Sobre todas as nações. Ver Deu. 4.5 ss. e 28.1. "Através da desobediência e da rebeldia, geração após geração, Israel tem perdido o seu direito a ser a nação exaltada acima de todas as nações. Mas Isaías deixou escrito que a rebeldia de Israel não prosseguirá para sempre, porquanto Deus haverá de levantar uma última geração de israelitas fiéis, na era futura da bênção (ver Isaías 60-62). Essa era é comumente chamada pelo nome de milênio" (Jack S. Deere, *in loc.*). Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Milênio*.

A obediência ressaltada neste versículo, como é óbvio, envolve mais do que algum dever legal. Antes, repousa sobre o alicerce de um relacionamento pessoal da comunidade e do indivíduo com Yahweh. Trata-se do mesmo tipo de atitude espiritual que floresce tão nitidamente nas páginas do Novo Testamento. Cf. Deu. 7.6,7. O senso de dever faria parte do caráter das pessoas, e não seria apenas *obediência habitual*.

Essa obediência haveria de tomar os israelitas *superiores* aos outros povos aos quais faltaria essa obediência, mas também os tornaria *mais santos* do que outros povos, aos quais não tivessem sido conferidas as mesmas oportunidades. Por conseguinte, Israel haveria de tornar-se um instrumento para a propagação da espiritualidade.

Capítulo Vinte e Sete

O livro de Deuteronômio compõe-se essencialmente de três discursos de Moisés, e o livro atua como uma repetição da lei, embora esses discursos adicionem algumas novas leis e alguns detalhes intercalados entre o segundo e o terceiro discurso. O terceiro discurso começa em Deu. 29.1 e termina em 30.20. O capítulo interrompe a narrativa e fala de Moisés na terceira pessoa do singular. Os críticos, por isso mesmo, pensam que essa porção do livro foi introduzida por um escriba posterior, de forma um tanto canhestra. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *J.E.D.P.(S.)*, quanto à teoria das fontes informativas múltiplas do Pentateuco. Temos aqui uma *cerimônia de renovação do pacto*, que ocorreu em Siquém. Essa cidade ficava ao pé do Monte Ebal, cerca de cinqüenta e seis quilômetros ao norte de Jerusalém. Foi ali que o Senhor apareceu pela primeira vez a Abraão, onde também o patriarca erigiu seu primeiro altar em honra a Yahweh (ver Gên. 12.6,7). Os samaritanos, até o dia de hoje, reputam o local como um lugar sagrado. Josué também edificou ali um altar, aumentando assim a importância do lugar. Ver Jos. 8.30 ss.. Posteriormente, Jerusalém veio a tornar-se o santuário central da nação, e todos os demais santuários caíram em desuso relativo.

Essa *cerimônia* comemorou a fidelidade de Deus, por haver trazido Israel até a Terra Prometida, e a escrita da lei mosaica, naquele lugar, simbolizou a missão da nação de Israel na terra de Canaã, onde a Palavra de Yahweh deveria dominar.

Sumário de Profecias sobre a História de Israel e a Segunda Vinda de Cristo (27.1—28.68)

As Pedras da Lei no Monte Ebal (27.1-10)

27.1

As *ordens* para que a lei fosse obedecida são inúmeras no livro de Deuteronômio. Aqui, uma vez mais, o escritor sacro nos lembra de algo. Moisés e os anciãos frisaram essa necessidade, pois em breve, sob uma nova liderança, Israel haveria de conquistar o território. O pacto mosaico, pois, precisava ser *renovado*. Ver o artigo chamado *Pacto Mosaico*, nas notas de introdução ao capítulo 19 de Êxodo. Cf. este versículo com Deu. 5.1, que é praticamente idêntico e também atua como declaração inicial de uma nova seção do livro. Este versículo, mui provavelmente, visa a introduzir os capítulos 27 e 28.

Os anciãos. Eles eram *setenta*, e eram tidos como os principais líderes da nação de Israel. Ver Êxo. 24.1. Ver também Êxo. 3.16; 4.29; 12.21; 17.5; 18.12 e 19.7.

27.2

O povo de Israel estava na fronteira da terra de Canaã, preparado para invadi-la. A Transjordânia (ver a respeito no *Dicionário*) já tinha sido conquistada (ver Núm. 32.29 ss.; Deu. 3.12 ss.). Bastar-lhes-ia agora *atravessar* o rio Jordão para se encontrarem no lado ocidental. Uma vez que assim o fizessem, deveriam colocar grandes pedras, caiá-las, e escrever sobre elas a lei, provavelmente os

Dez Mandamentos (ver a respeito no *Dicionário*). Isso serviria de compromisso de que, quando entrassem na terra que lhes fora dada por herança, através de Abraão e do Pacto Abraâmico (ver Gên. 15.18), eles tivessem cumprido toda a lei. Ver Deu. 26.17 quanto à tripla designação da lei, com notas adicionais em Deu. 6.1.

"Um altar cerimonial seria posto em algum lugar central, no Monte Ebal, para celebrar a conquista. Inscrições lapidares ou paredes rochosas eram comuns. Há inscrições dessa natureza sobre rochas diante do Mar, na boca do rio Dogue, na Síria. E, mesmo que a escrita fosse feita sobre a caiadura, ainda assim o monumento de Ebal proferia um lembrete constante da ordem que fora dada" (Henry S. Shires, *in loc.*). A arqueologia e a literatura antiga testificam que escrever sobre rochas caiadas era uma prática comum no Egito.

27.3

Todas as palavras desta lei. Provavelmente os Dez Mandamentos, a essência da lei. Ver o capítulo 20 de Êxodo, bem como o artigo chamado *Dez Mandamentos*, no *Dicionário*. A prosperidade e a qualidade de vida de Israel na Terra Prometida dependeriam da obediência à lei mosaica. O território era próspero, uma terra que manava "leite e mel" (ver as notas a respeito em Êxo. 3.8 e Núm. 13.27). Mas o povo de Israel não prosperaria nem mesmo naquela terra fértil, a menos que se distinguisse na obediência à lei. Ver Deu. 26.18,19 quanto a esse caráter distinto que os filhos de Israel deveriam ter.

"O *direito* de Israel à Terra Prometida dependia de manterem a lei de Yahweh como a lei de sua terra. Quanto ao cumprimento desse preceito, ver Jos. 8.32-35... a lei foi estabelecida sobre o Monte Ebal logo em seguida à captura de Ai, sem que se esperasse pelo término da conquista" (Ellicott, *in loc.*).

Bênçãos e Maldições. Ver os vss. 15 ss., quanto a uma longa lista. Alguns estudiosos, como Josefo (*Antiq.* 1.4 c.8, sec. 44), supõem que essas bênçãos e maldições tenham sido escritas sobre pedras caiadas. Mas nesse caso, foram necessárias muitas rochas e muita caiadura!

Yahweh-Elohim (o *Eterno Todo-Poderoso*) tinha feito a promessa, portanto pelo lado de Deus, ela estava garantida. Mas havia condições que os israelitas teriam de cumprir. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Deus, Nomes Bíblicos de*. Cf. Êxo. 3.18.

27.4

Quando houveres passado o Jordão. Ou seja, vindos da Transjordânia, eles atravessariam para o lado ocidental. Foi ali, a cerca de cinqüenta e seis quilômetros de Jerusalém, no Monte Ebal, que as pedras deveriam ser levantadas, caiadas e inscritas, conforme já vimos no segundo versículo deste capítulo. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Monte Ebal*. O Pentateuco Samaritano, porém, diz *Gerizim* em lugar de Ebal. Gerizim era outro pico montanhoso que ficava nas proximidades. Mas alguns estudiosos pensam que os judeus trocaram o texto para dizer Ebal, visto que Gerizim veio a tornar-se o lugar onde os samaritanos costumavam adorar. Mas a verdade é que a corrupção do texto pode ter ocorrido justamente do modo contrário. Ver no *Dicionário* o artigo *Gerizim*. Este Monte era fértil e bem regado, ao passo que o Ebal era estéril. O Ebal ficava perto de Siquém. Mas a verdade é que entre os dois montes havia um espaço de apenas oito quilômetros, enquanto a cidade de Siquém ficava entre os dois. Ver a introdução a este capítulo. Os samaritanos, séculos mais tarde, edificaram o seu templo em Gerizim, e eles podem ter alterado o texto neste ponto, para emprestar maior prestígio ao seu santuário.

27.5

Ali edificarás um altar. Mas as pedras que o formariam não seriam aquelas que foram caiadas e inscritas. Ver Jos. 8.30, quanto ao cumprimento dessas ordens. Essas pedras deviam ser deixadas ao natural. Não se podia trabalhar com elas com instrumento de ferro. Não se podia escrever sobre elas, nem alterá-las em sentido secundário. Talvez isso visasse a evitar quaisquer conexões com a idolatria. Ao que parece, os arqueólogos encontraram exatamente esse altar. Ver no *Dicionário* o verbete *Altar de Josué*, bem como o artigo geral chamado *Altar*.

Foi em Siquém, à base do Monte Ebal, que Deus apareceu a Abraão. Assim sendo, aquele já era um local sagrado. Ver Gên. 12.6,7. Abraão tinha edificado ali um altar. Ver Êxo. 20.25, quanto ao altar ao natural. Os instrumentos poluiriam a simplicidade, e Yahweh ama a simplicidade. O altar deveria ser apenas uma pilha de pedras, sem nenhum adorno como chifres, escadas etc.

27.6,7

De pedras toscas. Israel já contava com uma longa história de holocaustos e de ofertas pacíficas. Essas tradições estavam firmemente estabelecidas. E agora elas seriam transferidas para o lado ocidental do rio Jordão; e isso, por assim dizer, daria início à adoração a Yahweh naquele território. Yahweh-Elohim (o *Eterno Todo-Poderoso*) ficaria satisfeito diante daqueles ritos de iniciação e fortaleceria o povo de Israel para a invasão. As *ofertas pacíficas*, que também eram conhecidas como *ofertas de comunhão*, proviam uma refeição para os participantes, onde Yahweh era o convidado de honra. Essa refeição comunal era de ação de graças e de alegria, devido à provisão feita pela *intervenção divina* em favor de Israel. Oh, Senhor, concede-nos tal graça!

Ver o *gráfico* que ilustra o sistema de sacrifícios de Israel, antes da exposição sobre Lev. 1.1. Ver Lev. 7.37, quanto a uma lista dos vários tipos de ofertas e sacrifícios, bem como as referências sobre eles, no Pentateuco.

Tipologia. Cristo, em Sua morte expiatória, incorporou em um único sacrifício todos os símbolos e significados do sistema de sacrifícios do Antigo Testamento. A epístola aos Hebreus, no Novo Testamento, é uma extensa explicação sobre isso. Ver Heb. 10.12 ss., bem como o artigo chamado *Expiação*, no *Dicionário*.

27.8

Escreverás mui distintamente. Parte da *cerimônia* consistia na inscrição da lei sobre pedras caiadas, conforme já vimos nos vss. 2 e 4 deste capítulo. As inscrições seriam feitas sobre pedras caiadas, mas não sobre as pedras formadoras do altar. A Mishnah (Sotah cap. 7, sec. 5) diz que as pedras inscritas seriam as mesmas do altar, mas esse comentário sem dúvida labora em erro. Isso teria poluído a simplicidade do altar. As lendas judaicas dizem que as pedras foram inscritas em *setenta* idiomas diferentes! E é essa a sua interpretação das palavras "mui distintamente". Isso faria a questão toda ser uma espécie de Pentecoste do Antigo Testamento, mas tais adornos são fantasiosos. O certo é que essa cerimônia frisou o papel supremo da lei, dentro da história de Israel, uma vez que os filhos de Israel viessem a possuir a Terra Prometida. Sem isso, eles nada seriam.

27.9

Guarda silêncio e ouve, ó Israel! Aquele era um tempo para Israel aprender. Moisés e seus ajudantes sacerdotais tiraram proveito da oportunidade das instruções sobre o levantamento do altar a fim de ensinar ao povo o sentido e a importância da obediência à lei.

Hoje. Naquele dia, de uma maneira toda especial, os filhos de Israel tornaram-se o povo de Deus. Em breve eles entrariam na posse da Terra Prometida e cumpririam a promessa da herança que tinha sido feita a Abraão. A cerimônia daria início à possessão da terra, dedicando-a a Yahweh, por parte de Seu povo especial. Ver no *Dicionário* os artigos intitulados *Sacerdotes e Levitas* e também *Levitas*.

Os participantes da *cerimônia do pacto* tornar-se-iam, dali por diante, a Nação de Israel, dentro de sua Terra Prometida. Ver Deu. 4.5 ss., quanto a uma declaração enfática acerca do caráter ímpar de Israel como nação, e cf. Deu. 26.18,19. Ver Deu. 27.1, onde os que falaram foram Moisés e os anciãos. Essas palavras foram proferidas nas planícies de Moabe, antes do começo da invasão, e tiveram de ser repetidas no Monte Ebal, o que fez parte da cerimônia da renovação do pacto. Ver o primeiro versículo deste capítulo.

27.10

Senhor teu Deus. No hebraico, *Yahweh-Elohim* (o Eterno Todo-Poderoso), por intermédio de Moisés fez a Sua vontade tornar-se conhecida mediante a Sua voz, vontade essa então transmitida à casta sacerdotal e concretizada por meio da lei escrita. A revelação envolve responsabilidade, porque é dada aos homens como um dádiva, que precisa ser acolhida com ações de graças orais e sob a forma de vida diária.

A Cerimônia Litúrgica (27.11-26)

A cerimônia que teve lugar em Siquém foi um evento comunal de grande importância. Seis das tribos deveriam postar-se sobre o Monte Ebal, e seis sobre o Monte Gerizim, estando os dois montes separados por cerca de oito quilômetros um do outro. Os levitas deveriam ficar entre eles, lendo as porções apropriadas da lei, que passaria agora a servir de constituição da nova nação que estava tomando posse de seu território pátrio. Um grupo de levitas foi escolhido para fazer a leitura, mas todos estariam presentes a fim de prestar testemunho da importância da ocasião. A cerimônia envolveu bênçãos e maldições, tudo alicerçado nas exigências da lei. O trecho de Deu. 11.29 e 30 parece dar a entender que as bênçãos seriam lidas no Monte Gerizim, e que as maldições seriam lidas no Monte Ebal. Não sabemos dizer exatamente como isso teve cumprimento, embora a essência do evento seja simples. O Monte Gerizim era um local fértil e bem regado, pelo que era o ponto mais apropriado para a leitura das bênçãos. Em

contraste, o Monte Ebal era estéril, pelo que era o ponto mais apropriado para a leitura das maldições. Os dois montes simbolizavam a necessidade de ser feita uma *escolha*, e a lei informava como os israelitas deveriam fazê-la, o que deveriam valorizar e o que deveriam rejeitar.

27.11,12

Moisés deu ordem. A ordem fora dada por Yahweh a Moisés. E ele, na qualidade de mediador do pacto, transmitiu a mensagem ao povo de Israel. Sobre como Yahweh falava com Moisés, ver as notas sobre Lev. 1.1 e 4.1. Ver as fórmulas de introdução, bem como as fórmulas mediante as quais as mensagens divinas eram transmitidas, em Lev. 17.2. Neste caso, Moisés dirigiu-se ao povo diretamente.

Sobre o monte Gerizim. As seis tribos que deveriam ficar sobre o Monte Gerizim, ou então, à sua base, descendiam das duas esposas de Jacó, Lia e Raquel. As bênçãos deveriam ser pronunciadas de onde essas tribos se posicionassem. Talvez o autor tenha exaltado os descendentes das duas esposas de Jacó, mediante o fato de que as bênçãos foram proferidas onde seus descendentes se postaram. Quando alguém se colocava de costas para o Mar Grande (o Mediterrâneo), o Monte Gerizim ficava à sua direita, ao passo que o Monte Ebal ficava à sua esquerda (de acordo com Josefo, *Antiq.* 1.4, cap. 8, sec. 44), sendo essa outra circunstância que sugere que as bênçãos tenham sido proferidas no Monte Gerizim. As esposas de Jacó, Lia e Raquel, eram mulheres livres, mas as concubinas de Jacó (vs. 13) tinham sido escravas. Portanto, temos aqui três fatores que sugerem que foi apropriado o Monte Gerizim ter sido o ponto de onde se proferiram as bênçãos: 1. *esposas* estavam envolvidas, mediante os seus descendentes; 2. o Monte Gerizim ficava ao lado *direito*; e 3. estavam envolvidos descendentes das mulheres *livres*.

Tipologia. As bênçãos espirituais são proporcionadas àqueles que são libertados em Cristo (ver João 8.36).

27.13

Sobre o monte Ebal. Das seis tribos que ficaram sobre esse outro Monte, *quatro* delas descendiam das duas concubinas de Jacó, Bila e Zilpa, que tinham sido criadas de Lia e Raquel. Além dessas quatro tribos, havia as tribos de Rúben e de Zebulom. Rúben se tinha desgraçado mediante seu ato de violência sexual e incesto, razão pela qual perdera o direito à primogenitura (ver Gên. 29.3,4 e 32.22). Quanto aos descendentes de Zebulom, filho mais novo de Lia, a única razão que podemos ver no fato de sua tribo ter ficado no Monte Ebal é que ele era o filho mais novo. Seja como for, o Monte Ebal era um lugar estéril, coberto de rochas e cactos. Por isso mesmo, foi apropriado que ali se proferissem as maldições. Conforme já destacamos, os dois montes eram símbolos de *escolha*, ao passo que os levitas selecionados para isso ficaram entre os dois montes, para fazer as declarações respectivas. Contudo os demais levitas ficaram perto do Monte Gerizim (ver Deu. 27.12).

As *maldições* aparecem no restante deste capítulo 27. Mas as *bênçãos* figuram no capítulo 28. As duas coisas nos dizem que aquilo que a lei produz na vida dos seres humanos depende de como os seus preceitos foram recebidos, com obediência ou com desobediência.

27.14

Os levitas testificarão. Um grupo seleto de levitas, provavelmente todos sacerdotes, foi escolhido para fazer os pronunciamentos. Os demais levitas ficaram sobre o Monte Gerizim ou à sua base. Não somos informados sobre como cerca de quatro milhões de pessoas conseguiram ouvir aqueles que falavam. De alguma maneira, as palavras foram transmitidas de mais perto para mais longe.

O restante deste capítulo 27 alista doze maldições. E o trecho de Deu. 28.3-6 contém seis bênçãos, ao passo que Deu. 28.16-19 contém seis maldições, perfazendo o total de doze, mas onde coisas diferentes nos são transmitidas. Alguns estudiosos supõem que o capítulo 28 de Deuteronômio reflita a cerimônia mais antiga, e as informações dadas neste capítulo 27 (as maldições) fossem um adorno posterior, dando maior ênfase ao lado negativo da questão.

A Natureza das Maldições. Oito das doze maldições referem-se a violações dos Dez Mandamentos. No vs. 15 (segundo mandamento); no vs. 16 (quinto mandamento); vs. 17 (oitavo mandamento); vss. 20,22,23 (sétimo mandamento); vss. 24 e 25 (sexto mandamento). Cf. Deu. 5.8-10, 16, 19 e 17. Não há nenhum tema comum nessas maldições, mas tão-somente são frisadas algumas das principais violações da legislação mosaica. Assim, as maldições dos *oito versículos* (15-17,20,22-25) repousam diretamente na lei. As outras *quatro* maldições derivam-se do espírito da lei, conforme se vê no vs. 18 (acerca de tratar os cegos com respeito — amar ao próximo como a si mesmo); no vs. 19 (tratamento bondoso para com os pouco privilegiados — o mesmo conceito com outra aplicação); no vs. 21 (perversões sexuais como a bestialidade — uma extensão da lei sobre a conduta sexual); no vs. 26 (um mandamento geral quanto à obediência à lei, através de uma maldição contra aqueles que não obedecessem).

27.15

Maldito o homem que fizer imagem de escultura. *A primeira maldição* estava estribada no *segundo mandamento*. Ver Êxo. 20.3,4 e Deu. 5.8-10. Ver no *Dicionário* os artigos intitulados *Dez Mandamentos e Idolatria*. A quebra de alguns dos dez mandamentos redundava em execução judicial, o que se via no caso do segundo mandamento. Também ficava entendido que aquele que quebrasse esses mandamentos sofreria reversões, enfermidades, pragas, perdas financeiras, e não teria uma vida longa. Era dessa forma que atuavam as maldições lançadas por Yahweh. "Aquele que os quebrasse ficava sob maldição, e também sujeito à ira e à indignação de seu Criador e Juiz" (Adam Clark, *in loc.*).

"Os levitas que presidiam liam uma maldição, e a congregação, em *resposta*, dizia 'Amém', reconhecendo assim a desaprovação divina expressa em cada uma das doze maldições (correspondentes *às doze tribos*), pois o povo estava aceitando solenemente, sobre si mesmo, as *responsabilidades do pacto* (ver Jer. 11.3). As doze maldições eram leis muito antigas, as quais, com a exceção das duas últimas, têm algum paralelo em outros códigos do Pentateuco" (*Oxford Annotated Bible, in loc.*).

E a puser em lugar oculto. O culpado, a fim de evitar de ser detectado como adorador de um ídolo, escondia a imagem em algum santuário particular, não em sua casa, onde fatalmente acabaria sendo visto, e certamente não perto do tabernáculo ou do templo! Era um homem de lealdade dividida. Publicamente, ele adorava a Yahweh; mas secretamente tinha algum outro objeto de sua atenção, o que descreve bem a astúcia humana!

27.16

Maldito aquele que desprezar a seu pai ou sua mãe. *A segunda maldição* repetia os requisitos do *quinto mandamento*. Ver Êxo. 20.12 e Deu. 5.16 quanto a notas completas a respeito. Aquele que não honrasse os seus progenitores perderia a *vida longa* que estava atrelada, como promessa, aos que obedecessem a esse mandamento; e também sofreria alguma praga, enfermidade, reversão financeira e desaprovação por parte da comunidade. Ver Pro. 30.17. A execução era requerida por parte dos violadores, em casos sérios (ver Lev. 20.9). O povo, em harmonia com a sabedoria e a necessidade desse mandamento, e também com a maldição imposta aos desobedientes, diria "Amém". Esse termo hebraico significava algo como "assim seja", "por certo", "em verdade" etc. Essa resposta significa que eles estavam assumindo as responsabilidades do *Pacto Mosaico* (ver os comentários nas notas de introdução ao capítulo 19 de Êxodo).

27.17

Maldito aquele que mudar os marcos do seu próximo. *A terceira maldição* estava baseada, por analogia, no *oitavo mandamento*, que proíbe o furto. Ver Êxo. 20.15 e Deu. 5.19. Ver um paralelo direto em Deu. 19.14, onde há notas detalhadas. A divisão da terra de Canaã tinha conferido a cada família determinada porção de terras. Era questão séria alguém alterar, de modo fraudulento, a localização de um marco, pois isso violava o espírito da herança que vinha desde Abraão, a todos os seus descendentes. Ver sobre o *Pacto Abraâmico*, em Gên. 15.18. Disse Jarchi, *in loc.*, que, através da alteração de marcos, um homem estava "furtando propriedade". O povo, reconhecendo a sabedoria e a necessidade dessa maldição, bem como a malignidade do ato, respondia com o necessário "amém".

27.18

Maldito aquele que fazer o cego errar o caminho. *A quarta maldição* não tem nenhum paralelo direto nos Dez Mandamentos, mas por analogia repousa sobre um tratamento justo e respeitoso para com o próximo, refletindo os mandamentos nono e *décimo* (ver Êxo. 20.16 e 17). Mas há um paralelo direto com Lev. 19.14, onde há notas detalhadas a respeito. Rashi fornece-nos uma aplicação metafórica desses mandamentos: "Aquele que está no escuro acerca de qualquer questão, quando alguém o *ludibria* com algum mau conselho". Mas a *literal é a* interpretação primária. Muitas pessoas zombam dos cegos e dos surdos. Diz o Targum de Jonathan: "Fazer um viajante desviar-se do caminho, pois ele é como um *cego*". Isso dá outra aplicação à lei. O segundo maior mandamento, conforme ensinou Jesus (ver Mat. 19.19), consiste em amar o próximo como a nós mesmos; e o espírito da lei incorpora a questão neste versículo.

27.19

Maldito aquele que perverter o direito do estrangeiro. *A quinta maldição* não tem nenhum paralelo direto nos Dez Mandamentos, mas repousa sobre a analogia com um tratamento justo e respeitoso do próximo, ou seja, os mandamentos *nono e décimo* (ver Êxo. 20.16 e 17). Tal como a *quarta maldição*, tam-

bém está embutida no segundo maior mandamento de Jesus, em Mateus 19.19. Ver esse versículo anotado no *Novo Testamento Interpretado*. Muito se ensina em Deuteronômio acerca de um justo tratamento das classes mais pobres e menos privilegiadas, como os estrangeiros, os órfãos e as viúvas, referidos neste versículo. Cf. Deu. 10.18; 19.21 e 24.17, onde há notas expositivas detalhadas a esse respeito. Deveria haver provisões em favor dos pobres; e atos fraudulentos no tocante a eles eram proibidos. É fácil oprimir os fracos. A lei visava a fortalecer as pessoas necessitadas, procurando protegê-las dos opressores. Uma bênção especial de Yahweh foi prometida aos que ajudassem os pobres; e a maldição divina garantia que a pobreza alcançaria os opressores.

27.20

Maldito aquele que se deitar com a madrasta. *A sexta maldição* também não conta com paralelo direto nos Dez Mandamentos, mas depende, por analogia, do *sétimo* mandamento, contra o adultério. Ver Êxo. 20.14. Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Adultério e Incesto*. E acerca das várias formas de incesto e seus castigos, ver a introdução ao capítulo 18 do livro de Levítico. A maior parte dos crimes de incesto recebia alguma forma de punição por execução pública. No Brasil atual, cerca de trinta por cento dos crimes de natureza sexual são perpetrados por um membro de uma família contra outro da mesma família, onde as crianças usualmente são as vítimas.

Diferentes interpretações do crime aqui envolvido têm sido oferecidas. É provável que atos sexuais com madrastas sejam aqui especificamente proibidos, sem importar se o pai do culpado já tivesse morrido ou não. Casar-se com a própria madrasta era proibido. Também está em pauta o sexo ilícito com uma concubina do próprio pai, como se deu com Rúben (ver Gên. 35.22). Ademais, a concubina de um homem não podia tornar-se esposa de um filho daquele homem, quer este ainda estivesse vivo, quer já tivesse morrido. Ver o paralelo direto em Deu. 22.30, onde são dadas idéias adicionais. Cf. Lev. 18.8 e 20.11. Salomão mandou executar seu meio-irmão, Adonias, por ter este pedido como esposa uma ex-concubina de Davi (ver I Reis 2.13-15).

27.21

Maldito aquele que se ajuntar com animal. *A sétima maldição* volta-se contra a *bestialidade* (ver Êxo. 22.19; Lev. 18.23 e 20.15,16). Não há nenhuma ligação direta com um dos Dez Mandamentos, mas reflete as proibições constantes em qualquer código hígido de conduta sexual, conforme se vê no *sétimo* mandamento. Ver no *Dicionário* o artigo detalhado intitulado *Bestialidade*. Esse crime é surpreendentemente comum nas áreas rurais. Embora usualmente praticado em secreto, Yahweh, que o proibiu, haveria de punir abertamente o culpado. Trata-se de um ato "chocante e abominável para a natureza humana" (John Gill, *in loc.*).

27.22

Maldito aquele que se deitar com sua irmã. *A oitava maldição* também não tem paralelo direto com nenhum dos Dez Mandamentos, mas toda perversão sexual repousa, por analogia, sobre o *sétimo* mandamento, que sem dúvida proibia todo tipo de imoralidade sexual. A lei mosaica proibia o incesto de um homem com sua irmã, sem importar se ela fosse irmã dele somente por parte do pai, por parte da mãe, ou por parte de ambos. Ver o paralelo direto em Lev. 18.9, bem como o gráfico que ilustra várias formas de incesto, nas notas introdutórias àquele capítulo. E o povo de Israel disse "amém", mostrando que "detestava tal imundícia" (John Gill, *in loc.*).

27.23

Maldito aquele que se deitar com sua sogra. *A nona maldição*. Essa também não tem nenhum paralelo direto nos Dez Mandamentos; mas, sendo uma perversão sexual, repousa, por analogia no *sétimo* mandamento, que proibia qualquer tipo de imoralidade. O sexo ilícito com a própria sogra também é proibido em Lev. 20.14, onde há notas detalhadas sobre a questão. E o povo respondeu com um "amém", pois "abominava tal tipo de incesto" (John Gill, *in loc.*).

Esse tipo de incesto era punido na *fogueira*, e não através de apedrejamento, que era o método usual de punição em casos semelhantes. No gráfico que ofereço na introdução ao capítulo 18 de Levítico, apresentei os métodos de execução e outros tipos de castigo aplicados aos que cometessem qualquer forma de pecado incestuoso.

27.24

Maldito aquele que feria ao seu próximo em oculto. *A décima maldição* repete a proibição do *sexto* mandamento, contra o homicídio (Ver Êxo. 20.13 e Deu. 5.17). Temos aqui o caso de alguém que matava seu próximo "em oculto". Se o culpado viesse a ser descoberto, seria executado. Em caso contrário, a ira de Yahweh garantiria que a maldição teria cumprimento. O culpado sofreria algum acidente, enfermidade ou morte prematura. O Targum de Jonathan confere a este versículo uma interpretação metafórica, pois fala de matar com a língua, mediante bisbilhotice ou calúnia. Minhas notas sobre Êxo. 20.13 incluem e ilustram essa questão. Por analogia, também podemos incluir aqui as acusações falsas (cobertas pelo oitavo mandamento).

27.25

Maldito aquele que aceitar suborno para matar pessoa inocente. *A décima primeira maldição* reitera a proibição do *sexto* mandamento contra o homicídio. Ver Êxo. 20.13 e Deu. 5.17. Neste caso, o homicida seria um *assassino profissional*, o qual deveria ser considerado tão culpado quanto o mandante do crime. No entanto, o trecho não diz especificamente que o mandante do crime também deveria ser executado; mas isso, como é óbvio, fica entendido. Incluído no caso seria um *juiz* que recebesse dinheiro de alguém para condenar a uma pessoa inocente, de tal modo que esta viesse a ser executada, mediante uma acusação falsa. E o povo de Israel respondeu com um "amém", mostrando estar contra "tão detestável crime" (John Gill, *in loc.*).

27.26

Maldito aquele que não confirmar as palavras desta lei. *A décima segunda maldição*. Essa maldição repete todas as proibições que figuram nos Dez Mandamentos, pois é a somatória de todas as coisas que estavam amaldiçoadas por Yahweh. A lei inteira deveria ser obedecida, e o indivíduo que negligenciasse ao menos um dos mandamentos da lei ficava sob a maldição divina. O culpado sofria alguma enfermidade, praga, reversão econômica ou teria a sua vida cortada prematuramente. Paulo citou este versículo em Gálatas 3.10, tentando provar que era impossível uma obediência total à lei, encarecendo assim a necessidade do sistema da graça divina para a salvação. O povo disse "amém" diante da proposição de obediência total e, no entanto, nunca conseguiu realizar essa obediência plena. A provisão divina, pois, precisou ir além das boas intenções e dos atos humanos. A *décima segunda maldição* ilustra o fato de que Deus requer uma reação de todo coração à lei, por parte daqueles que estão a ela sujeitos. Essa sujeição à lei é que fazia de Israel uma nação distinta. Mas a vida eterna é dada através de outro caminho (ver Rom. 3.24,25; Efé. 2.8-10). Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Expiação*.

"Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar, porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado em madeiro" (Gálatas 3.13).

Capítulo Vinte e Oito

As Bênçãos Proferidas no Monte Gerizim (28.1-14)

A *seção de Deuteronômio 27.11-26* arma o palco para o material apresentado no capítulo 28 deste livro. As *doze* tribos tinham sido separadas em dois grupos de seis tribos cada: seis ficaram no sopé do Monte Ebal, e seis ficaram no sopé do Monte Gerizim. Um grupo escolhido de levitas ficou a meia distância entre os dois montes para ler as maldições e as bênçãos relacionadas à desobediência ou à obediência à lei. O trecho de Deu. 27.15 fornece-nos uma lista de doze maldições. Mas agora, no capítulo 28, figuram seis bênçãos, seguidas por *seis* maldições adicionais (vss. 16-19).

Alguns eruditos supõem que este capítulo 28 reflita a cerimônia mais antiga que confirmava o relacionamento do pacto entre o povo de Israel e Yahweh, ao passo que o capítulo 27 teria sido um adorno posteriormente adicionado. Todavia, o estilo religioso e literário do Oriente Próximo e Médio enfatiza mais as maldições e os aspectos negativos do que as bênçãos e os aspectos positivos. Jack S. Deere, *in loc.*, sugeriu que a ênfase maior sobre os aspectos negativos tinha por finalidade "prever o fracasso eventual de Israel sob o pacto mosaico". Ver nas notas de introdução ao capítulo 19 de Êxodo sobre o Pacto Mosaico (do qual os capítulos 27 e 28 de Deuteronômio fazem parte).

Esses termos do Deuteronômio, *bênçãos e maldições*, referem-se à aprovação ou desaprovação divina quanto à conduta do povo de Israel no tocante à obediência exigida por Yahweh. "Desobedecer ao Senhor Deus era trair a própria vida, conforme Israel a compreendia. Em conseqüência, a *opção* dá-se entre a vida e a morte, pois a bênção importa em vida, ao passo que a maldição, em morte" (G. Ernest Wright, *in loc.*). O livro de Deuteronômio tem por intuito apresentar a Palavra revelada por Yahweh, que mostra o que realmente *importa* na vida — e essa importância reside nas palavras *bênção e maldição*.

28.1

Este capítulo 28 de Deuteronômio forma a conclusão do *segundo discurso* de Moisés. Moisés convocou o povo de Israel para uma obediência resoluta a tudo quanto lhes fora revelado por Yahweh. O fato de que Israel possuía a lei mosaica

e obedecia a ela tornava-o uma nação distinta, *conforme já pudemos ver*. E o trecho de Deuteronômio 26.19, além de outros, comprova isso. Ver Deu. 27.1 quanto a uma chamada similar à obediência. A passagem de Deu. 5.1 introduz uma repetição dos Dez Mandamentos, e serve de outro versículo paralelo. Ver Deu. 10.12 quanto à chamada para as seguintes particularidades: 1. O temor ao Senhor; 2. a necessidade de andar em Seu caminho; 3. o amor ao Senhor; 4. o serviço que deve ser prestado ao Senhor; e 5. a observância dos mandamentos do Senhor.

Deus te exaltará sobre todas as nações. Literalmente, o verbo "exaltar" significa aqui "torna-te-á a altíssima dentre as nações". Como é claro, essa promessa utiliza-se de um dos nomes de Deus — "Deus Altíssimo" — conforme também se vê em Deu. 26.19. Cf. Apocalipse 3.12, sobre como o nome divino será inscrito sobre os vencedores.

28.2

Todas estas bênçãos. Os versículos que se seguem alistam seis bênçãos específicas, que seriam dadas aos obedientes à lei. Então seguem-se *seis maldições* (vss. 16 ss.). Cf. as doze maldições que ocorrem em Deu. 27.15 ss.. A legislação mosaica era a base de todas as bênçãos e maldições prometidas a Israel, o centro mesmo da vida da nação, a sua normativa única.

"O âmago desta seção é a citação de uma antiga série de seis bênçãos, nos vss. 3-6 deste capítulo. O restante é uma homilia deuteronômica com base nessas bênçãos (cf. Deu. 7.12-24; 11.13-25)" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

A providência de Deus dirige todas as coisas. Ver sobre esse título no *Dicionário*. A lista apresenta bênçãos temporais, tão-somente. No Pentateuco ainda não aparece nenhum conceito claro de vida eterna, que só começa a surgir nos Salmos e nos Profetas. A lei oferecia um tipo de *vida* que é comentado em Deu. 1.1; 5.33 e 6.2.

As bênçãos decorrentes da obediência "alcançariam" o povo de Israel. No hebraico, literalmente, temos aí "vos sobrevirão". O trecho de Zacarias 1.6 também envolve o verbo "alcançar", referindo-se às demandas da lei mosaica, que estavam sendo negligenciadas pelos filhos de Israel.

28.3

Bendito serás. *A primeira e a segunda bênção* falavam em prosperidade e bem-estar, que os obedientes à lei podiam esperar receber, sem importar se vivessem em alguma cidade ou nos campos. Em outras palavras, a bênção divina, sob a forma de prosperidade, alcançaria o homem obediente, sem importar se ele fosse citadino ou campesino. O *comerciante* que vivesse em uma cidade, ou o *agricultor* que vivesse no campo, ambos haveriam de prosperar — haveria tanto um comércio próspero quanto campos férteis; haveria vida isenta de enfermidades, de pragas e de cataclismos naturais. Os animais domesticados multiplicar-se-iam, saudáveis. A seca não destruiria as plantações. Os inimigos não atacariam a nação, infundindo terror e causando prejuízos. Seria conforme disse Sócrates: "Nenhum mal pode alcançar um homem bom". As seis bênçãos cobrem todos os aspectos da vida de uma pessoa, quanto à esfera física.

"O valor religioso permanente deste capítulo jaz em sua doutrina das conseqüências derivadas, mui naturalmente dos atos morais corretos ou errados. As *conseqüências* que são aqui esboçadas são de natureza quase exclusivamente material, o que é insuficiente do ponto de vista do cristianismo. Pois as bênçãos mais preciosas são aquelas de caráter espiritual. Por semelhante modo, as conseqüências espirituais são mais significativas do que as materiais" (Henry H. Shires, *in loc.*).

28.4

Bendito o fruto. *A terceira bênção* refere-se a diversos tipos de *fruto*, indicando a "reprodução" tanto humana como animal, como também a "produção" agrícola. Poderes reprodutivos, a origem da *continuação da vida*, portanto, seriam outorgados aos obedientes. A obediência à lei produz vida longa (ver Deu. 4.1; 5.33; 6.2), mas também a *multiplicação* da vida. Ver o Salmo 144.12-14 quanto a versículos bem parecidos com este. Ver também que os filhos são uma herança do Senhor (Sal. 127.3-5). No tocante a filhos, o lema dos hebreus era "quanto mais forem, mais alegres ficaremos". Por isso mesmo, a esterilidade era considerada resultante de uma maldição de Deus, usualmente tida como um castigo por motivo de pecados secretos.

28.5

Bendito o teu cesto. Essa *quarta bênção* garantia a abundância de *víveres*. "Deus pode fazer-vos abundar em toda graça, a fim de que, tendo sempre, em tudo, ampla suficiência, superabundeis em toda boa obra" (II Cor. 9.8).

Comentou John Gill (*in loc.*): "... qualquer cesto em que pusessem suas provisões de boca, para uso presente, nunca ficaria vazio... e o que restasse seria guardado em depósitos, celeiros e armazéns, para uso futuro, ou em lugares próprios para guardar as sementes".

Cesto. *Cestos eram usados na colheita das azeitonas e outras frutas.*

Amassadeira. No hebraico temos a palavra *mishereth*, que indica um vaso onde a massa era batida, o que explica a tradução portuguesa. Algumas traduções, contudo, dizem aqui "armazém", o que envolve um erro de tradução. O versículo falava sobre a prosperidade que haveria em cada lar hebreu, e não na nação como um todo, embora isso também fosse verdade. A "cesta" e a "amassadeira", combinadas, falavam de uma extraordinária prosperidade. Um povo de Israel obediente jamais sofreria escassez de alimentos.

28.6

Bendito serás. Essa *quinta* bênção refere-se a atividades efetuadas "dentro" e "fora" de casa. Em outras palavras, ao chegar em casa, os hebreus encontrariam uma família feliz, que tinha passado o dia livre de acidentes, ou de atos de homens ímpios e desvairados, ou de qualquer acontecimento funesto.

E ao "sair" de casa, a fim de ocupar-se nos afazeres da agricultura, do comércio, ou por ter de fazer alguma viagem, um hebreu obediente sentir-se-ia abençoado. *Todas as atividades* efetuadas fora de casa seriam prósperas. Os intérpretes judeus de tempos posteriores interpretaram isso como a "saída" de um homem desta vida terrena. E isso, por sua vez, seria a maior aproximação que teríamos, no Pentateuco, de uma promessa de existência venturosa no pós-túmulo. Assim sendo, o ato de "entrar" pode indicar a entrada na vida. Nesse caso, o ato de "sair" poderia indicar a morte, conforme opinavam os intérpretes posteriores entre os judeus. Portanto, ficaria entendido que, desde o nascimento até o falecimento, os hebreus obedientes *levariam uma existência feliz e próspera na Terra* Prometida.

"Assim, vossa partida deste mundo será como a vossa entrada no mesmo: sem pecado", comentou Rashi. E Adam Clark (*in loc.*), partindo desse comentário, esclareceu que os judeus, via de regra, não acreditavam em um pecado original. Realmente, foi Paulo quem *introduziu* essa doutrina na Bíblia, embora ele tivesse usado circunstâncias veterotestamentárias, em ensino sobre "os dois Adões", no quinto capítulo de sua epístola aos Romanos.

"A felicidade humana deriva-se da obediência aos mandamentos do Senhor" (Jack S. Deere, *in loc.*).

28.7

O Senhor fará que. Tendo proferido as seis bênçãos específicas (e antes de dar início a outras seis maldições, além daquelas de Deu. 27.15 ss.), o autor sacro apresenta uma espécie de homilia baseada nessas seis bênçãos. E as *seis maldições* adicionais começam no versículo 16 deste capítulo. Até Deu. 28.15, portanto, temos uma expansão das seis bênçãos adicionadas neste capítulo.

Derrotados na tua presença os inimigos. Os adversários de Israel, sempre ansiosos por assediar e prejudicar, seriam derrotados em todos os seus maus desígnios e precisariam fugir por "sete caminhos", ou seja, de modo absoluto. Isso posto, além de ser abençoado, o povo de Israel seria *protegido* em suas "entradas" e "saídas" (a *sexta* e última bênção do sexto versículo deste capítulo).

"A fim de que as admiráveis e multifacetadas bênçãos divinas fossem sentidas, bem como intelectualmente compreendidas, o autor juntou sentença a sentença, cada qual com sua própria alusão específica" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

São aqui destacadas *três áreas* da aplicação das bênçãos de Deus. Primeira área: O sétimo versículo refere-se à bênção que Israel teria entre as *nações*. Segunda área: Essa dizia respeito aos *empreendimentos* agrícolas (vss. 8, 11,12a; cf. o vs. 4). Terceira área: Dizia respeito à *reputação de Israel* (vs. 10; cf. 2.25; 11.25 e 26.19).

Quanto à *fuga* dos inimigos de Israel, ver passagens como Juí. 7.21,22 e II Reis 7.7. Os adversários de Israel viriam contra os israelitas formando um *bloco*, mas seriam dispersos em todas as direções. Esse fator faria aumentar a reputação de Israel como o invencível povo de Yahweh.

28.8

O Senhor determinará. Aqui o autor sagrado reforçou certos aspectos das bênçãos que já haviam sido proferidas. Os *celeiros* do povo de Israel viveriam cheios (cf. o vs. 5, que aponta para a quarta bênção). Toda obra dos israelitas obedientes prosperaria. Temos aqui uma declaração geral, que cobre todas as bênçãos proferidas até este ponto. Aqueles que "entrassem" prosperariam e achariam segurança (*quinta* bênção; vs. 6). E aqueles que "saíssem" achariam prosperidade (*sexta* bênção; vs. 6). De modo geral, os israelitas seriam abençoados na Terra Prometida, que Deus lhes havia dado como herança, em consonância com o *Pacto Abraâmico* (ver Gên. 15.18). Israel permaneceria no seu território, se fosse obediente ao Senhor.

Cf. Pro. 3.9,10. Aqueles que *honrassem o Senhor* com os seus "bens" (sob a forma de dízimos e ofertas), teriam seus celeiros sempre cheios, e suas adegas só faltariam rebentar de tanto vinho.

O POVO DOS PACTOS CASTIGADO

Comparações entre Amós, Levítico, Deuteronômio e I Reis

Castigos	Amós	Levítico	Deuteronômio	I Reis
Fome	4.6	26.26,29	28.17,48	8.37
Seca	**4.7-8**	**26.19**	**28.22-24,28**	**8.35**
Doenças de plantas	4.9	26.20	28.18,22,30, 39-40	8.37
Gafanhoto	**4.9**	—	**28.38,42**	**8.37**
Pragas	4.10	26.16,25	28.21-22,27, 35,59-61	8.37
Derrota militar	**4.10**	**26.17,25,33, 36-39**	**28.25-26, 49-52**	**8.33**
Devastação	**4.11**	**26.31-35**	**29.23-28**	—

Pacto. Entre outras formas de linguagem antropomórfica nas Escrituras, encontramos o termo *pacto.* A palavra é usada para designar a maneira de Deus tratar com o homem e entrar em aliança com ele. Os pactos trouxeram as promessas de Deus para um povo obediente às Suas condições morais. Evitar idolatria era sempre a primeira exigência, mas muitas infrações morais quebravam os pactos. O povo dos pactos era, idealmente, um povo distinto dos demais.

OS PACTOS E AS PROMESSAS

UMA GRANDE NAÇÃO DENTRO DE SUA PRÓPRIA TERRA (Pacto Abraâmico)

Naquele mesmo dia fez o Senhor aliança com Abrão, dizendo: À tua descendência dei esta terra, desde o rio do Egito até o grande rio Eufrates.

Gênesis 15.18

A LEI FOI DADA COMO O GUIA DA VIDA AOS OBEDIENTES (Pacto Mosaico)

Agora, pois, ó Israel, ouve os estatutos e os juízos que eu vos ensino, para os cumprirdes, para que vivais...

Deuteronômio 4.1

CONQUISTA DA TERRA DA PALESTINA, O LAR DO POVO (Pacto Palestino)

Se atentamente ouvires a voz do Senhor teu Deus, tendo cuidado de guardar todos os seus mandamentos que hoje te ordeno, o Senhor teu Deus te exaltará sobre todas as nações da terra.

Deuteronômio 28.1

A PERPETUIDADE DA FAMÍLIA E DO REINO DE DAVI, CUMPRIDA EM GRAU MAIOR EM CRISTO, O FILHO DE DAVI (Pacto Davídico)

Este edificará uma casa ao meu nome, e eu estabelecerei para sempre o trono do seu reino.

II Samuel 7.13

Uma vida longa na terra era uma das bênçãos prometidas pela lei. Por isso mesmo lemos em Deuteronômio 5.33: "... para que vivais, bem vos suceda, e prolongueis os dias na terra que haveis de possuir". (Ver também Deu. 4.1 e 6.2.) É claro que isso também promete a permanência de Israel na Terra Prometida, e não somente vida longa para os israelitas, como indivíduos.

"Tudo, nos campos espiritual e temporal, viria através dos mandamentos imediatos de Deus" (Adam Clark, *in loc.*). Oh, Senhor, concede-nos tal graça!

28.9

O Senhor te constituirá para si em povo santo. Se o povo de Israel se mostrasse obediente, seria abençoado entre as demais nações. Antes de tudo, por ser protegido dos maus desígnios de outros povos (vs. 7). Em segundo lugar, seriam separados como o povo especial de Yahweh (este versículo). Eles seriam uma nação santa, contrastando assim com as nações idólatras ao redor. Ver notas completas sobre isso em Deu. 26.19, onde também são dadas outras referências que contêm declarações similares, com notas expositivas mais detalhadas.

Yahweh haveria de *conservar* os israelitas em uma posição privilegiada entre os povos. Alguns estudiosos têm interpretado isso metaforicamente, como se estivesse em pauta a questão da ressurreição dentre os mortos. É possível, mas não com o sentido literal da passagem. Por outro lado, os israelitas desobedientes perderiam todas essas bênçãos e acabariam indo para o cativeiro, sendo expulsos da Terra Prometida, conforme havia acontecido aos habitantes cananeus originais. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Cativeiro (Cativeiros)*.

E andares nos seus caminhos. Ver acerca disso em Deu. 10.12 e suas notas, onde também há menção ao temor, ao amor, ao serviço e à proteção divina, como fatores que entram na obediência prestada por Israel ao Senhor.

28.10

E todos os povos da terra verão. O autor sagrado continuava falando sobre a exaltação e a reputação de Israel entre as nações do mundo, a primeira das três esferas das bênçãos que atingiriam os hebreus. Ver as notas no oitavo versículo deste capítulo quanto a essas esferas ou áreas. Ver o versículo nono quanto à idéia geral e à referência a outros trechos que emitem idéias semelhantes, com notas expositivas detalhadas.

Terão medo de ti. As nações hostis, observando como Deus estava abençoando a Seu povo, temeriam e suspenderiam sua belicosidade contra Israel, e Israel encontraria paz. Quanto a esse aspecto da promessa divina, cf. Deu. 11.25 e Jer. 33.9.

28.11

O Senhor te dará abundância de bens. Este versículo reitera essencialmente as promessas da *terceira bênção*, ou seja, ricos poderes reprodutores por parte dos seres humanos e dos animais. Ver as notas no quarto versículo deste capítulo. A repetição das bênçãos é aqui prefaciada por uma promessa de grande prosperidade material no comércio e na agricultura, o que havia sido coberto pela *primeira* e *segunda* das bênçãos, e foi anotado no terceiro versículo deste capítulo. Cf. Jer. 33.9.

28.12

O Senhor te abrirá o seu bom tesouro. Temos aqui uma expressão poética, definida em seguida como chuvas suficientes, a fonte de toda forma de vida, e terras férteis para o plantio. As *estações* do ano trariam as chuvas esperadas, e a semeadura e a colheita seguir-se-iam em um curso ininterrupto. Além disso, o tesouro de Yahweh também incluiria *bênçãos gerais* em todas as atividades da vida, cobertas pela *quinta e pela sexta bênção*, referidas no sexto versículo deste capítulo.

Yahweh brande as chaves dos tesouros. O banco celestial dispõe de recursos ilimitados, e ao homem bom é prometida uma partilha nesses recursos. Assim como Yahweh é infinitamente rico, também ao homem obediente é conferida grande abundância de bênçãos. Alguém já sumariou que a *evidência* da espiritualidade, no Antigo Testamento, é a "prosperidade material", ao passo que, no Novo Testamento, é a "adversidade". Temos aí um parecer verdadeiro; mas devemos lembrar-nos de que a Igreja nem sempre agonizou na adversidade, simplesmente por ser espiritual. O trecho de II Coríntios 9.8 sem dúvida concorda com o conceito aqui emitido pelo Antigo Testamento. É muito melhor prosperar materialmente do que viver na pobreza. Quando estamos avançando pelo caminho do Senhor, tudo quanto precisamos fazer, para não sofrer necessidades, é pedir. O Senhor anela por dar-nos todas as coisas boas. Cf. este versículo com Jó 38.22; Sal. 37.5 e Mal. 3.10. Ver no *Dicionário* dois artigos: *Chuva e Chuvas Anteriores e Posteriores*.

De acordo com a teologia judaica posterior, as *chaves* da prosperidade de Israel consistiam em três aspectos: 1. As chuvas; 2. os nascimentos; e 3. a ressurreição dentre os mortos.

Emprestarás a muitas gentes. A prosperidade do povo de Israel seria tão grande que Israel comerciaria com outras nações, emprestando-lhes dinheiro e bens materiais, em vez de pedir-lhes emprestado. As nações desobedientes são sujeitas a *pedir emprestado*. Israel gozaria de colheitas abundantes, para assim poder vender cereal a outras nações, ou então para trocar seu cereal com outros produtos necessários, mas sempre a partir de uma posição de *superioridade*. Ver Ezequiel 27.17. Entre os israelitas, as riquezas materiais fluíam tão abundantemente como as águas correm no rio Amazonas. As riquezas enchiam o território de Israel até suas fronteiras, e eles as trocavam por outras mercadorias vindas de grandes distâncias. A obediência era a chave de tudo.

Quando andamos com o Senhor,
À luz de Sua Palavra,
Quanta glória que Ele derrama sobre nós.
Quando cumprimos a Sua vontade,
Ele habita conosco,
E com todos de que confiam e obedecem.

(J. H. Sammise)

28.13

O Senhor te porá por cabeça. Este versículo repete a mensagem de Deut. 4.5 ss.; 26.19 e 28.1. Mas agora é empregada a metáfora que envolve um animal. Um animal tem cabeça, corpo e cauda, partes essas que servem para indicar importância e prioridade relativa. Israel estava destinado a tornar-se a cabeça das nações. Mas visto que, por sua desobediência, Israel foi expulso da Terra Prometida, essa posição de prioridade foi transferida para o período do milênio (ver a respeito no *Dicionário*). Entrementes, a partir dos cativeiros (ver a respeito no *Dicionário*), Israel passou a ser a cauda das nações, o que explica a dispersão e as perseguições a que o antigo povo de Deus tem sido sujeitado. "... a cabeça significa hegemonia; a cauda representa povos que ficam em sujeição; ou, então, a cabeça são aqueles que são honrados e em alta estima, e a cauda são aqueles que vivem humildes e aviltados. Ver Isa. 14.14,15" (John Gill, *in loc.*).

28.14

Não te desviarás. O cumprimento dessas profecias divinas a Israel dependia de eles não se desviarem do reto caminho que o Senhor lhes determinara, nem para a direita nem para a esquerda. Os filhos de Israel tinham de manter uma obediência estrita à lei, o tema mais enfatizado neste livro de Deuteronômio. A pior forma de desvio reaparece aqui, a saber, a *idolatria*. Ver sobre esse assunto no *Dicionário*. O conceito de que "a obediência gera a obediência, e o desvio gera todo tipo de pecados", é um tema comum no Pentateuco, além de ser um bom princípio moral, comprovado pela experiência humana. Ver Apo. 22.11, que repousa exatamente sobre esse conceito: aquele que é imundo continuará aumentando em sua imundícia; e aquele que é justo continuará aumentando em sua retidão.

Maldições que Serão Lançadas na Terra — Seis Maldições Adicionais
(28.15-68)

Condições que Trariam Castigo contra Israel. Ver Deuteronômio 27.15 ss. quanto às *doze* maldições que atrairiam o castigo contra os israelitas que desobedecessem à lei. E agora o autor sagrado nos apresenta mais *seis* maldições. Alguns estudiosos supõem que o documento original tivesse apenas seis bênçãos e seis maldições, no capítulo 28, e que o capítulo anterior, com suas doze maldições, teria sido algum suplemento posterior, colocado antes do texto original. A introdução a este capítulo aborda esse e outros problemas. Seja como for, os dois vocábulos, *bênçãos e maldições*, falam acerca da aprovação ou desaprovação de Deus, dependendo tudo da obediência ou desobediência de Israel. As bênçãos e maldições *sintetizam* o que pode acontecer a um homem, uma vez que ele se sujeite à lei. Literalmente, porém, está em foco a nação de Israel, que se comprometera com Deus no pacto mosaico.

Seja como for, as seis bênçãos e as seis maldições deste capítulo refletem elementos do antigo pacto de Siquém. O Monte Gerizim (onde tinham sido proferidas as bênçãos) simboliza a escolha da obediência, ao passo que o Monte Ebal (onde tinham sido proferidas as maldições) simboliza a escolha da desobediência. Ver Deu. 27.11-26.

"As *quatro* maldições dos vss. 6-19 são o contrário exato das quatro bênçãos citadas nos vss. 3-6 (embora a segunda e a terceira sejam revertidas, ao mesmo tempo em que as palavras 'as crias das tuas vacas e das tuas ovelhas', no quarto versículo, não sejam incluídas no vs. 18)" (Jack S. Deere, *in loc.*).

28.15

Se não deres ouvidos à voz do Senhor teu Deus. As *maldições* foram introduzidas como a antítese das bênçãos, pois a idéia de "não obedecer" contrasta com a idéia de "obedecer". Cada uma das seis maldições isso posto, é o contrário de cada uma das seis bênçãos.

Platão, em seu diálogo intitulado *Górgias*, apresentou um assustador mas veraz princípio espiritual: A pior coisa que pode acontecer a um homem é que ele chegue a cometer um erro, mas não venha a sofrer nenhum castigo por isso. É assim que se corrompe a alma de um homem, o que o torna permanentemente corrupto. Foi por isso que Platão também disse: "Um homem fica pior se não for castigado, do que se o for". Temos aí outro excelente discernimento: a punição deve ser consentânea com o erro cometido, servindo de medida de expiação, e não meramente de retribuição, com o que concorda plenamente o trecho de I Pedro 4.6. E isso inclui até mesmo o caso daquele castigo que segue os homens até o próprio hades.

28.16

Maldito serás. A *primeira maldição* é o oposto preciso da *primeira bênção*. O mal recairia sobre um habitante de cidade (vs. 3) que se mostrasse desobediente para com a lei, tal como a bênção recairia sobre um habitante de cidade que se mostrasse obediente. Neste mesmo versículo temos a *segunda maldição*, que sobreviria ao habitante dos interiores do país, nos mesmos termos que se vê no caso da primeira maldição. As notas sobre o terceiro versículo também têm aplicação aqui.

"Daqui até o fim do versículo 19, as maldições são enfileiradas em uma forma contrária às bênçãos referidas nos vss. 3-6; se observarmos o significado daquelas bênçãos, facilmente captaremos o sentido das maldições, pois as bênçãos fazem contraste direto com as maldições" (John Gill, *in loc.*).

Devemos notar que as bênçãos prometem a vida pós-túmulo, em alguma existência futura em um lugar celestial; mas as maldições não ameaçam com nenhum tipo de juízo eterno e consciente. Essas doutrinas começaram a desenvolver-se, dentro das tradições judaicas, a partir dos Salmos e dos Profetas. Então, ainda dentro dos dias da vigência do antigo pacto, essas doutrinas tiveram seu maior desenvolvimento dentro dos livros pseudepígrafos. Há um artigo sobre esses livros na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*. Ver os comentários a respeito em Gên. 1.26,27 e Deu. 4.1.

28.17

Maldito o teu cesto e a tua amassadeira. Temos aí a *terceira maldição*. Da mesma maneira que um israelita obediente teria abundância de víveres em sua casa, um israelita desobediente sofreria escassez de provisões de boca. Assim posto, esta terceira maldição é a antítese da quarta bênção. A teologia dos hebreus não imaginava coisa alguma como fora ou além das exigências da lei, nem que pudesse acontecer alguma coisa a um homem que não estivesse diretamente relacionada à lei.

28.18

Maldito o fruto. A *quarta maldição é* a antítese da quarta bênção (vs. 4). Um israelita obediente veria uma prole abundante, bem como a multiplicação de seus rebanhos e uma produção agrícola abundante. Mas um israelita desobediente experimentaria precisamente o contrário. Ver as notas sobre o quarto versículo deste capítulo.

"Nenhuma divindade abstrata pode incendiar um coração. Para tanto faz-se mister um Deus vivo e que realmente reaja diante das ações humanas. 'Não se vendem dois pardais por um asse? e nenhum deles cairá em terra sem o consentimento de vosso Pai. E quanto a vós outros, até os cabelos todos da cabeça estão contados" (Mat. 10.29,30) (Henry S. Shires, *in loc.*). Este texto ensina-nos acerca das bênçãos e das maldições divinas, porquanto elas estão vitalmente envolvidas na existência humana. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Teísmo*, que o nosso texto ilustra.

28.19

Maldito serás. As maldições de números *cinco* e *seis* são a antítese da quinta e da sexta bênção (vs. 6), cujas anotações devem ser consultadas.

Os Juízos de Yahweh (28.20-68)

Esses *juízos* têm uma natureza homilética, sendo expansões didáticas das *maldições*. Admira-nos que o autor sagrado tenha concedido muito maior espaço, nos capítulos 27 e 28, às maldições do que às bênçãos. Todavia, esse modo de apresentação estava de acordo com documentos similares provenientes do antigo Oriente Próximo e Médio. Psicologicamente falando, qualquer mestre moral mostrar-se-á muito mais preocupado com as coisas ruins que podem acontecer do que com as boas. Isso porque a natureza pervertida dos seres humanos empurra-os, de forma consistente, na direção errada. Somente a graça e o poder de Deus podem fazer um homem andar na direção contrária de suas tendências naturais.

Além disso, devemos pensar que a lei era o ministério da "condenação" (ver II Cor. 3.9), pelo que foi apenas natural que nas bênçãos e maldições tivesse sido mais elaborado o fator negativo do que o positivo.

Não obstante, cada *juízo* aqui proferido tinha por finalidade fazer Israel desviar-se da desobediência e da destruição, pelo que esses juízos eram potencialmente benéficos em sua natureza.

Esses juízos divinos são em número de *onze*, aos quais acompanharemos até o fim deste capítulo 28.

O Fracasso em Tudo (28.20)

28.20

1. *Primeiro Juízo.* As más ações sem dúvida resultam em desastre seguro, o que é descrito mui enfaticamente neste versículo. *Tudo* quanto Israel tentasse fazer seria reduzido a nada, além do que haveria ataques de inimigos, escassez de alimentos, fracasso nas colheitas e desastres naturais. A maldade seria eles terem *abandonado* a Yahweh, e, por conseqüência, Ele também os abandonaria a todos os tipos de males. As predições deste versículo cumpriram-se sobretudo nos cativeiros, quando o povo de Israel foi reduzido a praticamente nada, e os raros sobreviventes foram levados para o exílio. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Cativeiro (Cativeiros)*. Cf. este texto com I Sam. 5.9 e 14.20. Cf. II Reis 22.11 ss. quanto a possíveis efeitos que a leitura de passagens bíblicas como essas tiveram sobre o rei Josias.

"Deficiência, ansiedade e fracasso em *todos* os empreendimentos" (Ellicott, *in loc.*). "Juízos contínuos assinalam o desprazer divino" (Adam Clark, *in loc.*).

John Gill, *in loc.*, referiu-se às "correções da providência", captando assim, corretamente, o espírito dessa passagem.

A Pestilência (28.21-22)

28.21-22

2. *Segundo Juízo.* O autor sagrado multiplicou generalidades de enfermidades nos homens, nos animais e nas plantas; mas também mostrou que essas coisas seriam tão violentas que acabariam removendo o povo de Israel da Terra Prometida, de forma absoluta. Através desses meios, Yahweh interviria pessoalmente na vida de um povo pecaminoso e idólatra. Algumas enfermidades tornar-se-iam crônicas e incuráveis. Outras produziriam mortes repentinas. Os animais e a vegetação também sofreriam as suas próprias pragas, tornando insuportável a vida para o povo de Israel. Não são mencionadas as enfermidades exatas, mas os sintomas cobrem uma larga gama de males físicos. As plantas ressecar-se-iam e apanhariam o míldio ou a ferrugem. Haveria um calor insuportável, resultante da seca. Ver o trecho de Ezequiel 14.19-21 quanto às quatro pragas que atingiram Jerusalém. Quanto a enfermidades consumidoras, que dilapidam o corpo físico, e quanto às febres, cf. Lev. 26.16. Ver Amós 4.9, quanto ao "crestamento" e à "ferrugem". A passagem de I Reis 8.37 fornece uma lista parcialmente paralela destes versículos.

Secura. Várias traduções dizem aqui "espada". Para muitos comentadores, isso parece uma incongruência, pois a espada não pertence à categoria dos desastres naturais. No hebraico, a palavra aqui usada é *chereb*, que pode significar vários instrumentos cortantes, como a espada, o machado, a faca ou outro qualquer. A *Revised Standard Version* diz aqui "seca". Parece que nossa versão portuguesa acompanhou essa opinião. A New International Version segue pelo mesmo caminho. Mas não sabemos dizer a razão da escolha dessa tradução.

A sequidão (falta de umidade no ar, que é muito prejudicial à saúde, e, no Brasil, afeta, por exemplo, cidades como Brasília, em certos períodos do ano), em Israel, podia ser causada pela seca ou pela ação do *vento oriental* (ver as notas expositivas a respeito, em Gên. 41.6).

A Seca (28.23-24)

28.23-24

3. *Terceiro Juízo.* A Terra Prometida era muito fértil, a ponto de ter sido apelidada de terra que "mana leite e mel" (ver as notas a respeito, em Êxo. 3.8 e Núm. 13.27). Mas os juízos divinos, ao alterarem as condições climáticas, poderiam transformar toda aquela região em um deserto poeirento. Ver no *Dicionário* o artigo detalhado chamado *Seca*. O arsenal de Yahweh incluía desastres naturais. Em lugar das fertilizantes nuvens de chuvas, o firmamento tornar-se-ia duro como o bronze, ao passo que a terra tornar-se-ia ressecada e sólida como o ferro. Tudo quanto porventura chegasse a brotar morreria por falta de água, e a produção agrícola cessaria de todo. Daí resultaria, de forma inevitável, a fome. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Fome*. Isso aconteceria porque Israel teria entrado em um estado de esterilidade espiritual; e a Terra Prometida teria acompanhado essa condição. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Deserto*. O solo seria pulveri-

zado sob a forma de poeira fina, pelo ar superaquecido, e a poeira, em lugar da chuva, cairia do firmamento.

A Derrota Militar (28.25-26)

28.25-26

4. *Quarto Juízo.* Contra um desobediente povo de Israel levantar-se-iam Yahweh, a natureza e até mesmo outras nações. O aniquilamento ficaria, dessa forma, garantido. Essas devastações ocorreram essencialmente nos dois cativeiros, no assírio e no babilônico. Ver no *Dicionário* o artigo *Cativeiro (Cativeiros).* Israel sairia à guerra unido, mas acabaria fugindo por *sete* direções diferentes, ou seja, totalmente derrotado. O terceiro cativeiro (que em certo sentido prossegue até hoje) foi o romano. O imperador Adriano (132 D. C.) esvaziou a Terra Prometida de seus habitantes judeus, e somente em nossos próprios dias (maio de 1948) um remanescente começou a voltar, organizando-se no que é hoje o Estado de Israel, ocupando de novo a terra pátria que havia sido prometida a Abraão e seus descendentes. Isso posto, os terrores aqui ameaçados têm tido cumprimento da maneira mais cabal e espantosa. Não obstante, a identidade dos judeus tem sido preservada ao longo de dezenove séculos, pelo que agora eles estão novamente existindo como nação independente. Mas quem restaurará definitivamente a sorte de Israel, transformando-o na "cabeça" das nações, será o Senhor Jesus. Perguntaram-Lhe os Seus apóstolos: "Senhor, será este o tempo em que restaures o reino a Israel?" (Atos 1.6).

O sétimo versículo deste capítulo fala sobre como os inimigos de Israel seriam dispersos em sete direções, se ousassem atacá-los. Mas, se os filhos de Israel se mostrassem desobedientes, eles é que seriam postos em fuga vergonhosa. Assim, a obediência traria as condições retratadas no sétimo versículo, e a desobediência, as condições refletidas nos versículos 25 e 26. E a derrota de Israel seria tão definitiva que ninguém restaria vivo para sepultar os mortos, que se tornariam então pasto dos animais ferozes. De acordo com a mentalidade do povo hebreu, essa era uma das piores desgraças que poderiam acontecer a um ser humano. Mas outros povos compartilhavam desse sentimento. Os gregos criam que a alma do homem não pode descansar se o seu cadáver jaz insepulto. Os inimigos de Israel, por sua vez, não se dariam ao trabalho de sepultar os corpos dos filhos de Israel.

Enfermidades e Perseguição (28.27-29)

28.27-29

5. *Quinto Juízo.* As pragas do Egito, que tinham devastado aquele país, alcançariam um desobediente povo de Israel. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Pragas do Egito*, como também um gráfico ilustrativo, com algumas notas adicionais, *em Êxo.* 7.14.

Úlceras. Ver Êxo. 9.9 e suas notas expositivas quanto a esse tipo de praga.

Tumores. Na verdade hemorróidas (ver I Sam. 5.9, onde se usou o mesmo termo hebraico, *ophel*).

Sarna. A Revised Standard Version diz aqui "escorbuto", uma afecção cutânea causada pela deficiência em vitamina C. Mas considerando a época em que esse trecho foi escrito, devemos pensar em alguma afecção cutânea geral, e não somente nessa deficiência vitamínica.

Prurido. Isso causava coceiras e grande desconforto. O autor sagrado, contudo, não estava procurando frisar enfermidades específicas. Cf. Lev. 21.20 e 22.22. Enfermidades dessa natureza tornavam as pessoas imundas, incapacitadas para a adoração em público.

De que não possas curar-te. Remédios caseiros de nada adiantariam, mesmo que em outras ocasiões tivessem produzido efeito. Yahweh seria a origem dessas enfermidades impostas por castigo, pelo que se apegariam de forma permanente a um povo desobediente.

Loucura. Ver no *Dicionário* o artigo geral intitulado *Enfermidades na Bíblia*, que inclui os desequilíbrios mentais. Até hoje não se sabe muito sobre essas condições; e os antigos ignoravam totalmente as suas causas. Mentalmente debilitados, os israelitas ficariam incapacitados de efetuar qualquer tarefa que exigisse cooperação mútua.

Cegueira. Tanto literal quanto figurada. Afecções oculares destruiriam a visão de muitos israelitas. E os demais ficariam espiritualmente cegos. Alguns estudiosos preferem pensar que essa cegueira afetaria a mente, concordando com o item seguinte.

Perturbação do espírito. Algumas versões dizem aqui "espanto". A Revised Standard Version diz "confusão mental", em consonância com o tema do versículo. Os juízos divinos deixariam os castigados impossibilitados de pensar correta e logicamente.

Apalparás ao meio-dia. Conforme faz uma pessoa cega, se não tiver ajuda de outrem. Assim, às apalpadelas, qualquer tarefa lhes pareceria extremamente problemática. E nada conseguiriam levar a bom termo. E em lugar de serem ajudados, outros apenas se aproveitariam da condição deles para oprimi-los. Adam Clarke, de seu ponto de vista histórico (século XIX), referiu-se ao modo como os israelitas, por quase mil e oitocentos anos, vinham apalpando seu caminho, ao mesmo tempo em que eram maltratados, porquanto "ainda não haviam percebido o resplendor da luz que tinham recebido, que os cercava, pois haviam rejeitado o seu próprio Messias, o que era a causa de todas as suas calamidades".

É com essa idéia que termina este versículo, "serás oprimido e roubado todos os teus dias; e ninguém haverá que te salve". Rejeitar o Senhor Jesus traz conseqüências quase inacreditáveis!

Incríveis Aflições (28.30-35)

28.30-35

6. *Sexto Juízo.* "As aflições aqui descritas resultariam da derrota na guerra. As isenções militares, mencionadas em Deu. 20.5-7, seriam revertidas, uma vez que o Senhor retirasse a Sua proteção. Os filhos e o gado perder-se-iam para sempre (vss. 31 e 32). Exércitos estrangeiros colheriam os benefícios do árduo trabalho dos agricultores (vs. 33). Perdas tão devastadoras produziriam a insanidade (vs. 34), sem falar em dolorosas "úlceras malignas" (vs. 35; cf. o vs. 27)" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Desposar-te-ás... edificarás... plantarás. As condições favoráveis, prometidas em Deu. 20.5-7, seriam anuladas, uma após outra, no caso dos desobedientes a Yahweh. Ver as notas expositivas daqueles versículos. Um soldado israelita, que antes estaria dispensado do serviço militar, a fim de iniciar sua vida de homem casado, de construir sua casa e de plantar sua vinha, agora teria de seguir para o campo de batalha, e ali seria morto. E outro homem ficaria com sua mulher e com os seus bens materiais. E isso poria fim a todos os sonhos do israelita desobediente.

Boi... jumento... ovelhas. Os animais domésticos dos israelitas desobedientes seriam roubados diante dos seus olhos. Isso parece indicar pilhagens e saques, um dos resultados da guerra, para quem sai perdedor. Dessa sorte, os israelitas desobedientes seriam sujeitados a muitas atrocidades, e isso dentro de sua própria Terra Prometida, que eles teriam mostrado ser incapazes de defender.

Teus filhos e tuas filhas. A prole dos israelitas desobedientes não seria considerada melhor do que meros animais domésticos. Muitos desses filhos seriam mortos; outros seriam levados como escravos. E assim famílias seriam dispersadas para sempre, sob as mais agonizantes circunstâncias. E os pais desses filhos seriam consumidos de tristeza e saudades, sabendo que seus filhos estavam sendo sujeitados aos mais cruéis abusos, por parte de estrangeiros sem misericórdia.

John Gill (*in loc.*) registrou um incidente ocorrido em fins do século XV e começos do século XVI que atingiu os judeus e ilustra o nosso texto: "Por meio de um edito da coroa portuguesa, os filhos dos judeus foram transportados para ilhas desabitadas. E quando, por ordem do rei, eles embarcaram nas naus que haveriam de transportá-los, o historiador judeu disse que houve, por parte das mulheres judias, grandes lamentações por seus filhos; mas ninguém teve compaixão deles, nem foram eles consolados, e ninguém os ajudou" (com referência ao Shebet Judah, *Hist. Jud.*, sec. 5, pág. 332).

Tua mão nada poderá fazer. Uma das piores coisas seria o senso de impotência diante de tantas desgraças. Sem Yahweh, os israelitas teriam de reconhecer que eles nada eram.

O fruto da tua terra. Os exércitos invasores apossar-se-iam de toda a produção agrícola, que tanto trabalho havia dado aos israelitas, e estes perderiam tudo. Os invasores ficariam bem providos de alimentos, ao passo que os próprios agricultores e o povo israelita em geral passariam fome. Dessarte, os israelitas desobedientes sofreriam toda sorte de opressão e desgraça. Cf. as profecias em Jeremias 5.17. Ver também o versículo 29 deste capítulo quanto a predições similares.

E te enlouquecerás. Desgraças tão generalizadas deixariam os israelitas desobedientes em estado de torpor mental, ao contemplarem tantas devastações. "... chocantes acontecimentos ... calamidades espantosas, opressões e persegui-

ções" (John Gill, *in loc.*), o qual relatou, em conexão com este versículo, outro incidente moderno de perseguições contra os judeus, que teve lugar na Alemanha, nestes termos: "Na Alemanha, na ira e desvario deles, os judeus incendiaram uma cidade, e eles mesmos pereceram dentro dela. Naquele mesmo país, ao serem convocados por um edito para mudarem de religião, eles concordaram em reunir-se em certo edifício, onde se mataram mutuamente. Os pais primeiramente mataram seus filhos; então os maridos mataram suas mulheres; e então passaram a matar-se uns aos outros. Finalmente, restou um único homem, o qual se suicidou" (Shebet Judah, *Hist. Jud.*, sec. 234-236, partes 214-217).

O Senhor te ferirá com úlceras. As ulcerações afetariam o corpo inteiro de suas vítimas, como um sinal especial da ira do próprio Yahweh contra os israelitas desobedientes. Não haveria como obter cura para tais úlceras, e os corpos sofreriam sem nenhuma mitigação. Cf. o versículo 27 deste capítulo. Ver Eze. 7.17 e 21.7, onde lemos: "Todas as mãos se afrouxam, todo espírito se angustia e todos os joelhos se desfarão em água".

Exílio (28.36-37)

28.36-37

7. *Sétimo Juízo.* Visto que Israel recusar-se-ia a servir ao Deus vivo e verdadeiro, o próprio Israel seria levado à força para terras estrangeiras, onde serviria a deuses estrangeiros que são ídolos sem vida. Ver no *Dicionário* os artigos intitulados *Cativeiro (Cativeiros)*; *Cativeiro Assírio e Cativeiro Babilônico.* Esses três artigos ilustram graficamente o cumprimento das profecias constantes nestes dois versículos. O pior e mais longo de todos os exílios tem sido o chamado exílio romano, que começou em 132 D. C., nos tempos do imperador Adriano. O povo de Israel foi expulso da Terra Prometida, proibido de ali voltar, e ficou "fora" até o nosso próprio século XX, quando então (em 1948) teve início uma restauração preliminar, que continua em processo. De fato, o restaurador de Israel será o Senhor Jesus, quando Ele voltar ao mundo (ver Atos 1.6).

Em lugar de ser uma nação distinguida, distinta e exaltada, conforme a vontade de Deus determinou para eles (ver Deu. 26.19 e outras referências, dadas nas notas sobre aquele versículo), Israel passaria a ser um sinônimo de reversão, de tragédia, de devastação, de fracasso, de "cauda" (ver o vs. 37 deste capítulo). Israel "tornar-se-ia a nação mais repulsiva da terra" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Israel seria ridiculizado e zombado por seus inimigos, tornando-se o centro de intermináveis piadas de mau gosto. Essa descrição é a *antítese* do décimo versículo. Cf. Jer. 24.9, um paralelo direto com o versículo 37.

Felizmente para Israel, as Escrituras profetizam apenas três grandes cativeiros, antes do retorno do Senhor Jesus. E o último desses evidentemente está chegando ao fim. Isso nos permite prever que o Senhor Jesus não demora muito a voltar, e Ele reverterá totalmente, por Sua misericórdia e graça, a sorte de Israel (ver Deu. 30.3; Sal. 14.7; Jer. 30.18; Eze. 16.53; Joel 3.1; Sof. 2.7 etc.).

Frustração Geral (28.38-44)

28.38-44

8. *Oitavo Juízo.* Para começar, haveria falha agrícola e ruína econômica. Um trabalho árduo produziria pouquíssimo resultado permanente. Toda esperança de boa colheita terminaria em amargo desapontamento. Pragas destruiriam os resultados almejados. As vinhas não produziriam ou seriam saqueadas. E não haveria filhos que pudessem ajudar seus pais em meio a toda a perda sofrida, porquanto eles teriam sido levados para o estrangeiro (vs. 32).

Muita Semente, Pouca Colheita. Ou as sementes não nasceriam, ou as plantações seriam devoradas pelos gafanhotos. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Praga de Gafanhotos.* Cf. Ageu 1.9 e Joel 1.4 quanto a ameaças similares. Temos aí uma antítese às promessas do versículo 11, dirigidas aos israelitas obedientes.

Pragas Atingiriam os Vinhedos. As parreiras seriam plantadas e cuidadas, mas somente para que vermes as destruíssem. Plínio, o antigo naturalista, falou sobre vários tipos de vermes que seriam fatais às vinhas e às próprias uvas (*Hist. Natural* 1.17, cap. 28). Israel, desobediente a Yahweh, contaria com muitos vermes, mas com poucas uvas. Desse modo, os vermes obedeceriam ao soberano Yahweh, ao passo que os israelitas ser-Lhe-iam desobedientes.

Azeite Extremamente Escasso. Haveria oliveiras espalhadas por todo o território de Israel, mas a produção de azeitonas e de azeite seria tão pequena que não haveria o suficiente nem mesmo para o uso nas cerimônias de unção. Cf. Deu. 8.8. A oliveira era uma das riquezas da Terra Prometida, tal como o leite e o mel (ver as notas em Êxo. 3.8 e Núm. 13.27). Mas a desobediência poria fim a tudo. A safra da azeitona abortaria estando ainda o fruto verde, nas árvores; e o que assim não se perdesse, ficaria estragado pelo vento e pela seca, além de ser reduzido a nada pelas enfermidades, como a ferrugem. Cf. Amós 4.9 e Hab. 3.17.

Cativeiro para os Filhos. Essa terrível ameaça é aqui repetida. Ver o versículo 32 deste capítulo. Talvez a experiência mais agonizante que um pai ou mãe podem experimentar seja a de ser separado à *força* de seus filhos, mediante seqüestros, tragédia ou morte. Durante a Segunda Guerra Mundial, muitos pais ingleses enviaram seus filhos para o território dos Estados Unidos da América, para que estivessem livres dos horrores da guerra. Mas até mesmo essa forma de separação, quando os pais britânicos sabiam que seus filhos estariam em segurança, foi muito dolorosa para eles. Ver o versículo 37 e suas notas expositivas, quanto ao juízo do exílio, e onde aparecem referências a artigos que descrevem os vários cativeiros que Israel tem *sofrido.*

Nova Ameaça de Cativeiro para os Filhos. O versículo 42 repete a ameaça do vs. 38, cujas notas devem ser consultadas. Toda a vegetação do país sofreria devastação, impossibilitando a continuação de qualquer tipo de vida. Cf. Êxo. 10.15. Israel sofreria a mesma triste sorte que tinha atingido antes o Egito. Ver também Joel 2.5.

Estrangeiros Exaltados, Naturais do País, Humilhados. Embora o destino determinado por Deus para Israel era que a nação fosse exaltada, a desobediência reverteria a situação. Nessa reversão, estrangeiros bárbaros e idólatras obteriam a hegemonia, anulando as promessas (ver Deu. 26.19) feitas ao povo escolhido. No Egito, Yahweh havia protegido os filhos de Israel das dez pragas (ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Pragas do Egito*). Não obstante, se fosse desobediente, Israel sofreria a mesma ira que os egípcios tinham sofrido, uma *irônica reversão.*

Tu mais e mais descerás. No dizer de John Gill (*in loc.*): "Sob a forma de grande sujeição, como vassalo e escravo; ver Sal. 106.41,42. E isso tornou-se mais patente ainda quando os romanos reduziram à servidão a nação de Israel, tendo mandado muitos judeus para trabalharem nas minas do Egito".

Dependência Econômica. O vss. 44 é a antítese dos vss. 12 e 13 deste capítulo, que falam sobre os benefícios outorgados aos obedientes. As notas expositivas dadas ali aplicam-se aqui. Por outra parte, os estrangeiros e os *saqueadores* seriam os beneficiados e exaltados, ao passo que um desobediente povo de Israel seria reduzido a "cauda".

Maldições Coletivas de Juízo Geral (28.45-48)

(28.45-48)

9. *Nono Juízo.* Encontramos aqui um sumário de maldições anteriores, formando a nona seção desta passagem. Mas além da reiteração das maldições anteriores, também são providas razões para elas.

Todas estas maldições virão sobre ti. A alusão é às doze maldições do capítulo 27, como também às seis maldições do capítulo 28, as quais são explicadas com maiores detalhes nos oito *juízos* antecedentes. O autor sagrado parte aqui da certeza de que as coisas preditas por certo haveriam de ter lugar. Os críticos supõem que esta passagem seja de origem tardia, refletindo mais a história do que a profecia. O autor descontinua o "se". Israel, embora estivesse prestes a atravessar o rio e tomar posse da Terra Prometida, estava destinada a fracassar, ir para o cativeiro e sofrer inúmeras catástrofes.

Razão. Desobediência. A convocação à *obediência*, que aparece e se repete em Deu. 5.1; 6.1; 8.1; 10.12,13; 11.1; 12.1; 27.1 e 28.1, não seria atendida. *Escolhas* erradas seriam feitas (ver Deu. 27.12,13); Israel ficaria sujeito às maldições do Monte Ebal, em lugar das bênçãos do Monte Gerizim — porquanto esses dois montes simbolizavam as duas escolhas possíveis.

Ver a *tripla* designação da lei, em Deu. 6.1. Duas dessas designações — "mandamentos" e "estatutos" são reiteradas no versículo 45.

Tua descendência para sempre. Os *mandamentos* e os *estatutos*, que deveriam ser agentes de vida (ver Deu. 4.1; 5.33 e 6.2 e suas respectivas notas expositivas) tornar-se-iam sinais de maldição e de morte, bem como das devastações que perseguiriam os filhos de Israel por todas as suas gerações. As *maldições* provenientes da desobediência também serviriam de sinais e maravilhas, embora com resultados negativos, e não positivos, conforme usualmente são os sinais e os prodígios miraculosos.

As maldições deixariam atônitas as sucessivas gerações de israelitas, e isso por motivo de consternação. Estão aqui em foco, acima de tudo, os cativeiros. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Cativeiro (Cativeiros).* Finalmente, seria vista uma "coisa nova", ou seja, a restauração de Israel. Ver Isa. 45.17,18 e Rom. 11.25,26. Essa coisa

JULGAMENTOS DIVINOS QUE ISRAEL-JUDÁ DEVE SOFRER
PARALELOS ENTRE LAMENTAÇÕES E DEUTERONÔMIO

(ISRAEL) Essência dos Julgamentos	Lamentações	Deuteronômio
Judá (Israel) espalhado entre as nações não encontrará paz nem segurança.	1.3	28.65
Judá (Israel) será o escravo de forças estrangeiras e a cauda das nações.	1.5	28.44
Seus filhos e filhas serão cativos em nações pagãs.	1.5	28.32
Em fraqueza fugirão ante o perseguidor e serão absolutamente derrotados. As defesas falharão e os soldados fugirão em sete direções em total confusão.	1.6	28.25
Os jovens serão levados e feitos escravos. Os pais os perderão para sempre.	1.18	28.41
O povo de Judá (Israel) será objeto de canções zombadoras, escárnio e desprezo.	2.15	28.37
Mães, no seu desespero, comerão os próprios filhos para não morrer de fome.	2.20	28.53
O pecado, especialmente o da idolatria, cobrará um alto preço em sofrimento.		
Jovens e velhos morrerão juntos na poeira das ruas. O inimigo não respeitará idade nem sexo.	2.21	28.50
Mães, com as próprias mãos, cozinharão seus filhos. As mais gentis esconderão seus filhos para comê-los depois do ataque do inimigo. As esposas não mais respeitarão seus maridos, mas se tornarão animais selvagens.	4.10	28.56-57
A herança de Israel dada no Pacto Abraâmico, passará às mãos dos estrangeiros selvagens. O judeu construirá uma casa, mas nunca morará nela. As propriedades ficarão à disposição dos invasores e seus filhos.	5.2	28.30
Perseguidos, os judeus não encontrarão paz no exílio. A espada os seguirá até lá e continuará a matança. O pecado cobrará um alto preço dos desobedientes.	5.5	28.65
Os sofrimentos no exílio serão variados e severos. A fome fará a pele dos cativos queimar como se estivesse sujeita a um forno.	5.10	28.48
Mulheres casadas e virgens serão estupradas nas ruas de Sião. Uma mulher prometida a um judeu nunca se tornará esposa dele, mas cairá vítima de um soldado impiedoso.	5.11	28.30
Os velhos não serão respeitados e não receberão misericórdia. Cairão vítimas das mesmas brutalidades.	5.12	28.50
O monte Sião tornará uma pilha de entulho e animais selvagens farão dele seu lugar de assombração. Os muitos e radicais pecados de Judá (Israel) exigirão múltiplos e radicais castigos, servindo de agentes de restauração para o remanescente que sobreviver.	5.18	28.26

nova resultaria, pelo menos em parte, dos terríveis juízos divinos, juízos esses que não seriam meramente retributivos, porquanto também teriam um aspecto remediai.

Ingratidão no Serviço ao Senhor. O versículo 47 mostra que a *desobediência anularia o serviço* prestado por Israel ao Senhor. Eles serviriam, mas de má vontade e sem alegria. A *abundância*, que eles poderiam ter recebido, ficaria assim perdida. Israel, em lugar disso, seria sujeitado a potências estrangeiras e seria dispersado, fugindo em sete direções diferentes (vs. 25).

Serviço Forçado a Estrangeiros. Os israelitas haveriam de recusar-se a servir a Yahweh de bom grado, e, em conseqüência, seriam forçados a servir a estrangeiros. Os seus dominadores haveriam de furtar-lhes as coisas mais básicas da vida, de tal modo que, em nudez, haveriam de padecer fome e sede. Um jugo de ferro seria posto em torno de seus pescoços, de tal modo que, como animais irracionais, eles seriam maltratados e reduzidos à escravidão. O resultado disso tudo é que a nação de Israel seria destruída. Estão em pauta os cativeiros e os seus rigores. Cf. Jer. 28.14 quanto ao *jugo de ferro*. Os jugos ou cangas eram feitos de madeira. Aqueles feitos de ferro seriam mais pesados e mais opressivos ainda. Ninguém fazia cangas de ferro para os seus animais; mas Israel seria reduzido a uma posição inferior à dos animais irracionais, quando a Assíria e a Babilônia dominassem o antigo povo de Deus. Mas o *jugo romano* foi o mais severo e prolongado de todos, de tal modo que, somente em nosso século XX (maio de 1948), formou-se novamente a nação de Israel como um estado devidamente organizado. O imperador romano, Adriano (em 132 D. C.), esvaziou a Terra Prometida de judeus, de onde foram dispersos entre todas as nações da terra, para sofrerem, geração após geração, um cativeiro que já se prolonga por mais de dezenove séculos.

Alguém poderia indagar: "Mas a formação do moderno Estado de Israel, em 1948, não fez terminar o terceiro e mais longo e terrível dos cativeiros de Israel?". Não. O que ocorreu em 1948 é que apenas uma porcentagem do povo judeu espalhado pelo mundo começou a voltar ao seu antigo território pátrio. As profecias bíblicas dão conta de que Israel ainda terá de enfrentar a pior de todas as opressões, aquela da "tribulação de Jacó" (ver Jer. 30.7 e seus paralelos), quando então, no dizer do profeta Zacarias, Deus ajuntará "todas as nações para a peleja contra Jerusalém; e a cidade será tomada, e as casas serão saqueadas, e as mulheres forçadas; metade da cidade sairá para o cativeiro, mas o restante do povo não será expulso da cidade" (Zac. 14.2). E então, o mesmo profeta diz que o Senhor virá em socorro de Seu povo: "Naquele dia estarão os seus pés sobre o Monte das Oliveiras..." (Zac. 14.4). E o Senhor, presente de novo na terra, agirá como o Restaurador. E daí por diante, nunca mais Israel sofrerá maldição. Antes, tendo-se convertido, passará a obedecer ao Senhor. E então, para Israel, haverá somente bênçãos, por toda a eternidade!

"E assim todo o Israel será salvo, como está escrito: Virá de Sião o Libertador, ele apartará de Jacó as impiedades" (Rom. 11.26).

Cidades Cercadas por Exércitos Inimigos (28.49-55)

(28.49-55)

10. *Décimo Juízo.* Talvez pareça, a qualquer pessoa sensata, que nada de mais horroroso poderia acontecer ao povo de Israel, como maldição divina. No entanto, o autor sacro, ao revelar o décimo e o décimo primeiro juízo divino, que ele começa a descrever no versículo 49, ultrapassou a todas as predições anteriores, quanto ao seu horror. Essas duas maldições finais poderiam ser sumariadas por meio de duas palavras: *cerco e exílio*. Israel haveria de chegar ao fim! Que poderia ser pior? Somente uma notável intervenção divina, qual seja o do segundo advento de Cristo, será capaz de modificar esse quadro, conforme vimos nos poucos parágrafos anteriormente. Mas tudo isso faz parte de nossa antecipação, pois a revelação feita por Moisés, por enquanto, ainda é de entrar no cativeiro babilônico, algo distante no futuro, do ângulo do autor sagrado.

O Senhor levantará contra ti uma nação. A maioria dos eruditos concorda que a nação aqui referida é a antiga *Babilônia* da época de Nabucodonosor. Outros opinam que a referência é aqui um tanto frouxa, de tal modo que, embora a frase tenha sido posta no singular, "uma nação", estaria em pauta tanto a Assíria quanto a Babilônia.

Os críticos, por sua vez, supõem que toda essa seção tenha sido escrita como *história*, e não como profecia, pois refletirão o que aconteceu durante o cerco de Jerusalém e outras cidades de Judá por parte das tropas babilônicas, com o conseqüente cativeiro do reino do sul, Judá (ano de 597 A. C.). A Assíria, a Babilônia ou mesmo ambas (a Assíria ficava ao norte e a Babilônia ao sul; e ambas formam atualmente o Iraque) eram comparadas a uma *águia* destruidora. Em Hab. 1.6 e 8 a Babilônia também é assim simbolizada. Sendo uma ave de rapina, a águia desce súbita e ferozmente sobre sua presa, sem misericórdia. O símbolo do império romano também era a *águia*, embora esse quarto e último império da profecia bíblica não esteja em pauta aqui. Ver no *Dicionário* os artigos intitulados *Cativeiro Assírio; Cativeiro Babilônico e Cativeiro (Cativeiros)*.

Cuja língua não entenderás. Algum idioma estrangeiro, como o idioma falado na Assíria e na Babilônia, mas por certo não o latim (conforme alguns têm sugerido). Este trecho bíblico não está falando sobre a *incapacidade* dos judeus de aprenderem algum outro idioma, além do hebraico, conforme alguns intérpretes, tolamente, têm sugerido. O que está em pauta é que, de súbito, chegaria um povo estrangeiro que ocuparia a Terra Prometida e destruiria suas cidades, e a comunicação verbal entre vencedores e vencidos seria dificultada pela barreira do idioma. A situação inteira, pois, seria totalmente *estranha* para Israel.

Manassés Ben Israel (1604-1657), judeu marrano nascido em Portugal, mas que viveu na Inglaterra, interpretava este versículo como se estivesse falando sobre Roma (*De Termino Vitae*, 1.3, sec. 3, par. 129), mas ele falou olhando para trás, e não do ponto de vista de uma predição feita nos dias de Moisés. O Talmude fez sugestões similares, e essa idéia acabou tornando-se parte dos escritos judaicos desde então.

Ataque de uma Nação Feroz. Essa feroz nação atacante (provavelmente a Babilônia) não teria dó de ninguém dentre os israelitas, nem de adultos, nem de crianças, nem de anciãos. E os que escapassem com vida seriam levados para o cativeiro, onde seriam forçados a aceitar a idolatria. Cf. II Crô. 27.17, que diz algo parecido. Ver também Lam. 5.12, quanto aos terríveis sofrimentos impostos aos príncipes e anciãos do povo de Israel. Comentando sobre o versículo 50, alguns judeus de nomeada também pensavam que a nação em pauta seria Roma (ver Josefo, *De Bello Jud.*, 1. 3. cap. 7).

Destruição de Todos os Recursos Materiais de Israel. Tudo quanto fosse vital para a existência de Israel seria consumido pelos exércitos de ocupação da nação invasora. Como é óbvio, isso é típico dos exércitos invasores, que têm de sobreviver dos recursos do território invadido, sem nenhuma preocupação com as necessidades presentes e futuras da nação conquistada. Os animais domesticados e a agricultura eram o âmago do sustento de Israel. Mas tanto uma quanto a outra coisa seriam destruídas. E o resultado disso seria a destruição da própria nação de Israel.

Cerco de Todas as Cidades de Israel. No vs. 52 lemos que Israel seria assediado em todas as suas cidades. As muralhas protetoras das cidades seriam derrubadas, e as cidades fortes seriam niveladas. Israel perderia tudo aquilo em que confiava. Os hebreus perderiam o próprio território que lhes tinha sido dado como herança, por força do Pacto Abraâmico (ver as notas em Gên. 15.18). Israel deixaria de existir como nação organizada.

"Os judeus contavam com várias cidades bem muradas e fortificadas, além da própria Jerusalém; e nelas eles punham a sua confiança. Mas todas essas cidades sucumbiram" (John Gill, *in loc.*). Cf. este versículo com II Reis 17.5 (em foco a nação do norte, Israel), e também com II Reis 25.10 (em foco a nação do sul, Judá). Ver Jer. 34.7, quanto ao cerco e à destruição de cidades muradas, por parte das tropas de Nabucodonosor.

Canibalismo. No vs. 53 encontramos o cúmulo dos absurdos que aconteceriam a Israel. Os pais, destituídos de todas as provisões de boca e de toda esperança, devorariam os seus próprios filhinhos, um crime inominável de mentes ensandecidas. Cf. Lev. 26.27-29 e Jer. 19.9.

"Essa maldição teve cumprimento literal quando os assírios cercaram a cidade de Samaria (ver II Reis 6.24-29), e também quando os babilônios assediaram a cidade de Jerusalém (ver Lam. 2.20 e 4.10). Esse foi um dos mais horrendos exemplos da profundidade de perversão a que os homens podem ser levados quando desobedecem a Deus" (Jack S. Deere, *in loc.*). Josefo ajunta a isso que a mesma coisa aconteceu quando Jerusalém foi cercada e tomada pelos romanos (*De Bello Jud.*, 1.6. cap. 3, sec. 4). E Shebet Judah, *Hist. Jud.*, par. 326, informa-nos que, em outra ocasião de profunda angústia, os judeus chegaram a vender seus filhos em troca de pão.

Perversões da Natureza Humana. Isso se tornaria um fenômeno tão intensificado que, quando a sobrevivência estivesse em perigo, um homem, normalmente dotado de terno coração acabaria fazendo o mal contra seu próprio irmão, contra sua esposa, e nem mesmo de seus filhos teria piedade. Um homem nem ao menos daria um pedaço de pão para seu irmão ou para sua esposa, mas, antes, devoraria sozinho o que restasse de comida. E, então, com o coração resolvido a praticar qualquer erro, devoraria seus próprios filhinhos.

Josefo forneceu-nos uma citação que se ajusta bem à situação aqui retratada: "... em toda casa onde houvesse qualquer coisa que pudesse servir de alimento, havia um conflito; e os mais caros amigos brigavam um contra o outro, arrancando uns dos outros as menores partículas de alimentos" (*De Bello Jud.*, 1. 6. cap. 3, sec. 3).

Essa horrenda descrição prolonga-se pelos versículos 54 a 57.

No vs. 55 é previsto como um indivíduo ensandecido pela miséria haveria de comer seu próprio filhinho, negando qualquer pedaço do corpinho a outra pessoa da família.

Josefo comentou que, por ocasião do cerco de Jerusalém pelos romanos, os judeus comeram cães, gatos, animais de qualquer espécie e até o estrume de animais, incluindo objetos feitos de couro, como cintos e escudos (*De Bello Jud.*,

1.6, cap. 3, sec. 3). Isso pode parecer um exagero para alguns, mas na família deste tradutor houve um caso parecido. Soldados do exército brasileiro, durante a guerra do Paraguai, cercados pelo inimigo, tiveram de cozinhar demoradamente objetos de couro, incluindo as botas dos soldados, para comê-los, a fim de não morrerem de fome. Uma tia minha, Ana Bentes Valverde contou-me que um irmão da mãe dela foi um dos soldados brasileiros que tiveram de comer as próprias botas, no Paraguai. Os paraguaios, em fuga, deixavam para trás uma condição de "terra arrasada".

"Chocante e desnatural" (John Gill, *in loc.*). "Eles comeriam alguns de seus próprios filhos, recusando-se a compartilhar da carne dos filhos mortos com outros filhos, que ainda sobrevivessem" (Ellicott, *in loc.*).

O vs. 55 alude a um homem tão enlouquecido pela fome e pelo terror que chegaria a praticar indizíveis atos de barbárie. Os versículos 56 e 57, por sua vez, mostram como certas mães, geralmente tão solícitas quanto às necessidades de seus filhos, transformar-se-iam em nada menos que feras predadoras. Uma mulher, naturalmente gentil, sempre tão temerosa que qualquer coisa de ruim acontecesse com seus filhos, a ponto de não deixar no chão algum alimento a ser ingerido por seus filhos, acabaria sendo a grande inimiga de seus próprios familiares, como a devoradora de sua prole. Josefo contou a história de uma mulher judia chamada Maria, que tomou um seu filhinho, ao qual ainda dava de mamar, para matá-lo e cozinhá-lo, tudo *secretamente*, o que foi um dos crimes horrorosos daqueles dias arrepiantes. Ela comeu parte das carnes do bebê e guardou o resto para uma futura refeição. Aos soldados romanos, que entraram na casa dela e exigiram comida, ela deu uma parte que ainda restava da criança, já cozida. E os calejados soldados romanos, que tinham acabado de vir das ruas, onde tinham matado pessoas e violentado mulheres, ficaram horrorizados com o que viram (*De Bello Jud.*, 1.6, cap. 3, sec. 4).

Extinção de Israel por meio do Exílio e da Fome (28.56-68)

11. *Décimo Primeiro Juízo.* Todas as bênçãos antes prometidas a Israel seriam anuladas e transmutadas em maldições. Israel havia escapado das pragas e enfermidades do Egito (ver Deu. 7.15; 28.27,35; Êxo. 15.26), mas sofreria coisas similares no exílio, com seus resultados inevitáveis.

"O desastre foi aqui interpretado como se tivesse havido um retorno à servidão no Egito, porém mais patético do que aquele" (*Oxford Annotated Bibie*, comentando sobre o vs. 68 deste capítulo).

Se não tiveres cuidado de guardar todas as palavras desta lei. O autor sagrado dá prosseguimento à horrenda descrição dos desastres que sobreviriam aos israelitas desobedientes, que não dessem ouvidos aos muitos avisos que deles requeriam a obediência. Ver nas notas sobre os vss. 45 e 48 uma lista de referências a respeito, após o título *Razão.*

O temor do Senhor é o princípio da sabedoria (ver Pro.1.7). Quanto aos apelos de Yahweh para que o povo de Israel O temesse, ver Deu. 4.10; 5.29; 6.2,13,14; 8.6; 10.12,20; 13.4,11; 14.23; 17.19 e 31.12,13. O nome divino, neste ponto, é Yahweh-Elohim, o Eterno-Todo-poderoso. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Deus, Nomes Bíblicos de.* O texto não alude somente a uma "confiança reverente", conforme diz uma interpretação cristianizada, e, sim, a um verdadeiro temor daquele grande e destrutivo poder que prometeu dar fim a todos os desobedientes. Cf. Deu. 10.12, onde ofereci notas expositivas adicionais sobre a questão.

Pragas e Doenças Terríveis. As enfermidades e as pestilências multiplicar-se-iam de maneira assustadora, até se tornarem "terríveis", ou, conforme diz a Revised Standard Version, "aflições extraordinárias". Comentou a respeito John Gill (*in loc.*): "... visíveis, notáveis, aterrorizantes, espantosas". Outrossim, essa situação tornar-se-ia um fenômeno grave e "duradouro". Ellicott observou o fato de que esses sofrimentos, entre os judeus, continuavam até a sua própria época (século XIX); e mesmo agora, no século XX, não há sinal de que esses sofrimentos estejam diminuindo de intensidade. Basta que nos lembremos dos seis milhões de judeus europeus que pereceram às mãos de Hitler, e dos muitos outros milhões que têm sido perseguidos nos países comunistas. E as profecias bíblicas ameaçam com coisas ainda piores, como as angústias da época da ainda futura Grande Tribulação, até que, finalmente, Israel venha a converter-se e a ser restaurado (ver Rom. 11.26).

Metaforicamente, um Retorno ao Egito. O vs. 60 mostra que os castigos devidos à desobediência levariam os filhos de Israel a cair em condições como aquelas do período da servidão no Egito. O *poder de Yahweh* tinha protegido os hebreus das *pragas do Egito* (sobre as quais ver, com esse título, no *Dicionário*). Mas Israel, tendo-se removido do poder protetor de Yahweh, acabaria caindo em pragas que fariam com que, espiritualmente falando, voltassem ao antigo Egito. Israel, quando estava no Egito, tinha *temido* as pragas, embora não tivessem razão para temor. Mas agora, sob o décimo primeiro juízo divino, aquilo que tanto temiam lhes sobreviria. Ver Jó 3.25. Visto não terem temor a Yahweh (ver o vs. 58), os israelitas seriam forçados a temer as pragas e as adversidades mandadas por Yahweh.

O versículo 60 deve ser contrastado com o trecho de Êxo. 15.26, que fala de livramento e doença, através da obediência aos mandamentos da lei. Ver também Deu. 7.15 e 28.27.

Incluídas Doenças Não Mencionadas na Bíblia. Até mesmo enfermidades nunca mencionadas na legislação mosaica apareceriam em cena entre os filhos de Israel, enfermidades incuráveis que os dizimariam. Quanto às enfermidades descritas na Bíblia, ver no *Dicionário* o verbete chamado *Enfermidades da Bíblia.* "Qualquer tipo de mazela e doença que se pudesse nomear ou imaginar, poder-se-ia esperar que surgisse entre os filhos de Israel, por motivo da desobediência deles" (John Gill, *in loc.*).

Diminuição do Número dos Israelitas. A promessa de bênção que Deus fizera aos filhos de Israel era a de que eles se multiplicariam como as estrelas do céu. Ver Gên. 15.5; 22.17,35; Êxo. 25.26. Essa era uma das provisões do *Pacto Abraâmico* (ver as notas em Gên. 15.18). A desobediência, entretanto, haveria de anular tal promessa, de sorte que os filhos de Israel tornar-se-iam poucos em número. E até mesmo esses viveriam adoentados, sempre sob o temor constante de seus inimigos. Restavam bem poucos hebreus quando Nabucodonosor transportou um restante para a Babilônia. E mesmo esses eram pertencentes às classes mais humildes, como cultivadores de uva ou agricultores (ver Jer. 39.10 e 52.16). O cativeiro romano, por sua vez, foi precedido por uma matança em massa, de tal modo que chegou a faltar madeira no país, para o fabrico de cruzes, nas quais milhares e milhares de israelitas foram crucificados. E os que foram dispersos pelos países estrangeiros eram comparativamente poucos em número. Josefo (*De Bello Jud.*, 1.6. cap. 9, sec. 3) diz que um milhão e cem mil judeus pereceram no cerco de Jerusalém. Outros noventa e sete mil tornaram-se prisioneiros de guerra. Um total de um milhão, duzentos e quarenta mil, quatrocentos e noventa judeus foram mortos por toda a Palestina.

Reversão na Atitude de Deus para com Israel. No vs. 63 aprendemos que antes Yahweh se alegrava por cumprir as promessas do Pacto Abraâmico, incluindo o fator da notável multiplicação do número dos filhos de Israel. Mas, quando eles caíssem na desobediência, o Senhor teria como prazer destruí-los. Yahweh se alegrara quando tirara o Seu povo do Egito, levando-os ao deserto e então conferindo-lhes a Terra Prometida. Mas tudo isso acabaria azedando, por motivo da desobediência deles. A tragédia da tristeza culminaria nos cativeiros: o primeiro, por meio dos assírios; o segundo, por meio dos babilônios; mas o cativeiro romano, o terceiro, foi o mais terrível, o qual até hoje se arrasta. Os hebreus foram "arrancados" da Terra Prometida como se faz com uma planta que enfermou; e foram expulsos de sua própria terra. Ver o vs. 49 deste capítulo quanto a referências, no *Dicionário*, aos vários artigos que ali existem e que explicam os cativeiros de Israel.

Dispersão por Todo o Mundo. Anteriormente, as palavras-chaves tinham sido: *tirar* (do Egito); *guiar* (pelo deserto); *introduzir* (na Terra Prometida). Mas na *desobediência*, as palavras-chaves seriam: *rejeitar* (como povo a ser abençoado); *arrancar* (da Terra Prometida); *dispersar* (pelo mundo inteiro). Essas seriam as temíveis conseqüências dos cativeiros: Israel deixaria de existir como nação organizada. E como resultado espiritual os israelitas seriam vencidos pelas crenças próprias da idolatria, em todos os lugares por onde fossem espalhados, o que significa que perderiam tanto o seu território pátrio quanto o seu próprio Deus. Visto que os filhos de Israel tivessem trocado o Deus vivo por meras imagens feitas por dedos humanos, de madeira, de metal ou de pedra, recusando-se a servir a Yahweh, por isso mesmo tornar-se-iam escravizados a crenças absurdas e insensatas.

Em seus dias (século XVIII), comentou Adam Clark (*in loc.*): "Quão literalmente tudo isso se tem cumprido! O povo judeu tem sido disperso por todos os países do mundo". E assim continuará sendo, até que o relógio das profecias bíblicas comece a tiquetaquear novamente, e a restauração de Israel se torne uma realidade palpável. Ver Rom. 11.26.

Sem Descanso em Todos os Lugares. Israel descansou na Terra Prometida, que lhes fora dada por Deus, por cerca de setecentos anos, onde viveram em relativa paz, embora tivesse havido tribulações, guerras e disputas, tanto internas quanto externas. Mas a invasão e o cativeiro assírio reduziram a nação do norte, Israel, a nada. E a invasão e o cativeiro babilônico, menos de duzentos anos mais tarde, reduziram a nada a nação do sul, Judá. Realmente, foram *medonhas* as conseqüências da *desobediência.* E os poucos que restaram ficaram de coração trêmulo, vivendo sempre no temor de que fossem atingidos por outro golpe da mão castigadora de Deus. "Eles não tinham onde repousar; não tinham residência fixa; passaram a viver obrigados a mudar-se de lugar para lugar, ao sabor de editos cruéis de monarcas estrangeiros; perseguidos por taxas pesadas e impostos exorbitantes" (John Gill, *in loc.*). "Viviam em meio à ansiedade, ao desespero e em suspense constante, temendo por sua própria vida (Deu. 28.65,66)" (Jack S. Deere, *in loc.*). Os olhos dos israelitas viam somente tribulação por toda parte, sujeitados a um temor constante, que provocava neles uma deplorável depressão mental.

Olhos mortiços e desmaio de alma. "Sempre esperando uma salvação que não chega" (Rashi). "Por quantos séculos os judeus têm orado para que chegue a festa 'no próximo ano, em Jerusalém!'. Contudo, essa expectativa vai sendo adiada de cada vez" (Ellicott, *in loc.*). Sem embargo, em nossos próprios dias, nesta segunda metade do século XX, a esperança do povo judeu começou a ter cumprimento, pelo menos em parte. Pois algumas festividades judaicas têm ocorrido em Jerusalém!

Ameaça Constante à Vida Física. Se houvesse uma constante na existência dos israelitas desobedientes, essa constância seria a insegurança quanto à continuação da vida. O inimigo que os estivesse dominando no cativeiro permitiria que eles continuassem vivos? Judeus estariam perecendo por todos os lados. Alguma alma conseguiria sobreviver? A vida praticamente não prosseguia, e mesmo essa existência precária estaria sempre sob a ameaça de *extinção*. Os dias e as noites os judeus passariam em um estado de quase pânico.

Uma Ansiedade Excruciante. Este seria um fator debilitante na vida dos israelitas desobedientes. O único bem que teriam ao amanhecer o dia seria o de talvez conseguirem chegar até o começo da noite. E o único bem que teriam ao anoitecer seria o de talvez conseguirem chegar até o começo do dia. Há uma canção popular que diz, em uma de suas linhas: "Oh, Senhor, ajuda-me durante a noite". Um sentimento parecido com o que teriam os hebreus desobedientes. "... por muitas vezes contemplando cenas temíveis... cruéis torturas... e assim seus corações temiam e tremiam, pois talvez fossem os próximos a ser atingidos pelo sofrimento" (John Gill, *in loc.*). "Ontem à noite anelávamos por esta nova manhã; mas hoje a tribulação está pior do que ontem; e cada hora adiciona algum novo horror à maldição" (Ellicott, *in loc.*). Esse autor disse-nos isso referindo-se às palavras do Talmude que descrevem os padecimentos dos judeus.

Retorno Literal ao Egito. No último versículo deste capítulo (vs. 68), vemos que, mediante uma irônica reviravolta do destino, os israelitas acabariam voltando em navios ao Egito, revertendo assim o êxodo. Quando essa maldição teve cumprimento, aqueles que tinham vencido os filhos de Israel venderam alguns deles como escravos, aos egípcios. Contudo, alguns intérpretes vêem aqui um retorno voluntário e metafórico ao Egito, como se eles tivessem preferido voltar ao Egito do que sofrer todo o impacto do domínio dos assírios e babilônios. Os registros históricos, todavia, mostram que os romanos de fato venderam israelitas ao Egito, tendo-os transportado em navios para aquele lugar. Manassés Ben Israel (*De Termino Vitae*, 1.3, sec. 3, pars. 131 e 132) descreveu a questão, uma absurda galhofa do destino. Não dispomos de registros históricos de judeus sendo vendidos para o Egito pelos babilônios; mas há abundância de evidências de que os romanos assim o fizeram. Hegesipo (*De Excidio Urb. Hieros.*, 1.5, cap. 47, par. 645) deixou escrito que havia nos mercados de escravos muitos judeus esperando ser vendidos e transportados para o Egito; mas que poucos estavam interessados em comprá-los. Os romanos não queriam ter escravos judeus, visto que os tinham em tão baixa conta. Preços absurdamente baixos eram obtidos pelos escravos judeus. Lembremo-nos de que o próprio Senhor Jesus foi vendido por meras trinta peças de prata (Mat. 26.15).

Yahweh libertara os filhos de Israel da servidão egípcia, um tema repetido por cerca de vinte vezes no livro de Deuteronômio. Ver quanto a isso as notas em Deu. 4.20. No entanto, o Senhor Deus foi forçado a enviar os judeus de volta ao Egito, mediante as perseguições movidas pelos adversários e vencedores dos judeus, embora houvesse uma promessa de que eles nunca mais veriam o caminho de volta ao Egito. Mas é que a desobediência desencadeada pela incredulidade revertera todas as promessas divinas de bênção, exatamente para a situação contrária.

Todavia, conforme dito anteriormente, os compradores interessados em escravos judeus seriam raros. Isso significa que até a própria escravidão no Egito seria negada a boa parte dos israelitas desobedientes, pois sem dúvida eles estavam destinados a algo ainda pior.

"Os próprios romanos pensavam ser um opróbrio um deles ter um escravo judeu, tão desprezíveis tinham-se tornado os judeus, aos olhos de toda a humanidade. Quando Jerusalém foi tomada por Tito, muitos dos cativos, aqueles com mais de dezessete anos de idade, foram enviados para o Egito como escravos. Assim disse Josefo (*Antiq.* xii. caps.1 e 2; *Guerras dos Judeus*, vi. c. 9, c. 2)" (Adam Clark, *in loc.*).

Capítulo Vinte e Nove

Terceiro Discurso de Moisés: O Pacto Palestino (29.1 — 30.20)

Introdução (29.1-29)

O livro de Deuteronômio é, essencialmente, o registro escrito de *três discursos* de Moisés, que repetiam os pontos essenciais da lei mosaica. E o *terceiro* desses discursos aqui tem início como uma espécie de suplemento dos capítulos quinto a vigésimo oitavo do livro. Por trás dos materiais dos capítulos finais do livro, certamente há uma *cerimônia de pacto*, onde as palavras dão mostras de que contêm expressões litúrgicas, como se essas palavras tivessem sido usadas, ou, pelo menos, como se fossem a base da liturgia usada em cerimônias. As exortações expõem os *requisitos divinos* que fazem parte do Pacto Palestino. O trecho de Deuteronômio 31.9-13 revela-nos que os ritos eram assim solenizados a cada sétimo ano, por ocasião da peregrinação do outono ao santuário central da nação, ou seja, em Jerusalém.

O primeiro parágrafo recapitula os poderosos feitos de Yahweh, ao dirigir "O povo de Israel desde o Monte Horebe até as margens do rio Jordão. Esse é o pano de fundo do pacto" (Henry H. Shires, *in loc.*).

Os capítulos que se seguem não acrescentam novas provisões ao pacto firmado em Horebe, mas tão-somente recapitulam a questão e a matéria histórica que nos tinham sido dadas até o capítulo 29.

O Pacto Palestino

Esse é o sexto dos pactos. Há um total de *oito pactos*, a saber: 1. *Edênico* (Gên. 1.28); 2. *Adâmico* (Gên. 3.15); 3. *Noaico* (Gên. 9.1); 4. *Abraâmico* (Gên. 15.18); 5. *Mosaico* (Êxodo 19.1 ss.); 6. *Palestino* (Deu. 29.1 ss.); 7. *Davídico* (II Sam. 7.16); 8. *Novo* (Heb. 8.8).

Provisões do Pacto Palestino:

1. As condições sob as quais o povo de Israel deveria adentrar, possuir e reter a Terra Prometida são aqui estipuladas. O Pacto Abraâmico incluía uma provisão para Israel ter um território pátrio (ver Gên. 15.18). E o Pacto Palestino confirmou e condicionou essa provisão.
2. A dispersão seria o castigo dos desobedientes (Deu. 28.63-68).
3. No futuro, Israel haveria de arrepender-se (Deu. 30.2).
4. A volta de Yahweh, a fim de abençoar a Seu povo, reverteria todas as condições adversas (Deu. 30.3; Amós 9.9-14; Atos 15.14-17).
5. Os israelitas seriam restaurados à Terra Prometida (Deu. 30.5; Isa. 11.11,12; Jer. 23.3-8; Eze. 37.21-25).
6. Haveria a conversão nacional de Israel (Deu. 30.6; Rom. 11.26,27).
7. Os opressores de Israel seriam julgados (Deu. 30.7; Isa. 14.1,2; Joel 3.1-8; Mat. 25.31-46).
8. A nação de Israel desfrutaria de prosperidade sem precedentes (Deu. 30.9; Amós 9.11-14).

29.1

São estas as palavras da aliança. No original hebraico, este versículo constitui a conclusão do capítulo 28 de Deuteronômio, ao passo que várias versões o utilizam como introdução do *terceiro* discurso de Moisés. Ver as notas de introdução a este capítulo, quanto aos três discursos de Moisés e como foram usados. Se o seu propósito realmente era o servir de final do capítulo 28, então serve de excelente conclusão da seção de Deu. 5-28, ou seja, o *segundo* discurso de Moisés. Seja como for, estamos tratando aqui de explicações e esclarecimentos do Pacto Palestino, dado anteriormente. O autor sagrado leva-nos de volta ao Monte Horebe (Sinai) e nos faz lembrar a lei que foi baixada ali. Ver sobre o Pacto Mosaico, na introdução ao capítulo 19 de Êxodo. O trecho de Deu. 29.2-30.20 faz a recapitulação das provisões do Pacto, sem adicionar materiais novos, embora certos materiais sejam mais detalhados. Ver o capítulo 26 de Levítico, quanto ao pano de fundo histórico do Pacto. Ver também os capítulos primeiro a terceiro de Deuteronômio, onde isso é repetido.

A reiteração do Pacto, neste ponto, ensina-nos que, apesar das maldições que figuram nos capítulos 27 e 28 de Deuteronômio, nada poderá impedir, finalmente, o avanço dos pactos firmados por Deus, os quais, a longo termo, são *irrevogáveis*.

29.2

Chamou Moisés a todo o Israel, e disse-lhes. Todos os *pactos dos hebreus* estavam alicerçados sobre acontecimentos históricos. Assim sendo, os versículos segundo a nono deste capítulo relembram-nos como Yahweh tinha livrado o povo de Israel, e cuidado dele, estabelecendo-o como uma nação em pacto com Ele. "Tal como em outros discursos, o pacto está alicerçado sobre um recital dos poderosos atos do Senhor (cf. Êxo. 19.3-6; Jos. 24.1.-13)" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre este versículo). O trecho dos capítulos primeiro a terceiro de Deuteronômio apresenta uma extensa revisão da história passada de Israel, com o propósito de mostrar como Yahweh havia conduzido o Seu povo até o lugar onde agora estavam, e como o faria entrar na Terra Prometida. Cf. Deu. 8.1-5, que é passagem bastante parecida com revisão constante nestes versículos (2-9).

Tendes visto tudo. Testemunhas oculares estavam ouvindo o discurso, pelo que poderiam acompanhar com facilidade a mensagem proferida por Moisés. Eles *tinham visto* tudo quanto Deus havia feito em favor de Israel, até aquele ponto

AS BÊNÇÃOS E PRAGAS DE YAHWEH

Bênçãos

- Prosperidade no comércio (Deu. 28.3)
- Alimento diário (Deu. 28.4)
- Ausência de fome na terra (Deu. 28.5)
- Vitórias militares supernaturais (Deu. 38.7)
- Colheitas de grande riqueza (Deu. 28.8)
- Sucesso em todas as atividades (Deu. 28.8)
- Israel estabelecido como povo sagrado de Yahweh (Deu. 28.9)
- Israel, maravilha perante as nações (Deu. 28.10)
- Prosperidade na agricultura e domesticação de animais (Deu. 28.11)
- Chuva abundante em uma terra sedenta (Deu. 28.12)
- Nunca há necessidade de tomar emprestado (Deu. 28.12)
- Poder de dar ou emprestar a outros (Deu. 28.12)
- Líder das nações (Deu. 28.13)

Pragas

- Destruição de todo tipo (Deu. 28.20)
- Doenças (Deu. 28.21-22)
- Secas (Deu. 28.23-24)
- Derrotas em batalhas (Deu. 28.26)
- Doenças físicas e mentais (Deu. 28.27-29)
- Opressão e roubo (Deu. 28.30-35)
- Exílio (Deu. 28.36-37)
- Perda das colheitas e fome (Deu. 28.38-42)
- Aquelas causadas pela desobediência (Deu. 28.45-48)
- Cidades dominadas, destruídas (Deu. 28.49-52)
- Destruição de toda a nação (Deu. 28.58-68)

Conspícua no Pentateuco é a ausência de qualquer ameaça de julgamento eterno, ou de julgamento além do túmulo. Também ausente está qualquer promessa de vida eterna para aqueles que praticam o bem. Essas doutrinas começaram a aparecer na teologia hebraica na época dos Salmos e dos Profetas. Elas foram desenvolvidas ainda mais nos livros pseudepígrafos e apócrifos. Até a época do Novo Testamento, essas doutrinas se tornaram parte padrão da teologia hebraico-cristã.

Abençoados são aqueles a quem Deus dá justiça (Rom. 4.6-9).

Abençoados são aqueles que morrem no Senhor (Apo. 14.13).

Abençoados são aqueles que acreditam (Gál. 3.9).

Abençoados são aqueles que participam na primeira ressurreição (Apo. 20.6).

dentro da história; e, assim sendo, deveriam estar preparados para cumprir todas as exigências feitas pelo Senhor.

29.3

As grandes provas. A alusão é aos sofrimentos do povo de Israel no Egito, quando ali viviam como escravos. Também houve aquelas intervenções divinas sob a forma das *pragas do Egito* (ver a respeito no *Dicionário*, e também em Êxo. 7.14, onde ofereço um gráfico ilustrativo). Cf. Êxo. 18.3-6 e Jos. 24.2-13. Os capítulos primeiro a terceiro de Deuteronômio oferecem um relato completo das provações passadas e das glórias conferidas por Yahweh ao povo de Israel.

29.4

O Senhor não vos deu coração. Cf. Deu. 6.5. O coração é aqui percebido como o órgão da compreensão e da vontade. Israel não tinha olhos espirituais adequados para perceber o significado de tudo quanto Yahweh estava fazendo. Visto que a teologia dos hebreus era fraca quanto a causas secundárias, eles viam essa falta de entendimento e de discernimento espiritual como causada por alguma debilidade na provisão divina, embora, em outras ocasiões, seja enfatizada a responsabilidade humana. Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Predestinação* e *Livre-arbítrio*. Escreveu Calvino, aqui: "Os homens mostrar-se-ão sempre cegos, mesmo sob a luz mais brilhante, enquanto não forem iluminados por Deus". E isso também exprime uma visão parcial da questão. O segundo capítulo de Romanos fala sobre a iluminação dada pela natureza, a qual é suficiente para que o homem possa entender os requisitos básicos da moral e da espiritualidade que Deus requer. Assim sendo, Adam Clark (*in loc.*) mostra o outro lado da moeda, ou seja, o lado da responsabilidade humana: "Não que *Deus* não tenha dado a eles todos os meios do conhecimento ou não os tivesse ajudado com Sua graça e com o Seu Espírito, fatores necessários; mas é que *eles* não fizeram um *uso fiel* das vantagens que haviam recebido". Cf. Deu. 5.29: "Quem dera que eles tivessem tal coração que me temessem, e guardassem em todo o tempo todos os meus mandamentos, para que bem lhes fosse a eles e a seus filhos para sempre!".

Henry S. Shires (*in loc.*) oferece-nos observações instrutivas: "À luz do cristianismo, não podemos supor que Deus reteve, deliberadamente a compreensão espiritual... Parte da dificuldade, para os primeiros autores bíblicos, jazia no fato de que eles pensavam que só Deus era a origem de toda ação, mas não pensavam nem no diabo nem em outra criatura qualquer como agentes secundários. Logo, eles atribuíam a Deus tanto o bem quanto o mal. Escritores sacros posteriores, a despeito de uma teodicéia mais aprimorada, conservaram as frases consagradas pelo uso".

"A desobediência e rebeldia dela [a nação de Israel] originava-se de uma atitude mental que não podia entender plenamente as implicações da obra salvatícia de Deus" (Jack S. Deere, *in loc.*). Cf. o uso feito por Paulo dessa passagem, em Romanos 11.8. Ver também Pro. 20.12. Todas as coisas procedem de Deus (ver Tia. 1.17), mas ao homem é dada uma *graça geral*, que também vem de Deus, a capacidade de compreender as realidades espirituais. Em outras palavras, a *iluminação já está presente*, pois faz parte da provisão divina para todos os homens. Mas falha diante da perversidade dos seres humanos.

29.5

Quarenta anos vos conduzi pelo deserto. As *provisões especiais*, durante os quarenta anos de perambulação pelo deserto, incluíram até milagres. Assim, o elemento miraculoso acompanhou Israel do começo ao fim. Isso deveria tê-los inspirado à obediência e à coragem espiritual. Cf. Deu. 8.4, um paralelo direto deste versículo. Deus provê aquilo que para o homem é difícil ou mesmo impossível de obter. O resto Ele deixa para nós desenvolvermos, usando nossas capacidades e habilidades, embora essas também nos tenham sido conferidas pela graça geral de Deus. Nas andanças pelo deserto, roupas e sapatos não podiam ser obtidos por meio do comércio. Por isso, a objetos dessa natureza foi conferido pelo Senhor um grande *poder de permanência*.

29.6

Pão não comestes... não bebestes... Se não tinham pão comum para comer, receberam o miraculoso *maná* (ver no *Dicionário* a respeito). Ver também Deu. 8.3. O maná, pois, foi outro item produzido pela intervenção divina. Os filhos de Israel também não tiveram vinho nem bebidas alcoólicas, mas receberam uma *bebida miraculosa*, a água saída da rocha, com a qual Moisés falara e na qual até batera. Ver Êxo. 17.6; Núm. 20.8,10,11 e Deu. 8.15. Cf. o uso neotestamentário, onde Jesus Cristo é a Rocha (ver I Cor. 10.4).

29.7

Quando viestes a este lugar. Ou seja, as planícies de Moabe, de onde Israel lançou a sua invasão da região a ocidente do rio Jordão. Cf. Deu. 3.1-17, onde a história é contada com detalhes. Ver também Núm. 21.13,20 e Deu. 2.26. Os dois reis que tinham feito oposição a Israel não declararam guerra ao mesmo tempo, ainda que, sem as passagens paralelas, este versículo possa dar a impressão de que assim tenha sido. Ambos foram mortos e seus exércitos foram aniquilados. E essas tinham sido apenas *vitórias preliminares*, que concederam a Israel a coragem de prosseguir. Oh, Senhor, concede-nos tal graça! Ver Núm. 21.23-25, que narra a história dessas vitórias.

29.8

Tomamos-lhes a terra. Os *rubenitas*, os *gaditas* e a *meia tribo de Manassés* tinham preferido ficar com as terras a leste do rio Jordão, a *Transjordânia* (ver a respeito no *Dicionário*). Sua petição lhes fora concedida, mas sob a condição de que ajudassem na invasão da parte ocidental do território. O trecho de Deu. 3.1-17 conta-nos a história inteira. O capítulo 22 de Josué conta-nos que aquelas duas tribos e meia cumpriram a promessa que fizeram, e, em recompensa, ficaram com os territórios que tinham pertencido aos reis mencionados no versículo sétimo deste capítulo, ou seja, a Transjordânia inteira.

29.9

Guardai, pois, as palavras desta aliança. O *Pacto Palestino* é comentado na introdução a este capítulo. Ver sobre o *Pacto de Moisés*, na introdução ao capítulo 19 do livro de Êxodo. Quando o povo de Israel foi introduzido na Terra Prometida, tendo recebido inúmeras vitórias, obrigou-se a guardar toda a lei, que era a base do pacto. Foram a lei e a obediência à lei que tornaram Israel um povo distinto (ver Deu. 26.19 e referências).

Para que prospereis. Estão em pauta uma vida pessoal longa e boa, com muitas bênçãos temporais, desfrutando da Terra Prometida como seu território pátrio. Ver Deu. 4.1; 5.33 e 6.2, quanto aos poderes doadores da vida, pertinentes à lei. Cf. II Cor. 9.8. Recebemos a *prosperidade* a fim de que possamos abundar em toda boa obra, e não apenas para nosso aprazimento pessoal. Cf. Jos. 1.8 e Sal. 1.3. Ver também Isa. 52.13.

29.10

Hoje. Isso é dito por quatro vezes (aqui e nos vss. 12, 13 e 15). Aquele era um dia importante, que simplesmente não deveria ser esquecido.

Todos perante o Senhor vosso Deus. A inauguração do pacto (vs. 12) trouxera Yahweh até a *presença de Israel*, de tal modo que eles também estavam perante o Senhor. Naquele lugar privilegiado e solene, deveriam fazer o seu voto de obediência. Phillips Brooks declarou que a *obediência* é a disciplina por meio da qual cresce a fé, sendo também o órgão da compreensão espiritual. "Visto que um pacto implica em duas partes interessadas, por isso mesmo Deus aparece como quem estava presente, ao mesmo tempo em que os israelitas, com todos os seus familiares, idosos e jovens, estavam diante Dele" (Adam Clark, *in loc.*).

"*Vss. 10-15.* Uma solene declaração do propósito da assembléia, para ser entendida não somente como uma reconstituição tradicional do que sucedeu em Moabe, mas como uma declaração a ser usada em toda a assembléia subseqüente do pacto. A nação inteira, com seus líderes, mulheres, crianças, passantes e estrangeiros estavam reunidos naquela assembléia, a fim de entrarem em relação com o pacto que Deus tinha estabelecido com eles, como Seu povo, de acordo com a Sua promessa" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

Aben Ezra interpretou essas palavras, "todos perante o Senhor", como se quisessem dizer *perante a arca do Senhor*, onde Yahweh se manifestava.

Vossos anciãos. Os setenta, mas também os representantes de todas as tribos, os principais chefes, os líderes civis, os oficiais. Ver sobre os *anciãos* em Êxo. 24.1,9 e Núm. 11.16. Ver Êxo. 5.6 e Núm. 11.16, quanto aos *oficiais*.

29.11

Todo o povo de Israel havia sido convocado para a solenidade, desde os velhos até as crianças, e pessoas de todas as ocupações sociais. Nem mesmo as mulheres e as crianças foram dispensadas. Foi assim também que disse Pedro: "Pois para vós outros é a promessa, para vossos filhos, e para todos os que ainda estão longe, isto é, para todos quantos o Senhor nosso Deus chamar" (Atos 2.39). Ver também Gên. 17.7,12,13 quanto à mesma ênfase quanto a toda a comunidade, incluindo os *escravos* (vs. 12).

Desde o vosso rachador de lenha até ao vosso tirador de água. Ou seja, pessoas que exerciam ocupações humildes, como ilustração da universalidade do pacto. Ninguém foi deixado de fora, como também ninguém estava isento da obrigação de obedecer à lei mosaica. Os anciãos e os rachadores de lenha estavam em pé de igualdade diante dos olhos de Yahweh.

29.12

Para que entres na aliança do Senhor teu Deus. Cf. Deu. 26.16-19. O Pacto Palestino e o pacto feito com Moisés eram extensões lógicas e naturais do Pacto Abraâmico (ver as notas a respeito, em Gên. 15.18). Todos os seis pactos (ver as notas na introdução a este capítulo) fazem parte da evolução espiritual do relacionamento entre Deus e os homens.

A entrada na aliança, conforme Jarchi e Aben Ezra interpretavam aqui, talvez tenha ocorrido mediante a passagem entre as metades de um animal sacrificado (ver Jer. 34.18). Ver também Gên. 15.17,18.

No seu juramento. Um *juramento* foi proferido, como promessa e confirmação de obrigação de obediência à lei, sobre a qual repousava todo pacto que envolvesse os judeus, até que o Senhor Jesus Cristo veio prover um caminho melhor.

Yahweh-Elohim era a outra parte interessada do pacto, ou seja, o Eterno Todo-Poderoso. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Deus, Nomes Bíblicos de.*

O *Pacto Palestino* era diferente do pacto de Moisés (ver Êxo. 19), embora tenha sido uma conseqüência natural e dependente dele. Esse pacto governava o modo como Israel viveria na Terra Prometida e também as promessas vinculadas à obediência, assim como as maldições vinculadas à desobediência (capítulos 27 e 28).

Ver as notas de introdução ao capítulo 27, quanto aos *oito* pactos, bem como detalhes sobre o Pacto Palestino, o sexto dentre os oito pactos.

Elementos da Cerimônia:

1. As duas partes interessadas juntaram-se com o propósito de firmar o pacto.
2. Eles concordaram no tocante às condições de uma amizade permanente e de cooperação e respeito mútuos.
3. Eles declararam seus solenes propósitos e deveres.
4. Foi efetuado um sacrifício para solenizar a ocasião.
5. O animal foi sacrificado e separado em pedaços. Duas bandas foram preparadas, a separação sendo feita ao longo da espinha dorsal. Foi deixado um espaço entre as partes para permitir a passagem das duas partes interessadas do pacto.
6. As partes contratantes passaram entre as bandas, o que dava a entender que ambas aceitavam as condições do pacto.
7. Ambas fizeram um juramento de confirmação. Ver Jer. 34.18,19; Gên. 15.18; Êxo. 19.45 e Lev. 26.

29.13

Como jurou a teus pais, Abraão, Isaque e Jacó. Todos os *pactos* de Israel têm sua origem em Abraão, o progenitor da raça, e todos esses pactos estavam relacionados ao Pacto Abraâmico, como continuação natural. Ver as notas sobre esse pacto em Gên. 15.18. Os patriarcas Isaque e Jacó foram os continuadores do Pacto Abraâmico. Ver Jer. 32.38 e Deu. 26.17,18; 28.9. Quanto ao envolvimento de Isaque e Jacó, ver Deu. 1.8; 6.10; 9.5,27; 30.20 e 34.4.

29.14

Não é somente convosco. Ou seja, com aquela geração presente. A nação inteira, incluindo todas as gerações, estava envolvida, algo que já havia sido dito, de certa maneira, nos versículos 10 e 11 deste capítulo. Moisés era o mediador entre Yahweh e o povo de Israel; mas seu ofício e seus privilégios só existiam para que ele fosse o agente por meio do qual as bênçãos de Deus seriam dadas a Israel. A missão de Moisés visava ao benefício da comunidade, e não meramente seu próprio benefício. Alguns eruditos crêem que Deus estava falando diretamente com Moisés, mas Aben Ezra pensa que estava em pauta toda a nação de Israel. O pacto envolvia todas as gerações de Israel, e não meramente aquela dos dias de Moisés.

29.15

Também com aquele que não está aqui hoje conosco. O pacto não foi firmado somente com Moisés, nem somente com aquela geração de israelitas; pois era um pacto universal e com todas as gerações dos filhos de Israel. "... também com gerações que ainda não tinham nascido" (Rashi). "Portanto, a obediência daquela geração presente exerceu grande efeito sobre os que ainda não tinham nascido" (Jack S. Deere, *in loc.*). "... todas as gerações futuras" (Jarchi). Ademais, para todos aqueles que não se fizeram presentes à cerimônia, que tiveram de ficar em sua tenda por causa de enfermidade ou outra razão qualquer" (assim pensava John Gill, *in loc.*).

A Desobediência Seria Punida (29.16-29)

29.16

Sabeis como habitamos na terra do Egito. A mente do autor sacro retrocedeu para revisar a história sobre a qual ele estava falando desde o vs. 2. O povo de Israel foi conduzido *através* de todas aquelas nações que poderiam tê-los contaminado com a idolatria e com formas variegadas de paganismo, ficando assim anulado o caráter distinto de Israel. Isso tornaria impossível para eles tornar-se o povo em relação de pacto com Yahweh. Mas a *providência de Deus* (ver a respeito no *Dicionário*) salvara-os de tudo isso. Ver Deu. 26.19 e suas notas expositivas, quanto ao caráter *distinto* do povo de Israel.

Assim, pois, os vss. 16 a 26 deste capítulo falam sobre o castigo por motivo de desobediência, o único fator que tinha o poder de anular o pacto.

Israel tinha estado no Egito por cerca de duzentos anos, tempo mais do que suficiente para pôr fim ao povo de Israel por meio da absorção e da sujeição permanente. Mas a providência divina não permitira tal acontecimento. O propósito de Deus continuara a operar mesmo no *Egito.*

Os israelitas tinham passado por meio de povos como os idumeus, os amonitas, os moabitas e os midianitas; e esse contato poderia ter sido para eles o fim, mediante massacre ou má influência. Mas a providência de Deus não permitiu que isso acontecesse. Cf. este e o versículo seguinte com Eze. 20.7,8,18.

29.17

As suas abominações e os seus ídolos. No hebraico, o termo "abominações" é muito vigoroso, expressando desgosto diante da *idolatria* pagã. Ver as notas expositivas sobre Deu. 13.14 e 23.18. O Egito e as nações com quem Israel travou contato, antes de entrar na Terra Prometida, apresentavam uma ameaça de contaminação que poderia anular o pacto. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Idolatria.* Ver I Reis 11.5,7. *"Abominações* porque assim parecem as práticas pagãs aos olhos de Deus, e assim deveriam ser diante dos olhos dos homens. O termo usado aqui no hebraico, para indicar 'ídolos' significa lixo, pelo que poderíamos traduzi-lo por deuses-de-lixo, como era o caso do besouro adorado pelos egípcios" (John Gill, *in loc.*).

O autor sagrado enumerou os vários tipos de materiais dos quais os ídolos eram fabricados, com um tom de desgosto. A tais coisas o conceito de divindade poderia ser reduzido? Cf. Êxo. 20.4. Ver também Deu. 5.8. O trecho de Deu. 4.28 menciona os materiais brutos, a pedra e a madeira, com os quais os ídolos costumavam ser confeccionados.

29.18

Cujo coração hoje se desvie do Senhor nosso Deus. O pacto tinha sido estabelecido com a comunidade inteira de Israel (vss. 10 e 11); e, por semelhante modo, a idolatria tinha de ser evitada por essa mesma comunidade. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Dez Mandamentos*, quanto a comentários sobre cada um dos mandamentos, incluindo o *segundo*, que proíbe a idolatria. A idolatria, neste versículo, é chamada de "raiz que produz erva venenosa e amarga". Parece que está em pauta o *absinto*, cuja polpa era conhecida por seu gosto extremamente amargo, associado a algum veneno. Ver Amós 5.7; 6.12; Jer. 9.15 e 23.15. "Foi-lhes recomendado que fossem extremamente vigilantes contra esse pecado, quando entrassem na terra de Canaã, onde haveriam de enfrentar novas tentações à idolatria" (Jack S. Deere, *in loc.*). Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Absinto*, que fornece detalhes completos sobre as plantas assim chamadas, e quais os seus significados simbólicos. Cf. Heb. 12.15, que parece fazer alusão ao presente versículo.

29.19

Ninguém que. O indivíduo *amaldiçoado* por Yahweh, por não haver dado atenção às Suas advertências, que, no entanto, se julgasse bendito, em seu íntimo, assegurando a si mesmo que, apesar de sua rebeldia, seria capaz de viver em *paz*, não se deixasse enganar. Tal indivíduo estaria pensando que as maldições proferidas nos capítulos 27 e 28 não teriam efeito contra ele, embora fosse manifestamente desobediente às condições do pacto. O andar de tal homem não seguiria pelos caminhos de Yahweh (ver Deu. 10.12), mas de acordo com a *teimosia* de seu próprio coração. Ele ter-se-ia tornado um "deus" para si mesmo, e estaria dominado por idéias de auto-suficiência. Sua arrogância, pois, haveria de conduzi-lo à miséria. Este versículo utiliza-se de uma metáfora do seco e do *molhado*, a fim de exprimir o resultado de suas ações. Aqueles que fossem molhados seriam os homens *bons e férteis*, que procurariam fazer o melhor, seriam arrebatados juntamente com os que fossem secos, ou seja, os *maus e inférteis.* Uma *destruição comunal* seguir-se-ia a atitudes e atos idólatras. As maldições que figuram nos capítulos 27 e 28 de Deuteronômio sobreviriam à nação inteira. "A *comunidade* tinha a responsabilidade de desarraigar a infecção venenosa da idolatria, a fim de que as pessoas *molhadas* (férteis e hígidas) não fossem varridas juntamente com as *secas* (cap. 13)" (*Oxford Annotated Bible,* comentando sobre o versículo 18).

A versão inglesa King James diz aqui como a nossa versão portuguesa, "para acrescentar à sede a bebedice", que é uma metáfora do alcoólatra, que vai bebendo mais e mais, até estar totalmente embriagado. Seguindo os Targuns de Onkelos e de Jonathan, essa é uma metáfora de "adicionar pecado a peca-

do". O resultado de acrescentar pecado a pecado seria a concretização das *maldições.*

29.20

O Senhor não lhe quererá perdoar. De Deus não se zomba, conforme ficou sugerido nos dois versículos anteriores. Os desobedientes seriam feridos em Sua ira e zelo. Suas armas seriam as maldições que constam nos capítulos 27 e 28. O resultado disso é que o nome de um homem seria assim apagado. Em outras palavras, deixaria de existir. Não há aqui nenhum ensino sobre um livro da vida que tenha em mira a vida eterna, uma doutrina que surgiu primeiramente nos Salmos, nos Profetas e nos livros pseudepígrafos, e terminou sendo consagrada no Novo Testamento. Ver sobre Gên. 1.26 e 27 quanto a esse fato. Isso deve ser contrastado com a promessa de vida feita aos que guardassem a lei (ver Deu. 4.1; 5.33; 6.2, onde fica claro qual era o tipo de vida ali prometido; cf. Salmo 69.28 e Apo. 3.5 onde coisas semelhantes foram ditas). Quanto a Yahweh como um Deus zeloso, ver Êxo. 4.14. O autor sagrado lançou mão de uma linguagem antropomórfica por falta absoluta de melhor maneira de falar. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Antropomorfismo.*

Fumegará a ira. Uma ira incandescente, capaz de produzir fumaça, tal como o Monte Sinai emitiu fogo e fumaça, por ocasião da outorga da lei mosaica. Ver Êxo. 19.18.

29.21

O Senhor o separará. O *juízo divino* encontraria o indivíduo culpado e o distinguiria dos outros, fazendo recair sobre ele as maldições dos capítulos 27 e 28. Ninguém peca sozinho, e ninguém peca sem receber a devida retribuição. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Lei Moral da Colheita Segundo a Semeadura.* A *paz* de que o indivíduo julgar-se-ia possuidor (vs. 19) terminaria em terror. O pecado de um indivíduo, uma vez que se expanda, propague e produza o seu veneno, pode levar ao desastre a uma população inteira. Consideremos o caso de Adolf Hitler! Os malfeitores serão freados em sua loucura por meio da ira divina. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Ira de Deus.* Cf. Jer. 15.4. O rei Manassés levou à ruína todo o reino de Judá. Ver também I Reis 14.15,16 quanto aos pecados de Jeroboão, os quais afligiram toda a sua nação. Aquele homem "pecou e fez Israel pecar".

29.22

Então dirá a geração vindoura. Aquilo que um indivíduo rebelde forçasse a acontecer (vs. 21) ficaria claro para a geração seguinte, que se admiraria do caso. Ficaria claro até mesmo para os estrangeiros que visitassem o lugar onde tivesse caído o juízo divino. Esses veriam as devastações produzidas através das maldições constantes nos capítulos 27 e 28. Os versículos 23 a 28 deste capítulo mostram o que a geração seguinte haveria de dizer, ao ver as cenas de devastação produzidas pelas maldições divinas. Está em foco, acima de tudo, a esteira resultante da passagem dos cativeiros. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Cativeiro (Cativeiros).* As calamidades seriam tão severas que se assemelhariam àquelas que destruíram Sodoma e Gomorra (vs. 23). Cf. Deu. 28.22,27,35.

29.23

Terra abrasada com enxofre e sal. A Terra Prometida, por causa da desobediência dos israelitas, seria amaldiçoada. "Temos aqui um quadro da profunda simpatia da própria Terra com os propósitos de Deus. Quando um homem expele Deus de sua vida, padece toda a criação em redor. O outro lado do quadro foi retratado pelas palavras proféticas que descrevem a terra quando do glorioso dia do Senhor, com uma produtividade mil vezes mais que o normal (ver Amós 9.11-15; Isa. 35.6-10 e Joel 3.18). Paulo, ao contemplar toda a frutificação da redenção efetuada por Cristo, tocou nesse mesmo tema, ao dizer: '... a própria criação será redimida do cativeiro da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus' (Rom. 8.21)" (Henry S. Shires, *in loc.*).

A Terra Prometida seria desolada como o foram as cidades de Sodoma e Gomorra (Gên. 19). Mas o povo haveria de saber por qual motivo. A nação de Israel ter-se-ia esquecido de seu pacto com Yahweh e ter-se-ia voltado para deuses pagãos. "Seria isso uma descrição do mesmo país, acerca do qual ficou escrito, em Deu. 8.7: 'boa terra, terra de ribeiros de águas, de fontes, de mananciais profundos, que saem dos vales e das montanhas; terra de trigo e cevada, de vides, figueiras e romãzeiras; terra de oliveiras, de azeite e mel' (ver também 11.12)" (Ellicott, *in loc.*).

De Admá e de Zeboim. Essas duas cidades estavam compactuadas com Sodoma e Gomorra, e sofreram a mesma sorte. Admá era uma das cidades da planície cuja destruição não ficou registrada no relato sobre Sodoma e Gomorra (Gên. 19). Este texto e a passagem de Oséias 11.8 usam essas duas cidades, aqui mencionadas, como uma advertência para que Israel não caísse no pecado. Admá foi mencionada como uma das cinco cidades atacadas pelos quatro reis vindos do oriente (ver Gên. 14.1-17). Seu rei chamava-se Sinabe. Parece que ela ficava situada no vale de Sidim, ou talvez no vale a leste do rio Jordão, no território que veio a pertencer à tribo de Benjamim. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Zeboim.*

29.24

Todas as nações dirão. Os versículos 24 até 28 mostram-nos o que os povos diriam acerca da devastada Terra Prometida, uma vez que as maldições divinas (constantes nos capítulos 27 e 28 de Deuteronômio) a tivessem reduzido a nada. Antes ela era a terra que manava lei e mel (ver as notas a esse respeito em Êxo. 3.8 e Núm. 13.27); mas depois das maldições seria como as cidades desoladas da campina, quando a ira de Deus as destruiu (vs. 23).

Qual foi a causa do furor de tamanha ira? Literalmente falando, fora a ira divina, a mesma ira que tinha extinto as cidades de Sodoma e Gomorra. Cf. Jer. 5.19. "Qual a razão que levaria Deus a uma ira tão feroz que a aniquilara de modo tão completo?" (John Gill, *in loc.*).

29.25

Porque desprezaram a aliança. Os pactos Mosaico e Palestino (ver as introduções a Êxodo 19 e a Deuteronômio 29) teriam sido violados por um rebelde povo de Israel. Eles haviam tido tudo em suas mãos, mas jogaram fora todas as suas bênçãos. Os pactos firmados com o povo de Israel, todos eles derivados do Pacto Abraâmico (ver as notas em Gên. 15.18), que haviam chegado até eles por intermédio dos patriarcas, tinham sido desprezados. Yahweh tinha livrado os filhos de Israel da servidão, no Egito (ver as notas a respeito, em Deu. 4.20), e tinha feito deles uma nação distinguida (Deu. 26.19); mas nenhum privilégio recebido conseguira dar-lhes um coração agradecido. Cf. Deu. 11.1-25; 26.32; 28.1-68. E assim, aconteceria que a terra, da qual manavam leite e mel, tornar-se-ia uma terra abrasada com enxofre e sal. Os israelitas teriam recebido grande cornucópia de privilégio e vantagens. Mas teriam desprezado todas essas bênçãos ao se voltarem para ídolos inúteis, feitos de madeira, pedra e metal (vs. 17). Ver também Jer. 2.11.

29.26

Deuses que não conheceram. A idolatria de Israel seria agravada porquanto estariam imitando os pagãos, dotados de mui pequena luz. Os filhos de Israel, pois, teriam cerrado os próprios olhos para luz e enevoado a própria mente. Deixando-se contaminar pela influência pagã, eles estariam imitando modelos inferiores, desprezando assim a revelação que lhes havia sido dada pelo Senhor, acerca do monoteísmo (ver no *Dicionário* o verbete chamado *Monoteísmo*).

Aos povos pagãos haviam sido "designados" os deuses falsos, representados palpavelmente por meio de ídolos, como se essa fosse a *herança* deles. Em troca de coisas assim vãs, produtos da imaginação distorcida dos homens, Israel teria desistido de sua herança, sob a forma da Terra Prometida e de um correto relacionamento com Deus, por meio da legislação mosaica. Cf. I Reis 11.33; 12.29; II Reis 16.4 e 21.3.

29.27

Trazendo sobre ela toda a maldição. Israel, ao abandonar a sua própria herança, conferida por intermédio de Abraão e dos demais patriarcas, preferira estupidamente a herança dos pagãos, a saber, a insensata idolatria. Por isso mesmo, Deus haveria de amaldiçoá-los. O resultado seria o brasume da ira do Senhor, que reduziria a terra deles a uma terra arrasada, tal como sucedera a Sodoma e Gomorra (vs. 23). O *modus operandi* dessa redução seria a aplicação das maldições alistadas nos capítulos 27 e 28 do livro de Deuteronômio. Ver também Dan. 9.11.

29.28

O Senhor os arrancou de sua terra. Yahweh é quem os plantara na Terra Prometida. A nação de Israel vinha sendo cultivada por Deus, e a obediência à lei é que os nutria ali, garantindo-lhes assim uma longa e próspera existência (ver Deu. 4.1; 5.33; 6.2). No entanto, a plantação se enchera de ervas daninhas e enfermidades. Assim sendo, em Sua ira, Yahweh os arrancaria e os lançaria no fogo. Quando isso sucedeu, os filhos de Israel foram para o cativeiro. Primeiramente, para a Assíria; décadas mais tarde, para a Babilônia; e, finalmente, através dos romanos, foram dispersos pelo mundo inteiro. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Cativeiro (Cativeiros).* Quanto

à ira e à indignação do Senhor, ver as notas expositivas sobre Deu. 6.10-15. Eles se tinham recusado a prestar honrarias a Yahweh e à sua lei, e assim terminaram por prostrar-se diante de estrangeiros, cuja língua não conseguiam compreender (ver Deu. 28.49).

29.29

As cousas encobertas. "Ou seja, o futuro, e tudo quando Deus não revelou nas Escrituras. Em nosso conhecimento limitado, não podemos conhecê-las sem ajuda divina. Contudo, foi-nos revelado o suficiente, por meio dos diversos pactos, que nos capacita agora a *viver*. Cumpre-nos fazer o que devemos enquanto é dia, pois a noite se aproxima, e ela pertence somente a Deus. Este versículo sem dúvida mostra-se muito eficaz como resposta, quando usado em certos pontos da cerimônia do pacto" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

Outras Interpretações das Coisas Encobertas. Há quatro outras interpretações acerca dessas coisas, a saber:

1. Seriam as vãs imaginações do coração maligno de um idólatra secreto (vs. 19). Essa era a opinião de Rashi.
2. Seriam todas as coisas pertinentes à espiritualidade e ao bem-estar da alma, que Deus compartilha somente com os obedientes.
3. "Seria aquilo que Deus achou por bem revelar; e o que Ele revelou mostra, essencialmente, como o homem pode obter bem-estar; e essa revelação não visava somente ao tempo presente, nem somente a uma geração, mas também a todas as gerações subseqüentes. E as coisas que Deus não revelou não dizem respeito ao homem, mas somente a Deus, pelo que não devemos inquirir sobre elas" (Adam Clark, *in loc.*).
4. "Coisas pertinentes ao povo de Israel e à maneira de Deus tratar com eles, providencialmente falando, e, especialmente, a sua rejeição final por Deus, com o que Paulo concordou (ver Rom. 11.33)" (John Gill, *in loc.*).

Parte das coisas secretas de Deus foi revelada ao povo de Israel, a saber, especificamente aquelas coisas que fazem parte dos pactos e da legislação mosaica. Isso era tudo quanto eles precisavam saber e possuir, para a vida e a sua existência diária como povo separado para Deus dentre todos os povos da Terra. Porém, os filhos de Israel desprezaram até mesmo isso e acabaram atolando-se na idolatria pagã. E, por esse motivo tão insensato, perderam os seus privilégios.

Capítulo Trinta

Declaração do Pacto (30.1-10)

Na introdução ao capítulo 29, apresentei a natureza e as condições do *Pacto Palestino*, onde também mencionei os outros sete pactos que aparecem na Bíblia. Ver também no *Dicionário* o artigo intitulado *Pactos*. A obediência à lei de Moisés era a condição fundamental para o cumprimento do pacto. Um povo de Israel desobediente perderia todas as bênçãos, até o tempo da restauração de tudo quanto os profetas disseram (ver Atos 3.21 e Rom. 11.26,27). Debilitando-se na Babilônia, a nação do sul (Judá) haveria de arrepender-se, um remanescente seria restaurado, e o pacto seria renovado. Porém, esta passagem volve os olhos para o tempo, ainda futuro, da restauração da qual Pedro e Paulo falam no livro de Atos e na epístola aos Romanos. O arrependimento nacional, a conversão e a restauração eram uma certeza, pertencente ao quadro profético vaticinador, mas primeiramente Israel teria de sofrer por causa de sua estupidez.

"Esta passagem pressupõe que Israel já estivesse no exílio e antecipa o tempo quando o Senhor haveria de restaurar o Seu povo" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre o primeiro versículo deste capítulo).

30.1

A bênção e a maldição. A saber, as dezoito maldições e as seis bênçãos arroladas nos capítulos vinte e sete e vinte e oito de Deuteronômio. As maldições eram armas com as quais Deus puniria um povo desobediente que assim perderia as suas bênçãos e iria para o cativeiro. Uma vez no cativeiro, haveria de lembrar-se das instruções que o Senhor lhe havia dado, bem como as advertências e as promessas, as bênçãos e as maldições, e, *tendo chegado a esse ponto*, perceberia a importância e a inevitabilidade tanto das bênçãos quanto das maldições. Com base nessa percepção, brotaria alguma sabedoria que haveria de reverter o estado deplorável da nação. Em suas mentes ficaria bem claro que há uma lei moral da colheita correspondente à semeadura. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Lei Moral da Colheita Segundo a Semeadura*. Portanto, até as próprias maldições têm algum *propósito restaurador*. Quanto a esse conceito, ver 1 Ped. 4.6 no *Novo Testamento Interpretado*.

30.2,3

E tornares ao Senhor teu Deus... e deres ouvido. O "retorno" refere-se ao arrependimento. E o "dar ouvidos" indica cumprir todas as exigências da lei mosaica. Algumas vezes é mister retroceder e refazer o passado, anulando assim as maldições atraídas pela desobediência, para que dali por diante haja um futuro mais brilhante. Os intérpretes evangélicos, considerando o cumprimento futuro do *Pacto Palestino*, vêem uma reversão da rejeição de Cristo por parte do povo judeu (ver João 1.11,12).

Dessa maneira, terá cumprimento o trecho de Romanos 11.26,27, onde há uma provisão a longo prazo do Pacto Palestino. Podemos pensar que isso terá lugar no início do *milênio* (ver a respeito no *Dicionário*). "O retorno ao Senhor equivale ao arrependimento, o que envolve o abandono de lealdades indignas (idolatria) e o voltar-se para Deus de todo o coração (Deu. 6.4,5)" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre o segundo versículo deste capítulo). Ver também Nee. 1.9.

...te ajuntará de novo de todos os povos. O *recolhimento* dos filhos de Israel (vs. 3), de todos os povos para onde foram dispersos, seria o resultado do arrependimento e do dar ouvidos ao Senhor. Assim chegará ao fim o terceiro e mais longo dos cativeiros. As dez tribos não voltaram do cativeiro assírio. Um pequeno remanescente de Judá, Benjamim e parte de Levi, que tinha ido para o exílio, na Babilônia, voltou dali. Mas temos aqui a garantia de que *todo o Israel* voltará, terminado o cativeiro romano, um processo que vemos em começo de realização em nossos próprios dias, do que é prova a formação do moderno Estado de Israel (1948). Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Restauração de Israel*. Maimônides compreendia o terceiro versículo deste capítulo como alusivo ao cativeiro atual (o romano), e a restauração futura da nação de Israel, o que, durante muitos séculos, tem sido a esperança de Israel. Isso, finalmente, tornar-se-á uma realidade, mas não sem que primeiro ocorra o segundo advento de Cristo (Maimônides, *Hilchot Melachim*, cap. 11, sec. 1).

"O arrependimento de Israel seria *insuficiente*, por si mesmo, para reverter os efeitos das maldições recebidas, porquanto continuariam debaixo da dominação estrangeira. Logo, em resposta ao seu arrependimento, o próprio Deus fará *intervenção*, recolherá de novo Israel [em seu território nacional], e assim restaurá-lo-á à sua Terra" (Jack S. Deere, *in loc.*). Cf. Isa. 27.12.

"... de todos os povos. Sem dúvida essas palavras referem-se a um cativeiro mais extenso do que aquele que eles sofreram por parte da Babilônia" (Adam Clark, *in loc.*).

30.4

Ainda que os teus desterrados estejam... céus. Por mais longe que tenham ido os filhos de Israel, em suas perambulações no exílio romano, eles haverão de voltar. Não há lugar tão remoto que algum judeu venha a escapar da atenção de Yahweh, uma vez que Israel se arrependa. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Arrependimento*. A expressão "a extremidade dos céus" indica os lugares remotos da terra. Isso posto, todos os judeus retornarão à Terra Prometida, onde seu pacto com o Senhor será renovado. O Targum de Jonathan vê aqui uma profecia messiânica: "Dali Ele te fará voltar, pelas mãos do Rei Messias". Ver Mat. 24.31.

30.5

Te introduzirá na terra que teus pais possuíram. Os judeus haverão de retornar à Terra Prometida. Ali os filhos de Israel muitiplicar-se-ão e prosperarão, e ultrapassarão a toda prosperidade e bem-aventurança que seus antepassados conheceram. Quando isso suceder, terão seu cumprimento cabal os Pactos Abraâmico e Palestino. "Os judeus, ao se converterem, nos últimos dias, voltarão novamente à terra da Judéia e a possuirão. Esse é o sentido de muitas passagens das Escrituras. Ver, entre outras, Jer. 30.18; Eze. 28.25,26; 37.21,22,25; Zac. 10.10" (John Gill, *in loc.*). John Gill, grande comentador da Bíblia, um batista inglês, que viveu no século XVIII, percebia claramente essa questão escatológica, embora não contasse com nenhuma evidência comprobatória de sua asserção, exceto a iluminação da fé. Quanto a nós, contamos com uma notável evidência comprobatória, qual seja, a formação do moderno Estado de Israel (1948), o que nos mostra que essas predições bíblicas estão prestes a ter cumprimento cabal, o que sucederá por ocasião da volta do Senhor Jesus à Terra.

Fé

Oh, mundo, não escolheste a melhor parte;
Não é sábio ser apenas sábio,
E fechar os olhos para a visão interior,
Mas é sabedoria acreditar no coração.

O PACTO PALESTINO

Propósitos

Israel foi preparado para a terra e a terra foi preparada para Israel. A posse da terra foi condicionada à obediência. Os posseiros da terra foram condicionados à obediência perpétua à lei. Os desobedientes seriam dispersados. Profeticamente, o pacto garantiu a restauração futura,
ensinando a obediência a Israel. Os opressores de Israel tinham de ser punidos por sua oposição para que o plano não falhasse. A prosperidade nacional tornaria Israel uma mestra das nações.

Continuidade

Todos os pactos vieram da mesma origem. Eles formaram uma união, dando continuidade aos propósitos divinos em Israel e nas nações. O Pacto Palestino foi o *sexto* de um total de oito pactos.

O PACTO ABRAÂMICO

(ver as anotações em Gên. 15.18)

Tinha entre suas promessas principais a provisão de uma terra especial para Israel. Aquela nação não podia continuar a existir como um bando de nômades no deserto. Sem uma terra adequada, a nação logo se desintegraria. Assim, Yahweh fez com o povo um pacto suplementar que cuidava da provisão de um território. Josué foi levantado por Yahweh para ser o Instrumento da conquista.

Colombo achou um mundo, e não tinha mapa,
Salvo o da fé, decifrado nas estrelas.

(George Santayana)

"Os profetas deixaram claro que essa grande restauração de Israel à sua terra não terá lugar senão por ocasião do segundo advento do Messias, ou seja, no início do reino milenar de Cristo à face da terra (ver Isa. 59.20-62.12). Cf. os ensinos de Jesus sobre o recolhimento dos judeus, em Mat. 24.31; Mar. 13.27. Então terá começo um período de notável prosperidade material e espiritual, maior do que tudo quanto os povos já puderam experimentar (ver Deu. 30.5)" (Jack S. Deere, *in loc.*). Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* o artigo chamado *Parousia.*

30.6

Teu Deus circuncidará o teu coração. Cf. Deu. 10.16, onde aparece a mesma metáfora. Ali, porém, o povo de Israel é convocado a efetuar essa *operação espiritual*, ao passo que, neste versículo, *Yahweh-Elohim* é o agente. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Deus, Nomes Bíblicos de.* Está em pauta o Eterno-Todo-poderoso, o único que tem o poder de efetuar tal operação, eminentemente espiritual. Ver no *Dicionário* o artigo geral chamado *Circuncisão*, quanto a todas as implicações e ensinos metafóricos. Paulo, em Romanos 2.28,29, refere-se à *circuncisão do coração*, ou seja, a remoção de todo pecado e corrupção, com a semeadura de todas as qualidades cristãs, que devem ser então desenvolvidas. Deus é quem opera essa mudança, que torna possível aos homens viver a lei do amor, abandonando, por outra parte, as corrupções próprias do pecado.

Em Deu. 10.16 ofereci notas expositivas completas sobre a natureza da *circuncisão do coração*, razão pela qual não as reitero aqui.

Amar a Deus de toda a alma e de todo o coração é algo que resulta da circuncisão espiritual. Isso repete as idéias de Deu. 6.5, onde são dadas notas expositivas completas. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Amor.* O amor é a base de toda verdadeira espiritualidade. É a prova mesma do novo nascimento e de uma espiritualidade genuína (ver I João 4.7 ss.).

30.7

Porá todas estas maldições sobre os teus inimigos. As maldições continuariam pesando sobre os desobedientes. Mas, devido ao arrependimento de Israel, os desobedientes seriam os inimigos de Israel, que passariam a ser as nações amaldiçoadas. A maldição descarregada contra os inimigos de Israel acrescentaria bênçãos aos hebreus, visto que todas as maquinações do mal seriam derrotadas. Porém, uma vez que Israel se tiver arrependido, as condições serão revertidas, de tal maneira que os inimigos de Israel é que serão amaldiçoados. E esses povos inimigos de Israel merecerão claramente essa punição.

30.8

De novo, pois, darás ouvidos à voz do Senhor. Uma *completa obediência* haverá de notabilizar de novo a nação de Israel. Então Israel será, realmente, o povo *distinguido* que Deus planejou (ver Deu. 26.19). Essa obediência completa só podemos esperar da parte de Israel quando de sua futura conversão nacional ao Senhor Jesus Cristo. Então haverá uma obediência fundamentada sobre princípios espirituais. O Espírito Santo tomará o lugar da lei, escrevendo-a sobre tábuas do coração (e não mais sobre meras tábuas de pedra), e a espiritualidade tornar-se-á uma *realidade* entre os filhos de Israel. Paulo abandonou de vez a noção de que a vida vem mediante a observância da lei (ver Gál. 3.21 e seu contexto). Mas tentar ver isso claramente ensinado no Pentateuco é um anacronismo. No Pentateuco havia a idéia, que a vida vem mediante a obediência à lei (ver Deu. 4.1; 5.22 e 6.2). Paulo, entre os seus conterrâneos, tornou-se um arquiherege, por causa de sua posição no tocante ao intuito e às operações da lei. Quanto a alguns pontos vitais, o Novo Testamento é verdadeiramente *diferente* do Antigo Testamento.

30.9

Teu Deus te dará abundância em toda obra das tuas mãos. A *vida* e a *prosperidade* haverão de proceder da observância da lei. Temos visto essas declarações nas seis bênçãos que figuram em Deu. 28.3-6. Este versículo é um paralelo direto de Deu. 28.4,5, ou seja, a *terceira* e a *quarta* bênção. Ver as notas expositivas sobre aqueles versículos. Nos dias de Davi e de Salomão, essas bênçãos tiveram cumprimento parcial. Mas o cumprimento cabal e definitivo está esperando pelo milênio (ver a respeito no *Dicionário*).

"Toda a prosperidade aqui mencionada (cf. Deu. 28.4) desceria sobre Israel porque, sob o Novo Pacto, as nações, finalmente, serão capacitadas a obedecer de todo o coração ao Senhor (cf. "de todo o teu coração e de toda a tua alma", em Deu. 6.5 e 30.6)" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Todas as nações verão essa obra grandiosa e saberão que Yahweh a efetuou e, assim, a temerão, porque essa obra envolverá um grande poder. *Todas as nações* também terão visto as maldições atuando na Terra Prometida (ver Deu. 29.24 ss.), ficando assim admiradas. Dessa forma, a maldição transmuta-se em bênção, através da obediência à lei. Ver Deu. 28.10.

30.10

Se deres ouvidos à voz do Senhor. Este versículo sumaria a seção anterior mediante outra chamada à completa *obediência.* Ver Núm. 1.54 sobre como o autor sagrado costumava fazer seus sumários no tocante à obediência, a fim de encerrar as seções escritas. Uma *esperada obediência futura* está em pauta neste versículo.

A obediência precisava ser *absoluta*, derivada do *coração e da alma*, um tema que já havia aparecido tanto em Deu. 6.5 como no sexto versículo deste capítulo, onde dou notas expositivas.

"Mais do que talvez em qualquer outra passagem da Bíblia, este versículo tem mantido viva a esperança do povo judeu quanto a um retorno final à sua Terra Prometida. Sob o ímpeto do movimento sionista, começa a ter cumprimento a esperança do restabelecimento de Israel em seu próprio antigo território. Por certo, esse movimento nacionalista envolve a muitos judeus que não mais seguem a antiga fé dos israelitas. Contudo, é a chama espiritual dos fiéis que tem mantido intacto o disperso povo judeu, levando de volta à Palestina tantos deles" (Henry H. Shires, *in loc.*).

Advertência Final (30.11-20)

A Proximidade da Palavra (30.11-14)

O autor sacro deixou claro, nesta seção, que aquilo que estava sendo pedido de Israel não era difícil demais de se atender. O *mandamento* não era algo distante e estranho, impossível de ser compreendido. Muito pelo contrário, era algo bem próximo, que já estava no coração deles (vs. 14). Paulo, mediante adaptação e acomodação, aplicou esta seção à justiça baseada sobre a fé (ver Rom. 10.8 ss.). Talvez ele se sentisse justificado nesse ato (mas certamente repudiado com vigor pelos judeus), porque a verdadeira retidão nos é proporcionada através do sistema da graça-fé, sistema para cuja direção apontavam as instituições do Antigo Testamento, incluindo a lei. Cristo, em Sua retidão, incorporou os ideais da lei, conferindo-os a nós. Mas Ele fez isso por meio do Seu Espírito Vivo, e não através da letra morta da lei em tábuas de pedra. Entretanto, podemos afagar a certeza de que o autor de Deuteronômio acreditava que a plena obediência à lei era possível para todo o povo escolhido, e que a obediência era uma medida transmissora de vida (ver Deu. 4.1; 5.33 e 6.2).

30.11

Não é demasiado difícil, nem está longe de ti. "O pacto requerido não estava acima do alcance ou da compreensão dos homens. O pacto foi graciosamente revelado (Deu. 29.29), e estava operando no serviço da renovação do pacto (29.1)" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre este versículo). Essa afirmação do livro de Deuteronômio deve ser contrastada com aquela feita pelo apóstolo Pedro: "Agora, pois, por que tentais a Deus, pondo sobre a cerviz dos discípulos um jugo que nem nossos pais puderam suportar, nem nós?" (Atos 15.10).

O texto hebraico diz aqui, literalmente, "por demais maravilhoso para vós", embora as traduções geralmente tenham dito aqui "oculto para vós". Não se tratava de uma questão de doutrinas arcanas, dadas somente a alguns poucos iniciados e sábios. Não era uma doutrina que pertencesse aos que estavam distantes e inacessíveis. Bem pelo contrário, era a legislação mosaica, tão claramente escrita e explicada pelos sacerdotes levitas. Outras traduções dizem aqui: "difícil". A lei não era misteriosa, oculta, difícil por demais. Isso posto, a obediência absoluta era algo *razoável* a ser esperado da parte do povo de Israel.

30.12

Não está nos céus. Os antigos hebreus faziam um conceito do céu que, naturalmente, era compartilhado por muitos povos antigos. Assemelha-se às nossas expressões modernas, como: "Lá no alto, onde Deus habita". E também: "Lá em baixo, onde reside o mal". Nos dias em que foi escrito o Pentateuco, ainda não se havia desenvolvido a doutrina das "forças demoníacas, lá em baixo". De fato, esse aspecto da teologia só surgiu no horizonte dos hebreus na época do período intertestamentário, ou seja, em certos livros religiosos e outros que vieram à tona dentro do hiato de quatrocentos anos que houve entre o Antigo e o Novo Testamento. Os estudiosos sabem que as chamas do inferno foram acesas no livro de I Enoque, um dos livros pseudepígrafos. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Céu*, bem como as notas expositivas sobre Gên. 11.4, quanto a informações adicionais.

Céus. Nas Escrituras, esse é o lugar onde Deus habita. Era considerado

um lugar distante, remoto, inacessível e misterioso. O autor de Deuteronômio queria que os seus leitores soubessem que a *Palavra*, que requeria obediência, não estava escondida em algum lugar remoto como o céu. Na realidade, já tinha sido revelada por Yahweh, posta sob forma escrita, e estava agora ao alcance dos filhos de Israel. Por conseguinte, não havia desculpas para eles não obedecerem ao que era tão claro e acessível. Cf. a aplicação das palavras por parte de Paulo, em Romanos 10.6,7, onde ele as aplica à *justiça* que vem por meio da fé, e não à lei.

30.13

Nem está além do Mar. Nenhuma nação estrangeira, de além-Mar, era possuidora da lei, de modo que fosse mister fazer uma viagem transoceânica a fim de obter a Palavra de Deus. Eles não careciam de missionários. A Palavra de Deus fora revelada no Monte Sinai e na planície de Moabe, onde se encontravam os filhos de Israel, naquele preciso instante. Paulo alterou essa porção, em sua citação da passagem, para "para levantar a Cristo dentre os mortos". Paulo referiu-se ao *hades*, onde Cristo desceu, enquanto morto, para cumprir Sua missão de misericórdia naquele lugar (ver I Ped. 3.18-4.6). Todavia, o Senhor Jesus não continuou no hades, mas prosseguiu Sua missão nos lugares celestiais. A modificação da citação, feita por Paulo, tinha por finalidade adaptar a missão de Cristo às sugestões da passagem que ora comentamos, o que significa que ele não seguiu servilmente o texto sagrado.

30.14

Esta palavra está mui perto de ti. A Palavra estava tão perto deles que até já estava na *boca deles*. Todo israelita já estava falando sobre a lei e vivendo-a diariamente. E também estava no coração deles, ou seja, em suas emoções e em suas almas. A revelação divina tinha sido feita; e lhes estava sendo ensinada incessantemente, ouvida e praticada. Eles tinham tudo quanto era mister.

"Nós estamos cercados por mistérios, e o pleno conhecimento das coisas está acima de nossa capacidade de apreensão. No entanto, Deus se apresentou a Si mesmo (Deu. 4.7) e à Sua Palavra a nós. Podemos ter vida mediante a fé e mediante a obediência leal ao Seu pacto, embora nosso conhecimento seja limitado pela nossa finitude. Cada um de nós precisa compreender o universo a fim de obter a salvação prometida. Ela é gratuitamente oferecida agora no pacto" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

Fatos. 1. A Palavra de Deus não é esotérica, oculta, misteriosa. 2. O homem é capaz de recebê-la, porquanto é capacitado para isso pela graça divina. 3. Deus não nos pede o impossível.

A Lei Requer que Se Faça uma Escolha (30.15-20)

30.15

Essa escolha precisa ser feita entre a vida e a morte; mas a nós cumpre lembrar o fato de que estão em vista a vida física, com suas bênçãos e maldições; sua brevidade, devido aos juízos divinos, ou sua maior duração, por causa das bênçãos divinas. Não estão em pauta nem a vida eterna (como bênção) nem a condenação eterna (como maldição). As doutrinas que dizem respeito à salvação da alma só tiveram início, dentro da teologia dos hebreus, na época dos Salmos e dos Profetas, e não se desenvolveram grande coisa senão já no período intermediário entre o Antigo e o Novo Testamento, nos livros apócrifos e pseudepígrafos.

"*Uma Decisão Inescapável.* Uma vez mais, Israel foi exortado a tomar uma decisão séria e deliberada, enquanto a vida inteira de uma nação ficava dependendo da vida por meio da obediência, ou da destruição mediante a desobediência" (Henry S. Shires, *in loc.*).

O Livre-arbítrio. Todo esse texto seria um escárnio a menos que o livre-arbítrio humano, a capacidade de fazer escolhas reais, fosse uma realidade. Ver no *Dicionário* os verbetes chamados *Livre-arbítrio* e *Predestinação*. Ver Deu. 4.1; 5.33 e 6.2 quanto aos poderes transmissores de vida da lei mosaica, e cf. Isa. 1.19,20.

As atividades dos intérpretes evangélicos, que tratam das questões da *justificação* e da *redenção espiritual*, diante de textos como este, são inteiramente fúteis e anacrônicas. Esses textos *têm-se tornado* textos de prova em favor do legalismo, ou seja, da justificação pelas obras; mas não havia tal coisa na teologia dos dias de Moisés. Encontrar passagens contrárias a isso, no Pentateuco, na tentativa de mostrar que Moisés ensinou a justificação pela fé (como em Gên. 15.6), é algo tão ridículo que nem merece comentário. O que Moisés revelou é uma coisa; e o que Paulo revelou é algo totalmente diferente.

30.16

Os seus mandamentos, e os seus estatutos, e os seus juízos. Uma vez mais, a tríplice designação da lei é empregada (ver Deu. 6.1, onde procuro encontrar as distinções entre essas três designações). A *lei inteira* era obrigatória, sem importar se estavam em foco princípios morais ou regras que diziam respeito a ritos e cerimônias. O que o povo de Israel chegasse a fazer com a lei determinaria como eles prosperariam ou como enfrentariam a desgraça, em sua própria Terra Prometida. Eles poderiam viver bem, multiplicar-se e gozar de prosperidade; ou poderiam diminuir em número, ser atacados por pragas, enfermidades e invasões por parte de adversários. Por igual modo, nos nossos dias, a tarefa interminável de um ministro do evangelho é exortar sua gente a escolher o bem, convencendo todos os seres humanos de que simplesmente não há neutralidade na vida espiritual. Ter alguém uma *fé genuína* é ter uma fé sempre envolvida na *escolha* do bem e na rejeição do mal.

30.17

Porém, se o teu coração se desviar. Este versículo faz o contraste com o ideal expresso no versículo anterior. Em lugar de andar retamente e ouvir e observar a lei, Israel poderia preferir "desviar-se", "não ouvir" e acabar adorando a outros deuses, e cometer o pior de todos os pecados, o da *idolatria* (ver a respeito no *Dicionário*). Para vergonha eterna do povo de Israel, foi exatamente essa a ridícula alternativa que eles preferiram, perdendo assim o seu direito à posse da Terra Prometida. Os cativeiros descarregaram contra eles os castigos necessários. A escolha final, no caso de todos os seres humanos, é aquela que deve ser feita entre Deus e os ídolos. A natureza dos ídolos muda. Podem deixar de ser feitos de madeira, de metais ou de pedra. Mas sempre haverá ídolos que arrastem os homens para longe da espiritualidade.

"Tal desafio criou um momento muito crítico nas antigas cerimônias da renovação do pacto (ver Deu. 26.6,17; Jos. 24.14,15)" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre este versículo 17).

30.18

Não permanecerás longo tempo na terra. Os desobedientes não viveriam por longo tempo na Terra Prometida, e o tempo em que ali ficassem seria repleto de sofrimentos. E finalmente pereceriam, visto que tinham preferido o caminho da desobediência e da morte. Cf. Deu. 4.26. "A vida deles seria cortada pela morte, ou através da espada, ou da fome, ou da pestilência, ou seriam levados em cativeiro" (John Gill, *in loc.*). Note o leitor que não há aqui nenhuma ameaça de perdição eterna para os desobedientes, e nenhuma promessa de vida eterna para os obedientes. Dentro do Pentateuco, todas as questões giravam em torno da *terra*. A teologia posterior dos judeus foi que introduziu itens como a alma e a vida pós-túmulo. Ver Gên. 1.26,27 quanto a notas que dizem respeito a essas questões.

30.19

Tomo hoje por testemunhas. Moisés falava dos céus e de seus poderes sobrenaturais, como também de qualquer poder da terra que quisesse colaborar, como testemunhas das condições do Pacto Palestínico. O céu e a terra também acompanhariam a *escolha* que os filhos de Israel fizessem, entre obedecer e desobedecer, conforme era requerido por aquele pacto. Uma vez mais, é afirmado que a escolha envolveria Israel na bênção e na vida, ou na maldição e na morte. Outrossim, a escolha que fizessem teria efeitos a longo prazo, afetando a vida de seus descendentes e o próprio futuro da nação. Esse fator acrescentava solenidade à escolha. Eles poriam em ação os elementos do desenvolvimento da nação que seria sentido através de toda a sua história. Isso é assim porque ninguém peca sozinho, como também ninguém é bom sozinho. Embora isso seja verdade, em certo sentido um homem é uma ilha, mas em outro sentido ninguém é uma ilha.

30.20

Disto depende a tua vida. São três palavras-chaves: 1. amor; 2. obedecer; e 3. apegar-se. E o resultado disso seria que eles habitariam na Terra Prometida. Esses três vocábulos têm que ver com a qualidade da espiritualidade deles, e, naturalmente, com a sua boa escolha (vss. 5-19). O amor é a própria essência da lei, conforme aprendemos em Deu. 6.5, onde o conceito é comentado, e são dadas referências similares (inclusive no Novo Testamento).

A obediência é o tema principal do livro de Deuteronômio, o qual se repete com certa freqüência. Ver, como exemplos, os trechos de Deu. 11.27,28; 13.4; 21.18,20; 27.10; 28.62; 30.3,8,20. O apego consiste em uma determinação resoluta e tenaz. O homem espiritual deve levar adiante a sua carreira, buscando cumprir os seus propósitos, através de uma conduta bem regulada.

Para que habites na terra. Permanecer na Terra Prometida, em meio à prosperidade, e em uma longa vida, seria o resultado natural e a recompensa por terem agido bem quanto a outras coisas. Cf. as palavras-chaves de Deu. 10.12,13: temor, conduta, amor, serviço, guardar.

A possessão da Terra Prometida, que ocorrera através dos pais da nação, e que tinha sido dada como herança aos seus descendentes, agora era um acontecimento iminente. Porém, a continuação na prosperidade dependia da obediência

de cada geração. Quanto ao território conferido através do Pacto Abraâmico, ver também Deu. 1.8; 6.10; 9.5; 29.13; 30.20 e 34.4.

Capítulo Trinta e Um

Apêndice Histórico (31.1 — 34.12)

Últimas Palavras de Moisés e Nomeação de Josué (31.1-30)

Últimos Conselhos de Moisés aos Sacerdotes, aos Levitas e a Josué (31.1-13)

Vemos aqui que houve a transição de Moisés para Josué, a fim de que ficasse garantida a continuação do pacto. "Certas características desta seção (Deu. 31-34) também podiam ser encontradas nos tratados de vassalagem do antigo Oriente: o depósito do documento do tratado em um lugar sagrado (Deu. 31.24-26); a provisão acerca da leitura futura do pacto, além de outras cerimônias apropriadas (31.9-13)" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Moisés havia chegado ao final de sua missão, pelo que informou o povo de Israel de que haveria mudança de liderança. Josué havia sido escolhido por Yahweh a fim de levar a efeito o propósito divino acerca de Israel. Aquele era um tempo de tomar resoluções fortes e certas, a fim de que nenhuma mudança radical viesse a perturbar o plano. O próprio Yahweh iria entre eles e adiante deles. Cf. Jos. 1.6-9.

"O conteúdo destes quatro capítulos (31 a 34) parece ter uma natureza heterogênea, podendo ser mais bem descrito como uma série de apêndices, dentre os quais os principais são os dois poemas dos capítulos 32 e 33" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

31.1

Passou Moisés a falar. Tal como no caso de Deu. 29.1, este versículo tem sido considerado a conclusão do que foi dado antes, ou introdução do material que aparece em seguida. A Septuaginta trata este versículo como a conclusão do capítulo 30; mas as traduções, de modo geral, tratam-no como a introdução ao capítulo 31. Moisés, pois, dá prosseguimento ao seu *terceiro discurso*, levando-o à sua conclusão, por meio de suas palavras de despedida (vss. 1-8).

As tradições judaicas imaginam a cena em que Moisés foi diante de cada tribo, separadamente, a fim de entregar suas instruções finais. Seja como for, *todo o povo de Israel* ouviu a outorga da mensagem, sem importar quais métodos tenham sido empregados.

31.2

O trecho de Deuteronômio 34.7 também nos fornece a idade de Moisés, por ocasião de sua morte. Ele viveu por três vezes quarenta anos. Alguns estudiosos pensam que devemos considerar isso como termos gerais; sua vida ter-se-ia prolongado por três gerações de quarenta anos, e também passando por três fases distintas. Isso também exprime verdades, mas não há razão nenhuma para duvidarmos de que ele realmente atingiu essa idade. Ver a introdução ao livro de Êxodo, imediatamente antes da exposição de um gráfico que apresenta as idades comparadas dos antediluvianos, dos patriarcas e daqueles que viveram durante a era do reino. De Adão a Noé, as idades ficavam na faixa entre os novecentos e os mil anos; de Noé a Abraão, entre os duzentos e os seiscentos anos; e os patriarcas viveram entre os cem e os duzentos anos. Durante a era do reino, entrou em efeito a média de setenta anos. Portanto, a idade de Moisés comparava-se com a idade dos mais jovens entre os patriarcas.

Moisés Não Pôde Entrar em Canaã. Ver a história sobre isso em Núm. 20.1-13. Cf. Deu. 3.27. E ver Núm. 20.12 quanto às diversas razões pelas quais ele foi barrado. É provável que os trechos de Deu. 1.37 e 3.23 nos forneçam a maior de todas as razões. Ver as notas expositivas sobre esses trechos. Foi "por causa de Israel", mais do que por sua própria culpa, que a Moisés foi negada a permissão de entrar na Terra Prometida. Em outras palavras, a identificação de Moisés com o povo de Israel era tão profunda que ele precisou compartilhar da sorte da geração mais velha, rebelde.

Tipologia. Moisés, um tipo da lei, não poderia mesmo introduzir o povo de Israel na Terra Prometida, mas chegou somente até a fronteira. Porém Cristo, o segundo Moisés, por meio do sistema da graça-fé, foi capaz de assim o fazer. A Terra Prometida simboliza a salvação. Vemos, pois, que mesmo dentro desse simbolismo, a salvação não ocorre por meio da obediência à lei mosaica, mas mediante a graça de Deus em Jesus Cristo.

"Não Moisés e a sua lei, ou a obediência a ela, mas Jesus e a Sua retidão é que podem introduzir o povo na Canaã celestial" (John Gill, *in loc.*).

Moisés Expressou Aqui a Sua Fraqueza. Ele não podia mais entrar e sair com facilidade, ou seja, cumprir os seus deveres, por causa de um corpo debilitado pela idade. Não obstante, o trecho de Deu. 31.1-7 refere-se ao contínuo vigor físico e até juvenil de Moisés. Todavia, devemos entender isso de uma maneira comparativa. Em comparação com outros, ele continuava juvenil para a sua idade. Mas no tocante às tarefas cansativas que tinha de realizar, então, sim, ele era idoso demais.

31.3

O Senhor teu Deus passará diante de ti. Yahweh tinha prometido que seguiria diante do povo de Israel à Terra Prometida, preparando o caminho, e então acompanharia os hebreus na conquista militar. Cf. essa informação com o que se lê em Deuteronômio 1.37,38; 3.18-28 e 7.17-26, onde são ditas as mesmas coisas e onde as notas expositivas devem ser consultadas.

Josué já havia sido nomeado como o sucessor de Moisés. Josué não seria um grande profeta como Moisés, o qual conheceu a Yahweh face a face; mas seria um excelente instrumento para a missão de introduzir Israel na Terra Prometida, apto como general e um excelente líder. Ver sobre ele no *Dicionário*. A missão de Josué era diferente da missão de Moisés, embora fosse uma missão necessária, que confirmava e ampliava o poder e a missão de Moisés. Os dois faziam parte da mesma equipe, e não competiam um com o outro.

"O programa de Deus para a nação de Israel não dependia de nenhum líder humano. Dependia somente do poder de Deus, para que fossem cumpridas as promessas do pacto" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Destruirá estas nações. Sete povos diferentes tinham de ser destruídos. Ver as notas expositivas a esse respeito em Êxo. 33.2 e Deu. 7.1. Esses povos eram mais numerosos e mais poderosos do que Israel, mas faltava-lhes a ajuda divina, pelo que sucumbiram diante de um poder militar inferior. Quanto a isso, ver Núm. 13.31 e Deu. 7.1.

31.4

Como fez a Seom e a Ogue. A derrota desses dois monarcas ficou registrada no capítulo 21 do livro de Números. As vitórias sobre esses dois reis tinham sido apenas *vitórias preliminares*, que tinham servido para infundir coragem aos israelitas, ajudando-os a atirar-se no cumprimento de um tremendo labor. Yahweh afirmou especificamente que o resto da campanha militar obteria um resultado similar, pelo que aquelas vitórias se tornaram lições objetivas, como garantias de vitórias ainda maiores que viriam em seguida. A mudança de liderança não seria prejudicial para os filhos de Israel. Afinal de contas, a realização era de Yahweh, e não dos homens.

31.5

Quando, pois, o Senhor vos entregar estes povos. Israel teria de efetuar uma *longa campanha militar* a fim de obliterar totalmente aqueles povos. Essa tarefa só terminou nos dias de Davi e Salomão. Quanto ao modo de proceder na guerra santa, ver Deu. 7.1-5. Os inimigos de Israel tornaram-se no temido *hrm*, palavra hebraica que indica um sacrifício totalmente devotado a Yahweh, como holocausto. Cf. Deu. 20.10-18, onde achamos algumas modificações que permitiam que mulheres e animais domesticados fossem poupados, ao passo que todos os homens deveriam ser destruídos. Mas ali estão em pauta cidades distantes, isto é, aquelas para bem além das fronteiras da Terra Prometida, e não no âmbito da Terra Prometida. Todas as cidades dentro dessas fronteiras estavam agora sob o *hrm*, de acordo com o que nenhum ser vivo podia ser poupado, embora as casas pudessem ser ocupadas. Certas maneiras de agir tinham sido *determinadas* por Yahweh, pelo que Ele foi retratado como o general do exército de Israel. Por isso mesmo, a guerra era considerada santa.

31.6

Não vos deixará nem vos desamparará. A promessa de Yahweh era suficiente para aliviar os temores dos israelitas. Era impossível pensar que Yahweh falhasse ou abandonasse o Seu povo. Assim sendo, Moisés não tinha razões para temer pelo sucesso do labor futuro, por motivo de mudança de liderança, que estava ocorrendo naquele momento crítico. Cf. o encorajamento dado por Yahweh, naquele momento histórico, com outros incidentes similares, em Êxodo 4.21 e 9.15. Ver Deu. 1.21,29, quanto a paralelos diretos. Parece que o apóstolo Paulo se utilizou das palavras deste versículo em I Coríntios 16.13, onde ele exorta os seus discípulos a serem heróis espirituais na batalha espiritual.

31.7

Chamou Moisés a Josué. Moisés transmitiu a mensagem divina de encorajamento a seu sucessor, Josué. E deu-lhe uma comissão que o orientaria

em sua tarefa. O objetivo era entrar na posse da herança que por direito divino cabia aos filhos de Israel, resultante da promessa de Yahweh a Abraão. Ver sobre o *Pacto Abraâmico* em Gên. 15.18, que incluía a promessa da Terra Prometida. Assim foi que Josué levou avante a tradição sagrada de liderança que vinha desde Abraão e servia ao mesmo Deus. Estando ele dentro daquela augusta tradição, Josué nada tinha para temer.

"Moisés preparou Josué para a gigantesca tarefa que havia à frente. Foi por idênticas razões que Jesus preparou os Seus apóstolos. Todos aqueles cuja vida fica envolvida na sua tarefa esforçar-se-ão para prover uma liderança adequada aos seus continuadores, pois a grande preocupação de um líder religioso deve ser a sucessão de homens piedosos que haverão de segui-lo" (Henry H. Shires, *in loc.*). Cf. Jos. 1.5, onde Josué repetiu essas palavras de encorajamento a outros líderes.

"Nessas palavras, Moisés entregou formalmente a incumbência de dirigir o povo de Israel a Josué, que deveria liderá-los na travessia do Jordão e além" (Ellicott, *in loc.*).

31.8

O Senhor é quem vai adiante de ti. Este versículo repete os elementos vistos nos dois versículos anteriores. Israel enfrentaria adversários muito mais fortes, mas não precisaria ficar *desencorajado*, porquanto um poder mais do que adequado tinha sido posto à disposição deles para cumprirem a contento a sua missão.

O crente precisa confiar na presença fortalecedora de Deus. Assim também Josué foi instruído a esperar *grandes coisas* da parte de Yahweh. O homem que esteja empenhado em cumprir a sua missão pode esperar receber um grande sucesso.

> *Coisa alguma é tão bem-sucedida como o sucesso.*
>
> (Lord Illingworth)

> *Requeimar sempre com essa chama que mais se parece com uma gema;*
> *manter esse profundo êxtase, isso é ser bem-sucedido na vida.*
>
> (Walter Pater)

> *O verdadeiro sucesso consiste no labor.*
>
> (Robert Louis Stevenson)

Cerimônia do Sétimo Ano do Pacto (31.9-13)

As tradições judaicas afirmam que Moisés entregou a lei aos sacerdotes levíticos. Ver Deu. 12.18 e 18.1-8. Os anciãos também foram encarregados da guarda da lei. Tornou-se costumeiro que, nas cerimônias formais, a lei fosse lida por eles, a cada ano sabático (ver Deu. 15.1-11). Isso ocorria durante a terceira peregrinação anual, por ocasião do outono, a saber, na época da festa dos Tabernáculos. Isso deveria ocorrer no lugar escolhido, ou seja, em Jerusalém, que se tornaria o santuário central, em substituição a todos os diversos locais, mais antigos. Desse modo, cada geração sucessiva era informada das tradições da nação de Israel, a fim de poder participar. Isso posto, uma cerimônia especial e formal (com base em textos do livro de Deuteronômio) era efetuada a cada sete anos, sob a liderança dos sacerdotes, no templo, e sob a liderança dos anciãos de cada uma das tribos. Que essa cerimônia era anteriormente efetuada em Siquém torna-se evidente com base no trecho de Deuteronômio 27.1-26.

A arqueologia tem comprovado o fato de que os tratados de vassalagem, no antigo Oriente Próximo, continham provisões para que esses tratados escritos fossem lidos publicamente, a fim de que o povo fosse instruído quanto às suas estipulações. A leitura pública da lei (provavelmente uma referência a porções ou à totalidade do livro de Deuteronômio) ficava ao encargo dos sacerdotes. Pessoas comuns nem podiam ler nem estavam mesmo em condições econômicas de possuir uma cópia das Escrituras. A leitura das Escrituras provia de uma maneira de transmitir informações entre os israelitas. Ademais, a leitura das Escrituras em determinadas épocas do ano envolvia uma boa disciplina, pois as pessoas tinham de deixar seus lares e ir a Jerusalém para atender às cerimônias solenes. Ao fazerem tal viagem, eles como que repetiam o êxodo do Egito.

"Em cada ano do *livramento*, ou ano sabático (ver Deu. 15.1-11), a lei deuteronômica deveria ser lida no santuário central, durante a festa dos Tabernáculos (ver Deu. 16.13-16). Nessa oportunidade, uma cerimônia de renovação de pacto tinha lugar, conforme é de presumir-se" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre o nono versículo deste capítulo).

31.9

Esta lei escreveu-a Moisés. Está aqui em pauta o livro de Deuteronômio, a repetição da lei. É provável que a referência não inclua o Pentateuco inteiro (os cinco livros de Moisés), pelo que este versículo não tem sido aceito, por alguns estudiosos, como confirmação do fato da autoria mosaica dessa coletânea. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Pentateuco*, bem como cada um dos seus cinco livros sob o título *Autoria*, quanto a uma discussão sobre essa questão.

Os leitores da lei eram os sacerdotes que atuavam no santuário central, ou seja, em Jerusalém. Isso fazia parte das obrigações deles. Os sacerdotes levíticos tinham um ministério de ensino. Pouquíssimas pessoas, naqueles tempos, sabiam ler, e praticamente nenhum particular possuía uma cópia das Escrituras. Daí a necessidade das leituras públicas das Escrituras. Somos relembrados de que os sacerdotes, descendentes de Levi, eram os que transportavam a arca de um lugar para outro, no deserto. Era ali que Yahweh manifestava a Sua presença. Somente indivíduos especialmente qualificados podiam ocupar-se daquele mister. E os indivíduos devidamente qualificados eram justamente os que faziam a leitura pública das Escrituras. Ver no *Dicionário* os artigos intitulados *Levitas e Sacerdotes* e *Levitas*. De acordo com as tradições judaicas, Moisés transmitira a lei aos sacerdotes e aos anciãos do povo (Deu. 12.12 e 18.1-8). Ver Núm. 4.5-15 e 10.21 quanto a como a arca era transportada pelos levitas coatitas. Algumas vezes, entretanto, a arca era transportada por outros sacerdotes (ver Jos. 3.13-17; 6.6 e I Sam. 4.4).

As lendas judaicas dão conta de que Moisés preparou treze cópias da lei, uma para cada uma das doze tribos, e outra para ser deixada na arca, como salvaguarda, e também por medida de segurança caso houvesse alguma corrupção ou fraude em outras cópias da lei, por parte de pessoas não-autorizadas (conforme lemos em *Ebarim Rabba*, sec. 9, fol. 244.2). Sempre havia ali uma edição original, com a qual cópias subseqüentes poderiam ser comparadas.

31.10

Ao fim de cada sete anos. O tempo e o lugar da leitura do livro de Deuteronômio ficaram claros. Isso teria lugar no fim do ano sabático (ver Deu. 15.1-11); e durante o período da terceira peregrinação nacional, a festa dos Tabernáculos. Seria uma cerimônia formal de renovação de pacto, e não apenas parte da rotina da leitura pública das Escrituras, que, segundo supomos, fazia parte do ministério de ensino dos sacerdotes. Ver Deu. 16.13-16, sobre essa festa; e, no *Dicionário*, ver o artigo chamado *Tabernáculo, Festa dos*.

Jarchi afirmou que a leitura era feita no primeiro ano dos anos sabáticos; mas Aben Ezra, com maior razão, asseverou que isso sucedia no começo do sétimo ano. A festa dos Tabernáculos ocorria no mês de *tisri*, o começo do ano civil. Ver o cumprimento dessa estipulação em Jos. 8.34,35. Cf. Nee. 8. O tratado talmúdico *Sotah* (par. 41), informa-nos que o livro lido nessa oportunidade era Deuteronômio.

31.11

Quando todo o Israel. Na realidade, somente os varões tinham obrigação de fazer essa viagem, embora suas famílias com freqüência os acompanhassem. Não sabemos dizer com qual precisão foi guardada essa estipulação. Só há registro de sua observância em II Crônicas 17.7, cerca de quinhentos e trinta anos mais tarde. Nenhum registro bíblico alude ao cumprimento dessa cerimônia de renovação do pacto e de leitura das Escrituras, na ocasião, durante muitos séculos. Nada sabemos sobre o que aconteceu entre os dias de Josué (Jos. 8.30) e os dias de Josafá (II Crô 17.7). A próxima leitura a ser mencionada só teve lugar nos tempos de Josias (II Crô. 34.30), ou seja, mais duzentos e oitenta anos depois. Os registros históricos mostram que sacerdotes, o sumo sacerdote e até mesmo alguns soberanos fizeram essa leitura. Sotah 1.1 diz-nos que o rei Agripa também fez a leitura de Deuteronômio, quando foi tomado por profunda emoção.

No lugar que este escolher, lerás esta lei. "Este", aqui, é o Senhor. O lugar escolhido foi o santuário central, em Jerusalém, que acabou substituindo os santuários mais antigos, espalhados em vários lugares do país. O santuário central unificou Israel em torno de uma única prática religiosa. No livro de Deuteronômio, esse lugar aparece sempre de maneira profética, sem nunca ser definido, ao passo que Jerusalém nunca é mencionada. Ver as notas sobre Deu. 12.5, onde essa questão é introduzida, e ver ali as notas expositivas. Os críticos naturalmente vêem no texto sagrado um anacronismo, supondo que o livro de Deuteronômio tenha sido escrito somente depois do estabelecimento do santuário central de Jerusalém.

31.12

Para que ouçam e aprendam. A leitura das Escrituras tinha um *propósito didático, o de infundir o temor e a decisão de observar, em todos os cidadãos de* Israel, incluindo as mulheres e as crianças. Era mister que temessem a Yahweh,

o outorgador da lei mosaica, e então a observassem. Quanto ao *temor a Deus*, ver Deu. 10.12 e 28.58. Ver sobre as qualidades e os deveres espirituais do *amor*, da *obediência* e do *apego*, em Deu. 30.20; e acerca do *temor*, do *andar*, do *amor*, do *serviço* e da *observância*, em Deu. 10.12,13. Notemos como, dessa forma, as *crianças* ficavam sujeitas a essa influência benéfica. Além disso, os estrangeiros residentes no país também eram instruídos. O Targum de Jonathan diz que todos tinham o dever de amar e honrar a lei, exaltando-a e renunciando à idolatria. Encontramos aqui a expressão "Senhor vosso Deus". Por conseguinte, o Eterno Todo-poderoso é que tinha estabelecido as exigências aqui referidas. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Deus, Nomes Bíblicos de*.

31.13

Aprendam a temer ao Senhor vosso Deus. Este versículo reitera as idéias do versículo anterior, embora salientando que era necessário que as *crianças* também recebessem a Palavra. O coração dos filhos deveria ser conquistado desde bem cedo, e o memorial especial do pacto seria uma excelente maneira de alcançar esse alvo. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Educação no Antigo Testamento*. Os filhos, "que não a soubessem" (isto é, que não tivessem ainda conhecimento da lei), conforme diz o texto sagrado, mostrar-se-iam especialmente receptivos, porquanto não teriam de desfazer as falsidades e os absurdos da idolatria e de outros elementos deletérios do paganismo. Chegaria assim o dia em que os filhos herdariam a Terra Prometida de seus pais, e assim a *continuidade* da ocupação da Terra Prometida estaria garantida, mediante uma educação religiosa dada desde tenra idade.

Comissão Divina a Moisés e Josué: Avisos acerca da Apostasia (31.14-23)

Estes versículos dão prosseguimento ao trecho de Deu. 31.2-8, ou talvez formem um paralelo proveniente de alguma fonte informativa diferente, que agora o autor sagrado injetava no texto, um tanto quanto fora de sua ordem lógica. Alguns estudiosos da alta crítica sugerem que a fonte informativa foi a fonte *E*. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *J.E.D.P.(S.)* quanto à teoria das fontes múltiplas do Pentateuco. A expressão "tenda da congregação" conforme eles argumentam, é uma designação do tabernáculo, que aparece nas fontes informativas *J* e *E*. Ver Êxo. 27.21 e 29.42.

31.14

Eis que os teus dias são chegados. Era tempo de Moisés ser recolhido ao Senhor e de Josué dar continuação à obra divina em Israel. "Estes dois versículos (14 e 15) estão vinculados à antiga tradição literária de Êxo. 33.7-11" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre este versículo). Ver a respeito do comissionamento de Josué naquele ponto.

"O comissionamento formal de *Josué* é mencionado tanto aqui quanto no fim desta seção (vs. 23), o que provê uma moldura para a predição divina da futura rebeldia de Israel (vss. 15-22). E isso, por sua vez, serviu de extensa introdução para o Cântico de Moisés (Deu. 31.30-32.43). Se a comissão de Josué, por parte de Moisés, tinha sido uma função *pública* (ver Deu. 31.7,8) esta foi feita *em particular*, pois somente Moisés e Josué compareceram diante de Yahweh, na tenda da congregação" (Jack S. Deere, *in loc.*).

"O que Moisés já havia feito diante de Israel (vss. 1-8), foi agora *ratificado* por Yahweh, Josué e Moisés apenas" (Ellicott, *in loc.*). As lendas judaicas elaboram esse incidente dizendo que Moisés foi desde o acampamento de Israel, onde ele se encontrava, até o acampamento de *shechinah* (a glória esplendorosa de Deus), caminhou ao *lado esquerdo* de Josué, e, ao entrarem no tabernáculo, a coluna de nuvem desceu e separou os dois (*Bartenora em Mishna Megillah*, cap. 1, sec. 3).

31.15

Então o Senhor apareceu ali na coluna de nuvem. Yahweh, prestes a comissionar Josué, apareceu na coluna de nuvem, a qual pairou por sobre a entrada do tabernáculo. Logo, devemos entender que Josué, prestes a dar início à sua missão, fê-lo por meio de uma poderosa experiência mística. Ver no *Dicionário* os artigos intitulados *Misticismo* e *Colunas de Fogo e de Nuvem*.

A glória esplendorosa de Deus, como se fosse um envelope refulgente, circundava e ocultava o Seu ser; e, no entanto, ali estava a representação da presença do Senhor, pois Ele se encontrava presente de uma maneira que Josué podia ver a Sua manifestação, recebendo uma elevada mensagem, embora sem correr nenhum perigo físico.

A cena foi similar àquela descrita em Números 20.25-28, quando Arão e Eleazar subiram no Monte Hor por ocasião da transferência de sacerdócio; e também similar à cena que envolveu Elias e Eliseu, quando este último recebeu o dobro do Espírito do primeiro (ver II Reis 2). Ver Êxo. 33.9 quanto à aparência de Yahweh na nuvem sobre o tabernáculo.

31.16

Este povo. *Temos Aqui uma Horrenda Predição.* Embora Josué garantisse o sucesso de sua missão, a profecia a longo prazo, sobre Israel na Terra Prometida, foi patética. A despeito de todas as obras de Yahweh, os filhos de Israel fracassariam na sua terra, voltar-se-iam para a idolatria e para as práticas pagãs dos povos vizinhos, e misturar-se-iam com os povos que eram os primitivos habitantes do território. Violariam assim, reiteradamente, o segundo mandamento (ver Êxo. 20.4). Ver no *Dicionário* os artigos chamados *Idolatria* e *Dez Mandamentos*. Com tal conduta, os filhos de Israel quebrariam os pactos mosaico e palestino. Ver a introdução ao capítulo 19 de Êxodo, quanto ao pacto mosaico; e a introdução ao capítulo 29 de Deuteronômio quanto ao pacto palestino.

E se prostituirá. A comparação da idolatria à prostituição é uma idéia comum do Antigo Testamento. O livro de Oséias desenvolve essa noção, fazendo Israel parecer a esposa infiel de Yahweh. Cf. Sal. 106.35-39. Quanto à quebra do pacto, cf. Jer. 31.32.

31.17

A minha ira se acenderá contra eles. Os capítulos 27 e 28 de Deuteronômio fornecem-nos um total de *dezoito maldições* (e de seis bênçãos); e a essência das ameaças dos vss. 17 e 18 deste capítulo repete essas maldições. Era mister fazer uma *escolha* entre as maldições do Monte Ebal e as bênçãos do Monte Gerizim. Ver a figura em Deu. 27.12,13. Os resultados diretos da escolha errada seriam a perda do favor divino, retratada como se Yahweh ocultasse deles o Seu rosto. Toda forma de males e tribulações haveria de devorar e atribular aos desobedientes, quando se descarregassem sobre eles as *dezoito maldições*. Deus não mais se faria presente entre eles, embora o templo e seu culto continuassem presentes. Cf. a mensagem geral dos capítulos 27 e 28, quanto aos detalhes.

31.18

Esconderei, pois, certamente, o meu rosto. As maldições prosseguem aqui com a reiteração da retirada da presença de Yahweh (Ele esconderia deles o Seu rosto) a menção de muitos males, igualmente uma reiteração do que se lê no versículo anterior. Calamidades sem-número haveriam de atingi-los, por terem-se voltado para a idolatria.

Ocultar o rosto ou virar o rosto significa "retirar a aprovação e a proteção" (Adam Clark, *in loc.*). O Senhor ocultaria o Seu rosto "como se não estivesse vendo a aflição deles" (Rashi, *in loc.*).

31.19

Escrevereí para vós outros este cântico. "A Moisés foi ordenado que compusesse um *cântico*, o qual serviria de *testemunho* contra os filhos de Israel, quando se voltassem para outros deuses. Esse cântico se encontra no capítulo 32" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre este versículo).

"As primeiras companhias de profetas sem dúvida alguma eram cantores e repentistas (ver I Sam. 10.5,6; 19.20-24); e isso explana sua notável influência sobre Saul. E se eles ensinavam os salmos ao povo, conforme os aprenderam sob Samuel e Davi — mormente os salmos históricos, como os de números 78, 105 e 106, então essas composições musicadas seriam uma maneira muito eficaz de espalhar o conhecimento de Deus em Israel" (Ellicott, *in loc.*).

Até mesmo as composições em forma de prosa algumas vezes eram cantadas. A história contada por Heródoto está dividida em nove livros, cada qual em honra a uma das nove musas, porquanto, na antiguidade, tais livros eram cantados. Os contos épicos de Homero também eram cantados. Cícero diz-nos que os romanos entoavam louvores a seus deuses e heróis. A música, portanto, servia de eficaz instrumento didático, em uma época em que tão poucas pessoas sabiam ler, e um número menor ainda possuía livros. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Música, Instrumentos Musicais*.

31.20

Tendo ele comido, e se fartado e engordado. A prosperidade material levaria à fartura; e a fartura levaria a indulgências próprias do paganismo, incluindo a idolatria. É aqui repetido o fato de que Yahweh tirara Israel da servidão no Egito, um grande ato de amor que deveria ter inspirado os israelitas à obediência. Esse tema ocorre por cerca de vinte vezes no livro de Deuteronômio. Ver as notas a esse respeito em Deu. 4.20.

Depois do êxodo, foi exibido outro grande ato de amor. O território que havia sido prometido a Abraão, como parte do Pacto Abraâmico (ver as notas a respeito em Gên. 15.18), foi entregue ao povo de Israel, por meio de uma

invasão bem-sucedida que exigiu o poder de Deus para tornar-se realidade. A Terra Prometida era rica e fértil. Ver sobre a expressão descritiva, "terra que mana leite e mel", em Êxo. 3.8 e Núm. 13.27. Ver também Deu. 6.3; 11.9; 26.9,15 e 27.3.

Mas, a despeito de vantagens tão patentes, os filhos de Israel, segundo foi predito pelo Senhor, haveriam de quebrar o seu pacto com Deus, correndo após ídolos ridículos e participando de cultos pagãos. Isso haveria de diminuir drasticamente a prosperidade deles, já que passariam muito tempo ocupados nas práticas tolas do paganismo.

31.21

Este cântico responderá contra ele. O cântico serviria de testemunha contra os filhos de Israel. O cântico, que ocupa o trecho de Deu. 32.1-43, tinha uma função didática. Esse ensino seria uma contratestemunha, contando a história de como o povo de Israel tinha agido erroneamente, apesar de todas as bênçãos com que havia sido abençoado por Yahweh. Até os nossos próprios dias, esse cântico é uma das peças favoritas da literatura mundial. Revelou-nos Rashi: "Temos aqui uma promessa, feita a Israel, de que a lei não seria totalmente esquecida pelos seus descendentes".

Em meio aos muitos males e tribulações dos hebreus, as palavras desse cântico subiriam à mente deles, dizendo-lhes *por qual motivo* estariam sofrendo.

Conheço os desígnios que hoje estão formulando. Estão em pauta as "más imaginações" e planos que provinham de um coração e de uma mente pervertidos. Esses desígnios já vinham sendo formulados antes mesmo da entrada na Terra Prometida. E quando os filhos de Israel ali chegaram, esses desígnios frutificaram sob a forma de más ações. A mesma palavra hebraica aqui traduzida por "desígnios" também fora empregada em Gên. 6.5 e 8.21. Essas são passagens que nos instruem quanto ao significado tencionado por este versículo. A imaginação dos homens é "continuamente má", desde "a juventude", conforme os versículos do livro de Gênesis afirmam.

31.22

Moisés naquele mesmo dia escreveu este cântico. A letra do cântico foi composta por Moisés. E imediatamente serviu ao seu propósito: ensinar o povo. Conforme Josefo (*Antiq.* 1.4. cap. 8, sec. 41) reconheceu, Moisés escreveu por inspiração divina. Os hebreus precisavam de uma testemunha, embora já tivesse sido predito que, eventualmente, eles se afastariam do Senhor. "... instruiu-os quanto ao sentido do cântico; dirigindo-se a eles com freqüência, a fim de que o guardassem na memória e meditassem a respeito, pois era uma composição divina de profunda importância" (John Gill, *in loc.*).

31.23

Ordenou o Senhor a Josué. Antes dessa ocasião, tanto Yahweh (vss.14 ss.) quanto Moisés (vss. 7 ss.) haviam dado a Josué esse solene encargo. Talvez ambos apareçam como quem tinha dado a incumbência a Josué. Josué lograria êxito em sua missão militar, mas ninguém seria capaz de fazer o povo de Israel obedecer à lei de Yahweh. *Esse aspecto da questão* estava fadado ao fracasso.

A incumbência requeria que Josué exercesse coragem e confiança. Os elementos essenciais do sétimo versículo deste capítulo são repetidos aqui. Ver as notas expositivas ali quanto a detalhes. A coragem exercida garantiria que Israel continuasse na possessão da Terra Prometida como sua herança. Porém, depois de terem entrado nela e prosperado materialmente, eles abandonariam a obediência que os tornava um *povo distinto*. Quanto a isso, ver as notas em Deu. 26.19.

Sê forte e corajoso. Cf. Jos. 1.2,6.

> *Ver o que é certo mas não agir de conformidade demonstra falta de coragem.*
>
> (Confúcio)
>
> *O covarde considera-se cauteloso.*
>
> (Publílio Siro)
>
> *Quando todos os incentivos para continuar a viver se vão, o covarde arrasta-se para a morte, mas o corajoso continua a viver.*
>
> (George Sewell)

Moisés Instrui os Levitas (31.24-30)

31.24

Tendo Moisés acabado de escrever. Uma vez mais, tal como no nono versículo deste capítulo, a composição do Deuteronômio é atribuída a Moisés. Ver os artigos acerca de Pentateuco e acerca de cada um de seus cinco livros, quanto ao problema da autoria mosaica da coletânea. Moisés começou e terminou a escrita desses livros. Ele deixou um registro permanente que sobrevive para nossa leitura até os dias de hoje. Esse registro é, essencialmente, uma convocação para os israelitas obedecerem à legislação mosaica, e assim guardarem os pactos abraâmico, mosaico e palestino. O registro foi feito para forçar Israel a fazer a *escolha* entre a adoração e o serviço a Yahweh (o monoteísmo) e as formas de adoração pagã (politeísmo e idolatria). (Ver Deu. 27.12,13, bem como as notas sobre o versículo 17 deste capítulo.)

31.25,26

Tomai este livro da lei. As tradições judaicas dizem que Moisés entregou a lei aos cuidados dos sacerdotes levíticos (ver Deu. 12.12; 18.1-8; e também 15.1-11 e 31.9-13). O livro de Deuteronômio devia ser posto "ao lado da arca da aliança" (vs. 26). Naquela estratégica posição, a lei passaria a servir de testemunho contínuo, ou de bênção ou de maldição, tudo dependendo de como fosse obedecida ou desobedecida pelos hebreus. De acordo com as tradições judaicas, a única coisa que ficou dentro da arca eram as palavras do *decálogo* (ver Êxo. 25.16; I Reis 8.9).

O Targum de Jonathan informa-nos que o livro de Deuteronômio foi posto em sua própria caixa, no lado direito da arca. Outros escritores antigos afirmaram que ela ficava dentro da arca. Jarchi diz-nos que os antigos estavam divididos quanto a essa informação (*Talmude Bab. Bava Bathra*, foi. 4.1.2).

31.27

Conheço a tua rebeldia. Conforme já pudemos ver com freqüência, aquela era uma geração rebelde. Moisés nunca se olvidou disso. Ele já tinha sido testemunha da perversidade deles por várias ocasiões, e não esperava que as coisas agora fossem diferentes. Contudo, era sua responsabilidade ensinar; e o seu cântico (capítulo 32 de Deuteronômio) seria um dos instrumentos para tanto.

A tua dura cerviz. Temos aí uma freqüente metáfora do Antigo Testamento, usada para descrever um povo rebelde. Apresentei notas sobre isso em Êxodo 32.9, onde mostrei por quantas vezes essa expressão figura. Quanto ao livro de Deuteronômio, ver Deu. 9.6,13 e 10.16. Essa metáfora é transferida para o Novo Testamento, em Atos 7.51.

O povo de Israel era dotado de uma natureza rebelde, da qual muitas ações se originaram ao longo do caminho. Ver Deu. 11.7-24. E, mesmo após a morte de Moisés, continuariam a ser rebeldes, e, finalmente, haveriam de tornar-se *totalmente corruptos* (ver Deu. 4.16 e 9.12), principalmente por causa dos efeitos deletérios da idolatria.

31.28

Ajuntai perante mim. Representantes de Israel (anciãos e oficiais) foram convocados para ouvir *essas palavras*, provavelmente uma referência ao cântico do capítulo 32, e não à leitura da lei. Esses representantes incluiriam todos os líderes, religiosos e civis, conforme podem significar os termos "anciãos" e "oficiais". *O céu e a terra* foram chamados como testemunhas, conforme já pudemos ver em Deu. 30.19. Talvez o autor sagrado estivesse aludindo aos *poderes vivos*, humanos e sobrenaturais, que residem naquelas esferas, ou então ele pode ter personalizado a criação material, como se ela fosse composta de seres sensíveis. Seja como for, ele solenizou a mensagem ao invocar as maravilhas criadas por Deus como testemunhas de condenação contra um povo desobediente. Moisés, pois, tornou-se assim um demandante contra o povo de Israel, em antecipação à desobediência deles. Por semelhante modo, Josué deu ordens similares aos anciãos de Israel, no encerrar de sua vida (capítulo 23 de Josué).

31.29

Sei que depois da minha morte. Os críticos vêem aqui história, e não profecia. Para eles, toda essa passagem teria sido escrita depois do cativeiro babilônico. Mas os eruditos conservadores vêem aqui o fenômeno da profecia, por intermédio do qual Moisés foi capaz de ver através dos corredores do tempo, séculos depois dele, contemplando os cativeiros que haveriam de sobrevir a um povo rebelde e desobediente. Ele também viu os "últimos dias", quando os dois reinos — o do norte, Israel, e o do sul, Judá — iriam para os seus respectivos

exílios, o assírio e o babilônico, notáveis manifestações históricas da ira divina contra um Israel desobediente e incrédulo.

Nos últimos dias. Uma expressão profética que ocorre, pela primeira vez, em Gênesis 49.1. Cf. Núm. 24.14 e Deu. 4.30. Nesta última referência, são dadas as várias interpretações a respeito. O elemento *tempo*, da expressão, varia de acordo com seus usos diferentes. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Último Tempo (Últimos Tempos)*.

31.30

Então Moisés pronunciou integralmente. Este versículo tanto conclui as advertências anteriores quanto serve de introdução ao Cântico de Moisés (Deu. 32.1-43). Esse cântico, sem dúvida alguma musicado, serviu de auxílio didático para um povo que, grosso modo, não sabia ler nem tinha coisa alguma para ler. O cântico começa e termina mencionando o êxodo de Israel do Egito. O cântico que aparece no capítulo 15 do livro de Êxodo também é usualmente chamado por esse mesmo nome. Talvez o trecho de Apocalipse 15.3,4 se refira ao primeiro desses dois cânticos. Contudo, o trecho de Deuteronômio 32.3,4 é muito parecido com Apocalipse 15.3, pelo que talvez ambos os cânticos estejam em pauta naquela passagem.

Capítulo Trinta e Dois

Último Cântico e Exortação de Moisés (32.1-47)

Os *críticos* pensam que esse cântico data da época da monarquia de Israel. "Este salmo, que contrasta a fidelidade de Deus com a infidelidade de Israel, é uma interpretação da fé mosaica, e não uma composição do próprio Moisés. Provavelmente data de algum tempo durante a monarquia de Israel" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre Deu. 31.30). Mas os estudiosos *conservadores* aceitam a situação histórica do cântico (entregue nas planícies de Moabe, antes da invasão da parte ocidental da Terra Prometida) como válida. A linguagem posterior em que o cântico está expresso pode ser devida à adaptação histórica da sua linguagem, e não porque a própria composição seja tardia.

O cântico interpreta a história à luz dos lapsos morais de Israel, que teve lugar por causa da natureza rebelde daquela nação, por todo o desenrolar de sua história, conforme Moisés havia predito (ver Deu. 31.29). Ele *sabia* que as coisas acabariam muito azedas, porquanto Israel não corresponderia ao seu caráter histórico ímpar (ver Deu. 26.19 e suas notas expositivas). Mas, embora o cântico prediga a humilhação e o desastre da nação, a composição também vê longe, futuro adentro, para indicar o triunfo eventual de Israel, embora em um futuro remoto. Ver os vss. 36 e 43 deste capítulo.

"Um pensamento exaltado busca as mais belas expressões. Os poetas da Grécia, da Índia, da Inglaterra, da Alemanha e da Itália têm-se valido de seus escritores clássicos como motivo inspirador; e outro tanto é verdade no tocante à Bíblia. Aqui, dentro do arcabouço da história de Israel, um poema didático, composto por uma mão antiga, retrata o poder da palavra falada em despertar um povo abatido para uma nova vida e um renovado esforço.

> *Goteje a minha doutrina como a chuva, destile a minha*
> *palavra como o orvalho;*
> *como chuvisco sobre a selva.*

Encontramos nesse poema o autêntico espírito profético. Implícita em cada página dos escritos proféticos, acha-se a convicção de que um ser humano não pode afundar tanto que a Palavra de Deus não seja capaz de alcançá-lo. Por conseguinte, o pregador é a mais importante profissão de qualquer época. Ele mexe com os valores sem os quais nenhuma verdadeira civilização é capaz de existir" (Henry H. Shires, *in loc.*).

32.1

Inclinai os ouvidos. Assim como os céus e a terra foram chamados para serem testemunhas das severas advertências contra a apostasia (ver Deu. 30.19 e 31.28), também agora o autor sacro exorta aquelas testemunhas para ouvir o seu cântico e testificar a respeito dele, criando um toque solene que caísse sobre ouvidos receptivos em Israel. Cf. também Deu. 4.26; 31.28; Isa. 1.2; Miq. 6.2. Céus e terra seriam, ao mesmo tempo, testemunhas contra Israel e auditores das advertências solenes que constam do cântico. "Esse cântico é prefaciado e introduzido de maneira grandiosa e pomposa, invocando os céus e a terra para prestarem atenção" (*John Gill, in loc.*). Talvez estejam em foco os habitantes daquelas vastas esferas, embora a criação material também possa estar em pauta. Ou então, melhor ainda, a expressão seja poética, não devendo ser entendida de nenhuma maneira determinada. Ver o trecho de Isaías 1.2, que é quase idêntico a este versículo. Uma coisa aqui tencionada é que essas *testemunhas* são permanentes e augustas, pelo que o homem, apequenado em seu estado terreno temporário, precisa dar *ouvidos*.

32.2

Goteje a minha doutrina. Literalmente, "minha doutrina" é "minha tomada", ou seja, algo *recebido*, para então ser transmitido a outras pessoas. Cf. Pro. 1.5 e 4.2. O ensino de Moisés era como uma chuva gentil, ou como o orvalho que se ergue do solo e o rega. Há um poder *refrigerador* na chuva, pelo que o autor sacro esperava que a sua doutrina refrigerasse e regenerasse um povo rebelde, um solo ressecado, espiritualmente falando. Cf. a declaração feita por Jesus: "O meu ensino não é meu, e, sim, d'Aquele que me enviou".

Aben Ezra referiu-se a estas palavras como expressão do desejo de que a doutrina falada descesse sobre os homens como a chuva, penetrando em seu coração seco e duro, a fim de produzir um bom efeito, da mesma maneira que o solo, regado pela chuva, produz fruto abundante.

Homero disse algo similar na Ilíada (III. vs. 221):

> *Mas quando ele fala, que elocução flui!*
> *Suave como flocos de neve que descem.*

O Estilo. Os hebreus tinham versos com quatro linhas, cada qual composta por duas cláusulas, a segunda das quais, em cada caso, é um *paralelismo* que reforça o pensamento expresso na primeira. Esse paralelismo não é apenas de idéias, mas também de linguagem. Havia o mesmo ritmo ou cadência nas cláusulas, cada qual com três acentos.

32.3

Proclamarei o nome do Senhor. O cântico, apesar de ser uma tremenda advertência para o povo de Israel, bem como uma predição da derrota devastadora que seria seguida por uma vitória muito distante, antes de tudo exprime a *grandiosidade de Deus*, deixando claro que a sua publicação e a sua recitação em público tinham por alvo, antes de mais nada, exaltar o nome do Senhor.

> *Tal como o galeirão se aninha em terreno pantanoso...*
> *Eis que farei meu ninho na grandiosidade de Deus;*
> *Voarei na grandeza de Deus como voa o galeirão,*
> *Na liberdade que há entre o pântano e os céus;*
> *Como o galeirão se agarra a raízes, no pântano,*
> *De todo o coração, me segurarei na*
> *grandeza de Deus.*
>
> (Sidney Lanier)

"A mais arrebatadora realidade a que a mente humana pode corresponder é a grandeza de Deus... Deus é maior do que o universo que Ele criou, e não está limitado pela finitude das coisas que Ele fez" (Henry H. Shires, *in loc.*).

Esperamos grandes coisas da parte da grandeza de Deus, visto que Ele é o nosso Pai celeste. O cântico faz contraste entre a grandiosidade de Deus e a *debilidade* e vacilação de Israel. A grandiosidade de Deus é que haverá de obter o triunfo final, redigindo o derradeiro capítulo da história da humanidade.

32.4

Eis a Rocha! O autor sacro passa agora em revista alguns princípios atribuídos a Deus, que são a causa mesma de Sua grandeza. Ele é constante, reto, a fonte de todo amor; Ele é a rocha, imutável, da qual podemos depender por toda a eternidade; Ele é dotado de santidade perfeita, daquela retidão que haverá de prevalecer no fim, apesar da corrupção e das infidelidades dos homens. O homem pode perder tudo, mas a grandeza de Deus lhe devolve todas as coisas, uma vez que o Seu poder o tenha transformado; e sem dúvida o transformará. Ver no *Dicionário* o artigo *Mistério da Vontade de Deus*, quanto ao *modus operandi* daquele triunfo final. Ver também, ali, o verbete chamado *Atributos de Deus*. Dessarte, a integridade de Deus é contrastada com a perversidade do homem. Essa integridade não perde jamais o seu poder, e o poder divino, e não a perversão dos homens, haverá de escrever o último capítulo da história humana.

Rocha. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Rocha Espiritual*. O Novo Testamento ensina peremptoriamente que a Rocha é Cristo (ver I Cor. 10.4). Cf. o uso que se faz do termo no Antigo Testamento, em Deu. 32.15,18; II Sam. 22.2,3; Sal. 18.2; Hab. 1.12. Deus é estável, permanente, Todo-poderoso. E isso faz um violento contraste com os deuses de madeira, de pedra e de metal. Ele não é

imoral e caprichoso como os deuses imaginários do Oriente Próximo. Ele é fiel (Deu. 7.9) e nunca pratica o mal. Ele é sempre o grande Benfeitor (Tia. 1.17). Da Rocha é que fluía a água da vida. Sua lei transmitia vida (Deu. 4.1; 5.33; 6.22). O artigo *Rocha Espiritual* explica as metáforas envolvidas.

32.5

Procederam corruptamente contra ele. Em contraste diametralmente oposto com a grandiosidade e os admiráveis atributos de Deus, temos o homem e as suas corrupções, manchado e contaminado pelo pecado, sempre perverso e distorcido. "Seu povo se tornara tão maligno que já não trazia nenhuma semelhança de família com seu Pai. Quase poderíamos considerar que eles só sabiam praticar a malignidade" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Jesus lançou mão da expressão que se vê neste versículo, "Ó geração incrédula e perversa!", em Mateus 17.17. Cf Atos 2.40.

32.6

Não é ele teu pai...? Yahweh era tanto o *Pai* da redenção, que chamou Seu *filho* para fora do Egito (ver Êxo. 4.22), como também o *Criador*, que criou o homem e lhe deu existência e vida, estabelecendo-o em uma vida boa e em meio ao bem-estar. Em outras palavras, o homem deve tudo a Deus (ver Tia. 1.17). Esse Pai e Criador, pois, deve ser *contrastado* com um filho infiel, insensato e vacilante. O filho mostrou ser duplamente insensato e corrupto (ver Deu. 31.29), desprezando a graça de Deus, negando a sua própria filiação e esquecendo-se do poder que o fizera ser o que era. Israel fora transformada em uma nação distinta dentre todos os povos, por meio da lei mosaica (ver Deu. 26.19); e, no entanto, por sua insensatez e desobediência, perdeu essa elevadíssima posição.

Certa feita ouvi um professor de Escola Dominical afirmar: "A carga mais pesada que um pai precisa carregar é um filho rebelde".

32.7

Lembra-te dos dias da antiguidade. Os versículos 7 a 14 deste capítulo recitam os feitos salvatícios de Deus, dentro da história de Israel. Esses atos divinos são uma demonstração de poder e de amor divino, os quais, no entanto, o povo de Israel ansiava por negligenciar e perder. "Lembra-te dos dias da antiguidade" é a mesma coisa que dizer: "Na história há sabedoria e instrução". O desafio para Israel *lembrar-se e arrepender-se* figura por nada menos de quinze vezes no livro de Deuteronômio. A primeira instância ocorre em Deu. 4.10, e a última ocorre neste versículo. Ver também Deu. 5.15; 7.18; 8.2,18; 9.7,27; 15.15; 16.3,12; 24.9,18,22; e 25.17. Cf. Apo. 2.5 e 3.3. O homem caído precisa lembrar seu estado anterior, melhor que o atual, buscando assim a restauração. O pecador precisa relembrar a palavra que ele tem *recebido*, retornando assim aos seus primeiros princípios.

Aos teus anciãos. Os homens de idade avançada, por estarem mais versados na história de Israel, eram capazes de levar a geração pervertida a lembrar o que Yahweh já tinha feito pela nação de Israel, por um maior período de tempo. Essa memória, pois, tinha por finalidade obter resultados saudáveis.

32.8

Quando o Altíssimo distribuía. No hebraico, esse nome divino é um composto de *qadash* + *'elyown*, ou seja, santificado + supremo. Portanto, está em pauta o poder divino, ao mesmo tempo o mais santo e o mais exaltado: Santidade Suprema. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Deus, Nomes Bíblicos de*.

A Divisão das Nações. Alguns estudiosos pensam que a alusão, neste ponto, é à divisão das nações, terminado o dilúvio, quando os homens começaram a espalhar-se por toda a face do globo terrestre. Mas outros pensam estar em pauta a divisão ocorrida por causa da torre de Babel (capítulos 10 e 11 do livro de Gênesis). De um número relativamente pequeno de nações, eventualmente se originaram todos os povos que há na terra. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Nações*, onde há uma Tabela das Nações. Ver Gên. 10.1-32 e I Crô. 1.4-23. Temos ali a propagação pós-diluviana das nações, apressada pelo incidente da torre de Babel.

O autor sagrado assegurou-nos que a divisão das nações ocorreu sob a direção e mediante o poder do Altíssimo, o qual é, ao mesmo tempo, o mais santo e o mais exaltado de todos os seres, em contraste com os ídolos de pedra, de madeira ou de metal. Paulo ofereceu-nos o mesmo ensino, em Atos 17.26. Ora, foi dentre todas essas muitas nações que Israel foi escolhida e transformada em uma nação de propriedade particular do Senhor (Deu. 26.19). Portanto, eles agora tinham o dever de viver à altura dessa elevada posição e desse notável privilégio. Israel tornou-se assim a herança especial de Yahweh, conforme vemos no nono versículo deste capítulo.

Segundo o número dos filhos de Israel. A Septuaginta (tradução do Antigo Testamento do hebraico para o grego, que foi terminada em cerca de 200 A. C.) diz aqui "segundo o número dos anjos de Deus". Alguns eruditos pensam que isso reflete o texto original, mais tarde alterado pelos massoretas e outros. De acordo com essa interpretação, portanto, temos aqui anjos, seres designados por Deus para dividir as nações e conferir-lhes suas fronteiras. Entretanto, Israel não era responsável diante de seres criados, como o são os anjos; pelo contrário, era agente do Deus Altíssimo na terra.

É uma doutrina oriental comum que os anjos exercem poder e autoridade sobre as nações, como seus guias, da mesma maneira que os indivíduos teriam guardiães angelicais. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Anjo da Guarda*.

32.9

Jacó é a parte da sua herança. Israel tornara-se uma nação distinta (ver Deu. 26.19) por haver recebido a lei mosaica. Israel, por haver sido separado como instrumento da revelação de Yahweh, também era a *herança* do Senhor.

Israel, a herança do Senhor, recebeu a Terra Prometida como sua herança. Foi assim que se formou a nação de Israel, passando a servir de veículo da mensagem profética e de fonte originadora do Messias, o qual universalizou a mensagem, sob a forma do evangelho do Novo Testamento (ver Gál. 3.27,28). Nessa universalização, pois, todas as nações da terra são acolhidas por Deus em pé de igualdade. O caráter distinto de Israel pavimentou o caminho para a concretização dessa bênção. Todos os homens espirituais tornam-se assim filhos de Abraão (Gál. 3.29). Ver também Deu. 4.20 e 9.26,29 quanto a outros versículos da Bíblia que ensinam que o povo de Israel é a *herança de Yahweh*. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Mistério da Vontade de Deus*, quanto às dimensões da missão do Messias.

32.10

Achou-o numa terra deserta. Ellicott (*in loc.*) supunha que a declaração de que Deus achou o povo de Israel em uma terra deserta fosse uma expressão poética da "primeira revelação divina de Si mesmo ao homem". Cf. Gên. 16.7, que pode ser realmente trecho entendido com esse sentido, visto que Hagar recebeu uma revelação naquele lugar onde Deus a *encontrou*. Por semelhante modo, Jacó foi encontrado por Deus em Betei, onde também lhe revelou a Sua verdade. Ver igualmente Osé. 12.4 e Gên. 28.16.

Terra deserta. Provavelmente a referência primária é ao Egito, onde Deus visitou o povo de Israel, ali escravizado. O Egito representa aquele deserto espiritual onde ventos fortes e ameaçadores uivam o tempo todo. Para Israel, era um lugar estéril. Alguns pensam que o deserto alude aos quarenta anos de perambulação por lugares desolados (ver Deu. 8.2). Yahweh, pois, esteve ali com Seu filho, tendo-lhe ensinado muitas lições preciosas ao longo do caminho. Ezequiel chamou o Egito de deserto (ver Eze. 20.36). O trecho de Oséias 9.10 refere-se a como Yahweh descobriu Israel no deserto de suas vagueações. Por conseguinte, a expressão constante neste versículo talvez seja ampla o bastante para cobrir ambas as idéias.

Como a menina dos seus olhos. Em outras palavras, Israel era precioso diante do Senhor, merecedor de proteção por causa de sua fragilidade; favorito, muito querido, tal como um homem valoriza sua visão, quase mais do que qualquer outra coisa. "... cuidando deles da maneira mais terna; a menina dos olhos é uma abertura que permite que os raios de luz cheguem à retina, a câmara onde são formadas as imagens vindas de fora" (John Gill, *in loc.*). Quanto a outras referências bíblicas à menina dos olhos, ver Sal. 17.8; Pro. 7.2; Lam. 2.18; Zac. 2.8.

32.11

Como a águia desperta a sua ninhada. O simbolismo da águia envolve um terno cuidado, pois a mãe ocupa todo o seu tempo cuidando da prole, protegendo, provendo e cuidando. Jarchi diz-nos que a água-mãe é *misericordiosa* para com os filhotes, pois não invade abruptamente o ninho, mas, antes, faz algum barulho para alertá-los quanto à sua presença. "A metáfora da águia refere-se aos cuidados paternais de Deus, que se mostra sábio e amoroso. Uma águia precisa forçar seus filhotes para fora do ninho, se tiverem de aprender a voar" (Jack S. Deere, *in loc.*). Mas o filhote, ao sair do ninho, despenca no ar, incapaz ainda de voar na primeira tentativa. Então a mãe sai ao seu encalço e apara o filhote no ar. Assim também Yahweh cuidava de Seu povo fraco e inclinado ao erro. Deus está sempre presente a fim de "amparar-nos", se necessário for. É então que aprendemos a utilizar as nossas asas; e então podemos cumprir nossas missões. E mesmo assim o Senhor não se afasta para longe, pronto sempre a intervir, se precisarmos disso. Cf. Lucas 13.34, onde Jesus usou a metáfora da galinha, outra ave que cuida muito da segurança de seus pintinhos. Ver igualmente Jó 39.27-30, onde a águia é elogiada como objeto da providência divina.

"[A águia] abre as asas a fim de ensinar seus filhotes a voar, mas também para ampará-los, quando se cansam... A águia, devido ao seu extraordinário afeto, carrega os filhotes nas costas, quando eles ficam cansados. A mesma figura simbólica é usada em Êxo. 19.4" (Adam Clark, *in loc.*). Cf. Apo. 12.14.

32.12

Assim só o Senhor o guiou. Yahweh, como se fosse uma águia, guiou Seus filhos por aqueles lugares difíceis, tanto no Egito quanto no ermo. Assim como as pequenas águias se vão fortalecendo, com a ajuda de sua mãe, assim também Israel foi fortalecido e se tornou uma nação distinta. Ninguém mais guiou o povo de Israel além de Yahweh. Por isso mesmo é um absurdo que Israel quisesse seguir a ídolos de madeira, pedra ou metal. É como se a pequena águia quisesse proteção da parte de algum pedaço de madeira ou metal ou da parte de uma pedra. O Egito estava repleto de deuses sem vida, inúteis. Israel não poderia nem ao menos pensar em pedir ajuda de algum mero ídolo. Antes, Yahweh havia ajudado Israel e destruído os ídolos do Egito, os adversários de Israel.

Yahweh tinha guiado Israel "... para fora do Egito, indo adiante deles em uma coluna de fogo ou em uma coluna de nuvem" (John Gill, *in loc.*).

32.13

Ele o fez cavalgar sobre os altos da terra. Em outras palavras, Deus tomou providências especiais e deu a vitória ao povo de Israel, primeiramente no deserto, mediante provisões miraculosas de água, alimentos e preservação de objetos de uso pessoal; e, mais tarde, na própria Terra Prometida, conferindo-lhes o triunfo sobre todos os adversários e sobre todas as circunstâncias. Israel veio assim a desfrutar a abundância natural da Terra Prometida (vss. 13 e 14). Os filhos de Israel extrairiam mel das rochas e azeite da pederneira, dando a entender que sua prosperidade e sucesso seriam tão grandes que isso poderia ser extraído até mesmo de situações e circunstâncias *impossíveis*.

"Todos os verbos acham-se aqui no tempo futuro, porquanto temos uma profecia da prosperidade que os hebreus possuiriam na Terra Prometida. Os israelitas haveriam de 'cavalgar' — exultando — sobre lugares altos, sobre os montes e as colinas da Terra Prometida, onde lhes fora prometido o mais elevado grau de prosperidade. Mesmo nas regiões pedregosas do país eles encontrariam fertilidade, devido às bênçãos especiais de Deus" (Adam Clark, *in loc.*).

O Targum de Jonathan alude aos "altos da terra" como se fossem cidades fortificadas, com suas elevadas muralhas e torres, sobre as quais o povo de Israel teria triunfado quando da invasão da terra de Canaã. Os estudiosos que apreciam as *tipologias* vêem nessas palavras uma predição, a longo prazo, da missão universal de Cristo, o qual proveria uma pátria celeste para o Seu povo crente.

32.14

Coalhada... leite... gordura. A abundância e a alta qualidade dos produtos da Terra Prometida serviriam de ilustração da bênção especial de Yahweh ao Seu povo. O Senhor era o pastor deles, e cuidaria para que nada lhes faltasse. Tendo assim plena abundância, quanto a todas as necessidades da vida, eles deveriam abundar em toda boa obra (ver II Cor. 9.8). As vacas produziriam leite abundante e gordo, e, assim sendo, haveria muita manteiga. Haveria a gordura dos carneiros. A gordura era considerada um acepipe, e, nos sacrifícios, era queimada para Deus, não podendo ser utilizada pelos sacerdotes oficiantes. Ver acerca das leis sobre o sangue e a gordura, nas notas expositivas detalhadas de Lev. 3.17. A carne de carneiro era o alimento padronizado dos hebreus; e, na Terra Prometida, eles possuiriam grandes rebanhos ovinos. As leis originais acerca dos *cinco animais usados nos sacrifícios* (ver Lev. 1.14-16 quanto a uma completa discussão a respeito da questão) não permitiam que esses animais fossem abatidos para a alimentação geral do povo. Mas quando a nação de Israel prosperou, e os rebanhos de gado miúdo se multiplicaram, então esses animais passaram a ser usados livremente na dieta diária dos israelitas. A cabra também era um animal que podia ser usado nos sacrifícios, embora, tanto sua carne como o seu leite fossem igualmente usados na alimentação. Mais tarde, até mesmo a gordura dos rins passou a ser permitida na alimentação dos hebreus, embora originalmente isso tivesse sido vedado, estando reservada, juntamente com o sangue, para o culto a Yahweh. Ademais, havia grande abundância de produtos agrícolas, muitíssimo cereal, como a cevada e o trigo, além de outros, e a uva era muito procurada para o fabrico do vinho, tudo o que contribuía para a prosperidade de Israel, um povo alegre, afeito aos cânticos e às danças.

O autor sagrado, mediante sua extensa descrição, dá assim a entender que ao povo de Israel não faltava nenhuma coisa boa. A Terra Prometida era, de fato, terra de "leite e mel" (ver as notas a esse respeito em Êxo. 3.8; Núm. 13.27 e Deu. 6.3). Jarchi aplica as descrições aqui encontradas ao tempo de Salomão, quando Israel atingiu o clímax de sua prosperidade material, em meio a grande paz e segurança. "Aimsworth observou, com muita propriedade, que aprendemos aqui que haveria tanto alimento para os bebês quanto para os adultos, como leite e manteiga para os primeiros quanto carne e vinho para os últimos" (John Gill, *in loc.*). E então John Gill passou a espiritualizar o texto, que simbolicamente falaria das bênçãos riquíssimas de que dispomos em Cristo Jesus.

32.15

Engordando-se o meu amado deu coices. No original hebraico, em lugar de "meu amado", temos o nome próprio "Jesurum". O termo hebraico significa "reto", mas sem dúvida dito em um sentido sarcástico e irônico, pois os filhos de Israel estavam longe de ser um povo justo e reto. A suposta nação "reta" tinha engordado, devido à sua boa alimentação e vida amena. Mas somente para tornar-se um animal rebelde, gordo e forte, que atacava o seu próprio dono.

O termo *Jesurum* reaparece em Deu. 33.5,26. A suposta nação "reta" é retratada como um animal doméstico rotundo, que acabou tornando-se selvagem, a ponto de dar coices em seu proprietário, em um ato rebelde e insensato. Ver Isa. 44.2, onde esse nome torna a aparecer. Nossa versão portuguesa, diz aqui "amado", considerando esse vocábulo um adjetivo, e não um nome próprio. Dessarte, grande parte do drama que envolveria Israel se perde para o leitor da Bíblia em português.

Coices. Como um animal saudável, gordo e vigoroso, mas que, sem reconhecer seu dono, pagava o bem com o mal.

Desprezou a Rocha da sua salvação. Ver as notas sobre Deu. 32.4 quanto a uma completa descrição do significado desse nome divino Rocha. O povo de Israel haveria de subestimar o Todo-poderoso, o seu estável Protetor, do qual mana a água da vida e em quem está a *salvação*. Quando este texto foi escrito, a salvação eterna da alma ainda não tinha chegado ao horizonte da revelação bíblica e, por conseguinte, à teologia dos hebreus, pelo que compreendemos aqui a segurança e a proteção de Israel na Terra Prometida, coisas essas necessárias à prosperidade e ao bem-estar dos hebreus. Assim também a lei conferia vida (ver Deu. 4.1; 5.33; 6.22); mas somente mais tarde a teologia dos hebreus indicou que essa vida representava a vida eterna, já nos Salmos e nos Profetas.

Cristo, na qualidade de Rocha rejeitada pelos edificadores, veio a tornar-se a pedra de esquina, dentro do edifício espiritual do qual Deus é o construtor. Ver Mat. 21.42.

32.16

Com deuses estranhos o provocaram a zelos. A *idolatria*, o sempre presente e poderoso adversário da adoração a Yahweh, nunca deixou de seduzir ao povo de Israel. Foi por motivo de idolatria que os israelitas finalmente tropeçaram e se quebraram, nos seus três cativeiros. Ver no *Dicionário* os artigos intitulados *Cativeiro (Cativeiros)*; *Idolatria e Dez Mandamentos*. O segundo dos dez mandamentos proibia o fabrico de qualquer tipo de ídolo. Ver Êxo. 20.4. O *monoteísmo* (ver a respeito no *Dicionário*) é o âmago do primeiro mandamento (ver Êxo. 20.3).

Zelos. Deus aparece por muitas vezes nas Escrituras como Deus zeloso (ver Deu. 4.24; 5.9; 6.15; 32.21).

Abominações. Essa é a tradução de um vocábulo hebraico muito forte, sobre o qual já comentei em Deu. 13.14 e 23.18.

32.17

Sacrifícios ofereceram aos demônios. Temos aqui uma tradução equivocada e anacrônica, pois, quando esse texto foi redigido, a *demonologia* ainda não fazia parte da teologia dos hebreus. Essa é uma das razões pelas quais aquela teologia era fraca quanto a causas secundárias, tendendo por atribuir a Deus todos os acontecimentos, bons ou maus, como se Deus fosse a causa única de tudo. Mas se a teologia dos hebreus já contasse com um capítulo sobre a demonologia, então as coisas e os acontecimentos maus teriam sido atribuídos a esses agentes negativos, e não a Deus. Uma melhor tradução seria *divindades*. O termo hebraico correspondente é *shedhim*, o qual figura somente aqui e no Salmo 10.37. Esse vocábulo é evidentemente tomado por empréstimo do acádico e refere-se a seres divinos subordinados, um termo que descreve o *politeísmo*, e não o *demonismo*.

O próprio versículo à nossa frente testifica quanto à exatidão dessa interpretação. As *divindades* têm como paralelo as palavras "deuses" e "novos deuses", ou seja, aqueles que os israelitas encontraram ao entrar na Terra Prometida e por cuja adoração deixaram-se seduzir. Por conseguinte, temos aqui não uma advertência que os demônios (no sentido que emprestamos a essa palavra) estejam por trás da adoração a deuses falsos. Isso até que pode ser verdade, e, provavelmente, é o sentido tencionado por Paulo, no uso que fez deste versículo, em I Coríntios 11.20. Mas ver isso nesse texto, sem dúvida, é um *anacronismo*.

Os *pais* da nação não conheciam nem temiam a esses novos deuses, mas seus descendentes logo seriam presas deles, abandonando assim ao único verdadeiro Deus, Yahweh. Ver na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* o artigo detalhado intitulado *Demônio, Demonologia*.

32.18

Neste versículo, o autor sagrado mescla as suas metáforas, fazendo aqui com que a *Rocha*, de onde manavam as águas vivas, se tornasse um agente gerador, o Pai. O filho tinha escoiceado (vs. 15) a seu Pai benévolo, zombando Dele e desprezando-o.

Yahweh era a fonte mesma da vida; e, no entanto, a rebelde nação de Israel foi capaz de esquecer-se disso e de correr após aqueles que não eram deuses. Quanto à *Rocha*, ver as notas em Deu. 32.4, onde há outras referências que nos permitem fazer um estudo completo. "Eles não O reconheceram quando Ele veio e cumpriu as vozes dos profetas... não se recordaram de Sua pessoa, de Seus ofícios, de Suas obras, de Seus benefícios e de Sua grande salvação" (John Gill, *in loc.*), referindo-se ao cumprimento do ideal e da missão espiritual em Cristo. Cf. Sal. 90.2.

"Visto que somente o indivíduo mais perverso pode esquecer-se do amor de seu pai e de sua mãe, é óbvio que o povo de Israel estava corrompido" (Jack S. Deere, *in loc.*).

32.19

Viu isto o Senhor. A *provocação humana*, com sua insistência na prática do pecado, levou Yahweh a abominar o Seu próprio povo, a Sua própria herança (vs. 9). Os que foram assim abominados eram os próprios filhos e filhas de Yahweh, o que demonstra a profundeza da apostasia. Cf. Jer. 14.21. Uma das piores cargas que um pai precisa suportar é um filho rebelde, o qual, embora ouça os seus ensinos, não vive de acordo com eles. "Veio para o que era seu, e os seus não o receberam" (João 1.11). O cântico de Moisés retrata o mesmo tipo de situação que houve nos dias do Senhor Jesus Cristo, quando os judeus desprezaram a missão de Cristo e exigiram a Sua morte. Yahweh, pois, haveria de entregar Seus próprios filhos e filhas ao cativeiro, porquanto não mais mereciam reter a herança que tinham recebido.

32.20

Esconderei deles o meu rosto. Esse ato indicava uma retirada ativa da bênção e da proteção divina. Ver o trecho de Deu. 31.17,18 quanto às notas ali existentes, relativas a essa mesma metáfora. "Esconder o rosto é uma figura bíblica comum que indica a decisão divina de retirar o Seu favor e enviar o castigo" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

São raça de perversidade. Isso por terem eles negligenciado a sua oportunidade e saído à cata de falsos deuses e da idolatria, um dos temas constantes do livro de Deuteronômio. Em certo sentido, "quando Deus é esquecido, Ele também esquece", e o homem é abandonado às conseqüências naturais de seus atos. Em seguida, vem um juízo divino ativo, que vai adiante do que as circunstâncias naturais podem produzir. Mas esse *esquecimento é remedial*, e não meramente retributivo, visto que até o julgamento no hades é remediai. Ver os comentários do *Novo Testamento Interpretado* sobre I Pedro 4.6 quanto a esse conceito. Há certas coisas que Deus pode fazer melhor *através do julgamento* do que por qualquer outro meio.

Filhos em quem não há lealdade. Os israelitas mostraram-se volúveis e inconstantes como as ondas do Mar, sempre prontos a absorver a idolatria pagã, anelantes por desertar de suas raízes. "Era impossível depender deles" (Ellicott, *in loc.*).

> *Superficiais meio crentes de credos casuais,*
> *Mas que nunca sentiram no íntimo nem desejaram,*
> *Cujo discernimento nunca produziu fruto nas ações,*
> *Cujas vagas resoluções nunca foram cumpridas;*
> *Para quem, cada ano que passa*
> *É um novo começo, mas gera novos desapontamentos,*
> *Que hesitam e titubeiam por toda a vida,*
> *E que perdem amanhã o terreno conquistado ontem.*
>
> (Matthew Arnold)

32.21

A zelos me provocaram. Os filhos de Israel promoveram a sua idolatria, e com isso provocaram à ira o *Deus zeloso*. Quanto a Yahweh como um Deus zeloso, ver Deu. 4.24; 5.9; 6.15; 32.21. Seus ídolos eram abomináveis (ver as notas em Deu. 13.14 e 23.18). Neste texto os ídolos são chamados de "aquilo que não é Deus", meras vaidades, coisas vazias.

A Assíria e a Babilônia, que espiritualmente falando eram como um "zero", portanto, nações indignas de menção, eram como "aquele que não é povo". Isso se assemelhava aos não-deuses adorados pelo povo de Israel, no lugar do verdadeiro Deus vivo.

Paulo empregou este versículo aplicando-o aos gentios, os quais, embora fossem um não-povo, seriam chamados finalmente por Deus, por causa da apostasia de Israel. Ver Rom. 10.19. E foi por essa razão que Isaías disse que Deus seria achado por aqueles que não o estivessem procurando (Isa. 23.13).

32.22

Porque um fogo se acendeu no meu furor. A ira de Deus é aqui assemelhada a uma *chama*. E essa metáfora, finalmente, tornou-se comum para indicar o julgamento dos perdidos, no além-túmulo. Esse desenvolvimento doutrinário, contudo, ainda estava longe, e só veio a ser expresso por meio de palavras no livro de I Enoque, onde as chamas do inferno, por assim dizer, foram acesas pela primeira vez. Esse é um dos livros pseudepígrafos. Não há nenhum indício, neste texto, de um castigo para o além-túmulo, uma doutrina que ainda não havia sido revelada no Pentateuco.

Até ao mais profundo do inferno. A palavra aqui traduzida por "inferno" é *sheol (seol)*. A tradução "inferno" é um anacronismo. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Seol*. Nos seus primórdios, a teologia dos hebreus entendia essa palavra hebraica como indicativa somente da sepultura ou da morte. Posteriormente, contudo, veio a indicar um lugar de espíritos de mortos partidos deste mundo, mas que não seriam verdadeiras entidades humanas, porém apenas fragmentos de energia, sem sentidos, sem memória e sem consciência. No estágio seguinte de desenvolvimento, o seol tornou-se um lugar dos espíritos humanos que se iam deste mundo; e então o seol aparece dividido em dois compartimentos, um bom e o outro ruim. Esse é o estágio da doutrina, conforme ela é refletida no capítulo 16 do evangelho de Lucas.

Neste texto, entretanto, está em pauta a *morte*, causada por algum juízo divino severo. O termo grego correspondente, *hades*, foi usado no Novo Testamento, até porque a doutrina grega seguia o mesmo padrão da doutrina dos hebreus. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Hades*. Cf. Gên. 37.35.

"O poeta concebeu os alicerces da terra ruindo sob o povo por causa da ira divina. De acordo com as crenças antigas, os *fundamentos* dos montes, que dariam apoio ao firmamento, desciam até o oceano subterrâneo (ver Sal. 46.2,3). E o seol (ver Gên. 37.35) era um compartimento subterrâneo" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre este versículo).

Os trechos de II Samuel 12.23 e Salmo 115.17 exibem algum avanço quanto à doutrina do seol ou hades. Alguns críticos supõem que o livro de Deuteronômio tenha sido escrito em uma época tardia o bastante para incorporar aquele desenvolvimento, e no presente texto achamos uma alusão ao lugar dos espíritos de mortos que se foram deste mundo para um lugar onde as chamas de Yahweh penetrariam e dissolveriam todas as coisas.

32.23

Amontoarei males sobre eles. Devemos pensar aqui em pragas, enfermidades, seca, ataques por parte de exércitos adversários e, finalmente, cativeiro. O juízo divino manifestar-se-ia de variegadas maneiras sobre um povo desviado. Yahweh tornar-se-ia, por assim dizer, um arqueiro, a atirar flechas em todas as direções. E os filhos de Israel, antes de se recuperarem totalmente da perfuração de uma flecha, quando começavam a descansar, seriam atingidos por outra flechada. O texto ensina-nos que juízos divinos devastadores e reiterados reduziriam Israel a nada. E, realmente, o registro histórico mostra-nos que assim tem sucedido. Ver a metáfora das flechas, em Lam. 2.4. Ver também Eze. 14.21. Cf. Jó 6.4; Sal. 8.2,3; 91.5; II Sam. 22.14,15.

Homero (*Ilíada*, II.1. ve. 43) comparou o julgamento dos deuses com *dardos envenenados*. "Seu coração inclinava-se a ferir o coração grego; ao mover-se este, ferozes, suas pontas de prata ressoavam... Ele retesava seu arco mortífero, e assoviando, lá vinham voando os dardos emplumados".

32.24

Este versículo anuncia as muitas formas que assumiriam as flechas de Yahweh, pois muitos males assolariam o povo de Israel, tudo contribuindo para aumentar mais e mais o terror.

Fome. A fome sempre foi uma das armas usadas por Yahweh ofendido. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Fome*. Israel dependia muito das chuvas sazonais; e se o firmamento negasse seus aguaceiros, a seca tornava-se inevitável. E a seca, por sua vez, trazia a fome em sua esteira.

Febre. Algumas versões dão a entender aqui um "calor abrasador". Caso identifiquemos aqui um mal-estar no corpo físico das pessoas, então devemos pensar em alguma enfermidade infecciosa.

Peste violenta. Em uma época anterior à medicina científica, uma das piores desgraças que podia sobrevir a um povo era alguma peste. Quando isso acontecia,

um número muito grande de pessoas sucumbia. Como ilustração, podemos pensar na peste bubônica, que matou milhões de pessoas na Europa e em vários outros lugares do mundo, durante a Idade Média. Ou podemos pensar no cólera, que tem dizimado a Índia, a China e até países europeus, africanos e americanos de maneira cruel. Enquanto traduzo este trecho dos comentários sobre o Deuteronômio, o mundo está estarrecido diante da matança provocada pelo cólera entre os ruandenses — em média, está morrendo uma pessoa por minuto, e as autoridades médicas dizem que a peste ainda não atingiu o seu ponto culminante. "A flecha do Senhor voava durante o dia, a pestilência avançava no meio das trevas, e a destruição despopulava a terra ao meio-dia" (John Gill, *in loc.*, referindo-se ao Salmo 31.5,6).

Dentes de feras. Com a diminuição da população humana, as feras se multiplicavam, destruindo não somente rebanhos inteiros, mas até mesmo muitas pessoas. A própria natureza, assim sendo, voltar-se-ia contra uma geração perversa. Alguns estudiosos pensam que o autor sagrado, ao falar em "feras", estivesse pensando nos "inimigos de Israel", que se voltariam contra eles, como aves de rapina ou animais ferozes.

Ardente peçonha de serpentes. As serpentes multiplicar-se-iam inoculando seu veneno em muitas pessoas, provocando muitas mortes e misérias, castigando assim um povo rebelde e contradizente. O Targum de Jonathan pensa que as "feras" e as "serpentes" devam ser entendidas metaforicamente, aplicando esses termos aos gregos; e outros estudiosos aplicam tais descrições aos romanos. Mas essas interpretações, apesar de aplicações legítimas, são interpretações anacrônicas.

32.25

Fora devastará a espada, em casa, o pavor. A impotente nação de Israel sofreria ataques de inimigos sem misericórdia, e a própria natureza, na Terra Prometida, o lar temporário deles, haveria de esbofeteá-los com os males descritos no versículo anterior. De modo literal, virtualmente nada foi deixado em Israel, depois que os assírios e os babilônios desfecharam os seus ataques e levaram para o exílio tanto a nação do norte, Israel, quanto a nação do sul, Judá. E o que sobrou e lentamente se multiplicou, os romanos aniquilaram, no século II D. C. (132 D. C.). O castigo tem sido tão severo que somente em nossa própria época (1948), os judeus conseguiram organizar-se em uma nação, no moderno Estado de Israel, embora a maioria dos judeus continue fora da Palestina, não crendo inteiramente no sucesso da causa defendida pelo sionismo.

Tanto ao jovem como à virgem. Essa era a parcela da população de Israel que mais tinha razões para continuar vivendo, e dela dependia o futuro da nação. Essa parcela sofreria o golpe mais severo, e poucos sobreviveriam. A mãe que estivesse amamentando seu bebê não seria poupada, nem o seu bebê. O homem de idade avançada, com cabelos brancos, agora fraco e dependente, também seria morto pelos inimigos, ou sucumbiria diante de alguma praga mortífera. Ninguém, de idade alguma, fosse homem, fosse mulher, seria poupado, morrendo até mesmo civis desarmados. O jovem não seria poupado, e suas forças físicas de nada lhe serviriam como defesa. Nem mesmo a donzela, em toda a sua beleza feminina, poderia salvar a própria vida! E nem pessoas encanecidas pelo peso da idade seriam alvo de misericórdia.

32.26

Por todos os cantos os espalharei. O golpe final de todas as desgraças que atingiriam os filhos de Israel seriam os cativeiros. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Cativeiro (Cativeiros)*. O que porventura sobrou de Israel foi humilhado e escravizado. Todas as famílias foram divididas, e a maioria dos membros dessas famílias havia perecido.

Cantos. Por onde quer que corressem, a fim de se esconderem, seriam descobertos. Os filhos de Israel seriam dispersos de tal maneira que não haveria país onde eles não pudessem ser encontrados. Contudo, alguns estudiosos pensam que temos aqui uma expressão metafórica, como se quisesse dizer: "Eu os encantoarei, empurrando-os para os cantos, para os lugares ocultos, para qualquer lugar onde pudessem encontrar refúgio, mas por onde quer que fossem, seriam perseguidos e mortos".

Desapareceria toda a memória dos filhos de Israel dispersos, tal como sucedeu aos amalequitas, aos moabitas, aos midianitas, aos edomitas, aos caldeus e a outras nações antigas, que não mais existem, de tal modo que agora só são conhecidos nos livros. "Se Israel foi poupado no exílio, isso não se deveu a nenhum mérito deles mesmos" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

32.27

A nossa mão tem prevalecido. Assim diriam as nações, referindo-se ao que acontecera ao povo de Israel. Tais palavras seriam inspiradas pela soberba. Não fora por isso, Deus teria permitido a extinção da nação de Israel. Para evitar tal coisa, Deus não permitiria que as nações pagãs tivessem motivo para jactar-se do que tinham feito contra o alegado povo de Deus. Deus, pois, não permitiria essa vitória final do inimigo. Deus permitiria que os israelitas fossem severamente punidos, mas não totalmente destruídos.

Os *inimigos de Israel diriam:* "Nós efetuamos essa destruição. Não foi o Deus de Israel que fez isso". Yahweh, pois, jamais permitiria que os gentios se jactassem dessa maneira. O julgamento era de Deus, e as nações gentílicas tinham sido apenas instrumentos do castigo divino. Mas o plano de Deus era que Israel sobreviveria e seria restaurado, algum dia futuro. Aquilo que Deus faz, fá-lo para cumprir os Seus próprios propósitos, e não a fim de agradar a nações desobedientes. Israel seria poupado no exílio, mas isso não por causa de seus próprios méritos.

"Tito, ao tomar Jerusalém, ficou tão impressionado diante da capacidade de resistência da cidade que reconheceu que, se Deus não a tivesse entregue em suas mãos, os exércitos romanos jamais a teriam conquistado" (Adam Clark, *in loc.*).

32.28

Meu povo é gente falta de conselhos. Israel conseguiu ignorar a *gloriosa história* que Yahweh estava produzindo. Também tinha preferido não aprender as lições que a história tinha para ensinar-lhes. E nem os julgamentos divinos preliminares exerceram algum efeito de dissuasão. Eles formavam uma nação *destituída de entendimento*. O sexto versículo deste capítulo ilustra essa falta de entendimento por parte de um povo *insensato*. Israel, imitando as nações pagãs, adotou também a ignorância pagã, tornando-se um povo igual aos descritos no primeiro capítulo da epístola aos Romanos, que haveriam de sentir o peso da mão castigadora de Deus. "Deus, prevendo toda a insensatez, falta de conselho e de compreensão... preservou um remanescente dos judeus como uma admoestação permanente para eles" (John Gill, *in loc.*). E o próprio remanescente vivo seria um opróbrio, porquanto os sobreviventes diriam: "Vede a qual estado lamentável a nossa insensatez nos levou". Não obstante, o pequeno número de sobreviventes também teria uma mensagem positiva: "Deus nos poupou e nos preservou como uma nação, não permitindo que as não-nações triunfassem afinal". E assim, finalmente, os israelitas começariam a ter alguma compreensão do que a história deles tencionava ensinar.

32.29

Oxalá fossem eles sábios! O poeta sacro desejava que Israel tivesse *sabedoria*, a fim de que considerassem o que, finalmente, lhes sucederia, ou seja, qual seria o *fim* deles. Essa expressão tem sido de várias formas, interpretada, a saber:

1. A *sabedoria* haveria de ajudá-los a evitar os *cativeiros* e a destruição resultante.
2. Ou então esse *fim* seria a restauração, pois entenderiam que a grande graça de Deus ainda haveria de restaurá-los, apesar de toda a sua rebeldia, ajudando-os a arrepender-se, em consonância com o sentimento expresso em Romanos 2.4: "Ou desprezas a riqueza da sua bondade, e tolerância, e longanimidade, ignorando que a bondade de Deus é que te conduz ao arrependimento?".
3. Alguns vêem nisso uma *promessa messiânica*, ou seja, a restauração de Israel na era do reino, em harmonia com a predição profética de Romanos 11.26,27.
4. Outra maneira de ver aqui uma *promessa messiânica* é pensar nos dias de Jesus, o Cristo, o Filho de Abraão, que surgiria em cena através da nação de Israel — um grande privilégio, sem dúvida. Assim, se os filhos de Israel tivessem sabedoria para perceber a sua *distinção* (Deu. 26.19), então haveriam de conduzir-se de maneira piedosa.

Na verdade, a referência é um tanto vaga. Mas se considerarmos o seu contexto, provavelmente a primeira dessas quatro posições é aquela que o autor sagrado tinha em mente. Isso posto, parece que John Deere (*in loc.*) estava com a razão, ao dizer: "... o fim catastrófico ao qual a rebeldia deles os estava levando". O livre-arbítrio de Israel, se agisse escudado na sabedoria, poderia ter evitado tudo isso. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Livre-arbítrio*.

32.30,31

A rocha deles não é como a nossa Rocha. Esse "deles" aponta para os inimigos de Israel. Embora Israel tivesse forças armadas inferiores, ainda assim, visto que contavam com a proteção de Yahweh, um israelita seria capaz de perseguir a mil, e dois israelitas seriam capazes de pôr em fuga a dez mil.

Nossa Rocha. Ver as notas em Deu. 32.4 quanto a esse nome divino. Os possíveis invasores pagãos tinham lá as sua "rochas", ou deuses, mas em nada se comparavam com o Todo-poderoso. Todos os povos antigos que entraram em contato com os israelitas, enquanto eles usufruíam as bênçãos divinas, tiveram de reconhecer que o poder irresistível de Israel residia em Yahweh, que estava com eles (ver Êxo. 14.25 e Núm. 23.8-12). E neste ponto, o cântico de Moisés também reconhece esse fato.

32.32

Porque a **sua vinha.** Está em pauta a vinha dos filhos de Israel. Para os antigos povos do Oriente Próximo e Médio, a vinha era um símbolo de prosperidade material e de alegria. Assim, em Israel, o vinho, fabricado a partir das uvas, fazia parte integrante da vida diária dos hebreus, pelo que em todas as terras de plantio a vinha se fazia presente. No entanto, a vinha cultivada pelos hebreus era como a vinha dos sodomitas, que os levara à completa destruição. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Fruto*, quanto a uma metáfora agrícola, e cf. Gál. 5.19-22. Cf. Osé. 10.1: "Israel é vide luxuriante". Mas logo em seguida o profeta indica que a grande produtividade da vida de Israel consistia na multiplicação dos objetos de idolatria. O vinho de Israel era azedo e venenoso, e seus frutos eram mortíferos.

A maioria dos intérpretes pensa, contudo, que a vinha representa os *inimigos de Israel*, e que Yahweh fez Israel sorver de seu vinho, produzido à base de suas uvas venenosas. Israel entrou em uma terra que manava leite e mel (ver as notas a respeito em Êxo. 3.8; Núm. 13.27; Deu. 6.3), mas acabou bebendo o vinho estonteador da idolatria de seus inimigos, um vinho venenoso, que levou à destruição da antiga nação hebréia.

É evidente que o autor sagrado misturou um pouco as suas metáforas, fazendo as uvas dos inimigos de Israel tornar-se o veneno de serpentes. Sodoma e Gomorra, externamente, eram belas cidades; mas a sua população vivia contaminada por pecados abomináveis. Israel, pois, preferiria imitar essas cidades da campina, em lugar de desfrutar a terra que manava lei e mel.

32.33

Seu vinho é ardente veneno de répteis. Este versículo desenvolve um pouco mais a metáfora do versículo anterior. As uvas infundiam alegria aos povos, mas as uvas de Sodoma, que Israel preferiria beber, eram amargosas e venenosas, tanto quanto a peçonha de répteis. Israel, pois, poderia desfrutar alegria, mas teria preferido uma profunda tristeza. As uvas de Sodoma pareciam atrativas pelo lado de fora, mas ao serem abertas estavam cheias de um *líquido venenoso*, como se tivesse sido extraído de serpentes venenosas.

Alguns intérpretes vêem na palavra "répteis" uma alusão a *dragões* terrestres ou marítimos. Plínio asseverou que esses animais não eram peçonhentos (ver *Hist. Natural* 1.10, cap. 72), mas outros antigos temiam esses animais mitológicos, por causa de suas mordidas venenosas, e chegavam até a recomendar antídotos contra a peçonha inoculada (ver Aristóteles, *Hist. Animal*, 1.8, cap. 4).

O autor do livro de Deuteronômio sem dúvida não se preocupava nem um pouco com dragões, a menos que os considerasse símbolos de alguma coisa maligna, a fim de dar maior vigor à sua advertência. O termo "víboras", usado no fim deste versículo é um paralelo de "répteis". O mais certo é que devemos pensar em diferentes espécies de serpentes venenosas. O termo hebraico correspondente, neste caso, é *tanniym*, e usualmente refere-se a algum tipo de animal marítimo, como a serpente do mar. E outros chegam a pensar na baleia. Mas "serpente" é a tradução mais equilibrada.

32.34

Não está isto guardado comigo...? O autor sacro referiu-se ao líquido venenoso das uvas cultivadas em Sodoma como se fosse um tesouro maligno e fatal, algo *guardado* para que Israel bebesse em algum dia futuro. Os vinhos de melhor qualidade são depositados em tonéis nas adegas, por muito tempo, sendo ali guardados como verdadeiros tesouros. Assim também, o vinho de Israel estava guardado, maturando, embora fosse um vinho venenoso e mortífero. "O fruto mau do inimigo, agente de Deus, não estava esquecido; antes, estava guardado nas adegas de Deus" (G. Ernest Wright, *in loc.*). Temos aí uma maneira irônica de o poeta expressar-se, mas o bandear-se de Israel era igualmente um ato absurdo.

Alguns intérpretes pensam que as palavras deste versículo devem ser *conectadas com o versículo seguinte, e não com o versículo anterior*. Nesse caso, o sentido é que aquilo que viesse a acontecer ao povo de Israel estava predestinado e guardado na casa do tesouro de Deus dos acontecimentos potenciais. Algum dia, os israelitas desobedientes teriam de abrir as adegas do vinho que tivessem cultivado com suas más ações, recebendo assim a sorte que haviam plantado e cultivado com tanto empenho.

Os Targuns interpretam as más obras como representações simbólicas dos castigos divinos, levados a efeito pelos adversários de Israel, obras essas que estavam entesouradas, aguardando somente o dia próprio em que seriam derramadas sobre a cabeça dos filhos de Israel.

"A justiça divina, por assim dizer, estava sendo guardada para vingar o desvio de Israel, que desobedeceria ao pacto divino; mas o *tempo* e a *maneira* em que isso aconteceria estavam entesourados por Deus, conhecidos somente por Ele" (Adam Clark, *in loc.*).

32.35

A mim me pertence a vingança, a retribuição. Yahweh, a própria fonte da vida, também é a fonte de juízos severos, que devem sobrevir aos ímpios e desobedientes. Neste versículo, pois, os juízos divinos são encarados como se fossem uma "vingança" divina, como uma "retribuição". Mas em muitas passagens das Escrituras, o castigo divino também é visto como remedial, e não apenas retributivo, pois será mediante terríveis castigos que Deus levará Israel, finalmente, à restauração. Todos os julgamentos de Deus têm uma função restauradora. Ver esse conceito no *Novo Testamento Interpretado*, em I Pedro 4.6.

O povo de Israel imaginava tolamente que estava seguro e em terreno firme, apesar de sua negligência em obedecer ao Senhor. Mas aproximava-se rapidamente o dia em que seu pé escorregaria, e a nação sofreria uma *queda* terrível e *fatal*.

Quando resvalar o seu pé. Embora tenhamos no parágrafo anterior a interpretação mais comum dessas palavras, há intérpretes que pensam estar em foco os adversários de Israel. "O seu pé... as referências são aos inimigos de Israel, os quais serão condenados" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre este versículo).

Que Deus haverá de vingar-se dos inimigos de Israel, é um sentimento por muitas vezes reiterado nas Escrituras. Cf. Eze.5.13 e Isa. 1.25, onde encontramos sentimentos similares.

Paulo tomou por empréstimo parte deste versículo, citando-o em Romanos 12.19 para frisar o ensino bíblico que a vingança pertence inteiramente a Deus, e não ao homem, excetuando, naturalmente, os casos que envolvem as instituições *legalmente constituídas que agem como representantes de Deus para castigo dos* malfeitores, segundo aprendemos no capítulo 13 de Romanos. G. Ernest Wright salientou que o termo hebraico aqui traduzido por "vingança" também pode significar "salvar" (ver Isaías 6.12). Assim sendo, nos juízos divinos há aspectos tanto de *retribuição quanto de salvação, o que corresponde ao ensino bíblico expresso* claramente em vários trechos. Ver também Hebreus 10.30, onde este versículo também é citado. Além disso, a vingança envolve o julgamento divino contra os opressores, em vindicação favorável aos oprimidos, segundo se aprende no versículo seguinte.

"A vingança cabe exclusivamente à Pessoa divina, e não a alguma divindade pagã chamada Sorte ou Vingança (ver Atos 28.4); e, por igual modo, essa capacidade não pertence a Satanás e a seus anjos maus nem a um indivíduo particular" (John Gill, *in loc.*).

32.36

Porque o Senhor fará justiça ao seu povo. Este versículo combina a retribuição e a graça divina que o vocábulo hebraico dá a entender. O juízo divino será severo; porém, uma vez efetuado o seu trabalho, o mesmo juízo provocará ternos sentimentos da parte de Yahweh, pelo que Ele correrá em auxílio de Seu povo ferido. Ambos os atos são necessários para curar indivíduos rebeldes.

Alguns intérpretes enxergam o juízo de Deus contra os inimigos de Israel, no versículo 35; e a restauração de Israel (depois de também ter sido julgada), no presente versículo.

> *Quando a ajuda alheia falha, e o consolo foge,*
> *Ajudador dos impotentes, ó fica comigo.*
>
> (H. F. Lyth)

Se no vs. 35 está mesmo em pauta o julgamento que sobrevirá aos inimigos de Israel, então a tradução "o Senhor fará justiça ao seu povo", conforme diz a nossa versão portuguesa. Todavia, há traduções que dizem aqui "o Senhor julgará o seu povo". Nesse último caso, Israel é visto como objeto tanto do julgamento quanto da misericórdia do Senhor.

32.37

Onde estão os seus deuses? Este versículo sem dúvida aponta para a admiração dos israelitas, uma vez restaurados, ao ponderarem a sorte final dos pagãos, com suas divindades falsas. Os pagãos tinham querido imitar a Rocha de Israel (ver Deu. 32.4). Mas essas falsas divindades de nada tinham adiantado, chegado o momento da crise. Todo julgamento contra os inimigos de Israel, pois, é visto como proveniente da Rocha de Israel, porquanto Nele reside todo o poder de tirar vingança (ver o versículo 35 deste capítulo). Por outro lado, Israel, por haver apelado para os deuses falsos dos pagãos, igualmente teria sido julgado por causa desse pecado. Isso posto, esta passagem, do começo ao fim, admite um sentido duplo. Ver o versículo 17 deste capítulo. Alguns intérpretes incluem aqui o ensino dos Targuns, que pensam que estão em foco, neste versículo, uma expressão de admiração dos pagãos, em zombaria contra Israel, quando o povo de Deus estivesse sendo castigado por seus adversários, em vez de atribuírem tal ato a Deus.

32.38

Levantem-se eles e vos ajudem. De conformidade com a interpretação, temos aqui um motejo da parte dos israelitas, a respeito de seus adversários, ou vice-versa, dos pagãos a respeito do povo de Israel. No primeiro caso, devemos pensar aqui que os pagãos teriam imitado o culto de Israel, com seus holocaustos, com a gordura dos animais abatidos e com as libações (os pagãos costumavam misturar vinho com sangue, nessas libações). Em outras palavras, os pagãos fariam tudo quanto era mister no culto religioso; porém, chegado o momento da crise, as divindades pagãs nada conseguiriam fazer para livrar seus adoradores. Cf. Juí. 10.14, onde há uma declaração parecida. No caso em que pagãos estivessem zombando de Israel por não ter podido livrar-se de seus adversários, então cabe aqui o comentário de Jack S. Deere (*in loc.*): "Com ironia, Moisés convocou Israel para pedir ajuda de seus falsos deuses, sabendo, naturalmente, que as falsas divindades nada poderiam fazer para ajudar os israelitas".

32.39

Eu sou, Eu somente, e mais nenhum Deus além de mim. Neste passo bíblico, Yahweh declara que só existe um Deus, não havendo além Dele nenhum Deus, nem igual nem inferior a Ele. Incidentalmente, isso derruba por terra as afirmações das chamadas Testemunhas de Jeová, as quais, não querendo reconhecer a deidade plena do Senhor Jesus Cristo, vêem-se forçadas a postular dois deuses: um superior, o Pai, e outro inferior, o Filho. Porém, visto que não existem dois deuses, mas um só, ou Jesus Cristo é o verdadeiro Deus, ou não é Deus coisa nenhuma. Mas que Ele é Deus e que se declarou como tal é indiscutível. Isso transparece, para exemplificar, em uma passagem joanina: "Por isso, pois, os judeus ainda mais procuravam matá-lo, porque não somente violava o sábado, mas também dizia que Deus era seu próprio Pai, fazendo-se igual a Deus" (João 5.18).

Este versículo encerra uma das mais enfáticas declarações de monoteísmo (ver a respeito no *Dicionário*). E, por implicação, também encerra uma forte declaração contra qualquer forma de *idolatria* (ver a respeito no *Dicionário*). O monoteísmo, conforme veio a ser finalmente desenvolvido no Novo Testamento, mas sempre com bases sólidas no Antigo Testamento, indica que Deus é uma unidade coletiva (no hebraico, *echad*), ou seja, a deidade poderia ser comparada a qualquer unidade coletiva, como um "exército", um "povo", uma "igreja", onde a unidade não exclui a individualidade de cada membro da coletividade. Assim, a *humanidade* é uma só, embora composta de todos os seres humanos que já viveram, estão vivos ou ainda viverão. E a *deidade* também é uma só, embora composta de Pai, Filho e Espírito Santo. Podemos dizer que essa revelação do Novo Testamento é a grande característica da revelação dada pelo Novo Pacto, acerca do Ser divino. O Senhor nos deu o nome inteiro de Deus.

Sendo Ele o único Deus, Ele é quem inflige dores e as sara entre o Seu povo. Ele mata e Ele vivifica, em consonância com a necessidade do caso; mas sempre tendo em mira a restauração eventual dos disciplinados. De outra sorte, Ele não seria o Deus de Amor (ver I João 4.8).

O julgamento é um dedo da amorosa mão de Deus. De fato, esse juízo é *sinônimo* do amor. Temos aí uma profunda verdade espiritual, que a maioria dos religiosos ainda não chegou a compreender. O julgamento divino é severo apenas o bastante para efetuar a *restauração* daquele que estiver sendo disciplinado. Portanto, que venha o julgamento divino!

As Obras de Deus São Incansáveis. Ninguém pode deter a mão de Deus, quando o Senhor resolve punir a um homem. Mas isso também é um fator positivo. Platão declarou que a pior coisa que pode acontecer a uma pessoa é ela fazer algo de errado, mas não sofrer por esse motivo. Se prevalecer a impunidade, a alma se corrompe.

Ele é o Eu Sou Imutável. Ver as notas em Êxo. 3.14 e o artigo no *Dicionário, Eu Sou de Deus.*

32.40

Levanto a minha mão aos céus. Ver o gesto do juramento anotado em Gên. 14.22; Êxo. 6.8; Nee. 9.15; Sal. 106.26 e Ez. 20.5. O *juramento* divino é invencível e imutável. Yahweh fez o juramento por sua própria vida como o Deus verdadeiro, Todo-Poderoso e eterno. Sua vida e seu poder garantem a realização do decreto. O *julgamento* dos inimigos de Israel será sangrento e merecido. A vida de Deus é *necessária* e *independente;* a vida de todos os outros seres é transitória e dependente. Somente Deus não pode não existir. Os inimigos de Israel sendo destruídos, a nação se levantará como o cabeça das nações, na sua restauração dos últimos dias.

Compare-se este versículo com Apo. 10.1-5; Jer. 4.2 e Núm. 14.21,28. Os anjos juram pelo único Deus vivo: "...jurou por aquele que vive pelos séculos dos séculos".

32.41

... minha espada reluzente... O autor ilustra o ataque da ira de Yahweh, empregando uma metáfora militar. A espada do Senhor, atacando como relâmpago, lampeja a cada golpe. A figura fala de poder, rapidez, irresistibilidade e fatalidade. A *mão* poderosa do Senhor controla a matança sangrenta, manipulando os instrumentos de destruição. Ver *mão* de Yahweh, em Deu. 9.26, e Salmo 81.14. Ver *mão direita*, em Sal. 20.6, e *braço* , em Sal. 77.15; 89.10 e 98.1.

Compare-se este versículo com a espada de justiça que procede da boca de Cristo, Apo. 19.15,21: sua palavra é toda-poderosa e nivela tudo. O Senhor executa os inimigos de Israel: Ez. 14.21; II Tes. 2.8; Apo. 13.10; 15.1; 17.8; 18;8; 19.5,20,21.

Meus olhos têm visto a glória da vinda do Senhor;
Está pisando a vindima onde as uvas de ira estão estocadas;
Soltou o relâmpago temível de sua espada rápida e terrível;
Sua verdade continua marchando.

(Julia Ward Howe)

32.42

As armas de Yahweh, suas flechas e espada, liquidam os inimigos de Israel, facilmente. A destruição vem súbita e irremediavelmente. O Império Assírio caiu em um único dia. O Império Babilônico, outrora tão poderoso e cruel, terminou subitamente. Ver *flechas* de Yahweh no vs. 23, e sua *espada,* nos vss. 25 e 41. Compare-se este versículo com Isa. caps. 59 e 63, onde existem descrições semelhantes da ira de Deus.

Metáforas Misturadas. O poeta mistura suas metáforas fazendo as flechas se embriagarem bebendo o sangue do inimigo. Daí, a espada, como um animal feroz, *devora* os homens. Compare-se com Isa. 66.16. O julgamento começa pela casa do Senhor, mas não termina ali (Ez. 9.6). Ver *espada sangrenta* anotada em Isa. 34.5.

Cabeças cabeludas do inimigo assim trazem a RSV e a Atualizada. Os golpes da matança começaram aplicando ferimentos pesados na cabeça. Os soldados tinham cabelo longo, como a maioria dos homens do Oriente Próximo antigo, menos, naturalmente, os egípcios, que tinham algum sentimento contra cabelo. Adam Clarke, *in loc.*, diz "cabeças nuas", isto é, *sem capacetes,* pois haviam sido destruídos pelos golpes pesados, que deixaram as cabeças dos soldados sem proteção. O Targum (comentário dos rabinos) e a Septuaginta trazem: os "poderosos" (os generais) do exército do inimigo caíram primeiro, facilitando o prosseguimento da matança. O hebraico do versículo não é muito claro.

32.43

Os Resultados da Vitória de Yahweh:

1. Homens justos e piedosos regozijar-se-ão vendo a ira de Deus justificando Israel e vingando seus inimigos.

2. A devastação dos inimigos de Israel preparará o palco para aquela nação subir como o cabeça das nações, cumprindo a profecia de Rom. 11.26.

3. Todas as nações louvarão Yahweh, primeiro, porque ele terá feito bem em julgar, e segundo, porque seus julgamentos sempre têm um efeito restaurador. As nações terminarão louvando Yahweh, como o Israel o faz, tornando-se uma comunidade internacional restaurada pela graça de Deus.

4. Haverá expiação. Atos de vingança, julgamento e misericórdia andam de mãos dadas, produzindo expiação dos pecados dos judeus para que recebessem o favor divino. Todos os instrumentos das operações de Deus devem ser louvados. *Expiação*, no hebraico, *kipper*, é uma palavra do sistema de sacrifícios. A culpa de Israel será expiada pelo *julgamento* que passará golpes divinos diretos e indiretos (através dos ataques de nações vizinhas). Julgamento e misericórdia são co-participantes da expiação, sendo que todos os julgamentos de Deus são remediais, não meramente retributivos. Ver *Expiação*, no *Dicionário.* Em pauta, aqui, não está a salvação da alma, uma doutrina que entrou no judaísmo em data posterior, mas, sim, o favor divino sobre Israel na sua terra e na sua restauração terrestre. Os *pecados nacionais* serão "cobertos", para que a bênção de Yahweh possa fluir.

5. Alguns intérpretes vêem, aqui, uma profecia messiânica que se aplicará ao Israel dos últimos dias. Compare-se com Rom. 11.26,27:

... todo o Israel será salvo como está escrito:
Virá de Sião o Libertador; ele apartará de
Jacó as impiedades...

Comentário Editorial (32.44-47)

32.44

Os vss. 44-47 parecem ser um comentário editorial para fornecer uma conclusão apropriada ao poema. Comparem-se com 31.16-22,28,29. Alguns críticos supõem que 31.16-22 e 32.44 formem uma unidade e 31.28-29 e 32.45-47, outra. Neste caso, um redator perturbou a ordem original do texto. A *Oxford Annotated Bible* faz o vs. 44 concluir 31.16-29. De qualquer maneira, a *Canção de Moisés* (32.1-43) terminou no vs. 43, e o que se segue é mero comentário.

Vs. 44. Moisés escreveu a *Canção* e a entregou para todos em Israel, mas especialmente a Josué, seu sucessor. Apresentou na Canção muitas instruções, avisos, ameaças, mas também, muitas promessas. As palavras foram pronunciadas no Tabernáculo ou para cada tribo individualmente. Certamente, a mensagem foi efetivamente comunicada, qualquer que fosse o *modus operandi* da comunicação.

Josué. A palavra hebraica é *Hoshea*, empregada aqui, como também em Núm. 13.16. Ver a discussão sobre o nome nesse versículo. Ver também o artigo *Josué*, no *Dicionário*, onde há uma explicação dos *dois* nomes do homem.

32.45

A instrução vital é apresentada em forma poética. A poesia era um instrumento de comunicação e instrução entre alguns povos da antiguidade. Ver a introdução ao cap. 32. Moisés confiou na sua *Canção* para impressionar o coração do povo. Este versículo destaca a importância do *Ensino* (ver no *Dicionário*).

32.46

Tanto os ouvintes daquele tempo, como os seus descendentes, deviam prestar atenção às instruções para obedecê-las, *agindo* de acordo com as *exigências* da lei. O tema de *Obediência* é o mais repetido do livro. Obedecer significou *viver* (Deu. 4.1; 5.33; 6.2); desobedecer significou morrer (Deu. 11.27,28; 13.4; 21.18,20; 27.10; 28.62; 30.3,8.20). Ver a exigência de *observar* os ensinamentos e mandamentos em: 5.32; 6.3,25; 8.1; 11.32; 12.1,28,32; 15.6; 16.1, 12,13; 17.10; 24.8; 28.1,13,15,58; 32.36. Ver o artigo detalhado *Obediência*, no *Dicionário*. Ver, também, *Educação* e *Ensino*, na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*. Compare-se este versículo com Ez. 40.4.

32.47

Obedecer é viver; o tema se repete neste versículo. O judaísmo posterior aplicou tais ensinamentos à vida eterna, a salvação da alma além do sepulcro, mas a aplicação no Pentateuco é à vida terrestre, uma vida física longa e próspera na Terra Prometida, como o presente versículo afirma:

> *... por essa mesma palavra prolongareis os dias*
> *na terra a qual, passando o Jordão, ides a possuir.*

A alma imaterial e sua salvação começaram a entrar no Antigo Testamento nos Salmos e Profetas. Estas doutrinas foram mais desenvolvidas nos livros apócrifos e pseudepígrafos e, ainda mais, no Novo Testamento. Obviamente, esses ensinos fizeram parte de outros sistemas de teologia e filosofia, muitos séculos antes de sua entrada no judaísmo. De qualquer maneira, no judaísmo posterior, a *fonte* da vida eterna tornou-se em *obediência* à lei de Moisés. O Apóstolo Paulo viu futilidade nesse conceito (Gál. 3.21) e correu para Cristo e seu Evangelho pleno de graça e fé. Mesmo assim, as diversas denominações cristãs continuam discutindo a teologia envolvida, à moda de Atos cap. 15.

"...sua existência, prosperidade e longevidade (compare-se com 5.16; 6.2; 11.9; 25.15) dependeram da sua obediência aos mandamentos de Deus" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Moisés Vê a Terra Prometida (32.48-52)

Os vss. 48-52 relatam outro aviso que Yahweh deu a Moisés sobre sua morte iminente. Parece que este trecho foi emprestado de Núm. 27.12-14, com uma leve expansão. Os críticos afirmam que *P* foi a fonte literária. Ver *J.E.D.P.(S.)* no *Dicionário*, para as alegadas fontes do Pentateuco. Ver também Núm. 20.10-13 e Deu. 31.14 ss.

32.48-49

"Yahweh falou" é uma maneira comum que o escritor usou para introduzir novas seções no Pentateuco. Esta expressão é menos usada em Deuteronômio do que nos outros livros dessa coleção que inspirou os críticos a afirmar que Deuteronômio foi escrito por outro autor. Obviamente, eles têm outras razões para acreditar nessa tese, como está explicado no artigo sobre *J.E.D.P.(S). D* representa *Deuteronômio* como tendo sido escrito por um autor diferente. Ver as anotações, *Yahweh falou,* em Lev. 1.1 e 4.1. Esta expressão lembra a inspiração divina dos livros.

Abarim. Ver este termo no *Dicionário.* Fala de uma extensão montanhosa da qual *Nebo* era (é) um pico proeminente. *Pisga* (também no *Dicionário*) é outro nome para Nebo ou outro pico não distante. Este pico (ou picos) se Localizava perto da extremidade norte do mar Morto. Desse lugar, Moisés foi capaz de ver uma parte da Terra Prometa, na qual não pôde entrar por causa de seu *pecado.* Ver sobre esta infração em Núm. 20.12; Deu. 1.37; 3.23,26 e 4.21.

A Terra foi dada como *possessão* e *herança* para Israel, sendo que o Pacto Abraâmico (ver notas em Gên. 15.18) incluiu a promessa de um território adequado para aquele povo. Compare-se este versículo com Núm. 27.12, onde a história é apresentada. Ver também Núm. 20.10-13.

Tipologia. Moisés representou a *lei* que falou da herança, mas não podia entregá-la ao povo. *Josué* (seu sucessor) representa Cristo, que cumpriu a promessa da herança, dando acesso à Terra Prometida, oferecendo salvação no País Celestial.

32.50

O destino imediato de Moisés era a morte biológica, e como todos os outros, foi recolhido *ao seu povo.* Segundo a mentalidade cristã, isto significaria ir "para os céus" e ter uma reunião com as almas queridas já nesse lugar. Mas esta interpretação é anacrônica aqui, pertencendo a uma época bem posterior. No Pentateuco, significa simplesmente morrer e se ajuntar às multidões que já partiram. Ver "...se recolheu ao seu povo", em Gên. 25.8,17; 29.22; 35.29; 49.29,33; Núm. 20.24,26; 27.13. Compare-se com a morte de Aarão no monte *Hor,* em Núm. 20.22-29 e 33.37-39. Ver sobre esse monte, no *Dicionário.* Era (é) um pico da região montanhosa da Arábia Pétrea, localizado nos confins da Iduméia, que fazia parte da cadeia de Seir ou Edom. Josefo localizou-o perto da cidade de Petra (*Ant.* 4.4.7).

Lendas Judaicas. Certas lendas conferem a Moisés um arrebatamento como o de Elias, mas histórias piedosas de escribas posteriores raramente relatam fatos históricos.

32.51

Prevaricaste contra mim. Os eruditos não concordam sobre a natureza exata do pecado que não permitiu a Moisés entrar na Terra Prometida. Ver uma discussão detalhada do problema, em Núm. 20.12; Deu. 1.37; 3.23,26 e 4.21. Cada referência apresenta detalhes adicionais e todas juntas esclarecem o problema. A *identificação* de Moisés com a velha geração rebelde não lhe permitiu acompanhar a nova geração na sua conquista da Terra. Assim, a nossa identificação com Cristo nos leva a um destino superior. Ver *Tipologia*, no vs. 49.

A fé religiosa deve ser a preocupação principal dos homens e brincar com isto sempre traz resultados desastrosos. Aprendemos lições através de desastres e reversos, mas, freqüentemente, poderíamos ter aprendido de uma maneira mais fácil e confortável. Assim, é sempre verdadeiro que o Mat. 6.33 diz:

> *Buscai, pois, em primeiro lugar, o seu reino e a sua justiça,*
> *e todas estas coisas vos serão acrescentadas.*

32.52

Verás a terra defronte de ti, porém não entrarás nela. A oportunidade de ver (mas não a de entrar) na Terra era um tipo de prêmio de consolação para um perdedor. A posição histórica que Moisés manteve com a velha dispensação não lhe permitiu entrar na Terra como líder da nova fase da história de Israel. "Ele viu a Terra Prometida a distância e acreditou nas promessas, mas não participou delas (ver Heb. 11.13)... A terra de Canaã foi um dom de Deus a Israel, que não podia ser administrada através de Moisés, apesar de ter sido ele quem deu a lei ao povo. Josué, um tipo de Cristo, administrando uma nova vida, não obtida pelas obras da lei, cumpriu as promessas" (John Gill, *in loc.*).

Como é glorioso partir desta vida física com os olhos fixos numa vida superior de imortalidade, que se realizará nas regiões celestiais. Moisés, completando sua tarefa, terminou a sua vida física, mas ainda continua vivo nas esferas da vida sem-fim.

> *Ó, que sem um gemido demorado,*
> *Possa dar boas-vindas ao mundo que vem!*
> *Abandonando este corpo, a tarefa completa,*
> *E triunfantemente segurar a coroa eterna.*

(Russell Champlin)

Capítulo Trinta e Três

Moisés Abençoa as Tribos (33.1-29)

O primeiro versículo nos oferece uma introdução em forma de *prosa*, mas logo em seguida Moisés prorrompe de novo (tal como no capítulo 32) em um *poema* instrutivo. Era costume um pai proferir suas bênçãos sobre os filhos por ocasião de seu falecimento. Ver as bênçãos de Jacó, no capítulo 49 de Gênesis. Assim também Moisés, um dos pais de Israel, abençoou a seus filhos, que estavam prestes a lançar-se a uma parte importante e perigosa de sua carreira como nação. Moisés era o líder espiritual da nação de Israel, na qualidade de líder do êxodo e de mediador dos pactos Sinaítico e Palestino (anotados, respectivamente, no capítulo 19 de Êxodo e na introdução ao capítulo 29 de Deuteronômio).

"Levi é com freqüência omitido nas listas das tribos, no Antigo Testamento. Aqui, a tribo de Simeão, que mais tarde foi absorvida por Judá (ver Jos. 19.1-9), é que foi omitida" (Jack S. Deere, *in loc.*).

Este capítulo 33 apresenta alguns problemas de interpretação, por causa de suas expressões poéticas, de algumas palavras raras e de vários problemas textuais; mas a exposição que se segue procura extrair a verdadeira essência dos presentes versículos. Os críticos vêem nas palavras raras, em construções sintáticas incomuns e em um estilo evidentemente diferente, uma fonte informativa diferente para este capítulo, supondo que algum editor o tenha adicionado neste ponto, pois teria visto certa propriedade nisso como parte da conclusão do livro. Assim, G. Ernest Wright sugeriu que "as palavras de Moisés são apresentadas por meio de um antigo poema de autoria desconhecida". A bênção consiste em uma série de bênçãos para as várias tribos de Israel, com a exceção da tribo de Simeão (vss. 6-25). Essa bênção é introduzida através de uma confissão sobre a grandeza de Yahweh, conforme é conhecida por seus atos poderosos (vss. 2-5), e conclui (vss. 26-29) com uma declaração jubilosa de louvor a Deus, que tanto fizera em favor de Seu povo... A forma métrica dominante do poema, tal como o *cântico* do capítulo 32 é a forma *bicoion*, ou seja, uma linha com duas cláusulas paralelas, que contém três acentos ou ritmos em cada cláusula. Mas há certo número de formas *tricolon*, entretanto (vss. 2, 13 e 26). A reconstituição do poema é realmente difícil, pois é mister fazer a tentativa de recuperar a ortografia original. Se a versão inglesa Revised Standard Version representa uma grande melhoria em relação à King James Version, o leitor faria bem em examinar os detalhes no mais recente estudo a respeito, feito por Cross e Freedman.

A Introdução Prosaica (33.1)

33.1

Moisés. Sendo ele o pai espiritual de Israel (ver a introdução a este capítulo, anteriormente), ele recitou outro poema (cf. o capítulo 32). O novo poema é uma bênção proferida sobre Israel, visto que o pai da nação estava prestes a partir e, conforme era costumeiro na antiguidade, ele oferecia agora a bênção sobre seus filhos.

Onkelos chamou Moisés, neste ponto, de "profeta", dando a entender assim que a sua bênção foi um anúncio *profético*. Por igual modo, Aben Ezra observou que Moisés abençoara a Israel no espírito da profecia.

Homem de Deus. Um título que aparece pela primeira vez na Bíblia. Sua contraparte normal é outra expressão, mais familiar, "servo de Yahweh" (ver Deu. 34.5). Moisés era *homem de Deus* em face da grande missão que recebera, de tirar Israel do Egito e levá-lo em segurança até as fronteiras da Terra Prometida.

O Poema Propriamente Dito (33.2-5)

33.2

Os vss. 2-5 representam a introdução à bênção. Essa introdução consiste em uma recitação da grandeza de Yahweh, ilustrando-a através de Seus atos conhecidos, dos quais Israel tinha sido testemunha. O poema faz-nos lembrar, antes de mais nada, do aparecimento de Yahweh no Monte Sinai, onde a lei foi dada. A lei dera a Israel a sua característica distinta como nação (ver Deu. 26.19). Todos os nomes próprios que figuram neste versículo recebem artigos no *Dicionário*. Se tomarmos as palavras dos vss. 2-5 e então adicionarmos a elas as dos vss. 26-29, teremos quase uma completa composição escrita em louvor a Yahweh, que manifestou o Seu poder e a Sua graça através de uma série de atos históricos, diante dos olhos de todo o povo de Israel. Yahweh é aqui retratado como o Sol Nascente, que fez brilhar seus raios gloriosos sobre todo o Seu antigo povo, conferindo-lhe vida e bênção. Juntamente com Ele, vieram miríades do exército celestial, adorando-O e obedecendo às Suas ordens.

O fogo da lei. Ou então, conforme dizem outras traduções, "a lei de fogo", visto que a lei foi dada em meio a fogo e fumaça, a relâmpagos e terror. Ver Êxo. 19.16-19; 24.15-18 e Deu. 5.26.

O poema pressupõe que os hebreus já estivessem residindo na Terra Prometida, o que os eruditos conservadores chamam de visão profética, ao passo que os críticos preferem pensar que o autor do poema falou de uma posição de historiador. Esses críticos datam o poema a partir do início da monarquia, embora admitam que ele contém informações antigas, que refletem condições tribais ainda em seus primórdios.

33.3

Todos os santos estão em Tua mão;
Eles se prostram aos Teus pés;
Eles cumprem as Tuas decisões.

Temos aí a reconstituição feita por Cross e Freedman, "A Bênção de Moisés", *Journal of Biblical Literature*, lxvii, 1948, págs. 191-210. A referência parece ser paralela ao segundo versículo: estão em pauta as hostes celestes, e o *povo amado* recebe os benefícios do ministério dessas hostes. Algumas traduções e intérpretes pensam que esses "santos" são os israelitas, sentados aos pés do Senhor, esperando por Suas palavras de instrução. A idéia anterior, porém, parece preferível. Muitos antigos intérpretes judeus compreendiam que Israel é o sujeito do poema. Os intérpretes modernos, por sua vez, estão divididos quanto à questão. O fato é que está em pauta o ministério dos anjos. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Anjo*. Ver Atos 7.38,53; Gál. 3.19 e Heb. 1.12, quanto ao ministério dos anjos na mediação da lei.

33.4

Moisés nos prescreveu a lei. A lei era para Israel o que o evangelho o é para a Igreja. A lei é que fazia Israel ser um povo distinto (ver Deu. 26.19 e suas notas expositivas). Se a lei fosse obedecida, ela transmitiria vida e bem-estar, conforme se vê em Deu. 4.1; 5.33 e 6.2. A lei é dada mediante uma tripla designação, segundo se vê em Deu. 6.1 e suas notas. Os estatutos, os juízos e os mandamentos da lei eram tudo que Israel precisava quanto à sua doutrina e prática diária.

A lei foi dada através de Moisés, mas a graça e a verdade vieram por meio de Jesus Cristo (ver João 1.17; 7.19,23; 8.5). O tema supremo do livro de Deuteronômio é a *obediência* à lei mosaica. Ver as notas a respeito em Deu. 32.46, onde há muitas outras referências sobre a questão.

Os vss. 4 e 5 deste capítulo são difíceis de reconstituir, pelo que muitos eruditos concordam que alguma coisa se perdeu no processo de transcrição. É por esse motivo que traduções e interpretações diferem quanto a alguns aspectos, no tocante a esses dois versículos.

A lei era uma *herança*, um legado, o código preciso da família de Abraão, uma herança que foi desenvolvida por intermédio de Moisés.

"Para que os hebreus se tornassem uma nação, era mister que houvesse um povo comum (vs. 5), uma constituição comum (vs. 4) e um território pátrio comum. O período passado no Egito moldou os descendentes de Jacó em um único povo, e a outorga da lei, no Monte Sinai, conferiu-lhes uma constituição comum" (Jack S. Deere, *in loc.*).

33.5

Seu povo amado. O original hebraico diz "Jesurum", em lugar dessas três palavras. A palavra reaparece em Deu. 33.26, onde temos, em nossa versão portuguesa, "amado". Algumas versões portuguesas, em lugar de "amado", dizem "reto" ou "justo". Yahweh era o verdadeiro rei de Israel. E os governantes, os sacerdotes e outros oficiais eram Seus subordinados e auxiliares. Este versículo celebra a organização da nação de Israel, por parte de Yahweh, antes que eles contassem com um rei que lhes conferisse unidade nacional, ou seja, durante os quarenta anos de perambulação pelo deserto. E foi durante esse período que Yahweh lhes deu a constituição, a saber, a *lei* (ver o versículo quarto). Israel já se tinha tornado uma nação, sob a liderança do rei Yahweh, como medida preparatória para a conquista da Terra Prometida como nação. Foi assim que, pouco a pouco, as provisões e promessas do Pacto Abraâmico (ver as notas a respeito em Gên. 15.18) foram sendo cumpridas.

O trecho de I Samuel 8.7 observa que a nomeação de um rei humano — no caso, Saul — foi uma rejeição ao reinado de Yahweh.

A Bênção de Rúben (33.6)

33.6

Viva Rúben, e não morra. Neste sexto versículo, começam as bênçãos específicas sobre as tribos. O pai espiritual de Israel, Moisés, proferiu essas bênçãos, porquanto estava prestes a partir deste mundo, deixando para trás os

seus filhos. A bênção paterna, pois, começa aqui a ser proferida. Fazia parte das crenças antigas que essas bênçãos eram proféticas, e aquilo que fosse dito envolvia um poder especial, que faria a bênção tornar-se realidade, no futuro. Ver Gên. 27.4 e suas notas quanto ao alegado poder das palavras finais de um homem moribundo, constituíssem elas uma bênção ou uma maldição. Ofereço ali várias referências que ilustram a questão.

A bênção dada a Rúben envolvia a vida. O número dos membros dessa tribo diminuiu dramaticamente, e, aí pelo século X A.C., estava essencialmente extinta. Jacó havia advertido que a tribo de Rúben não seria "a mais excelente" (ver Gên. 49.4). Isso por ter violentado Bila, uma das quatro mulheres de Jacó. Ver Gên. 35.22 quanto ao incidente. Alguns tradutores e intérpretes traduzem este versículo como: "Que o seu número seja pequeno", como se a maldição persistisse e até aumentasse de intensidade; mas não é assim que pensa a maioria dos intérpretes. John Gill (*in loc.*) informa-nos que o texto hebraico do versículo pode ser traduzido dessa maneira alternativa. E, se isso é verdade, talvez tenhamos aqui uma maldição, e não uma bênção.

Rashi oferecia uma interpretação metafórica: "Que ele viva neste mundo e não morra no outro mundo", e isso apesar de seus erros. Rúben não foi cortado, mas foi deserdado (ver I Crô. 5.1).

A Bênção de Judá (33.7)

33.7

Ouve, ó Senhor, a voz de Judá. Yahweh haveria de ouvir as orações de Judá, não permitindo que seus inimigos o destruíssem, apesar de tempos de crise e de aflição. Os críticos atribuem esse pedido como um reflexo das aflições que Judá sofreu sob os filisteus, no século XI A. C.

A solicitação é no sentido de que as orações de Judá tivessem uma eficácia especial diante de Yahweh. Rashi forneceu uma lista das muitas orações feitas pelos descendentes de Judá, e como Yahweh as ouvia e lhes respondia: as orações de Davi e Salomão; as orações de Asa e Josafá; as orações de Ezequias; as orações de Manassés e de Neemias. Todas essas orações foram "a voz de Judá".

Também é extremamente significativo que Jesus, o Cristo, veio da tribo de Judá, sendo Ele o instrumento escolhido para a redenção e a restauração universais. Ademais, *somente Judá* sobreviveu aos cativeiros assírio, babilônico e romano. Os judeus atuais são descendentes da tribo de Judá, com algumas raras exceções. Nas sinagogas, os judeus consideram-se descendentes de Judá, ou de Benjamim ou de Levi, nos casos em que sabem pertencer a uma dessas três tribos. Os descendentes das outras tribos dizem apenas que são descendentes de "Israel", o que significa que não sabem determinar de qual tribo descendem. Este tradutor é descendente de Judá. O nome original de minha família ancestral era Ruah, "vento". Mais tarde, o nome da família se tornou Ruah-Bentes. E, finalmente, Bentes.

"Judá significa profissão, confissão, louvor etc. Essa tribo era formada por gente dedicada à oração e ao louvor, conforme devem ser todos os seres humanos piedosos" (John Gill, *in loc.*).

Peleja por ele. Nossa versão portuguesa, seguindo a Revised Standard Version, apela para que as mãos de Yahweh lutassem por Judá. Há traduções que dão a entender que as mãos seriam da própria tribo de Judá. No primeiro caso, isso quer dizer que Deus protegeria de forma especial os judaítas, em tempos de tensão e dificuldades. No segundo caso, isso significa que os judaítas seriam suficientes para se defenderem de seus inimigos. "Essa benção diz, essencialmente, que Judá obteria sucesso militar, com a ajuda de Deus" (Jack S. Deere, *in loc.*).

A Bênção de Levi (33.8-11)

33.8

No *Dicionário* há artigos sobre todos os nomes próprios que figuram neste versículo. Ver também o verbete intitulado *Urim e Tumim*. Há muitas opiniões sobre o que seriam esses objetos, e qual tipo de *adivinhação* (ver a respeito no *Dicionário*) estaria envolvido. O mais provável é que fossem dados ou pedrinhas sagradas, lançadas para determinar questões. De acordo com outros eruditos, seriam pedras polidas usadas para provocar um reflexo luminoso que ajudava o sumo sacerdote a entrar em transe, colhendo então impressões psíquicas e espirituais. Essas pedras eram transportadas na estola sacerdotal do sumo sacerdote. Ver Êxo. 28.30; Lev. 8.8; I Sam. 14.41,42; 23.6-13. Quanto a *Massá* e *Meribá*, ver Deu. 6.16; 9.22 e 32.51. Foi naquele lugar que o povo de Israel se rebelou, mas coisa alguma é dita, na narrativa de Êxo. 17.1-7, acerca de como os homens da tribo de Levi demonstraram ali a sua lealdade a Yahweh, contrastando com as demais tribos.

A referência é obscura, e a ortografia e a métrica dos vss. 8-10 diferem do resto do poema, impedindo assim um elevado grau de precisão na interpretação das linhas. Este versículo parece fornecer-nos uma razão que levou a tribo de Levi a ser favorecida como a tribo sacerdotal: essa tribo foi fiel quando as outras se rebelaram. Ver a aplicação desses versículos, feita por Paulo, em I Cor. 10.8-12. "Ao que parece, o sacerdócio levítico teve origem em Cades, ou seja, em Massá e Meribá (Êxo. 17.1-7; Núm. 20.2-13)" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre este versículo).

33.9

Pois guardou a tua palavra. Este versículo tem recebido várias interpretações, a saber:

1. Levi era a tribo que julgava as demais tribos. Como juízes, eles se mostraram sempre imparciais, não favorecendo nem pai, nem mãe, nem filhos, mas sempre dando decisões justas. Isso ocorreu, pela primeira vez, no caso do bezerro de ouro, quando a tribo de Levi permaneceu fiel ao Senhor (ver Êxo. 32.25-29). Eles administravam corretamente o juízo de Deus.
2. Eles mostravam uma lealdade especial ao pacto, sem levar em conta os desejos ou as extravagâncias das demais tribos.
3. Os sacerdotes não se contaminavam no tocante aos requisitos da lei mosaica que requeriam purificação cerimonial, como na questão de não poderem tocar em cadáveres (ver Lev. 21.11).
4. Eles eram totalmente consagrados ao serviço que prestavam (ver Lev. 10.2-7). Eles contrastavam com os membros das demais tribos, que chegaram a hesitar em diversas oportunidades. Quanto a isso, prefiguravam Cristo, o nosso Sumo Sacerdote eterno.

Mas *este versículo* acrescenta mais uma razão para os levitas terem sido escolhidos como a tribo sacerdotal: eles observavam todas as palavras de Yahweh e guardavam o pacto com Ele. Em outras palavras, acima de todas as demais tribos de Israel, eles se deixaram envolver na lei e nos preceitos de Yahweh, demonstrando grande grau de fidelidade e dedicação.

Foi por isso mesmo que essa tribo não recebeu nenhuma herança material, sob a forma de território, mas o *próprio Yahweh* tornou-se a herança deles, de uma maneira como as outras tribos não tinham. Quanto a esse conceito, ver Deu. 10.9. A tribo de Levi seria uma tribo especialmente religiosa e espiritual.

33.10

Ensinou os teus juízos a Jacó. Quando os levitas se tornaram uma casta sacerdotal, deixaram de ser uma tribo (ver Núm. 1.47 ss.). Presumivelmente, isso teria diminuído o número das tribos de doze para onze. José, porém, não dispunha de uma tribo chamada por seu nome, reduzindo o número de tribos para dez. Todavia, José teve dois filhos, de quem descendiam duas tribos — a de Efraim e a de Manassés. Assim restaurava-se para doze o número das tribos do povo de Israel.

Na qualidade de *casta sacerdotal*, os levitas tornaram-se mestres, incumbidos da responsabilidade de ajudar o povo de Israel a conhecer e compreender todo o complexo da legislação mosaica, incluindo aquelas coisas que governavam o culto a Yahweh. Eles estavam envolvidos em todas as funções do tabernáculo e, posteriormente, do templo de Jerusalém, tudo quanto dizia respeito a sacrifícios, oferecimento do incenso etc.

Ver Malaquias 2.5,6 e suas notas expositivas quanto a idéias que suplementam este versículo. Ver a aplicação que o Novo Testamento faz desse fato, em Apocalipse 8.3,4. Jesus Cristo é, ao mesmo tempo, o altar, o sacrifício e o sumo sacerdote. Ver no *Dicionário* os artigos intitulados *Levitas* e *Sacerdotes e Levitas*.

33.11

Abençoa o seu poder, ó Senhor. O poeta sacro invoca aqui a Yahweh, para que abençoasse e protegesse de modo especial aos levitas, derrotando todos os seus adversários. A identidade dos inimigos de Levi é deixada vaga. Vários intérpretes judeus, por isso mesmo, têm procurado encontrar incidentes históricos de perseguição contra essa tribo. Rashi salientou o trecho de I Macabeus 2.1, os incidentes que envolveram Antíoco Epifânio, e outras perturbações similares. Os Macabeus (hasmoneanos) pertenciam a essa tribo, e todas as suas dificuldades com inimigos estrangeiros servem para ilustrar o texto, embora seja uma tolice pensar que o poeta sagrado tivesse em mente incidentes como esses. John Gill (*in loc.*) salientou todos os acontecimentos que envolveram Coré, Datã e Abirão, porquanto tais incidentes poderiam ter corrompido a adoração a Yahweh, se aquelas figuras tivessem conseguido prevalecer em seus intuitos.

Os *tipologistas* pensam que o Messias está aqui em mira. Os Seus inimigos, aqueles que atacassem a Ele e à fé espiritual por Ele ensinada, seriam severamente punidos por Deus.

A Bênção de Benjamim (33.12)

33.12

Cross e Freedman, na reconstituição que fizeram deste poema (ver também os comentários sobre o terceiro versículo deste capítulo), escreveram:

O amado de Yahweh acampou-se seguro;
O Exaltado paira por sobre ele,
E ele arma suas tendas entre
Seus ombros.

O *tema da segurança* percorre todo este poema. O povo de Israel estava habitando entre povos hostis, e sempre havia alguém por perto, tentando atacar, destruir e matar. Só Yahweh era capaz de garantir a segurança da jovem nação. G. Ernest Wright sugeriu que este versículo reflete a época em que Silo tinha sido destruída, quando o santuário central se achava no território pertencente a Benjamim, ou em Nobe (durante o reinado de Saul e a primeira parte do reinado de Davi), ou em Jerusalém, nos dias do tabernáculo de Davi ou nos dias do templo de Salomão.

Habitará seguro com ele. O mais certo é que isso se refira ao fato de que as tendas de Benjamim seriam protegidas por Yahweh.

Nos seus braços. Se isso for interpretado conforme a reconstituição feita por Cross e Freedman, "entre Seus ombros", então talvez tenhamos aí uma alusão à região montanhosa do território de Benjamim.

Quanto à posição de Benjamim como filho mais jovem e especialmente amado por Jacó, ver Gên. 44.20 e suas notas expositivas. No *Dicionário* há artigos separados sobre cada um dos filhos de Jacó e suas respectivas tribos.

"Geralmente concorda-se que essa bênção aponta para o local que Yahweh escolheria, dentre todas as tribos de Israel, para fazer ali habitar o Seu nome, ou seja, Jerusalém, que ficava no território da tribo de Benjamim" (Ellicott, *in loc.*).

Comentou John Gill (*in loc.*): "... ombros de Benjamim, ou seja, o templo onde o Senhor habitava, construído no Monte Moriá, na tribo de Benjamim, na porção de maior altitude do país... Assim também Cristo habita entre o Seu povo, servindo-lhes de Cabeça, enquanto eles Lhe servem de ombros, onde jazia o governo e os cuidados por eles (ver Isa. 9.6). No Talmude (*Tal. Bab. Zebachim*, fol. 118.2), essa passagem é aplicada aos dias do Messias".

A Bênção de José (33.13-17)

33.13

Com o que é mais excelente dos céus. Talvez tenhamos aqui uma declaração metafórica que aponta para "todas as bênçãos espirituais", simbolizadas pelo orvalho abundante que aparecia sobre o solo e pelas chuvas que caíam do firmamento. Ver Tia. 1.17.

Das profundezas. Quiçá uma alusão ao suprimento de águas freáticas, que chegavam à superfície sob a forma de fontes, mananciais e ribeiros. Desse modo, os descendentes de José seriam abençoados, de alguma maneira, tanto "do alto" quanto "das profundezas". Os comentadores judeus sempre se referiram à grande fertilidade das terras conferidas aos descendentes de José, ou seja, os territórios de Gileade e Basã, que ficaram com os descendentes de Manassés, e os campos de Samaria, que couberam aos descendentes de Efraim, ambas regiões extremamente frutíferas e dotadas de abundante suprimento de água. Assim foi que Jarchi observou: "Na herança de todas as tribos, não houve terras tão ricas em todas as coisas boas quanto as terras de José".

Para descrever as bênçãos das tribos de José (Efraim e Manassés), o filho favorito de Jacó, o poeta sacro precisou de maior espaço. Assim, os vss. 13-17 deste capítulo constituem a mais longa das bênçãos no poema. Cf. as bênçãos de Gên. 49.25,26, que talvez venham de uma mesma fonte informativa. As imagens mentais personificam as forças da natureza, o que era comum na poesia da terra de Canaã. O décimo terceiro versículo, que é um *tricolon*, contém essas personificações. As "profundezas" assemelham-se a um monstro subterrâneo, que surpreendia as pessoas com águas abundantes, quando estas chegavam à superfície do solo. Cf. Can. 4.15; Isa. 12.3 e Joel 3.18, que incluem metáforas de cunho espiritual.

33.14

O que é mais excelente daquilo que o sol amadurece. As colheitas amadurecem em diferentes estações do ano. O sol e a lua, os maiores luzeiros do firmamento, são retratados aqui como os astros que regulam as estações do ano; e o poeta sagrado personificou esses poderes naturais. Assim, o sol e a lua garantiriam que os descendentes de José seriam duplamente abençoados. Jarchi observou que "as terras de José eram abundantemente banhadas pela luz solar, sendo adocicadas pelos seus frutos". Os tipologistas vêem nisso a pessoa de Cristo, o Sol.

Alguns antigos hebreus, ao que tudo indica, pensavam que a lua ajuda nas colheitas, com seu frescor e umidade, e alguns de seus escritores salientaram especialmente que os pepinos, as cabaças, as cebolas etc. seriam aprimoradas em suas qualidades mediante a ação da lua. Plínio salientou que toda espécie de cereal medra melhor durante a lua cheia (*Hist. Natural* 1.18 cap. 30). O sol, como é óbvio, é necessário para a existência de qualquer forma de vida. Há alguma evidência sobre a influência da lua sobre as plantações, embora eu não concorde muito com as idéias dos antigos a respeito desse satélite da terra.

33.15

Mais excelente... e mais excelente. O poeta sacro pôs em paralelo as expressões "montes antigos" e "outeiros eternos". Cf. Gên. 49.26; Hab. 3.6. Há alguma evidência de que a poesia antiga dos cananeus foi a originadora dessa metáfora. Os descendentes de José, portanto, aninhar-se-iam em paz e em meio à grande abundância de víveres, da qualidade mais excelente, à sombra das montanhas eternas. Os mórmons dizem algo similar acerca de Salt Lake City, considerada a encruzilhada do Ocidente, e que habita à sombra das colinas eternas (uma referência às Montanhas Rochosas). Nunca consigo ouvir essas palavras sem sentir imensas saudades, visto que nessa cidade nasci e cresci.

Os "outeiros eternos" existem desde o começo do mundo, servindo como retrato dos cuidados eternos de Deus pela Sua criação. Na vida espiritual também há o toque da eternidade. As coisas passageiras mudam, mas tudo quanto é precioso permanece, embora talvez com alguma alteração. Cf. Pro. 8.22; Isa. 44.10; II Tim. 1.9 e Efé. 1.3, quanto a aplicações espirituais dos "outeiros eternos".

É patente que estão em pauta os montes de Gileade. Essa região ficou sob a posse da meia tribo de Manassés. Havia ali metais e minerais preciosos, que serviram para aumentar as riquezas materiais do povo. Além disso, havia ali madeira em abundância, outra forma de bem material útil nas construções e no fabrico de móveis e veículos.

33.16

Que tudo isto venha sobre a cabeça de José. As bênçãos aos descendentes de José viriam do alto, de baixo, dos montes. E isso quer dizer que eles receberiam as coisas mais preciosas da terra. Os intérpretes batem a cabeça quanto à frase "da benevolência daquele que apareceu na sarça". Cross e Freedman interpretaram isso como a aparição do Senhor por ocasião da outorga da lei, no Monte Sinai. Isso significa que a abundância material prometida aos descendentes de José também vinha da parte de Yahweh (ver Tia. 1.17). Mas outros intérpretes vêem aqui uma referência ao aparecimento de Yahweh na sarça ardente, a Moisés, no começo do seu ministério. Ver Êxo. 3.2. Os tipologistas, por sua vez, preferem pensar em Cristo manifestando-se à humanidade.

As tribos descendentes de José, durante algum tempo, chegaram a ser mais fortes que a tribo de Judá, embora isso não tenha perdurado. Sobre a "cabeça" de José, desceram muitas bênçãos distintas, fazendo de Efraim e Manassés tribos muito importantes em Israel. O trecho de Gênesis 49.26 contém um paralelo semelhante. Ali aparecem outras idéias e detalhes. Bênçãos extraordinárias pousariam sobre a cabeça de José como se fossem uma coroa. Na metáfora foram incluídos os montes que havia no território da meia tribo de Manassés.

33.17

A imponência do primogênito do seu touro... um boi selvagem. Grande multiplicação de animais domesticados fazia parte da herança que Yahweh estava dando aos descendentes de José. Esse animal, o "touro", chegou a servir de símbolo do poder militar dos descendentes de José, com seus muitos soldados. José, pois, é simbolicamente retratado aqui como um poderoso touro, que chifrava os touros de outros povos, sem que ninguém pudesse impedi-lo. Visto que foram referidos tanto o "touro" quanto o "boi selvagem", alguns intérpretes pensam que devemos pensar aqui nas duas tribos de Efraim e de Manassés.

"Manassés foi o filho primogênito de José, e Efraim foi seu filho menor. Eles formavam as duas tribos maiores do reino do norte, Israel. Embora Manassés fosse o irmão mais velho, Jacó dera a primeira bênção a Efraim, o irmão mais novo (ver Gên. 48.17-20). Foi por esse motivo que Moisés mencionou Efraim em primeiro lugar, pondo a seu crédito dez milhares, ao passo que creditou apenas milhares a Manassés" (Jack S. Deere, *in loc.*).

As Bênçãos de Zebulom e Issacar (33.18-19)

33.18

Os membros da tribo de Zebulom deveriam alegrar-se diante do fato de que disporiam dos recursos alimentares do Mar. Presume-se que estejam em pauta tanto o Mar Mediterrâneo quanto o lago da Galiléia. Esse é o sentido que alguns estudiosos vêem nas palavras "nas tuas saídas" (ver também o vs. 19 deste capítulo).

"Na verdade, o território de Zebulom não chegava às margens do Mar Mediterrâneo, de acordo com as fronteiras definidas no trecho de Josué 19.10-16. Mas há outras evidências que sugerem que, em algum tempo mais antigo, assim

acontecia (cf. Gên. 49.13, e a presença dos dois locais na lista de Josué 19.15)" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

A passagem de Gênesis 49.13 refere-se à "praia dos mares", de onde os membros da tribo de Zebulom seriam capazes de extrair alimentos e riquezas. "... em suas saídas ao Mar, a fim de negociar, de traficar com navios estrangeiros, porquanto [Zebulom] seria uma tribo marítima" (John Gill, *in loc.*).

Em contraste com Zebulom, *Issacar* permaneceria em casa, em suas tendas, e prosperaria na agricultura e na criação de gado. Os homens da tribo de Issacar, visto que ficavam em casa, tornaram-se conhecidos como eruditos, profundos estudiosos da lei. Ver I Crô. 12.32.

"O caráter aguerrido do primeiro desses dois, e a sabedoria mais profunda do segundo, são ilustrados em Juízes 5.18 e I Crônicas 12.32,33. Cf. as bênçãos de Jacó a Issacar, em Gênesis 49.14,15" (Ellicott, *in loc.*).

33.19

Os dois. Essas duas tribos prosperariam às suas maneiras respectivas; mas, quanto à espiritualidade, ambas teriam muita coisa em comum. Levariam avante, fielmente, o culto a Yahweh e convidariam outros aos seus retiros montanhosos e locais de adoração. Talvez esteja em foco o Monte Tabor, situado na fronteira dos territórios das duas tribos, embora a referência também seja geral. Ver no *Dicionário* o verbete chamado *Monte Tabor.* Talvez esteja em pauta o Monte *Moriá.* Ver o *Dicionário* quanto a esse Monte. Ver também II Crô. 30.11,18.

Chuparão a abundância dos mares. Quanto a comentários sobre esse aspecto da bênção, ver as notas sobre o versículo anterior.

Tesouros escondidos da areia. Os intérpretes debatem-se quanto a essa parte do presente versículo. Alguns deles, fazendo a ligação entre o Mar e as areias, crêem que, novamente, a alusão é às costas marítimas. Outros pensam em vários minerais extraídos da areia, como o ouro, a prata, as pérolas, os corais etc. Ainda outros imaginam o vidro, pois este é feito, principalmente, a partir da areia. Outra opinião é que estão em foco os mariscos, que serviam tanto como alimento como no fabrico de corantes, como o *murex,* à base do qual era extraído o famoso corante *púrpura.* E ainda outros dizem que a expressão simplesmente se refere às vantagens derivadas da navegação e do comércio, sem entrar em detalhes se o simbolismo foi interpretado mui literalmente.

A Bênção de Gade (33.20-21)

33.20

Dilatar. Não há certeza sobre o que significa aqui esse verbo. Talvez expansão de território e de poderio militar. Mas Cross e Freedman simplesmente interpretam o verbo como *"aumentar o território".*

Gade, o qual habita como a leoa. Os registros históricos demonstram que Gade era a tribo mais poderosa da Transjordânia (ver a respeito no *Dicionário*).

Despedaça o braço e alto da cabeça. É evidente que a construção portuguesa está ligeiramente truncada, pois deveria ser "despedaça o braço e o alto da cabeça". Quando uma leoa ataca a presa, morde-a à altura das têmporas. Isso importa em uma metáfora militar. Gade ocupou a Transjordânia, mas seus soldados ajudaram as outras tribos a conquistar a parte ocidental da Terra Prometida (ver o capítulo 32 de Números). Alguns pensam que a *luta valente* da leoa alude à ajuda que os homens da tribo de Gade deram às outras tribos, na conquista do ocidente. Ver Jos. 22.1-6. Ver também I Crô. 12.8, quanto a onze gaditas cujos "rostos eram como os de leões".

33.21

E se proveu da melhor parte. A leoa, por assim dizer, proveu-se da *melhor parte* do território da Terra Prometida, a Transjordânia. Essa região ficou fazendo parte da herança de Gade, de Rúben e da meia tribo de Manassés, antes da conquista da parte ocidental da Terra Prometida. Ver o relato em Números 32.1-5. E então os gaditas apossaram-se da "porção do chefe", isto é, foram ao outro lado do Jordão ajudar na conquista daquela parte da terra de Canaã. Foi assim que os gaditas executaram "a justiça do Senhor", ou seja, mantiveram a palavra de que ajudariam as outras tribos na conquista da Terra Prometida, segundo o relato do capítulo 32 de Números. O trecho de Josué 22 registra o cumprimento da promessa, bem como as honrarias recebidas por aquelas duas tribos e meia, incluindo o território da Transjordânia, como sua herança.

A Bênção de Dã (33.22)

33.22

Dã é leãozinho. Os vss. 22-24 deste capítulo fornecem-nos as bênçãos proferidas sobre as três tribos mais ao norte, situadas na Galiléia. Dã é retratado como um leãozinho vigoroso. Ele já havia migrado desde sua anterior posição ao norte de Judá, até a base do Monte Hermom, conforme aprendemos no capítulo 18 do livro de Juízes.

Saltará de Basã. Antigos intérpretes judeus diziam que a região de Basã abundava em leões, que viviam atrás de presas. De acordo com essa tradução, talvez caiba aqui a idéia de que o território que coube a Dã (de acordo com Jos. 19.47) não era suficiente para eles, pelo que saíram de suas fronteiras para conquistar mais territórios. Ver também Juí. 18.27,28. Entretanto, há traduções e versões que dizem aqui "serpente", em lugar de Basã. Nesse caso, embora fosse um leãozinho valente, os danitas fugiriam diante da serpente venenosa. Ver Gên. 49.17, onde Dã é chamado de "serpente". Reconhecidamente, a interpretação do versículo tem seus problemas.

A Bênção de Naftali (33.23)

33.23

Possuirá o lago e o sul. Na verdade, a Naftali coube, por sorte, os territórios ao redor do lago (ou Mar) da Galiléia, bem como o território ao sul desse Mar. Alguns preferem pensar em "ocidente", em lugar de "lago"; mas esta última palavra concorda realmente com o texto original.

A tribo de Naftali recebeu favores especiais de Yahweh, e teve uma vida próspera. Jesus desenvolveu grande parte de Seu ministério nas terras de Zebulom e Naftali, na área em torno do Mar da Galiléia. Por isso mesmo, alguns tipologistas vêem o ministério de Cristo predito neste versículo, visto que são aqui mencionadas as bênçãos especiais de Yahweh. Apesar de que pode estar em vista a fertilidade especial do território, Adam Clark (*in loc.*) comentou como segue: "A luz do glorioso evangelho de Cristo resplandeceu fortemente ali. Ver Mateus 4.13,15,16. A residência principal do Senhor Jesus ficava em Cafarnaum, no território de Naftali (ver Mat. 11.1; Mar. 2.1). E essa cidade, mediante o fato de que Jesus ali residia principalmente, bem como por causa dos grandes milagres que ali ocorreram, aparece aqui como cidade exaltada até os céus (ver Mat. 11.23)".

Estrabão chegou a descrever a fertilidade da região de Naftali (ver *Geogr.* 1.16, pág. 521).

A Bênção de Aser (33.24-25)

33.24

Banhe em azeite o seu pé. "Aser, cujo território ficava ao sul da Fenícia, seria uma tribo poderosa e próspera" (*Oxford Annotated Bible*, comentando sobre este versículo). O nome Aser significa *feliz* ou *abençoado,* e o nome cumpriu as suas expectativas. Essa prosperidade era tão grande que a tribo haveria de banhar seus pés em azeite (ver a respeito no *Dicionário*). Sem dúvida, tal ato seria uma ação extravagante, mas perfeitamente possível para a superpróspera tribo de Aser.

A idéia de ferrolhos feitos de ferro e de bronze, que aparecem no versículo seguinte, ao que parece, refere-se à unidade e ao poder militar de Aser. Essa tribo, forte e próspera como era, negociava com todas as outras, e assim ia enriquecendo mais e mais. A tribo vivia em paz com seus vizinhos, e assim desfrutava uma vida amena e próspera. Todavia, no dizer de Ellicott (*in loc.*): "Sobre nenhuma outra tribo tão pouca coisa ficou registrada na história. As vidas mais felizes às vezes são as menos movimentadas" (Ellicott, *in loc.*).

33.25

Sejam de ferro e de bronze os teus ferrolhos. O território de Aser tinha grande abundância de metais, e isso fazia parte de suas riquezas. Ademais, o uso desses metais ajudava a tribo a tornar-se militarmente poderosa. Empédocles (*Laert.* em Vi. Emp. 1.8, pág. 613), segundo corria a notícia, usava sandálias de ferro; e alguns eruditos supõem que Aser fabricasse seus calçados de metais diversos. Mas a referência mais provável é aos calçados dos soldados. Jarchi, Kimchi e Ben Meleque referiram-se aos metais citados como símbolos das poderosas fortificações que havia no território de Aser, um dos fatores que conferia paz àquela tribo. "A tribo vivia cercada por muralhas de bronze e ferro, e os portões de suas cidades eram fechados com ferrolhos e trancas de ferro e bronze" (John Gill, *in loc.*).

Visto que o texto hebraico original é um tanto incerto, algumas traduções dizem "trancas" onde outras dizem "calçados".

Como os teus dias durará a tua paz. Multidões de pessoas espirituais, através dos séculos, têm achado consolo nessa declaração. Parece justo pensarmos aqui que a cada homem é dado o *número certo* de dias, a fim de *cumprir* o seu propósito na vida; e também que, para cada dia, como para todos os dias considerados em seu conjunto, o indivíduo receberá *forças suficientes*. Isso, por sua vez, significa que um homem bom não poderá ser cortado em seus dias antes do tempo certo, e nem a debilidade física poderá destruir os propósitos e o destino de sua vida. Oh, Senhor, concede-nos tal graça! Mas também vemos o que pode acontecer com um homem bom. Ocorre um derrame cerebral, e ele fica sujeito ao leito por dez anos, impotente, sem nada poder fazer. Ou então, tal homem sofre um acidente sem sentido e fica debilitado e inútil para o resto da vida. Devemos deixar tudo entregue à sabedoria de Deus, para explicar casos dessa natureza. Ver o artigo intitulado *Problema do Mal* na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*. Um versículo paralelo é o de Romanos 8.28, onde lemos: "... todas as cousas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus..."

As autoridades judaicas fornecem-nos declarações como as seguintes: "Tuas forças, na idade avançada, serão como as forças que tinhas na tua juventude", em consonância com Salmo 103.5. Ou então: "Tuas forças serão renovadas como as da águia". Ou mesmo: "Conforme passaste os teus dias, fazendo a vontade do Senhor, assim serão as tuas forças". A idéia, conforme a Vulgata Latina e os Targuns em geral dizem: Tuas forças serão tão grandes em tua velhice quanto o eram na tua juventude. Cf. II Cor. 10.13; I Cor. 4.16; 12.9,10, trechos esses que cristianizam o conceito.

Conclusão (33.36-29)

33.26

Os vss. 26-29 deste capítulo nos oferecem a conclusão do poema de Moisés, onde, tal como na introdução, *todas as tribos* são consideradas juntas como um povo, que receberia o favor especial de Yahweh. "Os vss. 26 e 27 atribuem toda a honra e glória ao Deus de Israel, o qual, por ocasião da conquista, expulsara o inimigo. O resultado foi que Israel encontrou segurança em uma terra de abundância (vs. 2)" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

Ó amado. No original hebraico, "Jesurum". Ofereci notas detalhadas sobre esse nome, um título conferido a Israel, em Deu. 32.15. Ver também o quinto versículo deste capítulo. As traduções geralmente dizem aqui "reto" ou "justo". Israel foi assim chamado apesar de seus muitos lapsos, porquanto o propósito de Deus operava entre os hebreus.

A figura metafórica de Yahweh a dirigir uma carruagem que cruzava os céus era comum, provavelmente tomada por empréstimo da poesia cananéia. Ver Sal. 18.10; 68.33; Isa. 19.1; Eze. 1. A figura indica poder e glória supremos, algo totalmente "diferente" do comum. Deus é eterno, de eternidade a eternidade: o Antigo de dias, Soberano em Seu governo, que ajuda o Seu povo e derrota os Seus inimigos. Cf. Sal. 63.4,33,34.

33.27

O Deus eterno é a tua habitação, e por baixo de ti estende os braços eternos. Uma inspirada e elevada descrição de Deus, repetida por milhões de vezes em sermões e lições, uma das declarações mais brilhantes e de maior efeito do livro todo de Deuteronômio.

O poeta descreveu Deus como um Pai que gentilmente ampara com o seu braço um filho, a fim de protegê-lo e confortá-lo. Qualquer pai ou mãe sabe o que significa essa declaração. Nesse ato manifesta-se o amor paternal, mediante consolo e proteção. Essas palavras serviram de inspiração a um de nossos hinos mais eloqüentes:

Que comunhão, que alegria divina!
Amparado pelos braços eternos;
Que bênção e que paz me pertencem!
Amparado pelos braços eternos.

...

O que eu tiver de temer, ou de recear,
Amparado pelos braços eternos;
Tenho bendita paz, com meu Senhor tão perto,
Amparado pelos braços eternos.

(E. A. Hoffman)

Em 1949, em uma estação de trens, em Salt Lake City, quando eu me despedia de meu irmão que partia para a Escola Bíblica, podíamos ouvir, a pouca distância, a voz de jovens que cantavam de modo tão suave e belo: "Que comunhão, que alegria divina! Amparado pelos braços eternos". Meu irmão foi perguntar a alguns circunstantes quem eram aqueles jovens que cantavam, e foi informado que eram alguns missionários mórmons que estavam partindo para o estrangeiro. Junto com eles estavam os seus familiares, com suas lágrimas e ansiedades; e todos sentiam que estavam amparados pelos braços eternos.

Por muitas vezes, desde então, tenho relembrado aquela cena, embora tudo tenha acontecido há mais de quarenta anos. E por várias vezes, enquanto dirijo o meu automóvel, lembro-me da cena e começo a entoar: "Que comunhão, que alegria divina! Amparado pelos braços eternos".

Os *adversários* daqueles que seriam assim amparados sem dúvida haveriam de falhar em seu intento. O poder divino haveria de fazê-los avançar, pois nenhum mal poderia sobrevir a Israel. A terra de Canaã fora aberta pelo poder de Deus, e todos os obstáculos desvaneceram. Oh, Senhor, concede-nos tal graça!

33.28

Israel, pois, habitará seguro. Uma vez que os hebreus conquistassem a Terra Prometida, sob a proteção dos braços amparadores de Yahweh, Israel descansaria em segurança, à beira das fontes de Jacó; a fertilidade do solo lhes garantiria colheitas abundantes; chuvas na proporção certa desceriam para regar o solo; o orvalho umedeceria a terra e a vinha fluiria como flui o rio Amazonas, satisfazendo a um povo feliz.

"A segurança de uma nação não jaz em seus recursos naturais, e, sim, em suas forças espirituais, no reconhecimento de que as suas vantagens materiais são dádivas de Deus. Sem a fé, a mais rica das nações será sempre vulnerável; dotada de fé, qualquer nação, em última análise, será invencível" (Henry H. Shires, *in loc.*).

O Israel espiritual, pois, habita no Deus eterno, sua mansão segura e sua alegria perene.

33.29

Feliz és tu, ó Israel! O caráter distinto da nação de Israel fazia dela um povo *feliz*, porquanto a felicidade pode ser definida como possuir a lei e obedecer a ela. Ver as notas expositivas em Deu. 4.5 ss. e 28.1 quanto a esse caráter distinto de Israel e as razões para tanto. Israel era um povo salvo, que fora libertado da servidão aos egípcios (um tema repetido por vinte vezes neste livro; ver as notas sobre Deu. 4.20). Ademais, os israelitas tinham sido libertados do paganismo e de suas práticas idólatras. Todavia, não está aqui em pauta a *vida eterna*, mesmo porque essa doutrina só começou a ser mencionada, dentro da fé dos hebreus, bem mais tarde. Os intérpretes judeus posteriores e os cristãos, como é óbvio, chegaram a dar esse sentido a este texto, mas isso constitui um *anacronismo*. Yahweh, com a Sua espada de guerra e o Seu escudo protetor, fez e preservou o povo salvo na Terra Prometida. Os inimigos seriam humilhados e teriam de aproximar-se proferindo louvores falsos, se quisessem achar favor. Os *lugares altos* (ver a respeito no *Dicionário*), ou seja, os santuários idólatras nas colinas e nos bosques ali plantados, seriam derrubados pelos filhos de Israel, os quais haveriam de obliterar a idolatria.

Os seus altos. Alguns estudiosos pensam que os "altos" referidos neste versículo apontam para as fortificações dos povos cananeus que seriam destruídas pelas forças superiores de Israel. Ver as notas sobre Deu. 32.13, quanto a isso. Mas os Targuns aceitam metaforicamente essa cláusula, e pensam que os lugares altos seriam os pescoços dos reis cananeus derrotados. Ver Jos. 10.24. De modo geral, este versículo fala sobre a *invencibilidade* do povo de Israel.

A idéia é que os inimigos do conquistador apressar-se-iam a lançar-se aos pés de Israel, afirmando sempre terem sido seus amigos. Ver II Sam. 19.18.

Capítulo Trinta e Quatro

Morte e Sepultamento de Moisés (34.1-12)

"Este capítulo reinicia a história desde o fim do livro de Números, depois do discurso deuteronômico de Moisés ao povo de Israel. Estão envolvidas aqui duas tradições acerca do lugar onde Moisés teria morrido: o *Monte Nebo*, na Transjordânia, a leste da cidade de Jericó; e o *Monte Pisga*, um pico que existe na mesma serra montanhosa, ligeiramente para oeste. Daquela grande altura, Moisés olhou para o norte, na direção do Mar da Galiléia (área que ficou com as tribos de Dã e Naftali); para o ocidente, na direção do Mar Grande (ou Mediterrâneo); para o sul, na direção do Neguebe (deserto sul de Judá); e na direção do vale do rio Jordão, até Zoar (localizada no extremo sul do Mar Morto; ver Gên. 14.2). Yahweh sepultou secretamente o corpo de Moisés. Cf. Núm. 27.18-23. Quanto ao parecer de que Moisés foi o maior de todos os profetas de Israel, cf. Deu. 18.15-22; Núm. 12.6-8; Osé. 12.13" (*Oxford Annotated Bible*, em comentário que cobre todas as idéias constantes neste capítulo).

É provável que essa conclusão, que sem dúvida não foi escrita por Moisés, tenha sido extraída da edição editorada do livro, feita por algum sacerdote. Os críticos identificam essa autoria com *J.* e *E.* Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *J.E.D.P.(S.)*, quanto à teoria das fontes informativas múltiplas do Pentateuco. O editor do livro de Deuteronômio, presumivelmente, tomou essa fonte informativa e a adaptou, a fim de formar o seu livro. Alguns críticos vêem nesta conclusão alguns toques da fonte informativa *P*, conforme se vê em Deu. 34.1a, 5b e os vss. 7-9.

34.1

Então subiu Moisés das campinas de Moabe. Era nessa planície que o povo de Israel estava acampado, preparado para invadir a terra de Canaã. A narrativa, abandonada no fim do livro de Números, reinicia-se aqui, uma vez terminados os discursos deuteronômicos (que constituem essencialmente o livro) de Moisés. Ver Núm. 36.13, último versículo do livro de Números, onde lemos que o povo de Israel estava nas campinas de Moabe. Isso posto, Moisés deixou o acampamento e partiu na direção do Monte (Nebo ou Pisga), que dava de frente para a cidade de Jericó. Todos os nomes próprios que aparecem neste versículo são anotados no *Dicionário*. É óbvio que os dois montes ou picos mencionados não são um só; mas os intérpretes, a fim de evitar a idéia de discrepância, ou a fim de evitar afirmar que o editor incluiu duas tradições diversas em seu livro, deram a entender que Pisga deve ter sido um pico da serra que se estendia desde o Monte Nebo, de tal modo que o local podia ser chamado Nebo ou Pisga.

Fosse como fosse, daquele elevado pico, Yahweh mostrou a Moisés toda a Terra Prometida, apontando-lhe trechos, em diversas direções. Alguns estudiosos, procurando envolver a Terra Prometida *inteira* nessa contemplação feita por Moisés, supõem que ele tenha tido uma *visão sobrenatural*, havendo observado, literalmente, *tudo*. Mas essa é uma interpretação tão exageradamente literal que chega a ser desonesta.

A narrativa começa dizendo que Moisés olhou na direção oeste, para então, acompanhando um movimento anti-horário, mencionar áreas em cada uma das outras direções do compasso, ou seja, norte, oeste e sul.

Quem Teria Sido o Autor da Conclusão do Livro? As tradições judaicas apontam para nomes como Josué, os setenta anciãos ou Esdras. Mas é inútil toda tentativa que fizermos para determinar quem teria sido esse autor. Algum editor que desconhecemos fez essa adição, ou, conforme alguns dizem, esse editor foi o mesmo que compilou o livro inteiro, incorporando materiais escritos deixados por Moisés.

O hino em inglês, *Sweet Hour of Prayer*, contém um verso baseado nas circunstâncias deste versículo, cuja tradução reproduzimos aqui:

Doce hora de oração, doce hora de oração,
Que eu possa compartilhar de teu consolo,
Até que da grande altura do Monte Pisga,
Eu veja meu lar e alce vôo.
Deixarei esta capa de carne, e me elevarei,
Para apossar-me de meu
eterno galardão.

(W. W. Walford)

34.2

Todos os nomes próprios que figuram neste versículo são comentados no *Dicionário*. Moisés começou a ver a Terra Prometida olhando para o leste, e então, seguindo o movimento anti-horário, foi contemplando aquelas partes da Terra Prometida que ficavam nas direções gerais norte, oeste, sul, na ordem dos territórios mencionados, isto é, Naftali, Manassés e Judá.

Até ao Mar ocidental. Temos aí o Mar Mediterrâneo. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Grande Mar*. A partir de onde Moisés se achava, esse Mar ficava nas direções noroeste, oeste e sudoeste da Terra Prometida. Moisés não poderia ter visto o Mediterrâneo se estivesse no Monte Nebo; mas o autor não se incomodou com esse detalhe. No entanto, é inútil falar em visão *sobrenatural* nessa oportunidade.

34.3

Ao olhar na direção sul, Moisés poderia ter visto as cidades de Jericó e Zoar, nomes locativos que aparecem no *Dicionário*. Ver Gên. 14.2; 19.22,23. Zoar, mui provavelmente, ficava localizada na extremidade sul do Mar Morto, em um trecho atualmente coberto pela água. Das cinco cidades da planície, Zoar era a que ficava mais ao sul, conforme lemos em Gên. 14.2. O "Neguebe" é a mesma coisa que dizer "sul". Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Neguebe*. Este era o deserto que ocupava a porção sul do território de Judá.

Cidade das palmeiras. Temos aí uma marca distinta de Jericó, confirmada por Plínio (*Hist. Natural* 1.5, cap. 14) e por Diodoro Sículo (*Biblioteca* 1.2, par. 132). Estrabão ajuntou a isso que Jericó ficava situada em uma planície circundada por montes, e nela havia muitas palmeiras (*Geografia*, 1.16, par. 525). Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Palmeira*. Era dessa árvore que se extraíam o bálsamo e outros produtos de valor (ver *Josefo, Guerras dos Judeus*, I.1, cap. 18, sec. 5).

34.4

Esta é a terra. Em outras palavras, toda a Palestina, o território que Yahweh havia prometido dar a Abraão e aos demais patriarcas, Isaque e Jacó, e que agora era entregue aos descendentes deles. Essa era uma das provisões do *Pacto Abraâmico* (ver notas em Gên. 15.18).

Moisés Pôde Contemplar a Terra, Mas Não Pôde Entrar Nela. Isso por ser ele o símbolo da lei, ao passo que Josué, que liderou os hebreus na invasão da Terra Prometida, foi símbolo de Jesus e do sistema da graça-fé, do Novo Testamento. Quanto às *razões* pelas quais Moisés não teve permissão de entrar na Terra Prometida, ver as notas detalhadas em Núm. 20.12; Deu. 1.37; 3.23,26 e 4.21. Essas notas oferecem os tipos envolvidos. Ver a terra foi uma espécie de consolação para um perdedor.

A Terra Prometida havia sido assegurada a Abraão (Gên. 15.18), a Isaque (Gên. 26.3), a Jacó (Gên. 28.13) e, daí por diante, ao povo hebreu.

34.5

Assim morreu ali Moisés. Por ocasião de sua morte, Moisés estava com cento e vinte anos de idade. Ver Deu. 31.2 e 34.7. Ele passou por três períodos distintos de quarenta anos cada: missão especial: quarenta anos no Egito; quarenta anos no interior do deserto, em Midiã; e quarenta anos em perambulações pelo deserto, junto com o povo de Israel. Ver no *Dicionário* os verbetes chamados *Quarenta e Número (Numeral, Numerologia)*. Neste último artigo, damos os sentidos dos números que aparecem na Bíblia, especificamente o número quarenta. Ver também os artigos *Morte e Mortos, Estado dos*. O texto à nossa frente nada diz sobre a vida além-túmulo, pois esta foi uma doutrina que só começou a fazer parte da fé dos hebreus nos dias dos Salmos e dos Profetas, mas esperou até o período intertestamentário, ou seja, o período de quatrocentos anos entre o Antigo e o Novo Testamentos nos livros apócrifos e pseudepígrafos.

Teólogos judeus posteriores, pois, devem ter injetado essa crença no texto que ora examinamos, e alguns deles chegaram a conferir a Moisés uma ascensão ou arrebatamento (como sucedeu a Elias), contra a clara afirmativa de que Moisés *morreu*.

Mas sabemos que Moisés estava sendo *amparado pelos braços eternos* (ver Deu. 33.27), e agora Moisés é um espírito desincorporado, que continua vivo.

Segundo a palavra do Senhor. Ou seja, em harmonia com a predição divina, que não havia sido dita muito tempo antes (ver Deu. 31.2). Essa declaração também pode significar que a morte de Moisés não ocorreu por motivo de idade avançada, enfermidade ou acidente, e, sim, de acordo com a palavra que fora dita pelo Senhor, fazendo com que a alma de Moisés saísse de seu corpo e deixasse o corpo físico a fim de ser sepultado. Seja como for, o fato é que a morte de Moisés ocorreu de acordo com a vontade de Deus, sendo que o momento, o lugar e as circunstâncias haviam sido todos determinados por Deus.

34.6

Este o sepultou num vale. A frase também tem sido traduzida na voz passiva: "Este foi sepultado em um vale". As tradições judaicas indicam que *Yahweh* se fez presente ao sepultamento de Moisés. O trecho de Judas 9 pode significar que foi o arcanjo *Miguel* que sepultou o corpo de Moisés. Esse versículo representa um empréstimo feito da tradição dos livros pseudepígrafos. Dou completas informações sobre essa questão no *Novo Testamento Interpretado, in loc.*

O autor sacro fornece-nos o local *aproximado* do sepultamento de Moisés, em algum ponto do território de Moabe, no vale defronte de Bete-Peor (ver a respeito no *Dicionário*). Foi ali que os israelitas se acamparam, quando Moisés lhes deu as instruções e as bênçãos que ficaram registradas nos capítulos 5 a 22 de Deuteronômio. Ver especificamente Deu. 3.29 e 4.46.

Moisés viveu uma vida especial, e foi-lhe conferido um sepultamento especial. E podemos ter certeza de que ele ocupa um lugar especial no céu.

34.7

Tinha Moisés a idade de cento e vinte anos. Este versículo reitera a informação que já nos havia sido dada em Deu. 31.2. Moisés morreu com cento e vinte anos de idade. Ver minhas notas, no quinto versículo deste capítulo, quanto aos três ciclos de *quarenta anos* da vida de Moisés. Embora estivesse com tão avançada idade, Moisés não morreu devido aos efeitos de um corpo físico

desgastado; nem morreu por motivo de enfermidade. De alguma forma, a sua juventude foi preservada até o fim, *comparativamente falando*. Ver Deu. 31.2 e suas notas expositivas quanto ao fato de que Moisés estava "sentindo a sua idade", não sendo mais capaz de fazer o que sempre havia feito. Não obstante, ele se encontrava em um notável estado de saúde.

Nem se lhe abateu o vigor. No hebraico, a palavra traduzida aqui por "vigor" aparece somente neste versículo, embora termos cognatos, em outros trechos, possam ser traduzidos por "frescor", "umidade" etc., sempre usados acerca de madeiras ou de árvores. Ver Gên. 30.37; Núm. 6.3; Eze. 17.24. Essa palavra também é usada para indicar cordas verdes, ou seja, não-ressecadas, conforme se vê no caso da corda com que Sansão foi amarrado (ver Juí. 16.7,8). Até mesmo a visão deficiente, que aflige a maioria das pessoas de idade avançada, não constituía problema para Moisés, até o fim de sua vida, um detalhe que nos assegura suas boas condições gerais de saúde.

Por conseguinte, ocorreu com Moisés aquilo que foi dito como uma bênção especial: "... como os teus dias, durará a tua paz" (Deu. 33.25).

34.8

Prantearam a Moisés por trinta dias. Seguiu-se um período de luto e de lamentações por Moisés, durante trinta dias, do qual participou todo o povo de Israel. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Sepultamento, Costumes de*. O período de trinta dias de lamentações por um morto estava de acordo com os costumes da época. Ver Gên. 50.10 e Núm. 20.29. Moisés tinha morrido e desaparecido. Ao que tudo indicava, ele havia "terminado". E no entanto, séculos mais tarde, ele foi capaz de aparecer, juntamente com Elias, por ocasião da transfiguração do Senhor Jesus (Mat. 17.1-3). Achamos nesse fato o triunfo do espírito. Ver no *Dicionário* o artigo chamado *Alma*; e, na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, a seção chamada *Imortalidade* (vários artigos).

As tradições judaicas procuram ornamentar a narrativa, dizendo-nos que esse período começou no mês de nisã (equivalente ao nosso mês de março), ao oitavo dia; no nono dia, eles prepararam o seu equipamento para começar a marcha; no décimo dia eles atravessaram o rio Jordão; e no décimo sexto dia o maná deixou de cair, e assim o povo de Israel entrou em uma nova fase de sua existência. Detalhes como esses podem ser interessantes, mas não têm nenhum valor histórico.

34.9

Josué, filho de Num. O novo líder haveria de levar Israel até o interior da Terra Prometida. Josué (ver a respeito no *Dicionário*) era um tipo de Cristo. Ele tinha sido preparado e ordenado para a sua missão, mediante a imposição de mãos. Israel tornou-se responsabilidade de Josué, tal como tinha sido responsabilidade de Moisés, espírito de sabedoria. Ver Êxo. 28.3; Isa. 11.2; Efé. 1.17 quanto ao dom da sabedoria, que confere ao indivíduo uma mente e um espírito dotados de capacidade, vivacidade e espiritualidade. Ver no *Dicionário* o verbete intitulado *Sabedoria*. Trata-se de mais do que acúmulo de conhecimentos. Antes, envolve discernimento e familiaridade no uso do conhecimento, ocasionalmente indo além de qualquer fundo de ciência, por meio da ajuda divina direta. Josué tornou-se um líder carismático, tal como Moisés o havia sido. Quanto a ordenação de Josué, ver Núm. 27.18-23. Ver Jos. 1.16-18 quanto à autoridade que Josué passou a exercer sobre a nação de Israel.

34.10

Nunca mais se levantou em Israel profeta algum como Moisés. Os versículos finais do livro de Deuteronômio (vss. 10-12) apresentam a avaliação do autor quanto à vida e à missão de Moisés. No tocante à envergadura espiritual, nenhum outro profeta de Israel chegou a comparar-se a Moisés como líder carismático. Quanto a Moisés como o maior dos profetas de Israel, cf. Deu. 18.15-22 e Núm. 12.6-8. Ver também Deu. 11.24-30 e Osé. 12.13. A tradição judaica tem confirmado sempre essa avaliação.

Parte da grandeza de Moisés, e, na verdade, o fundamento dessa grandeza, estava no fato de que ele conhecia Yahweh *face a face*, e não meramente através de sonhos, visões e visitas angelicais, embora, sem dúvida, também tivesse participado dessas coisas. Ver Núm. 12.6-8 quanto a como os poderes de Moisés ultrapassavam os poderes de todos os demais profetas, que dependiam de sonhos ou visões. Com Moisés, Yahweh falava *boca a boca*, ou seja, em diálogo íntimo. Ver no *Dicionário* o artigo intitulado *Misticismo*. Ver também Êxo. 33.11. O trecho de Êxodo 33.23 registra que Moisés teve a permissão de ver Yahweh pelas costas. Isso significa que ele contemplou o Senhor de uma maneira que ninguém, antes ou depois, chegou a fazer. Naturalmente, a linguagem aí é antropológica, pois Deus é espírito (ver João 4.24).

De conformidade com as tradições judaicas, somente o Messias viria a ser maior do que Moisés (*Tanchuma in Yalkut*, acerca de Isa. 52.13). Maimônides listou as qualidades especiais de Moisés, em confronto com outros profetas (*Hilchot Teshuvah*, cap. 9, sec. 2), demorando-se principalmente sobre a qualidade superior de suas experiências místicas com Yahweh.

34.11

No tocante a todos os sinais e maravilhas. A começar pelos prodígios realizados no Egito, ou seja, as Dez Pragas. Ver o gráfico ilustrativo a esse respeito, nas notas sobre Êxo. 7.14. Ver também, no *Dicionário*, o artigo intitulado *Pragas do Egito*. Em seguida, Moisés operou vários prodígios durante as perambulações pelo deserto, como quando bateu na rocha e a água esguichou (ver Êxo. 17.6). Ben Israel atribuiu setenta e seis milagres a Moisés, mas somente setenta e quatro a todos os outros profetas combinados. Ver Maimônides (*Yesode Hatorah*, secs. 6-9).

"Moisés introduziu uma nova era na história do povo de Deus, a era da lei. Os israelitas ficaram esperando que Deus levantasse outro profeta, semelhante a Moisés (Deu. 18.15). Desse modo, o livro termina com uma nota profética" (Jack S. Deere, *in loc.*).

"Moisés foi mais do que um profeta. Ele foi o porta-voz de Deus, embora também tivesse sido o grande líder carismático dos israelitas, em tudo quanto foi feito por esse povo. Por conseguinte, ele combinou em si mesmo todos os ofícios de profeta, sacerdote, governante e juiz que houve em Israel. Contudo, o mais importante de todos os papéis que ele desempenhou foi o de intérprete da vontade e dos propósitos de Deus. Nesse sentido, foi a maior de todas as figuras de Israel, alguém que, mui provavelmente, serviu de inspiração e modelo do Servo Sofredor do segundo Isaías" (G. Ernest Wright, *in loc.*).

34.12

Todas as obras de sua poderosa mão. Moisés estendeu sua mão, e o Mar dividiu-se em dois. Tornou a estender a mão, e o Mar uniu-se de novo. Ver Êxo. 14.21 ss. Ele ergueu a mão, com seu cajado, e as pragas do Egito foram ocorrendo. *Sua presença lançava o terror entre os egípcios*, e, *quando ele recebeu os* mandamentos da lei, isso foi acompanhado por manifestações assustadoras. Ver Êxo. 19.16; 20.18-20. Tais coisas serviram de vívidas ilustrações do poder espiritual de Moisés, de seu favor diante de Yahweh e de sua grandeza. Ver Sal. 78.12,49-51; 115.3.

"O livro de Deuteronômio termina com uma apropriada avaliação do homem a quem esse livro atribui tantas coisas. O discernimento espiritual de Moisés era mais profundo, conforme somos informados, e o seu conhecimento de Deus era maior do que o de todos aqueles que vieram depois dele (vs. 10). Essas palavras foram uma declaração restringida e sóbria, cuja verdade se torna ainda mais evidente para nós, de uma perspectiva de três mil anos mais tarde. A grandeza de Moisés não jazia somente em seu nobre caráter, mas igualmente em suas estonteantes realizações humanas. Ele, e não Abraão ou Jacó, foi aquele que fez de sua gente uma nação... Deus usou-o, conforme nunca mais usaria a ninguém, até os dias de Jesus, especialmente como um instrumento da revelação" (Henry H. Shires, *in loc.*).

Assim sendo, a história de Moisés foi uma *história bem-sucedida*, preservada para que todos a considerassem, através dos séculos.

Sucesso. "Obteve sucesso quem viveu bem, quem riu com freqüência e quem amou muito; quem obteve o respeito de homens inteligentes e o amor das criancinhas; quem preencheu o seu lugar e realizou a sua tarefa, quer se trate de uma papoula aprimorada, quer de um perfeito poema, ou quer de uma alma liberta; a quem nunca faltou apreciação pelas belezas terrenas, e quem não deixou de expressá-la; quem buscou o melhor que há nos outros, quem deu o melhor que possuía; aquele cuja vida foi uma inspiração e cuja memória é uma bênção" (Robert Louis Stevenson).

Ó Capitão, meu Capitão, nossa temível viagem terminou,
O navio atravessou cada escolho,
O prêmio que buscávamos foi conquistado,
O porto está próximo, já ouço os sinos.
E todo o povo exulta.

(Walt Whitman)